





GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS
LUZINETE SIMÕES MINELLA
SUSANA BORNÉO FUNCK

Organizadoras

ENTRELUGARES E MOBILIDADES

Desafios Feministas



Volume 3

GRÁFICA
Copiar
EDITORA

Tubarão-SC
2014

© 2014

Capa, projeto gráfico e diagramação:

Rita Motta sob coordenação da Gráfica e Editora Copiart

Revisão:

Tagiane May

E52 Entrelugares e mobilidades / Gláucia de Oliveira Assis,
Luzinete Simões Minella, Susana Bornéo Funck
(organizadoras). - - Tubarão : Ed. Copiart, 2014.
592 p. ; 23 cm. - (Desafis feministas; 3)
ISBN 978.85.8388.030.1

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Mulheres - História.
3. Feminismo e arte. 4. Feminismo - História. 5. Mulheres na
política. 6. Mulheres na literatura. I. Assis, Gláucia de Oliveira.
II. Minella, Luzinete Simões. III. Funck, Susana Bornéo.

CDD (22. ed.) 305.42

Elaborada por Sibeke Meneghel Bittencourt - CRB 14/244

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO

Entrelugares e mobilidades	11
<i>Gláucia de Oliveira Assis</i>	

FEMINISMOS: TRÂNSITOS E MOVIMENTOS

Desafios para o feminismo no século XXI: uma perspectiva do sul da Ásia, focalizando especialmente Índia	35
<i>Rekha Pande</i>	
Algunas consideraciones sobre las mujeres y la democratización en Uruguay	65
<i>Marisa Ruiz</i>	
Feminismos transnacionais e deslocamentos de brasileiras através das fronteiras.....	85
<i>Adriana Piscitelli</i>	

A modo de reflexión: asociaciones de mujeres en un contexto local y feminismos transnacionales	121

Assumpta Sabuco Cantó

Feminismos transnacionais interculturais: imigrantes feministas/feministas imigrantes e os feminismos de “acolhimento” e de origem.....	153

Beatriz Padilla

Movilidades en la era de la globalización: Cuba como espacio paradójico	169

Ana Alcázar Campos

Migraciones y géneros: consolidación de un campo y nuevos desafíos	191

Ana Inés Mallimaci Barral

O caso Big Dan e seu epílogo: intersecções entre gênero, etnicidade e classe na incorporação desigual de imigrantes em uma cidade americana em tempos neoliberais.....	209

Bela Feldman-Bianco

Gênero e ativismo político: mulheres no MST e em assentamentos rurais	229

Elisete Schwade

As lutas das mulheres camponesas na contramão da civilização capitalista.....	249

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

A agricultura familiar e o desafio do gênero França-Brasil	269

Hélène Guetat-Bernard

INTERSECÇÕES: GÊNERO, GERAÇÕES, CLASSE E RAÇA/ETNIA

PEC ou a Lei Áurea dos tempos modernos? Relações de gênero e cidadania tardia para as trabalhadoras domésticas.....289

Angela Figueiredo

Intersecções de raça/etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas 319

Jurema Werneck

Mães de santo em movimento: gênero, raça e axé 329

Sônia Maria Giacomini

Gênero, gerações e velhice: omissões e discriminações 347

Alda Britto da Motta

Gerações e identidades homossexuais entre homens: narrativa, tempo, diferença.....365

Júlio Assis Simões

Sobre peixes e machos: notas sobre aprendizagens e masculinidades na pesca amazônica.....383

Carlos Emanuel Sautchuk

Relações de gênero e de poder na pesca artesanal em Pernambuco 393

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Gênero e desempoderamento de mulheres nos reassentamentos rurais da usina hidrelétrica de Estreito, Tocantins.....407

Temis Gomes Parente

Construções e desconstruções de gênero na instituição de educação infantil	427
<i>Maria Eulina Pessoa de Carvalho</i>	
Reflexões sobre o lugar da primeira infância na creche e na pré-escola.....	439
<i>Verena Wiggers e Regina Ingrid Bragagnolo</i>	
Crianças Fazendo Gênero: reflexões sobre o lugar da primeira infância e da responsabilidade social da família e da creche....	469
<i>Juliane Di Paula Queiroz Odino</i>	
Sociologia da infância e gênero no Brasil	497
<i>Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira</i>	
Educación sexual para decidir...? Límites y posibilidades de una política de derechos para la infancia con perspectiva de género (Argentina, 2002 a 2013).....	533
<i>Cecilia Rustoyburu</i>	
Juventudes, feminismos e aprendizagens culturais de gênero	549
<i>Nilda Stecanela</i>	
Infância, família e relações de gênero: em debate a adoção internacional (Brasil, 1980-2000)	563
<i>Silvia Arend</i>	
Autoras	575

The background of the page is a dark gray rectangle. Overlaid on this are several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned diagonally across the frame. The word 'APRESENTAÇÃO' is centered in the lower half of the image.

APRESENTAÇÃO



ENTRELUGARES E MOBILIDADES



O X Seminário Internacional Fazendo Gênero – Desafios atuais dos feminismos buscou trazer para o campo de estudos de gênero e do feminismo o debate de questões relevantes para os feminismos contemporâneos, pois, a despeito das visíveis conquistas realizadas por mulheres em muitos contextos, permanecem assimetrias, desigualdades, vulnerabilidades, violências, questões que evidenciam que a equidade de gênero ainda demanda um amplo conjunto de ações, tanto no âmbito das políticas públicas quanto no nosso cotidiano, reconfigurando questões para os feminismos neste início de século XXI.

Partindo dessas reflexões, os temas abordados nas diversas mesas do Fazendo Gênero 10 buscaram problematizar esses desafios, possibilitando um amplo conjunto de discussões de assuntos relevantes que atravessam os estudos de gênero na contemporaneidade. Buscando reunir os artigos apresentados e ampliar esse debate para um público mais amplo, os artigos apresentados nas mesas-redondas foram reunidos e organizados em três volumes. O primeiro, intitulado *Linguagens e Narrativas*, reúne artigos que abordam os seguintes temas: mulheres e história, epistemologias contra-hegemônicas, feminismos e os debates pós e descoloniais, novas narrativas e subjetividades, publicações feministas e, por fim, os artigos em homenagem a



feministas recém-falecidas, destacando suas trajetórias de vida e militância. O segundo, *Políticas e Fronteiras*, apresenta artigos que abordam a questão das políticas sociais, organizados em cinco eixos temáticos: feminismos e transfeminismos; cidadania e justiça; sexualidades e subjetividades; educação e diversidade; e aborto, reprodução e violências.

Este volume, *Entrelugares e Mobilidades*, analisará os trânsitos e deslocamentos cujas consequências têm afetado o cotidiano das mulheres em contextos diversos. Os artigos foram organizados em duas seções, que buscam dar conta da diversidade dos temas abordados: na primeira, “Feminismos: trânsitos e movimentos”, os artigos discutem os trânsitos das teorias feministas, o movimento de mulheres e as mobilidades contemporâneas. Na segunda, “Intersecções: gênero, gerações, classe e raça/etnia”, analisam as temáticas de gênero em contextos rurais; intersecções raça/etnia; gênero e classe; gênero e gerações; e feminismos e infâncias.

A coletânea se inicia com a conferência de Rekha Pande, “Desafios para o feminismo no século XXI: uma perspectiva do sul da Ásia, focalizando especialmente Índia”. O artigo nos convida a conhecer um pouco do feminismo no sul da Ásia, apresentando um breve histórico do movimento de mulheres na Índia, sua participação no processo de independência e a persistência das desigualdades de gênero, mesmo após o processo de independência. A autora narra os desafios colocados contemporaneamente para o movimento feminista no sul da Ásia e na Índia. Segundo Rekha, esses desafios poderiam ser sintetizados nos três Gs: a atitude em relação às meninas (*girl child*), a violência de gênero (*gender violence*) e a globalização (*globalization*). Constitui, portanto, desafio para o feminismo *empoderar* as meninas para entrar no *mainstream* da atividade econômica e social, possibilitando maior escolarização e diminuição dos casamentos precoces e das práticas de escolha do sexo dos filhos, que impactam



negativamente na vida das meninas e das mulheres indianas. Outro desafio é o enfrentamento das várias formas de violência tanto no espaço público (violência física, psicológica e sexual, que inclui estupro, assalto sexual, assédio sexual e intimidação na escola ou no trabalho, e o tráfico de pessoas) quanto no espaço privado (a violência doméstica), que ocorrem com as mulheres de todas as classes sociais. O Estado também submete as mulheres à violência, pois “a violência física, a sexual e a psicológica são frequentemente perpetradas ou toleradas por Estados que priorizam os costumes ou tradições acima do respeito das liberdades fundamentais”. Por fim, menciona as questões colocadas pela globalização, nas quais a reestruturação econômica provocada pela economia global tem impacto sobre os países do sul asiático, em especial para mulheres e crianças, que já vivem numa situação de desigualdade devido à estrutura da sociedade indiana, causando seu maior empobrecimento e inserindo muitas no mercado do sexo ou em situações de tráfico de pessoas.

Do movimento de mulheres do sul da Ásia nos deslocamos para pensar os movimentos de mulheres no Cone Sul. O artigo de Marisa Ruiz, “*Algunas consideraciones sobre las mujeres y la democratización en Uruguay*”, narra a participação das mulheres no processo de redemocratização do Uruguai (1980-1985). A partir de relatos orais de militantes feministas e de fontes impressas, a autora busca dar visibilidade à participação política das mulheres nesse processo, questionando a forma como a historiografia tradicional as invisibilizou e perpetuou imagens de submissão. Para a autora, as mulheres tiveram importante papel de comunicadoras privilegiadas e observadoras qualificadas através de suas silenciosas transmissões em todos os espaços que frequentavam, contribuindo, por meio do movimento de mulheres, com sua participação em manifestações pacíficas para o processo de redemocratização da sociedade uruguaia.

Se o movimento de mulheres tem impacto nas trajetórias de mulheres que buscam, com sua atuação política, enfrentar



regimes autoritários, a circulação de mulheres no mundo contemporâneo também tem colocado importantes questões para os estudos de gênero e feminismos.

O artigo de Adriana Piscitelli, “Feminismos transnacionais e deslocamentos de brasileiras através das fronteiras”, analisa como o acesso ao espaço social dos feminismos transnacionais e a circulação das teorias vinculadas a esses movimentos contribuem para as discussões sobre os deslocamentos contemporâneos. Piscitelli demonstra, analisando as experiências de migrantes brasileiras na Europa, que enquanto no Brasil os ativismos articulados em redes feministas transnacionais não ignoram as migrações, mas estão, sobretudo, voltados para o tráfico de pessoas, na Europa as organizações que apoiam direitos de mulheres migrantes abrangem uma diversidade de problemáticas, nas quais o tráfico está longe de adquirir centralidade, revelando as tensões entre os feminismos e as organizações de mulheres imigrantes. Para a autora, as primeiras formulações dos feminismos transnacionais oferecem uma ferramenta para “levar em conta as articulações e tensões entre organizações de mulheres, feminismos, estados e agências de financiamento e as hierarquias entre migrantes”.

Refletindo também numa perspectiva do feminismo transnacional, Assumpta Sabuco Cantó analisou as inter-relações entre as Associações de Mulheres em Andaluzia e o feminismo transnacional. Cantó caracteriza o movimento de mulheres em Andaluzia, analisando, a partir das vozes das mulheres, como se articulam as demandas locais e regionais com as questões de gênero e cidadania. A autora destaca que as releituras de direitos internacionalmente reconhecidos pelas mulheres, por vezes, criam visões hegemônicas sobre esses direitos das mulheres, encobrendo demandas relativas a direitos sexuais e transexualidade, muitas vezes não contempladas nos discursos hegemônicos do feminismo. Assim, destaca o desafio de combinar as



formulações globalizadas dos movimentos de mulheres com as demandas localizadas, ouvindo as vozes das mulheres que participam do movimento.

Beatriz Padilla, no artigo “Feminismos transnacionais interculturais: imigrantes feministas/feministas imigrantes e os feminismos de ‘acolhimento’ e de origem”, busca analisar os feminismos transnacionais e sua articulação com os movimentos de mulheres imigrantes. A autora toma como ponto de partida o ciberativismo desenvolvido em Portugal como uma forma de confrontar/questionar as representações acerca das mulheres brasileiras imigrantes, presentes na mídia portuguesa, que as colocam numa posição subalterna, caracterizada pela hipersexualidade. Para tanto, analisa um evento específico – o “Manifesto contra o preconceito às mulheres brasileiras em Portugal” –, realizado por um grupo de imigrantes brasileiras feministas, portuguesas e de outras nacionalidades contra um programa humorístico que reiterava as imagens de hipersexualização da mulher brasileira. O manifesto, a criação de um *blog* e de uma página no Facebook tiveram ampla repercussão em Portugal, receberam o apoio de várias organizações de mulheres brasileiras, portuguesas e de outros países e repercutiram também no Brasil. Segundo a autora, pode ser considerado um primeiro grande trunfo do ciberfeminismo em Portugal. O artigo demonstra as possibilidades de articulação, mas também as dificuldades dos feminismos locais de dialogar com as demandas de mulheres imigrantes e reconhecer que as lutas por equidade de gênero não deveriam ser dissociadas.

Pensando as mobilidades contemporâneas nas suas articulações com o turismo, Ana Alcázar Campos, no artigo “Movilidades en la era de la globalización: Cuba como espacio paradójico”, propõe-se a refletir sobre como se conectam os fluxos turísticos e as migrações, buscando compreender as mobilidades em contexto de globalização. A autora considera o Caribe uma



região privilegiada para compreender essa inter-relação, pois é uma região que atrai muitos turistas e, ao mesmo tempo, é emissora de população migrante. Assim, a partir de uma pesquisa etnográfica realizada em Cuba, analisa os “contatos nas bordas do sistema mundial”, demonstrando como a globalização estabelece um “mapa de mobilidade”, no qual a presença de turistas espanhóis em Cuba pode ajudar a compreender o fluxo de cubanos rumo à Espanha, revelando como o turismo e a migração estão relacionados a estratégias de gênero.

Ana Inés Mallimaci Barral, no artigo “Migraciones y géneros: consolidación de un campo y nuevos desafíos”, discute como se consolidou um campo de estudos que analisa a relação entre gênero e migrações e os desafios para o feminismo argentino de continuar produzindo conhecimento crítico e transformador. A autora aborda essas questões a partir da presença de bolivianos na Argentina, demonstrando como os estudos que incorporaram gênero na perspectiva da análise das migrações, com o passar do tempo, saíram da denúncia da invisibilidade das mulheres para uma perspectiva que busca compreender a feminização dos fluxos contemporâneos. Destaca o fato de que a maior demanda por trabalho de cuidado e assistência nos países europeus e nos Estados Unidos gera uma busca por trabalhadoras transnacionais.

O artigo de Bela Feldman-Bianco traz uma importante reflexão aos desafios dos feminismos contemporâneos no que tange às intersecções entre gênero, raça e classe nos processos de incorporação desigual de transmigrantes em New Bedford, Massachussets. O ponto inicial da análise é um evento marcante na região – o caso Big Dan –, um estupro coletivo realizado por imigrantes portugueses desempregados em uma mulher americana-portuguesa. Partindo desse caso, Feldman-Bianco discute como o crime de estupro afetou o processo de incorporação dos portugueses e de seus descendentes na localidade. Dessa forma, a cidade foi se reposicionando no cenário nacional e



global a partir do turismo. Assim, “a identidade portuguesa, antes racializada e, posteriormente, associada à alcunha de New Bedford como a ‘capital da gangue de estupradores portugueses da América’, finalmente se tornou um componente visível e desejável do patrimônio cultural da cidade”, modificando a posição dos portugueses e descendentes nessa cidade. Ao mesmo tempo, outros grupos de imigrantes transnacionais que chegaram à região, em particular as mulheres latino-americanas, vivenciam a instabilidade, a discriminação e a fragilidade dos processos de reestruturação econômica local e global, evidenciando, portanto, o processo de incorporação desigual de migrantes transnacionais na localidade.

Os deslocamentos transnacionais abarcam os fluxos não apenas de migrantes e de teorias feministas, mas também de militantes de movimentos sociais de contextos rurais, como demonstra Elisabete Schwade no artigo “Gênero e ativismo político: mulheres no MST e em assentamentos rurais”. Para a autora, o gênero dos e das militantes se constrói nas relações sociais efetivadas no confronto de práticas sociais de homens e mulheres envolvidos no ativismo e das construções identitárias tradicionalmente associadas a homens e mulheres em contextos rurais. A autora centra-se nos *processos de diferenciação* que envolvem a construção da militância e do ativismo político a partir da trajetória de mulheres militantes. Nesse processo, se num primeiro momento de expansão do MST os deslocamentos e as migrações faziam parte dos itinerários militantes, atualmente o movimento se insere em outros contextos que marcam a inserção do MST e das militantes em fluxos globais. Analisando as trajetórias, Schwade demonstra os múltiplos processos de deslocamentos – geográficos, culturais, identitários – vivenciados pelas mulheres em seus percursos de militância, indicando nessa análise um processo de diversificação nos papéis de gênero.

O artigo de Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, “As lutas das mulheres camponesas na contramão da civilização



capitalista”, também analisa as mulheres em contextos rurais, suas lutas e seus processos associativos, destacando como suas práticas constituem desafios para os feminismos contemporâneos. A autora sugere que:

embora estudos feministas recentes levem em consideração a pluralidade humana nos aspectos relacionados à raça, etnia, geração, orientação sexual e religiosa, etc., tratam, de maneira geral, da diferença e da existência do Outro a partir de concepções de liberdade e de emancipação herdadas das Luzes. (Esmeraldo, 2014, p. 249).

Partindo de uma crítica feminista que busca tensionar/questionar as epistemologias modernas dominantes, analisa as lutas de mulheres camponesas no Brasil e na América Latina, demonstrando como essas lutas têm representado uma denúncia ao modelo civilizatório de caráter universalizante e excludente. Focalizando as ações políticas de mulheres camponesas realizadas no Brasil na década de 2000 e materializadas em manifestações públicas em comemoração ao dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher) e ao dia 12 de agosto (Dia de Combate à Violência no Campo), demonstra como essas mulheres, “por meio da criação de novas formas de resistência e a partir de suas diferentes posições de gênero, de classe social e de sua relação direta com a reprodução social e a preservação da vida humana”, representam formas de resistência à ordem econômica dominante e levantam outras vozes e práticas contra esse modelo civilizatório.

O artigo de Hélène Guetat-Bernard, “A agricultura familiar e o desafio do gênero França-Brasil”, traz uma reflexão sobre as demandas alimentares num mundo cada vez mais urbano, apresentando os desafios para a agricultura familiar. A partir de uma perspectiva de gênero, busca compreender as atuais dificuldades da agricultura familiar de atender, conjuntamente, às questões de eficácia econômica, de igualdade de gênero nas esferas domésticas e nas linhas produtoras e também de inscrição



territorial de bens alimentícios de qualidade. O artigo apresenta uma análise do estatuto das mulheres agricultoras no Brasil e na França, buscando abordar as questões em torno da agricultura familiar e da agroecologia. A autora demonstra como os estudos feministas contribuíram para dar visibilidade ao trabalho feminino na agricultura familiar, desconstruindo a oposição entre trabalho produtivo e reprodutivo. Para Hélène Guetat-Bernard, a organização do movimento de mulheres rurais tanto no Norte quanto no Sul denuncia as relações patriarcais no interior de suas famílias e reivindica o reconhecimento de seus saberes e competência, dando valor às suas produções, inclusive para o mercado. Nesse cenário, as organizações campestres, na contracorrente da agricultura em grande escala/comercial, lutam pela valorização de seus saberes e práticas e elegem a agroecologia como uma alternativa às práticas destruidoras do meio ambiente, defendendo que a agroecologia é uma questão de gênero.

O segundo conjunto de artigos, agrupados sob o tópico “Intersecções: gênero, gerações, classe e raça/etnia”, se inicia com o artigo “PEC ou a Lei Áurea dos tempos modernos? Relações de gênero e cidadania tardia para as trabalhadoras domésticas”, em que Angela Figueiredo, articulando gênero, raça e classe, demonstra como, no caso das mulheres negras, os direitos trabalhistas demoraram a ser reconhecidos, evidenciando a permanência de relações de trabalho desiguais e a dificuldade de acesso à cidadania de um contingente amplo de trabalhadoras – as trabalhadoras domésticas. Para a autora, há “uma clara relação entre a aprovação da PEC nº 66/2012 e a efetiva ampliação dos direitos e da cidadania para as mulheres negras”. Ao comparar a Lei Áurea com a Constituição de 1988, Angela Figueiredo reconstrói o que denomina de “trilha da cidadania tardia”, evidenciando como os direitos das trabalhadoras domésticas demoraram 25 anos para serem incorporados como direitos trabalhistas, o que revela o lugar/significado do



trabalho doméstico na sociedade brasileira. A partir de relatos das trajetórias de mulheres trabalhadoras domésticas, verifica que “elas tiveram o afeto familiar negado, o acesso à escola impossibilitado, a infância negligenciada e explorada pelo trabalho infantil doméstico e o direito à cidadania não assegurado pelo Estado”. Para a autora, é necessário desnaturalizar a categoria “trabalhadora doméstica”, pois nessa representação se entrecruzam três categorias sociais: gênero, raça e classe, que são naturalizadas e formam diferentes eixos de subordinação da mulher negra. Torna-se necessário construir uma nova imagem que valorize sua trajetória e lhe assegure direitos fundamentais de acesso à escola, saúde, moradia, vida digna – cidadania. A PEC nº 66/2012 sinaliza para essa mudança ao garantir o reconhecimento efetivo ao trabalho doméstico.

Em “Intersecções de raça/etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas”, com base no reconhecimento de que as leituras da realidade são parciais e potencialmente hegemônicas, Jurema Werneck aborda a questão da interseccionalidade a partir de sua perspectiva de mulher negra, qualificando essa perspectiva como a de “sujeitos sociais e coletivos heterogêneos que têm em comum a experiência do racismo patriarcal”. Destaca, entretanto, que o posicionamento como “mulher negra” não é suficiente para dar conta de experiências vinculadas a outros vários eixos de identidade – como orientação sexual, classe social, territorialidade, por exemplo –, que constituem forças ativas de diferenciação e de subordinação e que devem orientar estratégias de resistência. Discute, a seguir, algumas dessas estratégias que estão sendo utilizadas no Brasil, enfatizando a emergência de publicações que reúnem diferentes vozes de mulheres negras. Tais publicações, além de atestarem a autonomia e a superação dessas autoras num contexto de poucas oportunidades educacionais e de um mercado editorial adverso, constituem um confronto direto à estereotipia da mulher



negra como intelectualmente inferior, limitada a uma reduzida tipologia de representação (domésticas, prostitutas, mulatas, etc.), com trajetórias relegadas à irrelevância e ao desinteresse. A diversidade de vozes e de experiências narradas coloca em destaque a interseccionalidade que caracteriza a realidade, as perspectivas e os projetos das mulheres negras no Brasil.

No entrecruzamento de gênero, classe e raça, temos também o artigo “Mães de santo em movimento: gênero, raça e axé”, de Sonia Maria Giacomini. O artigo é resultado de um projeto de pesquisa que procurou mapear as Casas de Religiões de matriz africana no Rio de Janeiro. O artigo apresenta três mulheres mães de santo que narraram suas trajetórias, seu processo de iniciação, sua afirmação como lideranças – inclusive para além do campo religioso. Ao analisar essas narrativas, a autora discute, ainda, o lugar do corpo nesse universo, em particular nos processos de decisão e na prestação de serviços religiosos. Por fim, tece reflexões sobre a maneira como as sacerdotisas relacionam a esfera pessoal/familiar, a sacerdotal/religiosa e a política. Ao descrever as trajetórias, Sonia Giacomini demonstra que para as mães de santo a passagem do mundo religioso para o mundo civil não aparece como uma transição, mas como uma continuação da manifestação de sua força, que não é senão a força dos orixás, do axé. Assim, tanto na casa quanto na rua, a agência já existe e por isso essas mulheres transitariam com naturalidade no mundo civil ou político/público.

Os desafios dos feminismos são múltiplos e, ao discutir as intersecções entre gênero, classe e raça, os trabalhos apontam para um outro entrecruzamento importante, que muitas vezes não é contemplado nas análises – a categoria geração. O artigo de Alda Britto da Motta, “Gênero, gerações e velhice: omissões e discriminações”, discute como a categoria geração tem sido abordada, afirmando que muitas vezes a condição geracional, o passar do tempo e a própria velhice são ignorados. Alda



Motta problematiza/questiona o fato de que os estudos feministas que utilizam as categorias interseccionais – gênero, classe social e raça/etnia – geralmente não incorporam a categoria geração. Esta invisibilidade aparece tanto no plano teórico quanto nas ações feministas, como também nas campanhas que muitas vezes se esquecem de incluir mulheres mais velhas, centrando-se nas mulheres jovens. Alda demonstra ainda que o atendimento em hospitais muitas vezes discrimina os mais velhos e, principalmente, as mulheres mais velhas, pois, estando fora da idade reprodutiva, deixam de receber atenção no que se refere às consultas ginecológicas. Destaca que mais recentemente tem se ampliado a articulação das categorias gênero/geração nas pesquisas, ressaltando tanto pesquisas como dossiês em revistas acadêmicas que têm procurado contribuir para essa perspectiva. Por fim, dedica-se a discutir a questão da violência contra idosos e idosas, enfatizando que é necessário percebê-la como expressão das relações de poder entre gerações imersas em relações de gênero.

Contribuindo para essa discussão da articulação entre gênero e geração, no artigo “Gerações e identidades homossexuais entre homens: narrativa, tempo, diferença”, Júlio Assis Simões examina a complexa relação entre o conceito de envelhecimento e a homossexualidade masculina. Partindo de algumas de suas pesquisas anteriores e da definição de “narrativa geracional”, Simões examina três pesquisas recentes com homens majoritariamente brancos, de classe média, com bom nível intelectual e com idade superior ao que se convencionou denominar de meia-idade. A análise revela importantes mudanças comportamentais, como nas noções de *respeito*, *tolerância* e *aceitação* para caracterizar relações e experiências, na preocupação com a saúde em vista da convivência com o HIV, as novas oportunidades e alternativas de socialização proporcionadas pela internet, entre outras. Apesar dessa visão que denomina de “melhorista”,



o autor também aponta a persistência de problemas, entre os quais destaca a maior vulnerabilidade de idosos homossexuais à violência e à vitimização. Ressalta, ainda, o cruzamento da identidade gay com aspectos como classe e raça e chama a atenção para o caráter colaborativo e intergeracional das experiências de envelhecimento analisadas.

Em contexto bastante diverso, mas ainda com uma preocupação com o aprendizado social e cultural, Carlos Emanuel Sautchuk enfoca situações de aprendizagem ou de inserção de sujeitos homens nos sistemas de pesca na região do estuário do Amazonas, abordando a diversidade de masculinidades entre pescadores amazônicos e enfatizando suas relações com o ambiente. Em “Sobre peixes e machos: notas sobre aprendizagens e masculinidades na pesca amazônica”, o autor define o perfil de seu trabalho como gêneses relacionais, ou tecnogêneses do masculino. Conforme observa, há uma diferença entre os *laguistas*, que se dedicam à captura do pirarucu com arpão numa região de lagos, deslocando-se em canoas a remo, e os *pescadores de fora*, que tripulam barcos motorizados e buscam a gurijuba com espinhel de fundo nos trechos costeiros. Embora ambos sejam igualmente responsáveis pelo provimento das famílias, eles exercitam sua masculinidade de formas distintas. Por exemplo, o primeiro deve ser “macho” ao evitar fugir do confronto com o animal; o segundo, ao desempenhar tarefas árduas, como levantar peso ou suportar dor e desconforto. Ao concluir suas análises, Sautchuk aponta que, sendo os atos constitutivos das pessoas, seria então possível pensar sobre as construções da masculinidade no caso da pesca a partir do engajamento corporal e subjetivo nas relações técnicas.

Também refletindo sobre as articulações entre gênero, geração e pesca, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, no artigo “Relações de gênero e de poder na pesca artesanal em Pernambuco”, analisa as contribuições do Conselho Pastoral da



Pesca para a organização do movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras. A pesquisa reconstrói a trajetória desse movimento social, a partir de análise de relatos de mulheres pescadoras e de pesquisa documental junto às militantes do movimento. Os relatos dão voz às trajetórias e lutas das mulheres pescadoras pelo reconhecimento e pelo acesso a direitos trabalhistas, revelando, ainda, que ao longo de suas trajetórias ocorreram situações e momentos de rupturas com modelos cristalizados de divisão sexual do trabalho entre as pescadoras artesanais, que conduziram a mudanças nos lugares ocupados por homens e por mulheres nas colônias pesqueiras. Nesse sentido, a participação no movimento social tem possibilitado processos de empoderamento/agenciamento das pescadoras artesanais, embora, como demonstra a autora, esse processo não ocorra sem contradições e limites, pois ainda há mulheres que não conseguem registro como pescadoras e, portanto, não têm acesso a direitos previdenciários.

Em “Gênero e desempoderamento de mulheres nos reassentamentos rurais da usina hidrelétrica de Estreito, Tocantins”, Temis Gomes Parente apresenta alguns dos resultados de uma pesquisa mais ampla sobre gênero e memória de mulheres dos movimentos sociais. Segundo a autora, a remoção para assentamentos acarretou considerável perda de autonomia e poder para as mulheres de Estreito. A partir de uma análise de entrevistas aleatórias com mulheres de quatro assentamentos, foi possível perceber que, apesar de alguns benefícios recebidos, as mulheres perderam a possibilidade de trabalhar fora de casa, como faziam, com a exploração do coco-babaçu, a pesca e a agricultura de subsistência. Além de perderem a renda advinda dessas atividades, deixaram de formar importantes vínculos sociais, como as relações de vizinhança e comunidade proporcionadas pela extração, quebra e venda dos produtos do coco-babaçu. Limitadas às atividades da casa, passaram a vivenciar um aumento da violência



doméstica e, com o fortalecimento dos lugares de gênero, a perder sua autonomia e sua autoestima.

Finalizando esta coletânea e contribuindo para a discussão de gênero e geração, temos um conjunto de artigos refletindo sobre questões de gênero e infância. Maria Eulina Pessoa de Carvalho, no artigo “Construções e desconstruções de gênero na instituição de Educação Infantil”, partindo do pressuposto de que o gênero organiza os processos e as práticas sociais na família e na escola, analisa o processo de construção desses atributos nas práticas escolares. Para a autora, nas instituições de Educação Infantil, há uma série de dispositivos, de pedagogias visuais, que deveria ser avaliada no que se refere à reprodução dos estereótipos de gênero. Nesse sentido, partindo de uma perspectiva feminista construtivista social, critica o gendramento da organização escolar e das crianças por meio da internalização de normas e expectativas de gênero em seus corpos, comportamentos e autoconceitos. Assim, um processo de desgendramento torna-se fundamental para desconstruir os estereótipos e combater o sexismo e a misoginia que permanecem na escola e em outras instituições sociais, apesar dos avanços do feminismo. A autora conclui que a educação escolar das crianças precisa de uma agenda mínima que inclua não agrupar as crianças por sexo em suas atividades, eliminar a linguagem sexista reprodutora do gênero, inclusive chamando sempre “crianças” em vez de “meninos” e “meninas”, transversalizar a questão de gênero na formação docente inicial e continuada, como vêm propondo os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres.

O enfoque geracional em sua relação com a categoria gênero está também presente em “Crianças Fazendo Gênero: reflexões sobre o lugar da primeira infância e da responsabilidade social da família e da creche”, de Juliane Di Paula Queiroz Odino. Com base em sua experiência na organização do projeto “Crianças no Fazendo Gênero”, cuja segunda edição foi parte



integrante do Fazendo Gênero 10, a autora reflete sobre o lugar social da infância na contemporaneidade, abordando temas como as relações intergeracionais; a situação da criança no contexto global; os vínculos sociais estabelecidos culturalmente entre crianças e seus pares e outros adultos; a problemática da paternidade/maternidade; e as dicotomias associadas às diferenças de gênero, como o público e o privado, o emocional e o racional. Na primeira parte do artigo, discute “as transformações históricas da responsabilidade social na educação das crianças pequenas na tentativa de acompanhar o viés das conquistas feministas”, em especial no que concerne ao movimento por creches no país. A segunda parte apresenta uma reflexão sobre as práticas sociais de cuidado infantil e suas ressignificações frente à nova imagem da criança enquanto produtora de cultura, sujeito social e de direitos. Especialmente no que concerne ao gênero, discute questões que incluem os estereótipos de feminilidade e masculinidade, o papel da mídia nessa polaridade e a função social da Educação Infantil.

As discussões sobre Educação Infantil nas suas articulações com gênero são também problematizadas no artigo de Verena Wiggers e Regina Ingrid Bragagnolo, “Reflexões sobre o lugar da primeira infância na creche e na pré-escola”. As autoras sugerem que as preocupações com o papel da infância na construção da realidade social fazem parte dos movimentos de mulheres e feministas desde o início do século XX e que, ao longo do século, os movimentos de mulheres e outros movimentos sociais reivindicam as creches como espaços educativos. Segundo as autoras, tais demandas foram consolidadas na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tornam a creche e a pré-escola a primeira etapa da educação escolar. Após traçar esse breve histórico, Wiggers e Bragagnolo questionam, a partir das orientações e diretrizes da Coordenação Geral de Educação Infantil, como as diferenças sociais, econômicas, de gênero, de faixa etária, étnicas, culturais e das crianças com deficiência são



tratadas no interior da sistematização de propostas e práticas pedagógicas para a creche e a pré-escola. Analisando os estudos realizados sobre a Educação Infantil brasileira, evidenciam que:

no Brasil, velhas concepções e preconceitos convivem em meio a rotinas e práticas herdadas de tradições assistencialistas, convivem e resistem às propostas mais generosas que presidiram as novas diretrizes legais, baseadas em uma visão da criança como sujeito de direitos, orientada pelos conhecimentos produzidos por diferentes áreas e informada pelas noções de respeito à diversidade.¹

Destacam, por fim, a importância da atuação do Estado, por meio de políticas públicas na área de educação, para garantir e possibilitar a formação nas áreas temáticas de gênero, classe, etnia, orientação sexual, visando incluir essas temáticas nos projetos político-pedagógicos e garantindo que, desde a Educação Infantil, promovam-se a igualdade de gênero e o questionamento de todas as formas de discriminação/desigualdade social.

O artigo de Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira, “Sociologia da infância e gênero no Brasil”, apresenta o estado da arte das pesquisas sobre gênero e infância nos estudos sociológicos no Brasil a partir de três recortes: os estudos iniciais da Sociologia na década de 1920 a 1944, os estudos realizados nos anos 1960 a 1990 e os estudos contemporâneos, no período de 1995 a 2009. Ao analisar a trajetória dos estudos da sociologia da infância, a autora encontra um “inquietante silêncio ‘sociológico’ do gênero no campo da infância”. A partir de uma perspectiva feminista, Oliveira sugere que, embora a categoria geração seja um recorte importante para se compreender a infância, gênero informaria melhor a condição social da infância “tanto nas relações de controle dos adultos sobre as crianças como entre elas, relações que exibem diferentes percepções de gênero e de poder”. Os estudos no campo

¹ Ver nessa coletânea Wiggers e Bragagnolo, p.460.



da sociologia da infância têm privilegiado um tipo de infância – a infância pobre – e um tipo de criança – as crianças de rua ou em vulnerabilidade social –, tendo avançado pouco nos referenciais teóricos sobre as demais infâncias e crianças, e menos ainda sobre as meninas. Nesse ponto, destaca ainda que as meninas são pouco pesquisadas, privilegiando-se os meninos. Por fim, aponta para a ausência de análises sobre relações de gênero na infância, mesmo nos estudos que contemplam processos de socialização e relações geracionais. Segundo a autora, foi somente a partir da década de 1990 que essa situação começou a ser alterada, com as pesquisas sobre o tráfico e a gravidez de meninas, o abuso sexual, a prostituição infantil e meninas internadas, destacando, no entanto, que muitas vezes não ocorria uma preocupação teórica com as relações de gênero no tratamento desses temas, situação que vem se modificando nos estudos mais recentes. O desafio, portanto, é que os estudos da sociologia da infância incorporem uma leitura generificada das experiências de meninos e meninas, desnaturalizando visões homogêneas, assexuadas e naturalizadas de infância.

Refletindo sobre as possibilidades e os limites das demandas feministas em relação à formulação de políticas públicas para a infância, Cecilia Rustoyburu, no artigo “Educación sexual para decidir...? Límites y posibilidades de una política de derechos para la infancia con perspectiva de género en Argentina”, analisa a aprovação e implementação da Lei Nacional de Educação Sexual Integral na Argentina em sua relação com o processo de recuperação de direitos da última década no país e com a problematização do caráter normatizador das instituições educativas. Segundo a autora, “o Programa Nacional de Educação Sexual Integral pode ser pensado como política de direitos de crianças e adolescentes porque pretende garantir o acesso à informação científica confiável, a liberdade de expressão e a possibilidade de serem escutados”. Na implementação do programa, têm sido



incorporadas algumas perspectivas e demandas do movimento de mulheres. Rustoyburu destaca que, tanto na formulação do material como na discussão dos conteúdos programáticos, além da formação de professores, embora haja avanços, ainda há o predomínio do paradigma biomédico e de perspectivas biologicistas sobre a sexualidade. Tais perspectivas, ainda presentes nas escolas e na sociedade, apresentam-se como um limite às possibilidades de empoderamento e ampliação dos direitos preconizados nas diretrizes curriculares da Lei Nacional de Educação Sexual Integral.

No artigo “Juventudes, feminismos e aprendizagens culturais de gênero”, Nilda Stecanela “procura uma articulação entre os percursos e as identidades juvenis, de jovens mulheres, envolvendo o acompanhamento de seus trânsitos pelo movimento estudantil e pelo feminista”, buscando descrever o que denomina de *aprendizagens culturais de gênero* que acompanham jovens mulheres militantes. Para tanto, parte da narrativa de uma jovem militante, Camila, cuja trajetória de vida é analisada a partir de seu envolvimento no movimento estudantil e no movimento feminista. Stecanela destaca os eventos que tiveram papel determinante para que Camila se construísse como jovem feminista e, ao mesmo tempo, colocasse em questão identidades tradicionais de gênero. A trajetória analisada revela *momentos de efervescência, de militância e de latência* – marcando os percursos de Camila e apontando para situações em que ocorre a negociação da identidade juvenil e da feminista, tanto nos tempos-espacos da formação profissional como naqueles da atuação profissional.

Abordando também feminismos e infância, Silvia Maria Fávero Arend, no artigo “Infância, família e relações de gênero: em debate a adoção internacional (Brasil, 1980-2000)”, investiga um processo singular de circulação de pessoas entre os diferentes Estados-nações, que tem um incremento significativo na segunda metade do século XX: a adoção internacional. Partindo



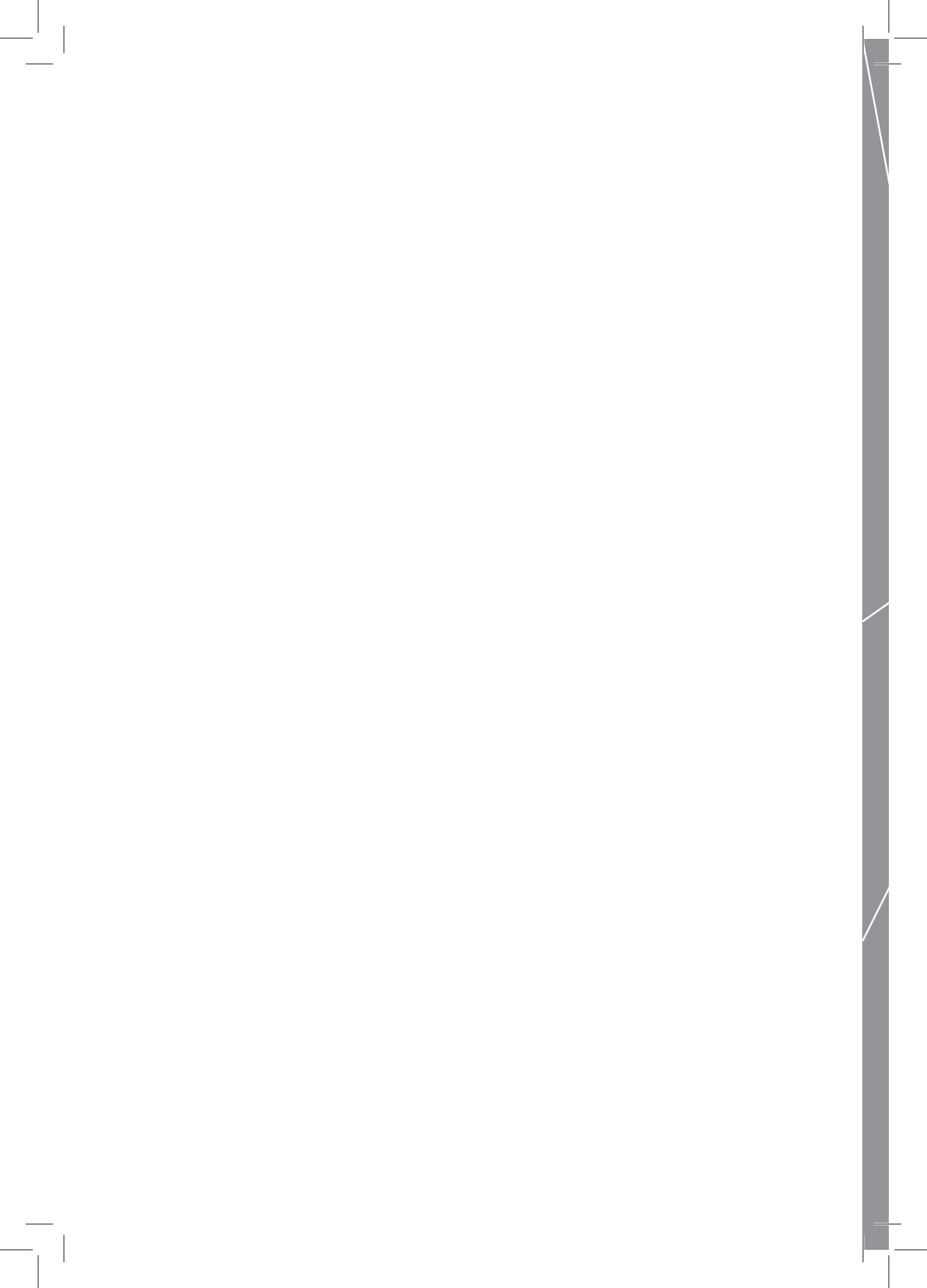
da perspectiva teórica da história transnacional e dos estudos de gênero e migração, analisa os processos de adoção internacional a partir de um *corpus* documental que envolve processos de adoção internacional realizados em Santa Catarina por famílias francesas e uma pesquisa, realizada na França, acerca da história da legislação internacional e brasileira sobre infância, adolescência e juventude. A autora demonstra que o Brasil entrou no chamado circuito da adoção internacional no final dos anos 1970, mas que foi ao longo dos anos 1980 que se tornou comum ver casais estrangeiros partindo com crianças e adolescentes brasileiras nos aeroportos, destacando que esse processo tinha menor intervenção do Judiciário. Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o Estado brasileiro passou a ter maior controle sobre o que a autora denomina “diáspora infantojuvenil”, dado o número de crianças e adolescentes adotados/as. O estudo revela que o estado de Santa Catarina tem lugar de destaque nos pedidos de adoção, entre outros fatores, pela característica branca da população, revelando um critério de raça/cor naqueles que buscam a adoção. A autora destaca ainda as representações sociais e de gênero sobre as mães e os pais consanguíneos nos relatórios sociais produzidos pelas assistentes sociais, em especial no que se refere às mulheres/mães, associando-as a atividades que colocam em risco os filhos: o tráfico de drogas e a prostituição. Em contraposição, demonstra que as mulheres candidatas à adoção são descritas como tranquilas e afetivas, ou seja, potencialmente “boas mães”, e os homens são associados ao mundo do trabalho, reforçando, num certo sentido estereótipos de família e gênero. Demonstra, portanto, que, embora tenham se ampliado as noções de família na Convenção Universal dos Direitos da criança e no ECA, “o limite para essa ampliação da configuração de família foi dado pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes”, sugerindo a necessidade de mais estudos que permitam compreender o trânsito contemporâneo de crianças e adolescentes no contexto da adoção internacional.



Os artigos apresentados nesta coletânea mostraram os diversos desafios do feminismo contemporâneo, pois analisam, a partir de diferentes perspectivas teóricas, como, num mundo em movimento, as mulheres se veem ainda em condições de desigualdades de gênero que desafiam a formulação de políticas públicas, sejam mulheres migrantes, pescadoras, negras, agricultoras. As agendas feministas se deparam com a importância de compreender os contextos e as lutas locais na intersecção com os marcadores de gênero, raça, classe social e geração. Nesse sentido, se, por muito tempo, os estudos feministas foram questionados sobre as relações de interdependência entre as desigualdades de gênero e as de raça, somam-se ou articulam-se a essas desigualdades as de geração. Por fim, pensando nas articulações entre feminismos e infância, a articulação entre gênero e geração aponta para os desafios de compreender a infância como sendo perpassada por marcadores de gênero tanto na escola como em outras instituições sociais, ficando com o desafio de engendrar também a noção de infância. Analisando os trânsitos contemporâneos, percebemos que uma análise de gênero implica perceber não só homens e mulheres na circulação internacional, mas também as crianças que são levadas a migrar, quer com seus pais ou parentes, quer em contextos de adoção internacional.

Esperamos que as leituras contidas nesta coletânea contribuam para uma reflexão crítica sobre os desafios suscitados pelos feminismos contemporâneos.

Gláucia de Oliveira Assis



The background is a solid dark gray rectangle. Three thin white lines intersect to form a triangular shape on the left side of the page. One line is vertical, another is diagonal from the top-left towards the bottom-right, and the third is diagonal from the top-right towards the bottom-left. The text is positioned to the right of these lines.

FEMINISMOS, TRÂNSITOS e MOVIMENTOS



DESAFIOS PARA O FEMINISMO NO SÉCULO XXI: UMA PERSPECTIVA DO SUL DA ÁSIA, FOCALIZANDO ESPECIALMENTE A ÍNDIA



Rekha Pande

► **Introdução: o feminismo é relevante nos dias de hoje?**

Em todo o mundo, tem havido uma ligação próxima entre o movimento de mulheres e o feminismo, que se inspiram e enriquecem mutuamente. Qualquer definição básica de feminismo e feminismos pode começar com a afirmação de que no centro do feminismo está a preocupação com o *status* de subordinação das mulheres na sociedade e com a discriminação enfrentada por elas por causa de seu sexo. Além disso, as feministas pedem mudanças na ordem socioeconômica, política ou cultural, para reduzir e finalmente superar essa discriminação contra as mulheres, criando uma sociedade igualitária, na qual a justiça de gênero seja alcançada. Hoje, entende-se que o termo “feminismo” denota a postura política de um indivíduo comprometido com a mudança da posição social das mulheres.



Atualmente, no século XXI, temos razões suficientes para ter orgulho de nossas realizações excepcionais. Desde pisar na Lua até a clonagem de genes, promover a longevidade e lutar contra doenças, há uma longa lista de tremendos êxitos da ciência e da tecnologia. Estamos nos movimentando para ter desejo suficiente para sucessos ainda maiores. E há razões para se acreditar que proximamente muitos de tais sonhos serão possíveis para nós. O feminismo demanda igualdade na sociedade. Posta dessa maneira, uma ideia feminista não parece muito controvertida. E, como algumas pessoas se arriscam a dizer, nem parece muito relevante para o século XXI. O feminismo certamente foi necessário há cem anos, quando as mulheres não podiam votar, não tinham muitos poderes legais e eram fortemente desencorajadas a trabalhar fora de casa. Hoje, as mulheres são um importante bloco de votantes, ganharam poder no judiciário e frequentemente têm empregos com altos salários – muitas Diretoras Executivas hoje em dia são mulheres. Que mais estamos buscando em termos de igualdade?

Seria maravilhoso concordar com todos esses argumentos que dizem que, sim, o feminismo cumpriu sua missão e o século XXI ainda não é completamente pós-patriarcal. Mas as mulheres ainda enfrentam obstáculos importantes que homens não enfrentam. Superar esses obstáculos requer uma perspectiva feminista, e o feminismo ainda continua a ser relevante. O local de trabalho é um dos lugares mais óbvios para verificar esse problema. Embora as mulheres trabalhem nas mesmas profissões que os homens, elas ganham muito menos pelo mesmo serviço. Um estudo recente demonstrou que, mesmo quando uma mulher e um homem possuem o mesmo nível de educação, o mesmo nível de experiência prévia, a mesma situação familiar e o mesmo tipo de profissão, a mulher ainda receberá 82 centavos para cada dólar que ganha um homem. Mesmo quando as mulheres são CEOs, enfrentam diferentes tipos de discriminação e expectativas em comparação aos homens. Quando Marissa Mayer, CEO da



Yahoo, anunciou que estava grávida, imediatamente começaram a especular que isso a desqualificaria para o trabalho. Supõe-se que as mulheres terão problemas para conciliar trabalho e família, já que é quase impossível representar o papel estereotipado da mãe completamente altruísta quando também tem uma carreira própria. Nossa sociedade ainda vê a “boa” mãe como a que pode pegar seus filhos na escola todos os dias e jantar com eles à mesa às seis horas. É perfeitamente aceitável que um pai chegue tarde após o trabalho, mas, se uma mãe o faz, é geralmente criticada. Esse padrão duplo dificulta que as mulheres avancem no mundo. Sarah Palin foi muito criticada durante sua campanha à vice-presidência por não dar atenção total a seus filhos, especialmente considerando que ela tem uma filha que teve uma gravidez não planejada e um filho com incapacidade mental.

► Importância do feminismo no século XXI

O feminismo é importante no século XXI porque mesmo pessoas que não se descrevem como feministas encontrarão desafios que o feminismo está tentando resolver. O feminismo traz esses tipos de discriminação à luz e oferece soluções. Podemos fazer melhor se trabalharmos juntos para resolver esses problemas do que se lutarmos sozinhos. Ao enfrentar desafios sociais, políticos e econômicos, as mulheres têm uma contribuição crucial para dar através do feminismo.

O feminismo não é somente uma preocupação para “questões de mulheres”, mas também uma forma de compreender o poder e criticar a dinâmica de dominação/subordinação que é central para uma parte tão grande da vida moderna. As raízes dessa dinâmica estão no patriarcado, o sistema de dominação masculina que surgiu há poucos milhares de anos, mas que tem sido muito destrutivo para as pessoas e para a terra. O patriarcado



é incompatível com a justiça e a sustentabilidade. O desafio para o feminismo é articular uma alternativa para as hierarquias ilegítimas que estruturam nossas vidas: homens acima das mulheres, brancos acima dos não brancos, ricos acima dos pobres, Primeiro Mundo acima do Terceiro. Se pudermos mudar a forma como nos tratamos uns aos outros, esses arranjos sociais não hierárquicos podem nos ajudar a resolver o problema fundamental da destruição inerente à dominação humana sobre o mundo não humano.

► Região Sul da Ásia

A Ásia do Sul abriga cerca de um quinto da população mundial. Consiste da Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão, Maldivas e os territórios britânicos do Oceano Índico. Das civilizações de 5 mil anos atrás até os dias de hoje, o sul da Ásia tem hospedado incontáveis culturas, criando uma terra com crenças diversas, nas quais conceitos modernos se mesclam a valores tradicionais. A região tem visto com frequência conflitos e instabilidade política, incluindo guerras entre os dois Estados que possuem tecnologia nuclear, Índia e Paquistão. A maioria dos países do sul da Ásia esteve direta ou indiretamente sob o jugo colonial europeu em algum momento e, portanto, devido às suas experiências de colonialismo e exploração, não foi capaz de acompanhar o ritmo de desenvolvimento do capitalismo no mundo. A maior parte da região ganhou sua independência da Europa no final dos anos 40. Embora seja caracterizada por seu alto crescimento econômico nos últimos dez a 15 anos, a pobreza é também uma realidade, acompanhada do analfabetismo, atraso e população numerosa. Na ausência de uma estrutura de apoio do Estado, a família representa um papel mais importante nessa cultura.



Apesar da globalização e modernização, o que caracteriza o sul da Ásia é o poder de valores e culturas tradicionais sobre as pessoas e as famílias. As famílias, que antes eram complexas, agora se tornaram nucleares e estendidas e são patriarcais, mas continuam desempenhando um papel significativo na vida dos indivíduos. O grau de poder de que os membros da família gozam nas relações familiares depende de seu gênero, função e *status*. Todo o sul da Ásia tem uma cultura familiar em que a interdependência é considerada mais valiosa que a independência. Espera-se que as metas e os desejos pessoais sejam subordinados aos da família. Os mais velhos e os homens servem como guias para as tomadas de decisões da família e para um comportamento cultural e individual adequado. Considerando que o Estado não assume qualquer responsabilidade social quanto a cuidados básicos de saúde e de idosos, é a família que cuida dos indivíduos em tempos de crise. Essa região também tem o maior número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Embora a maioria dos países em desenvolvimento tenha se saído bem, muitos têm se saído particularmente bem – o que pode ser chamado de o “levantar do sul”. Alguns dos maiores países se desenvolveram rapidamente, notadamente o Brasil, China, Índia, Indonésia, México, África do Sul e Turquia (UNDP, 2013). Apesar disso, entre as regiões em desenvolvimento, a Ásia do Sul tem quase o dobro da distância a cobrir que a Ásia Leste e mais de três vezes que a América Latina e o Caribe, se os aumentos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) forem acompanhados de aumentos de desigualdades em alguns padrões insustentáveis de consumo, alto gasto em militarismo e baixa coesão social. Quarenta e cinco por cento de seus pobres estarão vivendo em áreas urbanas até o final desta década, enquanto 50% da população pobre da região é de bebês, crianças e adolescentes. No total, 60% das mulheres em idade fértil na Ásia do Sul – onde metade de todas as crianças está abaixo do peso – estão também abaixo do peso (UNICEF- Fundo das Nações Unidas para Infância, 1998).



A globalização trouxe agora muitas mudanças para essa região, e o próprio feminismo está sendo desafiado.

► **Movimento de Mulheres na Índia:
pré-independência e reforma social no século XIX**

Na Índia, o Movimento de Mulheres começou como um movimento de reforma social no século XIX, na era da pré-independência. Nessa época, as ideias ocidentais de liberdade, igualdade e fraternidade estavam sendo absorvidas por nossa elite educada através do estudo do inglês e do contato com o Ocidente. Esse liberalismo do Ocidente estendeu-se para a questão das mulheres e foi traduzido em um movimento de reforma social. Os movimentos de reforma não foram homogêneos e variavam muito em termos de ideias e mudanças que iriam ser adotadas. No entanto, compartilhavam uma preocupação comum em arrancar pela raiz os males sociais, parcialmente em resposta às acusações de brutalidade dos governantes coloniais. Esse foi um período de controle e influência hegemônica da ideologia colonial. Foi uma época de transição, da emergência de uma sociedade burguesa e de novos valores e modos de pensamento.

A intervenção colonial no século XIX não estava mais confinada apenas ao mercado ou às instituições políticas, mas estava entrando nas áreas de nossa cultura e sociedade, e isso poderia causar transformação no tecido social da sociedade indiana. Essa potencial ameaça foi sentida por reformadores intelectuais indianos, expostos a ideias e valores ocidentais. Nessa conjuntura, o reformador intelectual indiano, sensível ao poder da dominação colonial e respondendo às ideias ocidentais de racionalismo, liberalismo e sociedade civilizada, por um lado, também buscou formas e meios de resistir a essa hegemonia colonial, recorrendo ao que K. N. Pannikar chama de defesa cultural (PANNIKAR, 1975).



Essa defesa cultural resultou numa situação paradoxal. Encorajados pelas novas ideias de racionalismo e progresso, os reformistas tentaram criar uma nova sociedade, que fosse moderna, mas estivesse enraizada na tradição indiana. Começaram um julgamento crítico da sociedade indiana para tentar criar um novo *ethos* isento de todas as aberrações sociais óbvias, como o politeísmo, a poligamia, a divisão em castas, o *sati*, o casamento infantil, o analfabetismo – tudo o que eles acreditavam serem impedimentos para o progresso das mulheres. Todos os reformistas sociais compartilhavam da crença, comum a muitas partes do mundo no século XIX, de que nenhuma sociedade poderia progredir se suas mulheres estivessem atrasadas. Para os reformistas, a posição das mulheres indianas, como era no século XIX, estava abismalmente baixa e, portanto, seus esforços estavam direcionados a melhorar o *status* das mulheres de maneira geral, através da legislação, da ação política e da propagação da educação. Isso foi incentivado principalmente pela primeira onda do feminismo do Ocidente e concentrado em direitos básicos para mulheres.

O movimento de reforma social não desafiou radicalmente a estrutura patriarcal nem questionou a relação de gênero. Escolheu para reforma apenas as questões que os britanistas estavam apontando como evidências de degeneração da sociedade indiana. Até mesmo as instituições e organizações de mulheres que surgiram durante esse período não tinham uma ideologia independente, mas se apoiavam no que os homens afirmavam. Isso é compreensível, porque foram inicialmente as mulheres e irmãs dos reformistas que começaram a fundar essas organizações. A direção e o conteúdo da reforma, como apresentados pelos reformistas, foram aceitos pelas organizações de mulheres sem qualquer questionamento. Como resultado, até mesmo quando as mulheres estavam falando por si mesmas usavam somente a linguagem dos homens, definida pelos parâmetros dos homens.



As mulheres eram consideradas recipientes passivos de um tratamento mais humanitário a ser dado pelo homem da elite com educação ocidental. Havia, portanto, uma tentativa de reformar a mulher, em vez de reformar as condições sociais adversas. Não houve tentativas de alterar a estrutura de poder e a relação homem-mulher na sociedade. Isso era apenas natural, já que a mudança de *status* da mulher estava sendo buscada dentro do próprio patriarcado. A tentativa foi criar uma nova mulher indiana, realmente indiana, mas suficientemente educada e instruída pelos valores do século XIX para se adequar à nova sociedade emergente. Assim, a educação para meninas não procurou equipá-las para serem autossuficientes, independentes e emancipadas e treiná-las para seguir uma profissão, mas para serem boas esposas, senhoras de sua casa e de seu lar (PANDE; KAMESHWARI, 1987).

O movimento de reforma social tinha seu próprio paradoxo: por um lado, havia uma preocupação em imitar, assimilar ou rejeitar as ideias ocidentais e, por outro lado, havia também o elemento de “renascimento”, ou uma necessidade de reafirmar e reforçar uma identidade cultural distinta daquela dos colonizadores britânicos. Além de buscar reformas através da legislação, a educação foi vista como um meio importante para mudar a situação das mulheres (FORBES, 1981). A educação das mulheres, que viu seu início, agora foi visualizada para criar esposas adequadas para os homens da recém-surgida elite ocidentalizada (MAZUMDAR, 1972). As mulheres também se engajaram na luta contra o colonialismo, mas, enquanto elas eram encorajadas a participar por líderes como Gandhi, seu trabalho nas lutas era apenas uma extensão de seu trabalho doméstico. Muito poucas mulheres tiveram permissão para atuar na linha de frente com os homens, e as que foram contaram sobre o isolamento que sentiam às vezes (KUMAR, 1993). Como forma de reação a essas novas ideias que o colonialismo trouxe para a Índia, as funções



femininas eram direcionadas para uma forma de vida mais tradicional. As mulheres se tornaram emblemáticas da tradição, e a reformulação da tradição foi conduzida principalmente através de debates de direitos e *status* das mulheres na sociedade (SANGARI, 1989). Por causa dessa visão corriqueira das mulheres, sempre que uma cultura é ameaçada, a resposta imediata é forçar as mulheres a permanecer em papéis mais tradicionais.

Não se estão minimizando as contribuições do movimento social de reforma. Apesar de suas limitações, não se pode negar que o movimento de reforma social ajudou a remover preconceitos contra a educação das mulheres e ofereceu um espaço secular para elas na esfera pública. O único espaço disponível para a mulher antes era na esfera religiosa. No período antigo, o budismo e o jainismo ofereciam esse espaço, porém as mulheres tinham que escolher entre religião e família e, caso escolhessem a religião, tinham que sair de suas famílias e tornar-se parte da *Sangha*. No período medieval, o movimento *bhakti* declarou que Deus mora em cada indivíduo e que se pode chegar a Deus através da fé. Muitos dos santos *bhakti* trouxeram a religião para os oprimidos e, portanto, os setores marginalizados da sociedade e as mulheres. *Bhakti* oferece às mulheres um lugar para sair do controle patriarcal da vida diária e, no processo, conseguir sua independência. Para todas essas mulheres *bhaktas*, a rejeição do poder da figura masculina, à qual elas estavam amarradas em relação de subordinação, tornou-se um campo para luta, autoafirmação e busca de alternativa. Contudo, as mulheres santas tinham que escolher entre o casamento e uma vida de domesticidade, e seu amor pelo Deus supremo (PANDE, 2005a).

O movimento de reforma social ofereceu um lugar secular para as mulheres em outras áreas, olhando para várias questões que eram culturalmente impostas às mulheres pela sociedade, prejudicando-as. Raja Ram Mohan Roy discutiu que *sati* não era apoiado pelos *shastras* (textos religiosos) e que nada mais era do



que o assassinato de uma mulher. Ele argumentou contra a poligamia e pelo direito de propriedade das mulheres. Ravindra Nath Tagore submeteu um memorando ao Conselho Legislativo para a remoção das incapacidades legais de viúvas hindus que se casavam novamente e o estabelecimento de escolas para meninas em todos os subúrbios de Calcutá. Keshav Chandra Sen conseguiu a aprovação do Ato do Casamento Nativo, em 1872, que proibiu o casamento de meninos com menos de 18 anos e de meninas com menos de 14 anos, proibiu a poligamia e incentivou o casamento das viúvas. O ato também permitiu os casamentos entre castas para aqueles que declarassem não pertencer a nenhuma fé reconhecida. Ishwar Chandra Vidya Sagar também foi muito crítico do sistema de casamentos de jovens e apoiou a alfabetização de mulheres; muitas organizações de mulheres também abraçaram essas reformas.

Sharda Sadan de Pandita Rama Bai (1892) em Poona, Shri Mahipatram Rupram Anathashram em Ahmedabad (1892), Shri Zorastrian Mandal em Bombay (1903), a Liga da Maternidade e Assistência à Criança em Baroda (1914) e Bhagini Samaj em Poona (1916), todas foram estabelecidas para trabalhar com o objetivo particular de melhorar a condição das mulheres como um todo e eliminar várias mazelas da sociedade. Essas organizações regionais foram seguidas por organizações nacionais, como a Associação Indiana de Mulheres (Women's Indian Association, 1917), o Conselho Nacional de Mulheres na Índia (National Council of Women in India, 1920), a Conferência de Mulheres de toda a Índia (All India Women's Conference, 1926), que chegou a organizar 12 conferências de mulheres até 1937, e a Federação de Mulheres Universitárias na Índia (Federation of University Women in India, 1920), com o único objetivo de estimular o interesse das mulheres pela vida pública e cívica, eliminar a incapacitação das mulheres, fosse ela legal, econômica ou social, e promover o bem-estar social, civil, moral e educacional das mulheres e crianças (FORBES, 2000).



Quando Mohan Das Karamchand Gandhi entrou no cenário político, pôde chamar um grande número de mulheres para a arena política ao ampliar o significado de *swaraj*, ajudando-as a encontrar dignidade na vida pública e um novo lugar no *mainstream* nacional. Suas opiniões sobre muitos assuntos instalaram uma nova confiança entre as mulheres e uma conscientização de que poderiam lutar contra a opressão.

Gandhiji acreditava firmemente que “é bom nadar nas águas da tradição, mas afundar-se nelas é suicídio”.¹ Para ele, a luta por *swaraj* não significava somente o despertar político, mas também um despertar em geral, um trabalho social, educacional, moral, econômico e político. O trabalho de Gandhiji foi principalmente uma reação e também uma resposta para encontrar um caminho indiano para a modernidade numa situação em que o colonialismo tinha que ser arrancado pela raiz e uma estrutura tinha que ser posta em seu lugar. Como consequência, um grande número de mulheres veio a se unir ao movimento de desobediência civil durante os anos 30. Além de Sarojini Naidu e Kamala Devi Chattopadhyay, havia milhares de outros que estavam agora voluntariamente participando da luta pela liberdade. Em 1931, foi criada uma comissão de manifestações, em colaboração com o Comitê do Congresso Provincial Bengali (Bengal Provincial Congress Committee), para popularizar as indústrias caseiras, especialmente as de fiação e tecelagem de *khadi*. Punjab viu o início do movimento de desobediência civil com uma passeata de 5 mil mulheres em Lahore, em 1930, sob a liderança de Lado Rani Zutshi e Parvati, a filha de Lala Lajpat Rai. Durga Bai Deshmukh organizou as mulheres em Madras para levar adiante as políticas do Congresso.

A manufatura de sal, em desafio às leis britânicas que a proibiam, teve um grande valor simbólico para as mulheres.

¹ “It is good to swim in the waters of tradition, but to sink in them is suicide”.



Aqui estava uma questão muito privada, ligada ao dia a dia das pessoas na cozinha, trazida à esfera pública. Um grande número de mulheres dos povoados se uniu a Gandhiji em Dandi. Gandhiji acreditava firmemente que, por natureza, as mulheres eram não violentas e, portanto, teriam mais sucesso em levar a cabo suas manifestações e seu movimento não cooperativo.

Portanto, quando Gandhiji trouxe a luta pela Liberdade da Índia para as massas, as mulheres foram participantes muito ativas. Nehru reconhece isso e escreve:

Falamos sobre revolução, política e econômica, mas a maior revolução em nosso país é aquela que afeta o *status* e as condições de vida de suas mulheres. Foi Gandhiji, esse homem maravilhoso e grande revolucionário, que trouxe uma mudança dramática em nossas mulheres, quando, a seu comando, elas saíram em grandes números do abrigo de seus lares para tomar parte na luta pela liberdade da Índia.²

Assim que as antigas proibições foram eliminadas, sem dúvida as quiseram fazer voltar, mas certamente falharam.

Durante a luta pela libertação, quando um grande número de mulheres estava vindo e participando, elas estavam apenas em funções de apoio. A liderança masculina nessa época não encorajava uma segunda linha de lideranças e as mulheres só poderiam assumir a liderança quando os homens estivessem na prisão. Nehru se refere a isso em seu livro *Discovery of India*: “A maioria de nós, homens, estávamos na prisão e então uma coisa extraordinária aconteceu. Nossas mulheres vieram para a frente de batalha e se encarregaram da luta.” As mulheres

² “We talk of revolution, political and economic, yet the greatest revolution in our country is one that affects the status and living conditions of its women. It was Gandhiji, that wonderful man and great revolutionary who brought a dramatic change among our women, when at his bidding they came out in large numbers from the shelters of their homes to take part in the struggle for India’s freedom.”



sempre estiveram lá, claro, mas agora tinha havido um levante delas, que tomou de surpresa não apenas o governo britânico, mas também seus próprios homens. Aqui estavam essas mulheres, das classes altas e médias, levando vidas protegidas em seus lares, camponesas, trabalhadoras, aparecendo aos milhares, desafiando o governo e a polícia *lathi*. O mais surpreendente não foi apenas sua demonstração de coragem e audácia, mas foi o poder de organização que elas mostraram. Também foi pela primeira vez na história da Índia que uma grande massa de mulheres foi mobilizada para propósitos políticos numa organização de massa.

► Movimento de Mulheres na Índia independente

Foi inicialmente devido aos esforços de mulheres e seu papel na luta pela liberdade que as mulheres alcançaram o direito ao voto e total igualdade na constituição da Índia. O Art. 15(3) confere poder ao Estado para atender especialmente às necessidades das mulheres. Há muitos documentos que também se seguiram, mas, na realidade, um grande abismo se criou entre o *status* e os direitos das mulheres na teoria e o que aconteceu de fato.

Imediatamente depois da independência, a Índia teve que lidar com uma série de problemas. A alegria da independência foi temperada pela tristeza da separação e migração de uma grande maioria de pessoas e pela irrupção da violência pública em Punjab e Bengal. Em seguida, veio a guerra em Kashmir, o perigo da fragmentação territorial, a dispersão do poder entre 600 principados e, por último, mas não menos importante, o deslocamento econômico, que afetaria mais as mulheres. Anos de dominação colonial tinham destruído nossas técnicas nativas e depredado nossos recursos naturais. A industrialização, as tecnologias em mudança, o analfabetismo, a falta de mobilidade, tudo isso resultou na inabilidade das mulheres de suportarem a



nova ordem. Quando seu trabalho foi considerado pouco importante para o mercado produtivo, seu papel na família também se tornou marginal, dando-lhes um *status* bruto, que foi piorando muito com o passar do tempo.

No período da pós-independência, durante as primeiras décadas, a maior preocupação foi o crescimento econômico como um todo. Uma nova década se seguiu, testemunhando uma preocupação crescente por igualdade e redução da pobreza. Questões de gênero foram incorporadas às preocupações relacionadas à pobreza, e não havia programas específicos que se ocupassem das mulheres (WOMEN IN INDIA, 1985). Durante esse período, as mulheres se envolveram em movimentos como a lei contra o aumento de preços (Anti-Price Movement) e a lei de combate à fome, mas não começaram a abordar assuntos que envolvessem sua opressão como mulheres até os anos 70. Agora, aos poucos, vem sendo enfatizada a promoção de organizações não governamentais de base para o desenvolvimento de mulheres. Algumas dessas organizações variam em sua abrangência, objetivos e visão, mas têm possibilitado às mulheres espaços para expressar coletivamente suas preocupações. Essas organizações de base têm questionado os modos de previdência em relação às mulheres, que são vistas principalmente como beneficiárias ou recipientes dos programas, e incorporado uma abordagem participatória de empoderamento. Enquanto questões sobre o sucesso dessas organizações são levantadas com frequência, vê-se que as mulheres expostas a alguma mobilização mostram grandes potencialidades, receptividade e habilidades de definição (BANERJEE, 1992).

► Relatório para a igualdade

O mito da igualdade para as mulheres foi rompido pelo pioneiro relatório *Towards Equality Report of 1974*. Este atenta para



o fato de que, apesar de haver muitas leis sociais progressistas e garantias constitucionais, o *status* das mulheres não melhorou muito de fato. As mulheres continuaram a ter um *status* inferior em muitas áreas, como a política, a econômica e a social. O relatório apontou o triste fato de que a sociedade ainda não teve êxito em estruturar as normas e instituições necessárias para permitir às mulheres cumprir seus múltiplos papéis. A crescente incidência de práticas como o dote indica uma redução maior do *status* da mulher. Também indica um processo de regressão de algumas normas desenvolvidas durante o movimento de libertação. O relatório também mostrou que a preocupação com as mulheres e seus problemas, que tiveram ímpeto durante o movimento de libertação, sofreu um declínio nas últimas duas décadas (TOWARDS EQUALITY, 1975). No período pós-independência, o movimento das mulheres tem-se preocupado com um grande número de questões, como o dote, o trabalho feminino, o aumento dos preços, direitos de terra e participação política das mulheres, direito das mulheres *dalit* e das mulheres marginalizadas, crescente fundamentalismo, representação das mulheres na mídia, etc.

► Os três Gs

No sul da Ásia, o movimento das mulheres no século XXI tem conseguido reunir um grande número de mulheres em torno de três questões mais importantes, que podem ser chamadas de três Gs: atitudes em relação às meninas (*girl child*), violência de gênero (*gender violence*) e globalização (*globalization*).

As meninas

O *status* das mulheres em qualquer sociedade é um indicador de seu desenvolvimento e progresso. A menina é a mulher



de amanhã, e podemos ver como as tratamos. Todas as culturas do sul da Ásia são patriarcais. O nascimento de um menino é muito valorizado, e um dos maiores problemas que as famílias enfrentam hoje é a redução da proporção entre os sexos. Na Índia, a tendência nacional mostra uma porcentagem adversa de meninas em relação a meninos e uma redução grande desde o início do século. A razão entre meninas e meninos, que era de 972:1.000 caiu para 914:1.000 no censo de 2011 (ver Apêndice 1). Essa redução é consequência de um ambiente sociocultural que é preconceituoso com as mulheres e das novas tecnologias sofisticadas que reforçam esses preconceitos.

Na cultura familiar indiana, que idolatra os filhos e teme o nascimento de uma filha, nascer mulher chega perigosamente a significar nascer menos que um ser humano. Para uma menina, a discriminação começa mesmo antes do nascimento. Nossas estatísticas apontam claramente para o fato de que o aborto de fetos do sexo feminino está aumentando, a razão entre mulheres e homens está diminuindo, há uma relutância em buscar ajuda médica para filhas doentes, as meninas são amamentadas por menos tempo que os meninos e são facilmente retiradas da escola para cuidar de seus irmãos menores. Não importa a posição econômica da família, o *status* da menina nunca é o mesmo do menino em nenhum nível. Papéis de gênero são apreendidos, ensinados e ratificados num complexo conjunto de relações na família e na sociedade em geral. É desnecessário dizer que a mídia reforça os mesmos papéis estereotipados de gênero. A menina cresce com uma autoestima baixa e com a noção de estar associada temporariamente a seu lar natal, para ser descartada com bens e dotes. Um provérbio tradicional resume tudo: “Uma filha é como *ghee* (manteiga clarificada) – ambas são boas até certo ponto. Se você não a descarta, começa a cheirar mal.”³ Seu papel produtivo deve ser continuar no trabalho doméstico, somado a seu papel reprodutivo.

³ “A daughter is like *ghee* (clarified butter)-both are good up to a point. If you do not dispose them off they start stinking.”



Mesmo como máquina de reprodução, a vida de uma mulher só tem valor se ela produzir um filho homem. A tradição e as escrituras reforçam os preconceitos sociais contra as meninas, por exemplo: “que o nascimento de uma menina seja concedido em outro lugar, aqui nos dê um filho”.⁴ A tecnologia médica sofisticada agora reforça o preconceito social contra as meninas na forma de testes de detecção do sexo que têm resultado em aborto de fetos do sexo feminino. Educação, exposição global e afluência, que se traduzem em mais fácil acesso a uma dispendiosa tecnologia, facilitaram selecionar o sexo da criança (PANDE, 2004). Se há uma escolha, será sempre pela criança do sexo masculino. Apesar de uma lei severa, médicos e pacientes conseguem driblá-la. Como vimos, a cultura indiana idolatra os meninos e teme o nascimento de meninas. Elas são amamentadas por menos tempo e retiradas da escola para cuidar de seus irmãos. O ciclo de privação e desvantagem é, ademais, composto por casamento prematuro, gravidezes prematuras e seus consequentes riscos. A menina precisa ser empoderada para entrar no *mainstream* da atividade econômica e social (PANDE, 2004).

Na Índia, cerca de 50% das meninas casam antes de chegar à idade legal dos 18 anos. Na lista das Nações Unidas, a Índia empata com Bangladesh nessa questão. Infelizmente, isso não tem atraído suficientemente a atenção dos legisladores e políticos e torna-se um grande impedimento para a criação de uma sociedade com justiça de gênero, em que as mulheres sejam empoderadas. Há uma relação próxima entre casamento em tenra idade e as variáveis socioeconômicas – religião, casta, consanguinidade, distância marital, diferença de idade conjugal, educação e ocupação tanto da noiva quanto do noivo – e o *status* socioeconômico da família. Muitas meninas deixam a escola cedo por causa de casamentos prematuros. Todos os esforços para eliminar esse mal

⁴ “The birth of a girl grant it elsewhere, here grant us a son.”



através da legislação falharam, e o casamento continua sendo considerado como um assunto privado, que depende da decisão da família (PANDE, 2013). Enquanto o trabalho infantil se torna uma importante fonte de acumulação de capital no processo do desenvolvimento econômico, em países em desenvolvimento ele é também associado à pobreza e privação. O filme *Quem quer ser um milionário?* (*Slum dog millionaire*) mostrou claramente que há dois mundos existindo lado a lado na Índia. A distância entre ricos e pobres aumenta. Temos duas categorias de famílias e crianças, uma para a qual há todo o tipo de anúncios para uma boa vida, que dispõe de bebidas saudáveis, como *Boost* e *Bournvita*, e que vive de água mineral. A outra categoria é composta dos pobres despossuídos, que têm que trabalhar e ganhar a vida e não têm água limpa para beber. O problema é pior no sul da Ásia, dadas as mudanças causadas pela industrialização e urbanização. Crianças pequenas subnutridas trabalham por longas horas, sete dias por semana, por quase nada. A necessidade do trabalho infantil conduz a sérios riscos à saúde.

Violência de gênero

Um dos maiores desafios do mundo de hoje no contexto da Ásia do Sul é a questão da violência de gênero. A violência baseada no gênero é uma realidade universal da região sul da Ásia, independentemente de renda, classe ou cultura. As muitas formas de violência contra as mulheres e crianças são compreendidas como violência de gênero. Apenas quando olharmos para a violência não como um assunto privado, mas como uma questão de desenvolvimento e de direitos humanos, é que poderemos ver a questão em sua totalidade. A violência tem um custo econômico, social e político para a sociedade e não é um assunto privado.



Na Ásia do Sul, a masculinidade é definida à custa das mulheres. A honra de um homem repousa nas mulheres. Portanto, elas são as mais atingidas em guerras de casta e brigas entre comunidades. Às vezes, a violência sexual também acontece devido à bebida. Em muitas sociedades, a mulher não tem qualquer direito de propriedade. Todo o processo de socialização de uma menina ensina a desigualdade. Tanto o domínio da casta superior quanto o capitalismo estão resultando em mais e mais violência contra a mulher. Nada resume melhor esse preconceito que a expectativa de vida dos homens em comparação com a das mulheres na Ásia do Sul. As mulheres possuem, geneticamente, uma vantagem biológica que as faz mais resistentes a infecções e má nutrição. Em países desenvolvidos, as mulheres em geral têm uma expectativa de vida sete anos mais longa que a dos homens. Na Ásia do Sul, é apenas de um ano a mais que a dos homens, a mais baixa de qualquer região no mundo.

Nessa região, na ausência de estruturas de apoio do Estado, a família é o grupo para o qual as pessoas se voltam em busca de amor, carinho e solidariedade; entretanto, é um dos poucos grupos que usam a força física, o que leva a um crescente problema de violência em nossa sociedade. É bem sabido que, à medida que os laços da tradição se enfraquecem com a modernização, a violência de gênero dentro das famílias tende a crescer. A violência doméstica não acontece só no sul da Ásia nem é um fenômeno recente. Mas o que é incomum é a resistência em eliminá-la pela sociedade como um todo e a falta de reconhecimento da sociedade sobre a seriedade do tema. O que é recente, no entanto, é a coragem das mulheres de enfrentar a violência doméstica – não apenas mulheres em grupos organizados, mas também vítimas do sexo feminino que estão conscientes das consequências adversas que o “tornar público” trará para suas vidas. No cenário da estrutura social patriarcal, da tradição da devoção familiar e das expectativas assimétricas de gênero nessa



região, esse movimento desafiador de expor a violência doméstica tem criado espaço para um debate nacional sobre a questão.

Se analisarmos o tipo de violência que prevalece nessa região, vemos três maiores tipos de violência. Primeira e primordialmente, há a violência dentro do lar. Ela ocorre tipicamente quando o homem bate em sua mulher/companheira do sexo feminino. Depois, há a violência contra as mulheres nos espaços públicos e dentro da comunidade em geral. A violência física, psicológica e sexual inclui estupro, abuso sexual, assédio sexual e intimidação na escola ou no trabalho, a exploração e comercialização dos corpos das mulheres e o tráfico de mulheres para abuso sexual, que está relacionado com o aumento da pobreza, o qual é resultado principalmente do liberalismo econômico desenfreado que segue aumentando. Além desses, também vemos violência contra as mulheres perpetrada pelo Estado: a violência física, a sexual e a psicológica são frequentemente perpetradas ou toleradas por Estados que priorizam os costumes ou tradições acima do respeito das liberdades fundamentais. Em alguns países nessa região, o crescimento do fundamentalismo é extremamente perturbador em relação aos direitos das mulheres, sua autonomia econômica e sua liberdade de escolha.

A definição da violência doméstica nessa região está baseada não somente na natureza da relação entre o perpetrador e a vítima, mas também nas normas culturalmente aceitas de comportamento. Na Índia, a maior parte dos discursos públicos contabiliza como violência doméstica apenas as mortes por dote. Tal compreensão desqualifica o abuso psicológico, físico e sexual enfrentado pelas mulheres no seu dia a dia. Parece haver uma cultura do silêncio em torno da questão da violência doméstica por causa da divisão entre o público e o privado (PANDE, 2005b).

A violência de gênero está enraizada na teoria de que a causa da violência doméstica é a crença arbitrária de uma pessoa no direito de exercer poder sobre outra pessoa, interações



interpessoais ou relações interpessoais, e está situada no contexto econômico e político das relações de poder (KELKAR, 1991). Nas famílias indianas, a maior parte das mulheres da classe trabalhadora, mesmo quando enfrentou a violência, também enfrentou a trivialização dessa realidade em suas vidas. As mulheres da classe média enfrentam outro tipo de censura da violência em comparação à que enfrentam em seus lares. A divisão entre público e privado que opera muito fortemente em muitas das vidas das mulheres de classe média não permite que elas falem sobre a humilhação e violência que sofrem. Tanto a trivialização quanto o silenciamento são atos políticos que apoiam a estrutura de opressão das mulheres (PANDE, 2008). Meninas que observam a violência doméstica provavelmente tolerarão mais parceiros abusivos quando adultas, portanto sujeitando outra geração ao mesmo tipo de dinâmica. A tolerância da esposa é explicada em termos da socialização tradicional ou do desamparo aprendido (AGNES, 1980; AHUJA, 1987). As mulheres tendem a ser as pacificadoras nas relações, as que são responsáveis por fazer com que o casamento funcione.

Devido à proximidade geográfica e às fronteiras relativamente abertas, o tráfico de mulheres tem-se tornado mais pronunciado no sul da Ásia. Mulheres nepalesas, bengalesas e paquistanesas são traficadas para a Índia e, através deste país, são traficadas para a Europa Oriental e Arábia Saudita. O Paquistão serve como destino de mulheres que são traficadas de Bangladesh, Burma, Afeganistão e Estados da Ásia Central. Há um extenso tráfico de crianças de Bangladesh, principalmente para a Índia, Paquistão e destinos dentro do país, que também têm como propósito a prostituição forçada. As mulheres e as meninas de Bangladesh são traficadas para a Índia, Paquistão, Bahrain, Kuwait e Emirados Árabes. Por sua centralidade geográfica, a Índia emerge como origem, trânsito e destino para homens, mulheres e crianças traficados para propósitos sexuais e explo-



ração do trabalho. Apesar da ratificação da Convenção sobre o Tráfico de Pessoas (SAARC) por todos os Estados-membros, a tendência crescente do tráfico persiste.

Tradicionalmente, a violência contra as mulheres na Índia era considerada um problema da mulher a ser tratado através de aconselhamento, amparo legal e organização de abrigos para mulheres. Entretanto, o tema se tornou muito evidente nos anos 80, com a cobertura, pelos meios de massa, do aumento de incidentes de tortura de noivas, de mortes por dotes e de grandes protestos localizados contra esses crimes monstruosos (KISHWAR; VANITA, 1984). As campanhas pelas mulheres e o *slogan* “Um suicídio na família é assassinato”⁵ trouxeram mudanças no Código Penal indiano, através da Seção 498 A, e pela primeira vez criminalizaram a violência doméstica e criaram um espaço muito necessário para mulheres que enfrentassem violência em seu ambiente matrimonial. A revolta contra a bebida alcoólica em Andhra Pradesh também levantou a questão da violência publicamente (PANDE, 2002). Agora há um sentimento crescente de que a definição de violência apenas como atos de agressão física é inadequada. A compreensão de violência tem que incorporar a violência psicológica imperceptível do dia a dia perpetrada dentro das famílias, através de práticas culturais e religiosas, relações pessoais e interpessoais, linguagem, gestos e socialização.

Globalização

A liberalização da economia, na esteira da globalização em muitos países do sul da Ásia, tem diminuído muito os meios de subsistência tradicional dos pobres. O domínio das nações ricas, das corporações multinacionais e do capital internacional

⁵ “A suicide in the family is murder.”



sobre os mercados, recursos e trabalho nos países em desenvolvimento, através do comércio, da ajuda financeira e da transferência de tecnologia, tem enfraquecido muito a capacidade dos Estados-nações e governos de promover o desenvolvimento humano e oferecer proteção às pessoas pobres (PANDE, 2001). A ideologia monetarista, capitalista, competitiva e exploradora da economia masculina não valoriza a economia doméstica em pequena escala e a economia local, realizada com o trabalho geralmente gratuito das mulheres. As decisões econômicas de larga escala são feitas sem considerar as influências na economia das mulheres. A conversão de grandes extensões de terra de agricultura para a produção comercial de água, a viabilidade reduzida de habilidades de subsistência tradicionais e a falta de educação e treinamento para meios alternativos de renda reduzem tais vítimas a uma situação em que não há outra opção senão a de entrar no comércio do sexo. A pobreza e a provação, o *status* de segundo grau conferido às mulheres na sociedade, o preconceito contra meninas, o enfraquecimento da estrutura familiar, as mudanças na atitude pública em relação ao sexo e à moralidade, a estrutura de castas, a urbanização, a migração e o crescente consumismo são alguns dos fatores que têm contribuído para o tráfico de pessoas. O empobrecimento econômico fornece um campo ideal para a exploração. Não surpreende, portanto, que quase 70% das vítimas na Índia venham de áreas em risco de seca (REPORT, 1997). A maioria das crianças envolvidas em tráfico já é soropositiva. Também é verdade que mais crianças que ficaram órfãs por causa da Aids estão de fato sendo traficadas para exploração sexual porque não têm nenhuma proteção e apoio. Isto, por sua vez, acelera a transmissão do vírus HIV e é um fator que contribui para a crescente ameaça da Aids no país. Na Índia, a Organização Mundial da Saúde calculou, em 1995, que cerca de 1,5 milhão de pessoas poderiam estar infectadas pelo vírus HIV, com o estado de Maharashtra liderando a nação em termos de infecções (REUTERS, 1995).



A globalização também reduziu o controle das mulheres sobre os recursos. Levou ao deslocamento e, quando tanto homens quanto mulheres se estabeleceram em favelas urbanas, as mulheres foram as mais afetadas, por falta de condições sanitárias e aumento da violência. Nesse processo, o conhecimento da medicina tradicional, ervas e plantas foi destruído. A retórica da globalização promete eliminar o atraso através de uma troca global de informação e do estabelecimento de uma cultura cosmopolita, mas, de fato, uma vez que o mundo se baseia em relações desiguais de poder, essas preocupações são colocadas em “espera” e levam ao deslocamento, marginalização e pauperização (PANDE, 2007).

Não há falta de documentos ou políticas em relação às mulheres no sul da Ásia. Mesmo na Índia, tem havido uma mudança no bem-estar social, em relação ao desenvolvimento, para integrar as mulheres ao desenvolvimento. Até as emendas 73 e 74 de 1993 da Constituição da Índia reservando assentos para as mulheres em *panchayats* (organizações locais de base) e municipalidades são um grande avanço no empoderamento das mulheres. Mesmo assim, ainda testemunhamos problemas e obstáculos para aprovar a lei de cotas para mulheres no Parlamento. Aqui os costumes, a cultura e a religião estão arraigados na sociedade tradicional, e as mudanças na frente social são muito lentas no sul da Ásia. Os problemas que as mulheres enfrentam com suas famílias nessas regiões são comuns, independentemente de religião, casta ou comunidade, e as mulheres continuam a ser governadas por uma multiplicidade de leis familiares que operam em detrimento das mulheres. Embora muito se fale sobre um código civil uniforme, mesmo na Índia nenhum partido ou liderança política realmente tentaria isso, por medo de um retrocesso, devido às suas repercussões políticas. As mulheres ainda têm uma identidade que está dentro de uma família ou religião e não a de cidadãs de um Estado secular.



► Conclusões

Foi o Movimento de Mulheres que abordou a questão do desenvolvimento a partir de uma perspectiva feminista. Levantou questões importantes em assuntos como cuidado com a infância, direitos reprodutivos, violência contra as mulheres, planejamento familiar, transferência de tecnologia e desenvolvimento rural, trazendo um novo conceito de desenvolvimento. Se o desenvolvimento leva apenas ao aumento na produção, então tende a reforçar e exagerar as diferenças e desigualdades dentro das – e entre as – sociedades. O desenvolvimento tem que ser um processo integral, com aspectos econômicos, sociais e culturais que levem ao controle da situação de vida do indivíduo. Aqui vem o conceito de empoderamento.

Nos dias de hoje, o feminismo é tão relevante quando antes, e o maior desafio do feminismo do século XXI é conseguir integrar a diferença com um mundo interdependente. A igualdade de gênero é necessária para o futuro do mundo. Precisamos ouvir as vozes das mulheres de diferentes contextos culturais, que precisam de respostas culturalmente localizadas ao patriarcado e à dominação masculina. O feminismo tornou-se localizado e particularizado hoje em dia, mas é essencial que seja reconhecido num mundo interdependente. Qualquer visão verdadeira do futuro deve abranger e incluir toda essa rica diversidade, assim como sua recente unicidade e interdependência. Assim como não poderá haver mundo e futuro sem homens e mulheres, não poderá haver mundo sem sua rica diversidade. A globalização pode ser balanceada com a localização, e o papel das mulheres tem que ser reconhecido. Somente então se pode mudar de Estado-nação organizado para um mundo globalmente interdependente, baseado em unidade e diversidade. Esse é um objetivo grande, mas a versão do feminismo com o qual posso me relacionar é a que tem espaço para essa diferença, bem como para uma ideia de unidade baseada em companheirismo/parceria.



► Referências

AGNES, Flavia. *Violence in the family: wife beating*. Bombay: SNTD, Women's Centre, 1980.

AHUJA, Ram. *Crime against women*. Jaipur: Rawat Publications, 1987.

BANERJEE, Narayan, Grass roots empowerment, Centre for Women's development studies, Mimeo graphed Report, New Delhi. 1992.

FORBES, Geraldine. The indian Women's Movement: a struggle for women's rights or national liberation?. In: MINAULT, Gail (Ed.). *The extended family*. New Delhi: Chankya Publication, 1981. p. 49-82.

_____. *Women in modern India*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KELKAR, Govind. *Violence against women in India: perspective and strategies*. Bangkok: Asian Institute of Technology, 1991.

KISHWAR, Madhu; VANITA, Ruth (Ed.). *In search of answers*. London: Zed Books, 1984.

KUMAR, Radha. *History of doing*. New Delhi: Kali for Women, 1993.

MAZUMDAR, Vina. *Education and social change: three studies in 19th century Bengal*. Shimla: Indian Institute of Advanced Studies, 1972.

PANDE, Rekha. Early Age marriages in India: a historical perspective. *Journal of New Aspects of History of Orissa*, v. 15, p. 19-31, 2013.

_____. Local and global encounters-gender, poverty and globalization in India. *Development, Journal of Society for International Development*, England: Palgrave Macmillan, Houndmills, Basingstoke, Hampshire, v. 50, n. 2, p. 134-140, 2007.

_____. (with BINDU, K. C.; MUMTAZ, Fatima; NUZHATH, Khatoon) Narratives of domestic violence, reconstructing masculinities and feminities. In: SINGH, Manjit; SINGH, D. P. (Ed.). *Violence: impact and*



intervention. New Delhi: Atlantic Publishers and Distributors, 2008. p. 121-140.

_____. *Religious movements in Medieval India*. New Delhi: Gyan Publishing House, 2005a.

_____. Solidarity, patriarchy and empowerment: women's struggle against arrack in India. In: RICCIUTELLI, Luciana; MILES, Angela; MCFADDEN, Margaret M. (Ed.). *Feminist politics, activism and vision: local and global challenges*. New York: Zed Publications, 2005b. p. 212-226.

_____. The girl child in India. *Review of Women's Studies*, v. 14, n. 2, p. 149-173, Jul./Dec. 2004.

_____. The public face of a private domestic violence. *International Feminist Journal of Politics*, U. K.: Rutledge, v. 4, n. 3, p. 342-367, 2002.

_____. The social costs of globalization: restructuring developing world economies. *Journal of Asian Women's Studies*, Japan: Kitakyushu Forum, v. 10, p. 1-14, Dec. 2001.

_____; KAMESHWARI, J. Women's discourse on education (a preliminary readings of the speeches delivered at the Annual Conferences of the Andhra Mahila Sabha (1913 & 1914). *Proceedings of Indian History Congress – PIHC*, Goa, p. 390-396, 1987.

PANIKKAR, Kavalam Madhava. Presidential address: Section III. *Proceedings of the Indian History Congress – PIHC*, thirty-sixth session. Aligarh, 1975.

REPORT. *The velvet blouse*. New Delhi: National Commission for Women, 1997.

REUTERS NEWS SERVICE. *Indian Drug users spread AIDS in Northern Indian State*, February, 25, 1995.

SANGARI, Kumkum; SURESH, Vaid (Ed.). *Recasting women: essays in colonial history*. New Delhi: Kali for Women, 1989.



TOWARDS EQUALITY. *Report of the committee on the status of women India*. New Delhi: Government of India, Ministry of Education and Social Welfare, 1975.

UNDP. *Human Development Report*, 2013. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR2013_EN_Summary.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.

UNICEF. *The state of the world's children 1998*. 1998. Disponível em: <<http://www.unicef.org/sowc98/>>. Acesso em: 21dez. 2008.

WOMEN in India: a country paper. Department of Women and Child Development, Ministry of Social Welfare, Government of India, 1985.



► Apêndice 1

Relação homem/mulher na Índia:

Ano	Mulheres por 1.000 homens
1901	972
1911	964
1921	955
1931	950
1941	945
1951	946
1961	941
1971	930
1981	933
1991	945
2001	927
2011	914

Fonte: Registrar General of India, Reported in Health Statistics of India (1985), Central Bureau of Health Intelligence Directorate General of Health and family welfare, Government of India and Census of India different years.



ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE LAS MUJERES Y LA DEMOCRATIZACIÓN EN URUGUAY



Marisa Ruiz

Este trabajo apunta a reconstruir un episodio en la historia del movimiento de mujeres uruguayas durante la democratización.¹ Relataremos y analizaremos sus intentos de integrarse a la Concertación Nacional Programática y las demandas específicas sobre la condición de la mujer, que plantearon en el seno de dicha organización. Su participación que les fue inicialmente denegada y luego aceptado, marcó un momento fundacional “político” en la frágil genealogía de las uruguayas. Hemos recogido y recuperado los rastros de la actuación de las mujeres por sus derechos mediante el proceso de recolectar *“lo disperso, a sabiendas de la provisoriedad de las junturas y de la tensión inherente a la tarea misma de la recolección”* (CIRIZA, 2008). Se han realizado y seleccionado fuentes de prensa y entrevistas de historia oral a militantes de esa época,

¹ La democratización comenzó con el No del plebiscito de 1980 y terminó con la asunción del primer gobierno elegido en 1985.



intentando compendiar documentos olvidados o perdidos,² para edificar la relación entre “*la organización familiar y la organización política de la ciudad*”, uno de los puntos nodales de las genealogías (CIRIZA, 2008).

Las mujeres han tenido un carácter marginal en la narrativa histórica, “*el discurso histórico tradicional, ha negado a las mujeres, no sólo su visibilidad, sino que también ha perpetuado su situación de subordinación y su imagen, como recipiente pasivo de los actos de los otros*” (SCOTT, 1992). Forma parte de nuestro trabajo dar cuenta de la presencia de la mujer en este período histórico, presencia y actividad que ha sido, muchas veces, invisible hasta para ella misma.³

► La participación de las mujeres

La participación de las mujeres uruguayas en la historia, como en general de sus congéneres, se dio en medio de procesos de democratización social y política, en momentos de convulsiones históricas, como el primer batllismo (RODRÍGUEZ VILLAMIL; SAPRIZA, 1984) o a la salida de la dictadura.

Al igual que las iluministas (CIRIZA, 2002) retomamos la lucha por el cabal ejercicio de la ciudadanía en ese periodo de conmoción, llamado “la democratización” etapa que para nosotras se extiende después del plebiscito de noviembre de 1980 hasta las elecciones de noviembre de 1984.

Pero las uruguayas no estuvimos solas en este proceso, existieron movimientos de mujeres en Sur América con las que

² De forma parecida a los/las que estudiaron la Resistencia francesa debemos salir a buscar los archivos perdidos o muchas veces de difícil acceso, conciliando los imperativos de la historia y la memoria (PEROTIN DUMONT, 2007).

³ Este objetivo, comparado con las discusiones teóricas y los trabajos de campo que se realizan en las universidades donde el tema de la mujer está legitimado hace décadas, parece muy modesto. En Uruguay, en cambio, es innovador y hasta trasgresor.



compartimos inquietudes y hallazgos. Acompañamos a las chilenas con la consigna “democracia en el país y en la casa” e utilizamos sus escritos describiendo “los nudos feministas” (KIRKWOOD, 1986). Las brasileras habían comenzado sus experiencias una década antes y tenían una larga trayectoria en militancia femenina y feminista (ÁLVAREZ, 1990; CHUCHRYK, 1994).

Las latinoamericanas, en las luchas políticas desde el sufragismo en adelante, utilizaron los tradicionales papeles de madre, ese espacio cultural que las protegía y desde esos sitios, haciendo gala de virtudes consideradas “innatas”, pelearon por sus derechos políticos y civiles y más adelante por la vida de sus hijos e hijas.

A diferencia del feminismo anglosajón y europeo, las latinoamericanas no se centraron en problemas particularistas e individuales sino que otorgaron importancia a las cuestiones de responsabilidad colectiva y social.⁴ Según Maxime Molyneaux se las puede describir con los términos de un “feminismo social” (MOLYNEAUX, 2001). Otra característica es su nivel de participación tanto a través de un feminismo popular (obreras, pobladoras) (MILLER, 1991; LAVRIN, 1995) y de sus alianzas en determinados momentos con las feministas de capas medias. En las épocas dictatoriales, las primeras ensayaron estrategias de sobrevivencia a través de las ollas populares, en medio de su entrada al mercado de trabajo con hombres desocupados y las industrias cerradas por las crisis económicas que acompañaron el desarrollo y la implantación de las dictaduras (UNICEF, 1995).⁵ Las segundas presentaron demandas clásicas y se

⁴ Un ejemplo de esto es la vida la socialista y médica Paulina Luisa, que trabajó por los derechos políticos de las mujeres y contra la trata de blancas (RODRÍGUEZ VILLAMIL; SAPRIZA, 1984).

⁵ Entre 1965 y 1985 la tasa de actividad femenina se incremento en 8.5 puntos porcentuales, en tanto la masculina descendió prácticamente 3 puntos. Este significativo crecimiento de la participación de la mujer tuvo como resultado



sumaron a las luchas contra el autoritarismo patriarcal de las dictaduras. Ambos grupos y otros más que aparecieron como las militantes por los derechos humanos y familiares de las víctimas, encontraron un terreno común donde expresarse, con demandas políticas y sociales.

► **Ruptura de mitos y asunción de viejos – nuevos roles: mujeres y dictadura**

Las mujeres con la dictadura experimentaron cambios como grupo, vertebrados en torno a la ruptura de varios mitos. Primero, el mito general de la democracia excepcional y el segundo la pertenencia a un grupo igualitario, donde se habían conquistado todos los derechos (RUIZ; DOMINZAIN, 1990). En un corto período de tiempo histórico, 10 años, se trastocó el tejido social, sus organizaciones se vieron desmanteladas, sus partidos fuera de la ley y sus parientes masculinos y femeninos apresados o exiliados. Debido a la crisis económica de los '70 tuvieron que volcarse en forma perentoria al mercado de trabajo.⁶

¿Cómo reaccionaron las mujeres ante esta nueva realidad? Algunas respuestas provisionarias nos dicen que por un lado lo hicieron acompañando al resto de la sociedad y al sistema

que la PEA del país aumentar más de dos puntos porcentuales a pesar del descenso observado en los hombres". (PRATES, 1983, p. 66).

⁶ Para decirlo sucintamente la fuerza de trabajo femenina (volumen, edad, educación, ingresos, ocupación, desocupación subocupación) fue la que incremento la informalidad, laboral que aumento desde 19% en 1968 a 29% en 1986. También las mujeres aumentan mas que los hombres en las categorías de asalariados en los rubros de pesca, vestimenta, curo, y sobre todo cuenta propistas. El incremento de esta última categoría se debería a "la necesidad de las mujeres – madres de contabilizar empleo remunerado y trabajo domestico, así como también a la valoración social de trabajo femenino como secundario" Las mujeres preferían el trabajo a destajo, a domicilio y en pequeños talleres (LOVESIO; VISCARDI, 2003).



político en su proceso restaurador, cuyo fruto más visible fue la Concertación Nacional Programática. Por otro lado fueron las principales innovadoras de la misma, ya que configuraron el único grupo concertante, cuya originalidad fue manifiesta y además siguió reuniéndose durante cerca de dos años más, aunque el proceso general concertador, terminó en febrero-marzo de 1985 (GILLESPIE, 1995).

Desde la apertura que determino el plebiscito de 1980,⁷ hubo cambios de manera evidente y perceptible para uruguayas, convirtiéndose en actrices de primer orden en lo que se dio en llamar “la resurrección de la sociedad civil” (GILLESPIE, 1995).

Pero los papeles más significativos que cumplieron estas mujeres durante la dictadura ⁸ y que continuaron acentuándose en la transición fue la de transmitir y comunicar las noticias de todos los espacios en que se encontraban, sus casa, las cárceles que visitaban, el barrio que conocían, los almacenes que frecuentaban, las compañeras y maestras de sus hijos.

Esta actividad estuvo acompañada cuya importancia fue avalada más en el exterior que en nuestro país (MILLER, 1991; FISHER, 1993), la fundación del Grupo de Estudios de Condición de la Mujer (GRECMU) en 1979.

Una brasilera, uruguaya por elección, Suzana Prates nucleó a varias académicas en una agenda de estudio:

Y entonces apareció GRECMU. Eso fue en el año 79. La fundadora... fue una socióloga brasilera que ahora murió... A cierta altura empezaron los primeros proyectos sobre la mujer, como se quiso hacer algo a la parte histórica de las mujeres...

⁷ Los gobernantes dictatoriales uruguayos decidieron someter a un plebiscito la reforma de la constitución que en la práctica les seguiría permitiendo gobernar. Su propuesta por el SI, fue derrotado por el NO con 57% de votos válidos.

⁸ Desde el autogolpe de estado de 1973 y aun antes, las madres y familiares de las personas presas políticas se habían unido en torno a redes informales para ayudar a sus allegados (RUIZ, 2010).



después que empezamos a trabajar en GRECMU al poco tiempo empezamos a descubrir el feminismo. (LIV, 2001).

El GRECMU investigó con una mirada nueva a las mujeres en la historia uruguaya, rescatándolas de un olvido impuesto. Además, se insertaron a través de sus talleres de divulgación de temas sobre la Condición de la Mujer de una manera militante. Por un lado estudiaron las genealogías de las mujeres del 900 uruguayo⁹ y por otro, capacitaron a las nuevas militantes de los 80. Cumplieron un doble papel edificando ciudadanía y armando genealogías.

Casi todas nuestras entrevistadas: obreras, dirigentes gremiales, mujeres participantes en la CONAPRO, actuales líderes políticas de diferentes clases y actividades señalaron el rol del GRECMU en sus “descubrimientos” sobre la condición de la mujer.

► Desde el NO del 1980 a la CONAPRO

La mayoría de nuestras entrevistadas, recuerda el NO de mil novecientos ochenta como un hito donde todo se comenzó a mover nuevamente:

[...] El NO del '80 fue todo un tema. Solamente recibíamos propaganda por el SI y, de alguna manera [con] el pueblo dijimos que NO, algunos por contactos que teníamos, que estábamos militando. Otros por NO porque era una conciencia cívica del país... Y para ellos [las Fuerzas Armadas] fue un gran golpe, no se lo esperaban. Hubo solamente un debate [público]... (SM).

⁹ Silvia Rodríguez Villamil, “El trabajo femenino en Montevideo. 1880-1914”; Graciela Sapriza, “Imágenes de la mujer a comienzos del siglo” (FILGUEIRA et al., 1983).



Esa sensación de que se podía, se empezó a agudizar en 1982 y 1983, debido a algunos acontecimientos como las elecciones internas de los partidos políticos. En los Partido Tradicionales triunfaron los sectores progresistas y el prohibido Frente Amplio se expresó a través del voto en blanco.

Desde otros espacios también hubo señales, por ejemplo la carta de las madres de los procesados por la justicia militar que solicitaban la amnistía para sus familiares (RUIZ, 2010).

En un registro más cotidiano las reuniones se realizaban con mecanismos de seguridad

Con mucha cautela porque hubo un tiempo que era de parálisis total... pero después como que nos empezamos a mover discretamente, le preguntábamos a la gente que tenías más confianza.... y allí te decían 'En la casa de fulano va a haber una reunión de cumpleaños' Vivíamos de cumpleaños en cumpleaños!!!... Tratábamos en lo posible de buscar otros nombres o sobrenombres para resguardar y allí empezábamos esa cadena.

Pero daba la casualidad que casi todas las mujeres que estábamos militando íbamos a finanzas... (S) (LIV, 2001).

Había casos de mujeres que recién salidas de prisión, tenían sus movimientos vigilados. Carmen B nos cuenta:

[...] En el período del 79 al 80 donde está toda la discusión del NO... yo estoy firmando permanentemente en los cuarteles, estoy con libertad condicional vigilada... Establezco contacto con gente que está trabajando activamente por el NO, y estoy continuamente informada. Recibo la información y los fundamentos del NO y elijo el NO.

Todavía no se ha recogido toda la rica iconografía que acompañó el NO, las maneras como negando se asentía, como negando se realizaría a través de las urnas un cambio fundamental...



[...] Tengo recuerdos muy importantes de la creatividad del pueblo uruguayo en general y en particular de muchas mujeres también en como contaban que, trataban de vincularse a través de los gestos, con el NO con distinta gente... Decían que en lugar de preguntarle [al almacenero o a cualquier vendedor] ¿usted tiene tal cosa? [había que preguntarle] ¿NO me va a decir que NO tal cosa?, y se reían y decían NO, NO, NO... (CB).

Las mujeres que cotidianamente se movían en sus territoriales barriales, desde sus hogares, los almacenes, las ferias, fueron las comunicadoras, las heraldas de todas las nuevas, buenas y malas:

Las primeros caceroleos fueron adentro de la casa, no sabías que pasaba con tu vecino. Después sí, ya fueron en la calle, en las veredas, la gente salía con cacerolas a golpear cuando pasaba algo, cuando los medios de comunicaciones transmitían en cadena lo de las Fuerzas Conjuntas... fue gente de toda clase. Eran cosas barriales. Entonces cada barrio, con su composición política, su componente de ideologías y con sus características socio- económicas. Pero se daba en todos los barrios, y eso fue muy llamativo porque en los barrios más ricos, los barrios más cómodos también se movilizaban. Sobre todo en los últimos años. (LIV, 2001).

El trabajo en los barrios de estas mujeres de diferente formación y grupos sociales, reflejó algunas problemáticas comunes a todas, la preocupación generalizada por la educación de los jóvenes y otros asuntos. Cuando comenzaron a formarse grupos de mujeres, lo hicieron para resolver problemas concretos:

[...] Fui una de las fundadoras, de las hilanderas del movimiento de mujeres...al principio fundamentalmente montevidеоano... Venía y hablaba de lo que era PLEMUIU hacia el interior del país...reuniendo mujeres en casas de familia...Los temas y las reuniones no tenían que ver con las mujeres...tenían que ver fundamentalmente el tema de la educación de los chiquilines...



el tema de los presos políticos...el tema de la canasta familiar...el tema del boca a boca para organizar las caceroleadas...Esos eran los temas por los cuales yo en Malvín, y algunas otras mujeres que hoy constituyen el PLEMUU estuvieron en distintos barrios de Montevideo. Arrancamos por ese lado, reuniéndonos en casas de familia, fundamentalmente mi obsesión era el tema de la educación...Nos reuníamos en mi casa, en Malvín y había otra gente que se estaba reuniendo en Sayago, otra gente que se estaba reuniendo en el Cerro, otra gente que se estaba reuniendo en Villa Dolores, un poco más tarde en el Parque Posadas. (Carmen T.).

Hay una discusión sobre cuál fue la fecha paradigmática de la toma del espacio público a través de las militantes mujeres. Podemos situarla en el año 1984, en un amplio margen que va de enero a noviembre pero lo que fue innegable es que salieron a la calle.

Esta discusión, que recogemos a continuación, tiene que ver con varios aspectos de la fundación de un movimiento de mujeres, su genealogía cruzada con los rituales de conmemoración, casi de tradición al estilo de Eric Hobsbawm (2002). La discusión trasciende la etapa estudiada y se remonta a los sesenta.

Mercedes Terra (2008) señaló la formación de un movimiento social contemporáneo de mujeres, el Movimiento Femenino por la Justicia y Paz Social en 1968 y encuentra que las movilizaciones de esa organización poseyeron un carácter fundacional. Según ella, esta fue la primera toma del espacio público por mujeres pidiendo democracia y libertad, con banderas femeninas y ese suceso no ha sido recogido ni recordado.

Otras estudiosas-protagonista ubican ese acontecimiento en enero de 1984 (TORNARÍA, 1990). Carmen Tornaría, una de las fundadoras del Plenario de Mujeres Uruguayas aportó

Hubo una reunión en Sayago...para organizar una marcha porque nos sentimos muy tocadas cuando los milicos pusieron las medidas de seguridad¹⁰ ...fue la cosa más

¹⁰ Equivalente uruguayo al estado de sitio.



ridícula del mundo porque poner medidas de seguridad en la dictadura!!!... Ahí surgió la idea de [que] vamos a salir, pero vamos a salir mujeres solas. ... organizar una marcha solo de mujeres, pacífica... prohibido que vayan varones. Vamos a salir de la explanada del Municipio, y vamos a ir hasta la plaza Libertad, vamos a cantar el himno, y se acabó el tema...y nos vamos para casa... La consigna [sería] democracia adentro y democracia afuera...la canasta familiar...abajo la dictadura... La armamos [la marcha]...no teníamos idea de si iban a ir muchas o pocas... La cuestión es que llegamos un 26 de enero, algunas que tenían cierta experiencia... Me acuerdo, había dos bancarias[que] dijeron, 'No, no no, no están dadas las condiciones' porque la explanada del municipio estaba absolutamente cubierta de milicos verdes, y de chanchitas verdes... En la esquina de enfrente estábamos ahí unas cuantas...y unas empezaron a decir, 'no, no no, no están dadas las condiciones, nos van a pegar', nos van a pegar y esto y lo otro... Ahí empezamos a decir, 'no... pero si vamos pacíficas'... Igual estábamos allí y una ama de casa...de Sayago...corto la discusión...Golpeó las manos... nos largamos todas a la calle... vimos que éramos muchas... Fue una cosa curiosísima...que yo lo había visto en algunos países en Europa...salimos nosotras, y salieron los milicos atrás a pata y en las camionetas...y nos siguieron durante todo el trayecto hasta la plaza Libertad sin intervenir. Fue una cosa muy fuerte...porque a medida que caminabas y no te pasaba nada...todo en silencio, nadie gritaba nada ni nada, lo único que la gente aplaudía desde las veredas y desde los balcones. Los hombres [estaban] medio extrañados, porque además les habíamos dicho que no se metieran...Llegamos a la plaza Libertad, cantamos el himno, a algunas nos pidieron documentos...y dijeron que nos iban a citar... La única manifestación periodística que hubo del tema...fue una foto...puesta en el diario El Día... que muestra una multitud de mujeres...y abajo decía madres y familiares de presos políticos...Hicimos la evaluación, estábamos todas muy contentas. Yo me acuerdo que dije 'le tenemos que poner un nombre a esto'...porque no nos gustaba que dijeran madres y familiares de presos políticos...no nos



dolía, pero no nos gustaba porque no era eso...y dijimos, 'muchas mujeres se van a sentir estafadas'. Entonces ahí le pase un papelito a Nelly, una de PLEMUU, y le dije ¿qué te parece si le ponemos, 'Plenario de las mujeres del Uruguay, PLEMUU'? La idea me surgió por el Plenario intersindical de trabajadores (PIT), y ahí lo propusimos. Estuvo todo el mundo de acuerdo, queríamos ponernos un nombre, y todo lo que hiciéramos de ahí en adelante tenía nombre propio. (CT).

Efectivamente, el diario *El Día* recoge esta información como nota de tapa en su edición del 27 de enero bajo el título: "Manifestación pacífica de mujeres uruguayas por pan, trabajo, libertad y democracia" con dos fotos pero es el diario *El País* quien las relaciona con una comisión de madres de uruguayos desaparecidos en Argentina que un mes antes habían entregado una carta con 25.000 firmas al dictador Gregorio Álvarez pidiendo amnistía general e irrestricta para los procesados por la justicia militar por causas políticas.

Graciela Sapriza (2003) opta por otra fecha, el 15 de noviembre cuando se produjo una gran manifestación de mujeres convocadas por el Frente Amplio, una semana antes de las primeras elecciones democráticas post dictadura. Otras (RODRÍGUEZ VILLAMIL; PRATES, 1985, p. 181) señalan "...los distintos grupos fundadores del PLEMMU llevaron a cabo una importante marcha por la Amnistía, la primera manifestación callejera de mujeres realizada durante el periodo de 'apertura política' (enero de 1984), y sin autorización policial...".

Más allá de los protagonismos, de la fragilidad y de que la memoria actúa ex post facto por ambiguos vericuetos, la elección de fechas también tiene que ver con otros asuntos que atravesaban y atraviesan la construcción de genealogías. Estos son el poder y la autonomía, la partidización y selectividad de la memoria. Estas tensiones recorrían y recorren la reconstrucción de la historia con mirada propia. Nos parece que dejar al descubierto



estos nudos nos ayudara a seguir avanzando reconociendo atrás de ciertas posturas, motivos que tienen que ver con la existencia de una cultura política partidizada general, de la que las mujeres no estuvieron exentas.

► La CONAPRO

Aunque no existen prácticamente estudios exhaustivos sobre la CONAPRO, sucintamente se lo puede catalogar como uno de los intentos, con el que culminó el proceso estratégico para unificar sectores de la oposición en torno a políticas concretas de movilización y *“tentando acuerdos programáticos que comprometieran a todos los sectores actuando ya dentro del sistema democrático”*.¹¹ A principios de 1983 se fundó la Interpartidaria donde el P. Colorado, el Nacional y la Unión Cívica aunaron criterios para las conversaciones con las FFAA en el Parque Hotel.¹² Fracasadas estas, el 2 de agosto la política gubernamental se endureció con prohibición de actividades públicas y de reuniones partidarias. En ese entorno se creó la Intersectorial, integrado por organizaciones sociales y con sectores políticos opositores de los partidos tradicionales así como de los progresistas (el FA y el PDC) con el objetivo de coordinar protestas y demandas. Es este referente que convocó a la primera Jornada de Protesta con caceroleadas y apagones para el 25 de agosto (MARTÍNEZ, 2005).

En 1984 año de apertura por antonomasia, se dividió el frente opositor, a raíz de la vuelta de Wilson Ferreira y de su prisión, lo que llevó a la “legalización” de parte de la izquierda

¹¹ “Concertación o búsqueda durante dos años del entendimiento entre la oposición al gobierno militar” Semanario Búsqueda, 14 de febrero de 1985 pp. 12 y 13

¹² Ibid.



para poder seguir las pláticas con los militares. Esto culminó con el Pacto del Club Naval.¹³

El 4 de septiembre de 1984 se reunieron por primera vez en el local de AEBU la¹⁴ CONAPRO, integrada por representantes de los movimientos políticos, gremiales, estudiantiles, de la industria, el comercio y la agropecuaria. Estaba presidida por una mesa ejecutiva compuesta por dirigentes de los partidos y movimientos. Se formaron diversos grupos de trabajo: Política económica; educación y Cultura con tres subgrupos, Educación General, Universidad y Cultura; Salud; Vivienda; Seguridad Social; Derecho, Libertades y Garantías; leyes y decretos del régimen. Se elaboraron documentos en cada grupo. Como los pp debían ocuparse de la campaña electoral, la organización entró en un cuarto intermedio el 17 de octubre. El 16 de noviembre terminó su primera etapa con una declaración que resumía sus puntos de consenso y disenso (MARTÍNEZ, 2005).

¿Dónde estaban las mujeres durante este corto proceso?

[...] El año 1984 fue un año muy especial para el país... se empezó a hablar de posible salidas...distintas salidas... se empezó a hablar de la CONAPRO...y fue surgiendo... la idea de empezar a trabajar concretamente los temas de mujeres...Se nos acercó alguna gente ...como por ejemplo la Asociación de mujeres periodistas del Uruguay... Cuando se empieza a hablar de la CONAPRO, pensamos que sería bueno que el contacto formal lo podríamos tener por GRECMU...Necesitábamos un lugarcito donde reunirnos...Y empezó a surgir la idea de participar en la concertación...en PLEMUU por lo menos las dirigentes, las fundadoras como decimos nosotros, siempre que tuvimos espíritu totalmente plural...nos parecía que las mujeres de los barrios...venían de muy distintos partidos...y por lo

¹³ Para toda esta etapa, ver entre otros/as, Gillespie (1995), Martínez (2005) y Achard (1992).

¹⁴ Búsqueda, op cit.



tanto el movimiento de mujeres debía ir por ese lado... estar por encima[de los partidos políticos]... Empezamos a hacer charlas o talleres en los distintos barrios sobre distintos temas: sexualidad, aborto y, un poco más adelante, la posibilidad de las elecciones y tratábamos de que fuera una colorada, una blanca y una del frente...

Otra involucrada nos relató:

Entonces hicimos esa carta... para la CONAPRO...pidiendo el ingreso...pidiendo que...la CONAPRO constituyera un grupo para abordar los temas de las mujeres...Las frentistas ya sabíamos que el Partido Colorado se iba a negar...y se iba a negar al tema de las mujeres porque se estaba negando a que se abrieran grupos sobre todo lo que tuviera que ver con el movimiento social...Maravillosa fue esa reunión en la CONAPRO... En la Bolsa de Comercio, se instaló allí, muy propio de la Bolsa de Comercio...con altos sillones, mesas de caoba... Nos recibió la dirección de la CONAPRO, no podía hacerse de otra manera con las firmas que traíamos avalándonos...jaja...nos recibieron...Y el partido colorado dijo que no, lo cual generó una maravillosa polémica entre las coloradas y los colorados...Me acuerdo de Silvia Tron, es una mujer que mide uno ochenta...grande...alta...con un vozarrón...que se paró y dijo... 'Nunca espere del partido de Batlle y Ordoñez, el partido que dio el divorcio y el partido que no sé qué y...bla bla bla...que se negara a las mujeres' [...]. Entonces algunas mujeres, específicamente Carmen Tornaría...plantea 'Hagamos una pre concertación... Reunámonos las mujeres en una concertación informal'...y nos empezamos a reunir en AEBU... (MH).

Recuperar las genealogías se torna dificultoso, es difícil lidiar con la memoria que puede hacerle malas jugadas a 27 años de distancia y con escasez de archivos y prensa pero hemos podido establecer algunos hechos.

La delegación de mujeres que integraba esa visita a la Bolsa de Comercio estaba compuesta, entre otras, por Magdalena Gerona, Mecha Gattas, Silvia Tron, Amalia Alonso, Celina



Burmesteir¹⁵. Los interlocutores fueron Carlos Baraibar, P.Clavijo y F. Fernández Faingold que les dijeron “*No podemos hacer lugar, porque si no vendrían todos, hasta los ahorristas del Banco Hipotecario.*” Parece que como todo retornaba a su cauce la presencia de las mujeres ya no era necesario. No desanimadas frente a esta negativa, las mujeres decidieron concertar entre ellas y llamaron a una reunión con ese fin, que se realizó ante la presencia de setenta compañeras de diez y siete organizaciones en Asociación de Bancarios el 17 de noviembre. Se formaron grupos de trabajo, que fueron los que elaboraron los cinco documentos. Finalmente el 27 de diciembre se instalaron oficialmente como grupo mujer en la Mesa de la Concertación. Y lo que no es menor, se dedicaron todo el verano a elaborar los documentos que presentaron en la etapa final de la organización, febrero de 1985.

► Palabras finales

Las mujeres jugaron un papel de comunicadoras “privilegiadas” y de observadoras calificadas a través de sus silenciosas transmisiones desde todos los espacios que frecuentaban. Esto se acentuó con el trabajo del GRECMU que transmitió y organizó conocimientos específicos y proveyó las herramientas que después produjeron los documentos de la CONAPRO. Era la primera vez en la historia del Uruguay, que

¹⁵ En “La mujer al día” del 20 de octubre de 1984 aparece en un recuadro muy pequeño el “pedido para mesa concertación de mujeres” y se informa: “un grupo de mujeres de los cuatro partidos políticos ha firmado un pedido para la formación de una mesa que integre la Concertación. Las hasta ahora firmantes son: por el P. Colorado: Marta Canessa de Sanguinetti, Dra. Clotilde Giambruno, Carmen Álvarez, Elsa Marsecano, Mercedes Gattás, Magdalena Geron, Silvia Tron, Queenee Chaneton de vivo; por el P. Nacional: Dra. Ana Lía Piñeyrúa, Silvia Ferreira y Amalia Alonso; por el Frente Amplio: Lili Lerena de Seregni, Moriana Hernández, Dra. Fany Puyesky y María Sara Rivero de Baraibar; por la Unión Cívica: Susana Chao”.



las mujeres no tomaron un No por definitivo, pre-concertaron y luego se sentaron en la mesa “grande” tal vez a destiempo, pero armadas con sus escritos y proyectándose en un futuro de preocupaciones nunca acalladas.

Joan Kelly (1990) decía sobre las mujeres del Renacimiento, que en ese clima de avances y descubrimientos ganaron los hombres históricamente y las mujeres perdieron.

En Uruguay realizamos una lectura al revés, de este episodio de la historia reciente, ejemplificado en la CONAPRO, porque ellas ganaron una organización que se expresó con documentos únicos en nuestra historia, con demandas específicas y además siguieron concertando dos años más que sus pares masculinos. Todo esto fue el embrión de la futura red de mujeres políticas y más adelante la bancada bicameral femenina. Dichos referentes presentaron y siguen presentando proyectos que no solamente se ocupan de los “asuntos” de las mujeres como la cuota política, sino también de demandas de la diversidad.

En esto estamos y seguiremos, recuperando memoria e historia para continuar el proceso de profundización de la ciudadanía re iniciada en 1984.

► Referencias

ACHARD, Diego. *La transición en Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1992.

ÁLVAREZ, Sonia. *Endigendering democracy in Brasil: women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

CIRIZA, Alejandra. Genealogía feministas y memoria: a propósito de la cuestión de la ciudadanía de la mujer. In: CIRIZA, Alejandra (Coord.). *Mujeres, política y memoria: perspectivas subalternas*. Buenos Aires: Feminaria, 2008.



_____. Pasado y presente. El dilema Wollstonecraft como herencia teórica y política. In: BORON, Atilio A.; VITA, Álvaro de. *Teoría y filosofía política: la recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

CHUCHRYK, Patricia M. From dictatorship to democracy: the Women's movement in Chile. In: JACQUETTE, Jane S. (Ed.). *The women's movement in Latin America: participation and democracy*. Colorado: Westview Press, 1994.

FILGUEIRA, Nea et al. *La mujer en el Uruguay: ayer y hoy*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983.

FISHER, Jo. *Women resistance and politics in South America*. London: Latin American Bureau, 1993.

GILLESPIE, Charle. *Negociando la democracia, políticos y generales en Uruguay*. Montevideo Fundación de Cultura/Instituto de Ciencia Política, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Inventado tradiciones*. 2002. Disponible em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/eric.pdf>>. Acceso em: 15 mayo 2011.

KELLY, Joan. ¿Tuvieron las mujeres un Renacimiento? In: AMELANG, J. S.; NASH, M. (Ed.). *Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea*. Valencia: Alfons el Magnanim, 1990.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*. Santiago: Flacso, 1986.

LAVRIN, Asunción. *Women, feminism, and social changes in Argentina, Chile, and Uruguay*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1995.

LIV, Eide. *Mujeres, dictadura y resistencia en Uruguay (1973-1984)*. Tesina, Universitetet i Bergen det Historisk-Filosofiske Fakultet Romansk Institutt, 2001. Disponible em: <<http://www.ub.uib.no/elpub/2001/h/529001/Hovedoppgave.pdf>>. Acceso em: 15 mayo 2011.



LOVESIO, Beatriz; VISCARDI, Nilia. Los estudios de la mujer y los jóvenes en la construcción del conocimiento sociológico uruguayo. *Revista de Ciencias Sociales*, Montevideo: Departamento de Sociología, año XVI, n. 21, agosto 2003.

MARTÍNEZ, Virginia. *Tiempos de dictadura 1973/1985: hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia día a día*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

MILLER, Francesca. *Latin American Women and the search for Social Justice*. Hannover: University Press of New England, 1991.

MOLYNEAUX, Maxine Género y ciudadanía en América Latina: cuestiones históricas y contemporáneas. *Debate Feminista*, México, año 12, v. 23, 2001.

PRATES, Susana. El trabajo de la mujer en una época de crisis (o cuando se pierde ganando). In: GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE LA CONDICIÓN DE LA MUJER; FILGUEIRA, Nea et al. *La mujer en el Uruguay: ayer y hoy*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983.

PÉROTIN-DUMON, Anne. *Liminar. Verdad y memoria: escribir la historia de nuestro tiempo*. 2007. Disponible en: <<http://etica.uahurtado.cl/historizarelpasado vivo/escontenido.php>>. Acceso en: 15 mayo 2011.

RODRÍGUEZ VILLAMIL, Silvia; SAPRIZA, Graciela. *Mujer, Estado y política en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

_____; PRATES, Susana. Los movimientos sociales de mujeres en la transición a la democracia. In: FILGUEIRA, Carlos H. (Comp.). *Movimientos sociales en el Uruguay de hoy*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental/Clacso: Ciesu, 1985.

RUIZ, Marisa. *Ciudadanas en tiempos de incertidumbre*. Montevideo: Doble Clic, 2010.

_____; DOMINZAIN, Susana. Reflexiones para una historia comparada de la mujer en Uruguay y Chile. *Hoy es Historia*, Montevideo, n. 40, dic. 1990.



SAPRIZA, Graciela. Dueñas de la calle. Encuentros, Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, n. 9, dic. 2003.

SCOTT, Joan. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, Carmen Ramos (Comp.). Género e historia: la historiografía sobre la mujer. México: Instituto Mora – Universidad Autónoma Metropolitana, 1992.

TERRA, Mercedes. Historias y memorias de Lil Gonella de Chouhy Terra. Una Mujer del Mañana, Mano a Mano, Montevideo, 2008.

TORNARÍA, Carmen. La transición desde el movimiento. In: RODRÍGUEZ, Regina (Ed.). Transiciones: mujeres en los procesos democráticos. Santiago de Chile: Isis Internacional, 1990. n. 13

UNICEF – INE. Mujeres uruguaya en cifras: un aporte para la Conferencia Mundial de la Mujer en Beijing. Montevideo, 1995.

Fuentes orales

Entrevistas realizadas a: Moriana Hernández, Susana Mazuncalde, Margarita Percovich, Carmen Tornaría.

Fuentes hemerográficas

Ediciones del diario El Día del año 1984, Montevideo, Uruguay.

Ediciones del diario El País del año 1984, Montevideo, Uruguay.



FEMINISMOS TRANSNACIONAIS E DESLOCAMENTOS DE BRASILEIRAS ATRAVÉS DAS FRONTEIRAS



Adriana Piscitelli

Neste texto, considero como o acesso ao espaço social dos feminismos transnacionais e a circulação das teorias vinculadas a esses movimentos contribuem nas discussões sobre os deslocamentos contemporâneos. Aludir a feminismos transnacionais requer, porém, algumas observações. Ao longo das décadas, esse termo, herdeiro das reflexões vinculadas aos feminismos do “Terceiro Mundo” e pós-coloniais, “viajou”, sendo apropriado de diversas maneiras e adquirindo diferentes sentidos (THAYER, 2001; NAGAR, 2002; COSTA, 2006). Nessa disseminação, o termo “feminismos transnacionais” foi utilizado por diversas correntes feministas e, nessa multiplicidade, algumas linhas são inclusive percebidas como apagando problematizações-chave das primeiras formulações dos feminismos transnacionais (PATIL, 2011).

Minha proposta aqui é mostrar como os conteúdos teóricos e políticos que marcaram essas primeiras formulações,¹ com

¹ Refiro-me particularmente às formulações presentes nos textos considerados canônicos dos feminismos transnacionais, publicados na década de 1990. Ver Grewal e Kaplan (1994) e Alexander e Mohanty (1997).



abordagens inovadoras e criando noções férteis, em termos analíticos, oferecem ferramentas úteis para refletir sobre os deslocamentos contemporâneos. Proponho também considerar como essas possibilidades para a reflexão e a ação política são limitadas quando os ativismos feministas selecionam apenas alguns aspectos desses deslocamentos como problemas prioritários.

Desenvolvo essa proposta tomando como referência mobilidades de mulheres brasileiras através das fronteiras nacionais. Coloco em “diálogo” a maneira como os estudos acadêmicos abordaram as dinâmicas desses fluxos e as inquietações que aspectos desses deslocamentos têm suscitado em organizações orientadas por interesses feministas, no Brasil e no exterior, para analisar as diferenças entre umas e outras percepções, considerando a circulação diferenciada de elaborações teóricas e práticas feministas.

► Feminismos transnacionais

Nas discussões feministas, há um acordo em considerar as primeiras formulações dos feminismos transnacionais, no início da década de 1990, na academia anglófona, como legatárias das reflexões dos “feminismos do Terceiro Mundo” e, muitas vezes, fundidas com elaborações teóricas dos feminismos pós-coloniais. Em finais da década de 1980, Chandra Mohanty (1991) defendia a denominação feminismos do “Terceiro Mundo”² para o ativismo que contestava o foco exclusivo de feministas brancas estadunidenses no gênero como base para a obtenção de direitos iguais. Mohanty advogava por uma luta liberatória muito mais ampla, que considerasse as relações entre gênero, raça e classe social,

² Com este termo, ela aludia às lutas e experiências de mulheres em países colonizados, neocolonizados ou descolonizados de Ásia, África e América Latina.



levando em conta a posição geopolítica dos países em jogo. A autora pensava que a noção “feminismos do Terceiro Mundo” poderia ser o *locus* a partir do qual seria possível trabalhar contra os “discursos feministas Ocidentais”, disseminados através da ideia de feminismos internacionais.

Dez anos mais tarde, Mohanty e outras autoras elaboraram de maneira mais incisiva a rejeição a esses discursos feministas, que se tornou um dos aspectos centrais dos feminismos transnacionais (PATIL, 2011). As primeiras formulações dessas correntes propunham opor-se à irmandade feminina global/global sisterhood promovida pelos feminismos internacionais/globais,³ considerando de que forma questões como raça e capitalismo global posicionam as mulheres de maneiras muito diferentes. Tomando como ponto de partida as diferenças entre as mulheres (GUPTA, 2006), a proposta dos feminismos transnacionais é teorizar a alteridade em leituras que possibilitem compreender como as histórias das desigualdades foram estruturando valores, desejos e necessidades em mulheres de diferentes grupos e classes no mundo.

Um segundo aspecto central nas primeiras formulações dos feminismos transnacionais é a insistência na elaboração de uma geografia crítica que problematiza a naturalização de construções espaciais como nação, local e global. A ideia é deslocar as unidades de análise, deixando de centrar-se nas culturas locais, regionais e nacionais, para considerar relações e processos, atra-

³ Alexander e Mohanty (1997) se opunham ao “feminismo internacional”, considerado como ancorado numa *episteme* liberal que invoca a diferença num modelo pluralista, afirmando que os feminismos transnacionais: 1) pensam sobre as diferenças entre mulheres em diversos espaços geográficos no mundo; 2) analisam conjuntos de relações desiguais entre e dentro de grupos de pessoas; e 3) colocam o termo “internacional” sob escrutínio, levando em conta os processos econômicos, políticos e ideológicos nos quais se ancoram a racialização e o capitalismo. Grewal e Kaplan (1994) estendem ao “feminismo global” as características negativas que Alexander e Mohanty atribuem ao feminismo internacional.



vessados por gênero, através das culturas. O termo “transnacional” problematiza uma política de localização ancorada nas oposições global-local e centro-periferia, favorecendo a análise das linhas que a atravessam (GREWAL; KAPLAN, 1994). Essa problematização requer um deslocamento também na concepção da organização política e da mobilização através das fronteiras.

Um terceiro aspecto-chave dessas elaborações teóricas é, considerando a crescente tendência dos feminismos nacionais a politizar as questões das mulheres para além das fronteiras do Estado-Nação, apontar para a multiplicidade dos feminismos no mundo. Finalmente, a noção de feminismos transnacionais está ancorada numa indissolúvel unidade entre teoria e prática, oferecendo uma posição a partir da qual realiza práticas feministas comparativas e relacionais, pós-coloniais e transnacionais, em resposta aos processos globais de colonização (ALEXANDER; MOHANTY, 1997).

No âmbito dessas formulações, o termo “pós-colonial” foi alvo de críticas,⁴ sem deixar de reconhecer o potencial subversivo das abordagens feministas pós-coloniais, principalmente no que se refere a problematizar a dicotomia centro/margem, que situa o pós-colonial como o “outro” em termos geográficos e culturais (GREWAL; KAPLAN, 1994). As primeiras formulações dos feminismos transnacionais incorporaram alguns dos aspectos mais sugestivos dos feminismos pós-coloniais, como essa problematização e o interesse nas articulações, historicizadas e contextuais, entre gênero, sexualidade, raça, nação e império. Em diálogo com os feminismos pós-coloniais, os feminismos transnacionais afirmaram a impossibilidade de tratar a categoria “mulher do Terceiro Mundo” como estável, existindo num

⁴ Nos termos de Shohat (2002), o termo “pós-colonial”, um conceito complexo e historicamente específico, ao circular passou a aludir ao que vem depois do colonialismo, apagando diferenças entre momentos históricos, regiões geográficas e ideologias diversificadas de nação e descolonização.



estado trans-histórico de opressão, aguardando a intervenção de feministas (“ocidentais”) que escaparam dessa posição (CHAMBERS; WATKINS, 2012). A problematização da categoria “mulher do Terceiro Mundo” envolve o desvendamento do modelo de poder que a embasa: uma percepção homogênea de opressão feminina que produz uma imagem de mulher padronizada, com escassa educação, limitada pelas tradições, voltada para a domesticidade e para a família e vitimizada. A proposta é desestabilizar esse modelo mediante uma análise que leve seriamente em conta a agência/agency e o pensamento crítico e diversificado das mulheres e das organizações mediante as quais enfrentam as opressões particulares que as afetam em diferentes partes do mundo (MOHANTY, 1991).

Essas questões foram desenvolvidas num amplo leque de pesquisas e reflexões voltadas para a análise de como gênero e sexualidade operam no âmbito de projetos de construção da nação e nacionalismos (ALEXANDER, 1997; SHOHAT, 1997); sobre migrações (CAMPT; THOMAS, 2008; HERRERA, 2013); guerra, militarismo (ENLOE, 2000); trabalho sexual e turismo sexual (KEMPADOO, 1999; CHENG, 2010);⁵ prisões e também reflexões sobre as possibilidades de alianças feministas (MOHANTY, 1991).

Ao longo do tempo, as pesquisas orientadas pelos feminismos transnacionais foram privilegiando outros focos de análise e o termo foi adquirindo diferentes sentidos. De acordo com Patil (2011), uma segunda linha de elaborações procurou estender os

⁵ Os deslocamentos vinculados aos mercados do sexo constituem uma temática de análise relevante para as críticas feministas transnacionais. Elas abordam o caráter transnacional desses mercados, percebido como produto de uma divisão do trabalho na qual, sobretudo, mulheres do Terceiro Mundo proporcionam aos países “ricos” uma mão de obra altamente desprotegida; as noções de exotismo ancoradas no passado colonial que permeiam a venda de serviços sexuais; a subalternidade das mulheres, mas também suas possibilidades de agência e o caráter dos discursos feministas que analisam esses movimentos (KEMPADOO, 1999).



insights dos feminismos transnacionais para a análise de instituições como as das Nações Unidas, organizações multilaterais e grupos organizados de mulheres. Essa linha considerou a relevância da noção de direitos humanos das mulheres para desafiar as opressões de gênero (COLLINS et al., 2010), mas também levou em conta como essas organizações reproduzem hierarquias geopolíticas, de classe e educacionais. Ela mostra a complexidade das articulações entre essas instituições no momento de globalização contemporâneo, considerando a agência das mulheres nos movimentos, mas prestando atenção às tensões entre instituições-chave e diferentes grupos de interesse e aos problemas suscitados pela organização do feminismo em formato de Organizações Não Governamentais (ONGs) e pela dependência de financiamentos e doadores de países do norte.⁶

Uma terceira linha de abordagem se centrou nas ações das redes feministas transnacionais. Essa linha considera tais redes como uma globalização “desde baixo”, em resposta às forças econômicas e políticas que permeiam a globalização, e tende a valorizá-las por oferecer oportunidades de organizar mulheres de diferentes países em torno de uma agenda comum, como os direitos humanos das mulheres, direitos à saúde e reprodução, violência contra as mulheres, antimilitarismo ou economia feminista. Nas leituras críticas sobre os feminismos transnacionais, considera-se, porém, que essa linha dialoga pouco com as elaborações teóricas e políticas que marcaram inicialmente essas perspectivas. A ideia é que ela se apropriou do termo “feminismos transnacionais” para referir-se, empiricamente, a redes feministas que agem através das fronteiras. O termo “feminismos transnacionais”, ao ser esvaziado do conteúdo político das primeiras elaborações teóricas, teria se tornado outro sinônimo, problemático, dos feminismos globais ou internacionais. Assim, essa linha

⁶ O trabalho de Thayer (2001) é, nesse sentido, exemplar.



de abordagem é percebida como reiterando noções lineares de desigualdade de gênero e de feminismo e como exemplo da disseminação do termo “feminismo transnacional” acompanhada por um apagamento dos seus principais *insights* (PATIL, 2011).

Esse percurso contribui para situar-nos no que se refere às noções e pressupostos dos feminismos transnacionais, assim como a diferentes sentidos adquiridos por esse termo. Considero agora como as ferramentas analíticas formuladas no âmbito desses feminismos contribuíram nas análises sobre deslocamentos contemporâneos.

► Deslocamentos através das fronteiras

Parte significativa dos estudos sobre essa problemática se centra em migrações através das fronteiras.⁷ Nessas análises, uma das principais contribuições teóricas é a articulação entre a noção de transnacionalidade e as abordagens interseccionais (CRENSHAW, 2002). No âmbito do diálogo entre feminismos transnacionais e pós-coloniais, as desigualdades permeadas por intersecções entre categorias de diferenciação foram analisadas considerando como elas atravessam a conformação de “comunidades” diaspóricas, como participam no estabelecimento de laços conectando diferentes lugares de mundo e os seus efeitos nas tensões e hierarquias nas relações internas nessas “comunidades” (CAMPT; THOMAS, 2008).

Uma segunda contribuição teórica produzida por esses estudos é a conceitualização de correntes globais de cuidado e de afeto, vinculada à análise das desigualdades que moldam os processos de globalização econômica, incorporando um significativo

⁷ Observo que as análises incluem também outros deslocamentos, como o turismo, as missões de paz e a presença de bases militares internacionais.



número de mulheres migrantes de regiões pobres do mundo nos trabalhos de cuidado. A ideia é que, através dessas correntes, os países do Norte absorvem o trabalho de mulheres do Sul, em processos cujo efeito é que os lares transfiram trabalhos de cuidados, de uns a outros, de acordo com relações de poder marcadas por gênero, classe, lugar de origem e etnicidade (EHRENREICH; HOSCHILD, 2002; PÉREZ OROZCO, 2010; GREGORIO, 2012).

Essa noção alimentou valiosas análises sobre as relações entre globalização, migração e trabalho. Vale observar, porém, que a utilização desse conceito também tem sido alvo de críticas, por considerar que tem privilegiado alguns tipos de cuidado, como o trabalho doméstico feminino e o cuidado das crianças, em detrimento de outros, incluindo os cuidados dos idosos e as dimensões de cuidado presentes nos serviços de trabalhadoras sexuais. Os questionamentos também envolvem a falta de atenção à masculinização do trabalho doméstico migrante e o pressuposto de que essas correntes tenham como efeito o “esgotamento do cuidado” nos locais de origem, que ignoraria os rearranjos familiares propiciados pelas correntes globais de cuidado nos locais de origem das/os migrantes (HERRERA, 2013).

Uma terceira ferramenta teórica vinculada aos feminismos transnacionais é a conceitualização de famílias transnacionais, que envolve a maternidade transnacional e diferentes aspectos relacionados com a constituição de famílias através das fronteiras, quando a proximidade física não é mais pré-requisito para a formação ou sustentação de uma família. Essas análises exploram a recriação de vínculos familiares, mediada por tecnologias, e os jogos de poder envolvidos nas decisões, interesses e estratégias familiares.

As contribuições das primeiras formulações dos feminismos transnacionais são perceptíveis em parte das pesquisas sobre deslocamentos de mulheres brasileiras através da fronteiras



nacionais.⁸ A partir da década de 2000, os estudos sobre essa problemática se multiplicaram, coincidindo com um dos momentos de maior intensidade de migrações brasileiras no exterior. Em 2006, relatórios do governo estimavam que em torno de 3 milhões de brasileiros/as estavam morando no exterior (MAGNO, 2006)⁹ e, em 2007, a estimativa era de 4 milhões (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007). Em 2013, a primeira cifra (3 milhões) foi reiterada na página *web* do Ministério das Relações Exteriores,¹⁰ provavelmente levando em conta as “migrações de retorno” ao Brasil¹¹ em função das crises econômicas que afetaram os Estados Unidos e o sul da Europa, assim como a crescente repressão à migração irregular em alguns desses países e o crescimento econômico do Brasil. Esse material não oferece informações quantitativas sobre as mulheres migrantes, mas assinala que elas constituem uma presença significativa nos fluxos migratórios para o exterior (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007).

Nesse marco, os estudos sobre deslocamentos internacionais envolvendo brasileiras permitem perceber que um dos principais efeitos dos diálogos com as formulações dos feminismos

⁸ E também da presença de estrangeiras no Brasil (PISCITELLI, 2011; BUMACHAR, 2011).

⁹ Na década de 1980, no contexto de uma crise econômica, o país pela primeira vez apresentou uma emigração significativa. A partir de então, a procura por oportunidades laborais alimentou os fluxos de emigração internacional. Segundo o Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito de Emigração (MAGNO, 2006), em 2006 os principais países receptores eram Estados Unidos, Paraguai, Japão, Portugal e Reino Unido.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.portalconsular.mre.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

¹¹ No Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 (Tabela 8 - Imigrantes de retorno e participação relativa, segundo as Unidades da Federação - 1995/2000 e 2005/2010. 1995/2000 2005/2010. 1995/2000) se estima que, entre 2005 e 2010, retornaram ao Brasil aproximadamente 1 milhão de pessoas. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/errata_migracao.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2013.



transnacionais é o esforço por articular uma perspectiva interseccional à noção de transnacionalidade. Essa articulação é evidente na atenção prestada a como as articulações entre gênero, classe, idade, nacionalidade, sexualidade e processos de racialização afetam esses deslocamentos e afetam também a conformação de laços sociais que articulam diferentes locais (PINTO, 2004; BESERRA, 2007; PISCITELLI, 2013; TOGNI, 2011). Outro efeito desses diálogos é a insistência em explorar os espaços de agência/*agency* feminina numa perspectiva transnacional, no âmbito de relações altamente desiguais que se alteram em diferentes contextos (ASSIS, 2004; SIQUEIRA, 2011; MAIA, 2012).

Essas abordagens orientaram pesquisas centradas em brasileiras originárias de diferentes camadas sociais no Brasil e ocupadas em diversos setores de atividade no exterior, no serviço doméstico nos Estados Unidos (ASSIS, 2004) e em Portugal (TOGNI, 2011); trabalhando em setores acadêmicos e nos serviços públicos nesses países (PINTO, 2004; PADILLA, 2006; BESERRA, 2007); desempenhando atividades como empresárias na Espanha (SOLÉ; CAVALCANTI; PARELLA, 2011); e trabalhando na indústria do sexo em países do sul da Europa (PISCITELLI, 2013), nos Estados Unidos (MAIA, 2012) e no Suriname (HAZEAU, 2011). As formulações teóricas dos feminismos transnacionais também são visíveis na crescente produção sobre migrações vinculadas à globalização dos mercados matrimoniais, que toma como referência casais “transnacionais” integrados, sobretudo, por mulheres e homens estrangeiros (PISCITELLI, 2011).

Esse conjunto de pesquisas presta atenção à agência feminina, sem deixar de considerar os problemas enfrentados por migrantes brasileiras, incluindo subalternizações e violências: os efeitos da sexualização e racialização que as atingem de maneiras diferenciadas, afetando suas inserções no mercado de trabalho, as dinâmicas das relações pessoais e amorosas e, inclusive, as possibilidades de ingresso em outros países, principalmente



na Europa. Vale lembrar que, durante a década de 2000, um número significativo de brasileiros foi barrado em aeroportos europeus e uma das principais queixas das mulheres era a acusação de estarem viajando para exercer a prostituição (SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, 2007; PISCITELLI, 2013).¹² Outro desses problemas é a violência à qual as migrantes brasileiras estão sujeitas nas travessias irregulares pelas fronteiras, principalmente tentando aceder aos Estados Unidos com a mediação de *coiotes* (ASSIS, 2008), e nas relações conjugais e familiares, incluindo ameaças e, às vezes, a materialização da perda dos filhos para os cônjuges estrangeiros (PISCITELLI, 2013).

Nessa produção, há certa concentração nas análises dos deslocamentos de brasileiras para trabalhar na indústria transnacional do sexo, principalmente de mulheres, mas também de travestis (MAYORGA, 2006; PELÚCIO SILVA, 2011; PATRÍCIO, 2008; TEIXEIRA, 2011). Essa concentração mantém relações, em parte, com a amplificação, pela mídia, da relevância dessa ocupação para as brasileiras no exterior, muitas vezes confundindo prostituição exercida no exterior com tráfico internacional de mulheres (GRUPO DAVIDA, 2005). Em termos das questões aqui analisadas, essa produção é interessante porque parte dela dialoga com questões centrais formuladas nos primeiros escritos dos feminismos transnacionais. No entanto, outras análises seguem caminhos diferentes, quase opostos, embora suas ideias mantenham relações com ativismos feministas articulados em redes transnacionais.

Alguns estudos que seguem formulações dos feminismos transnacionais examinam a atualização de noções imperiais que

¹² As inadmissões de brasileiras/os chamaram a atenção da mídia basicamente a partir do episódio da inadmissão, na Europa, de Patrícia Rangel, estudante de pós-graduação de classe média. Esses episódios, porém, foram cruelmente recorrentes durante a década de 2000, mas, como envolviam pessoas de camadas mais baixas, não atraíram análoga atenção. Ver Secretaria Nacional de Justiça (2007) e Rangel (2012).



atravessam o comércio sexual transnacional e o jogo de incorporação, às vezes estratégica, dessas percepções pelas pessoas que oferecem serviços sexuais, articulando uma perspectiva interseccional com a noção de transnacionalidade. Prestando atenção à construção de espaços de agência dessas migrantes, essas pesquisas afirmam a relevância de considerar a prostituição como trabalho e rejeitam a fusão entre as noções de prostituição e tráfico de mulheres (KEMPADOO; SANGHERA; PATTANAIK, 2005). Uma parcela da produção sobre brasileiras na indústria do sexo no exterior, porém, segue linhas contrárias, sublinhando a vulnerabilidade dessas mulheres. Alguns estudos vitimizam essas migrantes, destacando de maneira absoluta e englobante a violência da qual são objeto e às vezes apagando as distinções entre prostituição e tráfico internacional de pessoas (CECRIA, 2002). E, convertendo o tráfico internacional de pessoas no problema de gênero vinculado aos deslocamentos através das fronteiras, essas análises também apagam outras dimensões dos processos migratórios através das fronteiras.

É necessário assinalar que essas últimas abordagens não deixam de utilizar uma abordagem interseccional, considerando as relações entre gênero, classe social, “raça”/etnia e região. Além disso, esses escritos mantêm relação com noções presentes nas conferências promovidas pelo sistema das Nações Unidas, nas quais a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres abrange a exploração sexual e o tráfico de mulheres (VIANA; LACERDA, 2004). Outras vezes, as relações com a transnacionalização do feminismo remetem a outras modalidades de ativismos feministas, que, surgindo do próprio movimento, transcendem as fronteiras do Estado-Nação (ALVAREZ, 2003). São as redes feministas transnacionais de militância e *advocacy*, articuladas em espaços de discussão feminista ou em fóruns mais amplos, como as reuniões do Fórum Social Mundial.



Nesse sentido, os argumentos apresentados nesses escritos compartilham a vinculação que realizam entre capitalismo global, migração de mulheres de regiões pobres do mundo, mercantilização do corpo e tráfico de mulheres para a exploração sexual com as redes feministas antiglobalização (TORRES; OLIVEIRA, 2012; NOBRE; FARIA, 2003).

Um ponto importante é que essas relações estão presentes em ativismos feministas, no Brasil. Se as primeiras formulações teóricas dos feminismos transnacionais alimentaram um leque amplo de estudos sobre migração de brasileiras através das fronteiras, os ativismos, no País, não parecem conceder muita importância a esses deslocamentos, embora a preocupação pela migração seja evidente no trabalho de algumas organizações, como a União de Mulheres de São Paulo.¹³ Em muitos casos, quando há uma inquietação vinculada à migração, tende-se a privilegiar uma das dimensões de violência presentes neles, que se materializa no tráfico de pessoas.

► Ativismos no Brasil

Os ativismos feministas no Brasil são heterogêneos e complexos. A conformação do movimento e as trajetórias de suas integrantes tornam problemáticas as divisões entre academia, militância e, inclusive, muitas vezes, governo. Levando isso em conta, refiro-me a ativismos considerando o âmbito de atuação política de organizações, redes e articulações que se identificam como feministas, cujas integrantes podem estar vinculadas à academia e ter atuado, em algum momento, em âmbitos governamentais. Sem nenhuma pretensão de abranger essa multiplicidade

¹³ Ver: <<https://www.facebook.com/events/111833038987434/>>. Acesso em: 12 fev. 2014.



e a partir de uma leitura ainda exploratória, observo que, no movimento, a preocupação recente pelo tráfico de pessoas se delineia de uma maneira particular.

No âmbito internacional, os debates sobre tráfico de pessoas foram retomados na década de 1970, a partir da pressão de feministas preocupadas com os impactos sociais da reconstrução e do desenvolvimento do sudeste da Ásia após a Guerra do Vietnã, com a permanência contínua das tropas militares estadunidenses na região e com as coerções e violência permeando o deslocamento de mulheres de áreas pobres, a serem utilizadas no comércio sexual, na prostituição voltada para militares e no turismo sexual (ENLOE, 1990; KEMPADOO; SANGHERA; PATTANAIK, 2005). No Brasil, durante as décadas de 1970 e 1980, o tráfico de pessoas e a prostituição não integraram o principal leque de preocupações feministas, que estava voltado para outras problemáticas (PISCITELLI et al., 2010). Nesses anos, a relação entre brasileiras, principalmente mulatas, com turistas estrangeiros e as viagens e casamentos decorrentes desses relacionamentos chamaram a atenção de feministas negras, que consideraram essas relações expressão da subordinação das mulheres negras, porém, nesse momento, não as vincularam ao tráfico internacional de pessoas nem as pensaram como turismo sexual (GONZALEZ, 1982).

No final da década de 1990, no Brasil, fazendo eco às preocupações dos feminismos transnacionais, a inquietação pelos casamentos com turistas estrangeiros, considerados vias para a exploração sexual e cárcere privado no exterior, e pelas relações entre turismo sexual e tráfico internacional de pessoas passou a orientar ações de organizações não governamentais que trabalhavam em cidades do Nordeste, tidas como alvo do turismo sexual (PRESTRELLO; DIAS, 1996; CHAME, 1998). Entretanto, essas inquietações não parecem ter sido particularmente relevantes no movimento antitráfico que se organizou no Brasil, na virada do



milênio, quando a articulação contra o tráfico de pessoas esteve vinculada, sobretudo, à pressão dos movimentos de apoio aos direitos das crianças, e não das mulheres (PISCITELLI, 2013).

Na década de 2000, o movimento antitráfico cresceu impulsionado pelo apoio financeiro e técnico das agências multilaterais supranacionais a organizações não governamentais e ao governo, em articulações que, evocando a noção de regime transnacional de direitos humanos (SHARMA; GUPTA, 2006),¹⁴ desembocaram na elaboração, em 2005 e 2006, da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e, posteriormente, de dois planos de enfrentamento. Nas discussões recentes sobre a problemática, a relevância da articulação entre o governo e as agências multilaterais supranacionais, particularmente o Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e Crimes, aparece mais diluída. A nítida força impulsionadora das entidades de apoio aos direitos da criança no debate também se diluiu, porque diferentes causas históricas na agenda dos direitos humanos no Brasil passaram a utilizar a linguagem do tráfico de pessoas (SPRANDEL; MANSUR, 2010). Finalmente, por meio da criação de comitês estaduais e municipais de enfrentamento a esse crime e da realização de cursos de capacitação e de campanhas, no País e no exterior, foi se produzindo um processo de capilarização que conduziu à incorporação da problemática por diversos setores da sociedade.

Nesse percurso, nas décadas de 2000 e nos primeiros anos de 2010, a problemática do tráfico de pessoas foi integrada em processos de Estado (SHARMA; GUPTA, 2006; BROWN, 2006; VIANNA, 2013). Ela também se tornou tema de trabalho de organizações feministas, algumas das quais integram, no Brasil, o

¹⁴ Segundo esses autores, trata-se de uma maquinaria transnacional de vigilância e regulação que envolve ativistas, tribunais, organizações de direitos humanos, comissões da verdade, testemunhas e cortes.



corpo de membros da GATTW (*Global Alliance Against Traffic in Women*), uma das mais importantes articulações globais na luta contra o tráfico de pessoas,¹⁵ que mantém diálogos com o Estado brasileiro. Além disso, o tráfico de pessoas foi integrado na pauta de discussões das articulações consideradas como principais mobilizadoras do movimento feminista, em escala nacional, que mantêm relações com redes feministas transnacionais (ZANETTI, 2009).

Essas décadas correspondem, segundo algumas autoras, a uma quarta onda feminista no País (MATOS, 2010), caracterizada pela institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo, pelo trabalho em arenas paralelas de atuação, no âmbito da sociedade civil e nas fronteiras entre ela e o Estado e pela criação de fóruns e redes feministas sob a influência da agenda internacional das mulheres. Esse momento também é percebido como palco do surgimento de forças sociais contra-hegemônicas e de movimentos de solidariedade e justiça global que se articularam na oposição ao regime neoliberal, envolvendo atores fora do estado (ALVAREZ, 2009). Os feminismos vinculados às grandes articulações, a Articulação de Mulheres Brasileira (AMB)¹⁶ e

¹⁵ O Coletivo Leila Diniz e o Criola fazem parte de um grupo de nove ONGs que integram esse corpo no Brasil. Ver: <http://www.gaatw.org/index.php?option=com_content&view=article&id=562&Itemid=9>. Acesso em: 2 jul. 2013.

¹⁶ De acordo com pesquisas e documentos consultados, a AMB surgiu em 1994, quando organizações feministas buscaram fortalecer as organizações de mulheres brasileiras no contexto pré-IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, em 1995, articulando organizações de mulheres de todos os estados brasileiros e, posteriormente, dos fóruns estaduais de mulheres. Em 1999, a AMB concentrou seus esforços para o apoio e a aliança com articulações de mulheres negras no processo de debates preparatórios à Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, Durban, 2001 (MIRANDA; MACHADO, 2010). A AMB, integrada em redes SUL-SUL, tornou-se parceira da Articulação Feminista MarcoSur no Comitê Internacional do Fórum Social Mundial. Ver também página da Organização Sempre Viva (<<http://www.sof.org.br/>>).



a Marcha Mundial das Mulheres contra a Violência e a Pobreza,¹⁷ juntamente com o protagonizado por feministas jovens, que pela primeira vez apresentaram uma agenda diferenciada (PAPA; SOUZA, 2009; ZANETTI, 2009), produziram correntes efervescentes no movimento.

Nesse marco, os ativismos feministas no Brasil parecem ter incorporado a questão do tráfico de pessoas com matizes particulares. A Plataforma Política Feminista, aprovada no marco da Conferência Nacional de Mulheres, em 2002, é, nesse sentido, um documento interessante.¹⁸ Nela, a preocupação pelo tráfico de pessoas é registrada no compromisso de luta contra as práticas de violência¹⁹ e não está explicitamente vinculada à migração – tema que é registrado apenas uma vez, considerando a migração interna.²⁰

Ao longo da década de 2000 e inícios da década de 2010, documentos da AMB aludem à migração internacional em procura de melhoria de vida.²¹ No âmbito de articulações com redes transnacionais (Marcosur), essa problemática foi abordada

¹⁷ A Marcha Mundial das Mulheres nasceu em 2000, vinculada ao movimento antiglobalização, como mobilização que reuniu mulheres do mundo todo contra a pobreza e a violência (NOBRE; FARIA, 2003). A marcha articula ações locais, nacionais e transnacionais. Ver <<http://www.sof.org.br/marcha/?pagina=memoriaEncontroNacional>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

¹⁸ A Comissão organizadora nacional esteve integrada por: Articulação de Mulheres Brasileiras; Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; Secretaria para Assuntos da Mulher Trabalhadora da Contee; Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT; Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro; Rede de Mulheres no Rádio – Secretaria; Rede Nacional de Parteras Tradicionais; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; e União Brasileira de Mulheres.

¹⁹ Ver: Desafio Democratização da Vida Social (234).

²⁰ Ver: Desafio Justiça Social e Questões Agrícolas (79).

²¹ Ver: Mulheres discutem programas de governo e desenvolvimento econômico em debates no Enamb, 31/03/2011. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2013.



em discussões sobre a falta de proteção social do trabalho das mulheres, particularmente das migrantes envolvidas em ocupações que sustentam a economia dos países economicamente favorecidos, como serviços domésticos, cuidado de idosos e crianças e comércio sexual, vinculado ao tráfico de pessoas.²² Paralelamente, o tráfico de mulheres foi considerado em debates voltados, sobretudo, para a exploração do corpo, no âmbito da mercantilização do corpo das mulheres no contexto da globalização neoliberal.²³

Leituras análogas estão presentes em ações e discussões da Marcha Mundial das Mulheres. Oficinas realizadas na reunião da marcha, em Vinhedo, em 2010, e boletins dessa organização sugerem que o tráfico de pessoas não deixa de ser associado à migração, mas a principal vinculação é com a prostituição, problematizada em termos de ser expressão da extrema mercantilização do corpo num mundo globalizado e sexista.²⁴ De acordo

²² Ver: Cúpula dos Povos – Enlaçando Alternativas 3 – Lima, Peru, 13 a 16 de maio de 2008. In: *Alternativas à globalização*. Textos. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2013; Mobilização, ENAMB 2011 – Eixos para a mobilização. AMB. Encontro Nacional 2011. Universidade de Brasília, 31 de março, 1º, 2 e 3 de abril. Eixo 1; “O jeito que o mundo está e o que queremos transformar”. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

²³ Ver “Feministas de todo o Brasil presentes no I Encontro Nacional da AMB” e Oficina 3 – “Mercantilização do corpo das mulheres no contexto da globalização neoliberal: novas e velhas formas de exploração do corpo, exploração sexual e tráfico de mulheres”. Disponível em: <www.institutobuzios.org.br/.../AMB_RELATORIO%20I%20ENCONTRO%20NACIONAL.pdf>. Acesso em 3 jan. 2011. *Jornal da Marcha Mundial de Mulheres*, Ação 2010; março, n. 2.

²⁴ No Boletim de 15/03/2010, “Caminhantes da Marcha Mundial das Mulheres encontram-se com as militantes da comissão de cozinha”, essa vinculação é realizada da seguinte maneira: “Nesta tarde [...] as militantes da Marcha Mundial das Mulheres debaterão a luta contra a violência sexista, com painéis temáticos sobre: a violência doméstica e sexual e as políticas de erradicação dela; o tráfico de mulheres e a migração; e os processos de luta dos movimentos sociais contra a violência sexista”. Disponível em: <<http://mulheresem-marcha.blogspot.com.br/2010/03/caminhantes-da-marcha-mundial-das.html>>. Acesso em: 20 jun. 2013.



com integrantes da marcha, o tráfico não pode ser separado da migração, num momento em que pessoas em situação de vulnerabilidade são estimuladas a deslocar-se ao exterior.²⁵ Entretanto, nas discussões, o tráfico de mulheres e o turismo sexual aparecem, sobretudo, considerados como expressões da integração da prostituição nos circuitos de globalização. Essas questões foram articuladas com outras discussões, como os padrões de beleza e a publicidade sexista, na problematização à expansão das fronteiras de mercado, no capitalismo, que possibilita comprar e vender relações interpessoais, corpos e sentimentos, apropriando-se da subordinação das mulheres e das situações-limite de pobreza e degradação (NOBRE; FARIA, 2003). Vale observar, porém, que integrantes da marcha afirmam não ter uma dimensão prática de trabalho com a problemática do tráfico, uma vez que ONGs específicas têm mais condições de fazer isso. Entretanto, elas consideram que é importante realizar o debate, para ter uma compreensão sobre a prostituição, a inter-relação dela com o tráfico e deste com a opressão das mulheres, percebendo coletivamente como se trata de um problema que atinge a todas as mulheres, uma vez que está relacionado com a sua opressão.²⁶

As feministas jovens têm impulsionado uma das ações mais recentes do movimento, a Marcha das Vadias (*slut walk*), que, fortemente mediada pela internet, organiza-se em torno da luta contra a violência sexista. Essas marchas têm lugar em vários países, organizadas por coletivos descentralizados, autônomos. No Brasil, foram realizadas três, a partir de 2011, que adquiriram características específicas em diferentes cidades.²⁷

²⁵ Entrevista concedida por Nalu Faria a Andreia Scackhaus, em 2010 (PISCITELLI et al., 2010).

²⁶ Entrevista concedida por Nalu Faria a Andreia Scackhaus, em 2010 (PISCITELLI et al., 2010).

²⁷ Segundo participantes/organizadoras das marchas em Campinas e São Paulo, nessas cidades, o perfil das/os participantes da *Marcha* é de pessoas na



Nelas participaram individualmente pessoas integrantes de diversas organizações e articulações feministas, incluindo coletivos virtuais, como as Blogueiras feministas. De acordo com participantes, na marcha do Rio, em 2012, surgiu a inquietação com o turismo sexual, em função dos grandes eventos esportivos, como a Copa Mundial de Futebol. Contudo, não parece terem se evidenciado preocupações específicas pelos deslocamentos internacionais de mulheres.²⁸

Já os escritos das Blogueiras, que começam a divulgar postagens em outubro de 2010, mostram certa preocupação pela migração, principalmente interna. Desde janeiro de 2011, o *blog* reúne entre vinte e trinta postagens mensais, aglutinadas sob diferentes palavras-chave em sua página *web*.²⁹ Nesse conjunto, numa leitura realizada em junho de 2013, três postagens faziam menção a questões migratórias³⁰ e apenas uma parece aludir à migração internacional, no âmbito da discussão sobre os mitos de controle populacional.³¹ O tráfico de pessoas inspirou uma postagem³² que o vincula principalmente à prostituição (forçada) e ao trabalho escravo em outros setores de atividade.

faixa, sobretudo, dos vinte e trinta anos, incluindo alguns homens, hetero e homossexuais, com significativa presença de pessoas que têm estudos superiores.

²⁸ Comunicação pessoal de uma das organizadoras da Marcha das Vadias de Campinas, junho de 2013.

²⁹ Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

³⁰ Duas postagens tratam de migração interna em discussões voltadas para mulheres e justiça ambiental e para a revisão da Convenção do Cairo, abordando o impacto individual, social e econômico da urbanização e migração. Ver: Jeanne Callegari, *Mulheres e justiça ambiental*, 29/05/2012. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/>>. Acesso em: 2 jul. 2013; e Juliana César, *A Convenção do Cairo e seu processo de revisão de 20 anos*, 04/09/2012. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

³¹ Carolina Pombo, *Como os mitos do controle populacional contribuem para a desigualdade de gêneros*, 17/01/2013. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

³² Renata Lima, *Prostituição e tráfico de pessoas: a informante*, 18/04/2012. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/04/prostituicao-trafico-de-pessoas/>>. Acesso em: 27 jun. 2013.



Assim, ao falar da incorporação da problemática migratória e do tráfico de pessoas pelos ativismos feministas no Brasil, não quero dizer que eles tenham adquirido centralidade nem tampouco que tenham sido relevantes na complexa articulação entre feminismos, instâncias governamentais, organizações multilaterais e setores da sociedade civil voltados para a defesa dos direitos das mulheres. Observo que, na percepção da Coordenadora Geral de Acesso à Justiça e Combate à Violência da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2010, a secretaria encontrava poucas parcerias entre as feministas no que se refere ao tráfico de pessoas, apoiando-se em organizações de apoio aos direitos humanos voltadas especificamente para a luta contra o tráfico de pessoas (PISCITELLI, 2013). Estou chamando a atenção para o fato de que os deslocamentos através das fronteiras não parecem constituir um tema particularmente significativo na agenda de parte significativa dos ativismos brasileiros, o que é um ponto interessante, considerando a presença de brasileiras no exterior e também de mulheres estrangeiras no Brasil. E, quando esses deslocamentos são considerados, muitas vezes tendem a ser associados ao tráfico internacional de pessoas.

► Ações políticas atravessando as fronteiras

O lugar concedido ao tráfico de pessoas difere no âmbito dos ativismos, no exterior, voltados para o apoio aos direitos das mulheres brasileiras. Situar essas ações requer considerar as articulações desses ativismos com o Estado brasileiro no exterior. Em países europeus, parte delas é realizada por grupos de mulheres “autônomas”, mas uma parte está vinculada a migrantes organizados em grupos de voluntários, em redes de brasileiros no exterior e em instâncias reconhecidas pelo governo, como



o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior,³³ que atuam em colaboração com os consulados e, em termos mais amplos, com o Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

No âmbito do Estado, tem sido concedida significativa importância à migração internacional. Documentos governamentais permitem perceber que uma delimitação inicial do tráfico de pessoas, como a problemática de gênero nos deslocamentos através das fronteiras, foi ampliando-se. No relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, de 2006, um documento que expressa as preocupações suscitadas pelas migrações naquele momento, as questões relativas às mulheres nos fluxos migratórios internacionais estão basicamente concentradas num único capítulo, denominado “Brasil, ‘celeiro de vítimas’: o tráfico internacional de pessoas para fins de prostituição” (MAGNO, 2006). Já a cartilha elaborada pelo Ministério de Trabalho e Emprego (2007) um ano depois, em parceria com outros ministérios e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Brasileiras e brasileiros no exterior*, apresenta uma leitura um pouco mais ampla. A seção tráfico de pessoas, principalmente dirigida às mulheres, estende-se também aos homens, alertando sobre os perigos de promessas de emprego no exterior, que podem resultar no envolvimento com redes de tráfico de pessoas, prostituição, trabalho forçado e violência e na retirada de órgãos para a venda. Entretanto, o subtítulo “migração feminina” alerta para o trabalho forçado na indústria do sexo, incluindo nos perigos a oferta de casamentos com estrangeiros, que poderiam ser a porta de entrada para várias modalidades de exploração, trabalho forçado ou privação de liberdade. Essa preocupação orientou ações do Ministério de Relações Exteriores em outros países, como a realização, em cidades europeias, de cursos sobre tráfico de

³³ Ver: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.



peçoas abertos a voluntários brasileiros e reuniões estimulando-os a denunciar esse crime e a realizar ações ou projetos voltados para combatê-lo.³⁴

Nesse quadro, os documentos elaborados pela Secretaria Especial das Mulheres (SPM) (2013a, b) são significativos. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 contempla as violências que as brasileiras sofrem no exterior e situa entre elas o tráfico de pessoas e a exploração sexual. Nas ações para enfrentá-las, a SPM inclui a expansão da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, para o nível internacional.³⁵ Esse atendimento foi anunciado por uma representante do Ministério de Relações Exteriores num importante encontro nacional sobre tráfico de pessoas, em finais de 2011.³⁶ Entretanto, a análise das chamadas recebidas nesse número durante 2012,³⁷ de brasileiras que vivem em Portugal, Espanha e Itália, indica que, dos 179 atendimentos realizados, a maioria dos casos estava vinculada a situações de violência doméstica (71,25%), sobretudo mães com desejo de retornar ao Brasil, porém com medo de perder a guarda das(os) filhas(os). Os casos de tráfico internacional de pessoas ocuparam 5% dos registros³⁸ (SPM, 2013a).

³⁴ Como, por exemplo, o “Curso de capacitação para voluntários em questões de tráfico de pessoas, exploração do trabalho e violência de gênero”, organizados em Barcelona pelo Ministério de Relações Exteriores em parceria com o Consulado do Brasil em Barcelona. As parcerias envolveram também a Generalitat e entidades organizadas de brasileiros, o Coletivo Brasil Catalunha e a Abrae.

³⁵ O objetivo do atendimento estendido ao exterior é proporcionar uma acolhida à brasileira que está em vulnerabilidade e ainda não conhece os serviços de assistência desses países.

³⁶ II Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Recife, 7 a 9 de novembro de 2011.

³⁷ Agradeço a Clarissa Correa de Carvalho, Coordenadora da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Secretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres, pela cálida atenção e pelo envio de material utilizado aqui.

³⁸ O cárcere privado apareceu em 1,67% dos atendimentos, e a violência patrimonial também em 1,67% dos registros.



Em termos da discussão proposta neste texto, esse material é importante porque mostra como os resultados de uma ação governamental remetem para a questão da violência, extrapolando o tráfico de pessoas. Esse é um dos aspectos levantados nas pesquisas acadêmicas orientadas por elaborações teóricas dos feminismos transnacionais, mas que parece não constituir alvo específico de interesse de muitos ativismos feministas no Brasil. Entretanto, essa problemática é, há décadas, um aspecto relevante das inquietações das organizações que, apoiando os direitos de brasileiras no exterior, trabalham com um leque mais amplo de problemáticas.

Desde a década de 1990, grupos integrados por brasileiras e latino-americanas vêm realizando ações diversificadas em diferentes países.³⁹ Trata-se de organizações heterogêneas, algumas delas fundadas por mulheres que tiveram militância feminista e/ou sindical e outras por mulheres que, ao longo da experiência migratória, entraram em contato com questões voltadas para os direitos humanos e, nesse âmbito, com os direitos das mulheres. Várias dessas organizações realizam ações dirigidas para melhorar a vida e as condições de trabalho das migrantes e para promover sua participação na vida social, cultural e política no contexto migratório. Os problemas das brasileiras observados pelas integrantes dessas organizações são diversificados: a irregularidade no estatuto migratório, a dificuldade de inserção social e laboral em função desse problema, por desconhecimento da língua do contexto migratório, e ainda a dificuldade de revalidação de títulos, a precariedade e a exploração laboral, a violência doméstica e a perda dos filhos. O tráfico de pessoas é uma problemática que não é ignorada por essas organizações e que frequentemente

³⁹ Ver: Associações Brasileiras no Exterior. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/associacoes-brasileiras-exterior/#estados_unidos>. Acesso em: 28 jun. 2013.



resulta “atraente” em função dos financiamentos que recebe, inclusive em países nos quais há sérios recortes nos orçamentos voltados para o apoio social. Entretanto, nos grupos com longa experiência de trabalho, ela está longe de ser percebida como o principal problema que afeta essas migrantes, inclusive as trabalhadoras sexuais (ZINGAROPOLI, 2004; DIAS, 2013).

Paralelamente, em diversos países, voluntários/as e redes de migrantes, geralmente originários nas camadas médias brasileiras, estudantes de pós-graduação ou profissionais liberais, nem sempre em contato com migrantes de outras camadas sociais, em colaboração com consulados brasileiros, disseminam informações para auxiliar brasileiras residindo no exterior⁴⁰ e organizam encontros para propiciar ações que levam em conta a problemática de gênero. Um exemplo é o seminário sobre Migração Brasileira e questões de gênero organizado pela Rede de Brasileiras e Brasileiros na Europa, em 2010, articulando ONGs, representantes de governo e integrantes de agências multilaterais e da academia.⁴¹ Nele, o tráfico de pessoas voltou a adquirir destaque, embora integrado num leque mais amplo de questões voltadas para a violência de gênero, para a eliminação da imagem sexualizada das brasileiras, para a área laboral e de saúde das mulheres migrantes e para as comunidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) (como a melhoria da atenção nos consulados e a eliminação das dificuldades para essas pessoas obterem documentos de viagem).

Nesse diversificado conjunto de discussões e ações, às vezes, a influência dos feminismos é indireta, através dos aspectos

⁴⁰ Ver: Conselho dos Cidadãos Brasileiros em Beirute (Com o apoio do Consulado Geral do Brasil em Beirut: Cartilha da Emigrante Brasileira no Líbano. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/cartilhas/protecao%20a%20mulher>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

⁴¹ Ver: I Seminário sobre Migração Brasileira e Questões de Gênero, 23 a 25 de julho de 2010, Centri di Servizio per il Volontariato del Lazio CESV e SPES, Roma. Agradeço a Guilherme Dias Mansur, por ter compartilhado esse material comigo.



das grandes convenções e conferências dos direitos da mulher incorporadas e disseminadas por organismos internacionais de direitos humanos e pelos governos. Entretanto, nas organizações que trabalham em contato direto com as migrantes, frequentemente de camadas mais baixas, o conhecimento de suas problemáticas e, em alguns casos, o trabalho com o referencial dos feminismos transnacionais e pós-coloniais conduzem a uma ampliação no leque de inquietações sobre essas mulheres. Esse alargamento mantém relações com a diversificação presente nos estudos acadêmicos orientados pelas elaborações teóricas dos primeiros feminismos transnacionais.

É o caso de Maiz, organização não governamental que trabalha na Áustria,⁴² “por e para mulheres migrantes”, criada por um grupo de mulheres entre as quais havia brasileiras (DIAS, 2013). Os princípios dessa organização incluem o feminismo e a ação crítica, entendidos como a criação e realização de práticas que não são formuladas de acordo com ideias brancas, da Europa Ocidental, patriarcais, pós-coloniais ou heterossexuais. Desses princípios faz parte a ideia de que o conhecimento, a educação e as habilidades dos migrantes devem ser reconhecidas e de que todos/as têm direito de aceder ao mercado de trabalho e a uma renda mínima e, também, ao reconhecimento do trabalho sexual como trabalho.⁴³

Um ponto importante no trabalho dessa organização, para a qual a relação entre teoria e prática é fundamental, é a realização de pesquisas. Segundo uma das fundadoras dessa organização, esses estudos são relevantes para refinar as práticas educativas, criando novas aproximações que considerem aspectos feministas e pós-coloniais. Nesse sentido, as perspectivas e

⁴² Agradeço a Guilherme Dias Mansur, por ter chamado minha atenção sobre essa organização.

⁴³ Disponível em: <<http://www.maiz.at/en/principles>>. Acesso em: 30 jun. 2013.



experiências das migrantes, que tendem a ser marginalizadas e tornadas invisíveis em muitas pesquisas, tornam-se centrais. De acordo com ela, o sentido dessa centralidade é enfrentar o problema epistemológico e político presente nas leituras e interpretações dos dados que, distantes da realidade e autodefinição dos migrantes, vitimizam essas mulheres. Nesse marco, no trabalho conjunto com migrantes que trabalham na indústria do sexo, orientado pelas necessidades dessas mulheres, a organização passou a reconhecer essas atividades como trabalho legítimo e a lutar contra a estigmatização, discriminação e criminalização das pessoas que oferecem serviços sexuais.⁴⁴

Essa perspectiva de trabalho remete à problematização da “Mulher do Terceiro Mundo” como categoria homogênea (MOHANTY, 1991) e à necessidade de levar em conta as experiências cotidianas das mulheres para evitar homogeneizar a diversidade de suas experiências. Se, como afirma Cheng (2010), a mobilidade e a sexualidade das migrantes são constantemente reinscritas por Estados e por ativistas para articular suas preocupações diferenciadas com fronteiras, gênero, sexualidade e cidadania, só uma âncora experiencial e analítica nas vidas dessas mulheres possibilita compreender quais são seus principais problemas e lutas. E esse conjunto de questões é seriamente elaborado pelas primeiras formulações dos feminismos transnacionais.

► Considerações finais

Neste texto, mostrei como os estudos acadêmicos orientados por essas elaborações teóricas apontam para um leque diversificado de problemáticas enfrentadas pelas migrantes brasileiras em suas negociações para situar-se nos contextos migratórios

⁴⁴ Interview Caixeta, s.d. Disponível em: <<http://www.maiz.at/en/maiz-research>>. Acesso em: 30 jun. 2013.



no exterior. A partir de uma leitura exploratória de ativismos voltados para apoiar os direitos das mulheres, chamei a atenção para como eles diferem na priorização dos problemas vinculados aos deslocamentos através das fronteiras. Enquanto, no Brasil, ativismos articulados em redes feministas transnacionais não ignoram as migrações, mas estão, sobretudo, voltados para o tráfico de pessoas, na Europa, organizações que apoiam direitos de mulheres migrantes abrangem uma diversidade de problemáticas, nas quais o tráfico está longe de adquirir centralidade.

Com essas observações, não pretendo sublinhar a distância entre formulações teóricas e práticas políticas. Ao contrário, a análise mostra que, quando as ações políticas levam em conta as problemáticas enfrentadas pelas mulheres, há relações entre análises teóricas e questões que se delineiam na prática. Contudo, de maneira aparentemente paradoxal, as discussões e ações que mantêm vinculações com resultados de pesquisa embasados em elaborações teóricas dos feminismos transnacionais não são sempre nem necessariamente as realizadas nas articulações com redes feministas transnacionais.

Os interesses diversificados dos ativismos orientados direta ou indiretamente por interesses feministas, no Brasil e no exterior, certamente abrem um novo campo de pesquisas para situar a circulação de perspectivas feministas. E aqui, novamente, as primeiras formulações dos feminismos transnacionais podem contribuir nesse empreendimento, oferecendo ferramentas para levar em conta as articulações e tensões entre organizações de mulheres, feminismos, Estados e agências de financiamento e as hierarquias entre migrantes.

► Referências

ALEXANDER, Jacqui. Erotic autonomy as a politics of decolonization: an anatomy of feminist and state practice in the Bahamas tourist



economy. In: ALEXANDER, Jacqui M.; MOHANTY, Chandra Talpade (Ed.). *Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures*. New York: Routledge, 1997. p. 63-101.

ALEXANDER, Jacqui M.; MOHANTY, Chandra Talpade. Introduction, genealogies, legacies, movements. In: _____. (Ed.). *Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures*. New York: Routledge, 1997. p. xiii-xlii.

ALVAREZ, Sonia. Beyond NGO-ization? Reflections from Latin America. *Development*, v. 52, n. 2, p. 175-184, 2009.

_____. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 533-540, 2003.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. *Trânsitos contemporâneos: gênero e violência na travessia da fronteira México-EUA*. Texto apresentado na ABA, 2008.

BESERRA, Bernadete. Sob a sombra de Carmen Miranda e do carnaval: brasileiras em Los Angeles. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, 38, p. 313-344, 2007.

BROWN, Wendy. Finding the man in the state. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. Introduction. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Ed.). *The anthropology of the state: a reader*. Blackwell Publishing, 2006. p. 211-243.

BUMACHAR, Bruna. Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres. *Revista Cronos*, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2219>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

CAMPT, Tina; THOMAS, Deborah A. Gendering diaspora: transnational feminism, diaspora and its hegemonies. *Feminist Review*, 90, p. 1-8, 2008.



CECRIA. *Relatório Nacional Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial*. Brasília, 2002. Mimeografado.

CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER (CHAME). *O que é que a Bahia tem: o outro lado do turismo em Salvador*. Salvador, 1998.

CHAMBERS, Claire; WATKINS, Susan. Postcolonial feminism? *The Journal of Commonwealth Literature*, v. 47, n. 3, p. 297-301, 2012.

CHENG, Sealing. *On the move for love: migrant entertainers and the U.S Military in South Korea*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.

COLLINS, Dana et al. New directions in feminism and human rights. *International Feminist Journal of Politics*, v. 12, n. 3-4, p. 298-318, Dec. 2010.

COSTA, Claudia de Lima. Lost (and found?) in translation: feminisms in hemispheric dialogue. *Latino Studies*, 4, p. 62-78, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, ano 10, p. 171-189, 1º sem. 2002.

DIAS, Guilherme Mansur. *Migração, segurança e tráfico de pessoas: gênese e reprodução de um debate*. 2013. 336 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

EHRENREICH Barbara; HOSCHILD, Arlie (Ed.). *Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy*. New York: Henry Holt and Company, 2002.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics*. Berkeley, CA: University of California Press, 1990.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: MONTERO, Paula et al. *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.



GREGORIO GIL, Carmen. Trazando una genealogía desde la crítica feminista en el campo de las migraciones transnacionales. In: _____; CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia (Coord.). *Antropología feminista en América Latina y España*. México: Fondo de Cultura Económica, 2012. p. 34-50.

GREWAL, Inderpal; KAPLAN, Caren. *Scattered Hegemonies: postmodernity and transnational feminist practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

GRUPO DAVIDA. Prostitutas, “traficadas” e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o tráfico de seres humanos. *Cadernos Pagu*, n. 25, p. 153-185, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 8 jul. 2013.

GUPTA, Jyotsna Agnihotri Jyotsna. Towards transnational feminisms: some reflections and concerns in relation to the globalization of reproductive technologies. *European Journal of Women's Studies*, p. 13-23, 2006.

HAZEAU, Marcel Theodoor. *Migração internacional de mulheres na periferia de Belém*. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Mimeografado.

HERRERA, Gioconda. Gender and international migration: contributions and cross-fertilizations. *Annual Review of Sociology*, v. 39, p. 471-489, 2013.

KEMPADOO, Kamala. *Sun, sex, and gold: tourism and sex work in the Caribbean*. LANHAM, Md. (Ed.). Rowman and Littlefield, 1999.

_____; SANGHERA, Jyoti; PATTANAIK, Bandana (Ed.). *Trafficking and prostitution reconsidered: new perspectives on migration, sex work and women rights*. Boulder: Paradigm Publishers, 2005.

MAGNO, João. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito*. Brasília, Congresso Nacional, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Emigração, 2006.



MAIA, Suzana. *Transnational desires: brazilian erotic dancers in New York*. Vanderbilt University Press, 2012.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MAYORGA, Claudia. *Identidade, migração e gênero: o caso de mulheres brasileiras prostitutas em Madrid*. Paper delivered at the Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, Santa Catarina, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. *Brasileiras e brasileiros no exterior: informações úteis*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/pt-br/file/Brasileiros_no_Exterior_Cartilha_2008.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2013.

MIRANDA, Cynthia Mara; MACHADO, Lia Zanotta. *As redes feministas e o Estado: a construção de espaços políticos nos governos, brasileiro e canadense*. Texto apresentado no Seminário Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. In: MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes. *Third World women and the politics of feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 1991. p. 51-81.

NAGAR, Richa. Footloose researchers, 'traveling' theories, and the politics of transnational feminist praxis. *Gender, Place and Culture*, v. 9, n. 2, p. 179-186, 2002.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 623-632, jul./dez. 2003.

PADILLA, Beatriz. Integração dos 'imigrantes brasileiros recém-chegados' na sociedade portuguesa: problemas e possibilidades. In: MACHADO, Igor José de Renó. *Um mar de identidades, a imigração brasileira em Portugal*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 19-42.



PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel. *Forito, jovens feministas presentes*. São Paulo: Unifem/Friedrich Ebert Stiftung e Ação Educativa, 2009.

PATIL, Vrushali. Transnational feminism in sociology: articulations, agendas, debates. *Sociology Compass*, 5/6, p. 540-550, 2011.

PATRÍCIO, Maria Cecília. *No truque: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras*. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PELÚCIO SILVA, Larissa Mauês. “Amores perros”: sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu, Unicamp, 2011. (Coleção Encontros).

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Cadenas globales de cuidado: ¿Qué derechos para un régimen global de cuidados justo?* Santo Domingo-República Dominicana: UN-Instraw, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Papéis, interesse e afeto, relacionamentos amoroso/sexuais e migração. In: AREND, Silvia Favero; RIAL, Carmen Silvia de Moaraes; PEDRO, Joana Maria. *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Mulheres, 2007. p. 103-129.

_____. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ/CLAM, 2013.

_____; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu, Unicamp, 2011. (Coleção Encontros).

_____. et al. *Tensões no feminismo brasileiro contemporâneo*. Relatório final apresentado ao CNPq, Campinas, novembro de 2010.

PINTO, Luciana Pontes. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, n. 23, p. 229-257, 2004.



PRESTRELLO, Cecy; DIAS, Sandra. *Sexo turismo: o que a gente não faz para realizar um sonho?* Olinda: Coletivo Mulher Vida, 1996.

RANGEL, Patricia. *Barrados: um ensaio sobre os brasileiros inadmitidos na Europa e o conto da aldeia global*. Brasília: Abaré Editorial, 2012.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *Balanço das ligações internacionais da Central de Atendimento à Mulher Ligue 180 – 2012*. Brasília, 2013a.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015*. Brasília, 2013b.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório: *Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. Introduction. In: _____; _____. (Ed.). *The anthropology of the state: a reader*. Blackwell Publishing, 2006. p. 1-43.

SHOHAT, Ella. Area studies, gender studies and the cartographies of knowledge. *Social Text* 72, v. 20, n. 3, p. 67-78, Fall 2002.

_____. Post-Third-Worldist culture: gender, nation and the cinema. *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*, New York: Routledge, p. 183-213, 1997.

SIQUEIRA, Sueli. Imigração e retorno na perspectiva de gênero. In: PISCITELLI, Adriana, ASSIS, de Oliveira Glaucia; OLIVAR, José Miguel Nieto. *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Unicamp/Pagu, 2011. p. 185-224. (Coleção Encontros).

SOLÉ, Carlota; CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sònia. *La inmigración brasileña en la estructura socioeconómica de España*. Madrid: Ministerio de Trabajo e Inmigración, Gobierno de España, Observatorio Permanente de la Inmigración, 2011.



SPRANDEL, Marcia Anita; MANSUR, Guilherme. A temática do tráfico de pessoas no contexto brasileiro. REMHU/*Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, ano 18, n. 35, p. 155-169, jul./dez. 2010.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. Juízo e sorte: enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras para a Itália. In: PISCITELLI, Adriana, ASSIS, de Oliveira Glaucia; OLIVAR, José Miguel Nieto. *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Unicamp/Pagu, 2011. (Coleção Encontros).

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 103-130, 2001.

TOGNI, Paula. Que “brasileiras/os” Portugal produz? Representações sobre gênero, amor e sexo. In: PISCITELLI, Adriana, ASSIS, de Oliveira Glaucia; OLIVAR, José Miguel Nieto. *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Unicamp/Pagu, 2011. p. 385-435. (Coleção Encontros).

TORRES, Iraíldes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de. *Tráfico de mulheres na Amazônia*. Florianópolis: Mulheres, 2012.

VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: _____. (Org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: Laced/E-papers, 2013.

_____; LACERDA, Paula. *Direitos e políticas sexuais no Brasil, o panorama atual*. Rio de Janeiro: IMS, Clam, 2004.

ZANETTI, Julia Paiva. *Jovens feministas: um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro*. 2009. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ZINGAROPOLI, Silvia. *Intervista a Rosa Mendes*. Tutela per le brasiliane in Italia. L'Associaione donne brasiliane in Italia é stata fondata a Roma da um gruppo di immigrate brasiliane. 2004. Disponível em: <<http://www.musibrasil.net>>. Acesso em: 8 jul. 2013.



A MODO DE REFLEXIÓN: ASOCIACIONES DE MUJERES EN UN CONTEXTO LOCAL Y FEMINISMOS TRANSNACIONALES



Assumpta Sabuco Cantó

► Introducción

El asociacionismo es una de las prácticas de solidaridad que más efectos transformadores ha originado en la participación ciudadana. Sus fines y estructuras así como sus peculiaridades, en cada contexto socio-cultural, muestran la amplia funcionalidad de las redes sociales. Crear espacios colectivos permite visualizar inquietudes, obligaciones y prestigio, compartir proyectos conjuntos, organizar tramas de intercambios o/y generar sentimientos de pertenencia que aúnan las diferencias individuales. En estos colectivos se advierte la génesis o perpetuación de modelos de representación política, se modulan discursos de continuidad o de cambio en la organización social y se vertebran esquemas de convivencia. La variabilidad de sus orígenes y su versatilidad para adaptarse a las distintas situaciones políticas, económicas o sociales es un evidente rasgo en común. Igual que su proyección social pese a



que no todas las asociaciones adquieren la misma visibilidad ni el mismo reconocimiento.

La democracia en el estado español asegura y potencia la expresión de la ciudadanía a través de estas estructuras sociales que han ido creciendo y cambiando. Una democracia que se ha visto enriquecida por los planteamientos y las demandas de muchos de estos movimientos sociales, entre los que destaca el feminismo. El interés que suscitan las reivindicaciones feministas se refleja en el aumento creciente de estudios e investigaciones que incluyen esta perspectiva desde posiciones muy plurales. Sin embargo, cuando nos centramos en el movimiento de mujeres como línea de investigación la desigualdad en el peso e importancia que se les atribuye se evidencia con una disminución creciente de su interés a nivel bibliográfico. De ahí que nuestro punto de partida sea presentar una caracterización general de los movimientos de mujeres en Andalucía ya que androcentrismo vigente, sobre todo en las producciones académicas, sigue relegando a un segundo plano el papel y el protagonismo de los movimientos femeninos. Esta situación se agrava considerablemente cuando la actual crisis económica justifica y/o legitima la pérdida de muchos de los derechos logrados desde una perspectiva feminista. Es significativo que aspectos como ley del aborto, la ampliación del marco legislativo sobre matrimonios no heterosexuales, las adopciones, los cambios de sexo, la aplicación de la ley de dependencia los cuidados o inserción en el mercado laboral, por citar sólo algunos de los aspectos vuelvan a ser reivindicaciones sociales de primera magnitud.

El poder alcanzado por las mujeres en su lucha por consolidar espacios propios de encuentro y reflexión se sustenta en objetivos diferentes, en agendas políticas no siempre concluyentes y en marcos teóricos que no pueden desligarse de la cotidianidad ni de los problemas que supone ser mujer en nuestros días y en un espacio concreto, con una identidad



diferenciada en la que se articulan las variables étnicas y de clase (MORENO; AGUDO, 2012).

Desde posiciones de poder formalizadas, las mujeres feministas han transformado leyes, agendas y se han dirigido, expresamente, al propio tejido social desde planteamientos universalistas en torno a la igualdad y al género. Su institucionalización en la gestión del poder, en la producción del conocimiento y en la estabilización de la presencia femenina ha sido un paso necesario para fraguar una conciencia más amplia sobre la construcción cultural que marca diferencias entre hombres y mujeres. Las voces críticas respecto a estos posicionamientos ha ido mejorando las visiones en torno a la compleja relación entre políticas, asociaciones de mujeres y feminismo institucionalizado (MÉNDEZ, 2005).

El avance y la aplicación de conceptos como género, igualdad y mainstreaming en la mayor parte de las políticas públicas parten de la desigualdad estructural que domina las relaciones sociales entre los sexos y buscan minimizar sus efectos. La construcción de una democracia donde la igualdad real entre hombres y mujeres no sea sólo un planteamiento teórico sino una experiencia compartida, es evidentemente un reto por el que apostar. Pero cada avance, cada mejora implica a su vez un retroceso, una forma de mantener los desequilibrios del sistema sexo- género lo que se agudiza cuando las ideologías de derechas suprimen o modifican las leyes que afectan directamente a las mujeres. De ahí que la ampliación de cauces de participación y de formas de visibilizar las asociaciones de mujeres no esté exenta de riesgos o de apropiaciones que serán analizados en esta reflexión. El objetivo fundamental es plantear analizar las relaciones existentes entre un feminismo cada vez más globalizado y transnacional con las asociaciones andaluzas de mujeres.

La estructura de nuestra intervención parte de una consideración aclaratoria sobre presupuestos y definiciones: el



concepto de democracia participativa, el sistema sexo- género y el marco teórico desde el que elaboramos nuestras reflexiones. Los siguientes epígrafes desarrollan las principales características de las asociaciones de mujeres, sus inicios y su desarrollo en Andalucía y en el estado español. Las conclusiones son un esbozo de algunas buenas prácticas que deberían tenerse en cuenta para el fortalecimiento del tejido asociativo y algunas consideraciones generales sobre los retos transnacionales que plantean estos movimientos de mujeres.

► Asociaciones de mujeres, transnacionalidad y perspectiva de género

Nuestro interés en el asociacionismo de las mujeres se explica porque presenta dificultades estructurales para participar activamente en las organizaciones municipales y aún más en las estructuras autonómicas tanto entre aquellas que presentan un carácter formal como informal. Estos obstáculos se incrementan si tenemos en cuenta la mayor diversidad cultural, la edad y la situación económica de las mujeres que se asocian con fines e intereses distintos. Aunque el peso de una construcción de género dicotómica, se ha traducido en el ámbito social alejando a éstas de los espacios de sociabilidad, son cada vez más versátiles las experiencias previas, más variados los intereses y criterios culturales que se buscan a la hora de unirse. Y, sin embargo, son pocos los planteamientos transnacionales que conjugan las experiencias locales con las políticas de intervención mundial. Las relaciones verticales que imperan minimizan la relevancia del feedback entre lo local y lo global además de dificultar los contactos y las estructuras de reivindicación en ámbitos prácticos distintos. Son muchas las voces que desde posiciones localizadas están cuestionando las relaciones entre género,



territorialidad, autoridad y producción de derechos (FRASER, 2010; SANTOS, 2007; SASSEN, 2003, BARTOLOMEI, 2011). Desde el construccionismo en la definición de género como variable estructural, el concepto de interseccionalidad se ha ido convirtiendo en una medida para articular factores como la etnia, el país de origen o de residencia, la opción sexual, la religión u otras variables que se entrecruzan en la configuración de lo femenino. Autoras como Mohanty (2008) han subrayado el peso de los factores espacio temporales en lo local, lo nacional y lo transnacional como una contextualización necesaria mientras otras, como Yuval-Davis (2006), revisan los efectos de las intersecciones en las políticas feministas. Desde posiciones culturales en resistencia con el modelo occidental Spivak (1992) y de Shu-Mei-Shin (2002, 2010) reivindican las dificultades de traducir y aplicar un feminismo hegemónico alentando al diálogo con un acercamiento previo a las historias específicas que a nivel estatal y local han marcado unas formas peculiares de reivindicar derechos para las mujeres asiáticas.

La mayor parte de los estudios europeos señalan dos grandes factores como básicos para consolidar las agrupaciones de las mujeres:

Por un lado, la situación con el mercado laboral donde se han centrado la mayoría de los estudios clásico (YOUNG, 2000). La búsqueda de relaciones entre las esferas productivas y domésticas o la mejora competitiva dentro de la segregación sexual- ocupacional han originado asociaciones que potencian la ayuda mutua tanto a nivel de la economía formal como en la informal (BORDERÍAS, 2009).

Por otro lado, la búsqueda de derechos estructurados en cuatro grandes apartados- derechos políticos, sindicales, sociales y reproductivos- se expresan en el tejido asociativo de una manera diferencial si hablamos de un entorno local urbano o rural, perteneciente a un estado u a otro (ESPIGADO, 2012).



La introducción de conceptos feministas como el género con un carácter estructural enriquece los análisis históricos, económicos y socio-políticos que, de otro modo, se presentan sesgados e insuficientes (SASSEN, 2003). En el ámbito político, el enfoque de género parte de un enfoque relacional pese a que, en la práctica, se está asimilando a la categoría mujer con el consiguiente riesgo de universalidad y esencialismo.

En nuestra reflexión partimos de una definición constructivista y no biologicista- legitimada por la naturaleza- en las relaciones sociales de los sexos. Aprendemos a ser hombres y mujeres, aprendemos a relacionarnos entre nosotras y con los otros atendiendo a una serie de criterios culturales entre los que el espacio desempeña un papel central. El feminismo ha demostrado que muchos de los atributos y destrezas que nos diferencian son el resultado del modo en que percibimos, organizamos y creamos espacios colectivos. El efecto político no puede tampoco desligarse de las divisiones en las que se aplican los derechos de la ciudadanía en función de la pertenencia a una localidad, a una autonomía o a un estado.

La clase social, el nivel adquisitivo o la etnicidad son elementos estructurales que se generizan a nivel colectivo. Frente a una concepción dual que aborda por separado el género (masculino y femenino) y el espacio político, consideramos que es necesario su tratamiento simultáneo. Muchas de las claves de la sociabilidad informal se tejen en esta dualidad donde o bien se enfatiza el papel de los y las actores sociales o bien se neutraliza el carácter sexuado de los lugares (policy).

La globalización ha afectado estas divisiones sexuales en el uso de los espacios. Cada vez es menor la separación real entre lo productivo (actividades dedicadas a elaborar bienes para su intercambio) y lo reproductivo (trabajos destinados al mantenimiento y cuidado de las personas) salvo como ideologías políticas que recalcan, de nuevo la equiparación de las mujeres con lo privado y a los hombres con la esfera pública.



Sin embargo, el hogar es cada vez más un lugar de trabajo y las oficinas incluyen zonas residenciales o de recreo. En los ámbitos de sociabilidad formalizados encontramos una fuerte tendencia a reproducir estas divisiones especialmente en sus aspectos más politizados. Pese a ello son mujeres las que sustituyen a otras mujeres en un nuevo tráfico de alianzas y mercancías que adquiere un dramático eje global ya que los factores de etnicidad, edad y clase social son fundamentales en la reproducción de los viejos modelos tatuados de modernización (MARTÍN; SABUCO, 2006). Ante una situación como la actual, de claro retroceso en los derechos sociales y con un alarmante fortalecimiento de las perspectivas más individualistas y/o postmodernas, son muchas las redes de mujeres que buscan o pretenden ofrecer resistencias y no perder muchos de los logros alcanzados. Y lo hacen desde su entorno más inmediato, desde su localidad de residencia.

Frente a consideraciones generales- sobre asociacionismo, sobre movimientos sociales o sobre la perspectiva de género en los procesos de sociabilidad urbana- es necesario localizar en su contexto estas expresiones de acción femenina.

En este sentido, resignifican una democracia participativa que parte de la representación en el ejercicio de los derechos en tres apartados

- a. Derechos civiles (libertades);
- b. Derechos políticos (sufragio y participación);
- c. Derechos sociales (acceso a recursos, bienes y servicios).

Soledad Murillo y Rocío Rodríguez, han enfatizado este aspecto:

La democracia al hacerse participativa, pretende convertirse en una actitud ciudadana que se ejerza en cada instancia social y que no quede constreñida a un hecho formal que se concreta en las urnas. La pluralidad y diversidad de estilos de vida, de creencias,



ideologías, procedencias e intereses, necesita dotarse de unos parámetros que conciban a la ciudadanía como interlocutor además de cómo votante. (MURILLO DE LA VEGA; RODRÍGUEZ PRIETO, 2003, p. 2).

La Ley Orgánica de Asociaciones de 2002 reconoce expresamente el carácter activo de las asociaciones y su papel en la consolidación de la democracia. Pese a su carácter representativo de la sociedad civil, la diferencia de sus intereses y su disparidad en la agenda política plantea algunos problemas cuando hablamos de asociaciones de mujeres.

Uno de ellos es la interrelación con los partidos políticos. La propia ley en el estado español delimita cómo deben relacionarse y hasta qué punto los partidos pueden inmiscuirse en el desarrollo del tejido asociativo. En el caso de las mujeres, como veremos la estrecha vinculación cuando no dependencia de las instituciones públicas y/o de las ha sido una de las características más evidentes aunque se ha dado una valoración dual desde las perspectivas más radicalmente feministas.

Otro problema igualmente relevante es su posible conversión en representantes colectivos independientes. Como apunta Coucello (2002) no existe una cultura de ciudadanía lo suficientemente extendida para que el manejo de los asuntos públicos resulte sencilla y esto se agrava cuando tratamos de asociaciones de mujeres. Además de las complejidades de la toma de decisiones y de los trámites institucionales, existe el riesgo de la hipervisibilidad, es decir, que aquellas asociaciones que tengan un protagonismo más destacado sean acusadas de instrumentalización política.

A estos dos problemas es necesario añadirle el peso que han tenido los contenidos teóricos y pragmáticos de las políticas de igualdad. Muchas mujeres han accedido a puestos de relevancia en el ámbito académico y de la política, consolidando un corpus de actuación que, verticalmente, ha ido impregnando el tejido



asociativo. El papel de las asociaciones quedaba relegado a un segundo plano, a un nivel sobre el que actuar más que desde el que participar.

Si tenemos en cuenta la edad observamos que, en el caso del estado español, la mayoría de mujeres se concentra a nivel asociativo en un rango de edad entre los 25 y 65 mientras que el asociacionismo formal se debilita entre las más jóvenes. La mayor presencia de mujeres en edad adulta/ adulta tardía o en la vejez explica en parte las necesidades que pretenden cumplir al agruparse. Se trata de intereses muy amplios que abarcan desde la salud al empleo; desde la militancia feminista a la búsqueda de amistades que rompan una soledad especialmente acuciante cuando no se tiene pareja o se ha optado por asumir el individualismo como un modo de vida. Pero existen otras necesidades que se han ido perfilando en esta recopilación de datos: mantener un sentimiento de identidad cultural en un contexto ajeno, conocer y agilizar la tramitación sobre ayudas y apoyo de la corporación municipal, saber dónde existen asociaciones de un perfil semejante con el que establecer canales de intercambio o cooperación y, especialmente, difundir las ventajas de las asociaciones formalizadas y colectivas entre las mujeres más jóvenes.

Desde el llamado feminismo dialógico (BECK-GERNSHEIM; BUTLER; PUIGVERT, 2001) se viene apuntando la necesidad de dar voz a las mujeres que han quedado excluidas de la toma de decisiones y del desarrollo de la agenda política. Los movimientos de mujeres adquieren desde esta perspectiva un nuevo interés: se transforman no sólo en objeto de estudio sino en sujetos activos para la transformación social:

El feminismo dialógico es una propuesta que pretende generar importantes lazos de solidaridad que permitan transformar nuestras relaciones de género y desarrollar elementos teóricos que nos sirvan para impulsar un



feminismo que sea protagonista del siglo XXI. (BECK-GERNSHEIM; BUTLER; PUIGVERT, 2001, p. 55).

Ese es nuestro punto de partida y el marco desde el que iniciamos una investigación de carácter práctico sobre las asociaciones de mujeres las peculiaridades de estos movimientos, sus orígenes y relaciones con los barrios, la ciudad, las instituciones políticas y sus demandas en el contexto andaluz. Las cuestiones que nos siguen pareciendo imprescindibles son ¿hasta qué punto las vivencias locales expresan o resignifican las políticas estatales?, ¿podemos seguir imaginando una línea transnacional que garantice las peculiaridades de las mujeres y sus demandas en cualquier contexto?, ¿cuáles son las principales vías de articulación política transnacional en la práctica?

► Las asociaciones de mujeres en el estado español y en andalucía: una breve revisión diacrónica

A nivel estatal existe un claro consenso sobre tres etapas que han marcado la evolución diacrónica de las asociaciones de mujeres:

- El derecho al voto;
- La democracia paritaria;
- El diálogo con las organizaciones de mujeres.

Los cambios que supuso la dictadura y el establecimiento de la democracia se convierten en un límite temporal desde el que abordar las características de los movimientos de mujeres en Andalucía. Hay que tener en cuenta que la revisión histórica se ha visto limitada ya que la mayor parte de los trabajos existentes se centran más en el presente que en el pasado. Por un lado, no



hay constancia de muchos de los movimientos informales que se fueron gestando en las ciudades y en los pueblos andaluces. Por otro, la memoria histórica se convierte en el referente sobre el que ahondar en los principales movimientos de reivindicación por la igualdad, como una temática pendiente. Revisar las historias de las asociaciones de mujeres a nivel andaluz de modo exhaustivo excedería nuestros objetivos en este artículo por lo que nos centraremos en aquellas cuestiones que delimitan una caracterización general.

Durante la dictadura franquista, las principales asociaciones de mujeres estuvieron vinculadas a la Sección Femenina con dos líneas de actuación principales: una, la interiorización de los papeles de esposa y madre; dos, el fomento de ciertas actividades culturales y deportivas para mujeres. En este último bloque, varias mujeres vinculadas con el deporte – especialmente, cuando se trataba de actividades marcadas como mixtas o masculinas – fomentaron un tipo de conciencia entre las mujeres que luego protagonizarían muchos avances casi siempre centrados en ese campo. A nivel individual, la resistencia se caracterizó por una formación autodidacta en un feminismo que recibían de fuera mediante lecturas, panfletos o, en ocasiones, de modo directo a través de estancias en el extranjero o gracias a la labor de mediación de otras mujeres o de hombres con un compromiso de izquierdas. La posición de clase en estos últimos casos era relevante ya que se trataba de mujeres instruidas con relaciones en medios intelectuales y políticos de resistencia. Paralelamente, los cambios en la sociedad española favorecieron una toma de conciencia y un mayor asociacionismo en los barrios periféricos donde muchas mujeres trabajadoras luchaban para obtener beneficios y mantener a su familia en unas condiciones de vida ajustadas al modelo franquista de esposa y madre (ROCA, 1997; OSBORNE, 2013).

Las asociaciones de amas de casa fueron unas de las primeras en establecerse en las ciudades. Después lo harían las



asociaciones de viudas, alrededor de las parroquias y de los centros religiosos. En el caso de Sevilla, es una de las asociaciones más antiguas con un funcionamiento muy activo en la actualidad. En palabras de su presidenta:

Aquí en Sevilla porque somos una confederación de toda España y se fundó porque hace cuarenta años la mujer se quedaba sola, sola, sola... y las viudas no tenían donde meter la cabeza y lo hicieron a través de parroquia en Madrid y, poco a poco fueron juntándose gente y a partir de ahí empezaron a hacer asociaciones cristianas de viudas alrededor de la parroquia... El objetivo es ayudar a las viudas en lo que se podía y compartir lo poco que se tenía y nos juntábamos en la casa de los jesuitas una vez a la semana... Hay asociaciones que pagan sus locales y colaboran con sus cosas pero ahora hemos tenido la asamblea estatal en Benidorm y la asamblea éramos más de 2.000.

La dictadura había dedicado una especial atención a las viudas en tanto que reforzaban el ideario sobre las mujeres. Esta vinculación con la parroquia y con los centros de educación de la época favoreció que se convirtieran en focos alrededor de los que se organizaron las primeras asociaciones informales desde finales de los 50 y, especialmente, desde de los 60.

El 20 del Octubre de 1969 se celebraron en Madrid las I Jornadas Nacionales de Viudas españolas, bajo la tutela del padre Carranza y con la viuda señora de Caso como presidenta, aunque la asociación de Sevilla se consolidó en 1952.

El 7 de Diciembre de 1986, el ABC comenta la reivindicación de esta asociación para conseguir un aumento en sus retribuciones hasta alcanzar el 50% del sueldo del marido. Con 500 afiliadas se definía como una entidad apolítica e interconfesional. Ya en esa época estaban integradas en la Federación de Asociaciones de Viudas "Hispania" y era miembro del Consejo Internacional de Federación Cristiana de Movimiento de Viudas. Preocupadas también por la necesidad



de un colegio de huérfanos, reivindicaban un local propio para no depender de las instalaciones que los jesuitas les cedían los martes para que se reunieran en el Gran Poder.

En 1987 la Asociación de Viudas de Médicos “Doctor López Romasanta” fue la primera creada a instancias de un colegio profesional. El apoyo recibido consistía en intentar mantener el status adquirido y se organizaban subastas, intercambio de los hijos con los de otros médicos en el extranjero y reuniones. Actualmente se reúnen mensualmente los primeros jueves de cada mes para realizar actividades culturales y en Navidad celebran un almuerzo en la cafetería del Colegio de Médicos.

Si la década de los 1960 se caracterizó por la apertura y modernización de las estructuras asociativas, la década de los 1970 lo hizo por su carácter de protesta y de trasgresión. En ambos casos y desde finales de los 60, las asociaciones de amas de casa recogieron muchos de los planteamientos feministas con un ideario de izquierdas.

A nivel estatal, en 1967, se publicó “Por los derechos de la mujer española” que reunía las reivindicaciones del Movimiento Democrático de Mujeres. A ella se sumaron las Asociaciones de Amas de Casa, la Asociación de Mujeres Juristas, Asociaciones de Mujeres Separadas y grupos de mujeres del ámbito estudiantil.

La agrupación en plataformas y, especialmente, la consolidación de la Plataforma Unitaria de Organizaciones Feministas, dieron una mayor visibilidad a las reivindicaciones de las mujeres que organizaron en Madrid, en 1975 las I Jornadas por la Liberación de la Mujer.

La proliferación de grupos feministas tanto formales como informales, sin embargo, sufrió una primera ralentización con la aprobación de la Constitución en 1978. Para las que participaban en los partidos políticos o los sindicatos, era prioritario asentar la democracia antes que luchar por las mujeres. Para las feministas sin esa doble militancia, el rechazo a la constitución era un reflejo



del ansia de cambio y de transformación social ya que no se incluían ninguna de sus demandas específicas como las relativas al aborto o al divorcio.

En 1979 se celebraron las Segundas Jornadas por la Liberación de la Mujer en Granada con un enfrentamiento teórico entre las feministas de la igualdad y las de la diferencia que impidió alcanzar un consenso en las reivindicaciones políticas.

A nivel local, las asociaciones de vecinos siguieron siendo uno de los principales referentes de la estructura social. En muchas ocasiones aunaban las demandas de clase con la mejora de la situación de la mujer. Se trataba de mejorar las dotaciones de los barrios, obtener una vivienda más digna y favorecer una ocupación urbana con un sentido de la pertenencia y la identidad. La elección de un nombre que recordara la labor de estas mujeres que dedicaron su vida a actuar en los barrios explica la formación de asociaciones como la de Carmen Vendrell Peñaranda (Linares-Jaén, 1937- Sevilla, 1998). Su propia biografía ensalza el valor de lo local y lo andaluz y muestra el carácter interseccional de la posición clase para generar redes de apoyo y de resistencia entre mujeres. Desde su localidad de nacimiento se trasladó para realizar estudios de farmacia y enfermería en Granada. Trabajó más tarde en el centro de salud de las Tres Mil viviendas de Sevilla y en Cádiz donde estuvo dieciséis años en el centro de cultura popular y puso en marcha los talleres de "Nuevas esperanzas" en "Su Eminencia". Otro caso significativo es el de Maria Fulmen (1945-1999) que fundó en su librería de la calle Zaragoza de Sevilla para crear un espacio de encuentro y de intercambio que se convirtió en referente de lecturas y charlas para muchas feministas andaluzas. Las librerías fueron en la capitales andaluzas una de las formas de reunión y conocimiento feminista ligadas a las profesionales liberales.

Durante ese periodo se forjaron las personas que llegarán a puestos de liderazgo y de representatividad de las mujeres.



Con el afianzamiento del sistema de partidos, una parte de esas mujeres con formación y conciencia feminista se integraron en sindicatos, partidos políticos y ONGs como un modo de obtener una mayor incidencia en la transformación social. Gestionar la política como mujeres era un compromiso feminista para muchas de las integrantes de la izquierda andaluza frente a las posiciones más conservadoras de los partidos de derechas que todavía no estaban interesados en “la mujer” como modo de captar votos.

Para otras mujeres, la participación activa se encauzó a través de centros de salud y, sobre todo, de planificación familiar. El procesamiento de algunas de ellas por la ejecución de prácticas abortivas como en el Centro Los Naranjos, en octubre de 1980 movilizó a una gran parte de la ciudadanía en un sentido u en otro. Se consideraban responsables dos hombres y dos estudiantes, María del Carmen González Galindo y Magdalena López pero las acusaciones incluían a 140 mujeres que figuraban como usuarias de la clínica.

La creación de en 1983 del Instituto de la Mujer, dependiente del Ministerio de Cultura hasta el año 1988, que pasó al de Asuntos Sociales y al Ministerio de Trabajo, ejerció una fuerte influencia en el tejido asociativo. Las conferencias y debates que se articulaban desde el mismo y la posibilidad de tener un espacio de encuentro favoreció el conocimiento y el intercambio entre asociaciones.

A nivel local, las Delegaciones de la Mujer y el papel que desempeñaron muchas de las feministas más activas en el desarrollo de las nuevas entidades municipales, fue crucial para la articulación y el desarrollo de acciones reivindicativas. Liderado por mujeres vinculadas al Partido Socialista se pretendía unificar posiciones de izquierda y consolidar un entramado de asociaciones provinciales y periféricas a nivel de barrios obreros que fortalecieron la celebración de días reconocidos como de reivindicación de la mujer. De esta manera se articulaban las



proclamas internacionales con la gestión de un feminismo propio aunque con variantes derivadas de la adscripción política.

Durante la década de los noventa, las manifestaciones y los actos organizados por las mujeres sugerían una fuerte vinculación asociativa que, sin embargo, pronto se resquebrajó. Especialmente significativo es la consolidación de Centros de Documentación como el de María Zambrano o el Centro de Formación Feminista Carmen de Burgos en los que se recopila y difunde el papel de las mujeres andaluzas auspiciado por el Instituto Andaluz de la Mujer. Su dirección adquirió un peso propio y Andalucía se convirtió durante la década de los noventa en un referente para el estado español. De hecho fue Andalucía el lugar donde se celebraron los encuentros feministas más significativos a nivel estatal.

El crecimiento de asociaciones, de objetivos y la mayor toma de conciencia feminista ha sido imparable desde finales de los noventa a la actualidad. Por un lado, las situaciones vividas – ser ama de casa, soltera, madre en solitario- se habían convertido en una experiencia sobre las que era viable y eficaz generar redes formales para reivindicar demandas específicas. Por otro lado, muchas mujeres sentían a nivel individual un creciente interés por el feminismo como marco teórico por lo que acudían a las manifestaciones y actos colectivos. Estos encuentros posibilitaron la consolidación de redes más reivindicativas a veces como único motivo de sociabilidad y en otras, como resultado del desarrollo de una actividad (pintar, leer, coser etc.).

A nivel municipal, las delegaciones de la Mujer desempeñaron un papel crucial como feminismo activo en el desarrollo de la nueva concepción de la ciudad. Gestaron una nueva red de asociaciones pero, a medida que institucionalizaban sus demandas dejaron de articularse movimientos que potencialmente reunirían a las mujeres más combativas y/o más jóvenes. Para muchas de ellas, la resignación política en puestos



de mayor relevancia y, sobre todo, la ausencia de líderes con un fuerte compromiso personal y político visibilizaba la debilidad de los movimientos de mujeres en cuanto a estructura y capacidad para demandar colectivamente objetivos comunes.

Fueron las mujeres vinculadas a los partidos políticos las que dirigieron y asumieron la responsabilidad de vehicular las demandas de la mayor parte de movimientos de mujeres. El contraste entre unas y otras se fue haciendo cada vez más evidente con disputas y tensiones entre distintas posiciones.

Para algunas de las protagonistas – incluso cuando ese protagonismo estuviera velado o se mantuviera en una posición secundaria – importaba el feminismo pero también la propia carrera política. Y era fundamental mostrar la capacidad para articular voluntades. Una cuestión que desmontó la posibilidad de creación de un colectivo unánime en cuanto a las formas en que se adoptaban las decisiones y a la búsqueda de igualdad entre asociaciones.

Para las más jóvenes, esto ahondaba en la desilusión y el desencanto del movimiento feminista de manera que muchas de ellas se desvincularon de los actos, las plataformas y o bien mantuvieron su trabajo en la asociación a la que pertenecían o bien decidieron participar en otras asociaciones de carácter mixto con unas demandas más amplias y menos conflictivas. Los movimientos de liberación sexual a finales de los noventa fueron los grandes protagonistas de una movilización de mujeres jóvenes que buscaban un espacio de libertad y no tanto unos objetivos ligados a la igualdad de los sexos que identificaban como “antiguo”, “político” y carente de interés.

Estas divisiones que aún no han sido reparadas explican los enfrentamientos entre unas y otras que se mantienen en la actualidad. Las celebraciones colectivas, especialmente, del 8 de Marzo y, con posterioridad, del 25 de noviembre han ido separándose en función de los colectivos y sus posibilidades



de agrupación. Las manifestaciones del 25 de Noviembre y del 8 de Marzo son una muestra de los liderazgos colectivos y sus afiliaciones de partido con divisiones o conflictos evidentes. También han ido aumentando las fundaciones y federaciones que apuestan por mantener los principios de un feminismo teórico que se aleja de las características de los movimientos de mujeres.

► **Tipologías y características de las asociaciones de mujeres en Andalucía**

Soledad Murillo y Rodríguez Prieto (2003) establecen los siguientes criterios para clasificar las organizaciones de mujeres:

1. Conciencia Feminista: reflexionan y reivindican el feminismo, sus principales actividades giran sobre este tema.

2. Conciencia Feminista en las Organizaciones o “Área de Mujer”: están integradas dentro de una organización mayor que atiende a otros fines (sindicato, partido, universidad), pero trabajan exclusivamente en el área la situación de la mujer, reivindican sus derechos y/u ofrecen servicios específicos.

3. Economía Doméstica: sus contenidos y actividades giran alrededor de lo doméstico (ocio, talleres de artesanía, tiempo libre...). Son las asociaciones, por ejemplo, de amas de casa.

4. Economía Doméstica con Conciencia de Género: mantienen actividades de la vida doméstica a las que se suman las de vindicación, asesoramiento y contenido con clara conciencia de género.

5. Asociaciones con Fines Sectoriales: reivindican o realizan actividades con una única temática, y son específicas. Por ejemplo: salud sexual, lactancia, asociaciones de viudas, madres contra la droga etc.

6. Ámbito Productivo: representan la unión de intereses de las mujeres en los espacios de trabajo remunerado. Su



objetivo es hacer visibles a las mujeres, fomentar su participación o eliminar obstáculos (asociaciones de empresarias, abogadas, profesionales)

7. Bienestar Social y Género: asociaciones sin ánimo de lucro que prestan (sustituyen) servicios sociales que no proporciona la comunidad (ayuda psicológica, jurídica, salud, servicios culturales, ocio...) destinados a mujeres.

8. Ámbito Comunitario: no son una asociación específica de mujeres, ni tampoco un área dentro de la asociación, pero tienen una amplia representación de mujeres socias o son mayoría en la asociación (asociaciones formadas mayoritariamente por mujeres en otras de carácter cultural, vecinal, peñas de festejos o deportivas, asociaciones religiosas...).

Sin embargo, en la actualidad resulta confuso aplicar esta propuesta ya que en muchos casos, las asociaciones plantean objetivos temáticos distintos. El papel de las subvenciones y las prioridades establecidas por las instituciones modelan buena parte de las actividades propuestas por la asociación con independencia del motivo que las aglutine.

Otro problema añadido es especificar la conciencia de género que tiene la asociación. En muchas de nuestras entrevistas la diferencia entre los discursos y las prácticas, la interiorización de palabras clave dentro de la agenda feminista no coinciden con planteamientos más profundos en esta línea ni en la estructura de la organización.

La propia Soledad Murillo plantea una tipología alternativa basada en la estructura de las asociaciones y no en su contenido ya que muchas veces la temática o las actuaciones preferentes impiden observar una homogeneidad en el funcionamiento. En este sentido considera que se pueden diferenciar las asociaciones horizontales, intrainstitucionales y de redes diversas. Según su incidencia podemos destacar podemos diferenciar entre aquellas que aportan experiencias concretas compartidas y las que sirven



como foro de negociación en los ámbitos mixtos y las que mantienen una clara finalidad reivindicativa.

El funcionamiento interno es también uno de los criterios que enmarcan las diferencias y semejanzas en el tejido asociativo. Secundamos la propuesta de Barrera, Massolo y Aguirre (2004) que diferencian entre necesidades prácticas, dependientes de la edad fundamentalmente en torno al ciclo vital y reproductivo y aquellas que responden a necesidades estratégicas, dependientes de la toma de conciencia feminista.

Desde nuestro punto de vista podemos agrupar las asociaciones de mujeres andaluzas en tres grupos diferenciados: asociaciones tradicionales, reivindicativas y nuevas asociaciones como desarrollaremos más adelante. En los tres casos se aprecian rasgos comunes que marcan la especificidad de las asociaciones de mujeres frente a otros tipos de movimientos.

Excluyendo las fundaciones y federaciones que obedecen a necesidades distintas y en una época más tardía, la mayor parte de las asociaciones insisten en el valor de la “ayuda” como una de las causas de su existencia. Con independencia del contenido, de las actividades que se ejercen y de la estructura de la asociación, las socias y, sobre todo, las que ocupan una posición de liderazgo aluden a este concepto para explicar su intervención.

En casi todas las ocasiones la ayuda se inicia de un modo informal, entre un grupo de iguales con las que se toma de la decisión de montar una asociación. La propia interiorización de las obligaciones femeninas incide en esta autopercepción de los fines y objetivos generales del ámbito asociativo. Con ello se enfatiza un modo distinto de “colaborar” con la ciudad, una forma específica de las asociaciones de mujeres y a las intenciones que predominan en la política. En otras ocasiones, la ayuda se refiere a “las otras” en un claro intento de mejorar la situación colectiva bien por la vecindad o por compartir una misma situación profesional o vital. La ayuda a sí mismas



recalca la conciencia de las mujeres sobre lo que supone el mero hecho de asociarse, compartir un espacio con otras mujeres que atraviesan por una situación semejante. La formación ocupa una de las preocupaciones más repetida y es uno de los motivos más recurrentes de autoayuda. Entre las asociaciones económicas y profesionales, la ayuda a otras personas se inserta en un diálogo que enfatiza la objetividad, la gestión y los servicios que presta la asociación.

En general, las mujeres tienden a dar más poder a los otros/as que a acumular poder personal en las asociaciones tradicionales donde el liderazgo se apoya en la continuidad y el esfuerzo.

Estas características en el liderazgo se traducen en serie de rasgos entre los que destacan un estilo consensuado y mediador, un carácter multidimensional que favorece el desarrollo de valores y acciones colectivas, así como la potenciación de las relaciones interpersonales.

Aunque las razones para asumir el cargo se vinculan con el deseo y la confianza del resto de socias, una vez asumido resulta complejo buscar una continuidad en el reparto de tareas ya que la mayoría no quiere asumir una responsabilidad al que atribuyen mucho esfuerzo personal. De ahí que se presente una fuerte identificación del cargo personal con el colectivo. Los problemas de continuidad se asocian con el aumento de edad entre las socias y la incapacidad para atraer a mujeres más jóvenes lo que se traduce en frecuentes expresiones sobre las dificultades que entraña el cambio de liderazgo.

La dependencia institucional se manifiesta en las demanda de locales o subvenciones para garantizar la continuidad. Una cuestión que genera conflictos entre las asociaciones beneficiadas por un local “cedido” por otras instancias y las que no. La mayor complejidad burocrática en la obtención de fondos subvencionados y la mayor rigidez en actividades favorecidas por las distintas administraciones provoca que las asociaciones



más pequeñas y menos formalizadas se encuentren con mayores dificultades para buscar recursos propios. La escasez de iniciativas para el autofuncionamiento en estos casos se agrava por las cuotas muy reducidas y el escaso prestigio reconocido a la participación en asociaciones tradicionales de mujeres. En ellas el papel de madre y esposa hace que se valore como fundamental la aceptación de la familia.

Este predominio de un cargo personalista se vincula con las profesiones feminizadas como la sanidad o la enseñanza, la vinculación a los contextos urbanos más próximos (el barrio) o a las experiencias vividas (exclusión por razones de opción sexual, ciclo vital, gustos o inquietudes culturales. Algunos de los problemas estructurales que estas circunstancias agravan son la mayor vulnerabilidad en la toma de decisiones, la búsqueda limitada de actividades conjuntas y las mayores dificultades para el trabajo en red.

La disparidad entre las asociaciones en el acceso a los recursos se advierte en la falta de uniformidad en los tiempos y modos de trabajo, el predominio de la vida personal frente a la colectiva y la mayor necesidad de aunar la vida asociativa con la familiar, en unos casos mientras que en las otras hay una clara conciencia de la eficacia, el prestigio del cargo y de la participación colectiva.

Si tenemos en cuenta el grado o la presencia de estos factores podemos caracterizar a *las asociaciones tradicionales* por ser los que concentran una media de edad mayor entre las socias, los cargos son más personalistas, de mayor duración, se ejerce un liderazgo basado en el autoesfuerzo, presentan una mayor cantidad de problemas estructurales. Se trata de asociaciones muy vinculadas a los roles y normas femeninos, con una escasa conciencia feminista y una mayor dependencia de las instituciones. Las necesidades se estructuran por el ciclo de edad y aglutinaría a las amas de casa, viudas, separadas, madres. De



ahí que el tipo de subvenciones consolide un tipo de actividades que, en ocasiones, fortalece algunos estereotipos en torno a la mujer como la falta de autoestima, la incapacidad para el manejo de técnicas informáticas o el gusto por las manualidades, los bailes y actividades de ocio ligadas a una mentalidad forjada en este papel de madres y esposas. Han interiorizado un lenguaje políticamente adecuado en torno a las políticas de igualdad.

Las *asociaciones reivindicativas* están vinculadas a instancias políticas, tienen una mayor conciencia feminista que se articula en torno a la defensa de “la mujer” como categoría y un mayor conocimiento de las instituciones. De ahí que en ocasiones, sea más sencillo establecer relaciones de dominio y patronazgo con otras asociaciones a las que se les facilita el acceso a los recursos. El liderazgo es más difuso y menos personalizado, la edad media es más joven y tienen menos problemas estructurales. Buscan visibilizar su poder de convocatoria en las manifestaciones y acontecimientos que tiene un reflejo en la ciudad (Día Internacional de la Mujer Trabajadora, Día contra la violencia hacia las Mujeres etc.). Tratan de buscar modelos más independientes de actuación y gestión interna.

Las *nuevas asociaciones* tienen dos aspectos que las diferencian del resto, por un lado, se centran en sujetos que sufren una vulnerabilidad específica por cuestiones étnicas, de opción sexual o de violencia. Por otro, obedecen a las mayores posibilidades que implica consolidarse como asociación de mujeres. En ese sentido, destaca su operatividad y pragmatismo. En los primeros casos se busca una mayor implicación social, en los segundos, la fragmentación de las asociaciones ya existentes se explica como una ampliación de recursos y por una toma de conciencia ligada a la aplicación de políticas de igualdad. La menor edad se vincula con la búsqueda activa de participar en el movimiento asociativo como una forma de encontrar un puesto de trabajo. El prestigio está fuertemente asociado a las



maneras de ejercer la gestión y la intervención, en el manejo de la administración y en la toma de decisiones eficaces. Presentan una mayor independencia de las administraciones aunque es necesario señalar que, en ocasiones, se han convertido en las principales fuentes de formación para otras empresas, otras asociaciones o instituciones sociales en materia de género. Esto resulta preocupante porque invierte el objetivo de las políticas de igualdad. Tienen mayores posibilidades de una apoyo económico sustentable y gozan de un mayor reconocimiento público.

► **Feminismos internacionales y locales: las brechas de la reivindicación**

Ya hemos apuntado la relevancia y el reconocimiento que se otorgaba, y aún se otorga, a aquellos tipos de asociaciones de mujeres donde se subraya el papel de madre y esposa en el estado español. A nivel transnacional no resulta sorprendente la existencia de un Día Mundial de la Mujer Viuda que se celebra el 23 de junio desde que, el 21 de diciembre de 2010, la Asamblea General de las Naciones Unidas adoptó la resolución 65/189.

En el mensaje del secretario general de Naciones Unidas de 2011 se conmemora este día ya que, en palabras de Ban Kimoon, este evento:

brinda la oportunidad de llamar la atención sobre las muchas experiencias que las mujeres deben afrontar por primera vez a la muerte de sus maridos. Además de soportar el dolor, es posible que la mujer se encuentre por primera vez desde su matrimonio privada de una red de seguridad social. Con excesiva frecuencia, las viudas no tienen acceso a la herencia, a la titularidad de las tierras, al empleo, e incluso a los medios de supervivencia. En los lugares en los que la posición de la viuda está ligada a la del marido, es probable que la mujer se sienta de repente



excluida y aislada. El matrimonio, tanto si lo desea como si no, puede ser la única manera de que una viuda recupere su puesto en la sociedad. De los aproximadamente 245 millones de viudas del mundo, más de 115 millones viven en la pobreza extrema. En los países sumidos en conflictos, las mujeres enviudan a menudo cuando son jóvenes y deben asumir la ardua labor de atender a sus hijos entre combates y desplazamientos sin ayuda ni apoyo. Algunas de estas mujeres son adolescentes, o incluso niñas. La muerte de sus maridos puede dejar un terrible legado que estas viudas deben soportar durante el resto de sus vidas. Todas las viudas deberían estar protegidas por los derechos consagrados en la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer y otros tratados internacionales en materia de derechos humanos.

Esta preferencia por una conciencia política que reproduce los valores de género atribuidos a las mujeres en tanto que esposas o madres contrasta con el escaso valor que, a nivel global, se ha dado a las mujeres desplazadas en situación de precariedad. Más significativo aún es la imposición de un modelo que aunque trata de resolver las dificultades de “ser viuda” no atiende a las ideologías ni a los sesgos con los que local y estatalmente redefinen esta posición.

A nivel internacional se opta por una defensa de los derechos de las mujeres descontextualizado y esencialista. La propuesta de Viterna y Fallon (2008) incide en analizar cuatro factores claves en la eficacia de los movimientos de mujeres atendiendo al contexto particular en el que se insertan. En primer lugar, sería necesario conocer e historiar las transiciones democráticas en las que apoyan o defienden ciertas asociaciones y no otras. Las ideologías previas son un marco ideático que no puede obviarse ya que condicionan las estructuras de organización a nivel local pero también a nivel estatal en tanto que conforman modelos específicos de negociación. En segundo lugar, los movimientos



de las mujeres en las fases previas al establecimiento de la democracia son una base de experiencia activista desde la que formular o rechazar las definiciones vigentes de “lo femenino”, “lo masculino” y las relaciones en suma de sexo. En tercer lugar, los partidos políticos conllevan una disminución de los movimientos sociales ya que controlan el acceso a las decisiones estatales (NELSON; CHOWDHURY, 1994). En cuarto lugar, las influencias internacionales se plasman en una serie de derechos compartidos y en redes de intercambio que dividen a las feministas de base de aquellas que se han profesionalizado en los estudios o el activismo de las mujeres a nivel global.

En líneas generales, en Andalucía no hay una clara conciencia colectiva en el tejido asociativo de mujeres. Pese a los Encuentros anuales de asociaciones de mujeres andaluzas, la dependencia de los organismos institucionales como el Instituto Andaluz de la Mujer genera toda una serie de cambios ligados a la dirección y el compromiso feminista. Lo mismo ocurre con la gestión de las delegaciones o secciones de la mujer a nivel local que dependen más del signo partidista que de una línea de actuación independiente.

La diáspora de situaciones personales pero, sobre todo, la escasa atención a las formas y los significados del asociacionismo de mujeres explica que pertenecer a un sexo, como factor de vertebración colectiva, no se convierta en un identificador común. El papel desempeñado por ayuntamientos, delegaciones y por la Junta de Andalucía se reconocen como el principal factor que contribuye en esa dirección aunque sea necesario reforzar sus planteamientos, según la opinión de la mayoría de las asociadas. Los consejos de la Mujer son un instrumentos útiles pero sería deseable, en opinión de las entrevistadas, convocar reuniones que no supongan un conflicto con la organización del tiempo, agilizar las mismas mediante tareas de coordinación previas y acuerdos relativos, en suma favorecer la participación real de las asociaciones en el diseño de las actuaciones institucionales.



El encuentro y la negociación servirían para ahondar en las relaciones inter-asociativas así como en un conocimiento personal más cercano entre las personas que ostentan los cargos de responsabilidad.

Esta búsqueda de elementos de convergencia que minimicen las grandes diferencias que existen en la actualidad explica la relevancia simbólica que adquieren los centros que históricamente han compartido las asociaciones, por ejemplo en la ciudad de Sevilla, el Centro Taracea y el Centro de Leonor Dávalos. La demanda creciente de recursos de comunicación virtual es otra de las vías de intercomunicación aunque es preciso ser conscientes de las limitaciones que presentan muchas de las asociaciones en su manejo; la falta de un local, la elevada edad de muchas socias; el escaso conocimiento de informática y las dificultades técnicas para llevar un seguimiento de las asociaciones más afines o establecer un contacto con el resto, son factores que obstaculizan la eficacia de este proceso para las asociaciones tradicionales.

La mediación de las instituciones es otro canal de contacto por el que apuestan las asociaciones. Puesto que son las técnicas y el personal de la administración municipal tienen un contacto directo con las asociaciones podrían actuar como coordinadores por barrio. La cercanía geográfica y social, el conocimiento de la cotidianidad de cada uno de los distritos favorecería una búsqueda de fondos comunes y una mayor articulación entre las asociaciones tanto de mujeres como mixtas.

En este sentido, la mayoría de las asociaciones con menor acceso a los recursos exaltan el papel desempeñado por los grupos de trabajo localizados territorialmente. Al solicitar un mayor contacto directo y una presencia más asidua de las representantes electas y de los cargos de responsabilidad política (Delegadas, Directoras generales, personal técnico especializado), las mujeres revitalizan esa forma de hacer política distinta a la dominante.



Como aspectos negativos hay que considerar que la asimetría entre las instituciones locales y las asociaciones de mujeres deviene en un claro empobrecimiento de las mismas. El diseño de objetivos “desde arriba” impide acercar las asociaciones a la verdadera toma de decisiones. Muchas veces esto se promueve por cambios políticos, por la estabilidad de los cargos o de los puestos técnicos y por el saber hacer de los cargos asociativos. A ello hay que añadir la proliferación de estructuras asociativas normativizadas y el escaso peso de las asociaciones más informales.

Por parte de las asociaciones de mujeres hay un escaso control de los servicios municipales, una falta de evaluación y crítica efectiva de las actividades realizadas, un escaso uso de las nuevas tecnologías – salvo del correo electrónico –, un desconocimiento de las líneas políticas y una fuerte dependencia del gasto municipal destinado a mejorar la situación de las mujeres (partidas, criterios, gestión) especialmente en aquellos casos en que la diversidad de origen o la precariedad justifican esta “inversión” más analizada desde el punto de vista de una futura rentabilidad política que desde una interpretación social.

En la actual crisis económica la disminución de las políticas de igualdad a favor de un aumento en las políticas asistenciales y formativas. Sin embargo, hay que tener en cuenta que esto puede redundar en una mayor capacitación laboral que minimice la relevancia del trabajo doméstico y/o las aportaciones de tiempo – esfuerzo no cuantificado que socialmente se nos asigna a las mujeres.

También hay que resaltar los potenciales riesgos de subrayar a aquellas mujeres a las que se atribuye una situación de mayor vulnerabilidad (por violencia y exclusión) en detrimento de la calidad de vida del resto.

Las posibilidades de intercambiar modelos y experiencias reales se configuran, desde nuestro punto de vista como una de las apuestas del feminismo transnacional. Un feminismo que



debe ser dialógico para que las voces de las mujeres ocupen el lugar que merecen en las esferas políticas de la globalización. Una política global que ha usado y usa a las mujeres como sujetos de intermediación y que aplica indiscriminadamente términos como “empoderamiento” o género sin el peso de transformación social con el que fueron propuestos. Un empoderamiento cada vez más vinculado a la toma de decisiones por mujeres – independientemente de su posición ideológica – y un “género” como equivalente a mujer con ese peso naturalista y esencial tan criticado desde los años ochenta. En ese sentido, no es de extrañar la fragmentación entre los feminismos institucionales y los locales. Tampoco es extraño que entre estos últimos tenga un mayor peso una visión aparentemente rupturista y queer, autodefinida como radical pero con escaso peso asociativo, que traslada desde contextos anglosajones de los 80 y 90, planteamientos ya superados en sus países pero arraigado entre las más jóvenes por su visión crítica hacia la institucionalización. Pese al aumento de federaciones internacionales, los lobbys globales reproducen una visión hegemónica de los derechos de la mujer que muchos otros movimientos, sobre todo los vinculados a la liberación sexual y la transexualidad tratan de ampliar aplicando visiones menos acomodaticias. Buscar cauces de escucha y de reivindicación sigue pasando, en nuestra opinión, por conocer las asociaciones de mujeres en sus contextos locales y estatales.

► Referencias

BARRERA, Dalia; MASSOLO, Alejandra; AGUIRRE, Irma. *Guía para la equidad de género en el municipio*. México: Sedesol: Indesol: Gimtrap, 2004.

BARTOLOMEI, María Luisa. Género y derechos humanos en Iberoamericana. *Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 41, p. 1-2, p. 97-136, 2011.



BECK- GERNSHEIM, Elizabeth; BUTLER, Judith; PUIGVERT, Lidia. *Mujeres y transformaciones sociales*. Barcelona: Ed. El Roure, 2001.

BORDERÍAS, Cristina. *La historia de las mujeres: perspectivas actuales*. Barcelona: Ed. Universidad Autónoma de Barcelona, 2009.

COUCELLO, Ana. *Informe final de las actividades del Grupo de especialistas en mainstreaming*. Madrid: Instituto de la Mujer, 2002. (Serie Documentos, 28).

ESPIGADO, Gloria. Género, fundación de las naciones y nuevas ciudadanías. In: PÉREZ-FUENTES HERNÁNDEZ, Pilar (Ed.). *Entre dos orillas: las mujeres en la historia de España y de América Latina*. Barcelona: Icaria, 2012.

FRASER, Nancy. Trazando el mapa de la imaginación feminista: de la redistribución al reconocimiento y a la representación. In: BORJA, A. Y.; MOREY, P. (Ed.). *Teoría social y género: Nancy Fraser y los dilemas teóricos contemporáneos*. Buenos Aires: Catálogos, 2010.

MARTÍN, Emma; SABUCO, Assumpta. *Las mujeres en la globalización: el nuevo tráfico entre alianzas y mercancías*. Venezuela: Daniel Mato Como Responsable de la Edición, 2006.

MÉNDEZ, Lourdes. Una connivencia implícita: “perspectiva de género”, “empoderamiento” y feminismo institucional. In: ANDRIEU, R.; MOZO, C. *Antropología feminista y/o de Género: legitimidad, poder y usos políticos*. Actas de Congreso Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español, Sevilla, 2005. p 203-227.

MOHANTY, Chandra. De vuelta a “Bajo los ojos de Occidente”: la solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas. In: SUÁREZ, L.; HERNÁNDEZ, R. (Ed.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra. 2008.

MORENO, Isidoro; AGUDO, Juan. *Expresiones culturales andaluzas*. Sevilla: Aconcagua, 2012.



MURILLO DE LA VEGA, Soledad (Dir.); RODRÍGUEZ PRIETO, Rocío. *Ciudadanía activa, asociacionismo de mujeres*. Madrid: Consejo de la Mujer de la Comunidad de Madrid, 2003.

NELSON, Barbara J. Nelson; CHOWDHURY, Najma. *Women and politics worldwide*. New Haven: Yale University Press, 1994.

OSBORNE, Raquel. *Mujeres bajo sospecha*. Madrid: Fundamentos, 2013.

ROCA, Jordi. *De la pureza a la maternidad: la construcción del género femenino en la postguerra española*. Madrid: Subdirección de Museos Estatales, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Human rights as an emancipatory script? Cultural and political conditions. In: _____. (Ed.). *Another knowledge is possible: beyond northern epistemologies*. London: Verso, 2007.

SASSEN, Sakia. *Contrageografías de la globalización: género y ciudadanía en los territorios transfronterizos*. Madrid: Los Traficantes de Sueños, 2003.

SHIN SHU-MEI. Traduciendo el feminismo: Taiwan, Spivak, A-Wu. *Lectora*, n. 16, p. 35-57, 2010.

Shih, Shu-mei (2002), "Towards an Ethics of Transnational Encounter, «When» Does a «Chinese» Woman Become a «Feminist»?", *differences: a journal of feminist cultural studies*, 13:2 (Summer): 90-126.

SPIVAK, Gayatri. Women in Difference: Mahasweta Devi's "Duloti the Bontiful". In: PARKER, André et al. (Ed.). *Nationalisms and sexualities*. Nueva York: Routledge, 1992. p. 96-117.

VITERNA, Jocelyn; FALLON, Katheleen. Democratization, women's movements and gender-equitable states: a framework for comparison. *American Sociological Review*, v. 73, p. 668-689, 2008.

YOUNG, Iris. *Inclusion and democracy*. Oxford University Press: Oxford, 2000.



_____. Vida política y diferencia de grupo. In: CASTELLS, C. (Ed.). *Perspectivas feministas en teoría política*. Paidós: Barcelona, 1996. p. 99-106.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and feminist politics. *European Journal of Women Studies*, v. 13, 2006.

FEMINISMOS TRANSNACIONAIS INTERCULTURAIS: IMIGRANTES FEMINISTAS/ FEMINISTAS IMIGRANTES E OS FEMINISMOS DE “ACOLHIMENTO” E DE ORIGEM



Beatriz Padilla

O meu ponto de partida é refletir sobre como os deslocamentos contemporâneos, mais especificamente as migrações, podem ou não ter um impacto nos feminismos que chamarei “transnacionais”, fazendo a ponte entre os feminismos locais (quer na origem, quer no destino) e os feminismos migrantes. Reparem que falo de feminismos e não de gênero ou relações de gênero, sendo que estas últimas são um aspecto assumido no feminismo, mas o feminismo transcende a observação e o estudo das relações de gênero, quer no seu alcance, quer nos seus objetivos: mudar o mundo sexista/machista e racista. O feminismo não só é entendido como uma perspectiva ou ponto de vista, mas também implica a sua vertente ativista, crítica por definição.

A minha proposta é potenciar ou desenvolver um feminismo transnacional intercultural, que considere as diferentes interseccionalidades de raça, etnia, nacionalidade, classe social, entre outras; e assuma três palavras-chave: feminismo, transnacional e intercultural. Vou usar um exemplo de ciberativismo desenvolvido desde Portugal à volta do “Manifesto contra o preconceito às mulheres brasileiras em Portugal”. Nesse sentido,



vou também reivindicar a categoria feminista de “experiência”, em primeira pessoa, para uma melhor compreensão da experiência das imigrantes, revalorizando o contributo dessa metodologia muitas vezes desvalorizada por outras perspectivas teóricas e empíricas.

► **Introdução: alguns dados importantes e elementos para a análise**

Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) (2005), a América Latina experimentou a maior taxa líquida de emigração no mundo entre 1995 e 2000 e foi a região onde a emigração alcançou a paridade entre homens e mulheres. Não me vou demorar muito em falar sobre o fenômeno da feminização das migrações, pois seria repetitivo e pouco inovador. Só queria salientar que é a relevância desse processo, e suas implicações, que nos traz ao Fazendo Gênero 10. O reconhecimento da feminização das migrações é que trouxe à discussão a importância das relações de gênero e a forma como elas afetam todas as relações sociais, quer em contextos migratórios, quer em contextos não migratórios. No entanto, as relações de gênero, somadas ao sexismo e ao racismo em contextos migratórios, deixam marcas específicas nas experiências migratórias, sendo que a nossa preocupação central são experiências das mulheres. Por outro lado, sabemos que muitas imigrantes reconhecem ter sido alvo de discriminação racial e sexual nos seus próprios países, mas no estrangeiro o que muda é estar num contexto que pode ser hostil e desconhecido, onde não estamos familiarizadas com as práticas sociais nem com a forma de reagir das pessoas locais e onde os códigos sociais mudam. Assim, a posição de alteridade da migração permite fazer as pontes com outras alteridades, nas quais a imigrante é a “outra”.



Voltemos ao tema das marcas de sexismo e/ou racismo que as imigrantes experimentam. Muitas vezes, essas marcas e etiquetas estigmatizam as imigrantes, magoando e vulnerabilizando-as. No entanto, não defendemos que elas sejam sujeitos vulneráveis sempre, nem se trata duma vitimização, muito pelo contrário. No caso das imigrantes brasileiras, em vários países, mas especialmente no caso de Portugal, não é novidade, e já falamos sobre esse assunto em outros *Fazendo Gênero*, que os estereótipos e os imaginários à volta da mulher brasileira a colocam numa posição subalterna caracterizada pela hipersexualidade. Assim, a brasileira é erótica, exótica, fácil, quente, disponível, prostituta, entre outras coisas. Essa situação, no plano analítico, ressalta as assimetrias de gênero, étnico-raciais, nacionais, entre outras, marcadas pelas antigas relações coloniais e pelos imaginários relacionados.

Pelo fato de considerarmos as imigrantes brasileiras em Portugal, o contexto internacional é o do Sul e do Norte Global, abrangendo as inter-relações entre essas regiões. Embora não seja o tema principal, reconhecemos que situações semelhantes são identificadas com outras nacionalidades latino-americanas na Europa, especialmente na Espanha, onde a situação de pós-colonialidade também se verifica (vários estudos mencionam situações similares em relação às colombianas, cubanas, dominicanas, entre outras).

Voltando ao caso dos imaginários existentes sobre as brasileiras em Portugal, tanto as investigações (PONTES, 2004; CUNHA, 2005 e 2003; GOMES, 2009 e 2013; FERNANDES, 2008; FRANÇA, 2010 e 2012; ESPINOZA, 2011; PADILLA, 2007a e 2007b) como a nossa experiência mostram como estes são definidos pelo que chamo de colonialidade luso-tropical, marcados pela sexualidade exagerada e pela disponibilidade.



► Imagens das brasileiras: colonialidade *versus* pós-colonialidade

A mídia portuguesa tem tido um papel central na reprodução desses discursos e representações tanto na publicidade, no jornalismo, no marketing turístico, no entretenimento, incluindo o humor “nacional português”. No presente, não existe *accountability*, nem responsabilidade, nem responsabilização pelas consequências das imagens transmitidas sobre as brasileiras, que naturalizam e essencializam a tal hipersexualidade, quer de forma cômica, quer de forma sensual, quer de forma vulgar e chocante. Seguem-se alguns exemplos mediáticos sobre a mulher brasileira em Portugal (Figuras 1 a 4):



Figura 1 – Publicidade de marketing turístico – imaginário da colonialidade lusotropical



Figura 2 – Imaginários sobre a brasileira: sedução e segredos, *Revista FOCUS* (2010)



Figura 3 – Capa de livro publicado em Portugal por autora brasileira



“Oi queridinhos, como correram as férias? Tudo legal? Foram à praia mergulhando e nadando muito no mar? Ou ficaram no quarto mergulhando na piscina do amor erótico feito a dois, ou a três, ou a quatro, né?”

“Se fosse eu a mandar nos destinos do país, seria tudo feito na base do sexo. Esqueçam as privatizações, comigo o negócio são as sexualizações.”

“Faça como eu: tem di pagar IVA, paga com sexo; paga IRS, paga com sexo, ué? Negociações com a Tróika? Sexo!”

“É o fim da segurança social, agora é tempo de segurança sexual. Tá escutando Pedro Mota Soares? Todos vocês se gostam dessas propostas, botem o link no meu vídeo, é a única coisa que podem botar em mim sem pagar, né? Me linka, vai!”

Figura 4 – Personagem Gina, programa “Café Central”

Não vou desconstruir nem analisar essas imagens e ideias associadas, já que falam por si. Devemos admitir que tudo tem um limite e que as imagens e as piadas atingiram o limite. Perante essa realidade, um movimento virtual nasceu em Portugal,



autodenominado “Manifesto contra o preconceito às mulheres brasileiras em Portugal”. Esse manifesto é um exemplo de ativismo feminista no espaço virtual que pode ser chamado de ciberfeminismo e que queria partilhar convosco. Vou analisá-lo em detalhes, na medida em que o espaço permita, para, na continuação, fazer uma proposta de metodologia e de ação/intervenção.

► O manifesto

O movimento mencionado foi motivado por um caso específico, depois de tantos, de reprodução e reforço do estereótipo da brasileira hipersexualizada pela mídia portuguesa. Tratou-se do Programa de Animação “Café Central”, da RTP2, televisão pública, o qual apresentava apenas uma personagem feminina, chamada Gina, que falava com sotaque explicitamente brasileiro e possuía uma estética erotizada, representando uma prostituta (como se viu na Figura 4).

Em setembro de 2011, o vídeo com o episódio de “Café Central”, postado no Youtube circulou pelas redes sociais, causando a indignação principalmente de imigrantes brasileiras feministas, mas também de brasileiros, portuguesas/es e mulheres de outras nacionalidades. A partir dessa onda de indignação, foi criado um grupo no Facebook, inicialmente com trinta pessoas e, posteriormente, atingindo cerca de quinhentos membros. O grupo inicial escreveu o texto do manifesto, que foi divulgado tanto numa página de Facebook¹ como num *blog* especialmente criado.

Sem ter inicialmente esse propósito, o Facebook resultou ser também uma ferramenta empoderadora e de partilha na qual muitas brasileiras imigrantes em Portugal relataram as suas

¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Manifesto-contra-o-preconceito-às-Brasileiras/150678238354784>>.



próprias experiências cotidianas, ilustrando de forma concreta o leque variadíssimo de formas como o preconceito atinge igualmente as brasileiras de diferentes classes sociais e pertencas étnicas e raciais, especialmente em Portugal, mas não só.

Apesar de a motivação inicial ter sido denunciar o programa “Café Central”, o texto do manifesto não se centrou nele: incluiu vários exemplos da mídia portuguesa (televisão, jornal impresso, publicidade) que reforçam os imaginários da brasileira como objeto sexual, que geralmente é tido como dado adquirido, denunciando o preconceito que elas sofrem. Conforme o texto do manifesto: “apontamos a comunicação social portuguesa e a forma como, insistentemente, tem construído e reproduzido o estigma de hipersexualidade das mulheres brasileiras. Este estigma é uma violência simbólica e transforma-se em violência física, psicológica, moral e sexual”.

Ainda, o manifesto denuncia o racismo e machismo ao afirmar que:

Trata-se de um desrespeito às mulheres brasileiras, que pode ser considerado racismo, pois inferioriza, essencializa e estigmatiza essas mulheres por supostas características fenotípicas, comportamentais e culturais comuns. Trata-se de um desrespeito a todas as mulheres, pois ironiza/escarnece sua sexualidade, sua possibilidade de exercer uma sexualidade livre, o que pode ser considerado machismo e sexismo.

Finalmente, o manifesto faz um apelo a respeitar os tratados e acordos internacionais:

Exigimos, das autoridades competentes, que se faça cumprir a ‘CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres’, da qual tanto Portugal, como o Brasil, são signatários. Destacamos, também, o ‘Memorando de Entendimento entre Brasil e Portugal para a Promoção da Igualdade de Gênero’, no



qual consta que estes países estão 'Resolvidos a conjugar esforços para avançar na implementação das medidas necessárias para a eliminação da discriminação contra a mulher em ambos os países'.

O balanço final do manifesto indicou bons resultados: oitocentos *clicks* "gosta" num espaço curto de tempo, um grupo de seguidores do *blog* e a realização de um abaixo-assinado virtual ou petição *on-line*, que conseguiu mais de 1.200 assinaturas. Além dos apoios e assinaturas individuais (em Portugal, no Brasil e em vários países do mundo onde a emigração brasileira está presente), houve também solidariedade e apoios coletivos representados por alguns movimentos sociais e organizações relevantes tanto no Brasil como em Portugal e outros destinos. O documento da petição *on-line* foi entregue a diferentes autoridades em Portugal e no Brasil. Várias delas responderam afirmativamente, acolhendo a petição, entre elas: a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil, a Embaixada do Brasil em Lisboa e o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, IP.²

² Entidades que subscreveram o Manifesto: Associação ComuniDária; Observatório das Representações de Género nos Média, União de Mulheres Alternativa e Resposta (Umar); Movimento SlutWalk Lisboa; Coordenação Portuguesa da Marcha Mundial de Mulheres; Casa do Brasil de Lisboa; Núcleo de Estudos e Orientação Intercultural da Universidade Federal de São Paulo; Movimento Negro Unificado, coordenação Rio Grande do Sul; Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra (Apeb); SOS Racismo - Portugal; Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Género da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Niem-UFRGS); Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Niem-UFRJ); Associação dos Imigrantes nos Açores (Aipa); Marcha das Vadias/Movimento SlutWalk Salvador; Não te Prives - Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais de Coimbra; Fartos/as d'Estes Recibos Verdes (Ferve); União Brasileira de Mulheres (UBM); Acção para a Justiça e Paz (AJPaz); Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos; Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba; Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB); e Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania (ALCC). Disponível em: <<http://www.manifestomulheresbrasileiras.blogspot.com/>>.



Por o seu lado, a RTP, através de seu provedor, organizou um programa “Voz do Cidadão” para debater o tema; no entanto, não convidou as líderes do movimento para darem a sua opinião. Por seu lado, a Entidade Reguladora da Comunicação Social aceitou a denúncia, realizou um processo de análise, mas concluiu não retirar do ar o programa televisivo, argumentando a defesa da liberdade de expressão, por se tratar dum programa humorístico no qual as personagens são caricaturas. Entre elas, a Gina, foi aclarado posteriormente, seria uma portuguesa que se faz passar por brasileira, situação que ainda reforça mais o estereótipo denunciado.

No entanto, em 30 de janeiro de 2012, em seguida às férias de Natal, o programa Café Central voltou a ser exibido, mas sem a presença da personagem Gina, de forma implícita adequando o conteúdo à crítica auferida. Podemos, assim, considerar o manifesto como o primeiro grande trunfo do ciberfeminismo em Portugal.

Avançando já à análise dos acontecimentos, podemos inferir que os apoios e o sucesso do manifesto foram consequência das estreitas relações existentes entre imigrantes feministas brasileiras/os e latino-americanas, algumas delas vinculadas à academia, com algumas feministas portuguesas com quem existiam algumas conexões prévias. No entanto, no momento-chave, o da discussão pública (na televisão, jornais, etc.), as alianças com as feministas locais mostraram-se fracas. As feministas portuguesas não deram voz às ativistas brasileiras, tornando-se elas e as suas próprias causas o centro de atenção. Assim, o eixo passou de ser a discriminação e estigmatização que sofrem as mulheres brasileiras, para se centrar em outras temáticas. As feministas portuguesas convocadas pretenderam traduzir a mensagem, mas a mensagem ficou sem tradução. Ainda, as vozes brasileiras convocadas não se reconheceram como feministas, chegando ainda a desvalorizar o assunto, justificado por se tratar duma



situação humorística, que deve ser aceita como normal nas relações sociais, sem perceber realmente o poder desempoderador e debilitador do humor nessas questões.

► O que o manifesto nos ensina em termos de feminismos?

É possível retirar vários ensinamentos se fizermos um balanço do manifesto nas suas diversas expressões, quer no Facebook e *blog*, quer na petição *on-line*.

Começando pelo Facebook e *blog*, como feminista, vale a pena resgatar o valor da categoria experiência, especialmente no contexto de subalteridade no qual é articulado. Assim, a partilha de experiências das mulheres funcionou como “uma escuta etnográfica não mediada”, permitindo uma conexão imediata com as experiências e os sentimentos das mulheres imigrantes, que brindava a todas com um espaço fértil de retórica, práxis e teoria feminista, ajudando a produzir saberes feministas situados e hierarquizados, baseados na própria vivência. Ao mesmo tempo, a partilha pode resultar duplamente empoderadora e terapêutica para quem a faz e quem a lê. Essas experiências fazem com que um assunto *pessoal* se transforme em *político* (*personal is political*), como Millet advertiu nos anos 60. Esse aspecto tem a vantagem de ser catalisador do ativismo feminista e de permitir uma maior conscientização de gênero, incluindo a possibilidade de auto-observação desde fora (dupla consciência).

Ainda, o Facebook e o *blog* podem ser ferramentas de construção de alianças, como foi conseguido pelo menos em parte no caso do manifesto, transmitindo informações relevantes sobre sexismo, racismo e discriminação. No manifesto, construíram-se alianças nacionais e transnacionais com outros grupos de interesses e ativistas, impensáveis anteriormente, que transcenderam o



meramente étnico brasileiro: a participação e o apoio à marcha mundial das mulheres, a SlutWalk, o movimento antirracista no Brasil e outras causas comprometidas socialmente, quer nas questões de gênero, quer nas de discriminação étnico-racial.

Por outro lado, o poder da petição *on-line* reside tanto no alcance quantitativo (quantos assinam e manifestam apoio) como no alcance qualitativo (a que entidades e autoridades se consegue chegar para obter resultados). Nesse aspecto, a mobilização e articulação das e dos feministas (de nacionalidade brasileira e outras) ativou o poder das redes sociais virtuais para atingir seus objetivos. O fato de as líderes ativistas serem majoritariamente imigrantes e terem redes transnacionais no país de origem, no de destino e em outros contextos relacionados com as migrações alargou ainda mais o alcance do manifesto, não só pela visibilidade conseguida, mas também pelo grau de precisão, quase cirúrgico, dos atores e agentes mobilizados (movimento negro, conselhos de representantes de brasileiros no exterior em vários países, organizações feministas e centros e redes de investigação), produzindo o que se chamaria de *hub* ou nodo de redes nacionais e globais sobrepostas (DE TONA E LENTIN, 2011), semelhante ao que os denominados “novos movimentos sociais transnacionais” desenvolveram nos anos 90, mas, neste caso, acionados pelas feministas imigrantes.

O manifesto teve ainda um outro elemento positivo, importante na mobilização feminista, misturando a vertente transnacional e a vertente intercultural. Nesse sentido, defendo a utilização da interculturalidade, que se traduz numa filosofia de diálogo não só entre culturas, mas também entre classes sociais e pertencças étnico-raciais-nacionais. No modelo intercultural, acredito, a América Latina pode fazer um grande contributo internacional, neste caso mediado pelas migrações. As imigrantes podem e devem liderar o diálogo intercultural entre as imigrantes do Sul no Norte e com os cidadãos do Norte. A imigrante feminista ou a



feminista imigrante pode se tornar uma agente fundamental nesse diálogo intercultural, dado que feministas e imigrantes contam com competências empáticas que facilitam o trânsito entre sociedades e culturas diferentes. Por isso, as migrações colocam novos desafios aos feminismos locais, obrigando-os a se abrir a outras realidades.

As feministas locais, das organizações portuguesas envolvidas, no geral não estão acostumadas a dialogar com as migrantes. Até recentemente, não tinham desenvolvido a prática do que pode ser chamado “feminismos de acolhimento”, segundo a denominação de Ana Murcia (2009), imigrante centro-americana na Espanha e feminista. Em muitos casos, os feminismos locais percebem as imigrantes como vítimas, desempoderadas e provenientes de países do Terceiro Mundo, ainda mais sexistas que Portugal, daí que a tendência seja considerá-las menos afortunadas, menos feministas, não preparadas para reagir ou se organizar em defesa dos seus interesses. Do lado oposto, as imigrantes brasileiras feministas e não feministas (e de outras nacionalidades) não aceitam (e não devem aceitar) a relação de colonialidade, de paternalismo feminino e de condescendência, porque põem em causa tanto a autonomia como a autoestima. Em consequência, como feministas devemos advogar pelo fim do preconceito em relação às mulheres migrantes provenientes do Sul.

Na minha vertente feminista ativista, acredito ser possível construir espaços feministas interculturais nos quais se partilhem experiências, em que o diálogo seja horizontal, sem tantas hierarquias. No entanto, a construção (e o resultado) do manifesto não foi ideal, mostrou algumas fragilidades, sobretudo no relativo às alianças com o feminismo e as feministas locais, que, no momento-chave, optaram por desviar a atenção do assunto principal e ter o seu momento de glória (na comunicação social). O feminismo português precisa ainda cultivar uma vertente intercultural, uma vertente de acolhimento e uma vertente de



solidariedade feminista, para que as feministas locais e imigrantes possam construir alianças feministas mais democráticas, social e politicamente. É preciso reconhecer que as lutas pela igualdade de gênero das portuguesas e das imigrantes não são, ou não devem ser, lutas dissociadas.

Uma eventual aliança de feminismos locais e imigrantes poderia ser um dos caminhos possíveis para mudar a mentalidade de homens e mulheres sobre o preconceito em relação às brasileiras. Imagens como as mostradas, enraizadas no imaginário português, têm-se traduzido em violência física, psicológica, moral e sexual contra a mulher brasileira e as suas famílias, tal como o próprio manifesto o assinala, ultrapassando o plano da violência simbólica.

Existe mais um aspecto com o qual todas devemos ainda lutar e lidar, é o humor. Se bem que o sentido de humor é uma qualidade importante nas sociedades, quando o humor é baseado em preconceitos e provoca situações de discriminação, opressão e vexação, deve ser combatido, tal como foi a Gina.

Como feministas transnacionais interculturais, temos vários desafios pela frente. No mundo acadêmico, vale a pena apostar no desenvolvimento de pesquisas feministas engajadas na “experiência”, fazendo a conexão entre as acadêmicas feministas locais e as feministas não acadêmicas. No terreno do cotidiano, resta militar o nosso feminismo transnacional intercultural, sem deixar passar oportunidades nem fazer ouvidos surdos às afirmações, mesmo que humorísticas. Não devemos suportar comentários nem confissões que asseverem que as brasileiras (ou outras mulheres ou imigrantes) são todas putas! Tenho alguma esperança em que a aproximação dos feminismos locais e os feminismos transnacionais imigrantes seja proveitosa, tornando-se feminismos interculturais, acolhedores das diferenças.



► Referências

CUNHA, Isabel Ferin, *Mundos Imaginados: As brasileiras e nos Media em Portugal*, 2005. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/18430/1/R0301-1.pdf>>.

CUNHA, Isabel Ferin. *A revolução da Gabriela: o ano de 1977 em Portugal*, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-revolucao-gabriela.pdf>>.

DE TONA, Carla; LENTIN, Ronit. Networking sisterhood, from the informal to the global: AkiDwA, the African and Migrant Women's Network, Ireland. *Global Networks*, v. 11, n. 2, p. 242-261, 2011.

ESPINOZA, Pamela. *Mujeres Brasileiras en Algarve: la influencia de la situación laboral como factor de integración*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade do Algarve. 2011.

FERNANDES, Gleiciani Maria de Oliveira. *Viver Além-Mar: estrutura e experiência de brasileiras imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2008.

FRANÇA, Thais. *Lindas Mulatas Com Rendas de Portugal: a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português*. 2012. Tese (Doutorado) – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

FRANÇA, Thais. Excluindo sexo, raça e etnia: mulheres brasileiras trabalhadoras em Portugal, in *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa Barcelona – Espanha*, p. 104-111. 2010.

GOMES, Mariana S. La construcción del Brasil como un paraíso de mulatas: del imaginario colonial al marketing turístico, *Sociedad Hoy*, Concepción, Chile, n. 17, 2009.

GOMES, Mariana S. (Des)(Re)Construções do Imaginário Social <Mulher Brasileira> nos Discursos Turísticos sobre o Brasil em Portugal, *Estudios y Perspectivas en Turismo*, Buenos Aires, v. 22, n. 2, mar. 2013.



MILLET, Kate. *Sexual politics*. London: Rupert Hart-Davis, 1971.

MURCIA, Ana. *Del feminismo multicultural a la resistência transfeminista: una reflexión desde la experiencia del hacer feminismo del sur en el Norte* (on-line). 2009. Disponível em: <http://www.feministas.org/IMG/pdf/DEL_FEMINISMO_MULTICULTURAL_A_LA_RESISTENCIA_TRANSFEMINISTA.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

PADILLA, Beatriz. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: MALHEIROS, Jorge (Coord). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007a.

PADILLA, Beatriz. *Brasileiras en Portugal: de la transformación de las diversas identidades a la exotización*. Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM, 14. 2007b.

PONTES, Luciana. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, núm. 23, Julho-Dezembro, p. 229-256, 2004.



MOVILIDADES EN LA ERA DE LA GLOBALIZACIÓN. CUBA COMO ESPACIO PARADÓJICO¹



Ana Alcázar Campos

El turismo es el lugar que te abre las puertas al futuro, en turismo conoces personas de otro lugar, de otros países, culturas diferentes, y, entonces, es una forma como que vas conociendo la realidad de la vida, la realidad... ¡lo que pasa fuera! Entonces, encima de eso, con el turista siempre tienes las puertas abiertas, [...] haces algún amigo, haces amistades, te llevan aquí, te llevan a pasear, te llevan a conocer, puedes viajar...

(Pablo, gastronómico, mulato, 25 años).

► Introducción

El propósito de este artículo es reflexionar acerca de las teorías de la movilidad y cómo éstas pueden relacionarse con los

¹ Un desarrollo de esta idea puede verse en Alcázar Campos (2013).



estudios sobre migraciones, teniendo como base el trabajo de campo etnográfico realizado por la autora para su tesis doctoral.² Así, partiendo de las teorías de las movilidades (URRY, 2007; SELLER; URRY, 2004; HALL, 2005) para acercarse a una de las posibles manifestaciones de esta movilidad: el turismo, se intentará hacer una conexión con el ámbito de las migraciones.

Previamente se considera necesario avanzar algunos datos de contexto. La autora realizó su tesis doctoral en la isla de Cuba, utilizando la metodología etnográfica (permaneciendo un total de un año y medio en el oriente del país, durante los años 2004, 2005 y 2009), siendo el objeto de la misma reflexionar acerca de la construcción de desigualdades en un contexto supuestamente igualitario. En este caso el interés por el turismo se basó en su papel como elemento en torno al cual se articulan tanto los discursos y prácticas de la población como el discurso oficial revolucionario y que sirve, en cierto modo, como marcador social o elemento de distinción (en el sentido de BOURDIEU, 1988). Esto es relevante en un contexto como el cubano, aislado durante las décadas del sesenta hasta los noventa, ya que la introducción del turismo de masas tras la caída del bloque socialista soviético da lugar a procesos de desigualdad social (o más bien, los alimenta) y enfrenta a la población a ese “otro” cultural que ha sido construido como peligroso³ pero que, al mismo tiempo, se revela como deseable y posibilita una movilidad (el viaje fuera del país pero también dentro de la estructura social cubana). De esta forma, la población interactúa con y construye al turista de una forma contradictoria y desarrolla una serie de estrategias de relación que, al tiempo, reafirman y confrontan el discurso

² Ver Alcázar Campos (2010b).

³ Algo más que evidente en los discursos de Fidel Castro y de Ibrahim Ferradaz (Ministro de Turismo en los años noventa) recogidos por Soler (2004). Ver desarrollo sobre esta cuestión en Alcázar Campos (2011).



revolucionario de la igualdad y la unidad nacional. Reflejar y problematizar estas estrategias y conectarlas con los procesos migratorios, introduciendo la perspectiva de género en el análisis, será el propósito de este artículo. No obstante, veamos previamente en qué consisten las teorías de la movilidad que, desde nuestro punto de vista, conectan y explican las movilidades postmodernas.

► Las teorías de la movilidad

En tanto que movimiento humano (URRY, 2002) las migraciones y el turismo comparten una serie de características que nos permiten abordarlas de forma similar: el movimiento, el shock cultural, el cambio de normas sociales y pautas de conducta... Si bien, hay tres cuestiones que las diferencian: la temporalidad o perdurabilidad de las mismas, su finalidad y la posición social que ocupan quienes llevan a cabo alguno de estos movimientos. Así, en líneas generales, los movimientos de población que tradicionalmente son considerados turísticos estarían caracterizados por su escasa duración, por perseguir el ocio y el placer y por ser efectuados por personas del “primer mundo”. Mientras tanto, los movimientos migratorios se prevén como un proceso con una cierta duración en el tiempo (aunque también encontramos las migraciones estacionales), originados por motivaciones ajenas al ocio y, generalmente, de población del “tercer mundo”. Esto nos configura un “mapa de la movilidad” en el cual en determinados lugares se facilita el movimiento (a través del acceso a los avances tecnológicos relacionados con el transporte) mientras que, en otros, lo que se refuerza es la inmovilidad, especialmente cuando se intentan cruzar las fronteras (VERSTRAETE, 2004). En palabras de la socióloga feminista Beverly Skeggs (2004, p. 48) “la movilidad



y la inmovilidad son representadas de forma diferente en función de los espacios nacionales y los periodos históricos”. Algo que también destaca la investigadora Mary Louise Pratt (2010, p. 429):

Las pautas enormemente alteradas y aceleradas de la movilidad humana son uno de los nuevos elementos clave, sobre todo el turismo masivo y la migración de trabajadores desde los países pobres hacia los países ricos, y del campo a la ciudad. Hoy en día, en los comienzos del siglo XXI, el turismo es la mayor industria del mundo, sólo detrás del tráfico de drogas. La migración de mano de obra, entre otras cosas, ha invertido el flujo colonial que alguna vez fue de Europa hacia el exterior.

De esta forma, se ponen en cuestión, entre otros aspectos, la vigencia de la construcción de los estados – nación y los derechos de ciudadanía derivados de la pertenencia a los mismos, en contextos trans-fronterizos, conectados y permeables. Todo ello sin desconocer que, siendo conscientes de esta permeabilidad, los estados se convierten en guardianes. Tal y como afirman Deleuze y Guattari (1997, p. 15-16):

El estado siempre se ha relacionado con lo exterior, y es inconcebible de forma independiente a esa relación. La regulación del Estado no es de Todo o Nada... sino de interior y exterior. El Estado es soberanía. Pero la soberanía sólo la ejerce sobre lo que es capaz de interiorizar, de apropiarse localmente.

Coincidiendo con la crítica al concepto de transnacionalismo formulada por la antropóloga Aihwa Ong (2006), quien reivindica la importancia de las naciones para, por ejemplo, la alta tecnología transnacional que necesita localizaciones territoriales. Reconociendo la coexistencia de conexiones globales y localizaciones territoriales locales.

Partiendo de este lugar paradójico de las naciones, la teoría de la movilidad (SHELLER; URRY, 2004) se interesa por



el análisis de las movilidades, incluyendo la movilidad física pero también la virtual, posibilitada por el amplio desarrollo de las tecnologías. El “giro de la movilidad” (*mobility turn*) conecta el análisis de diferentes formas de viaje, transporte y comunicaciones con las múltiples formas en que la vida social y económica se estructura y organiza a través del tiempo y de varios espacios. Estas “movilidades” han sido centrales y lo continúan siendo, estando presentes, entre otros, en la complejidad del análisis transnacional de las migraciones, elemento clave al examinar muchas relaciones post-coloniales contemporáneas. Esto es, la “diasporización” de las comunidades en la era actual (COHEN, 1997) o las “nacionalidades a distancia” (ONG, 2006). De esta forma, los análisis de las migraciones, las diásporas y las ciudadanías fluidas son centrales en las críticas a las categorías estáticas de nación, etnicidad, comunidad y estado, fundamentales en las Ciencias Sociales.

Así, estos autores/as parten de la existencia de, al menos, cuatro significados del término “móvil” o “movilidad”:

- a) Algo que se mueve o es capaz de moverse, connotado con un significado positivo;
- b) Algo que no está inscrito dentro de unos límites y que, precisamente por eso, debe ser regulado socialmente;
- c) Utilizando el término entendido como movilidad social (en sentido vertical);
- d) Utilizando el término como migración u otros tipos de movimientos geográficos semi – permanentes. Se utiliza en sentido horizontal y se refiere, especialmente, a cambiar de país o de continente buscando una “vida mejor”.

Así mismo, clasifican las movilidades en cinco procesos interdependientes que producen la vida social: el viaje corporal de las personas, el movimiento físico de objetos, el viaje



imaginario efectuado a través de las imágenes, el viaje virtual y el viaje comunicativo a través de los mensajes entre personas. Teniendo en cuenta estos cinco procesos, se centran en las interconexiones entre los mismos, así como en los discursos que priorizan una u otra movilidad (como la creencia de que los negocios deben hacerse “cara a cara”). Al mismo tiempo, estas interconexiones producen diferencias sustanciales entre lugares y entre personas en términos de su localización y acceso a las diferentes movilidades. Además, tienen en cuenta que, tal y como plantean Hirst y Thompson (1999, p. 257), “las personas son menos móviles que el dinero, los bienes o las ideas, y, en un sentido, permanecen ‘nacionalizadas’, dependientes de pasaportes, visas, residencia y cualificación laboral”.

Partiendo de esta teoría, coincidimos con la visión del turismo de Coles, Duval y Hall (2005, p. 85) como una “forma de movimiento humano dentro de un espectro mucho más amplio de las movilidades sociales y físicas”. De esta forma también se conecta con las tendencias más recientes que han adoptado una aproximación transnacional a las migraciones, resaltando la “conectividad migratoria” (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003). En definitiva, se trata de romper separaciones artificiosas y artificiales formuladas en torno a: origen/destino, turista/local, turismo/migración, donde conceptos como migración, transnacionalismo⁴ y diáspora – como formas de movilidad y movimiento transitorio – tienen bastante en común con los asuntos de la producción y consumo de turismo.

Tal y como plantean Coles, Duval y Hall (2005, p. 95)

Si, como decimos, es visto [el turismo] como otra forma de movilidad temporal voluntaria, el turismo juega, pues,

⁴ Definido como un “conjunto de procesos por los cuales los inmigrantes forjan y sostienen redes sociales entrelazadas que vinculan sus sociedad de origen y de acogida” (BASCH; SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994).



un papel esencial en la mediación del denso conjunto de redes económicas culturales y sociales que conecta los dos extremos del espectro de la movilidad (en uno, la movilidad diaria en busca de entretenimiento y, en el otro, la movilidad migratoria).

Las características particulares del Caribe, su heterogeneidad, su posición privilegiada en tanto que receptor de turistas y emisor de población migrante, lo hace especialmente atractivo para realizar este análisis que conecta ambas movilidades.

Los lugares turísticos caribeños constituyen etapas privilegiadas, para un trabajo o una primera experiencia profesional, que permita acostumbrarse a la sociedad norteamericana con la esperanza de una migración legal. Los lugares privilegiados en esta estrategia migratoria son, por ejemplo, las Islas Vírgenes norteamericanas e inglesas, las Bahamas y San Martín. (DEHOORNE; CAO, 2004, p. 180).

De esta forma, el Caribe sería un buen ejemplo de esta conexión, donde los lugares turísticos se sitúan en “el corazón de la movilidad: entre los desplazamientos turísticos y las lógicas migratorias variadas y renovadas. Y el estudio de estos lugares privilegiados permite poner el acento sobre las interrelaciones crecientes e intensas entre los flujos turísticos y migratorios” (DEHOORNE; CAO, 2004, p. 170). Este lugar estratégico que le otorgan los autores tendría que ver con dos cuestiones. La primera, al mirar la industria turística, por el trabajo disponible en los márgenes de las regiones más ricas, trabajo privilegiado en contextos de escasez y que, en muchas ocasiones, se connota positivamente al estar relacionado con quienes vienen del “primer mundo”. La segunda, al fijarnos en las relaciones turistas/locales, por las rutas a partir de las cuales los y las



locales pueden imaginar estrategias que les permitan migrar a los países emisores de turistas.

Es precisamente partiendo de este “lugar privilegiado” del Caribe en tanto que “zona de contacto”⁵ (PRATT, 2010) se procederá a interconectar turismo y migración, en los siguientes subapartados.

► Turismo en Cuba

Cuando se aborda el desarrollo del turismo en Cuba éste no se puede desvincular del contexto geográfico en el que se ubica (El Caribe), donde la isla es la que cuenta con una mayor superficie. Este modelo de desarrollo turístico ha sido denominado en la región como una reformulación del “sistema de plantación” (CABEZAS, 2009), haciendo un símil entre el sistema económico de la Colonia (de Plantación⁶) que es reinterpretado, en la actualidad, a través del turismo. De tal forma que “hoy día, la réplica de la plantación tiene lugar en los enclaves turísticos de Jamaica, Barbados, Puerto Rico, Antigua y otros lugares” (CABEZAS, 2009, p. 29). Refiriéndose a la República Dominicana esta autora afirma “la máquina de la plantación rápidamente pasó

⁵ La autora acuña este término para hablar de las relaciones colonias – metrópolis, no obstante, consideramos que puede utilizarse para las actuales relaciones neocoloniales donde se enmarca el turismo. En concreto, Pratt (2010) define “zona de contacto” como: “espacios sociales donde culturas dispares se encuentran, chocan y se enfrentan, a menudo dentro de relaciones altamente asimétricas de dominación y subordinación, tales como el colonialismo, la esclavitud, o sus consecuencias como se viven en el mundo de hoy” (PRATT, 2010, p. 31).

⁶ Benítez Rojo (1996) usa Plantación, con mayúscula, para referirse al tipo de sociedad que resulta del uso y el abuso de las plantaciones controladas por las potencias europeas en el Caribe. Fueron las potencias europeas las que controlaron la fabricación, el mantenimiento, la tecnología y la reproducción de las máquinas plantaciones, sobre todo en lo que toca al modelo de producir azúcar de caña, dando lugar a una configuración socioeconómica común a todo el Caribe.



de producir azúcar a producir experiencias de ocio, sensualidad y recuperación física” (CABEZAS, 2009, p. 41).

En Cuba esta incorporación al modelo caribeño se produce en los años noventa del s. XX, tras la caída del sistema socialista soviético, el cual subsidiaba parte de la economía cubana. Pasando de representar un 3% del mercado turístico caribeño, en 1990, a ser el primer destino en el Caribe para canadienses, italianos y españoles en el 2002. Actualmente los principales países emisores de turistas proceden de las regiones americanas (Canadá, México, Venezuela y Argentina, por orden de importancia) y europea (Inglaterra, España, Italia, Alemania y Francia).

A esta caracterización en función de la procedencia de los y las turistas habría que añadir la concentración de la industria turística cubana en dos importantes zonas: La Habana y Varadero, y la afluencia en el destino Sol y Playa, que es divulgado por los medios de comunicación masiva como Internet y por las principales agencias de viaje. Así mismo, habría que destacar la fuerte presencia de las empresas españolas en el turismo de la isla, con administración en doce cadenas hoteleras cubanas, que abarcan alrededor de 20.500 habitaciones, donde el 59% de las mismas se encuentran ubicadas en los polos turísticos de Ciudad de la Habana y Varadero, este último considerado principal balneario de Cuba.

Esta presencia de turismo español en Cuba, una reinterpretación de la relación particular que han mantenido España y Cuba (analizada por ROY, 1995), se traduce en un incremento de relaciones, de distinto tipo, entre ambas naciones. Así, en mi trabajo de campo las referencias a una cultura e historia común, que se reactiva para una posible migración, son constantes. Un ejemplo extraído del diario de campo puede ejemplificarlo.

He quedado con Juan, un investigador cubano en el lobby de un hotel, desde el inicio, siento cierta incomodidad ya que me trata con condescendencia. Al final del encuentro se pone de manifiesto



el verdadero interés del mismo: promover la colaboración entre la Universidad de Granada y el Centro en el que él trabaja para así 'viajar a España'. Durante toda la conversación me habla de sus ancestros españoles y de que 'está loco por ir a España'. Al darse cuenta que no tengo capacidad de decisión en mi Departamento se decepciona pero insiste en la oportunidad de promover una colaboración con la Universidad de Granada en cuestiones relacionadas con múltiples temáticas en las que él está trabajando. A pesar de entender su actitud y considerar legítimos sus intereses, me crea mucha incomodidad su actitud, sintiendo que estoy en una situación de 'jineterismo científico'⁷.

Estas expectativas, en un país donde la posibilidad de relación con “el otro” se regula por el Estado, son quienes tienen legitimidad para establecer esas relaciones (personal de la Universidad, trabajadores/as del turismo y de empresas mixtas etc.) quienes pueden tener acceso al capital simbólico, social, económico y cultural que representan el o la turista. Esto, en ocasiones, se traduce en opciones migratorias a esos países que son, en cierta forma, idealizados por la población.⁸

► Migración cubana a España

Tras el triunfo del proceso revolucionario cubano, en 1959, Cuba pasa de ser un destino migratorio (de España y de países del entorno, como Haití y República Dominicana) a ser origen de

⁷ Derivado del sustantivo “jinete”, el jineterismo es un término usado por la población cubana para describir una serie de actividades legales, semi-legales e ilegales que tienen como objetivo beneficiarse del turismo. Estas actividades incluyen la prostitución y el proxenetismo, así como otras formas de negocio, como la venta en el mercado negro y la falsificación de mercancías. Quienes las realizan son llamados “jineteros”.

⁸ Idealización que lleva a afirmar a Sachiko Tanuma (2008, p. 190) “para los cubanos los territorios extranjeros son fantaseados como mundos utópicos aunque el gobierno les propague como ‘distopías’”.



movimientos migratorios, fundamentalmente hacia los Estados Unidos, tanto por la cercanía geográfica (noventa millas) como por la política preferente estadounidense hacia la migración cubana (Ley de Ajuste Cubano⁹).

En el contexto europeo, España representa el principal país de destino de la población cubana (MARTÍN FERNÁNDEZ, 2009), con evoluciones diferentes en función del momento histórico concreto, por ejemplo, el establecimiento de población cubana en España en la década de 1970 se debió a la necesidad de viajar por terceros países para emigrar a Estados Unidos. Como resultado de este requisito, en 1975, 24 mil cubanos/as se quedaron en España, donde van creando una colonia (MARTÍN FERNÁNDEZ, 2009).

La evolución posterior del patrón migratorio cubano está determinada por factores internos (diferentes momentos de crisis y reajustes económicos) y externos (sobre todo la política migratoria estadounidense), pero ninguno tiene tanta trascendencia como la grave crisis económica generada en Cuba tras el desmantelamiento de la extinta Unión Soviética, principal socio comercial de la isla, con la que tenía acuerdos preferentes.¹⁰ Esto da lugar a una insatisfacción de las expectativas, fundamentalmente en las generaciones más jóvenes, y a una situación de precariedad en la que vive gran parte de la población. Ante esta coyuntura, la migración ha empezado a formar parte de las estrategias de subsistencia al margen de la oficialidad, ya que, a través de algún familiar en el extranjero, o de contactos con antiguos parientes emigrados hace años o con antepasados

⁹ También conocida como la “ley de los pies secos”, e implica que la población inmigrante cubana que alcance el suelo norteamericano recibe permiso de residencia indefinido al concedérsele el estatuto de refugiado. Está vigente desde 1966.

¹⁰ Para un análisis reciente de la diáspora cubana en España ver el excelente trabajo de la antropóloga Mette Louise Berg (2011).



fuera del país, se tiene la esperanza de recibir de ellos posibles ayudas económicas o apoyo en el proceso de salida del país.¹¹

Teniendo en cuenta esta centralidad, destacar que, a partir del desarrollo del turismo, el contacto con el o la turista también se ha convertido en una “vía de salida” más. Estas posibilidades de salida, en el ámbito del turismo, son remarcadas cuando hablo con Esteban, blanco, de unos treinta años, gastronómico desde hace diez años en distintos hoteles de la ciudad, el cual me explica qué supone trabajar en turismo en tanto que posibilidad de contacto con extranjeros/as, lo que lo convierte en una “vía de salida”:

Hubo una etapa que fue una vía de salida, sobre todo para cierto sector, incluso, dentro del turismo, las áreas de animación turística, donde había más roce, uno, había más contacto, pero, igual se impone un prototipo de persona: joven, dinámica, digamos, carismática... por eso, muchos decían: ‘Me voy a hacer animador para irme de aquí’, lo mismo pasaba con algunos, eh, cantineros, relaciones públicas, en hoteles de playa... y camareras, incluso, ya no como trabajadores del turismo, gente que crearon compañías de baile y esto para apoyar la actividad turística y eran salidas. Yo soy bailarina del grupo no sé cuántos y, en lo que voy bailando, ya me voy liando a alguien y la bailarina amanecía en la habitación, luego ésa era la novia, luego se iba y, sí era un poco así. Era una forma de, de tener un contacto legal, como decíamos nosotros, que nosotros, en el turismo, éramos jineteros legales.

En esta percepción de relaciones entre turistas y cubanos/as, tal y como me cuenta Esteban, influye la legitimidad o legalidad que otorga trabajar en una instalación que promueve y permite el contacto. Legitimidad que, no obstante, tiene una clara lectura de género, calificándose de forma diferente la relación población

¹¹ Especialmente relevante está siendo el proceso de adquisición de la nacionalidad española derivado de la disposición adicional 7ª de la Ley para la Recuperación de la Memoria Histórica conocida como ley de nietos.



nacional y población extranjera entre mujeres y hombres. Esto se concreta, por ejemplo, en la existencia, para las mujeres, de la figura de la “jinetera”, como sinónimo de “nueva” prostituta que va con turistas, mientras que, para los varones, no es así.¹²

De esta forma, la sanción social existente (mayor para las mujeres que para los varones) y la concepción de las relaciones “amorosas” como desinteresadas,¹³ hace que el discurso de las mujeres que han tenido relaciones afectivo-sexuales con extranjeros esté lleno de una serie de prevenciones.¹⁴ Yuneisi, autodefinida como blanca, de 28 años, animadora en diferentes hoteles de la ciudad, al preguntarle si ha tenido relaciones amorosas con turistas, me contesta lo siguiente:

Bueno, yo, realmente, tuve algunas relaciones, ya te digo, más de una sí fueron, más de una sí fueron, eso sí, y, bueno, realmente... Eran gente que me gustaba realmente, con eso te lo digo todo, imagínate, al venir de tantas, tantos lugares distintos, eran... hay veces que eran personas muy atractivas, ellos me gustaban mucho y me importaba poco que no fuera nada más que dos o tres días, pero, al menos, darme el gustazo de estar con una persona que me gustara.

En este contexto, mediante la frase “ellos eran personas muy atractivas, ellos me gustaban mucho”, Yuneisi quiere alejarse de la sospecha de estar manteniendo relaciones interesadas con extranjeros, al tiempo que éstos parecen encarnar el contacto con “un mundo más bello”, a través de los cuales poder trascender

¹² Para una discusión del término, desde una perspectiva de género, ver Alcázar Campos (2010a).

¹³ Un análisis de la interrelación y falsa dicotomía intimidad – interés lo lleva a cabo Viviana A. Zelizer (2009).

¹⁴ Debido también a la existencia de una Resolución que limita y regula expresamente el contacto entre trabajadores y trabajadoras del turismo y turistas (Resolución N° 10-2005 que recoge el Reglamento para relaciones con el personal extranjero en el sistema de turismo).



barreras de género, clase y posición geopolítica. Un mundo que se contrapone con el que ofrecen los hombres cubanos. De nuevo, Yuneisi me dice:

Ya conozco la mentalidad cubana, que no me gusta. Sinceramente, sinceramente no me gusta, porque el hombre, aquí, en ese sentido, es muy extraño que te encuentres a uno que quiera tenerte como la mujer de su casa yyyyyy cuando trabajas en este sector es mucho más difícil porque entonces a todos les da por el interés ¿entiendes? Aunque tú les gustes mucho siempre está la parte del interés, saben que tú tienes alguna solvencia económica y, entonces, y les da por eso, o sea, que están contigo por el interés de que tú les compres ropa... entonces, bueno, ya me he limitado un poco, en ese aspecto, en mis relaciones, entonces, bueno, si voy a tener una relación, al menos con un cubano, tiene que ser una cosa de un día, o sea, para satisfacerme, pero no quiero un compromiso ¡no! Ya no quiero más ningún compromiso.

Así, en el discurso de Yuneisi vemos como se establece una clara contraposición entre lo nacional y lo foráneo, en este caso, representado en las posibles parejas amorosas, donde lo foráneo (los hombres extranjeros) es visto como atractivo y bello, mientras que lo local (los hombres cubanos) es un entretenimiento, algo en lo que no comprometerse mucho y, además, atravesado por relaciones de interés, que son rechazadas. Se recrean aquí relaciones neo-coloniales, que conciben lo propio como menos valioso, algo formulado para otros contextos por diversos autores (TURNER; ASH, 1991; NASH, 1992).¹⁵

Esta idealización de “lo que está fuera”, alimentada por la población cubana residente en el exterior, así como por los efectos de la globalización cultural, da lugar a lo que hemos llamado “el anhelo del viaje”. Durante las estancias de la autora

¹⁵ En el ámbito literario destaca el trabajo de Mary Louise Pratt (2010) la cual analiza cómo los discursos de viajes que representan a ese otro exótico, contribuyen a inferiorizarlo y minusvalorarlo.



en la isla, la posibilidad (real o imaginaria) del viaje permeaba la mayoría de las conversaciones y se presentaba como la Alternativa (con mayúsculas) entre la población más joven. Esto se contraponen con la política migratoria cubana, la cual ha ido creando mecanismos que han posibilitado la migración de la población, a pesar de continuar siendo restrictiva (se necesita un permiso de salida del país y hay determinadas categorías profesionales, como quienes se dedican al ámbito de la salud, que deben “esperar” cinco o más años, tras cesar laboralmente, para poder salir del país). De resultas, se estima que en torno a dos millones de cubanos/as viven en el exterior, frente a un total de once millones residentes en la isla.

Así, para la población cubana migrar ha sido posible de diversas maneras:

1. Obteniendo el permiso de viaje temporal (PVT) por motivos de trabajo o estudio o intercambios académicos;
2. El permiso de residencia en el exterior (PRE) por matrimonio para residir en cualquier país, excepto los EE.UU;
3. El permiso de viaje al exterior (PVE) para visitas familiares, con una duración máxima de 11 meses;
4. Adoptando la modalidad de salida definitiva, que implica la pérdida de los derechos de ciudadanía en el país;
5. Con la negativa al retorno, tras agotar los periodos de estancia concedidos en el PVT y el PVE;
6. Con el abandono de misión, que implica permanecer fuera del país después de haber terminado el cometido de la institución a la que se pertenece en Cuba (la misión en el extranjero).

Estas fórmulas han sido utilizadas por la población cubana para salir de la isla e instalarse en España. Según datos de Martín Fernández (2009) en 2007 España fue el principal país de destino de la migración cubana que viajó con PRE (31%) y con



PVE. En este punto incorporar una diferenciación fundamental: el número de mujeres con PRE, esto es, con permiso migratorio derivado del matrimonio duplica al de varones (cada año el Consulado General de España en La Habana tramita unos tres mil matrimonios entre población cubana y española). Por otro lado, la misma autora afirma, utilizando datos del Departamento de Asuntos Consulares de Cubanos Residentes en el Exterior y de la Dirección de Inmigración y Extranjería en Cuba, que, en 2008 y 2009, España ocupó el cuarto lugar de entradas a Cuba, que incluye turismo y visitas de población cubana emigrada que vive en España.

Este análisis nos sirve como ejemplo de conexión entre movilidades diferentes, mediante lo que se denominan comunidades transnacionales, como Cuba, sobre todo La Habana, en tanto que principal núcleo receptor de turistas (PERELLÓ CABRERA, 2008) y emisor de migrantes (MARTÍN FERNÁNDEZ, 2009), en las cuales el movimiento es la norma y donde el viaje y el turismo fraguan y expresan identidades. De esta forma, los lugares turísticos acaban convirtiéndose en puntos estratégicos en los “bordes” de las regiones más ricas (DEHOORNE; CAO, 2004).

► Conclusiones

Aún siendo conscientes de las diferencias entre las diferentes movilidades, en esta artículo nos ha interesado destacar los puntos de contacto turismo vs. migraciones. En primer lugar, sería necesario tener en cuenta, tal y como plantean Bell y Ward (2000), las dificultades a la hora de distinguir entre los movimientos relacionados con la producción (que surgen con el propósito de crear alguna forma de contribución económica en el destino, como las migraciones) y los relativos al consumo



(que se ponen en marcha cuando existe la necesidad de acceder a alguna forma de ocio, bienes y servicios, como el turismo). Esta dificultad estriba, según los autores, en que los primeros concluyen, generalmente, en una forma de consumo, al tiempo que, casi toda movilidad, incluye muchos objetivos, aunque el fin principal sea uno concreto. Así, las lógicas de los y las migrantes evolucionan, se diversifican, se tornan complejas. El migrante no pasa de una sedentaridad a otra, sino que desarrolla su competencia en la movilidad existente entre su tierra natal y el espacio de acogida. De la misma forma, los y las turistas procedentes de sociedades urbanas ricas y sedentarias cambian su relación con los desplazamientos: tomar un avión ya no es algo excepcional. Las personas se aproximan a los lugares turísticos con desplazamientos más frecuentes e imaginan nuevas estrategias, sobre todo profesionales, que les permitan vivir entre estos lugares diferentes, se proyecta un *continuum* entre estos diferentes espacios de vida (KNAFOU, 2000). Las personas, migrantes y turistas, construyen progresivamente circuitos territoriales originales, organizados alrededor de los diferentes lugares en donde viven (durante más o menos tiempo a lo largo del año) apoyándose sobre sus experiencias de vida, su capital espacial.

Estas interconexiones pasan por considerar los lugares turísticos como un elemento central desde el cual explicar la movilidad, tanto por el trabajo disponible, que permite a estos trabajadores y trabajadoras imaginar estrategias para viajar a los países emisores de turistas; como por el hecho de que los desplazamientos migratorios propician flujos turísticos hacia los países de origen de los y las migrantes que han alcanzado determinado nivel de ingresos, realizando viajes de negocios, visitas a familiares y/o amistades o, sencillamente, vacaciones. Así, la población migrante puede convertirse en turista cuando regresa de vacaciones a su país de origen (WILLIAMS; HALL,



2000), mientras que, si el visitante decide quedarse en el país más de tres meses, no puede ser considerado turista; su conocimiento ha evolucionado, sus hábitos de consumo no son los mismos: se convierte en un “residente” aunque siga teniendo un visado de turista (DUVAL, 2003).

► Referencias

ALCÁZAR CAMPOS, Ana. Identidad nacional y turismo en Cuba. Claroscuros de una relación ambigua. In: PRATS, Llorençs; SANTANA, Agustín (Ed.). *Turismo y patrimonio: entramados narrativos*. Tenerife: ACA y PASOS, 2011. p. 217-230. Disponible em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita5.pdf>>. Acceso em: 12 maio 2013.

_____. Jineterismo: ¿turismo sexual o uso táctico del sexo? *Revista de Antropología Social*, v. 19, p. 307-336, 2010a.

_____. *La Cuba de verdad: construcción de alteridades y turismo en la contemporaneidad*. Granada: Universidad de Granada, 2010b. Disponible em: <<http://0-hera.ugr.es.adrastea.ugr.es/tesisugr/18955186.pdf>>. Acceso em: 12 maio 2013.

_____. Turismo y migraciones. Relaciones en los bordes del sistema mundo. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 5, n. 1, p. 127-139, 2013.

BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; SZANTON BLANC, Cristina. *Nations Unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized Nation-States*. Amsterdam: Gordon and Breach, 1994.

BELL, Martin; WARD, Gary. Comparing temporary mobility whit permanent migration. *Tourism Geographies*, v. 2, n. 1, p. 87-107, 2000.

BENÍTEZ ROJO, Antonio. *La isla que se repite: el Caribe y la perspectiva posmoderna*. Madrid: Casiopea, 1996.



BERG, Mette Louise. *Diasporic generations: memory, politics and nation among Cubans in Spain*. Oxford: Berghahn Books, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus, 1988.

CABEZAS, Amalia. *Economies of desire: sex and tourism in Cuba and the Dominican Republic*. Philadelphia: Temple University Press, 2009.

COHEN, Robin. *Global diasporas: an introduction*. London: Routledge, 1997.

COLES, Tim; DUVAL, David Timothy; HALL, C. Michael. Sobre el turismo y la movilidad en tiempos de movimiento y conjetura posdisciplinar. *Política y Sociedad*, v. 42, n. 1, p. 85-99, 2005.

DEHOORNE, Olivier; CAO, Huahua. Movilidad y lugares turísticos: elementos de reflexión a partir del espacio caribeño. *Veguetá*, n. 8, p. 169-182, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Mesetas: capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: Pre-Textos, 1997.

DUVAL, David Timothy. When hosts become guests: return visits and diasporic identities in a Commonwealth Eastern Caribbean Community. *Current Issues in Tourism*, v. 6, n. 4, p. 267-308, 2003.

HALL, C. Michael. *Tourism: rethinking the social science of mobility*. Harlow: Prentice Hall, 2005.

HIRST, Paul Q.; THOMPSON, Grahame. *Globalization in question: the international economy and the possibilities of governance*. Cambridge UK: Polity Press, 1999.

KNAFOU, Rémy. Les mobilités touristiques et les loisirs dans le système global des mobilités. In: BONNET, Michel; DESJEUX, Dominique (Ed.). *Les territoires de la mobilité*. Paris: PUF, 2000. p. 193-204.



MARTÍN FERNÁNDEZ, Consuelo. *Cubanos en España: ascenso de la migración en el siglo XXI*. Anuario CEMI 2009, Universidad de La Habana, 2009.

NASH, Dennison. Turismo considerado como una forma de imperialismo. In: SMITH, Valene (Ed.). *Anfitriones e invitados: antropología del turismo*. Madrid: Endymion, 1992. p. 69-94. [Primera edición en inglés en 1989]

ONG, Aiwha. *Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty*. Durham, NC: Duke University Press, 2006.

PERELLÓ CABRERA, José Luís. *Efecto de las migraciones sobre los flujos turísticos para Cuba y el Caribe*. 2008. Tese (Doctoral en Ciencias Económicas) – Universidad de La Habana, 2008.

PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luís; LANDOLT, Patricia. *La globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo*. La experiencia de Estados Unidos y América Latina. México: Flacso, 2003.

PRATT, Mary Louise. *Ojos imperiales: literatura de viajes y transculturación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010. [Primera edición en inglés en 1992]

ROY, Joaquín. España y Cuba: ¿una relación muy especial? *Afers Internacionals del CIDOB*, v. 31, p. 147-166, 1995.

SHELLER, Mimi; URRY, John. *Tourism mobilities: places to play*. Places in play. London: Routledge, 2004.

SKEGGS, Beverly. *Class, self, culture*. New York: Routledge, 2004.

SOLER GRILLO, Ortilio. *El turismo en Cuba: economía y estrategia sociopolítica*. Tomo 2. Análisis histórico y socioeconómico en torno al turismo. La Habana: El Balcón, 2004.

TANUMA, Sachiko. Yuma: imagining utopia in post – 1990 Cuba. In: DELGADO DE SMITH, Yamilé; ASCANIO SÁNCHEZ, M.^a Cristina (Coord.). *Mujeres en el mundo: migración, género, trabajo, historia, arte*



y política. Venezuela: Laboratorio de Investigación en Estudios del Trabajo, 2008. p. 177-192.

URRY, John. The global complexities of September 11th. *Theory, Culture and Society*, v. 19, n. 4, p. 57-70, 2002.

_____. *Mobilities*. Cambridge: Polity, 2007.

TURNER, Louis; ASH, John. *La horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer*. Madrid: Endymion, 1991. [Primera edición en inglés en 1975]

VERSTRAETE, Gerrit. Technological frontiers and the politics of mobility in the European Union. In: AHMED, Sarah et al. (Ed.). *Uprootings/regroundings: questions of home and migration*. London: Berg, 2004. p. 225-250.

WILLIAMS, Allan; HALL, Michael. Tourism and migration: news relationships between production and consumption. *Tourism Geographies*, v. 2, n. 1, p. 5-27, 2000.

ZELIZER, Viviana A. *La negociación de la intimidad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. [Primera edición en inglés en 2005]



MIGRACIONES Y GÉNEROS: CONSOLIDACIÓN DE UN CAMPO Y NUEVOS DESAFÍOS



Ana Inés Mallimaci Barral

El desafío placentero de presentar un trabajo en la mesa Redonda del encuentro convocado por Fazendo Genero ha sido una maravillosa excusa para repensar algunos ejes que atraviesan el estudio de las migraciones desde la perspectiva de género. En los más de 10 años en los que vengo desarrollando investigaciones en estas temáticas, como en otros temas trabajados por el feminismo, los avances, replanteos, desafíos y tensiones producidas han sido intensas y profundas. La posibilidad de revisitar y reflexionar sobre las categorías con las que pensamos nuestras investigaciones es una posibilidad que nos brinda la actividad académica (no presente en todo tipo de trabajo investigativo) que se debe reforzar en momentos de consolidación de un campo disciplinar, cómo está sucediendo después de años de soledad de las/os primeros trabajos sobre “migración y género”. En estas breves palabras intentaré, por un lado, dar cuenta de las formas en que se ha consolidando el tópico de estudios sobre la relación entre los géneros y las migraciones y, desde allí, algunos desafíos que desde nuestro feminismo regional podemos plantear para seguir produciendo conocimiento crítico y transformador.



► Consolidación de un campo: el caso argentino

En los últimos años presenciamos la consolidación de una línea de trabajo sobre las vinculaciones entre la conformación genérica de las sociedades y los procesos migratorios. Con más de dos décadas de trabajos realizados en diferentes latitudes y con objetivos dispares es posible, y necesario, avanzar hacia una etapa de reflexión y balance sobre el estado y el alcance de las investigaciones, la cual ha sido iniciada por algunas de las pioneras en la temática en artículos recientes como el de Pierrette Hondagneu-Sotelo (2011), Laura Osos Casas (2008) y Catarino y Morokovasik Muller (2005). Tal como lo señalan estas últimas investigadoras, parte sustancial de las estrategias que legitimaron la realización de las primeras investigaciones sobre mujeres migrantes o migraciones y género fue la exaltación de la contradicción existente entre una sugerente presencia femenina en las migraciones, en términos cuantitativos, y la ausencia de las mujeres como sujetos activos de las mismas en las teorías migratorias. Es decir, si bien siempre ha habido mujeres migrantes, el sujeto migratorio ideal (y aparentemente neutral) resultaba siendo masculino. Las mujeres podían ser contadas, pero sus historias, trayectorias, deseos, negociaciones y proyectos no parecían formar parte de los datos relevantes para comprender a las migraciones.

Sin duda alguna, en los últimos años es justamente esta ausencia la que ha sido saldada. Se han multiplicado las investigaciones sobre mujeres migrantes y no hay informe gubernamental o de agencias internacionales que no haga hincapié en la presencia femenina en los flujos migratorios. De esta manera, se ha podido superar la etapa de denunciar silencios, olvidos y la invisibilidad de las mujeres migrantes.

En la región latinoamericana, y en Argentina específicamente, de modo quizás no tan prolífico pero de igual



importancia, se ha instalado el tema superando el momento inicial de la denuncia científica. Se han producido investigaciones, entre otras, sobre el efecto del género en las trayectorias migratorias (CAGGIANO, 2003; COURTIS; PACECCA, 2010; MAGLIANO, 2007; ROSAS, 2010), las mujeres migrantes y el mercado de trabajo^{1; 2; 3} en su relación con el trabajo domestico (BUCCAFUSCA; SERULNICOFF, 2005), el análisis histórico de las migraciones femeninas (CACOPARDO, 2011) y las vinculaciones con la trata de personas (PACECCA; COURTIS, 2008). También debe destacarse la visibilidad que alcanza la mujer migrante como actor social relevante en los discursos, recomendaciones y lineamientos de la agenda global y regional sobre las migraciones (MAGLIANO; DOMENECH, 2008).

Puede señalarse entonces que el propósito de los primeros trabajos se ha logrado: no pueden analizarse las migraciones contemporáneas sin hacer, al menos, referencia a la presencia de mujeres migrantes. Esta nueva etapa, habilita y requiere la elaboración de nuevas preguntas, ya no sobre la invisibilidad de mujeres migrante, sino, como lo señala Laura Oso Casas (2008) por el modo en que se han “visibilizado”. En los países europeos y norteamericanos responde la misma autora, se ha producido un pasaje de la denuncia de la invisibilidad al discurso de *la feminización de las migraciones* vinculada a la feminización de los circuitos de demanda de trabajo producidos por la crisis de los Estados de Bienestar europeos. La feminización de la pobreza conjuntamente con la demanda laboral de mano de obra femenina, particularmente para el servicio doméstico son las condiciones que explican la presencia de mujeres migrantes que se desplazan dejando a sus hijos/as en la ciudad de origen pero que se esfuerzan en continuar ejerciendo lo que consideran son sus “deberes maternos” estando atentas a la crianza de sus hijos/as comunicándose con ellos/as y quiénes están a cargo gestionando “el cuidado a la distancia” (AMBROSINI, 2008).



El valor de los trabajos realizados sobre los tópicos relacionados con la feminización de las migraciones es invaluable. Nos han mostrado a mujeres migrando, trabajando y sosteniendo lazos familiares, redefiniendo las categorías clásicas sobre la migración y los/as migrantes, ejerciendo ciudadanías y maternidades transnacionales, emprendiendo empresas informales etc. Se trata, asimismo, de categorías cuyo origen radica, en los mejores casos, en profundas investigaciones empíricas. Si bien la “feminización de las migraciones” en su sentido menos denso teóricamente se asocia al aumento cuantitativo de la presencia de mujeres migrantes en los flujos migratorios internacionales, los trabajos que incorporan la perspectiva de género o teorías feministas han podido destacar el cambio cualitativo que acompaña dicho aumento expresado en el rol pionero que tienen estas mujeres migrantes.

La multiplicación de producciones científicas sobre el tema en los países hegemónicos ha colaborado en la legitimación de este tópico en el resto de las latitudes. Incluso ha habilitado las revisiones críticas desde una perspectiva feminista o de género de los saberes cristalizados en contextos donde no se presencia una “feminización de las migraciones”. Sin embargo, la fuerza del concepto tiene también otras consecuencias menos positivas. La influencia de la descripción sobre las migraciones contemporáneas como “feminizadas” determina también los límites de lo decible e investigable, especialmente en investigaciones financiadas por las agencias internacionales, que hacen propio el concepto descontextualizándolo y trasladándolo a contextos migratorios diversos. Ciertamente es en *la forma* que adquiere esta difusión donde radica un problema de importancia para quienes hacemos investigaciones en el contexto latinoamericano. Los principales descubrimientos y aportes que generan las investigaciones sobre la feminización de la migración en Europa circulan en las agendas de investigación internacionales, muchas veces de modo



descontextualizado generando una suposición reificada sobre los contenidos obligatorios que debe presentar un trabajo sobre las migraciones y los géneros. No ahondaré aquí en las diferencias entre las migraciones “sur – norte” cuando se vislumbran desde los países de salida y de llegada ni tampoco en las profundas divergencias al analizar las migraciones regionales entre países latinoamericanos (que es el caso principal de migraciones en la Argentina), simplemente quiero hacer hincapié en la necesidad con este y otros conceptos de relocalizarlo en nuestras realidades.

De esta manera, se vuelve necesario producir conocimiento empírico desde nuestros propios contextos, utilizando categorías de análisis comunes a los diferentes estudios pero tensionadas a partir de los emergentes de cada trabajo de campo. En mi propio caso, cuando comencé mis investigaciones sobre migración boliviana en la Argentina influenciada por las lecturas autorizadas en la temática dirigí mi trabajo hacia el encuentro de mujeres pioneras de la migración, especialmente madres que gestionaran los cuidados de sus hijos/as o demás dependientes de manera transnacional. Sentía que sólo así legitimaba mi trabajo como un trabajo sobre migración y género. Sin embargo, en el caso de la migración boliviana hacia la Patagonia austral las formas migratorias son otras: los pioneros son los varones que arriban a las ciudades de acuerdo a las demandas de trabajo estacionales que requieren mano de obra masculina (construcción, minas, petróleo) y las mujeres bolivianas que arriban lo hacen con posterioridad a sus parejas generando o con posterioridad al cambio de proyecto migratorio (de inserciones laborales temporales a relocalizaciones residenciales). Las mujeres que arriban sin pareja, son las solteras que en general tienen un lazo sanguíneo con alguna otra mujer boliviana ya residente. A lo largo de los años, me he enfrentado a diferentes y ocasionales audiencias a quienes no les resultaba comprensible que si bien enfocaba mi trabajo de investigación bajo el tópico de las



“migraciones y género” no iba dar cuenta de feminizaciones ni maternidades transnacionales y que no trabajaba únicamente con mujeres sino sobre procesos sociales generizados que afectaban a varones y a mujeres. Parte de mis primeras producciones fueron justamente legitimar mi trabajo de investigación a pesar de no cumplimentar con los cánones cristalizados en el discurso de la “feminización de las migraciones” Vease por ejemplo⁴.

Ahora bien, lo desarrollado hasta aquí no significa en absoluto la imposibilidad de pensar a las migraciones hacia la Argentina utilizando los conceptos y problemáticas desarrollados en los países del norte sobre la feminización. En el país existe una importante cantidad de mujeres migrantes internacionales e internas, en pareja o madres que migran como pioneras con el fin de insertarse laboralmente, generalmente en las grandes ciudades como personal doméstico (ROSAS, 2010; COURTIS; PACHECA, 2010). Si bien algunos de estos procesos no pueden caracterizarse como “novedosos”⁵ y Caccopardo 2011 es innegable que las estadísticas, en tanto huellas cristalizadas de procesos sociales dinámicos, dan cuenta de la existencia de un mayor porcentaje de mujeres migrantes en el stock de residentes y disminución en el largo plazo del Índice de Masculinidad entre la población migrante. (Ver Tabla 1). Sin embargo, se trata de un fenómeno que se especifica en relación con la nacionalidad de las migrantes (en algunos de los grupos nacionales las mujeres tienen una larga y antigua presencia como pioneras), con la localidad de residencia y que, por otro lado, de acuerdo a los datos del último censo se ha desacelerado. Seguiremos entonces insistiendo en la necesidad de localizar y recontextualizar las nociones utilizadas para nuestros trabajos de campo, que no siempre habilitan lecturas sobre feminizaciones y maternidades transnacionales.



Tabla 1 – Argentina: evolución de los índices de masculinidad de los migrantes según país de origen, 1960-2001

	1960	1970	1980	2001	2010
Total límitrofes	117,5	100,4	92	86,8	85,4
Bolivia	149,3	125,4	107,3	101,3	98,7
Brasil	94,8	85,5	77,3	71,8	72,9
Chile	151,9	114,6	99,9	91,7	87,1
Paraguay	101,8	85,6	78,7	73,5	79,7
Uruguay	85,9	95,2	95,2	92,5	90,8
Perú	s/d	197,9	146	68,5	81,9

Fuente: elaboración propia a partir de los datos de Censos Nacionales, 1960, 1970, 1980, 1990, 2010.

► Algunos desafíos pendientes

La descripción de la forma de consolidación del campo de estudios sobre las mujeres, las migraciones y los géneros ha sido desarrollada a partir de una tensión latente: la importancia de la temática, su imposición como tema ineludible, su uso por parte de organismos internacionales tiene consecuencias en las formas fijadas que adquieren algunas de las categorías utilizadas. Asimismo, su asociación a la presencia de mujeres “pioneras” en las migraciones vuelve precaria la mirada generizada legitimada por una presencia cuantitativa que puede disminuir en el futuro. Colaborar en la transformación de la mirada analítica sobre las migraciones, implica desafiar continuamente las formas de pensamiento cristalizados. Por ello, y retomando el título de este congreso me propongo plantear a continuación una serie de desafíos que creo que desde el feminismo crítico debemos plantear:



Primer desafío: os usos del género

La importancia y relevancia que ha tomado la presencia de mujeres en los flujos migratorios ha instalado su presencia en un sinfín de estudios e informes de diferentes organizaciones y académicos. La mayor parte de las veces la visibilización de las mujeres migrantes se hace incorporando la noción de los procesos migratorios en tanto fenómenos sociales necesariamente generizados. Sin embargo, y emulando lo ocurrido en otros campos de investigación, no siempre ocurre esto. Algunos trabajos presentados como realizados desde la perspectiva de las “migraciones y género”, trabajan con y sobre mujeres migrantes reproduciendo los sentidos cristalizados en los estudios clásicos sobre las migraciones de varones. La clásica advertencia de Joan Scott sobre los “usos del género”⁶ y su advertencia de que el estudio de las mujeres por separado perpetúa la ficción de las “esferas separadas” se vuelve relevante en este campo. Cuando se trabaja con mujeres únicamente enfatizando la incidencia de su rol maternal, o la relación con lo afectivo en sus migraciones, se reproduce dicha ficción si no se analiza su relación necesaria con la dimensión laboral, la producción y reproducción o cuando se sobreentiende que únicamente las mujeres tienen que decidir las formas de gestionar sus lazos familiares (la ausencia masculina en las migraciones clásicas y el descanso en las mujeres “que se quedan” es una forma innegable de resolver la gestión de los cuidados familiares).

En este sentido es que debe celebrarse la realización de diversos trabajos que comprenden a las migraciones como procesos generizados ya sea que sus protagonistas sean mujeres o varones (sin duda las investigaciones sobre los varones migrantes son las menos abundantes). Me refiero a: la interpretación en todas las etapas de las trayectorias migratorias del análisis de los efectos de las definiciones social y localmente construidas



sobre lo femenino y masculino, el análisis de las interrelaciones necesarias entre las tareas productivas y reproductivas (central para comprender el fenómeno migratorio en todas sus dimensiones, incluyendo las relaciones entre el origen y el/los destinos) y la inclusión de los temas que surgen en la agenda de las mujeres migrantes también en el análisis de las migraciones de varones (familias, paternidades, matrimonio, afectividad, amor) como elemento complementario de los temas clásicos vinculados a redes, mercado de trabajo, políticas de estado y economías. Sin este trabajo seguiremos pensando en migraciones “de mujeres” y migraciones “de varones” para quienes es necesario un paquete de categorías diferenciadas. Si bien esto efectivamente puede ocurrir, el enorme problema es que esta diferenciación se suponga desde el propio diseño de investigación (selección de casos, elaboración de preguntas, dimensiones a ser trabajadas). En mi trabajo de investigación he trabajado con la misma guía de preguntas para varones y mujeres y los resultados han sido reveladores. Especialmente, me ha servido para diferenciar lo que puede definirse como la “construcción del relato del proyecto migratorio” de las formas objetivas que puede adquirir el mismo Ver⁷. Las formas de elaborar discursivamente la migración toma diferentes contornos ya sean varones o mujeres quienes los enuncian condicionados e interpelados por los relatos legítimos sobre la masculinidad y la feminidad. De esta manera, y en términos generales que pueden variar en cada caso, es posible y deseable que un varón pueda construirse como un héroe individual que vive el trayecto como una “aventura” desprovista de pasado y de futuro. Esta posibilidad no forma parte del abanico de posibilidades para construir un relato migratorio legítimo para las mujeres. Las formas de construir una movilidad aceptada socialmente se encuadra en ciertos patrones que podríamos definir como “colectivos”: familia, hijos/as, trabajo, todos ellos lejanos de la imagen del héroe en tanto individuo que supera cualquier condicionamiento estructural. La posibilidad



del movimiento puede existir para ambos sexos pero no así las formas de construirlo como un relato legítimo migratorio. Estos son algunos de los ejemplos que se desprenden de la investigación sobre género realizada con varones y mujeres migrantes.

Segundo desafío: la interseccionalidad en el análisis de las migraciones y las formas de desigualdad

Quienes trabajamos con migraciones y género nos situamos en un escenario inestable por definición, movable, provisorio que plantea aristas interesantes para pensar la diferencia y la desigualdad, las periferias y los diferentes centros. Es que los y las inmigrantes en su gran mayoría son atravesados por diferentes ejes de desigualdad experimentados en el movimiento pero sobre todo en las permanencias al relacionarse con diferentes espacios de las sociedades receptoras. No me refiero únicamente a las consecuencias de que el Estado defina generalmente a los y las migrantes cuando se convierten en residentes como un “problema” al que debe regular, sino a las múltiples experiencias de segregación y aversión que viven en su vida cotidiana. La otredad constitutiva de los y las inmigrantes que “no son de aquí” se profundiza cuando se experimentan junto con otros ejes de desigualdad (etnias, marcas raciales, clase). Las cosmovisiones dominantes sobre los géneros pueden relacionarse de manera diversa con estos otros ejes, a veces los mujeres gozan de algunos privilegios cuando son asociadas a la maternidad y el hogar (por ejemplo a la hora de conseguir algunos trabajos, precarios, pero menos inseguros que a los que pueden ingresar sus pares masculinos) siendo estas mismas condiciones las que en otros contextos pueden ensanchar las experiencias de opresión. Es decir, que incluir análisis interseccionales no radica en la simple adición de cualidades estigmatizantes sino de analizar las formas



situadas y localizadas en las que la condición migratoria y el género se asocian con otras cualidades que refuerzan situaciones de dominación o resistencia.

Volveré a utilizar ejemplos de mi propio trabajo de campo para ilustrar el razonamiento que intento plasmar. En mi investigación, las mujeres migrantes bolivianas en la ciudad de Ushuaia eran siempre sospechosas para el sentido común “nativo” dado que teniendo en cuenta las representaciones sociales dominantes sobre la relación entre lo femenino, lo laboral y lo familiar, su mera presencia quebraba la ilusión de la “temporalidad” de la migración boliviana (única manera que a los ojos del sentido común imperante la presencia fuera legítima) al asociarla sin mediaciones al pasaje de una migración de trabajo a una de poblamiento a lo cual se suma la posibilidad en Argentina de obtener ciertos derechos a partir de concebir hijos/as nativos/as. De esta manera, lo que en otros contextos es valorado (la presencia de mujeres como expresión de la instalación de “familias” que posibilitan procesos de buena “integración” de las poblaciones migrantes) se convierte en Ushuaia en signo estigmatizante. Esta es una manera en la que la construcción de lo femenino y masculino se asocia a la condición migratoria entre múltiples posibles. Por otra parte, la comprensión de los posicionamientos sociales en la vida cotidiana de la población migrante en la ciudad se vincula en este ejemplo especialmente con las nociones de “pueblos originarios” y “cuerpos racializados” mucho más que con la clase al ser Ushuaia una ciudad poblada por migraciones laborales Ver ⁸.

En este desafío, los aportes del feminismo descolonial latinoamericano y el feminismo transnacional pueden ser una valiosa contribución a nuestros trabajos así como nuestras propias investigaciones sobre migraciones sur-sur tienen valiosas aportaciones a las teorías sobre la desigualdad.



Tercer desafío: mujeres migrantes (mujeres con agencia)

Más allá de toda postura filosófica y política quienes trabajamos con mujeres migrantes, las suponemos por definición con un grado relativo de autonomía que les permite construir proyectos migratorios. Las mujeres migrantes son sujetos de acción más o menos condicionada, son actrices sociales.

Sin duda, esta ha sido la principal contribución de los trabajos sobre género, feminismo y migración: la visibilización de las mujeres como migrantes activas y el rechazo a las imágenes de pasividad y condicionamiento absoluto. Sin embargo, en los últimos años se vislumbra solapadamente el regreso de algunos de estos estereotipos. Se trata de una regresión que se presencia como una consecuencia no deseada de la importancia que el tema de la “trata” y el “tráfico” de mujeres ha tenido a nivel mundial. Lejos de querer aquí profundizar el debate dentro del feminismo sobre la trata de personas, que tal como se ha planteado en infinidad de ocasiones sigue de cerca el debate abolicionista o regulador de la prostitución, nos parece importante señalar los efectos que el lugar central en las agendas internacionales que ocupa el tema de la trata en la actualidad ha tenido en los estudios migratorios. No plantearemos aquí el debate, sumamente interesante y necesario sobre la existencia o hipervisibilización del fenómeno sino que el desafío planteado se vincula con las formas en que los/as hacedores/as de políticas conciben el tema de la trata y sus efectos en las políticas migratorias.

La aceptación internacional de la existencia del tráfico de mujeres y varones y su inclusión en las agendas de los Estados nacionales ha generado la sanción de normativas que permitan regular y penalizar este tipo de acciones. Quienes son víctimas de trata requieren “colaboración” por parte de las agencias estatales para poder evadir una situación que por definición los/as define como mujeres y varones cosificados/as, victimizados/as, sin



la posibilidad de accionar o elegir sus destinos. Generalmente, en los discursos mediáticos, la imagen de la víctima suele ser femenina y asociada al ejercicio de la prostitución.

Ahora bien, la imposición del tema en los espacios gubernamentales y no gubernamentales y las fronteras difusas entre las formas de “movilidad” vinculadas a la trata y los movimientos migratorios ha tenido consecuencias no deseadas, y negativas, en la regulación de las migraciones, especialmente cuando son mujeres las que migran aumentando las restricciones y trabas burocráticas a los movimiento entre fronteras. El caso más paradigmático y reciente es lo ocurrido con las mujeres dominicanas que por presión del gobierno norteamericano, y justificándose en la lucha anti trata, en la mayor parte de los estados latinoamericanos se les exige la Visa para el ingreso, lo cual en los hechos desalienta e impide la migración de mujeres, prostitutas y no prostitutas, que no pueden cumplir con los requisitos legales para su obtención. Es decir que, tal como lo sostiene Kempadoo (2005), la lucha contra la trata tiene consecuencias al menos problemáticas para las comunidades más pobres e implicaciones de raza y género ineludibles. Asimismo, la importancia de la imagen de la mujer que se “mueve” como mujer víctima de trata colabora con la idea, tranquilizadora para muchos/as, de las mujeres como siempre victimizadas y pasivas, movidas “por otros/as” que en ciertos contextos vuelve a permear las nociones comunes sobre la migración. Las formas pasivas de las mujeres que se mueven tienen una importante repercusión en las organizaciones internacionales y Ong’s y no tanto en las investigaciones académicas, sin embargo dada su repercusión en los medios de comunicación masivas debemos estar alertas y divulgar nuestras otras formas de concebir las movilidades femeninas ante la vuelta de representaciones generizadas que durante años invisibilizaron a las mujeres de las migraciones.



Cuarto desafío: la imaginación feminista: nuevos temas sobre las migraciones

La transformación del análisis sobre las migraciones, promesa del feminismo académico, implica un desafío constante a las formas consolidadas de pensamiento desde postulados teóricos que se vuelven más potentes (en términos de tensionar las categorías existentes) cuando emergen a partir de profundas investigaciones empíricas. La consolidación del tema sobre “género y migraciones”, que hemos analizado a lo largo de este artículo, genera también cierto achatamiento de los temas tratados y categorías utilizadas. Este último desafío implica la sugerencia (arbitraria y claramente sesgada por mi propia experiencia investigativa) de temas existentes en el campo pero que podrían tener mayores y novedosos desarrollos:

a) Movilidades y géneros: sin duda alguna, el estudio de las migraciones implica cierta epistemología sobre el movimiento. Las reflexiones clásicas en el campo de los estudios migratorios han supuesto ciertas características de la movilidad migratoria: su excepcionalidad, el hecho de que une y/o separa dos espacios geográficos determinados, su utilización como un medio para acceder a un proyecto que se obtiene en el lugar de llegada y, por último, su asociación a una trayectoria que parte de una ciudadanía obtenida vía el nacimiento y que deja lugar al deseo de una nueva ciudadanía en la sociedad de destino. En conjunto estos supuestos expresan una lógica estatal - nacional que ha impregnado el modo en que tradicionalmente se han comprendido a los fenómenos migratorios.⁹ En los últimos años los estudios migratorios han generado profundas y contundentes críticas a este modelo, incluidas especialmente en el desarrollo de las teorías sobre la transnacionalidad y en los estudios contemporáneos sobre las diásporas. Por otra parte, comienzan a generarse trabajos cuyo tema central es “la



movilidad” más que las sedentariedad analizando trayectorias con proyectos desterritorializados, o mejor dicho, asociados a un territorio circulatorio generado por los/as propios migrantes. Se trata de un fenómeno mayor a las migraciones, llevado a cabo por personas en diferentes posiciones de clase que tienen a la movilidad como parte de su vida cotidiana o estrategia de progreso.¹⁰ En estos trabajos, aún incipientes, los sujetos móviles suelen ser masculinos o neutrales y no se ha profundizado aún suficientemente en los efectos de las construcciones sociales del género en las formas múltiples de movilidad, su intersección con otras cualidades que impliquen limitaciones o nuevas posibilidades para el movimiento y las consecuencias para los sistemas de género vigentes.

b) Migraciones y cuidados: a pesar del importante desarrollo recibido por estas temáticas en otras latitudes y de la importancia del cruce de género y migraciones (internas e internacionales) en la gestión remunerada de los cuidados domésticos en los países de América Latina, considero que los trabajos sobre esta dimensión no han sido aún lo suficientemente desarrollados. Vislumbrar la relación histórica entre el trabajo remunerado relativo a los cuidados domésticos y profesionales y las migraciones ofrece una perspectiva privilegiada sobre el rol del Estado y su presencia en los diferentes países de América Latina, las desigualdades presentes entre los países de la región y entre las diferentes capas de las sociedades nacionales vinculadas a la clase, etnia y géneros. Asimismo, a diferencia de los análisis realizados en los países del norte, esta asociación no es novedosa ni se debe principalmente a una reciente “crisis del Estado de Bienestar” lo que obliga a desarrollar pensamientos locales sobre las formas y dinámicas de la desigualdad.

c) Migraciones, masculinidades, sedentariedades y afectos: por último, y tal como lo he venido sosteniendo a lo largo de todo el artículo, existen temáticas cuyo mismo



desarrollo colabora contra cierta tendencia a conservar los mismos paradigmas que invisibilizaron a las mujeres en los estudios migratorios, tales como las formas de paternidades transnacionales, incluir análisis sobre los lugares de origen (sobre las personas que “se quedan”, varones y mujeres), la incidencia de la afectividad en los proyectos migratorios masculinos y femeninos y su imbricación necesaria con racionalidades o lógicas economicistas etc.

Sin duda, la lista de desafíos es sesgada, perfectible y seguramente acotada. No es mi intención poder dar cuenta del largo camino a seguir ni señalar las mejores direcciones para hacerlo. Simplemente he intentado dar cuenta, celebrando lo ya realizado, las formas en que un tema casi inexistente hace dos décadas se ha convertido en un tema de agenda investigativa y de políticas ineludible y algunas consecuencias no deseadas de esta institucionalización. El mayor desafío, sin duda alguna, es el de seguir alimentando la crítica y la imaginación feminista, tensionar las categorías circulantes en el espacio académico y político y para ello no existe mejor estrategia que la de seguir realizando investigaciones empíricas libres, profundas para seguir avanzando en el conocimiento profundo de las migraciones, sus agentes y sus significados.

► Referencias

AMBROSINI, Maurizio. *Séparées et réunies: familles migrantes et liens transnationaux*, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 24 , n. 3, 2008, p. 79-106.

Buccafusca, S. y Serulnicoff, M. “Servicio doméstico en la Argentina, condición laboral y feminización migratoria. En CD 7º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo. Buenos Aires. 2005.



CACOPARDO, María Cristina. *Extranjeras en la Argentina y argentinas en el Extranjero*. Buenos Aires: Biblos, 2011.

CAGGIANO, Sergio. Fronteras múltiples: reconfiguración de ejes identitarios en migraciones contemporáneas a la Argentina. *Cuadernos IDES*, 1, p. 5-24, 2003.

CATARINO, Christine; MOROKVASIC MULLER, M. Femmes, genre, migration et mobilités. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 21, n. 1, 2005.

COURTIS, Corina; PACECCA, María Inés. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. *Papeles de Población*, v. 16, n. 63, p. 155-185, 2010.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. Estudios de género y migración: una revisión desde la perspectiva del siglo XXI. *Migraciones Internacionales*, v. 6, n. 1, p. 219-233, 2011.

KEMPADOO, Kamala; Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres, *cadernos pagu* (25), julho-dezembro de 2005, p.55-7.

MAGLIANO, María José; DOMENECH, Eduardo. Género, política y migración en la agenda global: transformaciones recientes en la región sudamericana. In: HERRERA, Gioconda; RAMÍREZ, Jacques (Ed.). *América Latina migrante: Estado, familia, identidades*. Quito: Flacso, 2008.

MAGLIANO, María José; Migración de mujeres bolivianas hacia Argentina: cambios y continuidades en las relaciones de género, *Amérique Latine Histoire et Mémoire*. Les Cahiers ALHIM 14, 2007.

OSO CASAS, Laura. Migración, género y hogares transnacionales. In: ROCA, Joaquín García; LACOMBA, Joan (Ed.). *La inmigración en la sociedad española: una radiografía multidisciplinar*. Madrid: Ediciones Bellaterrra, 2008. p. 561-586.

PACECCA, María Inés; COURTIS, Corina. Inmigración contemporánea en Argentina: dinámicas y políticas. *Población y Desarrollo*, Cepal, n. 84, 2008.



ROSAS, Carolina. *Implicaciones mutuas entre el género y la migración*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

SCOTT, Joan W. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (Comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: Pueg, 1996. p. 265-302.

O CASO BIG DAN E SEU EPÍLOGO: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, ETNICIDADE E CLASSE NA INCORPORAÇÃO DESIGUAL DE IMIGRANTES EM UMA CIDADE AMERICANA EM TEMPOS NEOLIBERAIS¹



Bela Feldman-Bianco

No dia 8 de março de 1983, sob a manchete “Homens aplaudiram e assobiaram enquanto uma gangue estuprava uma mulher”, o jornal *Standard Times*, de New Bedford, noticiou um estupro ocorrido numa mesa de bilhar de um bar de má fama, conhecido como a Taverna Big Dan e localizado em um bairro de trabalhadores portugueses dessa cidade decadente da costa sul de Massachusetts, Estados Unidos. A vítima era uma jovem mulher portuguesa-americana, mãe de dois filhos e neta de imigrantes açorianos. Os acusados eram imigrantes portugueses desempregados que haviam emigrado há pouco tempo da Ilha de São Miguel, nos Açores. Exacerbado pela mídia e por um julgamento televisivo, esse caso trouxe à baila, de um lado, um aumento de discriminação e xenofobia contra os portugueses e, de outro, a politização exacerbada da identidade étnica coletiva portuguesa. New

¹ Este texto constitui uma síntese de dois artigos de minha autoria, respectivamente “The aftermath of a rape case: the politics of migrants’ unequal incorporation in neo-liberal times” (2012b) e “Repensando a localidade nos estudos migratórios” (2012a).



Bedford, a cidade baleeira retratada por Melville em *Moby Dick*, também conhecida como a capital dos portugueses na América, foi rotulada pela revista *Hustler* como a capital dos estupradores portugueses na América.

A Massachusetts Lawyers Weekly listou esse estupro de gangue entre os trinta casos mais inesquecíveis dos últimos trinta anos. Esse malfadado episódio também foi um dos casos selecionados para investigação sobre o papel da mídia na construção do estupro (CUKLANZ, 1996) e na cobertura de crimes sexuais (BENEDICT, 1992). Aliás, no decorrer das mobilizações em torno do caso Big Dan, tanto os transmigrantes portugueses quanto as feministas locais recorrentemente denunciaram a mídia por distorcer fatos e acirrar as tensões e divisões em New Bedford e região circunvizinha. Nessas circunstâncias, não é por acaso que *A acusada*, filme hollywoodiano que foi baseado nesse malfadado episódio e que valeu a Judy Foster um Óscar por sua *performance* como a vítima, não fez sequer menção às origens nacionais e à etnicidade dos principais protagonistas. O silêncio em torno da dimensão étnica do estupro e de sua ocorrência em New Bedford foi decorrência de negociações que envolveram o governo local, a União Continental Portuguesa e os produtores do filme.

Neste artigo, enfoco esse notório drama social para expor as intersecções entre gênero, raça e classe nos processos de incorporação desigual de transmigrantes em New Bedford. Com esse intuito, examino criticamente as relações entre multiculturalismo, reconstruções de identidades e suas produções simbólicas à luz das mudanças locais e globais das últimas quatro décadas. Ao adotar a perspectiva global das migrações (GLICK-SCHILLER, 2009, 2010, 2011) e considerá-las como parte da dinâmica da formação do capital, dedico atenção aos processos globais que reestruturam a localidade, assim como às mobilizações políticas dos transmigrantes. Desse posicionamento, descortino as mudanças no posicionamento dos portugueses na cidade desde a ocorrência desse



fatídico estupro de gangue, indicando os processos pelos quais sua história, gastronomia e folclores foram incorporados como parte do patrimônio imaterial da localidade e mercantilizados como um “sabor de Portugal”, durante os tempos neoliberais.

Diante desses processos, argumento que a perspectiva global das migrações (GLICK-SCHILLER, 2009, 2010, 2011; FELDMAN-BIANCO, 2011) possibilita mapear as dinâmicas do poder desigual que modelam e que são, simultaneamente, contestadas em tempos e espaços específicos. Permite, assim, utilizar a etnografia a partir de localidades específicas para entender como o global, o nacional, o regional e o local são construídos no terreno através de redes de relações sociais desiguais. Tal perspectiva propicia, portanto, discernir os migrantes – não como comunidades étnicas ou transnacionais discretas, mas como protagonistas ativos cujas trajetórias de vida e identidades são moldadas por e modelam localidades específicas, no contexto de mudanças que ocorrem através do tempo. Ao dedicarmos atenção ao lugar, à economia política e à dimensão de tempo, estaremos aptos a examinar criticamente as tensões do multiculturalismo, a reconstrução de uma multiplicidade de identidades e as produções simbólicas de localidade, região e nação no contexto das migrações transnacionais.

Nesse sentido, é importante relembrar que a emergência do multiculturalismo e, portanto, da política de identidades se deu no âmbito dos movimentos das “assim chamadas minorias”, que desafiavam a hegemonia cultural dos grupos dominantes. Posteriormente, porém, num período histórico marcado pela reestruturação do capital global e estabelecimento de políticas neoliberais, essas políticas de reconhecimento, baseadas na diferença, seriam apropriadas enquanto ideologias multiculturalistas de diferentes Estados nacionais, transformando-se, assim, em projetos hegemônicos de nação. Na atual conjuntura do capitalismo global, a relação entre políticas neoliberais e ideologias



multiculturalistas fundamenta-se na formulação de uma regra de exclusão, *de fronteiras visíveis ou invisíveis*, materializadas em leis e práticas. Dessa forma, “uma diferenciação entre nacionais e estrangeiros, impondo exclusão ou pelo menos acesso preferencial desigual a bens e direitos” (BALIBAR, 2004, p. 23), tornou-se parte constitutiva de projetos nacionais específicos. Existe, consequentemente, uma variedade de multiculturalismos dirigidos a diferentes segmentos da população.

Diante desse quadro, destaco a importância de se examinar as relações entre ideologias multiculturais enquanto constitutivas de projetos nacionais e as práticas e políticas transnacionais de transmigrantes em localidades e situações específicas. Dessa perspectiva, analiso o caso Big Dan no contexto da história social de New Bedford e dedico atenção aos processos de incorporação e exclusão de imigrantes, assim como às suas mobilizações e práticas.

► Migrantes transnacionais e as transformações de New Bedford

Qualquer análise da história e economia política de New Bedford deve levar em conta seu posicionamento como uma cidade de imigrantes. Dessa perspectiva, podemos entender as transformações e mobilizações dos migrantes no caso Big Dan e seu epílogo, bem como o papel ativo desempenhado por homens e mulheres imigrantes e suas redes sociais na conformação desses processos. Essa história se inicia com os tripulantes açorianos e cabo-verdianos cujo trabalho nas expedições baleeiras dos séculos XVIII e XIX criou o capital investido nas primeiras tecelagens locais. As tecelagens recrutaram trabalhadores europeus de diferentes nacionalidades num período marcado pela agitação operária e mobilizações baseadas em classe. A destruição



da posição internacional dessas tecelagens no primeiro quartel do século XX e as lutas operárias daquele período marcaram a incorporação plena de imigrantes portugueses na estrutura de classes local, enquanto a migração de retorno reforçou os campos sociais transnacionais que unem a cidade aos Açores e a Portugal continental, como também a Cabo Verde. Como outras cidades têxteis, New Bedford não recuperou sua posição de importância nos Estados Unidos. Com a reabertura dos portões da migração na década de 1960 e a migração em cadeia, a cidade continuou a receber imigrantes portugueses, invariavelmente ligados aos antigos contingentes, que encontraram um novo regime de trabalho fabril intensivo, desenvolvido nas áreas industriais parcialmente abandonadas. Mais recentemente, num período marcado pela retração da migração portuguesa e pelo fechamento das fronteiras para imigrantes, guatemaltecos, mexicanos, nicaraguenses e brasileiros (entre outros), em sua maioria indocumentados, também se radicaram na região, substituindo os portugueses em ocupações que não exigem qualificação nas indústrias remanescentes de trabalho intensivo e processamento de peixe. Entrementes, migrantes portugueses se tornaram protagonistas nos esforços de New Bedford e localidades circunvizinhas para se reposicionarem regionalmente como Costa Sul de Massachusetts e, ao mesmo tempo, enquanto locação para investimentos, comércio e turismo, visando especialmente a Portugal e à União Europeia.

Enquanto no passado os portugueses foram discriminados como *Black Portuguese* e, portanto, racializados, a sua transformação em atores centrais nos esforços contemporâneos de renovação urbana não pode ser entendida sem referência aos modos como a cidade de New Bedford e sua força de trabalho têm sido constantemente reposicionadas e escalonadas nas amplas redes de poder econômico e político. Essa história indica que os trabalhadores imigrantes têm de lutar para encontrar meios de reelaborar suas identidades pessoais e economias familiares, que



frequentemente se estendem transnacionalmente. Essas lutas têm sido parte de movimentos sociais por direitos, como também por representação cultural.

A necessidade de inserir a representação cultural de imigrantes às suas nacionalidades particulares como um aspecto de reestruturação urbana, enquanto parte constitutiva da reconstituição de processos globais de acumulação de capital, ficou evidente para mim durante pesquisa de campo ainda no final da década de 1980. Nesse sentido, saliento a necessidade de examinar as representações de cultura como um aspecto da reestruturação urbana para enfatizar que as construções de identidade e representações culturais, incluindo ideologias multiculturalistas, são aspectos centrais na constituição de economias políticas.

► O caso Big Dan e a politização das identidades

Politizações públicas de identidade e a política de identidade acontecem em situações e conjunturas específicas. Uma dessas conjunturas foi representada pela eclosão do notório caso de estupro Big Dan num período marcado pela renovação da imigração portuguesa em New Bedford, quando um novo ciclo de fechamento das fábricas locais e/ou seu deslocamento para outros países onde a mão de obra era mais barata resultou em aumento do desemprego na localidade. Coincidiu ainda com a abertura de um novo serviço de atendimento para vítimas de abuso sexual, promovido pelas feministas do Centro da Mulher local. Permeado por equívocos culturais, o caso Big Dan se tornou um campo de batalha numa conjuntura histórica na qual o multiculturalismo (em sua versão pluralista cultural) já havia se transformado em discurso hegemônico nos Estados Unidos e a política baseada nas relações de classe estava sendo substituída pela política de identidade, fundamentada na diferença.



Uma cronologia dos eventos indica que, assim que as notícias sobre esse estupro começaram a ser veiculadas pela mídia, grupos comunitários locais formaram uma coalizão contra a violência de sexo e organizaram uma vigília de candelabros em protesto à violência contra a mulher, que contou com a participação de feministas famosas. Quase concomitantemente, telefonemas xenofóbicos para a linha aberta de uma estação de rádio local começaram a denunciar a origem portuguesa dos alegados esturpadores. Ao perceberem que a mídia estava tratando o estupro como um crime étnico, lideranças portuguesas formaram uma Comissão pela Justiça e uma Liga de Defesa Portuguesa-Americana para combater a discriminação contra os portugueses. Um ano depois, após quatro dos seis acusados serem julgados culpados, mais de 15 mil portugueses e descendentes realizaram duas demonstrações públicas. Descritas por perplexos observadores não portugueses como um “protesto aparentemente bizarro” (ROSEN, 1985), essas manifestações desafiaram a caracterização vigente dos portugueses como “uma minoria invisível” e um “caso de desaparecimento étnico” (SMITH, 1974). Interpretando as sentenças como um julgamento de toda a comunidade, os acusados foram transformados, pelos manifestantes, em símbolos de sua própria opressão e falta de poder na localidade.

Essa polarização entre questões de gênero e questões de etnicidade – expondo também discriminações intrinsecamente relacionadas à classe e à raça – trouxe à tona clivagens em diferentes esferas da vida social de New Bedford, inclusive no local de trabalho e nos sindicatos. Enquanto mulheres e homens feministas percebiam a reação dos portugueses como machista, parcelas significativas de portugueses e lusodescendentes manifestavam suas dolorosas reações emocionais subjacentes às experiências de discriminação, racialização e cidadania de segunda classe. Essa polarização também revelou as divisões existentes entre os mais antigos e os mais recentes contingentes de imigrantes



portugueses, bem como entre imigrantes e lusodescendentes, além dos conflitos regionais. Desvendou, especialmente, como mulheres de descendência portuguesa se posicionaram diferentemente diante da exacerbada reconstrução de códigos culturais portugueses sobre gênero, seja como membros do grupo étnico português, seja como militantes do movimento feminista se manifestando contra a violência sexual, seja, ainda, articulando sua portugalidade com seu feminismo.

Num período histórico marcado pela renovação contínua da imigração de Portugal continental e das ilhas açorianas, as aparentemente bizarras demonstrações, que inclusive tenderam a unir situacionalmente portugueses-americanos e imigrantes portugueses, requerem a compreensão dos modos pelos quais suas reações penosas e emocionais estavam embebidas de suas experiências cotidianas de discriminação e cidadania de segunda classe na localidade. Nesse contexto, gênero e etnicidade se transformaram em arenas de contestação, expondo os conflitos entre gerações e as ambiguidades, radicalizações e negociações de jovens mulheres imigrantes e descendentes de imigrantes.

► Experiências diversas na vida cotidiana

A fim de entender os diversos posicionamentos de imigrantes portugueses e descendentes em relação a esse notório caso de estupro, é importante levar em conta como os imigrantes reagem e se adaptam ao novo ambiente. Conforme minhas análises anteriores (FELDMAN-BIANCO, 1991, 1992, 2010, 2012), diferentes contingentes de homens e mulheres imigrantes de origem rural que ingressaram no trabalho industrial tenderam a reconstruir as suas memórias e práticas sociais anteriores à emigração na sua vida cotidiana em New Bedford e região circunvizinha. A reinvenção de seu passado imediato de trabalho não industrial



reflete suas experiências e percepções com diferentes ritmos e significados de tempo, trabalho e vida: dos ritmos mais naturais da terra natal aos tempos da disciplina do capitalismo industrial em New Bedford.² Essa nostalgia romântica por um passado quando o trabalho era entremeado às múltiplas dimensões da vida social propiciava significado para vidas árduas marcadas por mudanças abruptas, representando, assim, uma estratégia para resistir à submersão total no tempo industrial.

No contexto de mudanças dramáticas causadas pela imigração e de pressões impostas pelas regularidades do trabalho industrial, a terra natal (que tende a ser lembrada em termos de suas aldeias ou regiões de origem) se transforma em utopia.³ Essa nostalgia romântica também implica a reelaboração de práticas sociais associadas ao passado de trabalho não industrial, como jardinagem, o fazer do vinho, costura e bordados. Se, durante o turno do trabalho, esses homens e mulheres são proletários, no seu tempo livre continuam a ser lavradores e artesãos. Acima de tudo, essas representações simbólicas e práticas sociais de seu passado de trabalho não industrial proporcionam a base de sua reconstrução como açorianos, madeirenses e continentais, demarcando, no contexto de renovações migratórias, suas fortes identidades regionais.

A reelaboração do passado na terra natal também implica a reconstrução exacerbada de códigos culturais sobre gênero, que, frequentemente, resulta em conflitos entre gerações. Diferentes percepções de papéis e relações de gênero representam diferentes formas de resistência e negociações da identidade feminina no contexto da imigração. Essas percepções expressam como a

² Essa análise é baseada na distinção feita por E. P. Thompson (1967) entre “tempo natural” e “tempo da disciplina do capitalismo industrial”.

³ Nesta análise, diferencio “memória” de “tradição”. Como Scott (1985), sugiro que a reinvenção de memórias do passado está diretamente relacionada às lutas no presente. Sobre o assunto, ver também Williams (1973).



condição feminina e a reconstrução da identidade nacional portuguesa estão diferentemente entremeadas nas subjetividades dessas imigrantes e descendentes.

Minhas pesquisas indicam que mulheres que emigraram já adultas e cujas trajetórias de vida incluem a mudança de atividades, voltadas para a lavoura e o artesanato na terra natal e para o trabalho industrial na América, tendem a reconstruir o “eu” fragmentado pela emigração a partir da (re)criação de imaginários e práticas sociais associados ao seu passado não industrial. Submetidas desde crianças a um aprendizado em prendas domésticas associado à construção da “mulher virtuosa” e à demarcação rígida entre os papéis (desiguais) feminino e masculino, essas mulheres se acostumaram a aceitar, ou a dissimular que aceitam, sua submissão à autoridade masculina e a se diferenciar das “Madalenas pecadoras”. Frente às mudanças dramáticas nas suas condições de existência causadas pela imigração, elas tendem a se reterritorializar aos modos de vida de suas regiões e aldeias de origem e a reelaborar fortes identidades locais e regionais. Essa reterritorialização tende a implicar também a reconstrução, por vezes exacerbada, de valores culturais associados ao gênero, que mascaram a transformação efetiva das relações de poder no âmbito familiar entre os sexos e as gerações, causadas pela sua própria inserção no mercado de trabalho fabril e (como tendem a não dominar o inglês) pela constante dependência na intermediação de seus filhos e (principalmente) filhas bilíngues junto às instituições americanas. Ao mesmo tempo, juntamente com os seus cônjuges, tentam inculcar esses mesmos valores às suas filhas, como forma de controle social.

Mas são as mulheres mais velhas que funcionam como árbitros mais extremos dos valores morais calcados no “mito de Adão e Eva”, que na terra natal eram constantemente reafirmados pela Igreja Católica tradicional e transmitidos das mães às filhas.⁴ No contexto de suas experiências de vida cotidiana nos

⁴ Sobre o “mito de Adão e Eva”, ver também Pina-Cabral (1986).



Estados Unidos, perpassadas pela discriminação e pelo confronto com novas estruturas de dominação, essas mulheres reinterpretam esses valores morais relativos aos papéis e às relações de gênero e, dessa forma, transformam-se em baluartes da portugalidade na diáspora. Subjacentes a essa reafirmação da identidade portuguesa estão implícitas resistências e contestações aos modos de vida americanos. E, embora em seu imaginário e nas práticas cotidianas as suas espaço-temporalidades locais e transnacionais tendam a ser mais fortes do que a nacional (SANTOS, 1993; FELDMAN-BIANCO, 1995), em situações de discriminação acionam os símbolos nacionais portugueses. De fato, nessas situações, recorrentemente contrastam a superioridade do passado histórico de Portugal a uma América definida como “jovem” e “sem tradições”, onde somente “os índios são os verdadeiros americanos” e cuja riqueza se baseia essencialmente na exploração do trabalho imigrante.

Por outro lado, para as intermediárias culturais, a defesa da igualdade de direitos entre os sexos está enraizada em suas reações às repressões, proibições e controle social que lhes foram impostas pelos pais (seja ainda em Portugal, seja, de forma mais exacerbada, na América) e em suas localizações sociais (diversas) entre códigos culturais discrepantes. Jovens mulheres que vivenciaram em Portugal as mudanças sociais provocadas pela Revolução dos Cravos e que desafiaram ainda na terra natal as expectativas associadas aos papéis (tradicionais) de gênero, confrontam com perplexidade a reelaboração desses valores nos enclaves portugueses da Nova Inglaterra. Por sua vez, aquelas que emigraram para os Estados Unidos ainda crianças reagem ao “mito de Adão e Eva” a partir de suas experiências de vida fragmentada entre esses valores e os americanos. Enquanto seus pais tendem a reconstruir tempos e espaços anteriores à imigração em sua vida cotidiana na América, essas mulheres tendem a reelaborar identidades híbridas que revelam as subjetividades



de vidas vividas nas fronteiras de mundos discrepantes, bem como diversos projetos nacionalistas portugueses.

Ao mesmo tempo que existe a tendência de se interiorizar e exacerbar o nacionalismo ou o regionalismo, assim como a se construir a alteridade através de papéis de gênero, essas reconstruções não implicam necessariamente a politização de identidades nacionais, étnicas e de gênero. Mas essa politização ocorre em situações históricas específicas, como no caso do estupro de gang na Taverna Big Dan, quando gênero e etnicidade se tornaram arenas contestadas, expondo os conflitos entre gerações e as ambiguidades, radicalizações e negociações de jovens mulheres, sejam elas imigrantes portuguesas, sejam portuguesas-americanas.

Tais conflitos e contestações entremeando as construções diferenciais de gênero acirraram o drama pessoal da vítima do estupro. Pivô desses, ela tentou manter seu anonimato durante o julgamento televisivo, cobrindo seu rosto com um véu preto, antes de sua identidade ser inadvertidamente exposta por um dos advogados de acusação. Após o término do julgamento, sem condições de continuar vivendo em New Bedford, mudou-se para a Flórida com seus dois filhos. Quatro anos após ter sido estuprada, morreu num acidente de automóvel.

► **O caso Big Dan e seu epílogo: os reescalamentos de New Bedford e as mudanças de posicionamento dos portugueses na cidade**

Durante as mobilizações suscitadas pelo caso Big Dan, a cidade e os imigrantes portugueses foram igualmente retratados pejorativamente pela mídia local, nacional e até internacional. Não por acaso, diferentes protagonistas, independentemente de suas posições em relação ao caso Big Dan, sistematicamente



relacionavam essa explosão “aos árduos tempos que a cidade tem passado desde a greve têxtil de 1928”. Se, na década de 1920, as tecelagens locais progressivamente encerraram suas atividades ou se deslocaram para o sul do país, onde os salários dos trabalhadores eram mais baixos, o caso Big Dan, transformando simbolicamente a outrora célebre “cidade baleeira” em uma “cidade de imigrantes bizarros”, marca o início de um novo reescalamento de New Bedford. Já naquela época, a flexibilização do capital e o progressivo processo de terceirização começariam a acarretar um novo ciclo de fechamento das fábricas locais e/ou seu deslocamento para outros países onde a mão de obra é mais barata. Entrevistado pelo *New York Times*, o então prefeito da cidade afirmou que o sensacionalismo provocado pelo caso Big Dan “Nos fere mais do que feriria a muitas outras cidades [...] A decadência já dura duas gerações. As expectativas baixaram. As pessoas se tornaram negativas sobre elas mesmas e sobre a cidade. Por isso, temos que tentar arduamente voltar ao ponto zero.”

A indústria têxtil encerrou suas atividades na localidade ainda em 1940. A maioria das indústrias deixou a região na década de 1970. Naquela década, fábricas baseadas no trabalho intensivo à peça começaram a substituir as antigas tecelagens. Na década de 1980, fábricas locais já estavam se deslocando para outros países ou encerrando suas atividades devido à crescente exposição à competição global. Desde então, como tantos outros trabalhadores mundo afora, a classe operária local foi forçada a confrontar a reestruturação do capitalismo global e o “trabalho flexível”, sem segurança a longo prazo, benefícios, sindicatos ou procedimentos para queixas e reparações. Inúmeros cidadãos locais começaram a buscar alternativas de vida. Por conseguinte, os trabalhadores portugueses, como outros em diferentes partes do mundo, ficaram expostos à maior vulnerabilidade econômica em ocupações que requerem a flexibilização do trabalho. Entretanto, de um modo aparentemente paradoxal, os portugueses parecem



ter melhorado seu posicionamento estrutural como um grupo étnico em New Bedford, inclusive no campo da política institucional. Esse avanço é resultado de vários fatores, como, por exemplo, a drástica redução da migração portuguesa, a incorporação desigual de imigrantes na localidade e na região, os processos resultantes da mobilidade social ascendente e da suburbanização e o fato de que, pela primeira vez em mais de um século, os mais recentes contingentes de imigrantes que se radicam na localidade não são portugueses. Acima de tudo, deve-se considerar a mudança de posição do Estado português na economia global e o crescente papel desempenhado por um nacionalismo de longa distância acionado por intermediários biculturais e bilíngues para mudar a imagem de Portugal e dos portugueses nas cidades da Nova Inglaterra. Esse processo foi iniciado ainda em 1985, quando do ingresso do Estado pós-colonial português no espaço comunitário europeu (FELDMAN-BIANCO, 2001, 2009).

Ao reconhecer a diáspora enquanto parte da nação, o Estado português proporciona aos emigrantes e descendentes direitos de dupla nacionalidade e de cidadania – direitos esses que se tornaram recursos preciosos em localidades como New Bedford. Ao mesmo tempo, autoridades governamentais portuguesas têm reforçado seu relacionamento com os afluentes e influentes da diáspora, capazes de galgar posições de poder nas localidades e países de fixação, bem como de desempenharem intermediação em prol das políticas portuguesas de cultura e investimentos. Esse nacionalismo de longa distância também está ajudando os afluentes e influentes portugueses e portugueses-americanos a aumentarem seu poder político como um grupo étnico na política americana.

A promoção de New Bedford como ponto turístico – com atrações multiétnicas e multiculturais – é outro elemento importante dos esforços de revitalização econômica da cidade. E a identidade portuguesa, antes racializada e, posteriormente,



associada à alcunha de New Bedford como a “capital da gangue de estupradores portugueses da América”, finalmente tornou-se um componente visível e desejável do patrimônio cultural da cidade. Como parte das estratégias do Departamento de Turismo e Marketing para atrair turistas, os restaurantes, as padarias e as festas portuguesas tradicionalmente celebradas durante o verão são promovidos como um “Sabor de Portugal”, tornando-se, assim, constitutivos da intangível (mas bastante comercializada) diversidade cultural.

Ironicamente, a identificação pública de New Bedford com a imigração portuguesa e com Portugal se tornou um recurso valioso nos esforços dessa cidade para conseguir competir regional e globalmente. O ingresso de Portugal na Comunidade Europeia seria crucial para a melhoria de posicionamento dessas lideranças enquanto protagonistas econômicos, políticos e sociais não só na localidade e região circunvizinha, mas também em relação a Portugal e ao Estado português. Devido à deterioração histórica e contemporânea do posicionamento regional e global de New Bedford, esse alcance transnacional, incluindo o acesso à Comunidade Europeia, tornou-se especialmente relevante para a cidade e para essas lideranças transmigrantes. Suas conexões os posicionam mais centralmente no cenário político e econômico da Costa Sul de Massachusetts, como facilitadores de parcerias educacionais e econômicas com a terra natal, principalmente com os Açores. Homens e mulheres bilíngues e biculturais, que ocupam posições de liderança, também se revelaram intermediários capazes de canalizar verbas portuguesas para a localidade e região circunvizinha. Tornaram-se, por conseguinte, parte dos esforços de reposição tanto de New Bedford e região circunvizinha quanto do Estado português, na atual conjuntura global. Mas, concomitantemente ao avanço da posição social e do capital cultural dessas lideranças, estão a ocorrer perdas na qualidade de vida e nas aspirações futuras daqueles que precisam migrar para



trabalhar. O regime neoliberal de flexibilização do capital e trabalho, juntamente com as restritivas políticas de imigração, que criminalizam migrantes e os percebem como questão de segurança nacional, tem resultado não só na perda das condições de trabalho seguras e estáveis conquistadas pelas mobilizações operárias do início do século XX, como também no aumento da exploração e da vulnerabilidade econômica desses trabalhadores.

Nesse quadro, chama a atenção o fato de os novos contingentes de imigrantes indocumentados da Guatemala, México, Nicarágua e, em menor extensão, Brasil formarem atualmente uma “subclasse” na localidade, mais exposta às políticas restritivas de imigração do pós-setembro/11. São esses trabalhadores as maiores vítimas das batidas dos agentes de segurança nacional às fábricas locais. Se, na década de 1980, o caso Big Dan transformou New Bedford em foco de atenção nacional e internacional, em 2004 e 2007, a cidade voltou a atrair a mídia nacional, devido às batidas dos agentes de imigração. Em 2007, esses agentes prenderam trezentas mulheres e homens, a maioria da Guatemala, Nicarágua e México. Tendo em vista o número considerável de mães presas e separadas de seus filhos pequenos, seus dramas captaram a atenção e simpatia de autoridades locais e estaduais. Essas prisões mobilizaram também cidadãos da cidade, inclusive sindicatos e lideranças comunitárias, entre as quais as portuguesas. No apoio local e estadual prestado às vítimas, há um reconhecimento implícito da importância desses trabalhadores indocumentados para a base econômica da reinventada e reestruturada New Bedford. Entretanto, apesar da considerável solidariedade social exibida e da dependência da cidade nesses imigrantes, as restritivas leis federais de imigração não deixaram espaço para apelos.

Porém, chama a atenção, não somente no caso de New Bedford, como também alhures, a mobilização de vários segmentos da sociedade civil (como sindicalistas, feministas, ativistas



negros, imigrantes de várias nacionalidades, organizações não governamentais, Igreja, intelectuais, entre outros) em prol dos direitos desses imigrantes e por um mundo sem fronteiras. Essas mobilizações extrapolam a ênfase nas assim chamadas “raízes” das políticas de identidade. Portanto, concomitantemente à mercantilização das identidades, que reforça o grupo étnico e proporciona estratégias de ascensão política e social, estão emergindo mobilizações que aglutinam diferentes segmentos da sociedade civil em prol dos imigrantes indocumentados. Sistemáticamente criminalizados e propositadamente excluídos das políticas neoliberais e ideologias multiculturalistas, essas mulheres e homens indocumentados adquirem visibilidade nesses movimentos sociais, dos quais também são protagonistas ativos. Argumento que esses movimentos sociais constituem o fato novo da globalização contemporânea, indicando que, pelo menos no caso das migrações internacionais, já estamos entrando numa fase pós-política de identidades. Não por acaso, no IV Fórum Social Mundial das Migrações, o lema “proletários de todo mundo, uni-vos” foi transformado em “imigrantes de todo o mundo, uni-vos”.

► Conclusões

A minha análise sobre o caso Big Dan e seu epílogo se refere à passagem do pluralismo cultural estatal para o multiculturalismo neoliberal, como parte constitutiva dos projetos de nação nos Estados Unidos. Mas, enquanto as ideologias multiculturalistas enfatizam pertencimento a uma só sociedade e a apenas um Estado-Nação, migrantes internacionais são parte de dois países e desenvolvem campos sociais transnacionais. Nesse sentido, tornou-se necessário também levar em conta as novas concepções de nação que surgiram a partir de meados da



década de 1980 e que incorporam, seja por legislação, seja por retórica, suas populações emigrantes tanto por parte de antigas metrópoles imperiais quanto de ex-colônias. Essas novas concepções de nação, baseadas em nacionalismos de longa distância, estimulam e reforçam as conexões e práticas transnacionais de seus transmigrantes, inclusive suas remessas, e principalmente o papel das lideranças como intermediárias transnacionais tanto para a localidade e região de origem como para as de residência.

Como migrantes internacionais são protagonistas e parte constitutiva dos tecidos sociais tanto de suas localidades de origem como daquelas onde se radicam, inseri o caso Big Dan e seu epílogo na história social de New Bedford, dedicando atenção às conjunções entre gênero, etnicidade e classe, como também às suas mobilizações e práticas locais e transnacionais. Delineei, assim, as geografias de incorporação, marginalização e participação dos imigrantes, inclusive as mudanças de posicionamento dos portugueses na cidade e o papel por eles desempenhado durante os processos de reestruturação econômica local e global.

Ao descartar um prevaLENcente nacionalismo metodológico, pude analisar a constituição mútua de localidade, nacionalidade e processos transnacionais na acumulação e destruição do capital. Essa perspectiva demandou uma análise baseada em tempo e lugar como parte de uma renovada economia política da migração que dá destaque ao papel ativo desempenhado por migrantes cujas relações sociais constituem campos sociais de poder desigual no âmbito de processos neoliberais que se estendem pelo globo.

► Referências

BALIBAR, Étienne. *We, the people of Europe? Reflections on transnational citizenship*. Princeton: Princeton University Press, 2004.



BENEDICT, Helen. *Virgin or vamp*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

CUKLANZ, Lisa M. *Rape on trial: how the mass media construct legal reform and social change*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996.

FELDMAN-BIANCO, Bela. *A taste of Portugal: transmigração, políticas culturais e a mercantilização da saudade em tempos neoliberais*. Ler História, Lisboa, v. 56, p. 105-119, 2009.

_____. Brazilians in Portugal, portuguese in Brasil: cultural constructions of sameness and difference. In: _____. (Org.). Colonialism as a continuing project: the portuguese experience, *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 8, n. 4, p. 607-650, Dec. 2001.

_____. Multiple layers of time and space: the construction of class, ethnicity and nationalism among portuguese immigrants. In: SCHILLER, G.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. (Ed.). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645, p. 145-174, 1991.

_____. Remaking locality: uneven globalization and unequal incorporation of transmigrants. In: GLICK-SCHILLER, Nina; ÇAGLAR, Ayse (Org.). *Locating migration: migrants and cities*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

_____. Repensando a localidade nos estudos migratórios. In: SILVA, Sidney Antonio da (Org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos sócio-culturais*. Manaus: Fapeam; São Paulo: Hucitec, 2012a. p. 81-92.

_____. The aftermath of a rape case: the politics of migrants' unequal incorporation in neo-liberal times. In: BARBER, Pauline Gardiner; LEMB, Winnie (Ed.). *Migration in the 21st century: political economy and ethnography*. Routledge, 2012b.

GLICK-SCHILLER, Nina. A global perspective on migration and development. *Social Analysis*, v. 53, n. 3, 2009.



_____. A global perspective on transnational migration: theorizing migration without methodological nationalism. In: BAUBÖCK, R.; FAIST, T. (Org.). *Diaspora and transnationalism: concepts, theories and methods*. Amsterdam: University of Amsterdam/Imiscoe, 2010.

_____. Locality, globality and the popularization of a diasporic consciousness: learning from the Haitian case. In: JACKSON, Regine (Ed.). *Geographies of the Haitian diaspora*. Londres: Routledge, 2011.

PINA-CABRAL, João de. *Sons of Adam, daughters of Eve: the peasant worldview of the Alto Minho*. Oxford: Clarendon, 1986.

ROSEN, Ellen I. Rape trial in New Bedford: new thought on an old problem. *Dissent*, p. 207-212, Spring 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa, "Modernidade, Identidade e Cultura de fronteira". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número temático sobre "Descobrimientos e Encobrimientos", Dezembro, n. 38: 11-4, 1993.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

SMITH, Estellie M. Portuguese enclaves: the invisible minority. In: FITZGERALD, Thomas K. (Ed.). *Social and cultural identity: problems of persistence and change*. University of Georgia: Southern Anthropological Society Proceedings, 1974. p. 81-91.

THOMPSON, Edward Palmer. Time, work-discipline and industrial capitalism. *Past and Present* 38, p. 56-57, Dec. 1967.

WILLIAMS, Raymond. *The country and the city*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

GÊNERO E ATIVISMO POLÍTICO: MULHERES NO MST E EM ASSENTAMENTOS RURAIS



Elisete Schwade

Em estudo sobre o processo de construção da militância, com Eatores políticos do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de assentamentos rurais, evidenciaram-se diferentes *deslocamentos* em relação aos papéis femininos e masculinos estabelecidos tradicionalmente no meio rural. O gênero dos e das militantes se constrói nas relações sociais efetivadas no exercício da militância, na medida em que se confrontam práticas sociais de homens e de mulheres envolvidos no ativismo,¹ desafiando elementos identitários tradicionalmente associados à condição de homens e mulheres em contextos rurais.

O *campo de possibilidades*² aberto pelo ingresso na militância política envolve, como elemento comum, aprendizados resultantes

¹ Nesse sentido, é interessante a discussão de Garcia (1997) sobre a militância nos Anos de Chumbo no Brasil e Argentina. O autor argumenta uma espécie de “armadilha” no resgate da história da participação feminina, salientando a necessidade de considerar não uma “história paralela”, mas os conflitos e tensões relacionados à atuação política tendo em vista os papéis de gênero.

² Utilizo a expressão “campo de possibilidades” no sentido que lhe confere Gilberto Velho (1994), qual seja, como auxílio na contextualização de trajetórias e biografias (quadro sócio-histórico) ainda tem hífen? , no entanto considerando as especificidades e singularidades (p. 40).



da *participação* em diferentes situações, instituições, formações. Como elemento singular, a militância concretiza trajetórias em que essas possibilidades se multiplicam e se diversificam nas ações coletivas. Há também referências subjetivas que caracterizam os percursos que vão sendo traçados pelos militantes.

Os diálogos do MST e residentes em assentamentos rurais com organizações políticas, espaços, agências e instituições, entre eles os feminismos urbanos, imprimiram, ao longo dos últimos anos, um ritmo próprio ao MST. Propiciados por um processo de participação inerente à construção do ativismo político, os movimentos, itinerários e trajetórias de mulheres militantes que atuam no MST e em assentamentos rurais permitem perceber como a participação das mulheres em diferentes organizações políticas impacta as relações de gênero. Meu enfoque, neste texto, *são processos de diferenciação* que envolvem a construção da militância e do ativismo político, de modo especial a relação entre gênero e militância. Para elucidar tais processos, recupero aqui aspectos importantes da trajetória de mulheres militantes. Tais itinerários elucidam interpelações acerca do gênero que estão relacionadas às experiências cotidianas e desafiam padrões estabelecidos, associados aos papéis de homens e mulheres no meio rural. Não obstante, na pesquisa sobre trajetória de militantes, em assentamentos no Sul e Nordeste do Brasil, a relação com a terra, com o trabalho no campo, tem centralidade nas suas ações e aparece como inspiração e justificativa para a construção da militância.

Em relação às ações coletivas, cabe ressaltar que as suas dinâmicas são parte do processo de construção do engajamento. Na militância do MST e dos assentamentos rurais, cumpre destacar transformações significativas desde o surgimento do MST, no início da década de 1980.³ Estas passaram por períodos de

³ Para uma discussão sobre a dinâmica do MST, sua singularidade e as inovações produzidas por esse movimento no decorrer de sua consolidação, bem como a contextualizado nas ações coletivas, ver Gohn (1993).



intensas ações que lhes deram visibilidade, tornando-o, nos anos 90, o movimento popular nacional mais importante no plano nacional, com projeção global. Em períodos recentes, entretanto, as ações do MST se diversificaram. Houve ajustes nas propostas iniciais de uso da terra, e o MST passou a atuar em muitas frentes, com destaque para a educação. Em 2014, o movimento celebra trinta anos e, como parte desse processo, destaca novos temas a serem incorporados à reivindicação de acesso à terra, com ênfase no campo de construção do sujeito político, para as questões relacionadas à equidade de gênero e à juventude; no que se refere às frentes produtivas, a incorporação das questões relacionadas com o enfrentamento do agronegócio e o argumento da produção de alimentos saudáveis.

Nesse contexto, procuro refletir sobre seguinte questão: quais são os impactos, no que se refere aos papéis de gênero, decorrentes da participação das mulheres nas organizações políticas, no caso em questão, do ativismo que envolve MST e assentamentos rurais?

Minhas pesquisas sobre militância, MST e assentamentos rurais, iniciaram em 1990.⁴ Assim, as trajetórias que venho considerando contemplam um longo período. Num primeiro momento, trabalhei com a forte presença da Igreja Católica, tema que merece ser retomado desde que, como sinalizo adiante, essa presença tem consequências importantes no que se refere aos impactos sobre o gênero.

Os primeiros movimentos da organização de luta pela terra empreendida pelo MST estiveram localizados no Sul do Brasil. Mas, já nos anos 90, registram-se mulheres e homens que migram e se tornam protagonistas na busca de organização do MST

⁴ Sobre essa trajetória, ver Schwade (2013). Ressalte-se que os aspectos das trajetórias de militantes que serão mencionadas no decorrer do texto são resultado de diferentes momentos de contatos com as interlocutoras citadas, em atividades de organização política, nos assentamentos e em outros espaços.



em todas as regiões brasileiras. Esse é o itinerário de uma das minhas interlocutoras cuja trajetória vou considerar aqui, a qual veio do Sul para o Nordeste do Brasil no final dos anos 80. Tendo em vista as características específicas da organização do MST, houve um grande movimento de militantes que vieram do Sul para o Norte/Nordeste.⁵ Tais deslocamentos se conectam por meio de experiências partilhadas que envolvem as origens da organização, com destaque para uma ação política que mantém fortes vínculos com o projeto político religioso da Igreja Católica (SCHWADE, 1993). No entanto, os encontros que oportunizam têm também desdobramentos importantes nas trocas e partilhas de referências culturais.

Se as migrações e os deslocamentos para outras regiões caracterizam um primeiro momento do processo de expansão do MST, os itinerários militantes construídos no processo de consolidação das propostas inserem esse movimento, atualmente, em novos contextos. Nesse sentido, recupero também aspectos do itinerário militante de interlocutoras que trazem na sua trajetória e experiência as marcas de um processo de inserção do MST em fluxos globais. Tal inserção é motivada pela crescente relação que esse movimento estabelece, de modo especial, com a organização internacional Via Campesina.

As trajetórias das mulheres militantes são exemplares no sentido de fazer referências a situações recorrentes nos processos de *deslocamentos* – geográficos, culturais, identitários – em que a realidade de organização política do MST e dos assentamentos se insere. A participação política proporciona aprendizados e acúmulo de capital cultural que diferencia a posição assumida na organização do MST ou no interior dos assentamentos e, ainda, viabiliza o acesso à educação formal, dentro e fora do País.

⁵ Os significados desses deslocamentos, conforme sugere Lerrer (2008, p. 20-21), apontam para um padrão de migração intrínseco ao modo como o MST se expandiu nacionalmente, uma chave explicativa para a cultura política.



Em outra direção, as trajetórias indicam um processo de diversificação nos papéis de gênero, mesmo no interior das referências ao feminino e das práticas de mulheres, como pode ser observado nas trajetórias que vou resumir a seguir.

► Do Sul do Brasil para o Nordeste

Os percursos de Maria⁶ no seu projeto militante são marcados por diferentes momentos. A princípio, um processo migratório de uma mulher jovem, solteira, inspirado na possibilidade de contribuição em um projeto político. Permeado por grandes desafios, o itinerário de consolidação do projeto militante se dá, atualmente, pela inserção institucional, não mais do MST e sim de instituições governamentais, mantendo sempre forte referência em projetos de assentamentos de uma região (Mato Grande, no Rio Grande do Norte [RN]).

Conheci Maria em uma viagem ao assentamento em que ela reside atualmente, no início de 2008. Desde nosso primeiro contato, ela enfatiza seu empenho em organizar atividades de incentivo à cooperação e produção conjunta em diferentes assentamentos da região do Mato Grande. Nos sucessivos contatos, percebi que a vida de Maria, embora vinculada ao assentamento, envolvia idas e vindas constantes, para participação em diferentes reuniões e atividades na capital, em Natal. Fui percebendo as singularidades de sua liderança na região, resultado de um longo processo, uma história que começou há mais de vinte anos, em 1988, envolvendo intensos diálogos com o MST e diferentes organizações coletivas, uma história de rupturas e aproximações.

Foi no final dos anos 80 que Maria, junto com outros militantes, veio para o Nordeste, numa leva de militantes migrantes

⁶ Utilizo nomes fictícios. No entanto, cabe a ressalva, já feita em outro texto (SCHWADE, 2013), de que isso não garante o anonimato, desde que os sujeitos interlocutores podem ser reconhecidos em determinados contextos.



originários do Sul do Brasil com o intuito de organizar o MST na região. Tal organização envolvia ações de mobilização nas comunidades urbanas e rurais, com o objetivo de sensibilizar os chamados sem-terra (agricultores, sitiantes, moradores, desempregados residentes nas cidades) para ações coletivas de ocupação, uma das principais estratégias de luta do MST. Maria relata que, num primeiro momento, e deslocou para uma região em que as iniciativas de organização não avançavam (no meio-oeste do estado do RN). Lá enfrentou adversidades de diferentes ordens, inclusive com repressão explícita, chegando a ser presa e questionada acerca de suas atividades.

Quando saiu da prisão, passou a atuar na região do Mato Grande, próxima ao litoral norte do RN, a qual já tinha um histórico de movimentação social na área sindical. A partir de então, relata o êxito de todas as iniciativas, com grandes ocupações de terra viabilizadas por meio das estratégias organizativas que Maria trazia na sua bagagem de militante. Após algum tempo, direcionou suas energias em uma ocupação e, após a conquista, já casada e com uma filha, passou a residir em um assentamento. Maria trabalhou em sintonia com o MST até o final dos anos 1990, quando rompeu com o movimento. No entanto, permaneceu na mesma região, articulando-se de diferentes formas com a realidade dos assentamentos rurais.

Atualmente, Maria reside em Natal, capital do estado, durante a semana, mas mantém o lote e a casa, e seu marido reside no assentamento. Está envolvida em projetos de diversos assentamentos da região em que mora, bem como em diferentes organizações políticas. Rompeu com a estrutura organizativa do MST. No entanto, continua a trabalhar em projetos para os assentamentos, em que a tão complexa organização presente nas ações coletivas à época em que Maria entrou na militância, embora assuma cores distintas, ainda parece presente. Suas atividades implicam negociações com sindicatos, diferentes organizações



não governamentais (ONGs) e Estado e, nesses percursos, acaba reencontrando o MST e suas propostas. Maria define a sua atuação, hoje, como distinta e em contraste com aquela que tinha vínculos estreitos com o MST. Explica que, atualmente, pensa “*para dentro do assentamento*”. Sua preocupação, enfatiza, está direcionada para a organização interna, na construção das casas, na viabilização da produção. No entanto, sua trajetória termina por iniciar outro contato com a vida “*para fora*”, como atuação em instituições públicas federais e carreira política, sempre com a justificativa de investir no êxito dos projetos de assentamento. Maria constrói um argumento para esse envolvimento. Diz que mudou, não pensa mais como antes, agora “*entende que as pessoas querem progredir*”. Caberia um questionamento sobre o que significa progredir. Maria associa essa visão à sua herança camponesa e justifica seu investimento na produção do assentamento, na organização para produzir, pelo fato de que, nas suas palavras, “*quer ver resultados*”, mostrar que, tal como seu pai, que conseguiu “*se dar bem*” como agricultor, os assentados podem sobreviver da produção da terra.

É importante enfatizar que Maria articula projetos de produção e construiu outro caminho, no qual continua com papel de destaque similar ao da atuação militante. Tal processo lhe rendeu uma integração efetiva com instituições públicas, bem como a organização de atividades por meio de ONGs. Sua longa trajetória na região do Mato Grande faz com que continue se situando como uma importante referência, uma líder, que articula atividades envolvendo diferentes assentamentos. Essa inserção, entretanto, é decorrente dos vínculos institucionais que construiu.

A trajetória de Maria é interessante porque suas ações dialogam com o MST, ao mesmo tempo que evidenciam diferentes tensões resultantes da tentativa de uma organização que se pretende nacional e ideologicamente homogênea. Dessa forma, quando questionada sobre as relações entre o assentamento em



que reside e o MST, responde que “*não tem nenhuma*”, que é um projeto independente. No entanto, nas ações que efetiva em outros projetos de assentamento, os diálogos se tornam necessários, tendo em vista que os residentes no projeto de assentamento sob sua coordenação participam de atividades formativas do MST, bem como de diferentes mobilizações coletivas..⁷

A trajetória de Maria sinaliza um tipo de diálogo com o MST por meio de outros agentes, entrecortado por ligações que foram se construindo no decorrer do processo da militância. Releva discordâncias, tensões e conflitos em relação ao projeto militante construído pelo MST, o qual, em alguns momentos de suas falas, recebe duras críticas, porque estaria incentivando o que classifica como a continuidade da miséria – segundo Maria, integrantes do MST, com frequência, fazem referência às suas iniciativas como “muito capitalistas”.

No processo de efetivação como líder, os papéis de Maria vão se diferenciando. Sua atuação considera um capital cultural acumulado pela militância no MST. Tem um papel central na viabilização do assentamento em que reside e atua em outros da mesma região.

Em diferentes momentos de suas falas, aparecem referências aos impactos no processo vivenciado no que concerne aos papéis de gênero. A maneira como autorrepresenta a sua participação traz indicações das interpelações que o ativismo provoca em relação aos papéis de gênero. Há situações em que o caráter militante aparece desvinculado de referências associadas a práticas de homens e mulheres. Mas a militância aponta também para uma conotação que poderíamos definir como *marcada por*

⁷ No sentido de dar continuidade a uma política de participação do MST, assim se referiu à Marcha Mundial de Mulheres: “*Num teve a marcha mundial das mulheres? Nós mandamos cinco do assentamento. Toda vez que aparece alguma coisa de cooperativismo nós colocamos a mulher também, então uma coisa que eu cuido, sem fazer um trabalho de movimento de mulheres...*” (entrevista, março de 2010).



um gênero, no sentido em que explicita um conjunto de relações permeadas pelo poder. *Medo e coragem* são reveladores, nesse sentido. Essas noções aparecem em longo relato de Maria sobre a prisão e a perseguição policial que conta ter sofrido pouco tempo depois de sua chegada ao RN. Relata que foi submetida a um tipo de coação psicológica, feita pelos agentes policiais quando estava presa, a qual envolvia sempre a dúvida com relação à sua identidade – de mulher: “... disseram que eu era homem”. No relato desse episódio, explica que assim era vista pelos opositores do MST e da reforma agrária. Mas acrescenta que essa é também uma visão de virilidade associada ao exercício da militância, que fica sugerida na maneira como Maria se refere à *sua coragem*. Em diferentes momentos em que estive com Maria, ela enfatizava sobremaneira a sua disposição em organizar, orientar, esclarecer, como parte de um processo que implica impor uma força, militante, com frequência associada à virilidade.

Em outro contexto, conversei com Maria sobre a participação de homens e mulheres na organização nacional do MST, sobre os afetos, namoros. Ela se mostrou incisiva e atacou o que referencia como “*uma postura do movimento*”:

[...] nós íamos para os encontros e as mulheres só podiam andar de calça. Vestido e saia não eram permitidos. E os dirigentes gostavam de ser tietados pela militância e como eu não babava tinha muita confusão. Eu e outras meninas. Dentro do movimento sempre eram os homens que viajavam, ou a minoria de mulheres que se enquadravam e eram mais próximas deles.⁸

Com relação à presença das mulheres na direção, sua fala indica um deslocamento importante em relação ao gênero:

A direção do movimento tinha 13 pessoas, uma mulher, era mais machista do que todos os homens e é por isso que estava lá

⁸ Entrevista realizada em março de 2010.



dentro, e eu rompia muito com isso, eu era rebelde de todas as formas. [...] Porque eu era daquelas mulheres que queria ser do movimento, mas sendo mulher, não ter que virar homem.

Perguntei, então, o que significa ser mulher:

Ser mulher é ter postura de mulher, não ser manipulada, namorar quem a gente quisesse namorar e não ter que tietar ninguém, nós queria uma postura de igualdade, porque eu sou militante e estou servindo a reforma agrária do mesmo jeito. Porque teve um tempo que ser da direção nacional era quase ser o Brad Pitt. Você não lembra do José Rainha e aquela caminhoneira lá? Até a Veja detectou isso.

A fala assinala certo destaque associado à militância, bem como as relações complexas proporcionadas nos encontros e deslocamentos no decorrer da luta. É importante sublinhar as relações de poder que se explicitam, relacionadas à bagagem cultural acerca dos papéis masculinos e femininos, em diálogo com diferentes empoderamentos permitidos pela militância. Assim, enquanto possibilidade de empoderamento para mulheres, a militância redimensiona também papéis masculinos, como parte do universo relacional do gênero, uma vez que mulheres, quando assumem espaços de direção e coordenação, também desafiam e desconstroem lugares tidos como naturais para o exercício da política por homens.

Noutro sentido, a militância parece imprimir nas mulheres certa autonomia decisória e independência para todos os deslocamentos, o que, de acordo com Maria, traz prejuízos nas possibilidades de relacionamentos afetivos, causando medo de parte dos homens. “Mas as mulheres, as dirigentes são as que mais sofrem. As mulheres dirigentes acabam fazendo muitas exigências, e muitos homens não querem mulheres assim, parece que têm medo”. Podemos perceber, em ambas essas dimensões, uma concepção de militância construída em referência ao universo do público, da luta, do masculino.



Os elementos da trajetória de Maria recuperados aqui sinalizam impactos importantes nos processos de diferenciação associados aos deslocamentos inerentes à participação do MST e atuação nos assentamentos. Observam-se rupturas com um projeto de produção familiar camponesa. No entanto, é ainda uma relação particular com a terra que alimenta vários papéis assumidos por Maria, fazendo com que sua liderança repercuta dentro e fora do assentamento, sempre com *deslocamentos* em relação aos papéis de gênero. Militante, trabalhadora rural (camponesa?), atualmente ocupa também um cargo numa instituição pública de incentivo à produção de peixes nos assentamentos, ampliando, assim, os vínculos associados às suas diferentes militâncias.

► Da conquista da terra para uma trajetória transnacional junto ao MST

Outra interlocutora importante para pensar os deslocamentos de gênero eu conheci em 1989, nas primeiras investidas em pesquisa em assentamentos rurais. Na época, ela tinha 31 anos e fazia parte de um grupo dos 17 solteiros que residiam em um assentamento no Sul do Brasil, cadastrados com direito a lotes. Na entrevista que fiz em 1989, Júlia enfatizava o grande sonho de ter acesso à terra. Filha de arrendatários, sua família migrou, na década de 1970, do Rio Grande do Sul para o oeste de Santa Catarina. Sua fala é sempre recheada de recordações e relatos emocionados das dificuldades, dos períodos difíceis em que se aproximava a época do plantio e havia a necessidade de procurar terra para plantar. Essa justificativa é reiterada como impulso principal para a militância.

Mas há outros elementos que são mencionados, repetindo um aspecto comum aos militantes que ingressaram na *luta* na década de 1980: o vínculo com as ações da chamada Igreja



Progressista e a Teologia da Libertação. Júlia conta que, antes de ingressar no MST, “[...] *militava na organização das mulheres e na pastoral da Igreja*”. Desse modo, ingressou na CPT e também no movimento (MST), coordenado por um irmão seu.

Júlia participou da história de efetivação do assentamento em que reside, resultado de uma luta que promoveu grandes ocupações dos anos 1980. Trata-se de um assentamento que é considerado exemplar no que se refere à proposta de produção e que se tornou um importante espaço para a formação de militantes. Foi construído com referência ao *coletivo*, fundamentado na ideia da cooperação agrícola. É preciso sublinhar, entretanto, que o coletivo nesse caso vai além da cooperação, implica ser parte de um projeto do *novo*. Nesse sentido, no assentamento em questão, todas as famílias são cadastradas, no decorrer desses 25 anos, sem definição dos limites de lotes. Em 2011, restavam ainda trinta e duas das sessenta famílias que iniciaram o projeto.

É importante fazer a ressalva de que a exemplaridade tem como referência a proposta do MST, a qual incorpora o êxito no projeto econômico e a inserção política, situando-a lado a lado com a possibilidade de residir em casas confortáveis e viver dos resultados do cultivo da terra. *A luta é a vida* de todos os que integram o coletivo residente no assentamento. Desde os primeiros passos da organização, destaca-se a necessidade de uma dedicação efetiva, num espaço onde tudo é “discutido”, “trabalhado”, “avaliado”.

Nesse processo, a atuação das lideranças é fundamental. Júlia tem um papel importante, tendo conquistado um *lugar* em virtude do destaque de sua atuação externa. Há uma placa no canteiro no centro do assentamento que anuncia: “O MST é a nossa grande família”. No entanto, as relações ali estabelecidas envolvem um parentesco conquistado a partir dos vínculos políticos e, de modo especial, na fala de Júlia, dos “sonhos”. Nesse contexto, aparece em destaque o papel de Júlia no assentamento,



cujo discurso e prática militante exercitam a sua capacidade de traduzir o amplo projeto do MST em minúcias, como leitura da vida cotidiana. Como exemplo, em entrevista, Júlia conta sobre as dificuldades relacionadas ao “regimento interno”. No momento presente, menciona algumas situações que classifica como “radicalidades”. Assume que a força do regimento era necessária na organização inicial, mas avalia que hoje, com a condição econômica estável e o projeto da cooperativa consolidado, num olhar construído de alguém que se ausenta com frequência e “enxerga” a realidade local a partir de outras experiências, a sua leitura é de que a ênfase se deu demasiadamente no econômico e no político, deixando de lado o que ela classifica como “as relações humanas”. De fato, nas duas experiências de pesquisa, à época do início do processo de organização do assentamento, em 1989/1990, e, mais recentemente, em 2012, não há dúvidas no que se refere ao caráter público de todas as experiências cotidianas. Trata-se de uma vivência comunitária ordenada sob rígidas normas de conduta. Nesse sentido, a “obrigação” caracteriza a adesão ao projeto coletivo. Quando perguntava para os jovens e as jovens sobre a experiência de trabalhar em vários setores, sempre obtive como resposta: “sou obrigado a fazer isso”. Júlia compara essa condição atual com a chegada ao assentamento em 1989: *“Nosso grupo era 17 solteiros e 17 casados, então a juventude era uma força grande, é a juventude que peitou isso aqui, que peitou assim que bancou, que levava, que sonhava e não é o caso dos jovens hoje”*.

Júlia sempre esteve vinculada ao projeto coletivo do assentamento. É seu projeto. Tem casa, é cadastrada como integrante, tem lote. Isso se esclarece na sua justificativa para ingressar na luta. Associa tudo à vida no campo: desde o fato de ter um lugar para plantar até, mais recentemente, nas suas viagens, os aprendizados sobre novos alimentos e culinária. De cada viagem uma lembrança, muitas fotos, sementes, sonhos.

A militância pressupõe um processo de dedicação contínuo e intenso ao *coletivo*. No caso de Júlia, essa dedicação, que



pode ser indicada como singularidade de sua trajetória, tem sempre um tom de entusiasmo. Nas diferentes análises produzidas sobre as ações coletivas do MST, é recorrente a referência ao período de acampamento como um momento de muita união, de força coletiva, de emoção (SCHWADE, 1993). Júlia me falava, em 1989:

[...] o primeiro dia de ocupação foi uma emoção tão grande, uma coisa tão linda, que é pena que passe assim tão rápido [...]. o pessoal se cumprimentava, se abraçava [...] nos primeiros 15 dias emagreci cinco quilos, corre, coordenar assembleia, nunca tinha feito isso na vida, o pessoal vinha de noite, te tiravam da cama para atender, ah, eu adorava, eu adorava aquilo [...]. Eu, nesses cinco anos, nunca vivi minha vida mesmo, sempre em função dos outros.

Viver em função dos outros continuou a fazer parte da experiência de Júlia. Nos primeiros anos de assentamento, houve necessidade, de acordo com a sua análise, de se *submeter*, “acabar com os vícios” (do chamado *individualismo*), sempre repetindo as orientações do MST, lutar para o *entendimento do socialismo*, da *nova sociedade* como proposta. Nesse processo, para os líderes, tornou-se necessário abraçar muitas frentes, trabalhar na formação, apaziguar conflitos, ouvir, entender. Enfatiza que suas ações sempre envolveram entusiasmo, dedicação ao outro e à *causa*.

Em certo sentido, viver no assentamento em que Júlia reside, dada a quantidade de lideranças que fazem parte desse grupo, recebe a interpretação de estreito vínculo com o projeto de gestão do MST, traduzido como dedicação e militância. Cristiani da Silva (2004) menciona o discurso de uma liderança feminina que faz referência ao fato de que as mulheres, embora participem, precisariam expressar sua dedicação como “amor”, “gostar mais do coletivo”, interpretação que, como menciona a autora, associa a “construção do coletivo” a valores relacionados à construção da sociedade articulada pelo MST. Essa é também a forma



como Júlia se insere nesse projeto, atuando no sentido de viabilizar as propostas do movimento.

O que a trajetória de Júlia, construída no processo, tem de singular é a *dedicação ao coletivo* em diálogo com o *projeto do coletivo*. As experiências acumuladas por Júlia facilitam as suas inserções em novas e sempre interessantes frentes de ação, como, por exemplo, nas viagens, por meio das quais ela tanto divulga a experiência do MST em geral e do assentamento em particular quanto estabelece contrastes entre realidades e se abre para a diversidade de culturas com as quais tem contato, no diálogo que a trajetória militante oportuniza.

Júlia atua no MST e, em virtude disso, conheceu a organização política em diferentes regiões do Brasil. Mas, além disso, viaja constantemente para outros países, desde o início dos anos 90, quando fez a sua primeira viagem para Cuba. Tais viagens, sempre relacionadas à sua militância, destinam-se à formação e à participação em eventos, nesse caso, sempre na condição de representante do MST. A viagem se torna espaço de troca, de diálogo militante. Trata-se da participação em um processo no qual se constrói o diálogo do MST, enquanto organização coletiva, ou de participantes individualmente, com organizações internacionais, em diferentes referências. Embora tal empreendimento esteja relacionado à própria constituição do MST, que, objetivamente, promove a integração com organizações internacionais, sobretudo no que se refere à construção de uma proposta de sociedade socialista, é interessante perceber aspectos subjetivos de tais processos de troca, que emergem nos percursos individuais. No interior destes, mais uma vez a referência ao gênero se destaca, sinalizando um diálogo que aproxima, ramifica e ao mesmo tempo gera novos processos de diferenciação na construção de identidades. Tem destaque a relação com a organização internacional Via Campesina, no interior da qual sobressai a alusão a uma política específica de gênero. Destaca-se também a ênfase



em propostas de modelos de produção camponesa, a cooperação, sustentabilidade, agroecologia, entre outros.⁹ No entanto, conforme já mencionado em análises dos diálogos transnacionais levados a efeito por organizações coletivas, encontram-se referências constantes acerca de um “proveito” do qual os atores envolvidos no processo se beneficiam em função da participação. Cabe, então, perguntar de que modo se articulam esses diferentes espaços e quais são os efeitos nas práticas cotidianas dos sujeitos. No que se refere às relações de gênero e sexualidade e, de modo particular, na busca de equidade entre a participação de homens e mulheres, deve-se considerar, como propõe Millie Thayer (2001), que o movimento reflete um duplo objetivo: em um mundo globalizado, lutam tanto para “ficar em casa” (o novo modelo de produção, percebendo os benefícios, afirmando a equidade) como para deixá-la (a participação, os efeitos positivos, no plano subjetivo, da viagem, do contato, da inserção em redes transnacionais). Elementos da trajetória de Júlia são indicativos de como essas esferas se articulam, bem como de algumas implicações da participação das mulheres residentes em assentamentos de arenas feministas politizadas transnacionais.

Júlia representa o MST em diferentes eventos internacionais, em muitos deles com referência ao chamado “setor de gênero”. Viajou para diversos países africanos; esteve na Suíça, França, México, Venezuela, Nicarágua. Os relatos de suas viagens são sempre carregados da emoção das novas experiências.

As memórias de viagem de Júlia indicam que estas possibilitam um olhar sobre as suas práticas, um diálogo com

⁹ Por meio da participação na Via Campesina, vem se evidenciando um dos vínculos mais efetivos de relação entre participação das mulheres e proposta produtiva, que alimenta também a principal campanha do MST no momento, contra o uso de agrotóxicos associado ao modelo do agronegócio. Esse aspecto mereceria uma apreciação própria e é indicativo de uma interpretação singular dos papéis de gênero.



diferentes referências, sempre referenciado nas suas experiências: ser mulher, conhecer e ter participado das ações do MST a partir das referências da Igreja Progressista, associada à grande ênfase no cultivo e na vida no campo. Mas se assemelham também aos significados frequentemente atribuídos às viagens em diferentes contextos, dada a possibilidade de descentralizar as categorias habituais e de exercitar o contraste cultural, associando-se, assim, aos sentidos da mobilidade social em épocas atuais, de intenso fluxo de pessoas, imagens e informações. A casa de Júlia contém vários objetos que remetem às suas viagens, artesanato e outros elementos simbólicos que dão sentido a processos de globalização cultural. Um processo de globalização feito pelas intrincadas vias da luta cotidiana, caracterizado por intensas trocas de experiências. Bandeiras, objetos, fotos, pôsteres, que remetem à história de luta coletiva e, ao mesmo tempo, revelam aspectos singulares, memórias de construção subjetiva da militância.

No decorrer desses processos, destacam-se também dimensões importantes dos referenciais de gênero que fundamentam e dão sentido às escolhas no processo de organização política. Nesse contexto, constrói-se a relação do local com experiências similares e articulações globais. A experiência acumulada no itinerário certamente contribui para a atuação de Júlia no sentido de desenvolver um olhar singular sobre o projeto de assentamento em que mora. É importante sublinhar que, nos diálogos sobre ativismos, militância de mulheres, ressaltam-se sobremaneira os aprendizados, a possibilidade de contato com outras realidades, com impacto nas experiências subjetivas dos militantes. Mas deve ser destacado também o papel de liderança que algumas mulheres assumem, frequentemente pouco evidente – invisível – no contexto dos ativismos políticos, sobretudo quando se trata de militâncias que não assumem as *questões de gênero* ou os referenciais feministas como bandeiras de sua luta. É nesse contexto



que a trajetória de Júlia é relevante para uma reflexão a partir do gênero, que contextualiza representações do feminino e masculino e práticas de homens e mulheres no âmbito das relações de poder. Assim, a liderança que Júlia assume no assentamento está associada ao capital político que acumula.

Como elementos importantes que unem aspectos evidenciados no roteiro de viagens e na rotina de construção do ativismo político, destaca-se a referência, no exercício cotidiano das atividades no assentamento, a *sonhos, sofrimento, união e harmonia*, elementos que remetem a uma prática política que articula o religioso, o que torna instigante a reflexão acerca do gênero, considerando tratar-se do ativismo que envolve uma mulher, a qual, como outras militantes noutros contextos das atividades relacionadas à luta pela terra, embora tenha reconhecido destaque no interior do assentamento e nas atividades em que representa o MST, ainda tem a sua atuação delimitada pelas relações de poder inerentes às hierarquias do gênero.

► Considerações finais

Aspectos das trajetórias mencionadas sinalizam o modo pelo qual, no MST e nos assentamentos rurais, as chamadas questões de gênero vêm sendo progressivamente incorporadas como bandeiras importantes na luta, enfatizando a importância da participação das mulheres, tal como acontece com outros segmentos, como exemplo da juventude. Nesse sentido, incentiva-se, nas atividades, um equilíbrio na participação entre homens e mulheres.

Essa prática, entretanto, adquire novos sentidos quando confrontada com experiências locais, nas tarefas cotidianas da vida nos assentamentos e das organizações coletivas que estabelecem diálogos com realidades externas. Tais experiências



inserem expectativas e aspirações relacionadas à luta pela terra nos contrastes e tensões presentes na construção da militância. Assim, é possível delinear a dinâmica da produção de práticas e representações associadas aos papéis masculinos e femininos como portadora de singularidades, ainda que em referência a um mesmo projeto militante. São representações de gênero definidas na relação, no processo, inseridas em uma rede de produção cultural que transforma e cria novas referências. Desse modo, a interpretação de trajetórias contextualizadas permite ir além da recuperação de uma história de participação feminina, sublinhando espaços e ações que, de fato, potencializam a participação das mulheres.

A recuperação das trajetórias tem ainda outra contribuição, qual seja, a de ampliar as possibilidades de perceber papéis de mulheres com participação ativa na construção do projeto do MST em geral e da organização de assentamentos específicos em particular. São histórias que apontam para a construção relacional dos papéis masculinos e femininos na luta, delineados contextualmente. Resgatar tais trajetórias se constitui em um empreendimento dedicado a potencializar questionamentos acerca de uma especificidade feminina ou masculina, de homens e mulheres.

► Referências

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu* (8/9), p. 319-342, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1993.



LERRER, Débora Franco. *Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST*. 2008. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

SCHWADE, Elisete. *A luta não faz parte da vida... é a vida*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

_____. Construção da militância, gênero e geração no MST e em assentamentos rurais: reflexões sobre um processo de pesquisa. In: OLIVEIRA, Kelly; OLIVEIRA, Luciana; NEVES, Ednalva (Org.). *Pesquisa e ética na antropologia contemporânea: territorialidade, gênero, saúde e patrimônio*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

_____. Gênero e juventude em assentamentos rurais. In: _____. VALLE, Carlos Guilherme (Org.). *Processos sociais, cultura e identidades*. São Paulo: Annablume, 2010.

SILVA, Cristiani Bereta da. Relações de gênero e subjetividades no devir do MST. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 269-287, jan./abr. 2004.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no ser-tão. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 103-130, 2001.

VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: _____. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. p. 31-47.

AS LUTAS DAS MULHERES CAMPONESAS NA CONTRAMÃO DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA



Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

Nas últimas décadas, os discursos feministas deram centralidade analítica a vertentes ancoradas em denúncias sobre as desigualdades inscritas no sistema sexo-gênero, com enfoque nas múltiplas violências sofridas pelas mulheres, e em pesquisas sobre a produção de identidades a se orientarem nas formas de representação de liberdade, autonomia, emancipação, civilidade, tolerância, reconhecimento da diferença, nos marcos dos direitos civis e universais constituídos pela sociedade moderna, ocidental e colonizadora. Tais acúmulos reflexivos têm, no entanto, pouco avançado e até apresentado limitações epistemológicas para a compreensão e problematização de experiências protagonizadas por mulheres camponesas no Brasil e na América Latina, no novo século, que expressam um caráter insurgente, desviante, discordante e multifacetado.

Embora estudos feministas recentes levem em consideração a pluralidade humana nos aspectos relacionados a raça, etnia, geração, orientação sexual e religiosa, etc., tratam, de maneira geral, da diferença e da existência do Outro a partir de concepções de liberdade e de emancipação herdadas das Luzes.



Tal relação se utiliza da ideia abstrata de liberdade universal, desconsiderando as experiências particulares, expressas nas vivências de populações colonizadas que historicamente têm sido mantidas em estado de exploração e escravidão. Nesse sentido, o conhecimento do Outro, do diferente, faz-se através de “lentes” da cultura dominante, colonizadora, ocidental, reforçando a produção e reprodução hierárquica das diferenças entre os povos (SANNA; VARIKAS, 2011).

Na direção e em diálogo com estudos subalternos, “desde y sobre el Sul Global” (MARIN; LUGO, 2013); a partir da enunciação “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005); dos acontecimentos e lugar geopolítico da modernidade (DUSSEL, 2010); do pensamento alternativo (SANTOS, 2010) ou epistemologias do sul (SANTOS, 2010), estes denominados por Santos, nos seus estudos, como sociologia das ausências (2010), pretendo superar possíveis dificuldades de pensamento que Sanna e Varikas (2011, p. 7) denominam de “barreira cognitiva”, a impedir reflexões de caráter relacional, de forma a integrar as “histórias de dominação” protagonizadas pelo mundo ocidental colonizador e as “tradições de resistência” experimentadas pelas populações originárias e tradicionais dos mundos colonizados, com destaque, neste trabalho, para a ação política das mulheres camponesas do Brasil.

Secularmente, a modernidade ocidental buscou organizar a sociedade tendo como missão civilizatória a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a universalidade humana, apresentando como soluções o progresso, o liberalismo, o neoliberalismo, o reformismo, o marxismo e a revolução (SANTOS, 2010). Essa matriz civilizatória tem construído grupos populacionais urbanos e rurais submetidos à exclusão social, ao desemprego, à violência, à pobreza, à marginalidade, em países do continente africano e/ou latino-americanos, historicamente, dominados pelo colonialismo europeu, externalizando a materialidade do falso universalismo de direitos que se apresenta no discurso da



modernidade, na medida em que os direitos reivindicados não são incorporados como igualdade de poder e de pertencimento pelos grupos subalternos.

Para Brown (2011, p. 158), os grupos identitários, como de mulheres, de negros, das sexualidades *queer*, lutam por políticas específicas para sua inclusão social na sociedade, visando adentrar nos “privilégios burgueses”, mas não discutem nem lutam para alterar radicalmente “as normas e práticas” que regem as ordens que geram o poder e as riquezas. Limitam-se às suas reivindicações específicas. O desafio atual dos feminismos se anuncia, para Brown (2011), na necessidade de produzir pensamentos e práticas que relacionem as duas frentes de luta, por políticas de igualdade e justiça social e pela transformação da ordem do poder dominante. Reduzir as lutas dos grupos identitários às políticas específicas por igualdade para o reconhecimento das diferenças reforça “um discurso de poder” denominado por Foucault de “governamentalidade” (BROWN, 2011, p. 161). Nesse sentido, o discurso político feminista e e sua prática, voltados para a igualdade e o reconhecimento da diferença, mantêm-se presos na armadilha da dominação do poder colonialista, com o papel de regulação sobre o Outro nas sociedades modernas, fortalecendo sua legitimidade como modelo de civilização para outros mundos e de organização hierárquica sobre as diferenças sociais, sejam de gênero, de raça, de etnia, de religião e de orientação sexual.

As lutas encetadas pelas mulheres camponesas do Brasil e da América Latina têm denunciado que tal modelo civilizatório, de caráter universalizante, está alicerçado em diferentes concepções e entendimentos sobre natureza, trabalho, terra, produção, espaço, tempo e relações humanas e também submetido ao domínio do mercado e do capital. Esse padrão de poder tem provocado desigualdades entre os povos frente às heteronomias existentes em relação às discordantes compreensões de mundo. Os saberes autorizados pela sociedade dominante



provocam a destruição e desqualificação de conhecimentos e de outras visões de mundo procedentes de culturas originárias da América Latina.

Para Santos e Meneses (2010, p. 16), a epistemologia dominante se fundamenta em duas diferenças, “a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo”. A ciência moderna produz as bases para orientar a universalidade do pensamento e das práticas sociais numa única matriz, descredenciando e suprimindo outras formas de representação da realidade. Tal hegemonia e domínio sobre os saberes “só foi possível com base na força com que a intervenção política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo modernos se impuseram aos povos e culturas não ocidentais e não cristãos” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005 apud SANTOS; MENESES, 2010).

Nos estudos tradicionais, as mulheres camponesas são tratadas como sujeitos situados na fronteira da ordem e da sociabilidade dominante; como produtoras de conflitos; como resíduos sociais da civilização moderna; resistentes a mudanças e estigmatizadas num tempo atrasado. As ações públicas das mulheres me remetem a levar em consideração a complexidade e a heterogeneidade do universo humano e suas reivindicações por legitimidade e reconhecimento de sua autorrepresentação e afirmação e a analisar a potencialidade das lutas sociais que brotam do campo para retirar a mulher camponesa do isolamento e produzir experiências anticolonialistas e emancipadoras.

Este trabalho se afirma na direção de uma intencionalidade política, cultural, social e econômica; em diálogo com as experiências e lutas políticas em curso no novo século no Sul Global, que indicam pensamentos e práticas divergentes e de caráter resistente “que buscan posicionar espacios para revertir y resistir localmente globalizaciones y ordenes políticos globales excluyentes, asi como violências estructurales, sistemáticas y selectivas” (MARIN; LUGO, 2013, p. 17).



Nesse sentido, problematizo: é possível produzir conhecimento de outro modo? Afirmar saberes insubordinados à ordem cultural, social, política e econômica dominante? Realizar uma escrita acadêmica crítica para dar voz às experiências situadas? Neste texto, somo-me a emergentes estudos críticos feministas (SANNA; VARIKAS, 2011; BROWN, 2011) para aprofundar reflexões que tensionam e se contrapõem à epistemologia moderna dominante; à geopolítica da dominação; à invisibilização e desqualificação de espaços, sujeitos e experiências que potencializam saberes alternativos. Este trabalho também se situa numa posição não neutra, na medida em que traz reflexões críticas de experiências políticas de mulheres camponesas “en contextos de desigualdade estrutural y con mecanismos de negociación desigual entre comunidades, transnacionales y estados” (KIRSCH, 2002 apud MARIN; LUGO, 2013, p. 23).

Trago como motivação para um pensar reflexivo as ações políticas de mulheres camponesas realizadas no Brasil, na década de 2000, e materializadas em manifestações públicas em comemoração ao dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher), ao dia 12 de agosto (Dia de Combate à Violência no Campo)¹ e em outras atividades realizadas em parceria com movimentos de mulheres e feministas em nível estadual, nacional e latino-americano.

► As mulheres e o novo padrão de poder mundial

O projeto de “colonialidade de poder” se reconfigura a partir da década de 1980 nos países latinos como “um novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005). Reproduz relações coloniais de dominação com base em históricas relações de gênero eurocêntricas e constrói novas relações de poder sobre as raças

¹ O dia 12 de agosto homenageia a sindicalista Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Sapé/PB e assassinada em 1983.



conquistadas, ampliando seus domínios para além do controle sobre a exploração do trabalho e da “produção-apropriação-distribuição de produtos”, agora em âmbito mundial, instalando um “padrão global de trabalho e de relações humanas” que atingem de forma profunda a vida cotidiana das mulheres camponesas.

“A nova estrutura global de controle do trabalho” (QUIJANO, 2005) também visa reorganizar o poder dos Estados nos padrões daquilo que Guattari (1989) denomina de “Capitalismo Mundial Integrado” e Negri e Hardt (2006), de “Império”. Nessa complexa trama de mudanças estruturais, as mudanças sobre a estrutura fundiária da América Latina e, de forma intensiva e mais agressiva, do Brasil se fazem para atender às exigências do novo sistema agroalimentar protagonizado pela globalização da economia capitalista a se realizar através do agronegócio.

O chamado agronegócio possui exigências que requerem a ação subordinada dos Estados-Nações para garantirem políticas de caráter neoliberal, como a flexibilização da legislação agrária para a aquisição de terras por multinacionais estrangeiras e a disponibilização de linhas de crédito e de recursos financeiros. O modelo agrícola que se impõe amplia a concentração de terras no País, estendendo seus interesses para os territórios indígenas, quilombolas, de pescadores, ribeirinhos, camponeses e áreas de preservação ambiental. A produção volta-se basicamente para o mercado externo e o setor dos agrocombustíveis, frutas, carnes e celulose. Uma nova colonialidade se reorganiza para manter a concentração da terra e dos recursos ambientais e o controle do trabalho humano em novas relações de poder, agora com o caráter mundializado e em novas bases mercadológicas.

As mudanças no padrão de vida e a fragilização das famílias camponesas em relação ao acesso à terra e à segurança alimentar são sentidas pelos camponeses e, de forma especial, pelas mulheres camponesas que atuam na base da agricultura familiar, produzindo de forma diversificada, com pouco ou nenhum uso de agrotóxicos, e destinando a produção para garantir



a reprodução familiar e o mercado interno. São transformações de ordem social, econômica, cultural e política, realizadas nas últimas décadas em países da América Latina e provocadas pela modernização da agricultura de base capitalista e globalizante, que estão sendo enfrentadas por mulheres camponesas através da criação de novas formas de resistência e a partir de sua diferente posição de gênero, de classe social e de sua relação direta com a reprodução social e a preservação da vida humana.

No Brasil, as mulheres camponesas realizam diversas lutas, debates; exercitam outras experiências humanas que trazem marcas de um modelo de sociedade que conflita com o projeto de desenvolvimento a se impor no País, a partir da década de 1980, pela ordem neoliberal, que compromete, de forma radical e decisiva, a manutenção da cultura camponesa. As mulheres expõem a existência de outras formas de conhecimento de mundo e de relação com a vida humana e a natureza. Transgridem a ordem social e econômica dominante com manifestações públicas no “coração” do capitalismo e afirmam vozes e práticas dissonantes a esse projeto de civilização.

Mas as quais mulheres camponesas estou a me referir? Refiro-me às mulheres órfãs, viúvas, filhas e esposas de camponeses, oriundas de famílias empobrecidas, fragilizadas, dilaceradas e colocadas em condições de marginalidade, digo, à margem da sociedade moderna. Provocadas pelo sistema econômico e político, são submetidas a processos constantes de migração em busca de terra, trabalho e moradia com maridos, filhos e familiares. São ex-moradoras, ex-parceiras, ex-rendeiras e ex-foreiras expulsas da terra frente às novas relações de produção e de trabalho impostas pela modernização agrícola.

Há diversidade na história dessas mulheres. No entanto, há elementos nessas vivências que as mantêm em unidade como camponesas quando o encontro entre suas experiências se faz pulsar. A coesão é encontrada quando suas existências de perdas e de fragmentação familiar são identificadas com a



herança legada e gerada pela organização e formação da estrutura fundiária brasileira. Como Martins (2003, p. 12) afirma, são “resíduos de um processo histórico lento” que continuam a produzir “populações residuais e descartadas das velhas relações de trabalho agrícola, pastoril e extrativo originadas da crise das duas escravidões que tivemos”. Mas são também populações em movimentos de resistências e em conflitos frente às políticas neocoloniais de aculturação, de assimilação e de tentativas de desaparecimento das fronteiras entre os valores rurais e aqueles trazidos pela sociedade urbana e industrial fortemente pautada no consumismo.

► As mulheres camponesas vão às ruas

As manifestações desencadeadas por mulheres camponesas na década de 2000, expressas no quadro 1, apontam para o tensionamento produzido pelo modelo agroalimentar realizado pelo capital internacional e adotado pelo governo brasileiro.

Mês/Ano	Evento/Temática	Local/Org.	Pauta	Ação Política
03/2000	Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. “Mulheres Gerando Vida, Construindo um Novo Brasil”.	Brasília – ANMTR.	Reforma agrária; soberania alimentar; dívida externa; direitos previdenciários; saúde; educação.	1º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; ato contra soja transgênica na Embaixada Americana; marchas; audiências com ministérios e governos estaduais; acampamentos e seminários estaduais.

Continua



Mês/Ano	Evento/Temática	Local/Org.	Pauta	Ação Política
08/2000	1ª Marcha das Margaridas. “2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista”	Brasília – Contag.	Reforma agrária; dívida externa; política neoliberal; políticas de saúde, educação; violência doméstica.	Marcha em BSB; ato na Esplanada dos Ministérios; audiências com ministérios.
03/2001	Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Mulheres Trabalhadoras Rurais na luta por um Novo Brasil.	AL; BSB; BA; CE; ES; GO; MA; MG; MS; MT; PA; PE; PR; RJ; RS; SE; SP – ANMTR	Reforma agrária; neoliberalismo, transgênicos política agrícola, de saúde, educação, previdência social.	Acampamentos estaduais; audiências com ministérios em BSB; atos contra alimentos transgênicos em lojas do McDonald’s; marchas; seminários.
03/2002	Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. “Margarida Alves”.	BSB; CE; ES; MG; MS; MT; PA; PB; PE; PR; RJ; RS; SE; SC; SP – ANMTR.	Reforma agrária; política agrícola; projeto neoliberal; documentação para mulheres.	Acampamentos estaduais; mobilizações contra BID; marchas; panfletagens; formações.
03/2003	Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. “Mulheres Trabalhadoras Rurais na luta por direitos, construindo um projeto popular”.	AL; BA; CE; DF; ES; MA; MG; MS; MT; PA; PE; PR; RS; SE; SC; SP – ANMTR.	Alca; transgênicos; Projeto Popular para o Brasil; soberania nacional; políticas públicas.	Acampamentos estaduais; mobilizações nas regiões; encontros de formação;
08/2003	2ª Marcha das Margaridas. “A Marcha das Margaridas - 2003 Razões para Marchar”.	Brasília – Cotag.	Violência sexista; direitos sociais e previdenciários, saúde e educação; reforma agrária; meio ambiente.	Marcha por BSB; ato na Esplanada dos Ministérios; audiências com ministérios.

Continua



Mês/Ano	Evento/Temática	Local/Org.	Pauta	Ação Política
03/2004	Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra. "Semeando lutas e novas relações de gênero".	AL; BA; CE; DF; ES; GO; MA; MG; MT; PE; PB; PI; PR; RN; RJ; RO; RS; SE; SC; SP; TO – Via Campesina.	Reforma agrária; política neoliberal; agronegócio; políticas públicas.	Acampamentos estaduais; encontros estaduais e regionais; marchas; seminários.
03/2004	1º Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas. "Fortalecer a luta, em defesa da vida".	Brasília – MMC.	Projeto Popular de Agricultura Camponesa; ampliação de direitos sociais; participação política.	Articulação dos movimentos de mulheres para criação do Movimento de Mulheres Camponesas; manifestações na Esplanada dos Ministérios; audiências com ministérios.
03/2005	Jornada de Luta das Mulheres Sem-Terra.	BA; CE; DF; MA; PA; PE; PR; RJ; SC; SP – Via Campesina.	Política neoliberal; agronegócio; políticas públicas.	Acampamentos estaduais; marchas; seminários; encontros estaduais; lançamento de cartilha.
03/2006	Jornada de Luta das Mulheres do MST. "Mulheres Sem Terra na luta por Reforma Agrária, por Agricultura Camponesa e por um Brasil sem Desigualdades".	AL; BA; CE; DF; ES; GO; MA; MG; MS; MT; PA; PE; PB; PI; PR; RN; RS; RJ; RO; SE; SC; SP; TO – Via Campesina.	PNRA; documentação; políticas públicas; agronegócio; soberania alimentar; violência contra a mulher; agrocombustíveis.	Acampamentos estaduais; Acampamento da Via Campesina e das Mulheres Sem Terra no RS com ocupação do Horto Florestal da Aracruz Celulose/RS; de prédios públicos; de terra; marchas; encontros estaduais.

Continua



Mês/Ano	Evento/Temática	Local/Org.	Pauta	Ação Política
03/2007	Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra e da Via Campesina. "Mulheres Camponesas na Luta contra o Agronegócio e por Soberania Alimentar".	AL; BA; DF; CE; ES; GO; MA; MG; MS; MT; PA; PB; PE; PB; PI; PR; RN; RJ; RO; RS; SE; SC; SE; SP; TO – Via Campesina.	Reforma agrária; soberania alimentar; violência contra a mulher; expansão do agronegócio; modelo agrícola para agrocombustíveis; agricultura familiar.	Ocupações em empresas multinacionais: Usina Cevasa/SP; Aracruz Celulose/ES; MBR Minerações/MG; latifúndios; Avipe/PE; de prédios públicos; audiências públicas; construção de colcha nacional com o lema "a participação das mulheres no MST".
08/2007	3ª Marcha das Margaridas. "2007 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista".	Brasília – Contag/CUT.	Reforma agrária; índice de produtividade; violência contra a mulher; políticas públicas.	Audiências públicas com ministérios; mobilizações e participação política das mulheres.
03/2008	Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra e da Via Campesina. "Mulheres da Via Campesina em defesa da saúde, da biodiversidade e da vida!"	AL; BA; BSB; CE; GO; MA; MG; MS; MT; PA; PE; PR; RN; RJ; RO; RS; SC; SP – Mulheres da Via Campesina.	Expansão do agronegócio; política agrícola para agrocombustíveis; campanha "Produção de Alimentos Saudáveis"; crimes ambientais; soberania alimentar, criminalização dos MS; violência no campo.	Audiências públicas; doação de alimentos à população urbana; caminhadas; cursos; ocupação de fazendas e áreas ilegais, de prédios públicos e embaixadas, de ferrovias da Vale; bloqueio de rodovias; manifestações em frente a transnacionais.

Continua



Mês/Ano	Evento/Temática	Local/Org.	Pauta	Ação Política
03/2009	Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Camponesa. “Mulheres camponesas em luta contra o agronegócio, pela reforma agrária e soberania alimentar”.	AL; BSB; CE; ES; GO; MA; MG; MS; MT; PA; PB; PE; PR; RJ; RS; SC; SP; TO – Mulheres da Via Campesina.	Soberania alimentar; agronegócio; transnacionais.	Ocupação de usinas de cana-de-açúcar, do porto de exportações da empresa Aracruz/ES, de fazendas, de prédios públicos; caminhadas, doação de sangue; seminários; corte de eucaliptos em fazenda/RS; marchas.
03/2010	Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina. “Mulheres Sem Terra: na luta contra a violência do agronegócio, por reforma agrária e soberania alimentar”.	AL; BA; CE; ES; GO; MG; MS; MT; PB; PE; PR; RJ; RO; RR; RS; SC; SE; SP; TO – Mulheres da Via Campesina.	Reforma agrária; soberania alimentar; multinacionais do agronegócio; agrotóxicos.	Participação de 250 mulheres da Via nas ações da MMM em SP; ocupação de prédios públicos; de rodovias, de indústrias produtoras de agrotóxicos, de usinas de cana-de-açúcar, de fazendas; bloqueio de obras em barragens; palestras em escolas; doação de sangue; cursos de formação; palestras; vigílias; marchas.

Quadro 1 – Manifestações nacionais das mulheres camponesas no período de 2000 a 2010.

Fonte: pesquisas da autora no jornal *Sem Terra* (anos 2000 a 2010); jornal da Marcha Mundial de Mulheres (anos 2000 a 2010); e sites: <<http://www.viacampesina.org.es>>; <<http://www.mst.org.br>>; <<http://www.mpa.org.br>>.



As mulheres inicialmente se autodenominam trabalhadoras rurais e atuam em ações unificadas em torno da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR),² que agrega mulheres de diferentes movimentos sociais rurais nas lutas realizadas no Dia Internacional da Mulher (8 de março) e em torno de mulheres organizadas no movimento sindical rural vinculado à Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura (Contag)³ no dia 12 de agosto (Dia de Combate à Violência contra a Mulher).

Uma primeira observação se faz com relação às mudanças no perfil da mulher rural. Dantes inscrita no mundo familiar e limitada aos afazeres domésticos, apresenta-se nas lutas sociais em processo de transformação. Já não traz a mesma face daquela de quarenta anos atrás. Está em movimento produzindo mudanças específicas para si, sua família e sua comunidade. Ao ir às ruas de forma coletiva, transpõe os espaços da casa, da cozinha, do ambiente familiar, para se expressar como ser social e político e com a vontade de resistir e denunciar sua condição de população periférica, de grupo social na fronteira da modernidade.

Organiza-se em movimentos não mais restritos ao seu lugar de origem, mas em escalas municipais, estaduais, nacionais,

² A ANMTR foi criada em 1995, durante o 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, para aglutinar as lutas das mulheres trabalhadoras rurais. Passou a coordenar as ações políticas das mulheres do: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – NE e Sul, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Quilombolas (MMQ), Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco (MMQC), Movimento de Mulheres Indígenas (MMI), Movimento de Mulheres Negras (MMN), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Pescadoras (MMP), etc. e de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Departamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

³ As ações realizadas em torno do dia 12 de agosto são coordenadas por mulheres vinculadas ao movimento sindical rural associado à Contag e passaram a se realizar a cada quatro anos, através da denominada Marcha das Margaridas. Foram realizadas nos anos de 2000, 2003 e 2007 e 2011.



continentais e mundializadas para recriar e (re-)harmonizar suas cosmovisões. Nesses espaços, fortalecem seus rituais, festividades, saberes, sabores, ritmos, cores, musicalidade, dança, gerando comunidades transterritoriais e novas relações sociais, em que se realizam trocas de sementes, de receitas alimentares e medicinais, de sabores e saberes que motivam novas sociabilidades e se misturam ao debate político sobre agronegócio, monocultura, natureza destruída, uso de agrotóxicos, neoliberalismo, internacionalização do capital, alimentos transgênicos, reforma agrária, direitos humanos, alimentos saudáveis, relações de gênero e projeto popular para o País.

Mulheres criam novas sociabilidades que traduzem manifestações de continuidade, de transformação e de recriação de tradições a recuperar a relação intrínseca entre humanidade, natureza e solidariedade em meio a comunidades e nações. Reacendem tradições fragilizadas, para manter e resguardar seus valores míticos, diante da fria racionalidade da modernidade ocidental. No exercício das lutas políticas, exercitam novas sociabilidades que formam e são formadoras de gerações; que ensinam e aprendem ressignificando os saberes ancestrais, para a transmissão de um patrimônio imaterial mantido, historicamente, pela memória oral. Os saberes cotidianos apreendidos na experiência e na observação são revalorizados e transmitidos nesses espaços plurais numa significação mítico-simbólica, fazendo a conversão entre perdas e a tragicidade da vida para a possibilidade de reapropriação da própria existência, de novas territorializações em bases solidárias.

A intersubjetividade produz unidade e anima corpos a fortalecerem falas, lugares e conhecimentos; a construírem cartografias de solidariedade entre nações, estados, municípios, para o reconhecimento de si, do coletivo, no meio das fronteiras, dos limites do poder dominador. Os eventos realizados a cada ano são produzidos recriando o passado e provocando o presente preso a uma racionalidade que exclui suas experiências



de vida. Renovam o jeito de aprender e ensinar transformando os momentos de encontro em assembleias, cursos, oficinas, cujos aprendizados ligam o ver e o ouvir ao sentir, dando sentido à mensagem política que se ressignifica nos cantos, poesias, danças e místicas. São espaços construídos e plenos de imagens representativas da realidade rural, que trazem sonoridade, alegria e ritmo ao aprendizado. Integram os espaços de origem familiar e local, produzindo o reconhecimento, a familiaridade e a apropriação com o novo recriado e reterritorializado.

A sociabilidade nos encontros nacionais produz a descoberta de direitos políticos, fortalece o aprendizado de se fazerem cidadãs, traz a reação do lugar de subalternidade e de exclusão historicamente a elas destinado. Descobre-se o sentido político da participação, da autonomia e da organização associativa e de classe. Ao construírem suas pautas de reivindicações, reafirmam sua diferença exigindo direitos previdenciários, políticas públicas que reconheçam sua condição de mulher e de produtora rural. Mas, substancialmente, não são mudanças para inseri-las de forma subordinada no mundo do trabalho capitalista. São, sim, mudanças que valorizam a criatividade camponesa, a autonomia e liberdade no trabalho, o conhecimento aprendido na experiência, as transformações qualitativas produzidas por seus manejos agrícolas para a soberania e segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. São tempos e lugares em movimento de transformação onde “se entrecruzam valores econômicos, sociais e culturais em uma racionalidade integral que contrasta com a limitada economia-lucrativa do capital” (VERGÉS, 2011, p. 79). Embora em condição de subalternidade à economia capitalista, a economia camponesa reage resistindo e atribuindo maior importância/sentido aos valores socioculturais e ao bem-estar de sua família, em detrimento dos valores materiais e economicistas.

No movimento de construção e de participação nas lutas que levam milhares de mulheres às ruas do País, há processos



de autonomização entre os movimentos sociais que reorganizam suas nomeações e suas lutas. As mulheres vinculadas ao movimento sindical rural e organizadas pela Contag e CUT atuam fundamentalmente nas lutas realizadas durante a preparação e realização das Marchas das Margaridas e dos eventos organizados pela Marcha Mundial das Mulheres. São eventos que priorizam o diálogo com o governo, com pautas de reivindicações prioritariamente voltadas para a garantia de direitos sociais e por políticas públicas. Toda a preparação local, regional, estadual e nacional direciona-se para identificar as demandas das mulheres para a construção de pautas para as audiências com os ministérios do governo. Denominam-se mulheres trabalhadoras rurais.

As mulheres organizadas em torno da ANMTR passam por profundas mudanças ao longo da década. Seja em relação aos temas, que passam a tratar de lutas e a incluí-las nas suas pautas, seja no direcionamento de suas ações e na nomeação que passam a utilizar. Embora mantenham algumas pautas dirigidas ao governo, voltam-se prioritariamente para atingir o modelo do agronegócio, através de ocupações de grandes propriedades produtoras de cana-de-açúcar, de celulose, de laranja, de soja, etc., colocando em disputa o padrão dominante que rege o sistema agroalimentar, a forma de acesso à terra por empresas internacionais, as pesquisas e os experimentos voltados para as culturas produzidas pelo agronegócio e as relações de subordinação do governo com essas empresas. Em meados da década de 2000, nominam-se mulheres camponesas buscando ampliar sua condição, para não mais se restringirem ao mundo do trabalho, mas para se incluírem como sujeitos de uma classe social e política. Atuam, assim, como deseja Brown (2011), em duas frentes de luta: para afirmar direitos humanos e para questionar e lutar pela transformação da ordem e do poder dominante.

Na contramão da modernização agrícola, a mulher camponesa atualiza sua experiência como agricultora através de outras



formas de cultivo e produção agrícola, incorporando sua diversidade étnica e cultural. Produz a partir dos princípios agroecológicos mudanças tecnológicas em contraposição ao produtivismo e ao progresso. Integra-se na cadeia produtiva alimentar, ingressando e demarcando uma nova relação de caráter justo e solidário com o mercado. Aproxima-se das/os consumidoras/es, atribuindo aos seus produtos agrícolas não apenas um valor de troca, mas, principalmente, inserindo-lhes um novo valor – o valor de seu trabalho, que traz a marca de alimento saudável, agroecológico, de origem, ressignificando o valor de uso.

Realiza o policultivo, protege as matas nativas e os recursos hídricos e otimiza o uso dos recursos naturais e disponíveis, reduzindo ao máximo o ingresso de insumos externos que trazem custos adicionais à unidade produtiva. Reivindica a participação paritária no acesso à terra e ao crédito específico e acento nas políticas públicas.

Exercita, cotidianamente, na economia camponesa, a economia de base comunitária, através da troca de sementes, de mudas e de alimentos. Participa de mutirões em trabalhos sem remuneração, produz em áreas coletivas, socializa técnicas agrícolas, junta-se aos trabalhos comunitários. Enriquece e amplia a vida associativa, não a reduzindo ao produtivismo, mas fortalecendo as relações sociais de base solidária.

No plano associativo, são criadas e recriadas novas formas organizativas ao longo dos dez anos da década tratada. Há um novo caráter associativo que se inicia na década de 1990 e se amplia e se fortalece na década de 2000. Alianças são construídas em nível continental e mundial por mulheres camponesas que se materializam na participação em eventos, congressos, continentais e mundiais, através de sua inserção na rede internacional denominada Via Campesina. Nesses espaços, as mulheres camponesas reivindicam Assembleias de Mulheres para discutir sua condição específica de mulher camponesa e sua compreensão específica de vida societária.



Produzem um novo perfil associativo que não se limita à sua comunidade, mas ultrapassa as fronteiras do País. São experiências que se deslocam e formam uma nova geopolítica, uma face transnacional de família ampliada a reagir ao monopólio da terra, da água, dos cultivos, dos insumos, das sementes. A unidade se explicita na diversidade, sua maior riqueza, e dá força à existência camponesa, a uma civilidade ao avesso quando expõem conflitos, agem com luta e disputam seus projetos com veemência e rebeldia. Quando vão às ruas, ocupam terras, reivindicam novas formas de participação política direta, confrontam a democracia representativa e as contradições da modernidade que cria normas, gera marginalizados e esconde a dupla face do capitalismo. As lutas e organizações transnacionais das camponesas representam o diferente, o território da heterogeneidade social e cultural.

Em busca de mudanças por outro modelo societário, as mulheres camponesas adentram a luta denunciando o projeto de uniformização da Biosfera (pessoas, terra, água, máquinas, sementes) no domínio de forças produtivas – a terra e a vida. E se, nas décadas passadas, o debate se dava em torno da renda da terra, hoje se faz em torno da renda da vida, com os germoplasmas, a biotecnologia, os organismos geneticamente modificados (OGMs) em contraposição à diversidade biológica de ecossistemas complexos. É a homogeneidade controlada contra a heterogeneidade e o respeito à diversidade. Expõem a centralidade do conflito entre os modelos em disputa que colocam a civilização na encruzilhada.

Os sinais que leio são de rebeldia das mulheres ao “progresso” que não gera futuro para a vida. Se havia problemas com a renda da terra, na atualidade surgem problemas com a renda da vida, com o controle e privatização da fauna, da flora, de micro-organismos – com o patenteamento dos códigos genéticos.

As mulheres camponesas agem na contramão dessa lógica quando preservam a biodiversidade dos ecossistemas, fazem sua



domesticação e a reproduzem em práticas produtivas, sociais e culturais para garantir a sobrevivência humana, numa racionalidade que combina produção, consumo e sustentabilidade.

Concluo trazendo para futuros e promissores debates o que considero a centralidade do conflito, que se materializa nas recentes práticas políticas das mulheres camponesas quando fazem a defesa intransigente pela convivência civilizada com a diversidade dos ecossistemas e sociossistemas e quando buscam garantir legitimidade à economia de base camponesa que garante “serviços ambientais” e sociais que superam os argumentos econômicos da chamada economia verde e ambiental.

► Referências

BROWN, Wendy. Configurations contemporaines de la domination et des résistances: um regar transnational (entretien réalisé par Maria Eleonora Sanna et Eleni Varikas). In: SANNA, Maria Eleonora; VARIKAS, Eleni (Coordonné par). *Genre, modernité et “colonialité” du pouvoir*. Paris: L’Harmattan, Cahiers du Genre, 2011. v. 50, p. 153-163.

DUSSEL, Enrique. Mediações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 341-395.

GUATTARI, Félix. *Les trois écologies*. Paris: Galilée, 1989.

MARIN, Jefferson Jaramillo; LUGO, Juan Pablo Vera. Etnografias desde y sobre el Sur global. Reflexiones introductorias. *Universitas Humanística*, Bogotá, v. 75, p. 13-34, enero/jun. 2013.

MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: MARTINS, José de Souza (Coord.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 11-52.



NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, CLACSO, set. 2005. p. 227-278. (Colección Sur Sur).

SANNA, Maria Eleonora; VARIKAS, Eleni. Genre, modernité et “colonialité” du pouvoir: penser ensemble des subalternités dissonantes. Introduction. In: SANNA, Maria Eleonora; VARIKAS, Eleni (Coordonné par). *Genre, modernité et “colonialité” du pouvoir*. Paris: L’Harmattan, Cahiers du Genre, 2011. v. 50, p. 5-15.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção para um novo senso comum, 4).

_____; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

VERGÉS, Armando Bartra. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO DESAFIO DO GÊNERO FRANÇA-BRASIL



Hélène Guetat-Bernard

► Introdução

Diante de uma sociedade cada vez mais urbanizada, as agriculturas do mundo devem atender a desafios globais: demanda por alimentos, energias e fibras em relação com o aumento da população mundial, a evolução das dietas alimentares, a preservação dos equilíbrios ambientais. Há trinta anos, a agricultura familiar é particularmente maltratada (queda dos subsídios públicos, concorrência da agricultura empresarial do Norte e do Sul, especulações sobre os preços agrícolas). Mas, por razões demográficas e de insegurança alimentar, a questão rural e a agrícola voltam a ser o foco das preocupações do desenvolvimento. O percurso rumo a uma agricultura empresarial muito capitalizada é, hoje, preocupante e “a agricultura familiar propõe alternativas a esta transformação estrutural da economia, se for monitorada” (GUÉTAT-BERNARD; HOFMANN; SOURISSEAU, 2014). Em relação à agricultura empresarial, ela não assume os mesmos compromissos, mas volta-se principalmente para o abastecimento



alimentar nacional, de ofertas alternativas de empregos, de equilíbrios territoriais, de relações renovadas entre consumidores e produtores e de preservação da agrobiodiversidade. Em vez da agricultura empresarial, o mundo de amanhã necessita da agricultura familiar, para evitar transformar os bens alimentares em produtos unicamente mercantis, entregues às especulações dos mercados. Os bens alimentares que estão inscritos nas construções sociais são socializados, culturais, identitários (identidade dos territórios, dos produtores e dos consumidores), portadores de valores de trocas. Portanto, o atual desafio da agricultura familiar, numa perspectiva de gênero, é de atender, conjuntamente, às questões de eficácia econômica (FAO, 2011), de igualdade de gênero no seio das esferas domésticas e das instituições de enquadramento das linhas produtoras, mas também de inscrição territorial de bens alimentícios de qualidade.

O contexto agrícola foi precursor, nos anos 1970-1980, no seio dos estudos feministas, por cristalizar um número de debates, em particular, em torno de três assuntos: a relação com a técnica e os efeitos da modernização agrícola; as ligações entre o trabalho produtivo e reprodutivo e o sistema de propriedade agrícola-familiar; e o ecofeminismo. A defesa de uma agricultura familiar (no sentido de defender um acompanhamento pelos poderes públicos à altura do que existe para a agricultura empresarial) numa perspectiva de gênero deve inscrever-se na continuação dos combates realizados pelas mulheres do interior das estruturas familiares, das instituições, dos sindicatos, dos movimentos sociais e das instituições internacionais. Apresentamos, numa proposta sintética que se quer, ao mesmo tempo, histórica e comparativa, duas questões vivas: a questão do trabalho e do estatuto das mulheres no contexto da agricultura familiar e as questões em torno da alimentação e da agroecologia. Fazemos referência a contextos precisos, que são, principalmente, aqueles



do Brasil (ARNAULD DE SARTRE et al., 2013) e da França, dois contextos diferentes, mas bastante próximos nos compromissos das mulheres na agricultura.

► O conceito de propriedade familiar e o trabalho das mulheres¹

O modelo da agricultura familiar é um dos grandes paradigmas que acompanharam a evolução do mundo agrícola desde meados do século XX. Na Europa, estruturaram-se as políticas de modernização agrícola em torno da Política Agrícola Comum (PAC). No Brasil, também a mecanização, desde os anos 1970, foi acompanhada por um grande êxodo rural; a virada neoliberal dos anos 1980 marginalizou a agricultura familiar. Mas a democratização foi acompanhada pelo apoio inédito aos pequenos produtores, com uma mudança de vocabulário a partir dos anos 1990, do campesinato à agricultura familiar na literatura científica, mas, ainda mais, nas políticas públicas.

A situação da agricultura familiar entre o Brasil e a França não foi a mesma. Porém, nesses dois contextos, a questão do trabalho das mulheres nas propriedades agrícolas não somente tem traços comuns, a despeito da grande diversidade de situações, mas podemos também aproximar as temporalidades e os objetos das análises feministas e dos comprometimentos das mulheres na defesa de seus direitos. As mulheres defendem também, frequentemente, sua preocupação em preservar uma organização familiar coletiva frente a instituições de

¹ Parte já publicada em GUETAT-BERNARD, H. Trabalho, família e agricultura, desafios de gênero e de desenvolvimento, perspectiva norte-sul. In: VERSCHUUR, C.; GUERIN, I.; GUETAT, H. (Dir.). *Sous le développement, le genre: apports conceptuels et méthodologiques*. IRD, coll. « Objectifs sud » (sous presse), 2014. Tradução inglesa na Editora Palgrave.



desenvolvimento mais envolvidas no apoio a lógicas individuais (de acesso à terra, principalmente).

A agricultura familiar ou a análise de um confronto entre uma relação familiar e uma relação de trabalho

Na Europa, pela PAC, e principalmente na França, a modernização agrícola apoiou-se no modelo da agricultura familiar baseado em dois ativos – a agricultor e sua esposa –, portanto o casal. Esse modelo foi acompanhado pela profissionalização (LAGRAVE et al., 1987), a tecnicização dos gestos e das práticas e uma nova repartição das tarefas na fazenda. Nos dois contextos, França e Brasil, o artigo analisa a relação entre propriedade, trabalho e família (WANDERLEY, 1998; BRUMER, 2008), quer dizer, a compreensão entre uma relação social familiar e uma relação de trabalho (BARTHEZ, 1982). O conceito de agricultura familiar participou, assim, da dificuldade de reconhecer o trabalho das mulheres na fazenda. Ali, a invisibilidade do trabalho das mulheres (BOSERUP, 1970; MICHEL, 1985) é, ao mesmo tempo, evidente (e confirma as análises em torno do trabalho das mulheres em outros contextos) e ambígua (LAGRAVE, 1999).

As mulheres que permaneceram na agricultura lutaram no Brasil e na França para a revalorização de seu estatuto: contestando sua evicção da fazenda pela modernização das tarefas, colocando a questão das relações sociais no seio da família, elas defenderam o reconhecimento de um verdadeiro estatuto profissional que definisse sua função na fazenda familiar (BARTHEZ, 1982, 2005). Mas esse apego ao coletivo familiar cria situações complexas, ao mesmo tempo que avanços essenciais são realizados no reconhecimento do estatuto das mulheres na empresa agrícola familiar desde os anos 80. Esse reconhecimento, e até sua identidade profissional, continua fortemente ligado às



relações matrimoniais que as unem a um fazendeiro (RIEU; DAHACHE, 2009). Tal modelo de agricultura como “profissão de casal” não é mais tão unanimemente aceito, na França notadamente, com a multiplicação das formas societárias.

A noção de trabalho numa fazenda familiar: uma imbricação das tarefas garantindo uma eficácia e uma produtividade em detrimento de uma visibilidade

Os estudos feministas, na agricultura ou em outros contextos de trabalho, envolveram-se, nos anos 70-80, na desconstrução das oposições entre trabalho produtivo e reprodutivo, a fim de tornar visível a importância das horas de trabalho, como também o valor do trabalho das mulheres. A noção de relação familiar na agricultura revela o caráter produtivo do trabalho doméstico (ou o caráter doméstico do trabalho agrícola) (BARTHEZ, 1982). Portanto, o trabalho doméstico (no sentido próprio de ligado à casa) das mulheres na agricultura representa um setor essencial da produção tanto social quanto econômica (produção agrícola, transformação dos produtos alimentares para seu consumo e sua conservação) (DAUNE-RICHARD, 1982). Porém, essa importância econômica do jardim/*quintal* foi negligenciada pelos agrônomos e os economistas rurais, quando, na verdade, trata-se de um espaço produtivo essencial porque contribui substancialmente para a segurança alimentar, poupança e biodiversidade.

Na agricultura, as esferas domésticas e profissionais são tão estreitamente imbricadas que elas estabelecem uma coerência operatória, mas a produtividade não suspeitada que resulta disso induz um encargo de trabalho importante e específico para as mulheres (PILIPPI; NICOURT, 1987). A diversidade de suas tarefas supõe a coerência da gestão estrutural de seu tempo de trabalho, misturando atividades (profissionais) agrícolas e



domésticas. Ao contrário, essa estruturação, baseada na imbricação das tarefas, é um trunfo, pois se encontra no fundamento de uma rentabilidade e de uma eficácia do trabalho das mulheres na fazenda: “paradoxalmente, a produtividade do trabalho profissional agrícola do qual participam as mulheres está ligada às potencialidades de seu trabalho na esfera doméstica” (PILIPPI; NICOURT, 1987). A partir de uma abordagem endógena e, portanto, do olhar que as agricultoras colocam sobre seu trabalho, da forma com a elas o:

classificam e o nomeiam, certas atividades assumem definitivamente um caráter profissional (criação em confinamento, trabalhos no campo), o doméstico (preparo das refeições, faxina, cuidados com as crianças etc.). As agricultoras hesitam em integrar em uma categoria outros trabalhos como realização da contabilidade, cuidar do galinheiro, a horta, matar e preparar o porco, etc. Para estas atividades, não há barreiras entre o que é vendido ou consumido pela família (PILIPPI; NICOURT, 1987).

Ao contrário, as mulheres diferenciam o dentro e o fora, uma separação que não inclui o doméstico e o profissional, mas outra classificação muitas vezes mais pertinente para elas do que aquela que diferencia o dentro e o fora, o familiar e a vizinhança (SEGALEN, 1980).

► **Fazenda, família, território: “uma causa comum”?**

Se os movimentos de mulheres camponesas e agricultoras lutarem pelo reconhecimento de seus direitos, esse combate se exerce, muitas vezes, no contexto da complexidade de seu mundo social: ao mesmo tempo que combatem as relações de forças patriarcais, eles batalham também para preservar o envolvimento comum que liga a família à terra. De fato, muitos movimentos



sociais de mulheres, tanto no Norte como no Sul, e isso desde a consideração dos efeitos de gênero da modernização agrícola, lutam por uma articulação entre a agricultura que as mulheres praticam e sua célula familiar, o território no qual está inscrita sua atividade, a terra cultivada, a qualidade da produção alimentícia vegetal e animal associada a uma reflexão sobre os efeitos dos modos produtivos sobre o mundo vivo animal (SALMONA, 2003) e vegetal (HOWARD, 2003; MOMSEM, 2013; PIONETTI, 2005). Esse combate das mulheres não é específico delas, mas é precoce e construiu-se na articulação do conjunto dessas reivindicações segundo uma visão sistêmica. É essa vivência, transposta ao combate político e sindical, que dá uma coerência ao engajamento dessas mulheres. Suas reivindicações encontram um eco, hoje, nos movimentos para a agroecologia (a genealogia dos engajamentos e das proposições devendo ser feita ainda).

A agricultura: uma profissão como outra (BARTHEZ, 2005)?

A agricultura familiar organiza-se em torno do ajustamento de uma necessidade dupla: o funcionamento econômico e as lógicas produtivas da fazenda, associados às modalidades de reprodução social da família. O patrimônio transmitido inclui, assim, ao mesmo tempo, uma profissão, relações sociais de parentesco e de vizinhança, uma inscrição num território (WOORTMANN, 1995), um modo de vida focalizado em torno da família, trabalhando juntos, vivendo próximos uns dos outros e sendo independentes de um patrão (WANDERLEY, 1998), e um estatuto fundiário.

A família agrícola é relativa então a um lar e um grupo de parentes cuja produção agrícola e doméstica é imbricada e, muitas vezes, unida em torno de uma “causa em comum”: a



manutenção da empresa familiar é um objetivo compartilhado (BESSIÈRE; GOLLLAC, 2007), sabendo que essa causa comum pode, evidentemente, justificar-se, e eis aí toda a ambiguidade das relações de autoridade e de domínio de gênero e de geração. O grupo familiar continua sendo, ao mesmo tempo, um lar (empresa familiar associada ao bem, à casa, às terras) e uma linhagem (associada ao patrimônio profissional). Muitas vezes, as mulheres desempenham, na compreensão dessas relações, um papel social definido culturalmente e portador de reconhecimento de seu lugar nos espaços entre o aqui e o lá (a cidade, o exterior), o próximo e o longínquo, o agora, o antes e o depois (GUETAT-BERNARD, 2011). Esse papel (re)produz sentido no coletivo, no espaço e no tempo. É reconhecida às mulheres uma posição social singular em convivência com o tempo e com a função social de acompanhamento e de ordenamento das etapas da vida e dos traços do espaço vivido. Pelas suas práticas (troca de plantas, organização dos rituais de vida e de morte, gestão das relações de vizinhança etc.), as mulheres, exercendo sua função e seus saberes, “fazem” as passagens (VERDIER, 1979), quer dizer, fabricam, misturando tempo e espaço, um coletivo territorializado.

A cozinha: uma porta de entrada para as relações entre a terra, os produtos, os alimentos, o território

No contexto de uma preocupação renovada para as questões rurais e agrícolas, os trabalhos sobre o gênero e o desenvolvimento rural e agrícola mostram que o lugar à margem, em relação ao modelo econômico dominante – do que tem importância e valor econômico – se torna um recurso nas mãos das mulheres, aquele que tem outras maneiras de fazer. Assim, as estruturas socioespaciais sexuadas não anunciam automaticamente o uso que é feito delas. Claro, a experiência, sempre capaz de produzir



mudança, inscreve-se em quadros socioespaciais que impõem um lugar às mulheres (e aos homens). Mas esse lugar, se forçarmos um pouco, pode também revelar-se um recurso para a ação e a construção da experiência (GRANIÉ; GUETAT-BERNARD, 2006). Do seu lugar socialmente reconhecido (ligações com a comida e a cozinha), às ordens do pequeno e dos cuidados com os outros (a pequena pecuária, os animais, as crianças, os velhos, a acolhida do estranho, a gestão das redes sociais e, notadamente, da vizinhança), as mulheres rurais são portadoras de inovações muitas vezes discretas, mas decisivas para o futuro das fazendas agrícolas familiares e camponesas e das economias rurais (GRANIÉ; GUETAT-BERNARD; TERRIEUX, 2011; GUETAT-BERNARD; GRANIÉ; TERRIEUX, 2013).

Em torno do conjunto desses assuntos, uma entrada para as relações de gênero demonstra sua pertinência científica e política. As preocupações ambientais, conjugadas a uma crítica do emparedamento dos saberes entre saberes científicos, técnicos e peritos, junto a saberes práticos (AGRAWAL, 1995, 2002), explicam a valorização, desde a década de 1990, dos “saberes locais” e, notadamente, aqueles das mulheres. Mas essa valorização apresenta dois perigos.

De um lado, um perigo de reificação dos locais e das “coisas” nos locais. Os locais se tornam escalas de observação privilegiada dos saberes sobre recursos ditos específicos, singulares, contingentes, próximos, localizados. No entanto, as “coisas” não estão aí por simples evidência, por natureza, mas elas são o produto de uma história social contingente (GUETAT-BERNARD, 2011). O termo “local” deve ser empregado com cuidado (BERTRAND, 2011; GURURANI, 2002; MOITY-MAÏZI, 2011). A reificação do local provoca um risco de confinamento das mulheres nessa escala (GUETAT-BERNARD; SAUSSEY, 2014). Ao contrário, a presença das mulheres e seu envolvimento nas dinâmicas de mudança das relações de gênero devem ser entendidos na articulação de



quatro escalas de ação: i) o casal e a família (na diversidade de sua organização e reconhecimento, na intimidade das relações interpessoais nessa escala); ii) as organizações coletivas camponesas, os movimentos sociais, as novas formas societárias; iii) as políticas públicas, as regulamentações, as leis em nível do Estado (sobre a herança, o acesso aos recursos produtivos) e iv) as instituições internacionais que produzem discursos repassados às outras escalas.

De outro lado, há um perigo da naturalização dos saberes das mulheres (sobre os saberes agrícolas, os gestos apropriados para os cuidados com os animais, os conhecimentos das plantas selvagens e cultivadas), quando a dessolidariza de sua “coconstrução multiescalar histórica e espacial em relação aos saberes masculinos” (GURURANI, 2002). Os saberes das mulheres e dos homens estão inscritos na complexidade das relações sociais e históricas que contribuíram para formá-los; eles se inscrevem em relações complexas como aquelas dos homens. Ligados às condições práticas de seus exercícios cotidianos (GURURANI, 2002), “estes saberes são, portanto, diferentes segundo a posição socioeconômica das mulheres e se inserem em relações de poder entre homens e mulheres socialmente e historicamente localizados” (GUETAT-BERNARD; SAUSSEY, 2014). Essas relações sociais, marcadas por relações de poder, claramente, colocam as mulheres, principalmente, do lado da cozinha, da alimentação, do jardim (GUETAT-BERNARD; GRANIÉ; TERRIEUX, 2013). Esses lugares sociais criam competências e saberes femininos, dos quais há que se reconhecer o valor, inscritos na experiência e na prática (HOWARD, 2003).

Os estudos feministas trabalharam a desconstrução das categorias masculino/feminino e as hierarquias subjacentes. O desafio reivindicado por muitas mulheres na agricultura, tanto no Norte como no Sul, é o fato de dar um valor social e econômico à sua maneira de fazer e ver de outra forma, no contexto



contemporâneo da agroecologia. O envolvimento reprodutivo, inclusive aquele que nos interessa aqui, aquele da relação com a alimentação, é mostrado como sendo um valor social, econômico e político (DEGAVRE, 2011) num mundo em que, coletivamente, devemos reencontrar um sentido à preocupação do outro, na diversidade do mundo vivo e não vivo. Claro que não se trata de uma visão diferencialista e essencialista, mas sim de considerar que a atenção com os outros permite reinscrever as relações sociais na preocupação da diferença, da agência, para um homem ou uma mulher. Os trabalhos sobre o “dom das mulheres” convidam a entrar numa nova definição das identidades e, ao mesmo tempo, na preservação das valorizações individuais, mas, conjuntamente, no reconhecimento das interdependências (junto aos outros e ao mundo) (PULCINI, 2012).

Chega-se a uma postura metodológica em Ciências Sociais, aquela de dar valor social e científico à prática, ao ordinário, ao cotidiano, ao repetitivo que é, também, o espaço-tempo das mulheres, a partir da casa e de seu papel social central de passagem dos tempos e dos espaços. Levar em consideração científica o gênero nas relações com as questões de desenvolvimento não tem como simples desafio lembrar que as relações de gênero se inscrevem em modos de categorização e de nomeação do real (SCOTT, 1988, 2009). Esses saberes/poderes localizados resultam em preocupações/responsabilidades que podem ser diferenciadas, em relação, por exemplo, com a gestão dos recursos ambientais. Trata-se de mostrar como, desses locais sociais diferenciados, o modelo atual de desenvolvimento é questionado: é a questão da hierarquia dos valores que deve ser reconsiderada (GUETAT-BERNARD; SAUSSEY, 2014). Frente aos desafios das mudanças ambientais, torna-se urgente preservar, por exemplo, a agrobiodiversidade, muitas vezes garantida pelas camponesas (HOWARD, 2003; PIONETTI, 2005). Para ecofeministas do Sul, “a luta para a sobrevivência, que se intensifica no mundo em



desenvolvimento, evidencia a base material” (AGARWAL, 2007) da ligação entre gênero e meio ambiente: as questões ambientais colocam perguntas de uma importância ímpar quando as bases materiais da vida se degradam (queda da fertilidade dos solos, degradação das florestas, erosão, poluição, etc.) e essa degradação afeta a vida dos homens e das mulheres e as relações que são mantidas entre eles.

É central, também, trabalhar nas relações homens/mulheres inscritas nos jogos de poder e de domínio dos capitais de diferentes naturezas, sobre as vagas no trabalho, mas também os papéis, os comportamentos e as responsabilidades no que diz respeito à casa (como conceito central maior) e aos coletivos. Esses elementos fornecem indicações sobre as lógicas sociais dos homens e das mulheres na diversidade de seu pertencimento e identificação: por exemplo, as práticas agrícolas das camponesas serão mais ou menos cuidadosas com a fertilidade do solo segundo os relatórios jurídicos que as ligam à terra que elas cultivam e segundo os sistemas de exigências a partir dos quais elas agem (ROCHELEAU; THOMAS-SLAYTER; WANGARI, 1996).

► Conclusão

Hoje, a agricultura é marcada por evoluções radicais que traduzem uma grande diversidade de contextos, na qual as relações de gênero se exercem entre a figura do campesinato, da agricultura familiar ou da agricultura empresarial. O mundo agrícola, seja no Norte, seja no Sul, é marcado por uma grande diversidade de situações em termos de relações de produção, de situação socioeconômica, de orientação produtiva, de patrimônio familiar, etc. Segundo esses contextos, os estudos de gênero na agricultura se focalizam sobre as condições de acesso aos recursos (em particular a terra, a água, a mão de obra, o crédito),



a repartição do valor do que é produzido entre a casa e o mercado, as relações sociais e os mecanismos de diferenciação entre a família, a unidade de produção e o exterior, as condições de inserção do campesinato na sociedade global.

Hoje, a volta da palavra “camponês” ilustra o movimento a favor de uma agricultura mais respeitosa dos homens e dos locais. Os movimentos de mulheres camponesas ou agricultoras envolveram, cedo, logo nos anos 70, uma crítica do modelo modernizador (MEDEIROS, 2011; ESMERALDO, 2014), recusando, ao mesmo tempo, uma grade de leitura evolucionista. O movimento de modernização agrícola teve tendência a estigmatizar o arcaísmo camponês; ao contrário, as críticas contra o produtivismo agrícola tiveram tendência a encantar o passado (privilegiando uma imagem deformada da estabilidade e da unidade das comunidades rurais tradicionais). Os movimentos de mulheres rurais ao Norte e ao Sul, muito tempo auxiliados e compreendidos pelos sindicatos agrícolas, denunciaram as relações patriarcais no seio das famílias. Elas reivindicaram um reconhecimento da diversidade de suas tarefas, de suas competências e do valor de suas produções, inclusive na articulação com o mercado. No contexto da globalização, quer dizer, da extensão do capitalismo que insere novos bens, pessoas e lugares no mercado, esses movimentos de mulheres rurais reivindicam, numa visão englobante e sistêmica, e segundo um lugar socialmente construído, reinserir as práticas agrícolas nas suas ligações com o mundo vivo e não vivo, na paisagem, no território, na coletividade. Os recursos “naturais” (terra, água, plantas) não são ligações como as outras.

A relação alimentícia que, muitas vezes, essas mulheres reivindicam é uma relação de cuidado com os outros, que questiona o valor do dom e do que está fora do mercado. Uma atenção é particularmente prestada às relações que devem ser mantidas entre o social (a família e as formas de envolvimento coletivo) e o produtivo, e o reconhecimento das mulheres na definição



das políticas agrícolas no Norte e no Sul não diz somente respeito a uma procura de eficiência econômica, mas sim de uma perspectiva de reconhecimento e de legitimação de seus saberes e práticas, abrindo uma reflexão sobre os valores associados à produção agrícola. As organizações camponesas brasileiras se comprometem em realizar a reforma agrária e adotar práticas menos destruidoras do meio ambiente. As agricultoras defendem, também, a ideia de que a agroecologia é uma questão de gênero (SILIPRANDI, 2009; NOBRE, 2005).

► Referências

AGARWAL, B. Le débat femmes et environnement : les apports de la réflexion en Inde. In: VERSCHUUR, Ch. (Ed.). *Genre, mouvements populaires urbains et environnement, Cahiers genre et développement*, Paris: L'Harmattan, n. 6, p. 31-40, 2007.

AGRAWAL, A. Classification des savoirs autochtones: la dimension politique. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, v. 173, n. 3, p. 325-336, 2002.

_____. Dismantling the divide between indigenous and western knowledge. *Development and Change*, v. 26, n. 3, p. 413-439, 1995.

ARNAULD DE SARTRE, X. et al. O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Mulheres camponesas, trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Rio de Janeiro: Alternativa, 2013.

BARTHEZ, A. Devenir agricultrice: à la frontière de la vie domestique et de la profession. *Economie Rurale*, n. 289-290, p. 30-42, sept./déc. 2005.

_____. *Famille, travail et agriculture*. Paris: Economica, 1982.



BERTRAND, M. Quand femmes rime avec local: logique de promotion ou nouveau confinement dans les villes africaines. *Justice Sociale*, 2011. Disponível em: <<http://www.jssj.org>>.

BESSIÈRE, C.; GOLLAC, S. Le silence des pratiques. La question des rapports de genre dans les familles d' «indépendants». *Sociétés & Représentations*, v. 2, n. 24, p. 43-58, 2007.

BOSERUP, E. *Woman's role in economic development*. London: Earthscan Publ., 1970.

BRUMER, A. Gender relations in family farm agriculture and rural urban migration in Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 35, n. 6, p. 11-28, 2008.

DAUNE-RICHARD, A. M. Sociologie du développement ou développement de la sociologie : la question des femmes et de leur travail. *Tiers-Monde*, tome 23, n. 90, p. 375-387, 1982.

DEGAVRE, F. La pensée femmes et développement. In: GUÉRIN, I.; HERSENT, M.; FRAISSE, L. (Dir.). *Femmes, économie et développement*. Paris: Erès/IRD, 2011. p. 63-68.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The state of food and agriculture 2010-2011*. Rome, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf>>.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. Femmes en mouvement: de la découverte du corps sexué à l'invention de l'existence sociale, politique et professionnelle. In: GUÉTAT-BERNARD, H. (Dir.). *Féminin-masculin: genre et agricultures familiales*. Montpellier: Quae, coll. Nature et Société, 2014.

GRANIÉ, A.-M.; GUÉTAT-BERNARD, H. (Dir.). *Empreintes et inventivités des femmes dans le développement rural*. Toulouse: PUM-IRD, 2006. 325 p.

_____; _____. TERRIEUX, A. Initiatives féminines en agriculture et dynamiques des territoires ruraux. In: FERRÉOL, Gilles (Dir.). *Femmes*



et agricultures. Bruxelles: EME, coll. Proximités Sociologie, 200, 2011. p. 143-155.

GUETAT-BERNARD, H. *Genre et développement rural et rapports de genre: mobilité et argent au Cameroun*. Rennes: PUR, 2011. 313 p.

_____. (Dir.). *Féminin-masculin: genre et agricultures familiales*. Montpellier, Quae, coll. Nature et Société, 2014. 247 p.

_____; GRANIÉ, A.-M.; TERRIEUX, A. Lieu, espace, mobilités spatiales : lecture des dynamiques de genre dans les exploitations agricoles familiales en France et au Cameroun. In: MARIUS, K.; RAIBAUD, Y. (Dir.). *Genre et construction de la géographie*. Pessac: Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 2013. p. 223-238.

_____; HOFMANN, E.; SOURISSEAU, J. M. Introduction de la deuxième partie Inégalités de genre dans l'agriculture familiale: mesures, indicateurs, leviers pour l'action. In: *Féminin/masculin: genre et agricultures familiales*. Montpellier, Quae, coll. Nature et Société, 247 2014. p. 79-87.

_____; SAUSSEY, M. Penser le genre et l'environnement au Sud. Introduction. In: _____. (Dir.). *Genre et savoirs: pratiques et innovations rurales au Sud*. IRD, coll. A Travers Champ, 2014.

GURURANI, S. Le savoir des femmes du tiers monde dans le discours sur le développement. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 173, v. 3, p. 353-363, 2002.

HOWARD, P. *Women and plants*. London: Zed Book, 2003. 298 p.

LAGRAVE, R. M. *Les agricultrices et la récurrence de l'économie du dévouement*. Aménagement de la Nature, Paris, n. 132, p. 41-62, 1999.

_____. et al. (sous la dir.). *Celles de la terre: agricultrice, l'invention politique d'un métier*. Paris: EHESS, 1987. 254 p.

MEDEIROS, L. S. de. The political participation of women in the countryside in Brazil: reflexions on forms of organisation and demands.



In: VERSCHUUR, C. (Dir.). *Du grain à moudre. Genre, développement rural et alimentation*. Actes des Colloques Genre et Développement, Berne: DDC-Commission Nationale Suisse pour l'Unesco, Genève: IHEID, 2011. p. 292-314.

MICHEL, A. Dix ans d'interruption des sciences sociales dans le domaine du travail des paysannes. *Tiers Monde*, 1985, tome 26, n. 102, p. 261-271, 1985.

MOITY-MAÏZI, P. Interroger la localisation et la circulation des savoirs en Afrique. *Revue d'Anthropologie des Connaissances*, n. 3, v. 5, p. 473-491, 2011.

NOBRE, M. Quand la libération des femmes rencontre la libération des semences. *Mouvements*, n. 41, p. 70-75, 2005/4.

PILIPPI, G.; NICOURT, C. Domestique-professionnel : la cohérence du travail des femmes dans les exploitations agricoles familiales. *Economie Rurale*, n. 178-179, p. 47-52, 1987.

PIONETTI, C. *Sowing Autonomy : gender and seed politics in semi-arid India*. London, IIED, 2005.

PULCINI, E. Donner le care, Que donnent les femmes? *Revue du MAUSS*, n. 39, 2012.

RIEU, A.; DAHACHE, S. Engagement individuel et collectif des femmes en agriculture. Entre obstacles et stratégies. In: CARDON, P.; KERGOAT, D.; PFERFFERKORN, R. (Dir.). *Chemins de l'émancipation et rapports sociaux de sexe*. Paris: La Dispute, 2009. p. 117-137.

ROCHELEAU, D.; THOMAS-SLAYTER, B.; WANGARI, E. (Ed.). *Feminist political ecology: global issues and local experiences*. Routledge: London, 1996.

SALMONA, M. Des paysannes en France : violence, ruse et résistances. *Cahiers du Genre*, l'Harmattan, v. 12, n. 35, p. 117-140, 2003.

SEGALÉN, M. *Mari et femme dans la société paysanne*. Paris: Champs Flammarion, 1980. 211 p.



SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SCOTT, J. Le genre, une catégorie utile d'analyse historique. Le genre de l'histoire. *Cahier du Griff*, Paris, p. 125-153, 1988.

_____. Le genre: une catégorie d'analyse toujours utile? *Diogène*, v. 1, n. 225, p. 5-14, 2009.

VERDIER, Y. *Façons de dire, façons de faire* : la laveuse, la couturière, la cuisinière. Paris: Gallimard, Bibliothèque des Sciences Humaines, 1979. 347 p.

WANDERLEY, M. de N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Ed.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EdiUPF, 1998. p. 21-55.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiante do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1995. 336 p.

The background is a solid gray rectangle. Three thin white lines intersect across the frame. One line runs diagonally from the top-left towards the bottom-right. Another line runs diagonally from the top-right towards the bottom-left. A third line runs diagonally from the middle-left towards the bottom-right. These lines create a series of overlapping triangles and quadrilaterals. The text is positioned in the lower-right quadrant of the image.

**INTERSECÇÕES:
GÊNERO, GERAÇÕES,
CLASSE E RAÇA/ETNIA**



PEC OU A LEI ÁUREA DOS TEMPOS MODERNOS? RELAÇÕES DE GÊNERO E CIDADANIA TARDIA PARA AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS



Angela Figueiredo¹

Promulgada em abril e aprovada em 6 de junho de 2013, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2012 objetivava ampliar os direitos das trabalhadoras domésticas já assegurados a outras categorias profissionais. O título deste artigo evoca uma clara relação entre a aprovação da lei e a efetiva ampliação dos direitos e da cidadania para as mulheres negras – pois, embora na definição do trabalho doméstico também esteja incluído o trabalho exercido pelos homens, trata-se de uma categoria profissional majoritariamente feminina.

A Lei Áurea, como já é conhecido, encerrou o regime escravista no Brasil em maio de 1888. Contudo, essa lei deve ser entendida como o fim da escravidão, mas não necessariamente como o reconhecimento da cidadania dos ex-escravos.

¹ Os dados deste artigo são parte de uma pesquisa sobre o emprego doméstico em Brasília e Salvador realizada em 2011, que deu origem ao livro *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. Para a realização da pesquisa, contamos com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).



Todo homem pode empenhar seus serviços, seu tempo; mas não pode vender-se nem ser vendido. Sua pessoa não é propriedade alheia. A lei não reconhece domesticidade; só pode existir um penhor de cuidados e de reconhecimento entre o homem que trabalha e aquele que o emprega².

O cotejo da Lei Áurea com a Constituição não tem o desejo de comparar suas densidades normativas; o que se deseja é apenas começar a percorrer a trilha da cidadania tardia, principalmente no que se refere aos direitos das trabalhadoras domésticas, pois o trabalho doméstico é a principal porta de entrada para o trabalho das mulheres negras, jovens e com baixa escolaridade.

Além disso, é necessário destacar que, passados 25 anos de publicação da Constituição, em 1988, somente em abril de 2013 a sociedade brasileira voltou a discutir as questões relativas à extensão dos direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas. Entender, portanto, o impacto da aprovação dessa lei remete-nos a uma reflexão muito mais aprofundada acerca do direito trabalhista, da cidadania tardia e da humanidade das trabalhadoras domésticas.

No que se refere às conquistas, é importante ressaltar que o direito à carteira assinada para as trabalhadoras domésticas somente foi possível em 1972. Em 1988, outros direitos e benefícios foram adquiridos, como, por exemplo, férias de trinta dias, licença-maternidade, aposentadoria por invalidez e tempo de serviço, férias com mais de um terço do salário e folgas nos dias de feriados. Bem assim, a conquista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, conseqüentemente, do seguro-desemprego consiste em uma luta ainda travada pela categoria.³ A PEC

² Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Disponível em ww.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789

³ Entretanto, de acordo com os dados de nossa pesquisa, 54,1% dos empregadores e empregadoras não pagam o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)



nº 66/2012 visa à ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas já assegurados a outras categorias profissionais, a partir da inclusão dos seguintes direitos: seguro-desemprego, indenização em demissões sem justa causa, FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche, seguro contra acidente de trabalho e indenização sem justa causa.

Locus privilegiado na análise sobre a permanência de relações escravistas na modernidade, o trabalho doméstico foi visto pela maioria das pesquisadoras como uma espécie de não trabalho, uma vez que as regras estabelecidas para essa atividade eram de natureza não contratual, ou seja, trata-se de um trabalho exercido dentro do espaço doméstico, recompensado com baixa remuneração, não gerador de renda conforme o tradicional conceito de geração de renda e diante das lentas conquistas das leis trabalhistas – já asseguradas por muitas categorias profissionais – por parte das trabalhadoras domésticas.

As pesquisas sobre o tema (Brites, 2000; MOTTA, 1992; CASTRO, 1992) sinalizam para a existência de uma contradição na modernidade, pois o serviço doméstico faz ressurgir o paternalismo e o clientelismo na relação entre as classes empregadora e trabalhadora. De acordo com Brites (2000), essa relação se constitui numa controvérsia, visto que, exatamente aquilo que se critica é observado por algumas das profissionais como as vantagens do serviço doméstico frente a outras formas de trabalho.

Como assinalou Gilroy (2001), há uma tendência entre os analistas a acreditar que a modernidade seja uma etapa superior e absolutamente distinta da escravidão. O autor tanto argumenta que não haveria modernidade sem a escravidão quanto demonstra as diferentes formas de escravidão dentro da modernidade.

e esse fato ocorre mesmo frente ao recente incentivo do Governo Federal em deduzir o valor pago no imposto de renda.



Nesse sentido, o trabalho doméstico pode ser compreendido não apenas como o resquício das relações escravistas dentro da modernidade nem como uma relação de contradição ao discurso moderno. Lugones (2008) demonstrou como a colonialidade do poder, resultante da experiência e da hierarquia racial da colonização, significou também uma colonialidade de gênero, por isso mesmo a autora define o estado moderno colonial de gênero.

Esses fatores mencionados contribuem, sobremaneira, para que os direitos, mesmo os já existentes, não sejam garantidos à categoria. Por essa razão, homens e mulheres no trabalho doméstico *necessitam negociar*, mesmo em posições em uma estrutura social desigual e hierárquica.

Para compreender as dinâmicas existentes nas negociações, é fundamental entender a importância das relações pessoais, dos mecanismos informais de ajuda, da consideração, do respeito e do afeto nas relações estabelecidas por indivíduos que constroem sua identidade como sujeitos através da negação e da invisibilidade. Com relação à execução do trabalho, o serviço doméstico só é visto quando não é realizado; e, do ponto de vista de quem efetua o trabalho, a condição de invisibilidade no espaço doméstico é a melhor forma para ser considerada uma boa profissional.

A maioria das trajetórias narradas pelas trabalhadoras entrevistadas para esta pesquisa mostra que elas tiveram o afeto familiar negado, o acesso à escola impossibilitado, a infância negligenciada e explorada pelo trabalho infantil doméstico e o direito à cidadania não assegurado pelo Estado. Acrescentam-se a esse conjunto de elementos a pertença étnico-racial da maior parte das trabalhadoras domésticas e as representações sobre os corpos das mulheres negras, sempre associados ao servir. Hooks (1995, p. 468) considera que “o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros”.



Gonzalez (1983), no artigo pioneiro sobre “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, busca entender a neurose da sociedade brasileira, expressa por intermédio de uma relação de amor e ódio vivenciada pelos negros, e denuncia as representações submissas e sexualizadas das mulheres negras, reveladas por meio de três figuras emblemáticas: a mãe-preta, a mulata e a trabalhadora doméstica. Tudo isso contribui para o estabelecimento de regras cotidianas pautadas no desrespeito e na exploração dos corpos, do tempo e da negação do direito à vida “privada” das trabalhadoras domésticas.

Numa breve caracterização do campo, é importante registrar que a pesquisa foi realizada com cinquenta trabalhadoras domésticas residentes nas cidades de Salvador e Brasília. O objetivo principal desse levantamento foi compreender aspectos importantes sobre a condição de vida, trabalho, direitos, saúde e lazer das trabalhadoras domésticas. Para alcançar tal objetivo, o projeto foi construído conjuntamente com algumas das lideranças sindicais. Buscamos, assim, trabalhar com uma perspectiva mais horizontal do conhecimento.

Do total de mulheres ocupadas, em 2010, o trabalho doméstico aparecia como a segunda ocupação mais importante para as mulheres de Brasília, totalizando 15,8%, perdendo apenas para o setor de serviços, responsável pela ocupação de 64,4% das mulheres dessa zona metropolitana. Já na região metropolitana de Salvador, o trabalho doméstico aparecia como a terceira ocupação mais importante para as mulheres, empregando 15,1% delas, perdendo para o setor de serviços (61,4%) e para o setor de comércio (17,6%). Quando verificado o cruzamento entre trabalho doméstico e cor/raça, percebemos que 18,6% das mulheres negras do Distrito Federal eram trabalhadoras domésticas em 2010, enquanto apenas 9,9% das mulheres não negras desempenhavam o



trabalho doméstico remunerado. Em Salvador, 17% das mulheres negras eram trabalhadoras domésticas.⁴

De acordo com a declaração espontânea sobre a cor/raça nas duas cidades, 9% se autodeclararam brancas, 25% negras, 31% pardas, 27% morenas, 4% morenas claras, 2% morenas escuras e 2% amarelas. Também percebemos, na comparação entre as duas cidades, que 70,8% das entrevistadas de Salvador receberam até um salário-mínimo, enquanto em Brasília isso ocorreu com 29,2% delas.

► Interseccionalidade de gênero, raça e classe

Como observou Collins (2005), durante a escravidão, os negros não eram donos do seu corpo, de sua vida nem da sua sexualidade. Construídos pelo discurso do outro, o corpo negro esteve associado à força física e ao trabalho. Para a autora, o primeiro passo para a construção de um ponto de vista crítico é um esforço e uma busca por uma autodefinição. É preciso desconstruir para reconstruir uma nova imagem, ou melhor, é preciso assumir o controle da própria imagem. Nesse sentido, é preciso considerar que a valorização do trabalho doméstico não ocorrerá sem a valorização de quem o realiza, dito de outro modo, é preciso desconstruir a representação de que as mulheres negras estão no mundo para servir.

A expressão “Você conhece uma menina do interior para trabalhar?” sinaliza para a permanência das relações desiguais

⁴ De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais de 2010, a região metropolitana de Salvador possui 3,7 milhões de habitantes, distribuídos segundo a cor da seguinte forma: 17,7 brancos e 81,9% de negros (52,5% de pardos e 29,4% de pretos). O Distrito Federal já alcança 2,5 milhões de habitantes, distribuídos racialmente da seguinte forma: 41,2% de brancos e 58% de negros (51,2% de pardos e 6,8% de pretos).



entre trabalhadoras e a classe empregadora, do mesmo modo como restabelece vinculações pautadas em regras escravistas, lidas, por exemplo, diante da extrema exploração das pessoas trabalhadoras domésticas, pela baixa ou pela não remuneração de suas atividades, pela infância roubada e pela maturidade adquirida precocemente.

Acerca do tema, Cunha e Araújo (2003, p. 107) acrescentam que:

a liberdade dos patrões é praticamente ilimitada. O tempo dessas Meninas não é propriedade delas, e sim do patrão, tal como se constata no escravismo. Elas têm que se adaptar à agenda do patrão, renunciando às suas necessidades. O lazer, quando existe, é minguido e encaixado nas folgas do patrão.

Essa lógica é corroborada no depoimento de uma das trabalhadoras entrevistadas. Ela menciona o discurso da empregadora: “[...] *Ah, quero uma pessoa. Mas só quer uma pessoa do interior porque tem aquela história que [a pessoa] é besta, eles fazem o que dá na telha*” (Edna, 33 anos).

Para os empregadores que adotam essa perspectiva, *quanto mais jovem e menos escolarizada e desvinculada de laços afetivos e familiares, mais disposição a trabalhadora terá*, melhor será o seu desempenho e menor o conhecimento acerca dos seus direitos, ou seja, configura-se nessa situação a subalternização das profissionais e o seu efetivo desempoderamento.

As declarações a seguir expressam os modos pelos quais muitas dessas trabalhadoras são inseridas no mercado de trabalho ainda crianças e como é explicitamente ignorada a sua infância diante das responsabilidades que lhes são atribuídas:

Eu não tive nem infância, minha filha, trabalhando o tempo todo, mas só que tinha lugar que não assinava carteira, que antigamente era pior do que agora [...]. Porque eu não fui criada



com minha mãe, já começou por aí. Aí fui morar com a minha madrinha que me criou e tudo. Depois fui para a casa do meu padrinho, comecei a tomar conta de menino, comecei a me desenvolver, e aí depois comecei a trabalhar em casa de família, desde pequena, desde a idade de 12 anos. (Ivonete, 47 anos).

Assim, podemos observar a inserção do trabalho infantil doméstico como uma referência constante nas trajetórias de vida das trabalhadoras entrevistadas. Ainda que as novas gerações tenham ingressado no trabalho doméstico relativamente mais velhas, o trabalho doméstico infantil ou precoce ainda é uma realidade do interior da Bahia.

Neves destaca que: “A exclusão do acesso à escola básica é uma das consequências mais nefastas porque reproduz – acumuladamente – a inviabilidade social de gerações e projeta os efeitos para o futuro” (NEVES apud MOREIRA, 2003, p. 70). Ou seja, a sobrecarga de trabalho impossibilita que as jovens trabalhadoras desfrutem da companhia de pessoas da mesma idade e estabeleçam laços de amizade entre os seus pares etários. Para Cunha e Araújo (2003, p.105), “estas privações provocam angústia e o trabalho doméstico é experienciado como uma mutilação”.

A partir das entrevistas realizadas com as jovens trabalhadoras, verificamos a evidência de uma reprodução das histórias ocorridas com as suas respectivas mães. Duas das entrevistadas, adolescentes de 17 anos, têm filhos e são também filhas de trabalhadoras domésticas.

Há, evidentemente, o desejo de trilhar outro caminho, como aparece no trecho da entrevista apresentada. Contudo, as circunstâncias parecem pouco favoráveis: Tati é filha de trabalhadora doméstica, e o pai faz serviços manuais, vive de “bico” – uma expressão coloquial que traduz a experiência de trabalhadores do mercado informal. Ela é a filha mais velha de cinco irmãos e desde cedo foi responsabilizada para assumir as tarefas da casa e o cuidado com os irmãos mais novos e, certamente,



dispunha de pouco tempo para frequentar a escola, fazer as tarefas em casa e conviver com o grupo de amigos da mesma faixa etária. Essas experiências conduzem a uma “adultização que não encontra lugar a não ser numa história de vida onde as necessidades de cada etapa do desenvolvimento não foram respeitadas” (CUNHA; ARAÚJO, 2003, p. 109).

Nas cidades do interior da Bahia em que a média salarial é inferior à da capital, as adolescentes trabalhadoras domésticas ganham entre R\$ 100,00 e 160,00 por mês de trabalho. Embora a jornada e a responsabilidade sejam as mesmas de um adulto, a remuneração não é condizente com as atividades, já que elas ganham menos de um salário-mínimo, uma espécie de ajuda, e, conseqüentemente, os seus direitos trabalhistas são desconsiderados.

Frequentemente, a combinação acerca do valor a ser pago pelo trabalho é estabelecida em comum acordo com os pais, ou com a mãe, e, algumas vezes, o valor é recebido por um deles. Segundo Alberto (2003, p. 16): “Atividades que crianças realizam não são consideradas trabalho, mas ajuda, uma contribuição à renda familiar. É esta popular concepção que justifica, em parte, a crescente inserção de crianças e adolescentes precocemente no chamado mundo do trabalho.” Nesse sentido, configura-se uma situação de dupla violação, já que ocorre a exploração tanto do trabalho precoce quanto da remuneração abaixo de um salário-mínimo.

Um dado relevante para este debate é que, de modo informal, a adoção tem sido ainda uma prática comum em pequenas cidades do interior. Mães e pais com escassos recursos financeiros entregam suas filhas para famílias mais abastadas criarem-nas, na expectativa de que elas tenham mais oportunidade de estudar e de trabalhar. Às vezes, a adoção não ocorre quando a criança é ainda muito pequena, mas costuma acontecer com meninas de 12 a 15 anos de idade. Percebemos, então, uma contradição, pois os pais que “doam” suas filhas para outras famílias acreditam



contribuir do melhor modo para o futuro delas; em contrapartida, para algumas crianças, não poderia haver futuro pior, uma vez que a situação pode inviabilizar o respeito dos direitos da infância e da adolescência, conforme pode ser lido explicitamente no depoimento que se segue:

E aí, pronto, eu fiquei a menor, e aí eu era pequena, [...] tem uma pessoa querendo criar uma menina, você dá, Cristina? Aí ela me dava. Aí eu fiquei na casa dos outros, fiquei nas casas, me batiam muito, dente quebrado, isso aqui é lembrança de infância, minha cabeça quebrada, fui crescendo assim. E queria estudar desde criança, vontade de estudar, eu sempre tive vontade de estudar. Achava bonitinho os filhos das patroas com a merendeira, não sei o que, aquela coisa toda, e eu cresci aí, cuidando de bebê recém-nascido, cuidei desse bebê dois anos. Aí minha mãe mandou me buscar. Quando eu era menor de idade, minha mãe sempre mandava me buscar, porque minha irmã era muito pequena, e eu era maiorzinha, aí ela sempre mandava me buscar, que precisava de mim, que estava doente, porque só vivia bebendo [...]. E aí eu fui crescendo, fui para uma casa, fui para outra, queria estudar, ninguém deixava. Tinha uma patroa quando eu já estava ficando mocinha, eu dizia para ela: a senhora me bota para estudar de noite? Eu pedia a ela. Ela: você acha que eu vou trabalhar o dia todo e tomar conta de menino para você estudar de noite? Então, fui criada desse jeito. Então, cresci [...] e aí entrei na escola já com 22 anos, eu disse que eu tinha que estudar. [...] Tinha casa que eu trabalhava em que eu não podia sentar na cadeira do patrão, eu sentava num banquinho, não comia a mesma comida, então me criaram desse jeito. (Cristina, 40 anos).

Nesse trecho da entrevista, o desejo de estudar somente se concretizou na fase adulta. O tempo dedicado ao estudo ou ao lazer de meninas que crescem como trabalhadoras domésticas é escasso. As necessidades relativas às diferentes fases do desenvolvimento são suprimidas, há uma exigência para uma maturidade precoce na medida em que o corpo se torna mais forte para suportar melhor a exploração, a responsabilidade e o trabalho. Cunha e Araújo fornecem significativa descrição a respeito do tema:



Os pais vivem assim, a doce ilusão de que o trabalho em casas de família permite às filhas tornarem-se pessoas responsáveis e com um ritmo de amadurecimento acelerado. É um equívoco esse tipo de crença, pois o trabalho doméstico consome quase a totalidade do tempo dessas meninas, anula fronteiras entre a esfera pública e privada presente em outros espaços de trabalho. A autonomia que esperavam encontrar fora, portanto, se esvai, e configura-se um novo tipo de prisão. (CUNHA; ARAÚJO, 2003, p. 105).

Por seu turno, Schwartzman e Schwartzman(2004) não consideram que “a principal explicação para o trabalho de crianças e de adolescentes seja a necessidade de complementar a renda familiar, embora isso possa ocorrer em muitos casos”. Já segundo Moreira (2003, p. 70), o trabalho precoce é usado como instrumento disciplinador, “[...] porque é pensado como forma de adestrar a mão de obra, desde a mais tenra idade, para o mundo do trabalho e, além disso, é tido como um instrumento eficaz de prevenção contra a marginalidade”. Assim, as famílias que “doam” ou permitem o ingresso precoce dos filhos no trabalho também acreditam lhes oferecer proteção da marginalidade.

Torna-se relevante entrecruzar a perspectiva da diferença de gênero com a de classe. Observamos que essa prática de adoção se assemelha muito mais a uma doação, “dar o filho para criar”, e atinge muito mais as meninas do que os meninos. Do mesmo modo que numa estrutura ainda patriarcal e machista, os meninos desfrutam de um convívio maior com a família de origem e, assim, permanecem ajudando os pais na lavoura ou exercem pequenas atividades relacionadas ao mercado informal.

Encontramos casos em que diferentes gerações de mulheres de uma mesma família eram trabalhadoras domésticas. Independente da baixa escolaridade, os homens encontram maior oportunidade no mercado de trabalho e, por isso mesmo, quando indagadas sobre a profissão dos irmãos, elas elencavam diversas



atividades relacionadas ao trabalho, embora também de caráter manual, tais como: lavradores, pedreiros, ajudantes de pedreiro, carpinteiros, cobradores de ônibus, motoristas, etc. Esse maior leque de possibilidades permite aos homens uma diversificação no mercado de trabalho, tornando-se mais difícil a naturalização do gênero e do trabalho, pelo uso e identificação dos corpos.

Quando a pergunta era relativa às irmãs, as respostas variavam pouco: elas eram “donas de casa” e aquelas que trabalhavam eram invariavelmente trabalhadoras domésticas. Independente do gênero, há uma naturalização na percepção de que os corpos de homens e mulheres negras são mais disponíveis para o trabalho físico (FIGUEIREDO, 2008; PINHO, 2004); entretanto, por haver uma maior frequência de inserção de homens no mercado de trabalho, torna-se um pouco mais difícil a relação imediata entre corpo e trabalho.

Com frequência, o ingresso das mulheres no serviço doméstico ocorre através de uma rede formada por amigas e/ou familiares do mesmo município e residentes em Salvador, também exercendo a função de trabalhadoras domésticas – esse mecanismo é mais eficaz na procura de trabalho. As entrevistadas não recorrem às agências de emprego porque encontrarão a oferta de um salário-mínimo como pagamento e, por outro lado, elas exigem muito mais.

Um dado constante na fala das entrevistadas é a referência ao ingresso no trabalho doméstico infantil, ou precoce, na condição de cuidadoras de crianças, conforme o depoimento a seguir:

Eu vim porque, minha filha, no interior não dá dinheiro, e eu trabalhava lá. Me lembro que na época de 72 trabalhava lá, o dinheiro era uma merreca, e aí eu fui crescendo eu achei que eu tinha que trabalhar e ter o meu dinheiro. [...] Com o sobrinho da minha mãe, na idade de 12 anos, fiquei tomando conta dos filhos dele, e aí depois começaram a me maltratar, aí eu me invoquei, aí arrumaram o primeiro trabalho para mim, de babá. E aí fiquei, fiquei, fiquei, quando foi depois, fui trabalhar em outro lugar, e aí o tempo foi passando e depois [...]. (Ivonete, 47 anos).



A declaração demonstra que a inserção do trabalho pode ocorrer também no âmbito familiar. Neste caso, mais uma vez, o serviço exercido por uma criança de 12 anos é reconhecido como uma ajuda:

Porque durante esses anos, não é, quando eu comecei pequena, era até pra odiar né, mas é aquela coisa, oportunidade. Porque se eu vim de lá com onze anos (do interior), se eu tivesse a oportunidade que hoje minha irmã está tendo. [...] A oportunidade que eu tinha foi tirada. De estudar, ou ser uma grande profissional em outra área. (Mila, 48 anos).

Devido a uma socialização diferenciada entre os gêneros, as mulheres são levadas a visualizar o trabalho doméstico como um destino natural de mulheres negras e pobres. Exatamente por essa razão, a maioria (91,3%) das entrevistadas nunca fez um curso de qualificação profissional – as atividades relacionadas ao trabalho doméstico são aprendidas em casa, junto aos afazeres da família e do cuidado com as irmãs e os irmãos menores. Trata-se de uma questão importante quando o trabalho doméstico é abordado em relação a outras categorias profissionais.

Entre as entrevistadas, as narrativas sobre o porquê de serem trabalhadoras domésticas quase sempre estão associadas à falta de estudos ou de outra qualificação profissional. Trata-se, portanto, de uma identidade construída pela negação, ainda que a maior parte admita gostar do que faz.

A escolha é dada pela falta de oportunidade, agregada à grande oferta de trabalho. Na fala das entrevistadas, é comum a referência ao fato de elas não terem estudo; é como se a responsabilidade de não terem frequentado a escola fosse inteiramente delas e não da estrutura social que, ao propiciar o estudo para alguns e não para todos, contribui, sobremaneira, para a reprodução das desigualdades. Sendo assim, a responsabilidade é do indivíduo e, por isso, afirmam: “Eu não estudei”, quando deveriam afirmar: “Eu não tive oportunidade de estudar”.



Elas também dizem que, se tivessem condições financeiras, não gostariam de ter trabalhadoras domésticas, pois gostam de limpar e arrumar suas próprias casas e, em alguns relatos, também dizem gostar de limpar e cuidar da casa onde trabalham. Na maioria das vezes, a rejeição não diz respeito à natureza do trabalho, mas às condições em que é exercido, ou seja, à falta de reconhecimento da importância do mesmo, à exploração, ao excesso de carga horária, à baixa remuneração e à não garantia dos direitos trabalhistas.

Efetivamente, nenhuma das entrevistadas com idade superior aos 18 anos, quando da realização das entrevistas, que chegou à capital com a esperança de estudar, conseguiu realizar o projeto. De modo muito frequente, quem procura o perfil de trabalhadoras exige que ela durma no trabalho e negocie muito raramente os dias de folga. As/os empregadores/as se sentem proprietários/as das adolescentes que migram do interior para residir e trabalhar em suas casas. Nessas condições, resta pouca oportunidade para a condução de uma vida autônoma, na qual os projetos pessoais possam ser realizados e a reconstrução de uma imagem com vistas a uma posição não subalternizada possa ocorrer.

Para entender os processos que levam à formação de diferentes eixos de subordinação, tomamos de empréstimo a concepção de interseccionalidade de Kimberle Crenshaw. De acordo com a autora:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 178).



A categoria “trabalhadora doméstica” é, sem dúvida, o resultado do entrecruzamento de pelo menos três categorias sociais: gênero, raça e classe, que são naturalizadas e formam diferentes eixos de subordinação, tornados tão comuns que somos levados a crer que são imutáveis e, como tais, têm sido úteis para a manutenção do discurso que normatiza as históricas desigualdades sociais. Considerando o trabalho doméstico a principal forma de as mulheres negras e pobres terem acesso, e de forma precoce, ao mercado de trabalho, as condições em que o serviço doméstico é realizado são ainda extremamente precárias, pois são demasiadamente longas as jornadas de trabalho, além dos baixos salários e dos frequentes riscos de acidentes e constantes assédios morais.

Algumas questões levantadas em pesquisas sobre o trabalho doméstico destacam alguns pontos que merecem destaque: 1) a violência física no trabalho e 2) o assédio sexual. De acordo com as entrevistas, somente na trajetória das trabalhadoras acima dos quarenta anos há referência aos temas mencionados. Esse é o caso de Maria, diarista, uma das entrevistadas. Com a esperança de que a filha tivesse melhor educação e oportunidade de trabalho do que a família poderia oferecer, ela foi morar, ainda pequena, numa “casa de família”. Sujeita a constante violência por parte da “patroa”, a mãe resolveu tomá-la e entregar a outra família. Com essa nova família, Maria migrou para a capital e cresceu trabalhando nessa casa. Aos 24 anos, finalmente, rompeu aquele vínculo e saiu para atuar profissionalmente numa outra residência. Encontrou um novo posto na residência de um casal com uma filha, onde trabalhou por longo tempo, acompanhando as idas e vindas até a separação definitiva. Numa demonstração de solidariedade, Maria criou a única filha do casal, quando foi obrigada a pedir demissão – o patrão tentou seduzi-la.

Do mesmo modo, o assédio sexual também faz parte das narrativas de mulheres mais velhas; contudo, são ainda comuns



os casos em que a trabalhadora doméstica é assediada moralmente pelos patrões. Desqualificadas por não saberem anotar uma mensagem ou um “recado”, ou mesmo saberem utilizar os novos equipamentos eletrônicos, as trabalhadoras domésticas costumam ouvir ofensas e palavras que as desqualificam profissional e humanamente.

► Negociando direitos

As constatações sobre as possíveis conquistas de direito através da PEC levam-nos também à inevitável reflexão sobre aos avanços no que diz respeito aos direitos, mas, principalmente, sobre mecanismos que garantam os direitos já existentes. Alguns destacam a importância do afeto nas relações entre trabalhadoras e empregadoras. Nesse sentido, buscamos compreender, na investigação em questão, em que medida um bom relacionamento com as empregadoras contribuiria nas negociações sobre as condições de trabalho e na garantia dos direitos trabalhistas.

Uma das questões iniciais colocadas diz respeito ao relacionamento cotidiano no ambiente de trabalho e, por isso, indagamos sobre a orientação e supervisão do serviço, sobre as expectativas do trabalho, sobre a existência de diálogos entre a trabalhadora e a empregadora, etc. Quando questionadas sobre possíveis mudanças na relação entre a dona da casa e a trabalhadora, algumas entrevistadas responderam que a primeira não poderia se sentir proprietária delas. Essa relação de suposta propriedade pode ser expressa, por exemplo, quando as empregadoras não querem dispensá-las nos dias de feriado e finais de semana, ou mesmo quando solicitam que saiam dos seus quartos em horário de descanso para servir o jantar dos empregadores. As “patroas” se sentem donas do tempo e do corpo das empregadas, sempre subjugadas aos desejos e anseios das primeiras.



Considerando a lei, buscamos compreender quais direitos trabalhistas as entrevistadas conheciam e quais estavam sendo respeitados. Apenas 47,9% das profissionais reconheceram o direito à carteira assinada e ao recolhimento do INSS; contudo, o direito a férias de trinta dias, acrescido de um terço do salário, é bem menos conhecido – aquelas que reivindicam esse direito encontram resistência das empregadoras.

– Você recebe 13º?

– Recebi. Ah, ela não queria dar, disse que alegria de pobre dura pouco. Quando fui cobrar a ela, ela disse: quem disse, quem inventou, quem disse que empregada doméstica tem direito? [...]. Ela fala logo assim que empregada doméstica não tem direito a nada. Quem disse que tem direito, e ainda quer ganhar... Eu disse: eu sei que tem, existe e existe há muito tempo. Quem disse? Eu disse: eu. [Ela disse:] Prove! A sua própria filha, pergunte a ela. Que a filha dela é advogada, é promotora. [Ela] foi lá e falou: você está certa, eu fiz uma brincadeira com você. Brincadeira há mais de 20 anos que eu sabia. Não, eu era criança, trabalhava [...], mas eu sabia, minha tia falava, meu pai, [...], inclusive, esse patrão meu, trabalhei quase dez anos com ele, pegou e falou assim para mim: Olha, Lene, você tem direito a 13º [...]. (Edilene, 33 anos).

Outra entrevistada relata como, de uma perspectiva imediatista, por parte de quem precisa suprir as necessidades básicas, ocorre a troca de favores e presentes por direitos:

– Você conhece seus direitos?

– Conheço, sei que tem esse direito, mas eu não exijo dela, porque ela é uma pessoa muito boa para mim. [...] Esse mês mesmo eu estava precisando [de uma máquina de lavar], ela me deu uma máquina de lavar, então são coisas que eu vou falar por besteira, 1/3 não vai cobrir, a máquina que custou 1.100, então ela pegou 1.100 e me deu. ‘Vá tirar a sua máquina, tome e vá tirar a sua máquina’. Então, aí são coisas que...

– É. Aí também nas férias ela me dá um salário e pronto. Eu sei que tenho direito [a 1/3]. Mas não...

– Eu precisei comprar uma televisão já há tempo, aí falei com ela para ela tirar no cartão dela para descontar todo mês no meu



salário. Aí ela falou: está bom, Rosa. Eu falei num dia, no outro, meio dia, eu estava acabando de almoçar quando ela chegou, ela tocou a campainha, abriu, aí eu a vi com aquela caixa imensa. Era a televisão. Eu falei num dia, no outro ela trouxe. Ela: olha aqui, tome para vocês e seus filhos. A televisão foi 600, só carece você me pagar 300, 300 é seu. Então, sempre ela faz assim, tanto que eu fico até sem graça de falar as coisas para ela, porque, às vezes, é a máquina, aí sempre que eu chegava, conversando com ela, que eu só num dia só para mim não estava dando, porque eu tenho minhas/meus filh@s em casa, tenho nove, dez com a minha pequena, para lavar roupa, limpar casa, fazer tudo, aí sempre eu comentava com ela: poxa, segunda-feira quando eu chegava cansada, porque eu lavava muita roupa e arrumava a casa e tudo, aí ela foi e fez uma máquina e me deu uma máquina. Ela me dá presente, me ajuda. Por isso que para essas coisas eu, como as férias eu sei que tenho direito... (Rosa, 40 anos).

Efetivamente, muitas trabalhadoras consideram as donas da casa como amigas. De acordo com as narrativas, a relação de amizade se estabelece no cotidiano da residência, no espaço doméstico, numa espécie de proximidade/intimidade que minimizaria os efeitos da hierarquia caracterizadora dessa relação, tornando-as amigas e confidentes. De acordo com os dados coletados das entrevistas, quanto mais velha a trabalhadora, mais ela assume a função de conselheira.

Borges Pereira (1967), em sua clássica pesquisa sobre os negros no rádio, observou que a convivência e a amizade entre negros e brancos se reduziam ao espaço do trabalho. Na análise das entrevistas, percebemos que, na grande parte dos casos, a amizade entre patroas e trabalhadoras também se reduz ao espaço doméstico, isto é, com raríssima exceção elas são convidadas para ir à praia, ao *shopping*, visitar a casa de pessoas amigas ou mesmo participar de uma festa de aniversário. A relação de compadrio se dá também sempre na mesma direção: as empregadoras podem se tornar madrinhas das filhas das trabalhadoras, mas nunca o contrário.



É importante observar o quanto a relação de afeto entre empregadas é estabelecida de modo frágil para as trabalhadoras domésticas e tem norteado as atitudes dessas últimas com relação às exigências dos seus direitos. Muitas afirmam que, embora não tenham o recolhimento do INSS assegurado, ou demais direitos, confiam plenamente que as empregadoras o farão um dia. Esse é o caso de uma entrevistada que trabalhou 25 anos numa residência, criou todas as filhas da “patroa”, como ela diz; entretanto, somente teve sua carteira assinada há 16 anos.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego, somente 44,9% e 34,9% das trabalhadoras domésticas do Distrito Federal e Salvador, respectivamente, contribuíam com a previdência social em 2010 (DIEESE, 2011).

Ainda que as entrevistadas reconheçam a existência de alguns dos direitos trabalhistas, quando indagadas se já recorreram à Justiça para reivindicá-los, invariavelmente dizem que não. Do ponto de vista das narrativas sobre o porquê de não utilizarem os meios jurídicos legais para assegurar o acesso aos direitos, consideram que fazê-lo seja uma espécie de traição às relações previamente estabelecidas e receiam que essa atitude possa trazer consequências negativas futuras.

Em uma interpretação mais analítica, podemos inferir que as representações negativas sobre o trabalho doméstico e sobre a trabalhadora doméstica existentes na sociedade brasileira também afetam a autorrepresentação sobre a identidade do trabalho doméstico. Analogamente, podemos estabelecer um paralelo com relação à discriminação racial, no qual é possível constatar o modo como as representações depreciativas sobre os negros afetam as leituras que homens e mulheres negras constroem sobre si. Essa representação negativa tem se transformado, aos poucos, devido à atuação política dos movimentos negros e ao esforço de ressignificar experiências históricas e afirmar positivamente características negras antes lidas sob a ótica da discriminação. Assim, torna-se necessário atentar para o seguinte fragmento:



– *Ela trabalha lá [no Tribunal Regional], ela, a mãe, o marido, todo mundo. Inclusive, ele, o patrão falava para ela assim: Lillian, você confia demais na Luiza, a Luiza tem 15 anos sem carteira assinada, sem recolhimento do INSS, quando a Luíza sair daqui, ela pode te prejudicar. Tanto que eu saí de lá, eu estou aí, mas a menina que trabalha com a mãe dela está sempre dizendo: a Luíza está com medo de você botá-la na Justiça, ela está morrendo de medo. Diga a ela que pode ficar tranquila, que eu não vou botar não, a consciência é dela.*

– *E o que significa a consciência dela?*

– *Sei lá, dela resolver um dia pagar, sei lá. O povo manda, me dá conselho, bota, bota... Inclusive, esse cara que eu trabalhei aí, que ele disse que tem muito dinheiro de INSS atrasado, não precisa nem você botar [...], você conversa com ela, que ela entra num acordo com você, ela paga uma parte e você paga outra. Eu digo: eu não vou conversar, porque a gente conversa, conversa, ela entra num ouvido e sai no outro.*

– *E você nunca pensou em botar por quê?*

– *Sei lá, eu gosto muito dela, um pouco que me ajudou muito, tanto me ajudou, como ajudou minhas filhas. Prejudiquei-me de um lado, mas, em compensação, do outro... Eu acho que é uma pessoa que no dia que eu disser assim: estou precisando, está sempre do meu lado.*

– *E você se considerava amiga dela?*

– *Considerava, e muito, e ainda considero. É assim [...] nós duas não parecia patroa e empregada não. Onde uma estava a outra estava. Vamos embora se arruma aí. Vai fazer o quê. [...] vai embora para a praia. Deixa esse monstro aí. (Maria Luíza, 43 anos).*

Na mesma linha argumentativa, outra entrevistada responde:

– *Ele pagou seu INSS?*

– *Não, não assinou, ficou rolando para lá e para cá, depois a gente combinou, ele me deu um dinheiro e pronto. [...] A gente se dava bem, combinava, ele respeitava, já até morreu uns dois anos atrás, gente fina, falei com ele [o empregador], falei com ela. É gente fina também. (Edna, 33 anos).*

Um aspecto importante deve ser ressaltado: em alguns casos, o valor do INSS é recolhido e os carnês não são pagos. A



não fiscalização dessa regra permite que, enquanto a trabalhadora permanece no emprego, as empregadoras protelem o pagamento do benefício. O conflito ocorre quando da rescisão; a trabalhadora toma conhecimento do fato e exige o cumprimento da lei. Nesses casos, há uma frequente tentativa, por parte da classe empregadora, de se eximir da sua responsabilidade, alegando que as trabalhadoras não teriam condições de pagar o equivalente à sua parte, 8% do montante devido.

Ainda no campo do afeto entre trabalhadoras domésticas e empregadoras/es, as primeiras demonstraram fazer essa ligação direta com as relações profissionais, ou seja, trabalham mais e felizes quando se sentem bem tratadas e acolhidas. Noutro aspecto, podem rejeitar uma proposta de trabalho com todos os direitos assegurados quando imaginam atuar profissionalmente num ambiente “frio” ou “pouco acolhedor”.

Seguindo uma tendência da historiografia moderna, que sinaliza para a existência de espaços de negociação e conflito na relação entre pessoas situadas em posições desiguais de poder, as interpretações sobre o trabalho doméstico também apontam para esse fato. Brittes (2000), por exemplo, também considera que as trabalhadoras por ela entrevistadas viam no serviço doméstico um espaço de negociação não existente em outros setores do mercado formal:

Vantagens de negociar adiantamentos, faltas e até mesmo os ‘presentinhos’, ‘as sobras do jantar’, ‘as roupas velhas’, todos estes ganhos extrassalariais tão criticados pelos analistas acadêmicos, eram destacados como ‘o que vale a pena’ no serviço doméstico. (BRITTES, 2000, p. 14).

Além disso, há mecanismos de demonstração de afeto e de dependência que implicam o fortalecimento dos laços e o estabelecimento de alianças entre empregadoras e trabalhadoras:



Ela só faz assim, às vezes, quando chega alguém aí ela fala assim: se não fosse a Rose eu não sei o que seria de mim. Se a Rose um dia me pedir a conta eu vou embora, eu vou junto com ela, ela só fala assim, mas para ela chegar e dizer assim: Rose, hoje você foi bem, foi maravilhoso o almoço, ela não comenta nada, não fala nada, se tiver bom ela usa, se tiver ruim ela usa também. E não me fala nada. Agora tem vez que quando chega colega e ela está conversando, eu vejo ela sempre me dá um elogio assim, mas é bem difícil. (Rose, 40 anos).

Por seu turno, os conflitos são também solucionados por meio da manutenção da ordem hierárquica e da subserviência das trabalhadoras:

Às vezes ela fala as coisas, às vezes chega de cabeça quente, fala, eu a deixo falar. A senhora quer falar? Fale. Eu faço de conta que nem é comigo. No outro dia ela disse: 'Rose, me desculpa, Rose. Eu cheguei de cabeça quente, se falei alguma coisa, não foi, Rose, me desculpe, me desculpe'. Eu não discuto. E se eu tiver errada, eu vejo no erro, me conformo com o erro. Se ela tiver errada, eu também não discuto, deixo-a falar, ela achar que ela está certa, no outro dia a gente conversa de cabeça fria, eu a chamo e a gente conversa: olha, ontem... assim, assim e assim, a senhora falou isso, que não era. Então, de cabeça quente nós só vamos brigar. Então, faço de conta que nada está acontecendo, se for o caso, eu entro, tomo o meu banho, pego a minha bolsa e saio, no outro dia eu chego e a gente conversa. [...] E eu vou levando a vida. (Rose, 40 anos).

De um modo geral, os ganhos indiretos, presentes e troca de favores, doação de roupas usadas ou novas, empréstimo no cartão de crédito para a compra parcelada de materiais de construção e aquisição de eletrodomésticos e compra de remédios – exemplos encontrados nesta pesquisa – são bem avaliados pelas trabalhadoras. Concretamente, as empregadoras que assim procedem são bem vistas e consideradas como “boas”. Essa relação de dependência contribui para a subalternização das trabalhadoras e dificulta a sua autonomia. Mesmo com a abertura de crédito



para as camadas populares, poucas trabalhadoras entrevistadas possuíam seu próprio cartão de crédito.

Paralelo a esse fato, ocorre outro fenômeno significativo: as trabalhadoras domésticas são consideradas membros da família. Diante disso, Marinalva, líder sindical, retruca: “*Eu não sou da família, eu trabalho para família*”. Ela considera que essa é uma estratégia bem-sucedida que as empregadoras utilizam para negar os direitos, já que, sendo “da família”, a profissional não os exigirá. E conclui: “*depois, quando fica velha, a trabalhadora não é acolhida pela família*”.

Ainda no que tange a esse suposto pertencimento da trabalhadora doméstica à família da empregadora, uma das entrevistadas afirma:

Eu acho muito pouco, porque o meu mesmo, eu acho pouco, porque recebo o salário-mínimo, desconta tudo [...], desconta do INSS. Aí quando ela fala: A gente lhe considera como se fosse da família. Eu digo: não. O que eu tenho que dizer eu digo logo. Se eu fosse da família você não descontava nada meu, se você me considerasse, você me dava, eu trabalho para você. (Elza Maria de Jesus, 55 anos).

► Identidade coletiva e participação no sindicato

A maior parte das trabalhadoras abordadas não é sindicalizada e sequer conhece o sindicato. Mesmo nas entrevistas realizadas no sindicato, encontramos trabalhadoras que tinham ido até lá pela primeira vez. Diferente de outras categorias profissionais, o trabalho doméstico é realizado de modo solitário, envolto nos afazeres da casa. As profissionais desse serviço só encontram as colegas de trabalho no ponto de ônibus, no horário do retorno do expediente.

De acordo com Marinalva, a solidão vivida pela trabalhadora hoje “*é pior do que no tempo da escravidão porque na senzala as*



peessoas tinham com quem conversar”. Essa solidão é minimizada pela companhia estabelecida com o rádio na cozinha, visto sempre como um aliado.

Há ausência de espaço de sociabilidade para a troca de experiência e construção de uma consciência coletiva dessas trabalhadoras. Para aquelas que trabalham atuando exclusivamente como babás, o encontro com colegas de trabalho é exatamente no horário de levar as crianças para o parquinho, ou *playground*, o momento em que se reúnem. Curiosamente, o tema das conversas, conforme indicado por elas, está relacionado à casa e à vida das/os empregadoras/es. Em contrapartida, aquelas que trabalham sem a presença de crianças pequenas no domicílio não têm nenhuma oportunidade de encontrar as colegas de trabalho. Talvez isso ajude a compreender tanto a dificuldade da emergência de uma ação política coletiva quanto a demanda de uma relação mais próxima ou de amizade com as empregadoras.

Muitas gostam de ter autonomia na relação de trabalho, algumas fazem mercado, pagam contas e até utilizam o cartão de crédito das empregadoras para o gasto cotidiano da casa:

Eu fazia a parte administrativa da casa, eu era governanta, porque eu levava a filha para médicos e para a escola, eu fazia compra em supermercado, quem sabia o que precisava [em casa] era eu, quem costurava as roupas dele era eu, então era governanta, aí ele dizia que não tinha condições de me pagar mais de um salário. Eu disse: pelo menos, um e meio. (Rosa, 54 anos).

Diferente de outras profissões, o trabalho doméstico é na maioria das vezes executado por uma única trabalhadora na casa, e esse excesso de atividade torna a rotina das trabalhadoras exaustiva. Muitas alegam ter dores nas costas e nas pernas no final do dia. Como agravante, nenhuma das entrevistadas utiliza equipamento individual de segurança, ainda que reconheçam a importância dele no desempenho de suas funções, como, por



exemplo, a obrigatoriedade de limpar os vidros e as janelas nos apartamentos. Outro fato relevante é o grande número de acidentes provocados pela não leitura dos rótulos dos materiais de limpeza e pela falta de orientação por parte das empregadoras.

Outro exemplo importante da dificuldade da construção de uma consciência de classe diz respeito ao direito à moradia. Residir fora do domicílio em que trabalha é, do ponto de vista das lideranças sindicais, a condição *sine qua non* para a construção de uma consciência coletiva ou, de um ponto de vista crítico, fator determinante para transformar as condições de trabalho, bem como para elaborar relações de autoridades independentes que não menoscabem a individualidade da trabalhadora.

► Semeando outros sonhos

A construção de uma consciência coletiva depende da formação de um ponto de vista comum. A tensão entre a visão dos analistas, dos sindicatos e das trabalhadoras não tem contribuído para tornar a classe mais forte, a fim de conquistar uma mudança de comportamento naqueles que alimentam essa relação.

Nesse sentido, parece importante retomar a proposição teórica da feminista afro-americana Patricia Hill Collins sobre o *Stand Point Theory*, ou a teoria do ponto de vista. A construção de uma perspectiva crítica comum depende de que haja um melhor entendimento entre aquilo que as trabalhadoras consideram relevante na relação e na manutenção do trabalho: o bom relacionamento com a empregadora, as trocas, etc., e o cumprimento das leis trabalhistas, como busca o sindicato.

Enquanto as trabalhadoras aviltam no emprego doméstico a possibilidade da realização de sua condição de sobrevivência, os analistas e os sindicatos consideram tal condição como campo de permanência para exploração, subalternização e discriminação



racial dessas mulheres negras e para a não proteção integral de crianças e adolescentes precocemente envolvidos no trabalho doméstico na sociedade brasileira.

Assim, alguns aspectos podem convergir na concepção de que uma boa empregadora deve ser aquela que mantém uma relação mais próxima com a trabalhadora e, ao mesmo tempo, não se exime de cumprir as leis trabalhistas.

Grande parte das conquistas de direitos das trabalhadoras provém das lutas desenvolvidas pelo sindicato e, por isso mesmo, qualquer ação voltada para a melhoria das condições de suas vidas depende do fortalecimento desse espaço fundamentalmente importante para despertar a consciência dos direitos e da dignidade humana.

Nesse sentido, é importante destacar a evidente necessidade de maior integração entre o sindicato e a categoria. O número de profissionais sindicalizadas ainda é pequeno com relação ao contingente de trabalhadoras. Percebemos que elas procuram o sindicato quando da homologação de seus contratos de trabalho, sejam eles realizados em comum acordo entre as partes ou sejam oriundos de situações conflitivas. O desafio é encontrar um modo através do qual essa relação possa ser construída e cultivada por meio do fortalecimento da estrutura e estratégias sindicais na categoria.

Por diferentes motivos, quer pela desigualdade estrutural entre negros e brancos e entre homens e mulheres existente na sociedade brasileira, quer pela rejeição à execução de trabalhos manuais por parte da classe média, quer, ainda, pelas diferenças de atribuição de responsabilidades entre homens e mulheres com relação à educação da prole e pelo cotidiano da casa, ou mesmo pela ausência de creches e de escolas em períodos mais longos, a sociedade brasileira depende do trabalho doméstico. Por isso, a responsabilidade pela luta em assegurar os direitos trabalhistas conquistados por outras categorias não pode ser apenas das trabalhadoras domésticas e do sindicato.



As transformações ocorridas no serviço doméstico já foram observadas por outras pesquisadoras. Entre essas, destaca-se uma maior formalização do trabalho, expresso no número de trabalhadoras com carteira assinada e na relativa diminuição do número de profissionais que dormem no trabalho, na redução do trabalho infantil doméstico e nas garantias legais às adolescentes em outra ocupação permitida por lei.

Contudo, há elementos que permanecem inalterados, como, por exemplo, a idade precoce em que as mulheres começam a trabalhar e a absoluta falta de ascensão na carreira profissional. Os dados desta pesquisa qualificam as informações e os achados de pesquisas quantitativas, já que muitas das trabalhadoras entrevistadas ingressam no serviço doméstico ainda muito jovens, com cerca de 12 anos; já as entrevistadas que têm 16 e 17 anos ingressaram mais tarde, aos 15 anos de idade. Do mesmo modo, o número de pessoas que consideram dormir no emprego uma condição de trabalho é reduzido significativamente: entre as entrevistadas em Salvador, apenas quatro disseram fazê-lo.

Há certa dicotomia no estabelecimento de padrões que caracterizam o trabalho doméstico. Os dados da pesquisa mostram a existência de trajetórias similares entre as trabalhadoras, em termos de origem, escolaridade e idade em que iniciaram o trabalho, mas há uma variedade de situações no cotidiano do trabalho e na relação entre empregadoras e trabalhadoras. Nesse sentido, é importante ressaltar as diversidades relacionadas à classe empregadora, já que uma menor diferença de renda entre empregadoras e trabalhadoras não assegura condições de menor exploração no desenvolvimento do trabalho – trata-se de uma cultura de desigualdade e de desrespeito ao trabalho doméstico, independente das condições econômicas e efetivas das empregadoras.

Certamente, a transformação das condições de trabalho depende da existência de leis que assegurem às trabalhadoras os direitos garantidos a outras categorias ocupacionais. Contudo,



para o cumprimento efetivo dessas leis, são necessários mecanismos de fiscalização. Devem ser criados mecanismos que impossibilitem uma negociação face a face; afinal uma negociação efetiva pressupõe que as partes envolvidas estejam em condição de igualdade. Sugerir como mecanismo, para assegurar os direitos das trabalhadoras, uma negociação entre pessoas situadas em posições desiguais na relação de poder implicará quase sempre que o lado subalterno será prejudicado. Por isso mesmo, é determinante a participação do sindicato para elevar a autoestima das trabalhadoras, despertá-las para uma consciência de deveres, mas também de direitos na condução do trabalho doméstico. Esse trabalho depende também de uma transformação radical das representações sobre gênero e raça em nossa sociedade.

Como destacou Collins, é preciso assumir o controle da imagem. É preciso desconstruir as representações subalternas de gênero, de raça e de faixa etária (no caso das adolescentes) na sociedade brasileira, acostumada a naturalizar as desigualdades resultantes de experiências históricas, que a levou à construção de um dos estereótipos sobre as mulheres negras: de que elas estão no mundo para servir.

Para construir uma nova imagem, é preciso assumir o controle da própria imagem; é preciso resgatar a humanidade perdida em condições de vida que desumanizam a trabalhadora doméstica desde criança, crescendo sem direito à saúde, à moradia, à convivência com a família, ao afeto, à brincadeira e ao estudo, como tantas outras crianças. Nesse sentido, é fundamental a participação do Estado ao garantir acesso a uma escola pública de qualidade. Somente assim o serviço doméstico será um trabalho decente, como definido pela OIT – “um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias”.



► Referências

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. Cenas do trabalho precoce na Paraíba. In: _____. (Org.). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/nupedia/images/uploads/livro1-criancas_e_adolescentes_que_trabalham_>. Acesso em: 25 jul. 2011.

BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade, rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia das categorias sociais na produção de sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, p. 16-32, 1992.

COLLINS, Patricia Hill. *The black feminist thought*. London: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, *Estudos Feministas* 1, p. 171-189, 2002.

CUNHA, Inácio Mário; ARAÚJO, Anísio José da Silva. A inserção no trabalho doméstico precoce: o caso das comunidades de Boa Esperança e Vila São Jorge na cidade de João Pessoa. In: ALBERTO, Maria de Fátima Pereira Alberto (Org.). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

FIGUEIREDO, Angela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. ed. Salvador: ABA Edufba, 2008.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. São Paulo: Editora 34, 2001.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje* 2, Brasília: Anpocs, p. 223-244, 1983.



HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS/UERJ: PPCIS/UERJ, v. 3, n. 2, p. 464-479, 1995.

MOTTA, Alta Motta Brito da. Emprego doméstico: revendo o novo. *Caderno CRH*, n. 16, p. 31-49, jan./jun. 1992.

MOREIRA, Emilia de Rodat F.; TARGINO, Ivan; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Trabalho precoce na atividade agrícola e riscos à saúde. In: ALBERTO, Maria de Fátima Pereira Alberto (Org.). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/nupedia/images/uploads/livro1-criancas_e_adolescentes_que_trabalham_>. Acesso em: 25 jul. 2011.

PINHO, Osmundo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, n. 23, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon; SCHWARTZMAN, Felipe Farah. *O trabalho infantil no Brasil*. Instituto do Trabalho e Sociedade, Grupo Conjuntura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LUGONES, Maria (2008). *Colonialidad y Género*. Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, No. 9: 73-101, julio-diciembre 2008 .

PEREIRA, João Batista Borges. *Cor, profissão e mobilidade*. São Paulo, Pioneira, 1967.

DIEESE. *As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de trabalho metropolitanos*. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Brasília: Dieese, 16 p., 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/diaTrabalhadoraDomestica2011.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2001.

INTERSECÇÕES DE RAÇA/ETNIA, GÊNERO E CLASSE: FACES COTIDIANAS E TEÓRICAS¹



Jurema Werneck²

Recentemente, numa reunião de ativistas voltada para debater aquilo que as organizadoras definiram como “nossos feminismos antirracistas”,³ Liv Sovik, (2009) ilustrando seu ponto de vista, recorreu a Gilles Deleuze, que recorreu a Nietzsche (em *Nietzsche e a Filosofia*, 1976 [1962]), destacando que “o corpo não é um campo de batalha de forças, mas um resultado dos embates destas forças”. No texto de Deleuze (1976, p. 21) acerca do pensamento de Nietzsche está dito que: “O corpo é um fenômeno múltiplo, sendo composto por uma pluralidade de forças irreduzíveis; sua unidade é a de um fenômeno múltiplo [...]”. Nessa reflexão, Liv destacava a necessidade fundamental de examinarmos

¹ Comunicação apresentada no Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos, na mesa-redonda conjunta “Feminismos, Intersecções e Colonialidades”, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, de 16 a 20 de setembro de 2013.

² Coordenadora de Criola (<<http://www.criola.org.br>>), médica, doutora em Comunicação e Cultura.

³ Reunião organizada por um consórcio de organizações feministas sob o projeto “Mais direitos e mais poder para as mulheres brasileiras”, realizada em Recife, em setembro de 2013.



as forças que atuam nos contextos onde mulheres negras e não-negras desenvolvem seu ativismo, como pressuposto para o desenvolvimento de ações emancipatórias. Naquele momento, a fala de Liv Sovik nos ajudava a perceber os limites das leituras parciais da realidade onde vivemos e seus potenciais de reforço a posições hegemônicas – no caso observado e aqui, falamos do racismo patriarcal e dos privilégios dele decorrentes para brancos e brancas. Por outro lado, ela destacava a necessidade de se conhecer as forças ativas que atuam sobre todas nós, para que iniciativas emancipatórias pudessem ser efetivadas.

Mas eu não estou interessada em Nietzsche; não estou interessada em Gilles Deleuze; não estou interessada em tecer homenagens a supostos donos (ou mesmo donas) das ideias. Apreendi com os Titãs (grupo de rock brasileiro) que “as ideias estão no chão: você tropeça e acha a solução...”⁴ As ideias não surgem do nada; e embutidos nos caminhos tortuosos de sua constituição em propriedade de uns estão também longos e dolorosos processos de invisibilização de muitas e muitos. E, em tantos casos, embutem-se processos de sua subordinação.

Ainda assim, espero que aquela fala de Liv Sovik (2009) possa me ajudar a introduzir esta reflexão sobre interseccionalidades na prática e na teoria, desde a minha perspectiva de mulher negra.

É importante destacar esta perspectiva: falar de/como mulher negra implica destacar sujeitos sociais e coletivos heterogêneos que têm em comum a experiência do racismo patriarcal vivido em todo o seu peso, em toda a sua violenta exuberância. Implica destacar as perspectivas daquelas cujas ideias, por diferentes e contraditórias razões, não são propriedade de ninguém.

Assim, falar de/como mulher negra permite desnudar a centralidade dos processos de racialização que nos subordinam

⁴ Letra da música *A melhor forma*, de autoria de Branco Mello/Sérgio Britto/Paulo Miklos, gravada no álbum *Acústico MTV*, 1997.



como negras mulheres, mas não somente a nós: nos diferentes cenários, mulheres indígenas, mulheres ciganas e tantas outras compartilham conosco o posicionamento nas margens das sociedades racistas patriarcais. Mas devemos reconhecer que mulheres brancas e outras mulheres de grupos raciais hegemônicos, de diferentes origens e contextos, também vivem a experiência do racismo patriarcal – certamente podemos endereçar a este a origem de muitos privilégios que acumulam.

Falar de/como mulher negra sobre o racismo patriarcal não é suficiente, no entanto, para desnudar outros posicionamentos e experiências vinculados à nossa orientação sexual e identidade de gênero, classe social, territorialidade e muitos outros que participam como forças ativas da constituição do que somos, como eixos de diferenciação e, mais, de subordinação, que terminam por constituir nossas identidades, nossa diferença, bem como nossas estratégias de luta. Nas palavras de Avtar Brah: “Nosso gênero se constitui e se representa de distintas formas segundo nossa localização diferencial dentro das relações globais de poder” (BRAH, *Cartografias de la diáspora*, 2011 [1996], p. 131).

As experiências, as visões e teorias, os fundamentos e as práticas que envolvem as ações das mulheres negras têm sido expostos, documentados e mesmo publicados em toda a diáspora já faz muito tempo, registros esses feitos a partir das vozes dos colonizadores, mas também a partir de nós mesmas. Todo esse material – prosa, poesia, música, dança, canto, culinária, adornos e usos do corpo, formas de coletividades, monografias, dissertações, teses, etc. – tem estado exposto e disponível para todas e todos que quiserem conhecer e atuar, junto conosco ou em separado, para mudar os cenários de desvantagens e injustiças.

Aqui, gostaria de destacar duas publicações brasileiras que, juntas, reúnem as vozes e experiências de mulheres negras das diferentes regiões do País. São o livro *Mulheres do vento, mulheres do tempo*, publicado em 2006, pelo grupo de mulheres negras



A Mulherada, de autoria de Lydia Silva e Ana Maria Vieira, e o livro *Mulheres negras na primeira pessoa*, publicado em 2012, pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e organizado por Nilza Iraci, Simone Cruz e por mim (Jurema Werneck) (Figura 1).



Figura 1 – Capa de *Mulheres do vento*, *mulheres do tempo* e *Mulheres negras na primeira pessoa*

Tais publicações traduzem diferentes esforços de superação: o primeiro esforço a destacar refere-se à recente apropriação das letras e da escrita por um número maior de mulheres ativistas – o analfabetismo foi muito alto entre nós na maioria dos anos da história do País e sua superação tem sido um dos emblemas das conquistas das mulheres negras, alcançadas principalmente por nossos próprios esforços. Devemos recordar que, em nosso país, a educação básica como direito de todas e todos e as ações afirmativas para a superação dos efeitos do racismo sobre nossa escolaridade são ferramentas recentes. Ao assumir as responsabilidades e tarefas exigidas para a alfabetização e maior escolarização de meninas negras, que inclui o provimento de suporte material e simbólico para suportarmos o ambiente adverso das escolas, conseguimos alcançar, nos dias de hoje, taxas importantes



de escolaridade e um número crescente e inédito de graduações universitárias e titulações como mestres e doutoras. Assim, cresce entre nós o número de publicações nossas sobre nós mesmas.

Um outro esforço que devemos destacar é o do exercício da autonomia, tão importante para todas nós. As mulheres negras e suas organizações reunidas nas duas empreitadas assumiram a responsabilidade de manejar os meios para proferir e disseminar suas vozes e enunciados – e é importante recordar o descrédito, o desinteresse e a carência de fundos que enfrentamos cotidianamente e que tiveram que ser superados através de diferentes mecanismos e ações. Descrédito, desinteresse e carência amplificados de forma exponencial pelas refratárias relações do mercado editorial brasileiro às polimórficas vozes negras no Brasil. Reconhecemos aí mais uma das ferramentas de privilegiamento amparadas no racismo patriarcal e suas ramificações mercadológicas.

O terceiro esforço a destacar traduz o confronto com a estereotipia intensamente arraigada entre nós. No caso dessas publicações, estereótipos referentes à incapacidade para o trabalho intelectual, à monotonia dos tipos de mulheres negras a serem retratados (domésticas, prostitutas, mulatas, etc.), à irrelevância e ao desinteresse em relação às nossas trajetórias foram contrapostos de modo contundente.

E o que esses livros trazem? Narrativas sobre a trajetória de 120 mulheres negras residentes nas diferentes regiões do País, de diferentes origens, idades, escolaridades, classes sociais (num espectro restrito, é verdade, e pelas razões que todas conhecemos, somente à classe média e à pobreza), de metodologias de luta e modos de realização pessoal e coletivos. Trazem também, como contexto e suporte, narrativas sobre os coletivos de mulheres negras envolvidas na produção de tais registros.

Esses livros são testemunhos da força com que o racismo patriarcal produz violência, desvantagens e subordinações



entre nós e sobre nós. Todas as mulheres retratadas fazem referência aos diferentes modos de violência e subordinação que vivenciaram, num repertório amplo o suficiente para acabar com as amplas e inexplicáveis ignorâncias expressas nas vozes das/dos privilegiadas/os. Testemunham também as diferenças entre nossas trajetórias, nossas visões de mundo, nossas tradições de pertencimento, etc.

Um aspecto fundamental que trazem os livros está em destacar nossa capacidade de agenciamento das condições de vida para a superação das barreiras; nosso engajamento cotidiano em lutas por transformação social; a diversidade de nossas ferramentas e metodologias de luta; nossa vinculação a comunidades reais ou imaginadas a partir de referenciais de raça, gênero, tradição, vizinhança e outros. Poderemos ver que nossos ativismos traduzem a multiplicidade e diversidade de que somos constituídas, mas têm como ponto de partida o confronto com o racismo patriarcal, seja no plano ideológico, seja atuando diretamente sobre suas estratégias mais ardilosas e seus impactos.

Ao encontrarmos mulheres negras à frente da organização, da redação e, principalmente, do conteúdo desses volumes, podemos atestar a valorização da escrita e a vontade de disponibilização de relatos da experiência de mulheres negras e da afirmação da multiplicidade de narrativas e histórias pessoais como importantes para a constituição de lutas coerentes com as demandas reais vividas e apresentadas. Por outro lado, trata-se de iniciativas, entre tantas outras nas mais diversas linguagens, que buscam tornar inteligível a todas e todos as experiências das mulheres negras compreendidas como unidade resultante da articulação de heterogeneidades decorrentes das variadas forças que atuam sobre nós e que emanam de nós, na constituição de nossas múltiplas identidades, formas e objetivos de luta e de realizações.

Podemos afirmar, mais uma vez, que a experiência de narrar a si mesma, aos coletivos de pertencimento, às trajetórias



históricas e culturais não é situação inédita entre nós. De fato, temos trabalhado intensamente em narrativas sobre nós como forma de contraposição às estratégias de aniquilamento impostas pelo regime de escravidão, reeditadas no pós-abolição até os dias atuais. Corporalidades diversas têm assumido, entre nós, a condição de mídia, meio de comunicação, veículo de narrativas, de registro, de memória, de constituição de identidades e de narrativas sobre nós, para nós mesmas, para nossas comunidades e para outros e outras. Jeitos de corpo, seu uso e seu cuidado, modos de autocuidado, cantigas, danças.

No entanto, apesar de nossos variados testemunhos, expostos ao longo de séculos, para diferentes interlocutores e interlocutoras, próximas, próximos ou distantes no tempo ou no espaço, ainda hoje (e aqui) debatemos como fazer para que tais experiências e perspectivas façam parte da ação de todas as mulheres.

Esses testemunhos, que não são os primeiros e não serão os últimos, permitem-nos atestar que as mulheres negras, nossas experiências nas suas diferentes temporalidades e, em certa medida, corporalidades; nossas formulações conceituais e metodológicas existimos antes e depois, além e aquém de qualquer ferramenta teórica e metodológica.

Portanto, ao nos apresentarem o conceito de interseccionalidades, as feministas negras estadunidenses (particularmente Kimberle Crenshaw em “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color”, texto de 1991) nos ofereceram a todas, ativistas pela transformação das condições materiais e simbólicas de vida das diferentes mulheres (e não apenas as nossas), uma ferramenta potente de análise e elaboração de diagnósticos, teorias e estratégias de ação capazes de amplitude e profundidade suficientes para responder aos esforços dos movimentos por transformação social. Essa seria, então, uma lente para corrigir uma espécie de astigmatismo político que nos atinge a todas e todos, conferindo maior nitidez



ao objeto, ao campo e, mais ainda, a cada sujeito social e político que compartilha conosco a esfera pública. Ou seja, ao destacar a intersecção, a conexão, a interdependência das diferentes “variáveis” presentes nas relações sociais e políticas, essa ferramenta poderia aproximar sujeitos políticos diferentes, questionando as grandes narrativas universalizantes, expondo sua parcialidade e, fundamentalmente, suas contradições e limites.

Diga-se de passagem que a interseccionalidade se constituiu como ferramenta extremamente útil naquela época, a partir da insistência inaceitável do feminismo hegemônico na sua recusa a incluir com isonomia os diferentes feminismos das diferentes mulheres, as diferentes demandas, as diferentes teorias, as diferentes experiências e as diferentes estratégias e táticas de luta em seu corpo teórico e metodológico. Dito de outra forma, a interseccionalidade permitiria uma resposta mais precisa e justa à questão posta por Sojourner Truth, “Ain’t I a woman?” (“E não sou mulher?”), no discurso proferido na *Women’s Convention* em Akron, Ohio, em 1851, e a todas aquelas que, depois dela, buscaram o diálogo e a ação conjunta nos movimentos de mulheres das diferentes épocas e contextos.

Esse foi o desafio lançado. Resta saber quais as razões que ainda impedem a sua completa incorporação às teorias e práticas ativistas elaboradas a partir de então.

A interseccionalidade permite questionar o sujeito universal mulher e os limites da categoria gênero.

A interseccionalidade recusa qualquer tentativa de escape ao debate racial e ao racismo entre nós e em torno de nós, confrontando a hegemonia da branquitude.

A interseccionalidade destaca a diferença, a desigualdade e o conflito no interior dos movimentos de mulheres, do feminismo, do antirracismo, das lutas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) ou *queer*, das lutas a partir da classe social e muitas outras.



Ao mesmo tempo que aborda as especificidades, a interseccionalidade coloca também o seu contrário, a questão das desespecificidades, que não será um universalismo, mas um esforço na direção do que Nietzsche apontou (segundo Deleuze) como a “unidade de um fenômeno múltiplo”.

Portanto, resta a tarefa de aprender e apreender a realidade a partir da ferramenta. Resta a responsabilidade de buscar isonomia nos debates, nas formulações, nas teorizações. Resta, ainda mais, a tarefa de, para além do véu das teorias, encontrar os/as sujeitos/as concretos/as, as pessoas, as mulheres negras e todas as outras mulheres, não como objeto ou objetivo, não como alguém de quem se quer falar, mas como enunciadoras de suas realidades, perspectivas e projetos. Como condição de possibilidade de se fazer outro gênero, outra pesquisa de/sobre gênero e outras mais, outras lutas de mulheres: aquelas em que nos colocaremos inteiras e centrais para um desejável projeto comum.

► Referências

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. *Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras*. São Paulo, 2007.

BRAH, Avtar. *Cartografia de la diáspora: identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

CRENSHAWEM, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, p. 1.241-1.299, jul. 1991.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a Filosofia*. Tradução Ruth Jofilly Dias e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

SILVA, Lydia; VIEIRA, Ana Maria. *Mulheres do vento, mulheres do tempo*. Salvador: A Mulherada, 2006. 205 p.



SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (Org). *Mulheres negras na primeira pessoa*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

MÃES DE SANTO EM MOVIMENTO: GÊNERO, RAÇA E AXÉ



Sonia Maria Giacomini

► Apresentação

De maio de 2009 até 2011, respondendo à solicitação de sacerdotes e sacerdotisas do candomblé e da umbanda, o Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Nirema/PUC-Rio) realizou o projeto “Mapeamento de Casas de Religiões de matriz africana no Rio de Janeiro”, financiado com verba pública por uma secretaria do governo federal.

Para a condução desse projeto, que utilizou uma metodologia denominada cartografia social, constituiu-se um conselho integrado por lideranças religiosas, que se autoneomeou Conselho Griot, com o objetivo de assessorar e acompanhar a realização do projeto. O material sob análise neste artigo tem por foco três das principais lideranças religiosas do Conselho Griot, procura analisar as suas visões sobre o exercício religioso e o contato inter-religioso no Brasil, as formas de exercício de liderança e as



bases de sua autoridade e legitimidade e, finalmente, enfoca o lugar ocupado pela corporalidade e sexualidade, que se afirmam de formas muito distintas daquelas que são hegemônicas no universo religioso cristão.

Este texto se organiza em quatro seções. Na próxima seção, são apresentados e comentados os resultados de entrevistas com três mães de santo que foram convidadas a narrar suas trajetórias, desde o processo de iniciação até sua afirmação como lideranças – inclusive para além do campo religioso. A terceira seção é dedicada à reflexão sobre o lugar do corpo nesse universo, em particular nos processos de decisão e na prestação de serviços religiosos. Finalmente, a quarta e última seção reúne algumas considerações sobre a maneira como essas sacerdotisas relacionam as esferas pessoal/familiar, sacerdotal/religiosa e a política.

► Da iniciação religiosa à liderança política

As entrevistas foram realizadas com três mulheres, mães de santo da umbanda e do candomblé. A despeito do fato de pertencerem a diferentes denominações de matriz africana e da diferença geracional existente entre elas – uma delas tem menos de quarenta anos e as demais, mais de setenta –, em vários aspectos apresentam uma forte proximidade. Em seus relatos, é possível identificar três momentos-chave: o “poder” ou a “força” que está na origem da opção religiosa, a iniciação ou o “chamado” e a transposição dos limites do terreiro no e para o exercício religioso e da liderança.

O “Poder” ou “Força”

Em praticamente todas as narrativas, um fato é inegável: se essas mulheres chegaram a ser o que são, isso se deve ao fato



de serem dotadas de uma força, um poder, um verdadeiro dom, que as teria feito capazes de superar todas as provações.

Se fosse para resumir o que significaria uma mãe ou um pai de santo, eu diria que é força. Força de resiliência, de conseguir ter um impacto, de superar e tornar-se mais forte. Então eu me vejo assim, sempre me vi assim na verdade... E de ter condições de ajudar as pessoas que estão ao meu redor. (Mãe F.).

Na visão de mundo ioruba existe uma coisa chamada odu, que é caminho, estrada. Quando Olorum nos manda aqui, ele já nos dá o caminho traçado. Cada qual tem um sinal e provavelmente eu vim com esse sinal. É uma força. É força. (Mãe B.).

Essa liderança, essa força da K. já nasceu com ela. Eu acredito que a força maior que ela tem se chama caboclo Tupinambá. Toda mensagem, todo trabalho, encaminhar um filho, tudo, tudo parte dele. Ele trabalha na linha de cura, no aconselhamento. Ele é índio, um cacique, um grande guerreiro de uma tribo imensa e todo o trabalho feito lá em casa vem dele. Ele que dá as orientações, ele que dá a última palavra. (M., Mãe Pequena da Casa da Justiça Divina).¹

Eu tenho a impressão de que essa força já nasceu comigo. (Mãe K.).

Embora de formas diferentes, em todos os casos a força é que está na origem da opção religiosa. É essa potência, ou força, Axé,² que se encontra na base da posição da mãe de santo e que envolve, portanto, não somente um reconhecimento desse poder pelos outros, mas também, de maneira especial, o reconhecimento pela sacerdotisa de seu próprio poder. A trajetória

¹ A entrevista feita com a Mãe K. teve a participação dessa senhora, M., sua Mãe Pequena, a segunda na hierarquia de uma casa.

² Essa potência, poder, força ou axé foi assim definida por Santos (1978, p. 7-8): “Esse poder conhecido com o nome de axé – vocábulo Nagô – ou sé – vocábulo Fon – é o princípio que torna possível o processo vital. É conduzido por meios materiais e simbólicos e é acumulável. É uma força que só pode ser adquirida por intuição ou contato. Pode ser transmitida a objetos ou a seres humanos.”



de cada uma das entrevistadas, tal como emergiu dos depoimentos, permite identificar um ou vários momentos significativos, justamente porque reveladores da potência. Há sempre alguma marca ou traço a sinalizar essa especificidade ou distinção.

É a força que permite vencer as provações, e, de certa maneira, são as provações que provocam a manifestação da força. A cada momento, percebe-se que a trajetória estaria já traçada desde o nascimento, mas, ao mesmo tempo, é como se fosse confirmada a cada evento vivido como marcante, justamente por sua intensa carga emocional: o sofrimento marca e qualifica a mãe de santo.

Eu sou uma pessoa extremamente sofrida. Só tem a força quem supera os desafios da vida. Não é que você tem que ser sofrida, mas se você tiver que identificar, ver mesmo a força, é por aí. É só pegar a maioria das mães e dos pais: normalmente vieram com muita dificuldade financeira, geralmente vieram com muita provação, com pouca saúde. Eu também tive isso, eu nasci fissurada, sem metade da boca, sem metade do nariz, e eu tive cinco cirurgias do lábio leporino. Então passei por um quadro muito complicado. [...] A Mãe B. diz que no Candomblé, que quando a pessoa é especial, ela tem uma marca, ela traz essa marca. A Mãe Beata diz que eu tenho essa marca, ela diz que é uma nação e é um cargo. Ela diz que eu sou uma Yalorixá. (Mãe F.).

O sofrimento forma, testa, qualifica a mãe de santo. O sofrimento vem de vários lugares: da subalternidade social, da doença, da falta de dinheiro. Embora o sofrimento como que acompanhe a mãe de santo, não faz dela uma vítima. Diferentemente de outros contextos em que o sofrimento leva à vitimização, aqui esse tipo de associação não se completa por conta da presença e intervenção do sagrado. A força não apenas qualifica para enfrentar as provações, mas também para cumprir as demais funções da mãe de santo. Assim, é essa força que a qualifica “para ouvir e interpretar o orixá”, que é quem, sempre, “mostra o caminho, dá o aviso” e para o qual há que se estar sempre “pronto



e digno” (Mãe B.). Evidentemente, esse discernimento está dado pela força; só se concretiza por causa da fé nos orixás, alimenta-se nos usos rituais marcantes do corpo e da sensorialidade e depende do conhecimento das tradições. Como registrou Silverstein (1979) ao refletir a respeito da autoridade das Iyalorixás baianas, é através do:

controle do conhecimento das tradições e dos segredos do candomblé e de sua profunda experiência com os mesmos [que] a mãe de santo desenvolve seu poder e autoridade para interpretar, intervir e trabalhar com os Orixás. Conhecimento, de acordo com a teoria do culto do candomblé, é essencial para o serviço adequado dos deuses e para a aquisição do status e prestígio que se adquire com o tempo e com a experiência. (SILVERSTEIN, 1979, p. 148).

Finalmente, cabe mencionar algo que já foi, de forma ampla, registrado na literatura e, de forma seminal, por Ruth Landes, ao final dos anos 40 (LANDES, 2002), atualizando a ideia de uma notável e especial potência no candomblé: a mãe de santo atribui a força de que é dotada especialmente ao fato de ser mulher, por ser mulher está mais próxima e mais sensível ao sagrado, reiterando-se aquele princípio fundamental a que se refere Landes (2012), o da primazia da feminilidade no serviço religioso que se presta aos deuses:³

A força tem a ver com ser mulher. Na umbanda, embora você tenha menos lideranças femininas do que no candomblé, a mulher é vista como sagrada. Qualquer entidade, pode ser um exu, pode ser um preto velho, elas portam o sagrado feminino. Então é muito comum o exu quando chega, ele mesmo pede algumas mulheres, porque é o sagrado. No candomblé, eu não domino muito, mas tem uma entidade que eu trabalho, que eu sei que beija o

³ Conforme Landes (2012, p. 326). Para uma discussão sobre gênero e tradição no candomblé, ver Lima (s.d.). Ver também Birman (1995) para uma discussão mais ampla sobre esse assunto.



pé da mulher. É o seguinte: por mais homens que eles sejam, os espíritos, eles vieram de um ventre, e quem tem o ventre porta o sagrado. (Mãe F.).

A iniciação

A força está na base sobre a qual está assentada a identidade e posição de líder religiosa. Os serviços religiosos e mágicos prestados pelas mães de santo são vistos como uma decorrência quase natural da força da qual Iyalorixás e Babalorixás são portadores.

Qual o lugar e papel do processo iniciático na trajetória relatada? Na verdade, embora seja sempre um tema importante e inescapável, pudemos constatar que a iniciação tem relevância e formato diferenciados para cada uma das entrevistadas.

Para Mãe B., a iniciação consistiu num longo processo, com etapas claramente demarcadas, fortemente codificado e regulado pela tradição Ketu. O mesmo pode ser dito da longa iniciação de sete anos por que passou Mãe K. A esse respeito, cabe mencionar a publicização da existência de todas as fases dos respectivos processos iniciáticos, que faz parte de toda e qualquer apresentação de suas casas e de sua qualificação. Assim, por exemplo, no site de Mãe K., na internet, tal como no verbete Mãe B. na Wikipédia, são disponibilizadas várias informações sobre os diferentes estágios da iniciação. Também nos livros que publicaram,⁴ longas passagens são consagradas a narrar com detalhes aspectos públicos do processo iniciático.

⁴ Muitas mães de santo, além de manterem sites na internet, vêm publicando livros, tanto de natureza autobiográfica quanto sobre os oráculos, os processos divinatórios e os preceitos religiosos em geral. Ver, por exemplo, Mãe Stella de Oxossi (2003), que ocupa desde o ano passado uma cadeira na Academia Baiana de Letras, mas também, entre outras, Costa (2004) e Kanabogy (2008).



Sendo o processo iniciático, em essência, a confirmação de que aquela pessoa é, de fato, dotada de força e, como tal, reconhecida pelo seu orixá ou santo, é necessário que essa confirmação seja divulgada, inclusive para que os adeptos possam passar a recorrer a elas para consultas e trabalhos.

“O rito de iniciação é uma arena na qual a força da mãe de santo é revelada, submetida e testada”. (SILVERSTEIN, 1979, p. 152). O rito de iniciação compreende, pois, três etapas ou momentos críticos que parecem se encadear: revelação, submissão e teste. Todos e cada um desses momentos foram particularmente revestidos de dramaticidade no depoimento das entrevistadas, envolvendo, no plano pessoal e emocional, certas disposições ou estados emocionais específicos. Sobre tudo a ocorrência da primeira manifestação da força é relatada como o início de uma trajetória que, embora decisiva, inicia-se relutante, sempre resistindo à “evidência” da revelação da força. Embora tivessem plena convicção de serem de alguma forma também protagonistas de ocorrências excepcionais – em um caso a cura de uma pessoa doente; no outro a nítida visão de uma menina morta, sepultada no canteiro de um jardim –, essas duas sacerdotisas revelaram ter custado a se render a tais evidências e, por isso, sofreram sérias consequências. Segundo elas próprias, inicialmente lutavam contra essa força, isto é, não se submetiam a ela. Já a segunda fase, a submissão ou momento da iniciação, inclui a aceitação e, portanto, a consciência de possuir essa força vital ou axé. Além de senti-la, o que se refere ao primeiro momento ou etapa da iniciação, esse segundo momento envolve a sua aceitação, pois tem por tarefa preparar a pessoa a lidar com a força que ela tem, que não é senão o poder do Orixá que “está nela”.

A trajetória de Mãe F. é singular: ela não passou pela iniciação, isto é, ela não foi “feita”:

Não sou iniciada, não sou. Isso seria um conflito se eu não tivesse muita confiança na atividade espiritual que eu exerço, mas eu tenho muita confiança, muita tranquilidade com o que faço.



Eu sempre soube que tinha coroa de babá, cabeça de mãe de santo, isto é, que você veio para ser uma mãe de santo dentro do candomblé. E na umbanda, você tem coroa de babá, me diziam. Então, você tem que ser predestinada aqui. Em muitas casas, normalmente, tem que dar um tempo, são sete anos tanto na umbanda quanto no candomblé. Mas tem a coroação. Nos casos tradicionais da umbanda é um ato involuntário, incontrolável, é um ato espontâneo, você não tem controle sobre isso. (Mãe F.).

No caso de Mãe F., portanto, ela própria sentiu e experimentou a “coroação” como um ato espontâneo, sobre o qual não teve controle, o que foi interpretado e corroborado por outras autoridades, baseadas inclusive na atestação de uma não intencionalidade da Iyalorixá. A iniciação formal não constituiu, nesse caso, uma passagem obrigatória, mas sim uma espiritualidade exacerbada, que não dependeu de uma confirmação ao fim de sete anos de iniciação:

Eu não sou feita [iniciada]. Eu sou um caso típico de umbanda, onde a entidade começa a se manifestar, e você começa a atender, atender... E quando você vê, você está com o terreiro montado. (Mãe F.).

Mãe F. teve, portanto, uma espécie de confirmação *de fato*. Ao longo desse processo, pelo fato de não ter sido iniciada, essa sacerdotisa, ao que parece, teve dúvidas sobre se detinha ou não a força. Uma série de eventos, ou melhor, de provas, assim como o reconhecimento de outras respeitadas e confirmadas mães de santo, acabou por dar-lhe a confirmação necessária:

A Mãe B. diz que no candomblé, que quando a pessoa é especial, ela tem uma marca, ela traz essa marca. A Mãe B. diz que eu tenho essa marca [...]. Como também a Mãe Menininha e a Mãe K., elas me dizem isso. (Mãe F.).

A manifestação da força e sua confirmação por um magistério constroem e consolidam a posição de sacerdotisa, de líder



religiosa. A força vital ou axé é perceptível sobretudo por aqueles já iniciados que a tem mais desenvolvida e que conhecem suas marcas e efeitos em pessoas e coisas.

A capacidade de percepção e de reconhecimento do axé é, portanto, uma prerrogativa fundamental e uma das manifestações daqueles que têm a força e que a desenvolvem num processo que, embora mais ou menos codificado, sobretudo no candomblé, pode ser sempre mais aperfeiçoado. Mesmo no caso de mães de santo muito idosas, reconhecidas e reverenciadas, de quem se diz nem mais haver um estado outro que o de possessão do orixá, isto é, que fazem ambos quase que uma só entidade, há sempre a possibilidade do aumento da força vital. O inverso também pode ocorrer, sobretudo quando preceitos e obrigações são negligenciados, o que interfere diretamente na força ou axé do sacerdote. Isso foi bastante explicitado nos relatos dos processos divinatórios e de cura nos quais a capacidade de controlar e aumentar a força é particularmente crucial. Quanto maior a força, maior o poder da mãe de santo. O poder de aconselhamento é certamente um dos elementos que atraem clientes e adeptos e que participam da fama e consideração de que uma mãe de santo é portadora.

Em um outro trabalho (GIACOMINI, 2011), voltado especificamente à questão da cura e ao lugar das emoções, foi registrada a importância conferida à manifestação do poder da mãe de santo, especificamente através da cura de doenças e sofrimentos diversos. O corpo e a sensorialidade da mãe de santo se impõem, portanto, como elementos fundamentais tanto como expressão do axé quanto em relação à capacidade de reconhecê-lo, o que irá conferir aos sentidos e ao corpo um lugar muito diferente daquela “tradição de suspeita do corpo [que] percorre o mundo ocidental desde os pré-socráticos” e que radicaliza uma aversão ao corpo, encarando-o como “túmulo da alma, imperfeição radical de uma humanidade cujas raízes não estão mais no



Céu, mas na Terra” (BRETON, 2003, p. 13). Foi também notado que, inicialmente, esse poder se manifesta através da realização do que seria um diagnóstico e, em seguida, na realização da cura propriamente dita. Deslocando, neste trabalho, a atenção do tema específico da cura para a análise de questões referentes ao que seriam as tomadas de decisão e modos de atenção e de avaliação das mães de santo, que é o tema que nos interessa aqui, foi possível perceber que tanto num caso como no outro nos deparamos com a mesma força e sensibilidade espiritual. Como explicitou Mãe F., não somente recorrendo à sua própria prática, mas referindo-se a todo o campo religioso da umbanda, a força ou sensibilidade espiritual é o que possibilita ao sacerdote ou sacerdotisa tanto realizar diagnósticos quanto tomar toda e qualquer decisão. “*Nós, Iyalorixás e Babalorixás – explica Mãe F. – somos como uma antena parabólica, vamos captando vários sinais*”. Descobrir como chegar à causa do mal, de uma doença, ou o caminho mais adequado a seguir, discernir a melhor solução para um problema seu, de um filho ou de um cliente, é algo que a sacerdotisa irá realizar, sempre convocando para isso as entidades espirituais.

Uma questão muito presente e de inegável interesse para o assunto que nos interessa é a de como se dá a passagem desse espaço sagrado para o espaço do mundo, para o espaço público.

A liderança no campo não religioso

A primeira e importante revelação que nos vem dos depoimentos é que elas percebem uma perfeita continuidade entre o espaço religioso e o espaço não religioso, entre o exercício da liderança religiosa enquanto sacerdotisa e o exercício da liderança civil enquanto militante.



Eu estou servindo a meu orixá quando estou tendo uma atuação política ou quando estou tendo uma atuação religiosa. É tudo o mesmo pacote. (Mãe B.).

A minha atuação religiosa é um atuação política, hoje não dá pra desmembrar, eu acho que até inicialmente elas estavam soltas. Hoje não, hoje vejo que o meu modo de praticar minha religião, a partir do momento que eu não abro mão da busca pelos direitos e da igualdade, é uma atuação política em tempo integral [...] hoje percebo que na verdade a atuação religiosa é uma atuação política também, ela interfere no modo de vida da pessoa, na ação, ela cria culturas, ela defende os minoritários. (Mãe F.).

A nossa religião é tão discriminada, tão jogada nos cantos... Então eu faço tudo para ajudar... Isso tem a ver com meu orixá. Você lutar para conseguir algo, tem tudo a ver com meu orixá: a minha religião é a mãe África. (Mãe K.).

Aquilo que vemos, à luz de uma visão profana do mundo, como ruptura, é percebido por elas como múltiplas manifestações do sagrado. Os trabalhos e as consultas que fazem são iluminados pelo orixá tanto quanto o discurso feito num evento político.

A fé que eu tenho nos meus orixás é que me dá essa clareza. Às vezes eu estou num lugar, num meio político, num meio de senadores, de políticos, deputados, todos falando, e quando começam a falar eu penso: o que que eu vou dizer? Então eu sinto que eles estão me ajudando e dizendo: 'diga isso que vai dar certo'. E quando eu vejo, estão todos de pé. Então é o quê? É a minha força, a força que vem deles. (Mãe B.).

Que os adeptos do terreiro creiam nos orixás e que os deputados e senadores não compartilhem dessa crença não faz nenhuma diferença: cá como lá, são os orixás que se manifestam através de sua força.

Comentando como toma decisões acerca de sua ação pública, política, Mãe K. reitera:



Eu não faço nada sem consultar os guias. Consulto para tudo, tudo, tudo. E eu não tenho dúvida. Eu geralmente já estou assim pré-inclinada para ver que o melhor é aquilo, e claro, o santo ajuda. (Mãe K.).

Essa invasão do mundo da ação política pela religiosidade é partilhada por sacerdotisas da umbanda e do candomblé:

Quando eu tenho que tomar uma decisão, eu apelo para a espiritualidade. Eu sempre invoco a Deus porque eu sou de fé acima de tudo. Por mais que eu tenha um posicionamento político muito definido e tal, eu sou uma mulher de luta, sou muito de guerra mesmo [...] ainda assim, acima de tudo, eu sou uma mulher religiosa. (Mãe F.).

Uma surpresa para a pesquisadora surgiu da reação das três entrevistadas quando lhes foi informado que sua identidade não seria revelada em comunicações acadêmicas resultantes das conversas. Todas as três não apenas autorizaram como quase que reivindicaram que seus nomes fossem informados. É como se dissessem: se não é para dar publicidade, para que dar entrevista? Essa posição se esclarece quando se entende que, para elas, o depoimento prestado a uma pesquisadora é um ato público e, por conseguinte, político.

Eu não separo [a religião da política]. Agora mesmo nós estamos fazendo política com esta entrevista sobre o nosso trabalho. (Mãe B.).

Essa frase, talvez mais que nenhuma outra, explicita essa unicidade do mundo da política, do mundo civil, do mundo religioso, de todas as relações que neles se entrelaçam.

► O corpo: lugar da “força” e da “feitura” no santo

Ao nos interrogarmos sobre o lugar do corpo e da corporeidade no universo das mães de santo pesquisadas, ganha



contorno bastante expressivo a noção que concebe a corporeidade humana como “o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída” (BRETON, 2006). No campo investigado, a própria forma de enraizamento no mundo ocorre através da “força” ou poder que distinguem coisas, indivíduos e a sacerdotisa e que se evidencia e se expressa nos indivíduos, invariavelmente, de forma corporal. A possessão é, literalmente, o fenômeno da incorporação da divindade, processo no qual o filho ou filha de santo cede seu corpo para que a divindade o ocupe, manifestando-se o sagrado no mundo humano de forma imediatamente corporal e sensível.

A sensibilidade é, portanto, uma categoria-chave na narrativa das entrevistadas. Por um lado, é algo essencial a toda mãe de santo, comparada a uma antena parabólica sem a qual as funções que dela se espera não poderão ser exercidas. Por outro lado, é algo que deve ser controlado e utilizado de maneira lúcida. Nessa segunda acepção, a sensibilidade é interpretada como emoção e vista de maneira negativa e enganosa, sobretudo quando se trata de identificar, por exemplo, as causas do mal ou males que afligem os que as procuram em busca de ajuda. Qualquer que seja a origem dos males, é invariavelmente no corpo que a mãe de santo irá encontrar as suas marcas e indícios, sendo, portanto, o corpo perscrutado, investigado, analisado atentamente pela mãe de santo, que mobiliza para isso todos os sentidos, sobretudo a visão.

De acordo com a descrição mitológica que embasa as práticas rituais das religiões africanas das quais derivam as religiões afro-brasileiras, há um paralelo estreito, quase uma homologia, entre o corpo humano e o cosmos: “o corpo humano é um microcosmo e incorpora os mesmos elementos primordiais e forças essenciais que construíram o universo” (ENCICLOPÉDIA WEBSTER DAS RELIGIÕES MUNDIAIS apud SANTOS, s.d.).

Dessa forma, sendo o corpo microcosmo de uma totalidade cósmica, não surpreende o fato de que todo o processo iniciático



invista materialmente no corpo o conjunto de suas inscrições. Como tem enfatizado, com razão, a literatura que se ocupa da análise da corporeidade nesse segmento religioso, a transmissão da tradição ocorre de forma oral e, sobretudo, através da corporalidade. São os mais velhos, ou os que têm mais tempo na religião, que portam em seus corpos a tradição religiosa, de fato e literalmente “incorporada”, ficando os fundamentos religiosos visíveis corporalmente.

Identificar no corpo dos novatos inscrições que indiquem a qual orixá dar a sua cabeça no processo de iniciação é uma das prerrogativas de quem tem a “força”, ou “axé”, e que foi iniciado. São os sacerdotes que podem atestar e avaliar a mudança na postura corporal, a expressão facial, a alteração do corpo, que indicam a possessão pelo orixá. O orixá incorporado será reconhecido pelo sacerdote através de características posturais e gestuais impressas no corpo do filho de santo durante a intensa e codificada movimentação corporal ritual. Dessa forma, o olhar dos sacerdotes acompanha o processo durante o qual o sagrado vai marcando corporalmente o filho de santo a cada fase do processo iniciático e que, simultaneamente, o vai incluindo em um universo marcado pela mobilização característica dos mesmos códigos sensoriais compartilhados pelos já iniciados.

Visão, olfato, paladar nas religiões de matriz africana, como foi observado por Pólvora (2001), possibilitam identificações, reforçam ligações, aproximam o sagrado, revelando uma franca e bem-vinda exploração e abertura para os órgãos sensoriais.

Dessa forma, mobilizando e positivando o conjunto dos sentidos, as religiões de matriz africana registram uma atitude bastante diversa daquela “tradição de suspeita do corpo [que] percorre o mundo ocidental desde os pré-socráticos” e que radicaliza uma aversão ao corpo, encarando-o como “túmulo da alma, imperfeição radical de uma humanidade cujas raízes não estão mais no Céu, mas na Terra” (BRETON, 2003, p. 13). Em



lugar de uma representação do mundo sensível em oposição à sabedoria e à verdade, a que o mundo ocidental atribui, no dizer de Breton, a indignidade de “uma criação defeituosa, um simulacro” (BRETON, 2003, p. 14), no universo das religiões de matriz africana os sentidos constituem as portas para o sagrado, são suas via de acesso e comunicação.

Como ensina Mãe F.:

O corpo é o lugar do axé, é onde o orixá se manifesta. Eu não sei se eu estou encontrando palavras para dizer bem o que eu quero, mas a sensualidade ela é possível, ela é permitida... Ela faz parte, né, é sagrada.

Ainda que existam diferenças nos usos do corpo e da sensualidade nos rituais da umbanda e do candomblé, trata-se de nuances ou de pequenas variações de um mesmo e comum entendimento a respeito do corpo como lugar do sagrado e da sensualidade, como forma de acesso e comunicação privilegiadas com os orixás:

No candomblé a sensualidade é trabalhada com mais naturalidade, a umbanda é um pouco mais conservadora. Eu acho que o corpo é um instrumento de força e a sensualidade está presente, mas não sensualidade como sexualidade, sensualidade como forma de irradiação da força do orixá. (Mãe F.).

A construção ritual religiosa coincide, portanto, com a construção corporal que acompanha as diversas fases de aprendizagem. O processo iniciático introduz o iniciante numa nova dimensão social e cósmica, mobilizando seu corpo e suas sensações de maneira privilegiada:

A forma como a gente lida com a sexualidade é diferente, eu acho que o grande tabu cristão é a forma de lidar com a sexualidade. Nossa religião ela vê a sexualidade de uma maneira muito forte,



saudável e necessária. [...] Chama muito a atenção de que o corpo é o teu maior patrimônio, se o orixá vir pra você, no teu corpo, a partir do teu ori, você tem que preservá-lo. (Mãe F.).

► Considerações finais

A passagem do mundo religioso para o mundo civil não aparece às mães de santo entrevistadas como uma transição, mas como uma continuação delas e essencial manifestação de sua força, que não é senão a força dos orixás, do axé. Não há aqui uma transformação ou agenciamento especial na configuração do agente político. A agência já existe e como que naturalmente transborda para o mundo civil ou político/público. O mesmo corpo aqui e ali, no mundo civil e no religioso, patrimônio e lugar do sagrado, parece encontrar no ventre gerador a confirmação de sua força especial, força e potência das Iá Mi africanas, que conjugam “o duplo caráter de mães ancestrais e feiticeiras”, “símbolos de adaptação e fundamentais para a manutenção da vida” (SANTOS, s.d., p. 3). Isso talvez explique a facilidade com que essas mulheres, que, segundo outras categorias classificatórias, poderiam ser vistas como destituídas de formação política, agem com tanta naturalidade, facilidade e habilidade no mundo das relações políticas. Para elas, tanto na casa quanto na rua, tanto no terreiro quanto em qualquer lugar, parece valer o seguinte pensamento de Mãe B.:

Quem não sabe quem é não pode discutir. Se você não sabe de quem você veio, se não sabe a sua filiação, se você não sabe a sua idade, se você não sabe que um e um é dois, você não pode discutir com ninguém. Você vai chegar num lugar, vai ficar lá sentado com esparadrapo na boca, e vai servir de manejo.



► Referências

BRETON, David Le. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

_____. *A sociologia do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BIRMAN, Patrícia. *Fazer estilo criando gênero*. Rio de Janeiro: UERJ: Relume Dumara, 1995.

COSTA, Beatriz Moreira. *Histórias que minha avó contava*. São Paulo: Terceira Margem: Cesa-Sociedade Científica de Estudos da Arte, 2004.

GIACOMINI, Sonia Maria. Corpo, doença, emoção e cura: uma incursão pelo universo religioso de mães de santo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 24 a 28 de outubro de 2011.

KANABOGY, Abigail. *Nos caminhos da Jurema Preta*. Rio de Janeiro: Pajú, 2008.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.

LIMA, Fábio. *Candomblé: na encruzilhada da tradição e da modernidade*. s.d. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar?q=LIMA%2C+F%C3%A1bio.+Na+encruzilhada+da+tradi%C3%A7%C3%A3o+e+da+modernidade.&hl=pt-BR&btnG=Pesquisar&lr>>. Acesso em: 18 set. 2013.

OXOSSI, Mãe Stella de (Vera Felicidade de Almeida Campos). *Perfil de uma líder religiosa*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

PÓLVORA, Jacqueline Britto. O corpo batuqueiro: uma expressão religiosa afro-brasileira. In: LEAL, Ondina Fachel (Org.). *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

SANTOS, Juana Elbein dos. Transmissão do Axé: transmissão e ethos negro no Brasil. In: SEMANA DE ESTUDOS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO NEGRO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, 4., 1978, Niterói. *Anais...* Niterói, 1978.



SANTOS, Irinéia M. Franco dos. *IÁ MI OXORONGÁ*: as mães ancestrais e o poder feminino na religião africana. s.d. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/santos-irineia.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

SILVERSTEIN, Leni M. Mãe de todo mundo: modos de sobrevivência nas comunidades de candomblé da Bahia. *Religião e Sociedade*, n. 4, p. 143-169, 1979.

GÊNERO, GERAÇÕES E VELHICE: OMISSÕES E DISCRIMINAÇÕES



Alda Britto da Motta

Discutir gênero e gerações, de modo específico, significa re-
por a questão do estatuto e da dinâmica das relações sociais
fundantes da vida social e, de modo mais amplo, a questão da
interseccionalidade das categorias de análise nas ciências sociais.

Há vários anos, venho discutindo, seguidamente, essas
questões, pela importância que atribuo à análise sociológica do
ponto de vista das relações sociais como a base da comunica-
ção entre as pessoas; ao mesmo tempo, venho tentando definir
quais seriam as estruturas relacionais mais básicas na vida so-
cial e na análise pretendida (BRITTO DA MOTTA, 1999). Além
disso, tenho discutido criticamente a postura da produção teóri-
ca feminista em ignorar ou omitir a categoria geração nas suas
sempre frutíferas discussões em torno da interseccionalidade de
visão e dinamismo na análise dos considerados marcadores so-
ciais (BRITTO DA MOTTA, 2002, 2005), assim como, igualmen-
te, a falta de percepção da condição geracional das mulheres na
discussão de questões fundamentais, como aquelas relativas ao
atendimento em saúde e à violência “de gênero” (BRITTO DA
MOTTA, 2010). Todo o tempo, tenho também feito tentativas de



demonstrar a importância da inclusão teórica direta da categoria geração nas análises da vida social, sempre referida a um contexto articulado de gênero e de classe social (por exemplo, BRITTO DA MOTTA, 2010). Não por último, tenho me empenhado em demonstrar – e discutir – como a ausência da categoria geração nessas discussões tem tido consequências ainda mais negativas quando o objeto discutido é o envelhecimento (BRITTO DA MOTTA, 2010).

Tentando traçar brevemente alguns elementos dessa trajetória teórico/metodológica, primeiro ensaio definir o campo de análise e seus elementos principais (BRITTO DA MOTTA, 1999): “A vida social é estruturada em conjuntos de relações que, em interface, ou articuladas dinamicamente, lhe dão sentido (ou ensejam ao analista entrever um sentido...)”. Os mais determinantes desses sistemas de relações são as classes sociais, os gêneros, as idades/gerações e as raças/etnias. Cada conjunto desses constitui-se, então, numa dimensão básica da vida social, mas nenhum deles, analisado isoladamente, dá conta da sua complexidade, inclusive porque são aspectos coextensivos, isto é, “recobrem-se parcialmente uma à outra” (HIRATA; KERGOAT, 1993).

Essas dimensões realizam-se no cotidiano e na História e podem ser também definidas como categorias relacionais ou da experiência. Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias, porque, na dialética da vida, os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstróem-se em outros moldes. Do ponto de vista de cada indivíduo ou grupo, isso significa a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividades ou de identidades correspondentes.

Essas categorias relacionais mais determinantes, e analiticamente valiosas, referem-se quase todas ao biossocial: o sexo, a idade e a cor estão inscritos no corpo e na cultura como gênero, geração e etnia. Somente a classe, categoria sobredeterminante,



refere-se apenas ao social, mas não deixa de ser um coletivo – teórico, político e da prática – que se corporifica em homens e mulheres de diferentes idades e raças. O elemento fundador de ordem biológica é, com frequência, destacado para justificar, ideologicamente, o poder e a dominação – o sexo “frágil” e “burro”, a raça “preguiçosa” e “feia”, a idade imatura ou da “esclerose” –, não fosse a essência da ideologia a naturalização do social.

Isso significa que o conhecimento de cada uma dessas categorias remete, sempre, a uma análise de relações de poder, análise que, anteriormente, quase só se fazia em relação a classes, em termos de lutas e conflitos, mas a classes secamente estruturais, sem suas dissensões (frações) e divisões internas: “sem sexo, sem idade e sem cor” (BRITTO DA MOTTA, 1991).

Continuava:

Entretanto, no bojo das discussões da multirreferida crise de paradigmas na ciência atual, desenvolveu-se um novo debate sobre o alcance analítico das classes sociais, que oscila entre seu abandono teórico (ou conclusão sobre sua ineficácia analítica em relação à sociedade atual) e recurso a outros sujeitos teóricos ou atores coletivos, tais como gênero, etnia, região e nacionalidade; ou, por outro lado, uma abertura de visão que percebe/incorpora, a uma análise de classes, a de outras categorias analíticas, de ordem biocultural que, em grande parte, referem-se aos sujeitos alternativos referidos anteriormente, mas que se realizam em interface com as classes, articulam-se entre si e são por estas condicionados.

Esta última postura foi a do feminismo mais recente na sua trajetória de afirmação da importância das relações e de uma visão de subjetividade de gênero. A ela me filio. (BRITTO DA MOTTA, 1991).

Logo depois, porém, iria descobrindo um processo de desfiliação da categoria geração nessa proposta articulatória das análises. Mas, naquele momento, prosseguia com o meu entusiasmo, definindo cada categoria principal: classe social, não



apenas como estrutura, porém antes de tudo como uma relação (THOMPSON, 1987), um fenômeno histórico, mas ao mesmo tempo “algo que ocorre efetivamente... nas relações humanas”; gênero, como uma dimensão básica da vida social e “um ângulo de leitura do mundo” (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1981, p. 200), com um potencial de mudança política que, ainda cedo, já levava Balandier (1974) a estudar as mulheres como, historicamente, “a metade perigosa” (*la moitié dangereuse*) na organização social.

Por fim, definindo idade/geração – sempre em articulação com o gênero – como dimensão também fundante das relações sociais, que ao mesmo tempo se projeta, mais que outras categorias de magnitude semelhante (como classe e raça/etnia), em uma outra dimensão, a temporal, simultaneamente “natural” e social, “através da qual faz e refaz seus sentidos” (p. 202). Estruturada no tempo histórico, realiza-se como projeção coletiva, no sentido de mudanças culturais e políticas (MANNHEIM, [19--]).

No desenrolar daquele artigo, e com essa posição metodológica, analisei a velhice, “condição sexuada e de classe” (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 208), dimensão em que o gênero – pelas condições que se desenvolveram então na vida social – vai se afirmar como a categoria, também expressão existencial, mais definidora de situação e da magnitude da mudança social nas relações de que os idosos participam, isto é, na sua vida, conclusão a que se chega exatamente através de uma análise interseccional (como iria difundir-se mais amplamente após o inspirado artigo de Crenshaw, 2002).

Prossegui detendo-me, seguidamente, na crítica ao des-caso analítico para com a categoria geração, principalmente por parte do feminismo, lamentando que aspectos importantes da trajetória social das mulheres permanecessem ignorados, ou meio encobertos por análises apenas parciais, o que iria redundar, no decorrer do tempo, em algumas práticas e políticas



sociais de alcance limitado. Que a sociologia “oficial” passasse ao largo da complexidade – ao mesmo tempo sutil – do entrelace das subjetividades na análise dos marcadores sociais não me surpreendia tanto. As ciências sociais mantiveram, durante longos anos, uma atitude de cegueira ao gênero e até, pelo largo tempo em que “esqueceram” Mannheim, um olhar escasso e enviesado sobre as gerações; mas que a sensibilidade social já demonstrada pelo feminismo – que construiu a categoria gênero e iniciou a análise fina das relações sociais, através da percepção da sua dinâmica articulada ou interseccional – falhasse na inclusão da geração como categoria de análise era surpreendente e não me deixava calar. Por isso, entre o muito que escrevi a respeito, enfatizei, meio contundente (BRITTO DA MOTTA, 2002, p. 37-39):

Para o feminismo, que se construiu inicialmente como movimento de mulheres brancas, ocidentais e ‘burguesas’ (ou ‘liberais’), parece que não ficou bem percebido que elas eram também jovens ou adultas plenas – portanto, de específicas faixas etárias; aquelas mesmas posições geracionais de onde iria sair, posteriormente, a maioria das lideranças femininas da política partidária, dos movimentos sociais urbanos e dos sindicatos. Desde sempre, ao exporem depoimentos pessoais, trabalhos de grupos de conscientização, ao proporem políticas, tudo esteve orientado para – e por – um mesmo grupo etário [bastante homogêneo]: [...] No fundo, mulheres em idade reprodutiva, exatamente como se seleciona nos vários âmbitos de regulação social e de políticas públicas que o feminismo, por outras razões, critica...

Hoje, na busca ou manutenção de uma desejável coerência teórica e política – com a discussão de outras categorias também determinantes, impressentidas no início ou no desenrolar da trajetória do feminismo – falta percepção suficiente para uma outra urgência, – mais além do cotidiano – motivada por propostas, discussões ou adoções de políticas públicas que têm a ver com novas regulamentações em torno das idades, cujo exemplo mais flagrante é – e não apenas no Brasil – a questão da Previdência Social.



Prosseguia:

As próprias críticas que o movimento faz às políticas governamentais na área da saúde são justas quanto ao mérito, mas incompletas, porque não referem que nem todas as faixas etárias são atendidas por elas. Na última campanha nacional de prevenção contra o câncer do colo do útero, por exemplo, as faixas etárias contempladas não ultrapassavam a meia idade – e não soube de qualquer protesto do Movimento ou de nossas representantes no Parlamento, em torno disso. Motivada por ausências como essas, perguntava, [desde] oportunidade anterior (1998): Para onde foram as experiências vividas e a antiga sintonia feminista com o tempo social?

Repetia:

Para onde foi o antigo compasso com os grandes temas e movimentos dos idos de 60 e 70, e a resposta da militância? Onde fica, para o feminismo, a grande questão contemporânea da velhice (em expansão demográfica e particularmente feminina) na reprodução social?

Ao mesmo tempo, vinha lembrando que geração não é um conceito monolítico, nem sequer uma categoria homogênea, mas que se desdobra (ou realiza) segundo uma dinâmica também interna, à maneira de um jogo sistêmico entre relações (BRITTO DA MOTTA, 2005, p. 135-136):

Estudar ou pesquisar gerações, ainda que se escolha como objeto central uma geração ou categoria geracional, apresenta insuficiente perspectiva sem a referência às relações com as outras gerações e às condições em que elas estão se dando. As gerações, como as classes sociais, não se encontram isoladamente, mas em referência mútua, contraposição e até oposição umas às outras: uma geração é, ou torna-se, aquilo que o jogo de relações com as outras permite. (Relembre-se a referência [...] de Bourdieu (1983) aos mecanismos de poder entre as gerações). É que esse



jogo de poder ocorre segundo as condições sociais vigentes em determinado tempo social, e o modo possível de apreensão e resposta a elas pelos atores sociais geracionais. É, portanto, fundamental perceber-se as relações que estão se dando, naquele momento, entre as gerações, mesmo que se vá pesquisar apenas uma geração ou uma das 'idades da vida'. Lembrando-se, sempre, que no interior de cada grupo geracional ou de idade constroem-se representações, identidades e situações sociais que confrontam as de outros grupos.

Comento agora o uso adequado e até indispensável da análise articulada das categorias gênero e geração como centrais a determinados e importantes contextos atuais, através da apresentação de fatos e de alguns trabalhos mais recentes. Mas é importante assinalar que continua ainda escassa a atenção das ciências sociais – incluídas aí a produção e a política feministas – à condição e ação de cunho geracional das mulheres, principalmente das mais velhas, e, mais importante em questões fundamentais, como políticas e práticas profissionais em saúde, assim como o entendimento e as ações em relação à violência contra a mulher.

Longo tempo esquecidas em campanhas preventivas do Ministério da Saúde, as idosas permaneceram ausentes também em campanhas diretamente feministas, como as que se desenvolviam anualmente, a exemplo da campanha "Dezesseis dias de ativismo contra a violência à mulher". Expressão imediata desse esquecimento eram as imagens nos pôsteres largamente distribuídos nessas campanhas: sempre mulheres jovens. Alertadas as organizadoras para o fato – veja-se a importância das ações de esclarecimento –, as (não muito) idosas passaram a ser visibilizadas, incluídas enfim no material de difusão dessas campanhas.

As velhas, de várias idades, continuam, entretanto, a ser insuficientemente, ou descuidadamente, atendidas, por desinformação ou por preconceito, em situações de atendimento



institucional, como em postos de saúde e em hospitais públicos, a exemplo do que, enfim, demonstram alguns trabalhos recentes, como o de Andrade e Franch (2012) e o de Souza, Meira e Menezes (2012). Esses trabalhos demonstram uma nova sensibilidade dos pesquisadores em relação à análise geracional conjugada à de gênero e têm, além da perspectiva esclarecedora, a utilidade social de denúncia.

O cotidiano em um hospital público na Bahia foi observado por pesquisadoras que são também profissionais de saúde (SOUZA; MEIRA; MENEZES, 2012), que apuraram como o trabalho em um hospital pode resumir a valoração diferencial que a sociedade expressa em relação a cada um dos grupos de idade a que atende, sem esquecer diferenciais de gênero e classe. Na população mais frequentemente atendida, as crianças recebem um pouco mais de cuidado, mulheres têm a programática “atenção especial” na fase reprodutiva e “velhos vão talvez para morrer” (SOUZA; MEIRA; MENEZES, 2012).

Em relação ao tratamento dos idosos, predominam a negligência, a omissão e a discriminação. Da parte dos profissionais de saúde, prevalece a inconsciência: alegam (realmente pensam?!), agir de acordo com as condições inadequadas e precárias que seriam próprias ao atual trabalho hospitalar. Isto é, essa violência institucional seria “intrínseca aos serviços públicos de saúde, dada a alta demanda e a precariedade de recursos materiais, humanos e de estrutura física” (SOUZA; MEIRA; MENEZES, 2012, p. 58).

No cotidiano dessas instituições de saúde, os maus-tratos ao idoso caracterizam-se pela recusa ou omissão de cuidados necessários (negligência), especialmente àqueles com maior grau de dependência”. As consequências dos abusos podem variar, “desde o sofrimento emocional, a ampliação do período de internamento, instalação ou piora de incapacidade, agravamento do quadro clínico, desnutrição, desidratação e até mesmo a morte” (SOUZA; MEIRA; MENEZES, 2012, p. 59).



Uma das pesquisadoras afirma, baseada em outra pesquisa também sua (MENEZES, 2010), que essas práticas como que estabelecem limites externos do tempo para viver quando se está doente na velhice.

Andrade e Franch (2012) acompanharam, etnograficamente, o atendimento em uma unidade do Programa Saúde da Família, na Paraíba. Essas unidades institucionais – importantes programas do Sistema Único de Saúde (SUS) –, como já bem demonstrou Parry Scott (2006), segmentam a clientela por idades e consequentes prioridades de atenção no programa, o que significa que, tendo o Estado, proverbialmente, como foco de interesse a esfera da reprodução, isto é, o “binômio” mãe-filho, jovens e velhos ficam à margem, “justamente pela ambiguidade e dubiedade do seu papel na reprodução”, comenta Scott (2006, p. 114), especialmente os idosos, cuja vida reprodutiva já estaria encerrada, esperando-se que seus problemas sejam só de deterioração da saúde. É o que captam, igualmente, Andrade e Franch (2012) no dia a dia de acompanhamento na sua pesquisa no Programa Saúde da Família.

Na organização do atendimento nesse posto, os indivíduos que completam sessenta anos mudam de grupo de atenção, passam para um outro, específico, com atendimento só em dias fixos e, talvez, em horários insuficientes. São frequentados principalmente por mulheres.

Essa mudança traz outras consequências desvantajosas: com atendimento prioritário à hipertensão e diabetes (os problemas esperados dos velhos), as mulheres deixam de ser alvo do programa de prevenção ao câncer de colo de útero, o que leva as pesquisadoras a considerar que o fato de as mulheres, nessa faixa etária, serem excluídas do exame citológico pode ser interpretado como uma compreensão, por parte do Estado, de que essas mulheres encerraram não apenas sua carreira reprodutiva, mas também sua vida sexual, não precisando, portanto, de



consultas ginecológicas periódicas, o que documenta um crítica que há muito venho fazendo (BRITTO DA MOTTA, 2005, 2011) às políticas etaristas do Estado, principalmente para as mulheres, nas referidas campanhas preventivas circunscritas às idades medianas, isto é, às reprodutivas.

As pesquisadoras constataram que idosas que procuram, espontaneamente, o posto para um exame citológico são atendidas; porém, anotou o comentário de uma enfermeira de que isto “é trabalhar de graça”, pois o trabalho das profissionais deve atingir metas quantitativas, objeto de relatórios mensais, que não consideram esse tipo de demanda.

É importante assinalar como essa pesquisa demonstra formas como as restrições por idade imbricam-se nos diferenciais de gênero. Embora essas restrições avultem, elas são menores em relação aos homens. Estes – é amplamente sabido – frequentam menos as instituições de saúde que as mulheres e, quando aparecem, têm, relatam Andrade e Franch (2012), um melhor acolhimento – pelo menos no que tange à sexualidade. Ao contrário da expectativa de “encerramento” em relação às mulheres, “[...] Os profissionais alimentam uma expectativa de que os homens prolonguem mais tempo sua vida sexual, e que o façam com parceiras mais novas” (ANDRADE; FRANCH, 2012, p. 53).

Observam, afinal, as autoras que, apesar de tentar atender às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a “velhice ativa como sinônimo de qualidade de vida e redução de danos e gastos onerosos com saúde”, “o PSF não incorpora a sexualidade idosa...”, ou a da idosa, acrescentaria.

Esses dois textos são parte de um recente dossiê temático sobre “O final da vida no século XXI” (*Revista Mediações*, n. 2, 2012), em que os trabalhos se concentram nas relações etárias/geracionais, porém com um forte conteúdo de gênero. Entre eles, destacaria, ainda, trabalhos sobre proteção social e também luta política dos mais velhos, aposentados e pensionistas, de



pesquisadoras que vêm desenvolvendo uma trajetória de estudos nessa direção teórica (DELGADO; FLOR, 2012, AZEVEDO, 2012), sem esquecer o pioneirismo reconhecido de Júlio Simões na pesquisa com a “maior categoria do país” (SIMÕES, 1998).

Sinal, certamente, de novos tempos, mais esclarecidos, um outro dossiê temático, voltado diretamente para à articulação das categorias gênero e geração, está na revista *Caderno Espaço Feminino* (n. 2, 2012). Sua breve, mas eficiente “Apresentação” (SOUZA; FRANCH, 2012) sintetiza bastante da longa caminhada traçada pela alternância entre momentos de afastamento teórico e epistemológico entre as categorias gênero e gerações nas análises e momentos, afinal, de feliz aproximação entre elas, como se está começando a delinear.

Um outro exemplo atual de aproximação teórica eficaz pode ser encontrado no trabalho mais recente de Susan Mc Daniel (2013), que, além de pesquisa alentada sobre mulheres maduras (*mid-life*), aquelas que a crise econômica (lá, como aqui...) colocou “in the middle of generations” (p. 303), classifica-as, bem atualizadamente, entre 45 e 64 anos (BRITTO DA MOTTA, 2006).¹ Mc Daniel inicia definindo de modo especialmente expressivo a inseparável articulação indivíduo/sociedade e a ampla abrangência da categoria geração na dinâmica social mais ampla: “Generation can be seen as a crossroads phenomenon, where multiple socioeconomic influences intersect with individual life courses”. (MC DANIEL, 2013, p. 303).

Criativamente, introduz a categoria “generationing”, de difícil tradução. Ação ou relação de ordem geracional? Continua:

Research on the impacts of economic shocks often look at effects on individuals, cohorts or nuclear families, but less

¹ Refiro-me à urgência, ditada pela longevidade, por melhores condições de saúde e pelo dinamismo social dos idosos atuais, de reclassificação sociodemográfica dessa população em termos de atributos, possibilidades sociais e situação-alvo para as políticas públicas. Ver também Fernandes (2001).



often on the processes of generationing, the way in which we do generation in extended families and societies. (MC DANIEL, 2004).

[...] As a relational process, generationing builds our self-identities, our concepts of how the social order works and provides meaning in our lives. (MC DANIEL, 2013, p. 304).

A autora persiste, ao longo do artigo, na devida crítica à escassez de análises sobre a dimensão da geração e seu sentido relacional: “Seldom has research focused on how generational relations are impacted and transformed” (p. 306). Discutindo as estruturas da desigualdade (“The structures of inequality”), refere aquilo que já criticamos: “Receiving less attention is inequality by age or generation” (p. 306). Lembrando, entretanto, com Williamson e Rhodes (2011), o perigo de as pesquisas que se concentram nas relações entre as gerações poderem perder de vista as desigualdades intrageracionais de classe, raça ou *status* migratório (p. 306). Mas, curiosamente, nessa intersecção vai esquecido o gênero.

A propósito de avanços, mas também de impasses, quero encerrar esta discussão com a apresentação de mais um impasse, que continua atual e urgente, teórica e politicamente: a violência contra idosas e idosos.

Desde pelo menos 2009 tenho uma preocupação presente: do mesmo modo que não se levam em conta a saúde, a sexualidade e o bem-estar dos idosos, é muito pequena, ou ineficaz, a preocupação social com a violência contra as pessoas idosas.

Criados, pelo País afora, grupos e instrumentos de proteção ao idoso pelo Ministério Público, Delegacias do Idoso, SOSs etc., não se veem, contudo, suficientes resultados. O próprio Estatuto do Idoso, dez anos depois, ainda não está devidamente implementado. Pior, vem sendo objeto de críticas pelos “privilégios” concedidos por ele aos idosos.



Mais chocante ainda fica a desproteção, quando a sociedade brasileira se reinventa pesadamente como sociedade historicamente violenta, multiplicando frequências e formas de manter a violência como maneira cotidiana e implicitamente aceita de resolução de conflitos (ADORNO; CARDIA, 1999). Ao mesmo tempo, a sensibilidade e a disposição para a luta política do feminismo também ampliam o seu escopo de ação social, com o respaldo de consistente discurso teórico, mas esquecem os grupos geracionais idosos, na teoria e na prática.

O problema persistente é que a produção teórica exposta tanto pela sociologia como pelo feminismo, na maior parte, ignora os diferenciais geracionais – e, não tendo suficiente respaldo teórico, não há como agir de modo mais eficaz na prática política.

Atualmente, mesmo sem uma discussão de base geracional, já se conseguem enxergar formas de violência que alcançam esse âmbito: aquelas exercidas sobre crianças (pelo menos quanto à pedofilia) e, pelo crescimento intensivo, o assassinato de jovens (estes, com identidade e “endereço” social conhecido: são geralmente do sexo masculino, pretos e pobres).

No caso das mulheres, quando jovens, uma sexualização de visão predomina e, quando na velhice, essa condição etária garante a invisibilidade: mulher é, quase invariavelmente, representada pela adulta jovem em idade reprodutiva (como já venho referindo repetidamente); a que em algum momento atraiu ou teria atraído o homem, que se torna seu “alcoz”. É para ela que a política feminista busca proteção. “Uma questão de gênero”. Delegacias especializadas, processos judiciais mantidos, casas-abrigo, tudo é para elas, personagens, no caso, “sem idade”.

E as velhas, sem nenhum esperado “sex-appeal”? Quem as ataca ou maltrata? O sujeito da agressão é na realidade bem diversificado. Raramente é o companheiro, que em boa parte – pela morte ou pela separação – já não está presente. Demonstram as pesquisas (AZEVEDO, 2010; DEBERT, 2001; FALEIROS, 2009; BRITTO DA MOTTA, 2009): os agressores são, em maioria, os



filhos, também *as filhas*, netos e outras pessoas *mais jovens* da família. Mais raramente, cuidadoras, mas também vizinhos. Trata-se, portanto, não tanto de efeitos das relações de gênero, mas sobretudo de resultados das relações *entre as gerações*, nas quais os idosos mais velhos têm o maior prejuízo.

Poderia concluir discutindo como a própria posição marginal do idoso no fluxo das relações sociais definidas como importantes se torna uma condição de perene submissão à violência. Também que essas discussões teóricas ainda são inconclusivas, apesar da transformação da velhice em questão social. A violência contra o segmento social idoso é expressão direta das relações de poder entre as gerações, imersas em um contexto forte de relações de gênero. Mas não se costuma discuti-la assim, como já referido, nem no âmbito geral da teoria sociológica, nem no âmbito teórico/político da discussão feminista (BRITTO DA MOTTA, 2010) – certamente, não por coincidência, duas dimensões temáticas de análise que, via de regra, não alcançam as relações entre as gerações.

► Referências

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 66-90.

ANDRADE, Márcia A. Rodrigues; FRANCH, Mónica. “Eles não estão mais pra nada”: sexualidade e processos de envelhecimento na dinâmica do Programa Saúde da Família. “Dossiê O final da vida no século XXI”. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 17, n. 2, p. 41-56, 2012.

AZEVEDO, Eulália Lima. A seguridade social em pauta: a luta política dos/as idosos/as. “Dossiê O final da vida no século XXI”. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 17, n. 2, p. 92-107, 2012.



_____. *Um palco de múltiplas vozes: a nova invenção dos/as idosos/as em luta pela cidadania*. 2010. 283 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

BALANDIER, George. *Anthropo-logiques*. Paris: PUF, 1974.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As velhas também. *Revista Ex Aequo*, Porto: Afrontamento/APEM, n. 23, p. 13-21, 2011.

_____. Revisitando o par relutante. In: ALVES, Ivya et al. *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: Edufba/Neim, 2010. p. 169-181. (Coleção Bahianas, 12).

_____. Violência contra as mulheres idosas – questão feminista ou questão de gênero? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 28., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Lasa, 11 a 14 de junho de 2009.

_____. Ter cem anos no Brasil. La vejez y la construcción social de la edad: enfoques teóricos y unidades analítico-metodológicas. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 52., 2006, Sevilla. *Anais...* Sevilla, 2006.

_____. Teoria de gerações na perspectiva de gênero. In: CRUZ, Maria Helena Santana; ALVES, Amy Adelina Coutinho de Farias (Org.). *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos*. Aracaju: Redor, NEPIMG/UFS/FAP-SE, 2005.

_____. Gênero e geração: de articulação fundante a “Mistura Indigesta”. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: Neim/UFBA, 2002. p. 35-50.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise de envelhecimento. “Dossiê Gênero em Gerações”. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, n. 13, p. 191-221, 1999.

_____. Relações de gênero em movimentos coletivos de bairro em Salvador. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15., 1991, Caxambu. *Anais...* Caxambu, outubro de 1991. GT Relações Sociais de Gênero.



BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documentos para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DEBERT, Guita Grin. A família e as novas políticas sociais no contexto brasileiro. *Interseções – Revista de estudos Interdisciplinares*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 71-92, jul./dez. 2001.

DELGADO, Josimara; FLOR, Cristiane S. Villa. Políticas sociais para idosos: algumas reflexões a partir do enfoque de gênero. “Dossiê O final da vida no século XXI”. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 17, n. 2, p. 73-91, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Violência contra a pessoa idosa no Brasil. In: LIMA, Fausto Rodrigues; SANTOS, Claudiene (Org.). *Violência doméstica (vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar)*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009. p. 231-242.

FERNANDES, Ana Alexandre. Velhice, solidariedades familiares e política social. *Sociologia*, Oeiras, n. 36, set. 2001.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. Apresentação; Antropologia e feminismo. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981. v. 1.

HIRATA, Helena; KERKOAT, Danièle. La classe ouvrière a deux sexes. *Politis*, Paris, jul./août/sept. 1993.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. Porto, Portugal: Res, [19--]. Publicação original em 1928.

MC DANIEL, Susan. Generationing gender: justice and the division of welfare. *Journal of Aging Studies Special Issue: New Directions in Feminist Gerontology*, v. 18, n. 1, p. 27-44, 2004.

_____. Generationing relations in challenging times: Americans and Canadians in mid-life in the Great Recession. *Current Sociology*, v. 61, n. 3, p. 301-321, 2013.



MENEZES, Maria do Rosário de. Violência contra idosos: é preciso se importar! In: BERZINS, Maria Anselma Viana da Silva; MALAGUTTI, William (Org.). *Rompendo o silêncio: faces da violência na velhice*. São Paulo, Martinari, 2010.

SCOTT, Parry. Gerações, comunidade e o Programa Saúde da Família: reprodução, disciplina e a simplificação administrativa. In: LINS DE BARROS, Myriam (Org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SIMÕES, Júlio Assis. “A maior categoria do país”: o aposentado como ator político. In: BARROS, Myriam Lins de (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 13-34.

SOUZA, Andréa dos Santos; MEIRA, Edméia Campos; MENEZES, Maria do Rosário. Violência contra pessoas idosas promovida em instituições de saúde. “Dossiê O final da vida no século XXI”. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 17, n. 2, p. 57-72, 2012.

SOUZA, Márcio Ferreira; FRANCH, Mônica (Org.). Dossiê Gênero e Gerações. *Revista Caderno Espaço Feminino*, Universidade Federal de Uberlândia, v. 25, n. 2, 2012, p. 1-10.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-11.

WILLIAMSON, John B.; RHODES, Anna. A critical assessment of generational accounting and its contribution to the generational equity debate. *International Journal of Ageing and Later Life*, v. 6, n. 1, p. 33-57, 2011.



GERAÇÕES E IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS ENTRE HOMENS: NARRATIVA, TEMPO, DIFERENÇA



Júlio Assis Simões

Minha proposta é pensar o conceito de “geração” a partir de pesquisas brasileiras recentes que tratam de homossexualidade masculina e ressaltam a relevância de enfoques geracionais para avaliar mudanças na experiência da homossexualidade. A ideia que orienta esta breve reflexão inspira-se em trabalhos que combinaram perspectivas sobre narrativas, curso de vida e trajetórias ou itinerários sexuais. Trata-se de elaborar a noção de geração a partir da produção social de narrativas de sentidos e vivências associadas ao desejo homossexual e considerar em que medida isso poderia significar algo como a produção de uma consciência coletiva de experiências compartilhadas no tempo histórico e na trajetória biográfica.

Na verdade, essa preocupação tem a ver com a percepção de que tem aumentado o interesse na relação entre envelhecimento e homossexualidade. Nas pesquisas pioneiras sobre homossexualidade nas ciências sociais no Brasil, como as de José Fabio Barbosa da Silva (2005), no final dos anos 50, e de Carmen Dora Guimarães (2004), nos anos 70, indivíduos na meia-idade



e maduros estavam presentes, quando não eram os principais interlocutores, embora seus pontos de vista acerca de maturidade e envelhecimento não estivessem no centro da discussão. No seu influente estudo sobre prostituição masculina, publicado originalmente nos anos 80, Nestor Perlongher (2008) tampouco pode deixar de incluir a diferença de idade entre os “tensores libidinais” que conectavam os garotos de programa aos seus clientes. De dez anos para cá, porém, entre um ampliado leque de pesquisas em ciências sociais que se dedicaram à temática da sexualidade e, em particular, as que trataram de sociabilidades homossexuais, sob diferentes ângulos, pode-se notar um aumento do interesse específico por tematizar homossexualidade, geração e envelhecimento.¹

Como eu mesmo tenho algo a ver com isso, talvez caiba começar com uma narrativa pessoal. Há dez anos, em 2003, por ocasião de um dos primeiros eventos acadêmicos organizados pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam), em parceria com o Pagu-Unicamp, apresentei um trabalho que pretendia justamente contribuir para a problematização das relações entre homossexualidade masculina e periodização da vida (SIMÕES, 2004a). O motivo inicial do trabalho era avaliar de que modo a sexualidade poderia ser um aspecto relevante para pensar diferenças na experiência de envelhecimento entre homens e, mais especificamente, de que modo o estilo de vida de certos homens homossexuais que atingiam a maturidade e a idade avançada faria parte do processo mais geral de produção de uma nova sensibilidade em relação às etapas avançadas da vida, com novos discursos e imagens do envelhecimento.

A pesquisa anterior que eu havia realizado no doutorado, sobre aposentadoria e política (SIMÕES, 2000, 2004b), já tinha

¹ Apenas como ilustração, lembro que, entre os vinte trabalhos selecionados para o Seminário Temático “Envelhecimento, Gênero e Sexualidade”, coordenado por Guita Grin Debert e por mim, no Fazendo Gênero 10, de 2013, nove tratavam de temas referidos a homossexualidade e identidades sexuais.



permitido focalizar um contexto privilegiado de produção social da figura do idoso como ator político, a partir dos movimentos e associações de aposentados que, no Brasil do começo dos anos 90, reivindicaram direitos e participação na vida pública como pessoas que ainda tinham de contribuir para o sustento de suas famílias. Essa já era uma situação marcante para contrariar certa convenção de que, para os homens, especialmente das classes trabalhadoras, aposentadoria significava sobretudo um tempo de recolhimento ao mundo privado, à televisão, ao prato de sopa e à cama, em que a vida pública se reduziria, na melhor das hipóteses, ao jogo de dominó e à conversa fiada no banco da praça.

Mas constatar a presença de homens de meia-idade e mais velhos nos lugares de frequência homossexual no centro velho de São Paulo, interagindo entre si e com companheiros mais jovens, participando de redes de amizade diversificadas e extrafamiliares, parecia então oferecer uma perspectiva realmente nova acerca do envelhecimento masculino. A começar pela nomeação de novos personagens: “coroas” e “maduros”, como os registrei; “paizões” e “tiozões”, como outros pesquisadores mais jovens registraram; todos eles tinham vida social noturna, com saúde, disposição física, autoconfiança e, claro, algum dinheiro para encontrar amigos, beber, divertir-se, jogar conversa fora, junto com seus parceiros ou tentando a sorte no mercado da paquera homossexual. Além disso, as sociabilidades envolvendo “maduros” que eu mesmo observei no centro de São Paulo e que outros pesquisadores mais jovens também observaram, mantinham a característica ainda marcante em muitos circuitos de sociabilidade homossexual, de reunir pessoas em relações de amizade, afeto e desejo que atravessavam em parte as barreiras de classe e raça, além da própria barreira da idade.

Essas personagens representavam um notável contraponto às representações do homossexual mais velho, marcadas por afeição, amargura, desprezo, desespero, solidão, abandono. Não



que essas representações mais negativas não continuassem a fazer parte dessa cena. Termos depreciativos, como “bicha velha”, “tia”, “maricona”, “cona”, o mais recente “cacura” e o gaúcho “irene”, entre outros, permanecem em circulação e repõem com eloquência as imagens sombrias do envelhecimento homossexual, relembrando aos mais velhos sua posição desvantajosa em um mundo focado no elo entre desejo, beleza e juventude. De todo modo, o que me parecia relevante a partir dessa cena e em outras semelhantes, encontradas em grandes cidades brasileiras, seria investigar “arranjos, combinações, variações e passagens possíveis entre a ‘tia velha deprimida e solitária’ e o ‘coroa’ bem disposto e bem acompanhado” (SIMÕES, 2004a, p. 421).

Acredito que ainda permanece útil a observação de que as contribuições desses estudos recentes sobre envelhecimento e homossexualidade masculina se situam na tensão entre dois principais tipos de representação recorrentes na análise social do envelhecimento de modo geral. De um lado, as que se direcionam a uma maximização do estigma, uma vez sobrepostos os preconceitos em relação à homossexualidade e em relação à idade avançada, e que enfatizaram solidão, melancolia, rejeição, abandono, desvalorização no mercado erótico. De outro, as que atentam para novas possibilidades e processos criativos de feitura do envelhecimento (SIMÕES, 2004a).

Mesmo que não tenhamos no Brasil nada parecido com uma emergente “gerontologia LGBT”, tal como se poderia detectar na discussão anglo-americana, como bem pesquisou Carlos Eduardo Henning (2013b), já não se poderia mais dizer que paira um silêncio sobre envelhecimento e homossexualidade, pelo menos no campo da reflexão e do debate acadêmico e militante. Jovens pesquisadores abraçaram a ideia, de modo que os trabalhos que têm explorado as articulações entre homossexualidade e idade/geração têm privilegiado mais a meia-idade e o envelhecimento do que outras etapas da vida. Assim, alguma coisa



parecida com um “envelhecimento LGBT” começa também a ser nomeado entre nós, inclusive como parte de uma “população” que aspira ao estatuto de sujeito de direitos.

Como sinalizado, por meio de novas categorias identitárias acionadas nesse recorte (“coroas”, “maduros”, “tiozões”, “paizões”, etc.), esses trabalhos tendem a lidar predominantemente com “homens homossexuais” ou “gays” e com a coorte geracional de onde provieram os primeiros “entendidos” – aqueles que, conforme argumentaram Carmen Dora Guimarães e, especialmente, Peter Fry, romperam com as expectativas de feminilidade que recaíam sobre eles e que procuravam parcerias eróticas e afetivas com homens igualmente viris ou que pudessem alternativamente ocupar posições ou *performances* masculinas ou femininas sem se fixar em nenhuma delas. Eram os expoentes do que Fry chamou de “modelo igualitário”, que viria a colonizar outros modelos concorrentes de conceituar as relações entre pessoas do mesmo sexo e marcaria o aparecimento do “homossexual moderno” entre nós (FRY, 1982). Dez anos atrás, parecia-me promissor pensar “coroas” e similares como “entendidos” que envelhecera. Hoje em dia, em que “entendido” é quase uma categoria fóssil, talvez se possa dizer que a própria categoria “gay” parece estar envelhecendo junto com os sujeitos que nomeia (SIMÕES; CARRARA, 2012).

O que cabe ressaltar desde já é que estamos aprendendo não exatamente sobre o “envelhecimento LGBT”, mas sim sobre como uma determinada experiência geracional, bem circunscrita em termos históricos, sociológicos e culturais – a saber, a dos “entendidos” e “primeiros gays” –, formata determinadas vivências e perspectivas na maturidade e no envelhecimento. Proponho, pois, considerar esses estudos recentes da ótica de sua contribuição para operacionalizar um conceito de “geração” a partir de narrativas em torno de uma experiência histórica e cultural circunscrita de identidade sexual. Antes de fazer isso, porém, talvez



seja necessário esclarecer um pouco mais o que entendo aqui por “narrativas geracionais”.

Sigo, para tanto, algumas indicações de Kenneth Plummer, um dos pioneiros cientistas sociais que se dedicaram à questão da formação das modernas identidades homossexuais, bem como da relação entre homossexualidade e trajetórias biográficas. Tomo aqui o conciso e frutífero prefácio “Sobre o pluralismo narrativo”, que Plummer (2009) escreveu para a coletânea organizada por Phillip Hammack e Bertram Cohler (2009), sobre narrativas de identidade sexual relacionadas ao que chamam de “curso de vida gay e lésbico”. Narrativas, diz Plummer, são uma das principais formas pelas quais damos sentido a nossas vidas. As histórias que contamos de nossas vidas, sendo ricamente circunscritas com nossos hábitos e experiências, sempre falam de vidas vividas em momentos particulares e pontos particulares no curso de vida. Histórias de vida têm temporalidades específicas e também estão circunscritas pelo momento e pelo lugar; são, portanto, em grande medida, também histórias contadas segundo prismas geracionais (PLUMMER, 2009, p. x).

Gerações, porém, não são a mesma coisa que grupos de idade. Sob esse aspecto, ainda são frutíferos os *insights* de Karl Mannheim (1993), quando distinguia, para além da posição geracional, as “conexões geracionais” – isto é, “a possibilidade concreta de participar dos mesmos acontecimentos desenvolvendo formas específicas de consciência e experiência em relação ao mundo” – e as “unidades geracionais”, que são capazes de uma resposta unitária frente a determinadas questões histórico-sociais, podendo-se manifestar por meio de uma *comunidade de destinos*. No âmbito de uma conexão geracional, podem-se constituir distintas “unidades geracionais” e distintas “comunidades de destinos”. E, como bem observa Wivian Weller (2010, p. 216), o interesse de Mannheim recai principalmente nas “tendências formativas e intenções primárias incorporadas” e documentadas nas ações e expressões de um grupo enquanto ator coletivo.



Nesse sentido, gerações podem ser definidas por meio de um processo sociogênico de formação de atores coletivos relacionados à experiência compartilhada de determinados eventos críticos na trajetória de vida: sejam traumas mundiais objetivos de grande alcance, tais como crises econômicas, guerras, terror, epidemias; seja a construção de movimentos sociais (movimento sindical, movimento negro, feminismo); sejam ainda livros, filmes, peças, músicas e outros acontecimentos culturais, ou mudanças nas modas artísticas e intelectuais (PLUMMER, 2009, p. x-xi). Além disso, é preciso ter em conta que unidades geracionais e comunidades de destinos se estabelecem também por meio de relações mantidas com outras coortes de idade em um dado tempo histórico. Trocas e transmissões entre gerações podem-se dar em diferentes direções: não apenas em termos do legado dos mais velhos para os mais jovens, mas também no sentido oposto.

Tentarei elaborar um pouco mais essas formulações com base em resultados e indicações de três pesquisas recentes que incluem indivíduos que, na sua maior parte, sentem-se relativamente confortáveis dentro de uma “identidade gay”, compartilham uma situação de classe média intelectualizada, majoritariamente “brancos”, que pertencem a coortes etárias próximas, de uma gama de meia-idade a sexagenários e acima, em São Paulo, e que parecem manter “conexões geracionais” entre si. São três pesquisas em andamento, que tenho tido a oportunidade de acompanhar, conduzidas por jovens antropólogos: Gustavo Saggese (2013), Marcio Zamboni (2013) e Carlos Eduardo Henning (2013a, 2013b). Os três fizeram parte do Seminário Temático “Envelhecimento, Gênero e Sexualidade”, no Fazendo Gênero 10. Cada pesquisa tem seu próprio enfoque, e os autores obviamente não são responsáveis pelas conexões que sugerirei entre



elas nem pelo desenvolvimento que indicarei de suas respectivas interpretações.² O que me estimula à tentativa de “costurá-las” é precisamente a percepção de que trazem elementos importantes para discutir as conceituações sobre as narrativas geracionais esboçadas, com referência a determinados eventos críticos e compartilhados da vida, que têm impacto não só nas subjetividades, mas estão articulados a eventos sócio-históricos de alcance mais amplo, dando lugar a crises, elaborações, epifanias que, apesar das variações nas trajetórias biográficas, talvez contribuam para produzir algo como um sentimento particular e circunscrito de “ser de uma geração”.

Começamos pelos marcos sócio-históricos. As pesquisas de Gustavo Saggese e de Carlos Eduardo Henning referem-se à liberalização de costumes ainda em plena ditadura militar, impulsionada, principalmente, pelo “desbunde”, a variedade brasileira da contracultura, que havia ganhado força desde o final da década de 1960, prossegue e, de certa maneira, sanitiza-se ao longo dos anos 70. Também se menciona o surgimento dos primeiros grupos organizados com vistas à reivindicação de visibilidade para o que, na época, era conhecido como “afirmação homossexual”, o qual, posteriormente, desembocará em formas de expressão de “visibilidade em massa” (FACCHINI, 2005) e numa política formatada na “linguagem dos direitos” (LA DEHESA, 2010; MECCIA, 2011), reivindicando a criminalização da homofobia e o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Num sentido amplo, esse processo de construção e transformação de um movimento social e político não afeta somente os que nele se engajaram de forma mais direta, mas

² Estes trabalhos exemplificam a qualidade do esforço de pesquisa que vem sendo dispendido em torno de envelhecimento e sexualidade e se incluem na crescente produção nessa temática nas ciências sociais brasileiras, que naturalmente é muito mais extensa do que a seleção efetuada para efeitos desta breve reflexão. Para uma amostra dessa produção, ver Passamani (2013).



todo um conjunto mais amplo que compartilha sensibilidades e perspectivas envolvidas em uma visão não patológica, positiva e benigna da homossexualidade, da qual o movimento é tanto promotor quanto produto.

Isso se manifesta especialmente no que se refere à crescente possibilidade de inserção em circuitos de sociabilidade nos quais a questão da homossexualidade deixa de ser alvo de grande problematização. A pesquisa de Gustavo Saggese mostra narrativas que realçam a percepção de uma mudança positiva em comparação com o passado – um pouco nos termos do que Kwame Appiah chama de “viver uma revolução moral”³ –, principalmente em situações envolvendo família e ambiente profissional. Entre as ideias que aparecem com maior recorrência, destacam-se a valorização dos “privilégios” de que os homens homossexuais de hoje poderiam desfrutar em comparação com um tempo passado, além do acionamento das noções de *respeito*, *tolerância* e *aceitação* para caracterizar suas relações e experiências.

Geralmente preferida, a noção de *respeito* tem lugar de destaque nas falas dos entrevistados. Saggese considera que ela ocupa o topo de certa hierarquia em relação às categorias *aceitação* e *tolerância*. Conquistar *respeito* e, também, *dar-se ao respeito* são atitudes que condicionam, de certa forma, as possibilidades de aceitação e tolerância. Na avaliação do comportamento dos mais jovens, ressalta a centralidade do *respeito*, por meio de ponderações e críticas, dirigidas a diferentes posturas e condutas que teriam em comum o fato de evidenciar, aos olhos dos

³ “Quando fui morar nos EUA, em 1981, se você dissesse no aeroporto que era homossexual seria imediatamente mandado de volta ao seu país. Hoje, se eu disser no aeroporto de Nova York que sou gay, vão me perguntar quem é o meu marido. Se tivessem me dito à época que cheguei que depois de 20 ou 30 anos eu poderia não apenas afirmar que sou gay como casar com outro homem eu acharia um delírio. Esta é uma revolução moral.” (“Honra é a maior arma por trás das revoluções morais”. Entrevista com Kwame Appiah. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 2012, Mundo).



entrevistados mais velhos, uma espécie de falta de “bom senso” por parte dos mais jovens, que poderiam vir a associar a homossexualidade a estereótipos negativos e ameaçariam de alguma forma as vantagens já conquistadas. Essas críticas podem-se dirigir ao que consideram “exageros” de comportamento juvenil, como manifestações ostensivas de afeto ou o abuso de atitudes de “dar pinta”, como se desconsiderassem o potencial de reações hostis à volta. Muitas vezes, esses “excessos” que parecem romper a ética do respeito têm a ver com personificações de gênero afetadas e afeminadas, o que remete às minhas próprias observações acerca da importância, para os coroas, de serem “masculinos” e “discretos” (SIMÕES, 2011, *passim*).⁴

Respeito é central nas estratégias cotidianas de “gestão do armário” – isto é, de lidar com os riscos do estigma, da discriminação e da violência. Mas também é um articulador central nas formulações políticas. Assim, de modo semelhante, críticas são dirigidas à Parada do Orgulho LGBT, que teria permitido “excessos” festivos, descaracterizado-se politicamente. É interessante ressaltar que críticas como essas sejam formuladas na mesma chave do *respeito*: seriam atitudes que não seriam condizentes com uma “verdadeira luta pelo respeito” (SAGGESE, 2013, p. 9).

A condenação de alguns “exageros” com referências aos mais jovens não parece empanar a exaltação de uma liberdade maior. Como nota Saggese (2013, p. 11): “Pelo menos entre meus interlocutores, a valorização das liberdades a que hoje têm acesso é unânime.” Não aparece, nesses termos, a nostalgia por um

⁴ Regina Facchini (2008) chama a atenção para a centralidade da categoria “respeito”, como valor e como espaço de agência, na experiência social de lésbicas na periferia de São Paulo, na medida em que é o que permite ser uma mulher que viva com outra mulher nos bairros onde moram. Nesse contexto, é parte central do “respeito” o desempenho de personificações de gênero bem demarcadas entre “masculinas” e “femininas”.



passado melhor e perdido. Na verdade, os interlocutores de Saggese também acham necessário e importante que tais liberdades sejam asseguradas e ampliadas. Assim, verifica-se entre eles um considerável consenso sobre a importância da existência de uma lei que dê respaldo às uniões constituídas por pessoas do mesmo sexo, bem como em relação à necessidade de proteger, através de uma legislação específica, a chamada “população LGBT” contra a violência e a discriminação. Prezar as liberdades auferidas e ambicionar ampliá-las parece ter uma relação evidente com valorizar o *respeito*.

Outro marco sócio-histórico de alta relevância é o advento da pandemia da Aids, que de certa forma medeia o momento anterior, do “desbunde” e do primeiro esforço político de saída do gueto, e o período mais recente, marcado pela “linguagem dos direitos”. De fato, não é possível compreender o modo de desenvolvimento da “linguagem dos direitos” sem considerar o efeito de toda a rede de solidariedade rearticulada por meio das respostas à Aids. A primeira experiência da doença, como se sabe, foi marcada por informações desconstruídas, pela certeza de sua letalidade e por um recrudescimento do preconceito baseado na associação entre homossexualidade e doença. Isso despertou uma espécie de angústia coletiva que tendia a aumentar à medida que mais pessoas adoeciam e morriam. O pânico moral ameaçava romper os próprios vínculos entre os que passaram a se ver e ser vistos como vítimas – se não efetivas, potenciais.

Na pesquisa de Marcio Zamboni, em sua sensível análise de narrativas de pessoas que têm uma longa convivência com o HIV, a centralidade da pandemia para a configuração dessa experiência geracional manifesta-se para além da “ruptura brutal” representada pela passagem da celebração festiva e extremada do desejo homossexual às preocupações com prevenção, risco e medo. A pandemia do HIV/Aids promoveu o que Zamboni, inspirado no polêmico ensaio de Perlongher (1987), escrito no calor



da hora, chama de “novo regime de subjetivação” forjado ao longo de uma experiência dolorosa de confronto com a mortalidade, que impõe uma rígida disciplina de gestão do corpo (ZAMBONI, 2013, p. 3). Mas, em que pese ter sido uma experiência traumática de profundo sofrimento e angústia, a convivência com o HIV significou também “o disparador de uma nova forma de estar no mundo”. Como diz o autor: “As narrativas sobre o tratamento se articulam a um discurso sobre cuidados corporais, saúde e vitalidade de forma mais ampla.” Assim, a disciplina imposta pela luta contra a doença levou também, em muitos casos, à “produção de uma nova vitalidade” (ZAMBONI, 2013, p. 7).

É possível perceber efeitos semelhantes não apenas nos que sofreram no corpo o mal, mas também naqueles que acompanharam a dor de amigos e companheiros. É como se o enfrentamento da mortalidade, junto com a própria aproximação do envelhecimento reforçassem aquele sentimento que uma emergente gerontologia gay denominou de “competência para lidar com crises”.⁵ Um interlocutor da pesquisa de Carlos Eduardo Henning, que possui 67 anos e que se declara “100% gay”, ilustra vividamente esse ponto: ele relembra suas experiências reiteradas de preconceito iniciadas ainda na infância, somadas à sobrevivência à epidemia do HIV/Aids, quando viu mais da metade de sua rede de amigos próximos falecer, e ao final proclama, de maneira orgulhosa: “– *E apesar de tudo isso, eu ainda estou aqui!*” Como nota Henning, para muitos desses indivíduos, estar vivo “pode ser um sinal de resiliência e superação de muitas

⁵ A hipótese da competência em crises foi formulada primeiramente por Douglas Kimmel (1978) a partir de um estudo baseado em histórias de vida de homens homossexuais, para indicar que as crises de “coming out” e de todo o processo que chamei genericamente de “gestão do armário” são centrais na vida dos homossexuais; e que, uma vez ultrapassadas, dotam os indivíduos de uma capacidade especial de resistência e determinação no enfrentamento de outras crises da vida, como a maturidade e o envelhecimento. Para uma apreciação dos estudos gerontológicos sobre homossexualidade nessa linha, ver Simões (2004a).



batalhas e enfrentamentos cotidianos no decorrer de biografias” (HENNING, 2013b, p. 6). Nesses termos, sobreviventes são também vencedores.

A pesquisa de Henning permite considerar o tema das “relações geracionais”, da amizade e dos envolvimento sexuais-afetivos que configuram outras avaliações ambivalentes dos mais velhos sobre temporalidades e suas próprias transformações pessoais. Interlocutores de Henning contam que o fato de aprenderem as técnicas e os usos da internet significou uma virada em suas vidas, como experiência de ampliação do horizonte de possibilidades de angariar contatos para encontros sexuais ou para construir novas amizades: uma maneira privilegiada de se conectar com o mundo gay contemporâneo, para conhecer “como as coisas são hoje em dia”, abrindo novas oportunidades e alternativas de socialização (HENNING, 2013a).

O que nos leva a outros devires possíveis dessas buscas eróticas. Com alguma frequência, nessas relações afetivo-sexuais que envolvem rapazes e homens mais velhos, ressalta-se não apenas o desejo pelo mais jovem, mas também a erotização da figura do “paizão”: o homem mais velho, masculino, com “jeito de pai”, protetor, carinhoso, um tanto controlador e eventualmente provedor. Não é raro que essas relações eróticas se convertam em laços de amizade e proteção mais duráveis, especialmente (mas não só) quando o mais jovem é, também, mais pobre ou mais vulnerável. Em minha própria pesquisa, observei que essas relações poderiam se estender até mesmo para filhos e parentes de ex-parceiros (SIMÕES, 2011). Isso configuraria uma espécie de “generatividade”, na medida em que, afinal, envolve habilidades de comunicação, cuidado e ajuda com vistas à formação e ao bem-estar de indivíduos mais jovens. É importante notar também a existência de uma “generatividade” mais difusa, própria do caráter etariamente variado que marca muitas redes de solidariedade e de apoio de



homens gays e que poderia eventualmente remeter à noção das “famílias de escolha” (WESTON, 1991), ao menos em termos dos conteúdos relacionais mobilizados.

A pesquisa de Henning chama a atenção ainda para um tipo de “generatividade em mão dupla”, que se dá quando amigos mais jovens ensinam pessoas mais velhas a se familiarizar com algumas possibilidades tecnológicas do mundo contemporâneo, como os usos das redes sociais, da internet, dos *smartphones*, dos aplicativos de encontros. Um efeito interessante é que se propiciam, assim, ocasiões em que os mais velhos podem sentir que o tempo de hoje também é o “seu” tempo (“meu tempo é agora”); embora, é claro, também reconheçam que, “no seu tempo”, certas coisas eram mesmo bem diferentes. Verificam-se tanto movimentos intencionais de integração e valorização do “mundo gay de hoje em dia”, notadamente nos usos da internet e de aplicativos de encontros, quanto movimentos de negação, estranhamento e repúdio desse mesmo “mundo gay” do “sexo quantitativo”, “frio”, “rápido”, “sem carinho”, do sentimento de desconforto e deslocamento em relação a moda, músicas, bares e boates dos “espaços gays atuais”. Acentos narrativos que dão margem para ambiguidades e circulação de perspectivas (HENNING, 2013a, p. 10).

Para concluir este breve exame de algumas pistas abertas por novas pesquisas na direção de uma compreensão mais refinada das questões que envolvem homossexualidade masculina e geração, gostaria de reiterar a especificidade das narrativas geracionais aqui delineadas. Correndo o risco de ser repetitivo, estamos falando principalmente de experiências que se desenrolam nos horizontes de possibilidade desenhados pela vivência socialmente viável de algo que poderíamos referir como “identidade gay”, tal como se circunscreve em termos históricos e culturais nas modernas cenas urbanas brasileiras; e que configuram também certo pertencimento ou experiência de classe (para não falar de “raça”).



Como a ênfase deste texto recaiu sobre os aspectos “melhoristas”, isto é, as experiências positivadas de envelhecimento gay, não seria demais lembrar que idosos homossexuais ainda são vulneráveis a toda sorte de violência e vitimização em muitas situações. Cabe lembrar que muitos homens mais velhos que compartilham vivências designadas como de uma “identidade gay” nem sempre experimentam o mesmo grau de conforto com tal autoclassificação. E há aqueles que mantêm variadas maneiras de “vida dupla”, uma experiência gay secreta e paralela a uma vida estabelecida com casamento, esposa, filhos e netos. É provável que estes enfrentem mais dificuldades em sua “gestão do armário”; um segredo descoberto na idade avançada pode implicar uma radical mudança de vida.

Por último, mas não menos importante, cabe chamar a atenção para o fato de que esses trabalhos exibem uma construção colaborada e intergeracional de experiências de envelhecimentos. Por meio de variadas formas de comunicação, confronto, tradução e descobertas mútuas, tão próprias da pesquisa de viés antropológico, produzem-se esforços de reconstrução de experiências que não são as dos jovens, mas nas quais estes se podem reconhecer; e que podem levá-los a reelaborar suas próprias vivências e pontos de vista. Isto é, a dimensão geracional é constituinte dessas pesquisas, de modo que algo como uma “generatividade” de mão dupla tem lugar nelas também: jovens que buscam se apropriar de temporalidades e histórias que não são as suas, para fazê-las repercutir em si mesmos.

► Referências

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. 2008. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982. p. 87-115.

GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HAMMACK, Phillip; COHLER, Bertram (Org.). *The story of sexual identity: narrative perspectives on the gay and lesbian life course*. New York: Oxford University Press, 2009.

HENNING, Carlos Eduardo. “Meu tempo é agora” e “No meu tempo, antigamente...”: temporalidades e sensibilidades geracionais entre homens maduros com práticas sexuais homoeróticas na cidade de São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. *Anais... Águas de Lindóia*, 2013a.

_____. *O panorama heteronormativo sobre a velhice e a literatura que entrelaça homossexualidade, bissexualidade, transgêneros e envelhecimento*. Florianópolis: Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais do Feminismo, 2013b.

KIMMEL, Douglas. Life-story interviews of aging gay man. *International Journal of Aging and Human Development*, v. 10, n. 3, p. 239-248, 1978.

LA DEHESA, Rafael de. *Queering the public sphere in Mexico and Brazil: sexual rights movement in emerging democracies*. Durham: Duke University Press, 2010.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62, p. 193-242, 1993.

MECCIA, Ernesto. *Los últimos homosexuales: sociología de la homosexualidad y la gaycidad*. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.



PASSAMANI, Guilherme. (Org.). *(Contra)Pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual*. Cursos da vida e gerações. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2013.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. *O que é Aids*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PLUMMER, Kenneth. Foreword: on narrative pluralism. In: HAMMACK, Phillip; COHLER, Bertram (Org.). *The story of sexual identity: narrative perspectives on the gay and lesbian life course*. New York: Oxford University Press, 2009. p. vii-xiv.

SAGGESE, Gustavo. *De obstáculos e conquistas: homossexualidade masculina e transformação social no Brasil contemporâneo*. Florianópolis: Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais do Feminismo, 2013.

SILVA, José Fábio Barbosa da. Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005. p. 39-212.

SIMÕES, Júlio Assis. Corpo e sexualidade nas experiências de envelhecimento de homens gays em São Paulo. In: TRENCH, Belkis; ROSA, Teresa E. C. (Org.). *Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011. p. 119-138.

_____. *Entre o lobby e as ruas: movimento de aposentados e politização da aposentadoria*. 2000. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades homossexuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sergio (Org.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a. p. 415-447.

_____. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, Clarice (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004b. p. 25-56.



_____; CARRARA, Sérgio. Sobre sujeitos, temas e abordagens nas discussões socioantropológicas recentes sobre “homossexualidade” no Brasil. São Paulo: 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2012.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 205-224, 2010.

WESTON, Kath. *Families we choose: lesbians, gays, kinship*. New York: Columbia University Press, 1991.

ZAMBONI, Marcio. *HIV, saberes médicos e envelhecimento nas narrativas de homens homossexuais*. Florianópolis: Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais do Feminismo, 2013.

SOBRE PEIXES E MACHOS: NOTAS SOBRE APRENDIZAGENS E MASCULINIDADES NA PESCA AMAZÔNICA



Carlos Emanuel Sautchuk

Devo dizer que o convite para apresentar os resultados de minhas pesquisas no seminário Fazendo Gênero 10 foi de início uma surpresa. Voltados para a antropologia da técnica e do corpo, pensadas na relação com os estudos sobre pesca, sobre populações tradicionais e sobre etnografia e audiovisual (SAUTCHUK, 2010, 2011, 2012), meus estudos não investiram até então num diálogo direto com a riqueza dos principais desenvolvimentos teóricos contemporâneos na interface entre gênero e técnica (por exemplo, BRAY, 2007; NAJI, 2009). Entretanto, a sugestão exposta pelo tema da mesa e o consequente retorno a alguns aspectos de meus dados etnográficos e reflexões (SAUTCHUK, 2005, 2007) fazem-me crer que eu possa elaborar uma singela contribuição a esse debate.

Começo pela constatação de que as etnografias sobre pesca mostram a participação quase exclusiva de homens na chamada pesca “profissional” ou “efetiva”, seja ela industrial, seja artesanal (por exemplo, DIEGUES, 1983; FURTADO, 1983, 1987; MALDONADO, 1993, para ficar nos exemplos brasileiros de várias latitudes). Disso deriva uma série de questões relativas aos estudos de gênero nas ciências sociais. Como mostrou Maria



Angélica Motta-Maués (1999) em artigo de síntese, parte considerável dessas questões busca tornar visível a participação efetiva das mulheres em atividades diretamente associadas ao universo da pesca e à sua cadeia produtiva. Entretanto, a autora também insinua a possibilidade de estudos acerca da construção da masculinidade na pesca, ao apontar a convergência desse campo com uma tendência mais geral dos estudos sobre gênero.

Nesse registro, e a partir de perspectivas masculinas, tanto a minha própria quanto a dos pescadores de uma vila do estuário do Amazonas, que foram os interlocutores privilegiados em minha etnografia, pretendo indicar como a inserção em sistemas técnicos distintos conforma dois tipos muito particulares de pescadores, ou de *machos*, nos termos locais. Preciso admitir também certa influência das elaborações de Pierre Clastres (1982), em “O arco e o cesto”, quando explora a complexidade e os dilemas da masculinidade entre caçadores guaiáqui com base nas formas de associação com os artefatos e as atividades atreladas a eles, suas aprendizagens e papéis sociais. Inspiram minha abordagem também os estudos de Godelier (2003) acerca da iniciação masculina, que envia para os processos longos, complexos e penosos de constituição dos homens, sempre associados à dinâmica produtiva.

Com tais questões no horizonte, abordo a diversidade de masculinidades entre pescadores amazônicos, enfatizando as relações com os não humanos em geral (artefatos, animais, ambientes) na conformação de diferentes pescadores através da habilidade (ou *skill*, nos termos de INGOLD, 2000). Assim, diria que este texto não tratará propriamente de relações de gênero, mas de gêneses relacionais, ou de tecnogêneses do masculino.

Pensando assim, enfoco as situações de aprendizagem ou de inserção nos sistemas de pesca na região do estuário do Amazonas. Na Vila Sucuriju, situada na costa do Amapá, dois grupos de pescadores dedicam-se a atividades especializadas. Compartilhando o mesmo contexto sócio-histórico, ambos estão ligados ao sistema de aviamento (SAUTCHUK, 2008) e executam



a pesca sobretudo para comercializar o peixe, objetivando a obtenção de farinha e outros víveres e, cumprindo, assim, com o paradigma masculino do *provimento* familiar.

Entretanto, há singularidades notáveis. Os chamados *laguistas* dedicam-se à captura do pirarucu com arpão numa região de lagos, deslocando-se em canoas a remo. Eles se distinguem dos *pescadores de fora*, que tripulam barcos motorizados para quatro pessoas e buscam a gurijuba com espinhel de fundo nos trechos costeiros. O ponto de partida aqui está no fato de que, mesmo com muitos aspectos em comum, esses dois grupos especializados têm formas de vida e de exercício da masculinidade francamente distintas.



Foto 1 – Pescadores costeiros



Foto 2 – Família de laguistas



Nos lagos, o sucesso da captura do pirarucu depende do acoplamento dessa arma ao corpo do arpoador e de sua relação intersubjetiva com o peixe e o *dono*, espírito que controla os animais. No mar, é central a disposição do pescador para uma adaptação corporal penosa ao serviço embarcado, onde ele se associa de modo polivalente e dinâmico a instrumentos, a cordas, aos demais tripulantes, ao motor e ao fluxo da maré. O pescador costeiro se afirma em dois espaços – no barco e na vila –, conforme sua disposição no serviço a bordo e com a circulação de sua *parte* (resultado da pesca) no âmbito da família nuclear (provimento) e das trocas entre famílias (vizinhos, parentes, etc.). Já o laguista exerce sua masculinidade numa espécie de continuidade entre a socialidade do lago e da vila, baseada na predação e na distribuição da sua *embiara* (carne capturada) por uma parentela mais extensa.

Portanto, ser *macho* assume sentidos muito particulares entre laguistas e pescadores costeiros, ainda que eles estejam sempre atrelados ao engajamento no âmbito da captura e às formas de circulação de seu resultado. O fato de o vocábulo ser idêntico não deve enganar – tanto na costa quanto no lago, ser *macho* envolve não *forgar* (no sentido de não folgar, soltar, relaxar), mas isso remete a aspectos diferentes. O laguista não deve *forgar* diante de uma interação com um animal, fugindo do encontro (a menos que as condições lhe sejam desfavoráveis, o que legitimaria o ato de *forgar*). Já o pescador de fora precisa *aguentar* a interação com os diversos objetos, sem *forgar* na tarefa de fazer força, erguer um objeto, suportar dor e desconforto extremos. Assim, se o pescador costeiro é reconhecido pelos *camarados* por sua capacidade de atuação embarcado, o laguista o é por sua capacidade de interação com os animais, em especial o pirarucu.

As aprendizagens desses ofícios são muito eloquentes quanto às particularidades de sua produção de masculinidades. De início, deve-se dizer que elas evoluem de maneira particular



– longa e progressiva nos lagos, súbita e intensa na costa. Além disso, quando perguntados por sua formação, os laguistas ressaltam o ensinamento de um arpoador mais velho, enquanto o pescador costeiro indica os barcos que tripulou.

Os laguistas estão desde muito novos na canoa de um tutor masculino (pai, tio ou irmão), onde são englobados pelo sistema de percepção e de ação do arpoador mais experiente, que se dedica à sua aprendizagem. Ele cresce com um arpão à mão, desenvolvendo-se conjuntamente à arma, e sai dessa posição englobada para sua própria canoa quando já reúne os atributos necessários. Unicamente após amadurecer durante quase uma década no interior do sistema de outro arpoador é que um laguista pode alcançar uma vida autônoma, ao cabo de um processo similar a uma longa gestação.

Já os pescadores costeiros vivem a expectativa do embarque para as expedições de pesca ao longo da infância e no início da adolescência, quando voltam suas atenções intensamente para os barcos, observando, desenhando, construindo miniaturas, etc. Na adolescência, as primeiras viagens são espécies de ritos de iniciação, com um caráter de desafio, muito penosos e sem o apoio da família ou qualquer relação professoral mais direta. As disposições corporais do garoto são profundamente alteradas por essa experiência inicial no trabalho (mãos calejadas, capacidade para o equilíbrio sobre o convés, etc.). Assim, fica dramaticamente marcado o ritmo das passagens entre a terra e o barco, como um prenúncio das constantes metamorfoses em que o pescador costeiro estará implicado ao longo da vida.

A noção do surgimento do proeiro enquanto gestação expressa, antes de mais nada, a ideia de um vínculo necessário e primordial entre o proeiro experimentado e o noviço, que normalmente o acompanha durante boa parte de seu processo de maturação orgânico-técnica. Vale ressaltar esse binômio porque o desenvolvimento do laguista passa por um acoplamento aos



artefatos envolvidos na atividade dos lagos, entre os quais a montaria e o remo, mas, principalmente, o arpão. Em segundo lugar, a noção de uma gestação leva à ideia de englobamento corporal – e é justamente disso que se trata, já que consideramos o proeiro enquanto indivíduo formado pela relação protética com a montaria, o piloto e o arpão. Esse englobamento corporal não é apenas um vínculo acessório; ele tem grande influência sobre as ações do proeiro. É o caso de dizer que um proeiro vive situações diferentes, orientando suas ações de acordo com as necessidades do neófito que ele leva consigo. Inclua-se aqui sua preocupação em envolvê-lo em suas ações, levando-o a piloto, além dos momentos em que o posiciona à proa, oferecendo-lhe a oportunidade de arpoar. Um terceiro ponto interessante da analogia entre a formação do proeiro e a gestação é que *pegar a proa* significa a separação de seu estado de englobado, tornando-se um sujeito pleno, deixando de trabalhar com alguém para configurar sua própria corporalidade. Resta-lhe demonstrar eficácia no domínio dos lagos, através de sua capacidade para estabelecer a relação de predação por si mesmo, como um indivíduo independente, a partir do que ele se configura enquanto proeiro.

É necessário precisar algumas consequências dessa forma de analisar a formação do proeiro. Ao considerá-lo indivíduo, quero dizer que ele é dotado de autonomia (valor preeminente no lago) e atua sinergicamente a partir desse sistema formado pelo seu corpo anatômico e as próteses a ele ligadas, entre as quais o próprio piloto. Nisso reside seu potencial perceptivo, de deslocamento e de predação, que estabelece sua atuação nos lagos e é condicionante de seu estado. É essa forma de ação, expressa no campo operatório do proeiro, no modo como ele encontra e captura os animais, que constitui a questão principal de sua instituição enquanto sujeito nos lagos. Assim, é possível compreender que, para os proeiros, as ações de arpoar, de deslocar-se e de perceber não constituem um problema, mas são



consideradas algo dado; trata-se de sua própria constituição, um *a priori*, desenvolvido nos termos de uma maturação – em uma palavra, trata-se de seu próprio corpo. É na relação desse indivíduo com a alteridade, com o pirarucu especialmente, que se apresentam o ponto e o problema essencial: a dependência do *outro* para afirmar-se enquanto predador coloca ao mesmo tempo questões fundamentais e inquietantes ao proeiro.

No caso do pescador de fora, a situação é outra. Antes de mais nada, ele se constitui na passagem entre a *casa* e o *barco*, e nisso reside a primeira observação importante: o simples fato de estar a bordo exige *disposição*. Não apenas nas primeiras viagens, como em todas as vezes em que embarca, o pescador precisa demonstrar ímpeto e vontade para *suportar* e *dar conta*. As primeiras viagens, que definem a constituição do pescador, podem ser tomadas como um processo de iniciação não apenas porque envolvem sua inserção no ambiente do barco, mas também porque marcam o início de um movimento pendular entre o barco e a terra. Ou seja, o pescador que não embarca há muito tempo tem as *mãos finas*, ficará nauseado e desequilibrado (*porre*); já aquele que passou muito tempo a bordo enfrentará os processos de insônia e de reconfiguração à vida em terra. De modo que estar a bordo constitui um desafio para o pescador, já que ele vive em termos de uma mobilização da vontade – da *disposição* – que o tornará *ativo* a bordo. Mas esse processo não é conduzido diretamente pela vontade, isto é, o pescador apresenta a *disposição* para estar a bordo e a mantém, mas, uma vez aí, sua atuação deve seguir o ritmo do barco, a integração às ações. Do ponto de vista do pescador, sua integração no barco passa por um processo que exige demonstração de vontade, mas suas ações, seu comportamento, seguem o curso da dinâmica a bordo.

O que define o pescador é essa mudança constante nos modos de engajamento, por isso caracterizá-lo pela capacidade para a metamorfose, para a mudança de seus modos de andar, de



dormir, de se conectar aos objetos e às pessoas, etc. Isso indica duas coisas importantes e relacionadas: o pescador não se forma de uma vez por todas ao engajar-se no barco, mas ao instituir a mudança (casa-barco) como forma de vida; a vontade permanente que o qualifica é a disposição para atravessar uma metamorfose periódica. O corpo do pescador costeiro é considerado por ele como o palco dessa mudança constante e prova inequívoca de sua identidade, que guarda, mesmo em terra, os traços das conexões a bordo. Por isso se pode dizer que, ao referir-se aos barcos enquanto vetores de sua formação, o pescador faz uma referência muito diferente daquela do laguista, quando evoca os laguistas para os quais pilotou. O laguista dá a sua filiação, diz de onde provém, demonstrando as circunstâncias que o fizeram emergir enquanto tal; já o pescador está se referindo aos domínios em que se engajou, onde imergiu, tendo disposição para compor as conexões que formaram um dado barco. Enquanto o proeiro se refere ao seu processo de aprendizagem como alguém que assinala um progenitor, uma linhagem, o pescador trata sua formação muito mais como um esportista fala da equipe da qual fez parte, isto é, mostrando sua participação na configuração de entidades maiores (os barcos), onde ele teve disposição suficiente para manter-se ativo, criando a si mesmo pela atividade a bordo.

Sem dúvida, seria necessário confrontar essas ponderações a outros aspectos, como as relações com as mulheres e os patrões, por exemplo, além de considerar os casos múltiplos e particulares de variações em relação a tais “modelos” de masculinidade. Ainda assim, parece possível notar que, se a categoria de gênero deve ser apreendida enquanto dimensão analítica (pois não pode ser considerada sinônimo da concepção nativa da modernidade ocidental), tratei aqui de apontar como suas instituições e estatutos são diferenciais em distintas socialidades, a exemplo do que propõe Machado (2004). Associado a isso, valeria meditar acerca da afirmação de Strathern (2006, p. 429), dando conta de



que, na Melanésia, além da pessoa, nexo de relações objetificadas, existe o agente que as mobiliza: “agir individua o agente como um sujeito...”. Sendo assim, são os atos, enquanto instituição de relações, que constituem as pessoas, e o corpo é um “composto de relações” que assume nesse processo uma forma singular (STRATHERN, 2006, p. 205). Desdobrando isso para as relações com os não humanos, seria então possível pensar sobre as construções da masculinidade, no caso da pesca, assumindo a preeminência do engajamento corporal e subjetivo nas relações técnicas.

► Referências

BRAY, Francesca. Gender and technology. *Annual Rev. Anthropology*, v. 36, p. 37-53, 2007.

CLASTRES, Pierre. O arco e o cesto. In: _____. (Org.). *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1982 [1966]. p. 71-89.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

FURTADO, Lourdes. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

_____. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GODELIER, Maurice. *La production des grands hommes*. Paris: Flammarion, 2003.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000.



MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas en conflicto: género y patriarcado. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, v. 8, n. 8, p. 25-40, 2004.

MALDONADO, Simone. *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica*, v. 2, n. 2, p. 377-399, 1999.

NAJI, Myriem. Gender and materiality in-the-making: the manufacture of Sirwan feminilites through weaving in Southern Morocco. *Journal of Material Culture*, v. 14, n. 1, p. 47-73, 2009.

SAUTCHUK, Carlos E. Ciência e técnica. In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 97-122.

_____. Cine-weapon: the poiesis of filming and fishing. *Vibrant*, v. 9, p. 406-430, 2012.

_____. Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. *Série Antropologia*, Brasília, v. 420, p. 1-17, 2008.

_____. Gestos, águas e palavras na pesca amazônica. *Anuário Antropológico*, v. 2010/2, p. 83-105, 2011.

_____. Laguistas et pescadores: l'apprentissage de la pêche dans une région côtière de l'Amazonie (Vila Sucuriju, Brésil). *Techniques et Culture*, Paris, v. 45, p. 161-186, 2005.

_____. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. 2007. 402 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006 [1988].

RELAÇÕES DE GÊNERO E DE PODER NA PESCA ARTESANAL EM PERNAMBUCO



Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

► Introdução

A pesquisa “Gênero e pesca: o Conselho Pastoral da Pesca (CPP)¹ e sua contribuição na trajetória do movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras” realizou o resgate das ações do CPP em Itapissuma, no período de 1975 a 1995. A pesquisa buscou os elos de inter-relação entre a CPP e o movimento social Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras, movimento que se organizou também nos seguintes estados: Bahia, Alagoas, Ceará, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Pará.

O tema Gênero e Pesca está relacionado ao conceito de patriarcado, que nos dá subsídios que possibilitam compreendê-lo a partir das desigualdades entre as subjetividades relacionadas aos comportamentos considerados masculinos e femininos na

¹ Projeto aprovado no edital CNPq nº 20/2012.



sociedade, neste caso, na cadeia produtiva da pesca artesanal, que consistem em diferenças sócio-historicamente construídas e legitimadas em função das desigualdades vivenciadas e organizadas pela sociedade.

Importante ressaltar que esse resgate histórico evidencia situações e momentos de rupturas com modelos cristalizados de divisão sexual do trabalho. As principais categorias de análise conceituais escolhidas para o nosso objeto de estudo são: relações de gênero, movimentos sociais e empoderamento/agendamento² das pescadoras artesanais.

O aporte teórico sobre movimentos sociais está fundamentado nos estudos pós-coloniais e da diáspora, a partir da “perspectiva de reinterpretação da opressão e da desigualdade”, contemplando a análise crítica da “inclusão com exclusão (demandas políticas e culturais não atendidas e discriminação identitária), com a resignificação das narrativas de emancipação” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 19).

Nessa perspectiva teórica, as reuniões em grupos focais e o lugar de fala das pescadoras foram priorizados na elaboração deste texto, o que delimita o nosso posicionamento em relação aos sujeitos desta pesquisa – as mulheres pescadoras. Buscamos identificar as relações de dominação a partir da perspectiva do grupo dominado; ou seja, trabalhamos com uma memória coletiva não hegemônica, diferenciada da memória construída a partir dos centros de poder.³

Esta pesquisa foi problematizada a partir do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, especialmente os princípios

² Na pesquisa, considera-se agenda de gênero a agenda-síntese dos temas priorizados por diversos atores (e atrizes), tendo como eixo as relações de gênero. Reúne, assim, temas e propostas levantados por mulheres participantes de movimentos populares e temas e propostas formulados pelo feminismo, em suas diferentes vertentes (FARAH, 2004).

³ Para aprofundar o tema, ver Scherer-Warren (2011, p. 22).



de equidade, autonomia das mulheres e universalidade das políticas, nos quais estão previstos os objetivos que envolvem a promoção de: 1) políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos; e 2) visibilidade da contribuição econômica das mulheres no meio rural e nas comunidades tradicionais. Foram entrevistadas oito pescadoras de Itapissuma e algumas lideranças do movimento social Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco.

Foram identificados e sistematizados documentos reunidos pela religiosa irmã Nilza de Miranda Montenegro,⁴ em acervo por ela organizado, que nos possibilitou conhecer o cotidiano das pescadoras de Itapissuma nas décadas de 1970 a 1990 e resgatar as ações da CPP nesse período.

A coletânea documental, na forma de um arquivo pessoal, foi composta por anotações de seu trabalho de campo, páginas manuscritas, datilografadas, conjunto de reportagens de jornais com notícias sobre Itapissuma durante os anos 70 a 80 do século XX. Todo esse material foi catalogado e organizado por Gilmar Soares Furtado, que também entrevistou a irmã e gravou seus depoimentos em três visitas a João Pessoa, com a intenção de responder às dúvidas suscitadas durante a pesquisa. A irmã Nilza Montenegro interagiu com a pesquisa ao comparecer à defesa da dissertação de Furtado e à apresentação dos resultados da pesquisa à comunidade.

A sistematização do conjunto de dados do presente trabalho está fundamentada na proposta de *descrição de densa* de Clifford Geertz (1978). A antropologia interpretativa proposta pelo autor está assentada na análise do conjunto de práticas e

⁴ Em 1975, chega a Itapissuma a irmã Maria Nilza de Miranda Montenegro, da Congregação de Santa Doroteia da Franssinettin, que se dedica durante vinte anos a uma prática participativa entre pescadores e pescadoras do município.



relações sociais mediante as quais o corpo social e suas instituições conjugam o real e produzem sentido.

A escolha por pesquisar esse público específico, mulheres pescadoras, justifica-se a partir da história de criação e gestão das Colônias de Pescadores/as. Essas instituições foram controladas pela Marinha de Guerra, e, como esta organização não aceitava mulheres em seu quadro de trabalhadores até finais da década de 1970, as pescadoras não podiam exercer sua cidadania na instituição que representa os trabalhadores da cadeia produtiva da pesca.

► Um resgate histórico do movimento social

A partir de 1979, as pescadoras solteiras⁵ puderam obter seu reconhecimento profissional, mas dependem até hoje, assim como os homens, do/a presidente de colônia e de mais duas testemunhas, para atestar que são profissionais dessa cadeia produtiva e, assim, poder acessar o Registro Geral da Pesca (RGP).

As pescadoras se organizaram, desde 2004, no movimento social Articulação das Mulheres Pescadoras, composto por lideranças políticas de pescadoras, durante a Conferência Nacional das Trabalhadoras da Pesca em Brasília. Consiste num movimento social que ainda não possui CNPJ; entretanto a não existência jurídica ao longo de quase uma década não se constituiu em impedimento para sua atuação em defesa da pesca artesanal e dos direitos das mulheres pescadoras (VERAS; LEITÃO, 2012).

A partir de sua organização, a articulação, além de participar nas ações relacionadas à equidade de gênero no que se refere ao acesso aos direitos laborais das pescadoras, vem

⁵ Na Constituição de 1988, as pescadoras tiveram acesso ao Registro Geral da Pesca e, conseqüentemente, aos direitos sociais.



sistematicamente, desde 2010, apoiando candidaturas a presidências e secretarias das colônias e das associações comunitárias de pescadores/as artesanais. Essa inserção tem sido realizada a partir da presença de representantes da articulação durante todo o processo eleitoral, ou seja, têm sido construídas plataformas de direitos humanos que comportam as suas necessidades enquanto sujeitos da cadeia produtiva da pesca e construídas formações discursivas, por meio de práticas articuladas em rede, que contemplam sua historicidade (SCHERER-WARREN, 2011).

A articulação tem recebido apoio da Secretaria de Políticas para Mulheres, a partir de projetos aprovados em parcerias com instituições de fomento,⁶ bem como atividades de pesquisa e extensão que contribuem no processo de conhecimento relacionado às políticas públicas afinadas ou não com os princípios definidos no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.⁷

A construção do agendamento das pescadoras artesanais aos princípios feministas teve como marco referencial a vitória na eleição de uma mulher para o cargo de presidente de Colônia, em Itapissuma/PE, em finais da década de 1980. Esse fato social possibilitou a essas mulheres o acesso a espaços de poder numa esfera da qual as profissionais da pesca artesanal estavam totalmente excluídas (LEITÃO, 2009).

Importante ressaltar uma síntese dos acontecimentos que expandiram o espaço das mulheres na Colônia de Pescadores/as de Itapissuma nas três últimas décadas do século XX:

- 1975: reunião de 16 pescadoras para dialogar e refletir sobre o cotidiano da pesca artesanal;

⁶ CNPq; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Proext/MEC – Ministério de Educação.

⁷ Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/pnpm/livreto-mulher.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2012.



- 1976: a conversa se ampliou, com a participação de seis pescadoras de Ponte dos Carvalhos/PE;
- 1981: foi definida uma data nacional de luta dos pescadores, durante a Assembleia Nacional dos/as Pescadores/as, realizada em Olinda/PE;
- 1982: foi iniciado um programa radiofônico, a “Voz do pescador”, que socializava os resultados das reuniões realizadas com a CPP e na Colônia de pescadores/as;
- 1985: um projeto da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), realizado em cooperação com o Centro Josué de Castro,⁸ propiciou a construção de cinco baiteiras, de propriedade da Colônia e usufruto de um grupo de trinta marisqueiras;
- 1989: no dia 5 de novembro, a nova diretoria da Colônia Z-10, de Itapissuma, realizou a primeira Assembleia Ordinária. Deve-se ressaltar que, pela primeira vez na história da Colônia Z-10, a diretoria foi composta exclusivamente de pescadoras: Joana Rodrigues Mousinho – Presidente, Margarida Rodrigues Mousinho – Secretária, Severina Farias dos Santos (Dona Biú) – Tesoureira;
- 1992: participação da presidente da Colônia de Itapissuma num encontro sobre “Os povos do mar” em São Sebastião/SP, sendo que um dos temas apresentados foi “a situação da mulher na área costeira”;
- 1995 a 1997: destaca-se a realização de reunião com a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) sobre a poluição do rio Botafogo com o grupo de marisqueiras, que se sentiam prejudicadas em sua atividade de trabalho.

Já assinalado anteriormente, o ano de 1979 representa um marco no acesso das mulheres às políticas públicas para as pescadoras artesanais, que inclui acesso aos direitos sociais: licença-maternidade, aposentadoria, auxílio-doença e seguro defeso.

⁸ O Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, fundado em 1979, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir para a construção e o fortalecimento da democracia e da cidadania na perspectiva do acesso aos direitos humanos, através da pesquisa e da intervenção social. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2011.



Trinta anos depois, entrou em vigor a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que estabelece as normas gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Nessa legislação, o Art. 4º do Cap. III e o seu parágrafo único respondem a uma parcela da demanda das pescadoras, ao incluírem na condição de atividade pesqueira a comercialização e o processamento, funções essas desenvolvidas por muitas mulheres inseridas nessa cadeia produtiva.

No entanto, elas questionam o direito ao seguro defeso para as trabalhadoras que não coletam, mas que atuam na cadeia produtiva que envolve a espécie, à qual lhes é atribuído o seguro defeso. Questionam também algumas interpretações da lei, que as mantêm ainda demasiadamente dependentes da figura de um homem, seja pai, marido, irmão ou filho, para legitimar a existência de economia familiar definida na lei citada.

Nesse debate, evidencia-se que, no processo de construção social dos comportamentos atribuídos às subjetividades do masculino e feminino, persistem as representações sociais que diferenciam o lugar dos sujeitos nas atividades a serem realizadas na casa e na rua, conseqüentemente nas profissões e na reprodução social, no uso do tempo e na divisão desigual do trabalho doméstico.

Essa desigualdade nas relações de trabalho remunerado e não remunerado tem contribuído para a tomada de consciência das pescadoras por seus direitos sociais e as tem mobilizado em busca de políticas públicas que as contemplem. Sobre o tema, Farah (2004, p. 51) afirma que “políticas públicas com recorte de gênero são políticas que admitem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres”.

Passados os trinta anos entre a inclusão das pescadoras aos direitos sociais e a implementação da Lei da Pesca, as profissionais



dessa cadeia produtiva reconhecem as conquistas, mas ainda identificam uma cultura de invisibilidades da autonomia das mulheres, enquanto sujeitos sociais, nessa legislação. Apesar disso, elas vêm paulatinamente construindo, no século XXI, a conquista de espaços de poder na gestão das colônias de pescadores/as no litoral de Pernambuco.

As contradições apresentadas sobre a Lei da Pesca evidenciam o debate sobre transversalidade de gênero e políticas públicas. No que se refere à transversalidade do gênero, escolhemos a concepção que atribui a esse conceito um conjunto teórico e um conjunto de práticas. No que se refere ao campo teórico, destacamos a necessidade de “revisar os conceitos-chave que possibilitam um entendimento mais adequado de um mundo enquanto elemento estruturado em função do gênero”. Por outro lado, enquanto conjunto de práticas, constitui-se numa “nova estratégia para o desenvolvimento como processo estruturado em função do gênero” (WALBY, 2003 apud LABRECQUE, 2010, p. 901).

Nas entrevistas, destaca-se a reivindicação de agendamento das demandas das pescadoras no campo das políticas públicas da pesca artesanal, ou seja, políticas públicas de gênero que, segundo Bandeira (2005), não se resumam apenas à diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas contemplem também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais e que envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito.

Nessa ótica, os posicionamentos da Articulação de Mulheres Pescadoras se identificam numa agenda positiva de gênero no que se refere ao acesso aos espaços de poder e decisão nas colônias de pescadores/as de Pernambuco, a partir de plataformas mais inclusivas de direitos humanos.



► Eleição da primeira presidente de colônia de pescadores/as e repercussões no movimento social

[...] no princípio do ano (1989), percebendo o descontentamento dos pescadores em relação à diretoria da Colônia em exercício, começamos um trabalho de preparação para a eleição de uma nova diretoria a realizar-se em junho. O trabalho de conscientização foi por meio dos contatos informais com os pescadores e de modo especial com as pescadoras que em número de 40 ou 50, semanalmente se reúnem para debater seus problemas. (Nilza Montenegro).

Nilza Montenegro, da CPP, relata que havia um descrédito no sistema eleitoral, uma reação muito negativa à participação, o que conduzia à indagação: “para que votar, se as coisas vão continuar do mesmo jeito?”

Iniciaram-se as reflexões sobre a eleição a partir das qualidades necessárias para ser presidente da colônia e, nesse debate, chegaram à conclusão de que “somos pescadoras profissionais, associadas da Colônia, temos direito de votar e queremos lutar pela classe”.

Segundo a religiosa, as mulheres se colocaram à disposição para, dentro das possibilidades, integrar a chapa e fazer a campanha. Era muito frequente se ouvir delas: “vamos mostrar a estes homens o que é que pode fazer uma mulher que já descobriu os seus direitos”. Consistiu numa campanha inédita na história das colônias do Brasil e, segundo os depoimentos, “elas estavam bem conscientes disso”.

A estratégia utilizada para que as pescadoras pudessem escolher a cédula de eleição foi estabelecer cédulas coloridas, considerando a baixa escolarização da comunidade. Feita uma sondagem, foi escolhida a cor vermelha para a chapa composta por mulheres, para não confundir com a cor da outra chapa. No entanto, faltando poucos dias para a eleição, a Federação Estadual das Colônias de Pernambuco não aceitou a cor vermelha, porque foi associada à cor do comunismo. As pescadoras



substituíram a cor vermelha pela cor verde, segundo elas a “*cor da esperança*”. A irmã Nilza nos relatou que “*o entusiasmo era tão grande que muitas fizeram um vestido verde para votar*”, considerando que todas estavam pela primeira vez exercendo seu direito de voto na escolha da presidência da colônia.

A apuração dos votos, no fim da tarde do dia 7 de junho de 1989, apresentou o seguinte resultado: dos 679 associados da colônia, votaram 416 (sendo 178 pescadoras das 240 inscritas naquela época). A “chapa verde” venceu com uma margem de diferença de 126 votos para a chapa branca.

Joana Mousinho saiu vitoriosa, e pela primeira vez uma mulher tornou-se presidente de uma colônia de pescadores no Brasil. Joana foi reeleita até o ano de 2005, quando foi substituída de forma eletiva pela pescadora Mirian Mousinho da Paz, e, mais recentemente, em dezembro de 2009, foi eleita mais uma vez, ocupando atualmente a posição de presidente da Colônia de Pescadores de Itapissuma.

Essa eleição configurou a abertura de espaços de decisão à participação dessas mulheres na Colônia de Pescadores/as de Itapissuma, além de ter criado condições de autonomia para as mulheres, provocando mudanças nas relações de poder.

Na construção desse resgate da história das pescadoras de Pernambuco, concordamos com Scherer-Warren (2011), ao considerar relevante o posicionamento, a localização e a memória dos atores sociais no debate político e intelectual contemporâneo. A partir dessa perspectiva, o relato das pescadoras possibilita “desenvolver um debate crítico em torno da diversidade e das contradições das experiências vividas, dos poderes de representação social e das lutas por reconhecimento” (p. 23).

Importante ressaltar a informação do Anuário Estatístico da Pesca e Aquicultura (31/12/2009)⁹ sobre o quantitativo de

⁹ Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf>. Acesso em: 17 set. 2012.



trabalhadores/as dessa cadeia produtiva no estado de Pernambuco. Naquela época, os dados indicavam um total 14.452 pescadores, sendo 8.713 homens e 5.739 mulheres. Esse quantitativo de pescadoras nessa cadeia produtiva, que apresenta acentuada divisão sexual do trabalho, tem influenciado a introdução da agenda de gênero no bojo das políticas públicas relacionadas às atividades pesqueiras. As demandas por políticas públicas com transversalidade de gênero são confirmadas na elaboração do I e do II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, somadas a todas as reivindicações do movimento feminista no que se refere às relações entre gênero e trabalho.

Sobre a influência do feminismo e, conseqüentemente, da agenda internacional de gênero nas reivindicações das pescadoras, as décadas de 1970 e 1980 do século XX consistiram em momentos de ruptura e deslocamento do espaço de homens e mulheres nas colônias de pescadores/as. A primeira mudança se refere ao acesso das pescadoras solteiras ao registro geral de pesca. A segunda transformação consistiu na vitória de uma pescadora, eleita em 1989, pela primeira vez, para o cargo de presidente dessas entidades de classe.

As três décadas de inserção das mulheres nos direitos sociais da pesca artesanal e os quase dez anos de existência da Articulação de Mulheres Pescadoras contribuíram no processo de visibilidade e de conquistas dessas trabalhadoras, em que pesem os diversos gargalos por elas identificados, especialmente no que se refere à visibilidade de sujeitos sociais envolvidos nessa cadeia produtiva e às dificuldades de acesso aos benefícios previdenciários. São lacunas de acessibilidade advindas especialmente dos entraves às mulheres nos espaços de poder e decisão nas colônias de pescadores e nas representatividades dos movimentos sociais da pesca artesanal.

Os resultados de diagnósticos realizados no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade (CNPq/UFRPE) mostram



que elas identificam os gargalos e reconhecem a necessidade de evidenciá-los e corrigi-los.

Ressaltamos que, no litoral norte do estado de Pernambuco, o espaço social, cultural, político e econômico que vivenciou a experiência de construção de um lugar de fala e acesso ao poder de mulheres pescadoras na Colônia Z-10 possibilitou deslocamentos e expandiu fronteiras no processo de formação do movimento social Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras.

No ano de 2012, o movimento social Articulação das Pescadoras de Pernambuco era liderado pelas seguintes mulheres: Maria das Neves (Lagoa do Carro), Joana (Itapissuma), Aparecida (Jaboatão dos Guararapes), Ana Angélica (São Lourenço), Maria da Guia (Floresta) e Cícera (Rio Formoso) – eleitas em outubro de 2012. Na liderança da Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras, existem duas representações de pescadoras pernambucanas, que são: Joana Mousinho (Itapissuma) e Maria José de Paula (Lia) (Sirinhaém). Sobre a formação desse movimento social, a líder Joana Mousinho relata:

Eu vejo uma coisa muito importante porque a gente no passado, não eu, eu não era dessa época, as mulheres nem tinham direito de chegar dentro da colônia. A colônia era só de homem. Aí, hoje a gente vê tantas mulheres presidente de colônia, não só aqui em Pernambuco, mas em todo o Brasil. Essa Articulação das mulheres que até em Brasília é conhecida, muitas vezes vai o pessoal da Articulação pra discutir problemas.

Para a irmã Nilza, uma grande conquista da CPP em Itapissuma foi a participação ativa de quatro pescadoras na Diretoria da Colônia, desde a década de 1980. No entanto, o que constatamos é que essa realidade vivenciada na Colônia Z-10 e em algumas outras colônias de pescadores/as de Pernambuco não se constitui em realidade generalizada. Muitas vezes, o difícil acesso das pescadoras a essas entidades de classe as



impossibilitou de obter o RGP e, conseqüentemente, a comprovação de sua identidade profissional de pescadoras, não acessando, dessa forma, os direitos previdenciários.

Por fim, os dados e as reflexões aqui desenvolvidos se propõem a contribuir no processo de resgate da história de mulheres, ao mesmo tempo que objetivam dar voz a essas pescadoras por meio de seus relatos, resgatar e reconhecer trajetórias, identificar conquistas e visibilizar desigualdades de gênero a partir das experiências das pescadoras.

► Referências

BANDEIRA, Lourdes. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Brasília: Cepal, SPM, jan. 2005.

BRASIL. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SEPM, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 56-58, jan./abr. 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 901-912, set./dez. 2010.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e políticas públicas na pesca artesanal de Itapissuma. In: CALOU, Angelo Brás Fernandes; ANTOS, Maria Salett T.; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. (Org.). *Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009. p. 161-174.



SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In: _____; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. p. 17-35.

VERAS, Dimas Brasileiro; LEITÃO, Maria do Rosário de F. A. Por uma articulação ambientalmente sustentável: práticas e representações da educação ambiental na Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco. In: LEITÃO, Maria do Rosário F. A.; CRUZ, Maria H. S. *Gênero e trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais*. Florianópolis: Mulheres, 2012. p. 201-220.

GÊNERO E DESEMPODERAMENTO DE MULHERES NOS REASSENTAMENTOS RURAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO, TOCANTINS



Temis Gomes Parente

A proposta deste artigo consiste na reflexão sobre alguns resultados parciais da pesquisa intitulada “Gênero e Memória de Mulheres dos Movimentos Sociais: Extremo Norte do Estado do Tocantins”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).¹ Nesta discussão, abordaremos como ocorreu o processo de adaptação às novas moradias das famílias reassentadas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), localizada no rio Tocantins, entre os estados do Tocantins e Maranhão. Tentaremos mostrar como eram o novo lugar, as condições existentes para receber as famílias e, por intermédio das falas das mulheres, analisar as dificuldades encontradas e vivenciadas e o processo de desempoderamento dessas famílias da perspectiva de gênero.

¹ 1 – Gênero e Memória de Mulheres dos Movimentos Sociais em Reassentamentos Rurais no Extremo Norte do Tocantins. Chamada: Universal 14/2013. 2 – Organizações Sociais de Mulheres em Reassentamentos Rurais no Extremo Norte do Tocantins. Chamada MCTI/CNPq/MEC/Capes nº 18/2012 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. 3 – Bolsa de Produtividade em Pesquisa – PQ – 2012.



Pretendemos investigar o processo de desempoderamento das mulheres de quatro reassentamentos rurais criados com a construção da usina: São João I e II, Santo Estevão, Bela Vista, e Baixão e Mirindiba. Por meio das narrativas das mulheres, analisaremos quais eram as condições dos reassentamentos quando as famílias chegaram às novas moradias, como eram suas casas e/ou os lugares sociais de gênero² que essas mulheres ocupavam.

O nosso estudo vai analisar como as mulheres, logo depois da mudança para os reassentamentos, tiveram os lugares de gênero reforçados, uma vez que perderam algumas das condições mínimas de sobrevivência que tinham anteriormente. Antes de irem para os reassentamentos, produziam alimentos para subsistência nas vazantes dos rios e praticavam a pesca e o extrativismo do coco-babaçu, o que contribuía para o sustento próprio e de suas famílias. Essas atividades permitiam que tais mulheres se sentissem “autônomas” por não depender dos maridos, companheiros, pais e/ou filhos para se manter, mas, com a transferência para as novas moradias, perderam essa autonomia – o que neste estudo é visto como um processo de desempoderamento.

O termo “empoderamento” não é novo; no entanto, o marco histórico que trouxe notoriedade ao conceito foi a eclosão dos novos movimentos sociais contra o sistema de opressão em movimentos de libertação e de contracultura nos Estados Unidos, na década de 1960. O *empowerment* passou a ser utilizado como sinônimo de emancipação social (BAQUERO, 2012).

O empoderamento é compreendido como o desenvolvimento da confiança de uma pessoa ou de um grupo nas próprias

² Neste trabalho, coadunamos com Scott, quando a autora afirma que gênero é a lente de percepção através da qual se ensinam os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero”, portanto, constitui um compromisso crítico com esses significados e a tentativa de revelar suas contradições e instabilidades, como se manifestam na vida daqueles que estudamos (SCOTT, 2012, p. 332).



capacidades, com o aumento da força espiritual, política, social ou econômica dos indivíduos e das comunidades (DEERE; LEÓN, 2002). É ainda o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle dos próprios assuntos, da própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e da competência para produzir, criar e gerir. O empoderamento é visto também como base para gerar visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual essas visões se tornarão realidade à medida que as relações sociais mudarem (DEERE; LEÓN, 2002).

No processo de empoderamento, está a noção de pessoas obtendo poder sobre a própria vida e definindo o próprio planejamento; é geralmente associado aos interesses dos desprovidos de poder e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada, sem especificação do que essa mudança implica (DEERE; LEÓN, 2002). Ainda segundo Deere e León, o empoderamento não é um processo linear, com começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é dado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados. Conforme essas autoras, o processo necessário para ocorrer o empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência à discriminação de gênero. Isso significa que a mulher deve mudar a percepção negativa que tem de si mesma e ser capaz de lutar pelos seus direitos, saber que é capaz de lutar por eles (DEERE; LEÓN, 2002).

Na compreensão de Zapata (2003), são considerados fatores impulsionadores do empoderamento: a autonomia econômica; a participação em redes sociais; o acesso ao conhecimento formal e às informações; a autoconfiança e a autoestima; e, ainda, o desenvolvimento de habilidades e de liderança. Nenhum desses fatores foi identificado nos reassentamentos que estamos pesquisando, os



quais abordaremos neste trabalho, mas isso não quer dizer que não venham a ocorrer. Em pesquisa anterior, efetuada nos reassentamentos criados pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no rio Tocantins, os dados apontam que 13 anos depois da transferência das famílias ocorreu um processo de empoderamento de algumas lideranças locais, pois as necessidades imediatas de sobrevivência foram superadas e algumas das mulheres se sobressaíram como lideranças. As discussões nesses reassentamentos voltam-se agora para ações políticas que objetivam melhorias das condições da comunidade e tratam da organização e distribuição dos produtos gerados nos reassentamentos (PARENTE; GUERRERO, 2011).

Quanto aos fatores inibidores do empoderamento – portanto, os fatores de desempoderamento –, Zapata (2003) identifica as responsabilidades domésticas, a opressão, a dependência econômica, a ausência de apoio, de capacitação e de maior participação. Neste trabalho, a preocupação maior será identificar nas falas das mulheres esses fatores inibidores do empoderamento, pois as mulheres por nós pesquisadas ainda estão se preocupando com os aspectos práticos e urgentes, ou seja, com a sobrevivência das famílias.

Cabe ressaltar que neste trabalho não serão abordados os conflitos entre os movimentos organizados, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e a empresa responsável pela construção do empreendimento.³ O que nos interessa neste

³ É interessante acrescentar que o processo de remanejamento das famílias não ocorreu de forma pacífica. A população, mobilizada pelos movimentos sociais – principalmente pelo MAB –, colocou em prática várias campanhas e atividades: num primeiro momento, com o intuito de impedir a construção da hidrelétrica e, posteriormente, de buscar melhores condições de negociações entre a empresa e as famílias afetadas. Em todas as atividades que os movimentos sociais, como o MAB, por exemplo, organizavam contra a construção da usina, as mulheres, donas de casa das comunidades atingidas, eram chamadas para participar, mesmo que durante o evento não tivessem oportunidade de expressar suas dúvidas, seus sentimentos e angústias.



artigo é identificar os lugares de gênero das mulheres após a mudança para os reassentamentos, até porque, nos conflitos com os movimentos sociais, em nenhum momento as questões de gênero foram levadas em consideração. A perspectiva de gênero enfatiza os atores sociais, evidenciando que, numa comunidade, homens e mulheres diferem entre si em função dos papéis sociais que cumprem, das percepções e expectativas que expressam e das limitações e necessidades que tratam de satisfazer (MORAIS, 2004). Portanto, abordaremos aqui a forma de viver das famílias dos reassentamentos rurais, por estas estarem conformadas pelas relações de gênero.

► Localização do empreendimento

A UHE Estreito situa-se no médio curso do rio Tocantins, na divisa entre os estados do Maranhão (MA) e Tocantins (TO). As obras se localizaram nos municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO), e a represa atingiu os municípios de Estreito e Carolina, no estado do Maranhão, e os municípios de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no estado do Tocantins.

O licenciamento ambiental da UHE Estreito coube ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), uma vez que o empreendimento se localiza em território de dois estados brasileiros.

No final da década de 1990, o Plano Decenal de Expansão da oferta de energia elétrica (2000/2009), elaborado pelo Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS – Eletrobras), relacionou a UHE Estreito como um empreendimento de geração de energia elétrica necessário para atender ao aumento da demanda nacional. Em janeiro de 2001, a Eletronorte



e a Themag realizaram um estudo de revisão das características técnicas da UHE Estreito, definindo localização, quedas e arranjos gerais do empreendimento. Em julho de 2002, as empresas Suez Energy South America Participações Ltda., BHP Billiton Metais, Vale, Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa Energia venceram o leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a implantação da usina. Em abril de 2005, o Ibama emitiu a licença ambiental prévia, atestando a viabilidade técnica e ambiental da UHE Estreito. Em dezembro de 2006, o instituto emitiu a licença de instalação, autorizando o início das obras. Em novembro de 2010, o mesmo órgão emitiu a licença de operação, autorizando o início do enchimento do reservatório. O então presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, acionou o fechamento da primeira comporta do vertedouro, simbolizando o início do enchimento do reservatório. Em abril de 2011, a usina começou gerar energia com o funcionamento da primeira unidade geradora. Em maio de 2011, foi concluído o enchimento do reservatório e, em outubro de 2012, foi inaugurada a UHE Estreito pela presidente Dilma Rousseff, que acionou, simbolicamente a oitava unidade geradora.

Segundo o Consórcio Estreito Energia (Ceste), o total de famílias impactadas foi de 3.710, sendo que 64% delas preferiram a aquisição e 22% optaram por cartas de crédito urbanas e rurais. Para o MAB, a quantidade de famílias é bem maior, chegando a um total de quase 5 mil. O remanejamento da população teve início em 2007 e foi concluído em outubro de 2010. Um total de 139 famílias optou pelo reassentamento rural coletivo.⁴

⁴ O reassentamento São José I e II fica em Palmeira do Tocantins, com 17 famílias procedentes de Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins, além de Estreito, município do Maranhão. Santo Estevão é localizado no município de Babaçulândia, com 28 famílias provenientes do próprio município e da ilha São José. Bela Vista/Itapuã, também de Babaçulândia, Darcinópolis no Tocantins e Carolina no Maranhão, e também da ilha São José. Baixão localiza-se também no município de Babaçulândia, com 26 famílias, todas da comunidade da ilha São José. Mirindiba fica no município de Araguaína (TO), com 18 famílias, todos



É interessante chamar a atenção para o que afirma o Projeto Básico Ambiental – UHE Estreito (PBA – ESTREITO, 2005) a respeito da natureza dos serviços a executar. Antes do início de sua operação, haveria, segundo o documento, duas etapas principais. A primeira das obras da barragem inseridas nos municípios de Estreito e Aguiarnópolis, nas proximidades dos centros urbanos dos dois municípios, teria uma duração estimada de três anos e contaria com a presença de cerca de 6 mil operários no período de pico das obras. Nesse período, desenvolvemos a pesquisa “Gravidez e Adolescência: Vulnerabilidade e Exploração Sexual no Norte do Brasil”,⁵ nas cidades de Aguiarnópolis (onde estava localizado o canteiro de obras da empresa responsável pela construção da Usina de Estreito), Darcinópolis e Wanderlândia (municípios também impactados). O objetivo da pesquisa foi levantar os fatores de vulnerabilidade das adolescentes exploradas sexualmente na região norte do estado do Tocantins, vulgarmente conhecida como Bico do Papagaio. Outro objetivo da pesquisa foi fazer uma reflexão sobre as relações de gênero que envolvem a gravidez na adolescência e geram um círculo vicioso de pobreza entre as classes menos favorecidas. Durante a pesquisa, a população de Aguiarnópolis era de 5.158 habitantes – a grande maioria se concentrava na zona urbana (IBGE, 2010) –, sendo 2.617 homens e 2.541 mulheres. Darcinópolis possuía 5.273 habitantes (2.775 homens e 2.498 mulheres). Ali a população urbana era maior que a rural. Wanderlândia possuía 10.978 habitantes – 5.645 homens e 5.333 mulheres, a maioria radcada em zona urbana (IBGE, 2010). Assim, podemos ter uma ideia do impacto ocorrido principalmente em Aguiarnópolis, local do canteiro de obra, quando a população do município dobrou devido à chegada de mais de 6 mil homens para trabalhar di-

também da ilha São José. Por último, Maju, o mais distante, fica no município de São Bento do Tocantins, no extremo norte do estado, com trinta famílias procedentes do Projeto de Assentamento Formosa.

⁵ Edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-Decit/CT-Saúde.



retamente na construção da usina. Ou seja, os problemas de vulnerabilidade e exploração sexual que já tinham sido identificados antes⁶ ficaram bem mais graves com a construção da usina.⁷ Exemplos do aumento de prostituição e exploração sexual em canteiros de obras de construção de usinas hidrelétricas fazem parte da cartilha lançada pelo MAB, como uma das violações dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens (MAB, 2011, p. 23).

Conforme consta no Projeto Básico Ambiental da UHE Estreito, a segunda etapa do projeto, o enchimento do reservatório ao término dos serviços de barramento, seria realizada num tempo estimado de três meses. A formação do reservatório interferiria num total de 555 km² de áreas marginais ao rio Tocantins, abarcando áreas incultas, formações florestais e savânicas, áreas de pastagens e culturas, povoados e áreas de ocupação urbana (PBA – ESTREITO, 2005). Ou seja, além da população que estava diretamente envolvida com a construção e que morava no canteiro de obras, toda a população atingida direta e/ou indiretamente pelo enchimento do reservatório foi para essas cidades, tornando ainda mais as redes de serviços básicos, como educação, saúde e escolas desses municípios. Se antes esses serviços já eram precários, agora se tornaram piores, aumentando ainda mais a vulnerabilidade dos adolescentes na região, em especial as meninas, com um grande aumento da gravidez precoce.⁸

⁶ Essa região foi considerada de risco em um mapeamento feito pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (GUIA..., 2007).

⁷ A pesquisa foi efetuada entre os anos de 2009 e 2011, concentrada nos dados dos conselhos tutelares das três cidades, e os dados foram alarmantes principalmente em relação à idade das adolescentes, que variava entre nove e 17 anos. Os dados da pesquisa encontram-se arquivados no Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero e também foram repassados para o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), Palmas – TO, parceiros da pesquisa, além de terem sido divulgados em eventos nacionais e internacionais e em trabalhos publicados em revistas específicas.

⁸ Os dados referentes à gravidez das adolescentes pesquisadas foram levantados nos Cadernos de Informações do Data/SUS de cada cidade.



Portanto, discutir o processo de desempoderamento das mulheres reassentadas no extremo norte do estado do Tocantins, região de fronteiras, é refletir sobre a situação de marginalidade vivenciada por indivíduos, tanto no conceito tradicional de espaços geográficos como em suas multiplicidades, porosidades e deslocamentos simbólicos de fronteiras.

► O processo de desempoderamento

Na síntese do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, publicada pelo MAB, não há referência às questões de gênero. As discussões sobre esse tema aparecem de forma separada, como se fossem um “apêndice”.

Em junho de 2011, foi lançada uma “cartilha” intitulada *O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens*, publicada pelo MAB. Na apresentação, diz que, através dessa “cartilha”, quer denunciar o que foi constatado pelo Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Consta no relatório:

as mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida; [...] elas não têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares e, portanto, têm sido as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação de barragens. (RELATÓRIO, 2011).

É importante atentar que a publicação é denominada como “cartilha”, termo que significa *livro para ensinar a ler*, ou seja, a própria denominação da publicação, que tem como intento



“denunciar” a violação dos direitos humanos das mulheres atingidas por barragens, indica que o processo ainda é embrionário e que as mulheres necessitam ser ensinadas. Por outro lado, é através de uma cartilha e não de um documento formal que o MAB se propõe a denunciar a violação dos direitos humanos das mulheres atingidas por barragens.

Embora a Comissão Mundial de Barragens tenha apontado a ausência das discussões de gênero no planejamento, na construção e após o término da construção das hidrelétricas, essas discussões ainda não foram incorporadas nos projetos de planejamento, mesmo considerando, segundo o relatório da comissão, que na maioria das vezes os projetos de barragem ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional dos custos sociais sobre as mulheres, seja pela alocação desigual dos benefícios por eles gerados. Embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade nas relações de gênero, projetos em que essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais (PARENTE; GUERRERO, 2011). Temos a compreensão, portanto, de que os planos de desenvolvimento afetam homens e mulheres de forma diferenciada e deveriam incluir propostas adequadas às demandas específicas de homens e de mulheres das comunidades.

Os interesses e anseios de cada um dos atores sociais revelam como as diferenças de gênero definem os direitos das pessoas, suas responsabilidades e oportunidades (MORAIS, 2004), especialmente nas discussões de projetos de grande escala – neste caso, as usinas hidrelétricas. Assim, trazer para a reflexão o fortalecimento das questões de gênero das mulheres impactadas que foram deslocadas para os reassentamentos rurais devido à construção da usina de Estreito é tentar trazer para o debate situações reais vividas por diversas famílias em várias regiões do Brasil e, particularmente, na região Norte. É por meio das narrativas das



mulheres dos reassentamentos que iremos identificar os fatores inibidores do empoderamento atribuídos por Zapata e, identificando esses fatores, estaremos contribuindo também para refletir sobre a violação dos direitos humanos das mulheres atingidas por barragens.

► Percursos da pesquisa

O objetivo de trabalhar com as falas das mulheres dos reassentamentos é explorar o que Portelli (1981) atribui como importante na História Oral. Para o autor, os enredos construídos pelas narrativas apontam potencial da representatividade na realidade histórica de sujeitos vividos. As narrativas produzem significados mostrando possibilidades alternativas dessa realidade social. A partir do momento em que as mulheres dos reassentamentos estão falando para a pesquisadora, elas estão organizando suas narrativas, construindo significados do que vivenciaram e ainda estão vivendo, invertendo, portanto, a noção de fato histórico anteriormente ocultado ou dominado.

Nas entrevistas das mulheres dos reassentamentos,⁹ identificamos o que afirma Portelli. Quando as entrevistadas começam a falar, percebemos quanto ficaram ressentidas ao perder a autonomia doméstica que tinham nas suas antigas moradias, ao garantir o sustento para suas famílias com as atividades da exploração do coco-babaçu. Quando perguntamos se a mudança para as novas casas facilitou a vida delas e das outras mulheres

⁹ Para este trabalho especificamente, utilizamos as entrevistas realizadas em quatro reassentamentos em viagem de campo em janeiro de 2013. A metodologia de escolha para as nossas entrevistadas foi a escolha aleatória, em que chegávamos às casas e, se encontrássemos alguma mulher que estivesse disposta a nos receber e a dar a entrevista, fariamos a pesquisa. Essa metodologia justifica-se devido às perguntas às quais queríamos responder sobre como era o cotidiano dessas donas de casa após a mudança para as novas moradias nos reassentamentos.



em relação ao trabalho doméstico, elas responderam que sim, pois agora elas tinham energia dentro de casa, não tinham mais “serviço para agir”,¹⁰ mas, por outro lado, sentiam-se dependentes de seus maridos/companheiros. As seguintes narrativas representam a maioria das opiniões das mulheres:

Aqui a gente tem que esperar eles trabalhar, [seus maridos, companheiros] chegar com o dinheiro para comprar um sabão pra fazer isso, né?! E lá não! A gente produzia o sabão, nós quebrava o coco-babaçu tirava o óleo fazia sabão pra vender! Você tirava o óleo pra comer, aqui se eu não tiver tem que ir em Araguaína comprar um litro de óleo pra comer e lá não, na mesma da hora você quebrava o coco tirava o leite, já botava no peixe, já botava na caça.¹¹

Outra entrevistada responde da seguinte forma:

Antes deu casar eu quebrava coco, né eu me criei assim, antes deu casar eu quebrava coco pra comprar arroz, tudo em enfim, o meu pai não tinha muita condição, tem gente que tem vergonha de dizer o que passou, eu não tenho vergonha de dizer, sempre falo pros meu filho assim, que agente só consegue as coisa é lutando não importa o que seja né. Tirava azeite, fazia carvão pra cozinhar. Pra mim mesma, as vez pra mim comprar roupa, calçado, as vez pra comprar açúcar, café, sabão essas coisa, tudo eu fazia né, porque naquela época o coco tinha valor, hoje é que não tem valor mais, mas naquela época você quebrava coco e vendia, se dava de sustentar, as pessoas lá mesmo na ilha, a maioria as pessoas criaram filho assim.¹²

¹⁰ “Serviços para agir” são as atividades que geravam renda para “ajudar” nas despesas da casa.

¹¹ Maria dos Anjos Nunes da Silva, conhecida como Maria da Ilha. Reassentamento Mirindiba. Entrevista concedida a Temis Gomes Parente e a Samara Lethica, bolsista Pibic, realizada no dia 27 de janeiro de 2013.

¹² Luzilene Alves da Silva. Reassentamento Bela Vista. Entrevista concedida a Temis Gomes Parente e a Samara Lethicia, bolsista Pibic, realizada no dia 28 de janeiro de 2013.



Nas entrevistas, podemos observar alguns dos fatores inibidores do desempoderamento, como as responsabilidades domésticas e a dependência econômica, pois essas mulheres perderam os “serviços que agiam” em suas antigas moradias, principalmente da quebra do coco-babaçu. Todas as mulheres que entrevistamos eram quebradeiras de coco e também desenvolviam as atividades de pesca e agricultura de subsistência: plantavam arroz, milho, feijão, abóbora e batata e, além de consumirem, vendiam o excedente nas feiras das cidades próximas.

Durante a visita aos reassentamentos e nas próprias falas das entrevistadas, percebemos que a situação econômica dessas mulheres é precária, pois, após serem reassentadas, não conseguiram produzir nos lotes produtos suficientes para sua autonomia. Isso é atribuído a várias causas, entre elas o tamanho do lote, o tipo de terreno e sua qualidade, inadequados para a produção agrícola, bem como ao próprio clima. No entanto, o problema maior é a questão da água, pois em todos os reassentamentos a água dos poços que foram construídos em cada lote é imprópria para todas as atividades, inclusive para a higiene pessoal. A participação econômica das mulheres dos reassentamentos é inexistente, pois quase todas não têm atividades que gerem renda, uma vez que nenhuma possui uma profissão.

Além da dependência que as mulheres passaram a ter de seus maridos e das responsabilidades domésticas, podemos observar nas entrevistas a opressão vivida por elas. Em uma entrevista com Judite Rocha, coordenadora nacional do MAB, perguntamos o que mudou com a criação do Movimento de Mulheres Atingidas por Barragens em 2010, e ela afirmou que existe uma participação mais ampla das mulheres na organização nacional e que é possível perceber o empoderamento de algumas mulheres da região na coordenação estadual; porém, quando se refere à realidade da maioria das mulheres que vivem nos reassentamentos, narra:



*Tem muito homem que bate, tem homem que não deixa a mulher participar ainda e assim nesses reassentamentos mesmo a gente sabe de várias histórias. A participação das mulheres é muito complexa ainda, a mulher só sabe que precisa lavar roupa, precisa cozinhar, limpar a casa e é isso. E olha tem lugares, por exemplo, que nós fizemos reunião e que veio uma ou duas mulheres... Acho que foi no Baixão, a participação ainda é... E os homens são bem sacanas!*¹³

Em todas as entrevistas das mulheres dos reassentamentos, percebemos em algum momento os traços da opressão atribuídos por Iris Marion Young. Para essa autora, a questão da opressão que afeta as mulheres e outros coletivos pode ser identificada por cinco traços fundamentais: exploração, marginalidade, carência de poder, imposição do imperialismo cultural e violência (YOUNG, 2000 apud PARENTE; GUERRERO, 2011).

Em relação ao apoio para a capacitação, neste caso a educação formal, quase todas as mulheres dos reassentamentos pesquisados não têm ensino fundamental completo, ou seja, não concluíram uma educação formal que lhes permitisse chegar a um curso superior. Isso não quer dizer que essas mulheres não tenham expectativas em relação às melhores condições de vida que a educação pode trazer para elas, mas a expectativa dessa melhoria é através de seus filhos: todas foram unânimes nas suas falas, pois gostariam que suas/seus filhas/os estudassem, para que não fossem iguais a elas. Nas entrevistas, essas mulheres demonstram a consciência de que a falta de estudos dificulta o acesso às atividades de trabalho que permitem melhores condições econômicas. Porém, em quase todas as casas a que chegamos havia a entrada e saída de muitos jovens do espaço em que realizávamos a entrevista e, quando perguntamos de quem se tratava, elas respondiam que eram seus/suas filhos/as. À pergunta

¹³ Judite da Rocha, coordenadora nacional do MAB. Entrevista concedida a Temis Gomes Parente. Palmas, 22 de outubro de 2013.



sobre o que eles faziam, diziam que trabalhavam na roça com os pais se fossem os meninos, e as meninas faziam o serviço de casa “ajudando” as mães. Questionamos onde eles estudavam, e responderam que era na cidade mais próxima, pois os reassentamentos não tinham escolas. Então uma entrevistada nos explicou que quase todos os jovens desistiam no meio do primeiro semestre letivo, pois as escolas que frequentavam ficavam na zona urbana e a maioria dos jovens não frequentava as aulas, preferindo ir para os bares próximos da escola.

Podemos notar o peso da opressão que as mulheres pesquisadas sofrem, quando percebemos o “esmagamento” das suas expectativas ao falarem das lutas do dia a dia e quando, diante de nossa pergunta, identificam os filhos: “[...] *é meu filho, ajuda o pai na roça, mais não quer estudar e por isso sou pra ele não tornar igual o pai e no caso das filhas igual às mães*”. A expectativa é ligada ao mesmo tempo à pessoa e ao interpessoal e também se realiza no hoje: é futuro-presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser visto ou previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006).

Os efeitos das mudanças sociais deflagradas pela construção e operação de barragens são profundos e irreversíveis. Indenizações muito raramente permitem aos atingidos – populações, grupos sociais, comunidades, famílias ou indivíduos – recompor suas vidas. É o que percebemos durante a nossa trajetória de pesquisa com as famílias impactadas pelas construções de hidrelétricas e, em particular, com as mulheres. As indenizações de qualquer tipo não recompõem nem substituem o meio de subsistência antes existente; em consequência, após consumirem, literalmente, suas indenizações, esses atingidos se veem marginalizados e, na realidade por nós pesquisada, são as mulheres que enfrentam uma carga mais pesada.



Com a mudança para os reassentamentos, essas mulheres perderam também uma maior participação na comunidade e contato com ela. As atividades de extração do coco-babaçu não se resumiam somente às atividades econômicas, mas favoreciam também as relações de reciprocidade e troca com vizinhos, não só no momento da extração e da quebra, mas também no momento das vendas para fora da comunidade. As relações de vizinhança estendiam-se também para as atividades de vender os produtos do coco-babaçu nas áreas urbanas, assim como também de trazer outros produtos para aquelas que ficavam, como “encomendas”.

Essas mulheres perderam também a participação das relações familiares que tinham. Foi comum durante a pesquisa falarem de parentes, como pais, irmãos, avós, tios que estão em outros reassentamentos, e comentam que, depois que mudaram, nunca mais encontraram esses parentes, seja pela distância e pelas condições financeiras, seja pela própria dificuldade de transporte. Nenhum desses locais tem transporte que os liga aos centros urbanos ou mesmo aos outros reassentamentos. Nas entrevistas, depois da água, o transporte é o outro problema mais citado, principalmente durante o período das chuvas. É durante esse período que o abastecimento de água piora, pois os caminhões pipa enfrentam muitas dificuldades para chegar às casas, e muitas vezes as famílias ficam alguns dias sem abastecimento.

Todas as mulheres dos reassentamentos que visitamos se limitam às atividades domésticas. Por exemplo, em todas as casas, na primeira visita, encontramos mulheres na labuta diária com as questões domésticas, muitas ainda lavando roupas nas fontes, pois a água que chega no caminhão pipa é insuficiente. Algumas ainda não se acostumaram a lavar roupa de “cuia”, como elas chamam, pois a água que o carro pipa fornece não sobe até a caixa d’água, para escorrer para as torneiras, mas é colocada em caixas no chão, tendo de ser retirada com baldes para todas as necessidades.



As mulheres que hoje vivem nos reassentamentos criados pela construção da usina de Estreito fortaleceram os lugares de gênero, pois, com a mudança, perderam sua “autonomia”. Mas, mais que isso, perderam também a autoestima. Era com as atividades de subsistência, como a plantação e a pesca, além da extração do coco-babaçu, que mantinham uma qualidade de vida para si e para suas famílias. Para Menezes (1981 apud GOMBERG, 2010), a qualidade de vida é uma noção associada ao meio ambiente, no sentido de ser resultado dos fatores que pressionam e interagem com a comunidade. A qualidade de vida também se chama nível de vida em termos econômicos, condições de vida em termos sociais e condições ambientais em termos ecológicos. A qualidade de vida, continua o autor, resulta das condições de alimentação, de abastecimento de água, de moradia, de transporte, de destinação dos esgotos e do lixo, de emprego, de renda, de escola, de seguridade, de qualidade do ar, do lazer, da higiene e da segurança do trabalho. É, na realidade, uma noção, um conceito, que se ajusta ao equilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

As mulheres dos reassentamentos rurais por nós pesquisados não concentram essas noções atribuídas pelo autor para qualificar a qualidade de vida, pelo contrário. Ao analisar as entrevistas, vendo e vivenciando o cotidiano dessas famílias nos reassentamentos durante nossas visitas de pesquisas, é possível perceber que, especificamente para as mulheres, ocorreu um processo de desempoderamento e, por consequência, um recrudescimento das questões de gênero.

► Referências

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012.



DEERE, C.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

GOMBERG, Estélio; DINÍZIO, Marluce de Melo; MANDARINO, Ana Cristina de Souza. Vozes no Assentamento Sete Brejo/Sergipe sobre agravos à saúde e das condições de saneamento. In: GANDARA, Gercinair Silvério; CARVALHO, Eugênio Rezende de. (Org.). *Rios e cidades: olhares da história ambiental*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

GUIA para a localização dos pontos vulneráveis à exploração sexual infantojuvenil ao longo das rodovias federais brasileiras: mapeamento 2007-2008. Brasília: Organização Internacional do Trabalho/Escritório Internacional do Trabalho, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2000*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/.../censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

MAB. *O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens*. São Paulo: Secretaria Nacional, jun. 2011.

MENEZES, Luiz Carlos C. Saneamento básico, saúde pública e qualidade de vida. *Revista DAE*, v. 44, n. 136, 1981.

MORAIS, Denise Soares. Diagnóstico participativo com enfoque de gênero: um instrumento para promover a equidade e a sustentabilidade em comunidades rurais do México. *Ambiente e Sociedade*, Rio Grande, n. 9, p. 39-53, 2004.

PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO, Olaya Fernández Guerrero. O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil). *História Oral*, v. 2, n. 14, p. 173-197, jul./dez. 2011.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História



e do Departamento de História da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 1981. p. 25-39.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL PARA A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (PBA). 2005. (Documento consultado em CD).

RELATÓRIO da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Síntese – Violação dos Direitos Humanos na Construção de Barragens. Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. São Paulo: Secretaria Nacional, mar. 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

YOUNG, Iris Marion. *La justicia y la política de la diferencia*. Madrid: Cátedra, 2000.

ZAPATA, Ema. *Microfinanzas y empoderamiento de las mujeres rurales*. México: Plaza y Valdés, 2003.



CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL



Maria Eulina Pessoa de Carvalho

Minha contribuição à mesa-redonda *Crianças no Fazendo Gênero: reflexões sobre o lugar da primeira infância, da família e da creche*, articulada ao projeto “Crianças no Fazendo Gênero”, restringe-se ao enfoque das práticas escolares.

Sabemos que o gênero organiza os processos e práticas sociais na família e na escola, assim como em todas as instituições sociais. A organização do conhecimento e do trabalho escolar, desde a origem, é gendrada. Entre outras hierarquias sociais, a escola reproduz as diferenças de gênero em seus espaços, relações e atividades (MYERS et al., 2007; MORENO, 1999; LOURO, 1997).

A primeira questão que abordo, com base em pesquisa empírica (CARVALHO, 2008b), que vem sendo atualizada ao longo da minha experiência formativa, é: o que se tem observado em instituições de Educação Infantil (IEIs)? A segunda questão é: de um ponto de vista feminista, o que se espera das práticas curriculares e pedagógicas na/da Educação Infantil?



► **Tudo (re)começa na Educação Infantil: cenários e roteiros de gendramento no cotidiano escolar**

Se toda construção identitária e reprodução social começam na família, começam também na escola infantil, onde as crianças tendem a ingressar cada vez mais cedo e a permanecer todo o dia. O que se tem observado em IEIs quanto à construção ou desconstrução de gênero na organização ambiental e curricular e nas práticas pedagógicas? Sendo o gênero um dos elementos estruturantes da organização social, da divisão do trabalho, das relações sociais e das identidades sociais e individuais, como as relações de gênero orientam e são orientadas pela organização e distribuição dos espaços, objetos e atividades disponíveis às crianças na IEI? Nesse sentido, a organização escolar, a arquitetura/ambientação/decoração, o currículo e as práticas pedagógicas propiciam cenários e roteiros de construção ou desconstrução de gênero no cotidiano escolar, ou seja, uma pedagogia visual e organizacional que pode ser ou não gendrante, ao exibir signos e símbolos, organizar objetos e comportamentos, prescrever atividades e interações, impor e configurar visões e rotinas.

As crianças pequenas são cuidadas por mulheres em casa e na escola, e as relações escola-família são, geralmente, entre educadoras profissionais e mães. O nosso modelo cultural de família é (ainda) a nuclear heterossexual, com a tradicional divisão sexual do trabalho: mãe cuidadora, pai provedor. Nas IEIs, os papéis e trabalhos de professora, auxiliar/cuidadora, cozinheira/merendeira e auxiliar de limpeza são de mulheres; e os papéis e trabalhos de vigilante e porteiro são de homens, guardiões da fronteira entre o mundo protegido de dentro (feminino) e o de fora (masculino).

Ainda se encontram nas IEIs filas organizadas por sexo; mesinhas exclusivamente de meninos ou de meninas na sala de aula e no refeitório; caixas ou prateleiras com brinquedos só de



meninos ou de meninas; grupos de meninos brincando com brinquedos (carrinhos, bolas, blocos de construção, super-heróis) e brincadeiras (ativas, agitadas, barulhentas) de meninos; grupos de meninas brincando com brinquedos (bonecas, casinha, panelinhas, maquiagem) e brincadeiras (tranquilas) de meninas; banheiros e banhos separados por sexo (CARVALHO, 2008a; CARVALHO; ISMAEL; MELO, 2008).

Segundo Judith Lorber (2010), para o feminismo socio-construcionista, o gênero é, em si mesmo, uma instituição social: “uma mão invisível, um conjunto de regras culturais que padronizam as interações face a face” (p. 251). Na escola, existem práticas discriminatórias de meninos e meninas, ora abertas, diretas, ora silentes, indiretas, que demarcam lugares, atividades e identidades de sexo e gênero (LOURO, 2002; PAZ, 2008). Numa IEI, uma menina saiu de sua fila só de meninas e foi conversar com um menino que estava na fila só de meninos, sendo repreendida pela professora nos seguintes termos: “Você é menino? Volte para sua fila” (CARVALHO, 2008b). Professoras consideram problema: meninos que gostam de brincar de casinha com as meninas, de se maquiar e pintar as unhas, que choram muito ou não gostam de esportes; meninas briguentas, que gostam de brincadeiras ativas e se misturam com os meninos no pátio (CARVALHO, 2008b; PAZ, 2008; LORBER, 2010).

Nas IEIs, encontra-se uma variedade de imagens, propostas pelas pedagogias visuais (livros ilustrados, revistas, jornais, fotografias, desenhos, gravuras, cartazes, murais, filmes, desenhos animados, vídeos educativos) que necessitam ser continuamente avaliadas quanto à reprodução de estereótipos de gênero. Marcadores distintos para objetos ou obras de meninas ou meninos, com as cores rosa ou azul, signos como flores e borboletas ou bolas e bonés são produzidos nas práticas escolares. As cores rosa e azul identificavam as pastas que guardavam os desenhos das meninas e meninos e até as lixeiras dos banheiros feminino



e masculino (CARVALHO; ISMAEL; MELO, 2008). Uma professora dava, exclusivamente, gravuras para colorir com gatinhos (mansinhos, dormindo) para as meninas e cachorrinhos (peraltas, saltando) para os meninos (CARVALHO, 2008b).

No contexto dessa pedagogia organizacional e visual, as crianças pequenas leem o mundo e nele se movimentam “naturalmente”, aprendem informalmente sobre esse mundo dividido por gênero e seu lugar nele, sendo a aprendizagem de ser menina ou menino a primeira da formação do autoconceito (MORENO, 1999). Segundo Teresa de Lauretis (1994), o gênero é semiótico (um sistema de significação), que opera através de discursos, imagens e signos inter-relacionados, sendo sua construção produto e processo da representação e da autorrepresentação.

Pierre Bourdieu (1999) oferece uma definição completa de gênero como um princípio de visão e divisão social, uma estrutura de dominação simbólica e um *habitus* (uma estrutura psicossomática). Segundo ele, a reprodução da ordem de gênero se dá na relação entre um *habitus* construído segundo a divisão de gênero fundamental e um espaço organizado segundo essa divisão, em que se engendram as rotinas da divisão do trabalho e os rituais públicos ou privados. As relações de dominação são somatizadas e naturalizadas na relação de causalidade circular entre as estruturas objetivas do espaço social e as estruturas subjetivas (as disposições psicossomáticas produzidas nos sujeitos); constituem expectativas coletivas e potencialidades objetivas inscritas nos ambientes, sob a forma de oposição entre mundo público, produtivo, masculino e mundo privado, reprodutivo, feminino. Mimetismo é a imagem que ele utiliza para se referir ao trabalho pedagógico contínuo de transformação dos corpos e das mentes em *habitus* masculinos ou femininos duradouros, com base nas regularidades das ordens física e social, através de imposições arbitrárias, apelos à ordem, prescrições e proscricções silenciosas ou explícitas, bem como da construção simbólica da visão do corpo.



Por analogia a roteiro sexual, entende-se roteiro de gênero como uma categoria que abarca “elementos simbólicos e não verbais numa sequência de condutas organizada e delimitada no tempo, por meio da qual as pessoas contemplam o comportamento futuro e verificam a qualidade do comportamento em andamento” (GAGNON, 2006, p. 114). Os roteiros de gênero demarcam e sinalizam lugares, objetos, vestuários, atividades e comportamentos femininos e masculinos. Os corpos, tão importantes no aprendizado das crianças pequenas, aprendem a se expressar, movimentar e interagir de acordo com esses roteiros de gênero e se adaptam às rotinas impostas. Entre os lugares e as práticas corporais muito importantes na IEI, destacam-se o banheiro – unissex ou separado por sexo? – e seu uso para fazer xixi, cocô, tomar banho – privada ou coletivamente, em grupos separados de meninos ou meninas ou todos e todas misturados?

A arquitetura dos banheiros e as práticas de cuidado do corpo das crianças podem promover separações ou misturas de sexo e gênero, e o banho e o uso do banheiro são momentos privilegiados para pensar essas questões, considerando-se que gênero é um processo de corporificação. O banheiro é indispensável à higiene e às necessidades fisiológicas das crianças, bem como ao banho, que faz parte da rotina das IEIs nas quais as crianças passam todo o dia. É também um espaço de interações, aprendizagens e brincadeiras.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) traz orientações sobre cuidados corporais, higiene e banho. No volume 2, o banho é tratado tanto como necessidade de saúde, de conforto, de prazer e de aprendizagem: promove o bem-estar e é também “um momento no qual a criança experimenta sensações, entra em contato com a água e com objetos, interage com o adulto e com as outras crianças” (BRASIL, 1998b, p. 57-58), explora os próprios órgãos genitais e as sensações de prazer que produzem, bem como (na fase do controle esfinteriano)



se interessa “pelos órgãos das outras crianças” (p. 19). No volume 3, o RCNEI sugere, como orientação didática, que “atividades como o banho e a massagem são oportunidades privilegiadas de explorar o próprio corpo, assim como de experimentar diferentes sensações, inclusive junto com outras crianças” (BRASIL, 1998c, p. 30). O RCNEI, portanto, sugere banhos coletivos, mas não menciona se mistos ou separados por sexo:

As crianças que já andam e já permanecem em pé com segurança e conforto, podem tomar banho de chuveiro em companhia de outras, respeitando-se a necessidade de privacidade de algumas delas e de atenção individualizada que cada uma requer. É importante prever tempo para essa atividade, permitindo que as crianças experimentem o prazer do contato com a água, aprendam a despir-se e a vestir-se, a ensaboar-se e enxaguar-se. (BRASIL, 1998b, p. 57-58).

A organização dos banhos e do uso dos banheiros é deixada a critério das IEIs:

A organização dos momentos em que são previstos cuidados com o corpo, banho, lavagem de mãos, higiene oral, uso dos sanitários, repouso e brincadeiras ao ar livre, podem variar nas instituições de educação infantil, segundo os grupos etários atendidos, o tempo de permanência diária das crianças na instituição e os acordos estabelecidos com as famílias. (BRASIL, 1998a, p. 75).

Como se dá o uso dos banheiros nas IEIs? Na nossa cultura, tanto há famílias que separam desde cedo meninos e meninas, em casa, na hora do banho e da troca de roupa, para que um não veja o corpo (os órgãos genitais) do outro, quanto famílias que não separam e aceitam as brincadeiras sexuais infantis. No Nordeste, em comunidades tradicionais pobres, era comum criar as crianças nuas, devido ao clima quente e à herança indígena;



o recato e a vigilância do corpo só se impunham mais tarde, na puberdade. Conhecemos, no passado e no presente, tanto IEIs com banheiros separados por sexo quanto outras que não separam os banheiros e adotam banho coletivo, banhos lúdicos de mangueira ou de chuveiro ao ar livre. Há escolas que praticam a vigilância das crianças no banheiro, visando *proteger dos perigos da descoberta precoce da sexualidade*, de comum acordo com as famílias das crianças (CARVALHO, 2008b).

As práticas pedagógicas de uso do banheiro podem ser construtoras ou desconstrutoras de diferenças de gênero. Podem alimentar e reforçar tensões, medo, vergonha e dificuldades de aceitar o próprio corpo e interagir com o corpo do outro, de cuidar de si e respeitar o outro; ou podem ser momentos lúdicos de descoberta e conhecimento dos corpos. Em três IEIs municipais de João Pessoa/PB, com banheiros coletivos, não se observaram (em 2008 e novamente em 2013) quaisquer dificuldades na realização dos banhos mistos ou em outras situações de uso dos banheiros (CARVALHO, 2008b). Todavia, supõe-se que outras escolas da mesma rede não adotem essa prática.

► Construir um mundo sem gênero a partir da IEI

A agenda política feminista visa ao fim da desigualdade de gênero, ora ao fim da diferença fundamental (um mundo sem gênero), ora à equidade (em meio às diferenças), ora à multiplicidade de expressões (que diluiria a dicotomia e o binarismo). De um ponto de vista feminista, o que se espera das práticas curriculares e pedagógicas na/da Educação Infantil?

Segundo Judith Lorber (2010), os *feminismos reformistas* da década de 1970 (liberal, marxista, socialista, pós-colonial), que construíram as bases teóricas da segunda onda do feminismo, criticaram a divisão sexual do trabalho e a desvalorização do



trabalho feminino – nítida no fato de que a maioria das educadoras infantis são mulheres e que essa importante atividade continua mal remunerada –; visibilizaram as práticas discriminatórias, formais e informais, em todos os âmbitos sociais, particularmente nas responsabilidades familiares/trabalho doméstico e na socialização/Educação Infantil que:

constrói diferenças de personalidade e de atitudes em meninos e meninas para prepará-los para viverem vidas diferentes: homens como agentes do poder, chefes, trabalhadores, soldados, maridos assertivos e pais autoritários; mulheres como ajudantes, secretárias, professoras, enfermeiras, mães dedicadas e esposas obedientes. (LORBER, 2010, p. 21).

Do feminismo liberal surgiram as propostas de educação não sexista, ações afirmativas para incluir as mulheres e transversalidade de gênero.

Os *feminismos de resistência* (radical, lesbiano, psicanalítico e do ponto de vista) da década de 1980 criticaram o patriarcado, a misoginia e o falocentrismo e promoveram os valores femininos, como o cuidado dos outros e a atenção aos corpos, mentes e emoções (LORBER, 2010), fundamentais para a sobrevivência e qualidade de vida humana e cruciais na Educação Infantil. O feminismo psicanalítico propôs a maternidade/paternidade compartilhada para desgendrar as personalidades das crianças (LORBER, 2010), o que deveria se estender à organização escolar, onde as crianças deveriam conviver e aprender com docentes de ambos os sexos.

Os feminismos da década de 1990, denominados *revolucionários* (multirracial/multiétnico, estudos feministas dos homens, construcionismo social, pós-modernismo/teoria *queer* e terceira onda), a partir da crítica aos *feminismos reformistas* e aos *feminismos de resistência*, criticaram a unidade das categorias de gênero e a (re)produção da ordem binária de gênero nas interações sociais



(que exclui pessoas intersexuais e transgêneros) e propuseram *desgendrar* a ordem social, multiplicando as categorias de mulheres e homens (LORBER, 2010).

A socialização gendrada das crianças continua acontecendo em IEs, na ausência de uma política de educação não sexista e de equidade de gênero, ou por omissão de educadoras que acreditam numa pedagogia espontaneísta e/ou na naturalidade ou necessidade da ordem gendrada (CARVALHO, 2010). Com base em Lorber (2010), o ponto de vista que adoto aqui é o do feminismo construcionista-social (FCS), originário da psicologia social e do interacionismo simbólico, que focaliza os processos que criam as diferenças de gênero e invisibilizam sua construção, conectando processos de gendramento e estruturas sociais gendradas.

O FCS examina as múltiplas maneiras pelas quais o gênero integra a estrutura de todas as instituições sociais e as práticas e processos de gendramento na vida cotidiana, neste caso, o gendramento da organização escolar e das crianças: a internalização de normas e expectativas de gênero em seus corpos, comportamentos e autoconceitos. Segundo Lorber (2010), o processo de gendramento é tão antigo, constante, abrangente e profundo que raramente é examinado ou resistido: dá a impressão de que as diferenças sexuais são naturais. Ademais, a divisão de gênero tem sido legitimada pela busca científica de diferenças sexuais de base biológica, desprezando-se sobreposições e similaridades na fisiologia e comportamento de homens e mulheres. Desde o nascimento, as pessoas são divididas em duas categorias: meninas/mulheres e meninos/homens, tratadas/os de forma diferente; tornam-se portanto diferentes (e desiguais), com maior ou menor variabilidade histórica e cultural dentro de cada grupo e entre os grupos sociais. Os/as que se rebelam contra a atribuição de gênero, através da aparência e/ou do comportamento, são controlados por leis, pelas religiões e pela psiquiatria e reprimidos, punidos e estigmatizados por pais/mães, professores/as e colegas.



O FCS argumenta que a ordem social gendrada (sua constante reprodução e manutenção) resulta das ações e interações das pessoas, portanto pode ser transformada e erradicada (LORBER, 2010). Contudo, sendo o gênero integrante de nossa identidade básica, um dos principais fatores na transformação de corpos físicos em corpos sociais (um *habitus*, segundo Bourdieu), nós fazemos/produzimos e reproduzimos o gênero e as relações de gênero continuamente na vida cotidiana, articulando (e reforçando mutuamente) ações individuais e estruturas sociais (numa relação de circularidade entre os princípios de visão e de divisão, entre as estruturas subjetivas e objetivas, com aponta Bourdieu). Não é fácil, portanto, erradicar a ordem de gênero, já que a construção de gênero é invisível e reforçada pelos sistemas de controle social. Transgredir expectativas e normas e mudar o comportamento gendrado não necessariamente mudam as organizações gendradas. A igualdade legal de sexo não erradicou o sexismo nem a misoginia informais; o gendramento é tão abrangente e intrincado que o desgendramento necessita ser constante em todos os níveis. Portanto, a mudança requer simultaneamente: o reordenamento da divisão sexual do trabalho a partir da família; a desconstrução das crenças nas capacidades distintas de homens e mulheres que justificam a ordem de gênero; o confronto da invisibilidade da instituição social do gênero e de sua construção social; a conscientização e mudança de comportamento individual; e a reestruturação das instituições sociais (LORBER, 2010).

O gênero funciona como um princípio de organização da ordem social e continua sendo usado como um princípio organizador do sistema, da instituição, das práticas curriculares e pedagógicas da Educação Infantil. A política curricular brasileira para esse nível educacional (vide RCNEI) não expressa uma consciência feminista, e a sua produção científica pouco enfoca especificamente gênero ou transversaliza a questão (CARVALHO, 2008a). Para desconstruir as relações, representações e identidades de gênero, ainda fortemente marcadas por assimetrias e desigualdades, a educação escolar das



crianças precisaria, como agenda mínima: não agrupar as crianças por sexo em suas atividades, inclusive no banho; eliminar a linguagem sexista (falada e escrita) reprodutora do gênero, inclusive chamando sempre “crianças”, em vez de “meninos” e “meninas”, como sugere Lorber (2010); transversalizar a questão de gênero na formação docente inicial e continuada, como vêm propondo, desde 2004, os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres; e incluir homens como educadores e cuidadores. Tal agenda política, curricular e pedagógica necessitaria também se articular com outras agendas de inclusão de gênero nos níveis educacionais subsequentes.

► Referências

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Volume 1: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Volume 2: Formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Volume 3: Conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998c.

CARVALHO, Maria Eulina P. de. Construção e desconstrução de gênero no cotidiano da educação infantil: alguns achados de pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2008a. GT 23. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/5trabalhos_encomendados/trabalho_encomendado-gt23-maria_eulina_pessoa_de_carva.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.



_____. *Estudos de caso da prática docente enfocando as construções e desconstruções das relações de gênero no cotidiano da educação infantil*. Relatório de Pesquisa, UFPB/CNPq, 2008b.

_____. Gênero é um conceito complexo e de difícil sensocomunização. Considerações a partir de uma experiência de formação docente. *Instrumento*, Juiz de Fora, v. 12, p. 75-87, 2010.

_____; ISMAEL, Eliana; MELO, Rosemary A. Roteiros de gênero: a pedagogia organizacional e visual gendrada no cotidiano da educação infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2008a. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

GAGNON, John L. Roteiros, conduta e ciência. In: _____. (Org.). *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 63-268.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LORBER, Judith. *Gender inequality: feminist theories and politics*. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

LOURO, Guacira L. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002. p. 227-242.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna, 1999.

MYERS, Kate et al. (Ed.). *Gender watch. Still watching...* Stoke on Trent, UK/Sterling, USA: Trentham Books, 2007.

PAZ, Cláudia Denís Alves da. *Gênero no trabalho pedagógico da Educação Infantil*. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA



*Verena Wiggers
Regina Ingrid Bragagnolo*

► Fragmentos da história da Educação Infantil brasileira

A história do cuidado e da educação de crianças pequenas em contextos extrafamiliares, ainda que em circunstâncias distintas e tempos diferentes da realidade europeia, também remete, no Brasil, à estruturação dos asilos e internatos para abrigar crianças órfãs, abandonadas, indigentes e filhos de mães solteiras, cujas condições de vida comprometem o atendimento de demandas básicas, e, ainda, crianças nascidas de relações consideradas ilegítimas.

Com a expansão do processo de industrialização, agregada às demandas decorrentes do trabalho feminino fora do lar, seja ele em outros domicílios, seja na fábrica/indústria, inicia-se a incorporação desse contingente populacional ao trabalho produtivo. Como a estrutura social e familiar brasileira



também constitui a base na propriedade privada e na família individual, a comunidade, sobretudo nos centros urbanos, passa a ter dificuldade para garantir a custódia das crianças pequenas durante o período em que seus pais se encontram no trabalho – sobretudo no que se refere ao trabalho feminino. No interior desse contexto, para além dos asilos e internatos, surgem novas demandas para o atendimento de crianças em instituições de educação coletiva de zero a seis anos. Ou seja, fazia-se necessário, entre outras questões, criar condições para que crianças pequenas fossem atendidas em ambientes alternativos, de modo que as mulheres, mães dessa nova geração, pudessem atender às exigências de mercado e de seus novos papéis na sociedade.

Os processos de urbanização, industrialização, incorporação da mulher no mercado de trabalho e modificações na organização e estrutura da família contemporânea, também no Brasil, demandaram a instalação de instituições para o cuidado e a educação das crianças pequenas, alternativas ao contexto familiar, tais como creches e pré-escolas.

Essa modalidade educativa, pela influência dos jardins de infância froebelianos,¹ já era requerida para as crianças oriundas das classes consideradas na época como abastadas, tendo em vista as significativas contribuições desses espaços para os processos educativos das novas gerações. Entretanto, nessa transposição, há uma transformação dos objetivos e das funções a serem cumpridos por essa modalidade educativa, bem como na exigência do perfil dos profissionais que nela trabalham. Desse modo, para os “pobres”, essa modalidade se estrutura e se mantém mais diretamente vinculada à assistência científica. Destarte, a história do atendimento da criança menor de sete anos em espa-

¹ Conforme a pesquisadora da área da Educação Infantil Tizuko M. Kishimoto (1996), Froebel foi um filósofo do período romântico que instituiu o jogo infantil como recurso pedagógico e definiu a função da prática pedagógica atrelada a orientações minuciosas para que a criança adquirisse os conteúdos escolares.



ços diversos ao contexto familiar, apresentou, no Brasil, modelações diferentes. A primeira, destinada aos pobres, na qualidade de benefício social para a mãe e a família trabalhadora, logo, de assistência, na sua forma pejorativa; a segunda, voltada às classes de maior poder aquisitivo, portanto, seletiva. As iniciativas que se voltam para a assistência científica eram provenientes de determinados setores da sociedade, representados por médicos, sanitaristas, damas de caridade, etc. Essas iniciativas se configuraram como uma proposta educacional específica, dirigida à submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares (KUHLMANN, 1998).

Inaugurava-se nesse período uma política de desenvolvimento industrial no País, possibilitando a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. É sabido, pelos historiadores, que se criou a necessidade de políticas públicas que amparassem as especificidades das mães por meio da implementação de serviços públicos que garantissem o monitoramento das crianças no período em que aquelas se encontravam no trabalho. Conforme Heleieth Saffioti (1976), várias ações do movimento feminista mobilizaram a criação nacional de políticas públicas em defesa dos interesses das mulheres, para citar o projeto de criação do Departamento Nacional da Mulher² e os serviços referentes ao Trabalho Feminino, ao Lar, à Assistência à Mulher, à Infância e Maternidade e à Previdência Social. Na percepção de Saffioti, trata-se de uma política em consonância com a intensificação das discussões que ocorriam a partir da perspectiva feminista, segundo a qual a tentativa era subverter a lógica construída historicamente, que reserva às mulheres certos papéis, tarefas e espaços.

² Nesse caso específico, foi obra de Bertha Lutz, feminista pioneira no País, fundadora da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que posteriormente foi denominada como Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (SAFFIOTI, 1976).



Importa destacar aqui que as mulheres trabalhadoras, em sua condição de mães, passaram a ter para seus filhos espaços educativo-assistenciais. O foco mulheres-mães parece norteador da construção dessa política pública para a infância, pois o que estava em jogo nesse momento no País era o lugar para as crianças filhos/as de trabalhadoras. Importante lembrar que, na década de 1970, com a implementação da educação compensatória, a educação infantil recebeu maior relevância no cenário nacional. Entretanto, ainda no final dessa mesma década, também no Brasil, essa educação compensatória passou a receber críticas severas, tendo em vista os altos índices de fracasso escolar, cuja causa estava localizada nas próprias crianças das classes menos favorecidas, razão pela qual passavam a ser tratadas com discriminação e preconceito. Nesse sentido, é possível supor que as transformações culturais, políticas marcadas desde o início do século XX tenham instaurado no interior dos movimentos das mulheres e feministas a necessidade de observar o papel da infância na construção da realidade social. Segundo Ana Lúcia Goulart de Farias (2006), o movimento feminista passa a articular, nos anos 1970, com os movimentos sindicais e de esquerda, a necessidade de creches não só como um direito trabalhista, mas também um direito de todas as crianças de zero a seis anos de ter, por opção de sua família, a prerrogativa de estar num espaço educativo. Segundo a autora, as “creches-urgentes” são oriundas das discussões realizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF).

Assim sendo, a Educação Infantil, historicamente, vai adquirindo novos vieses pedagógicos e sobretudo políticos, articulados a inúmeras frentes nacionais, por estarem atrelados não só ao direito trabalhista, mas também a um direito à educação. Esse processo de ampliação das creches adquire também certo reconhecimento social em relação à positividade das experiências



vividas pelas crianças em creches e pré-escolas. Destarte, é em seu processo histórico, por intermédio de uma ampla mobilização da sociedade brasileira, que a Educação Infantil se institui como um direito da criança.

A partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e das leis complementares, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³ e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996b), das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009a), a creche e a pré-escola passam a ser conceituadas como a primeira etapa da Educação Básica e

[...] se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009a, Art. 5º).

A educação tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos e 11 meses de idade⁴ em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/1996b, Art. 29). Esse conceito remete à necessária integração entre as ações que se voltam ao cuidado e educação das crianças acolhidas na creche e na pré-escola.

³ O ECA, entre outras definições, determina a proximidade entre a residência da criança e a instituição educativa.

⁴ Ao longo deste texto, para definir a idade vinculada à Educação Infantil, utilizaremos a expressão “zero a cinco anos”, em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009a).



As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada [...], refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças. (p. 4).

Observamos, assim, que, pelo menos na forma da lei, a criança brasileira é uma responsabilidade compartilhada, pela qual respondem a família, a sociedade e o Estado para a garantia plena de seus direitos. Diante do aporte legal posto, a Educação Infantil, oferecida em creches e pré-escolas, é qualificada como um direito social das famílias e de todas as crianças, independentemente de sua etnia, renda ou escolaridade dos pais/mães, e, ainda, como um bem de interesse coletivo da sociedade, tendo em vista o potencial que oferece na redução dos efeitos nefastos da estrutura social brasileira, marcada pela desigualdade econômica e social e agravada por fatores vinculados a aspectos relacionados à etnia e ao gênero.⁵ Essas desigualdades apresentam também contrastes entre as regiões urbanas e rurais⁶ e entre as diferentes regiões, estados e municípios do País.

Essa importante inovação constitucional, do ponto de vista histórico, instituiu-se tardiamente no Brasil e só foi possível pela ampla mobilização e participação de muitos segmentos da sociedade civil, entre os quais se destaca o movimento de mulheres e feministas, bem como de organismos governamentais, na afirmação dos direitos da criança e também da mulher. A partir

⁵ Para conferir indicadores referentes ao perfil das famílias brasileiras que apontam para baixa renda e reduzida escolaridade dos pais, conferir José Marcelino de R. Pinto (2009).

⁶ A oferta nas regiões rurais está muito abaixo daquela dos centros urbanos. Para maiores detalhes, consultar José Marcelino R. Pinto (2009).



desse preceito legal, a Educação Infantil passa a constituir a área da educação, devendo, portanto, adotar os princípios que norteiam o ensino, conforme definido na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 206.

Assim sendo, tal como o Ensino Fundamental e o Médio, a Educação Infantil deverá integrar os sistemas de ensino e oferecer igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, a valorização dos profissionais, a gestão democrática e a garantia de padrão de qualidade. Sabemos que a integração no sistema de ensino, por si só, não resolverá os problemas, mas é um pré-requisito para que outras medidas funcionem efetivamente.

Outra consequente implicação refere-se ao fato de que as instituições privadas que oferecem atendimento em creches e pré-escolas devem cumprir as normas gerais da educação nacional e dependem de autorização e avaliação de qualidade por parte do poder público para poder funcionar.⁷

Desde a promulgação da Nova Constituição, por compromissos assumidos na Conferência Internacional de Jomtien, o Ministério da Educação (MEC) vem contribuindo para a sistematização de diretrizes e princípios normativos para a gestão das creches e pré-escolas brasileiras, em especial no que se refere à sistematização de suas propostas pedagógicas. O debate em torno desse tema vem sendo feito ao longo de muitas décadas no Brasil. Entretanto, esse tema ganhou novos contornos a partir do citado marco legal, quando já se vislumbrava a incorporação da Educação Infantil no sistema educacional brasileiro.

Em meio a esse contexto, a Coordenação Geral de Educação Infantil (Coedi/MEC), ainda na década de 1990, buscou conhecer o que já vinha sendo sistematizado em termos de propostas pedagógicas nas diversas unidades da Federação. Assim sendo,

⁷ Ver Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996b).



sistematizou e realizou pesquisas que procuraram conhecer os pressupostos teóricos e metodológicos adotados no interior das proposições pedagógicas em causa.⁸ Esse estudo evidenciou a inconsistência de grande parte das proposições analisadas, como também a inadequação, a multitudine e a heterogeneidade das ações desenvolvidas pelas creches e pré-escolas estudadas. Também foram sistematizadas orientações metodológicas para auxiliar as instâncias executoras da creche e da pré-escola na análise, na avaliação e/ou na elaboração de suas propostas pedagógicas.

A Coedi/MEC, entre outras ações, fomentou também estudos e debates sobre o tema, contribuiu em mobilizações na área, publicou documentos e estabeleceu diretrizes que procuram orientar as ações vinculadas à gestão e à qualidade do atendimento da criança na creche e na pré-escola.

Muitas dessas orientações e diretrizes destacam o caráter multicultural brasileiro, caracterizado pela histórica estratificação social, econômica, racial, religiosa, de gênero, entre outras, presente na sociedade brasileira, e apontam para a necessidade de produção de pedagogias que se voltem para o combate às diversas formas de discriminação. Assim sendo, nas orientações e diretrizes em causa, são encontradas referências que dizem respeito à necessidade de produzir, nas novas gerações, formas alternativas de sociabilidade e de subjetividade. Assim sendo, estas devem estar comprometidas com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Diante do exposto, cabe indagar como as diferenças sociais, econômicas, de gênero, de faixa etária, étnicas, culturais e das crianças com deficiência são tratadas no interior da sistematização de propostas e práticas pedagógicas para a creche e a pré-escola. De que modo o trabalho pedagógico levado a efeito nas

⁸ Para conhecer os resultados finais, de forma detalhada, conferir Brasil (1996a).



creches e pré-escolas brasileiras pode contribuir para a superação das referidas desigualdades? Como assegurar a reformulação e/ou a elaboração de suas propostas pedagógicas e seus documentos-síntese sem apresentar modelações prévias pautadas em pressupostos a serem superados no cotidiano dos estabelecimentos de Educação Infantil, espalhados por esse imenso território brasileiro? Enfim, como estabelecer Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que assegurem, verdadeiramente, o convívio, a valorização da diversidade típica da sociedade brasileira e o respeito aos diferentes modos que se tem de cuidar e de educar as crianças atendidas em creches e pré-escolas levando em consideração a diversidade? No âmbito das relações educativas, quais são os modelos de gênero presentes na constituição da subjetividade das crianças? Esses modelos refletem a permanência, reelaboração ou ruptura das relações hierárquicas entre homens e mulheres? Como são, então, as relações ou normas de gênero no cotidiano das instituições de Educação Infantil?

► Algumas ações possíveis

Em resposta a essas e a outras indagações, a LDB, em seus Arts. 12 e 13, delega aos estabelecimentos escolares a elaboração, a execução e a avaliação de suas propostas pedagógicas, com a participação dos/as seus/suas professores/as.⁹ Assim sendo, faz parte constitutiva dos deveres dos docentes a participação na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Embora a legislação permita autonomia na elaboração da proposta pedagógica, as creches e pré-escolas são obrigadas a

⁹ Nesse processo, deve-se também buscar a participação das famílias envolvidas, tomando a criança como centro de suas ações.



considerar os aspectos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009a). Ou seja, sua elaboração e sua execução devem ser prerrogativa dos/as professores/as e, por serem participativas, devem ser elaboradas pelo conjunto dos docentes, resguardadas as normas comuns da educação nacional e as específicas dos respectivos sistemas, além das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Os avanços fundamentais na perspectiva da igualdade de condições para o acesso e a permanência das novas gerações na Educação Básica remetem aos necessários avanços relacionados à ampliação dos direitos da criança, independentemente de sua origem, raça, sexo, cor, gênero ou necessidades educacionais especiais, como também da sua qualidade. Há de se observar na sequência um conjunto de informações decorrentes de resultados de pesquisas, os quais apresentam dados da realidade brasileira referentes à qualidade da educação oferecida em creches e pré-escolas brasileiras.

► A qualidade da Educação Infantil: alguns resultados de pesquisa

Para buscar subsídios relacionados ao perfil do atendimento concernente à qualidade oferecida pela Educação Infantil brasileira, foram resgatados os aspectos destacados pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), para a melhoria permanente da qualidade do atendimento às crianças, quais sejam:

as políticas para a Educação Infantil, sua implementação e acompanhamento; as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil; a relação estabelecida com as



famílias das crianças; a formação regular e continuada dos professores e demais profissionais; a infraestrutura necessária ao funcionamento dessas instituições.

De acordo com os citados critérios, para efeitos deste texto, será apresentado, na sequência, um conjunto de informações, sobretudo as que são veiculadas por intermédio de relatórios nacionais de pesquisa, quais sejam: *Revisão das políticas e serviços da educação infantil no Brasil* (CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS, 2005); *Qualidade na educação infantil: alguns resultados de pesquisa* (CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS, 2009);¹⁰ *Política de Educação Infantil no Brasil: relatório de avaliação* (BRASIL, 2009d); *Análise das propostas pedagógicas* (BRASIL, 2009c); *Contribuição dos pesquisadores à discussão sobre as ações cotidianas na educação das crianças de 0 a 3 anos* (BRASIL, 2009b); *Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa* (FCC, 2010); e *Educação infantil no meio rural* (BRASIL, 2012).

As políticas para a Educação Infantil, sua implementação e acompanhamento

No que se refere à Educação Infantil, conforme já desenvolvido ao longo deste artigo, o marco legal brasileiro já foi estabelecido. Entretanto, sua implementação enfrenta ainda grandes desafios, tanto no que se refere à expansão quanto à qualidade da educação oferecida em creches e pré-escolas. As políticas nacionais brasileiras apresentam ainda fragilidades para fazer o enfrentamento de muitas diferenças em meio ao contexto social, entre as quais se destacam as diferenças socioeconômicas da população, as diferenças regionais, as diferenças entre o meio rural

¹⁰ Esse estudo contempla a análise de um conjunto de pesquisas, vinculadas aos citados itens, desenvolvidas por diferentes pesquisadores brasileiros.



e o urbano, as diferenças de acesso à creche e à pré-escola e as diferenças referentes ao acesso à qualidade da educação oferecida nesses estabelecimentos. São diferenças profundas e crônicas em meio às quais as crianças das famílias mais pobres são as que têm menos acesso à Educação Infantil pública, sobretudo quando esta apresenta certa qualidade.¹¹

Nas diferentes regiões brasileiras, há registros que evidenciam a desigualdade de acesso às creches e pré-escolas entre as crianças brancas e negras, moradoras do meio urbano e rural, das regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste e, principalmente, ricas e pobres. O recorte de gênero nem sempre é evidenciado nas pesquisas. Eloísa Candal Rocha (1999) realizou um levantamento sobre a educação de crianças de zero a seis anos nas creches e pré-escolas. Nesse estado da arte sobre as pesquisas apresentadas na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), verifica a ausência de análises sobre as relações de gênero e o número reduzido de publicações sobre crianças de zero a três anos.

Além das citadas desigualdades, são também registradas condições desiguais da qualidade da educação oferecida às crianças, num flagrante a violações de seus direitos constitucionais, reforçando, assim, as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e regionais, em vez de promover a equidade social.

A Educação Infantil de qualidade, juntamente com outros setores sociais, poderá constituir-se em um dos consideráveis instrumentos de combate à pobreza:

A mera guarda de crianças minora, disfarça, ajuda, mas não combate a pobreza. Para isso há várias alternativas, como cumprimento da Constituição ('padrão mínimo de qualidade') e do Plano Nacional de Educação (entre as normas, a adoção de padrões mínimos de infraestrutura,

¹¹ Entre outras pesquisas, ver Pinto (2009).



não estatuídos até hoje, embora o prazo legal tenha expirado em janeiro de 2002). A focalização na população de baixa renda, quando se administram recursos escassos, e a discriminação são outras alternativas. (GOMES, 2009, p. 116).

Aumentar os índices de matrícula das crianças que são residentes nas áreas rurais, sobretudo no que se refere à creche e também à pré-escola, é uma meta difícil de ser cumprida pelo setor público, tendo em vista o conjunto de obrigações vinculadas a outras demandas. A atual capacidade financeira, conforme legislação vigente, é insuficiente para implementações mais ousadas em relação à oferta e ampliação da qualidade na Educação Infantil. Tais medidas contribuíram, fundamentalmente, para que o atendimento de direitos constitucionais das crianças em condições de pobreza e vulnerabilidade social, conforme dados estatísticos, tenda a não ser contemplado por processos educativos de qualidade ofertados pelas creches e pré-escolas a elas destinadas.¹²

No interior desse cenário de fragilidades, a supervisão é mais um dos problemas agudos. Ela tem sido efetuada de forma esparsa ou superficial, tendo em vista a ausência de profissional para esse trabalho, como também de capacitação técnica para sua realização.¹³ Em decorrência, um significativo contingente de estabelecimentos de Educação Infantil, mesmo não estando registrados nos sistemas municipais de educação, funciona normalmente.¹⁴ Por não estarem regulamentados, não fazem parte dos dados oficiais do Ministério da Educação coletados por intermédio do Censo Escolar. Assim sendo, constituem obstáculo

¹² Ver Pinto (2009) e Fundação Carlos Chagas (2010).

¹³ Entre outras pesquisas, ver Pinto (2009), Fundação Carlos Chagas (2010) e Brasil (2012).

¹⁴ Sabe-se que, naqueles estabelecimentos, muitos dos/as educadores/as que atuam junto às crianças na qualidade de professores possuem apenas o Ensino Fundamental – completo ou incompleto.



para que se conheçam os reais dados estatísticos nacionais, regionais, estaduais e municipais da Nação.

A polêmica que se relaciona ao acesso e à qualidade na Educação Infantil, conforme Jorge Abrahão de Castro e Bruno Duarte (2009), decorre, em grande parte, de lacunas da legislação que deve nortear as políticas públicas. Ou seja, a legislação brasileira fixa obrigações sem que para isso tenha definido recursos compatíveis. Assim sendo, descentralizou a Educação Infantil, imputando aos municípios o seu provimento, e, ainda, estabeleceu metas decenais sem verificar a compatibilidade dos recursos para seu financiamento. Consequentemente, a implementação das ações vinculadas à Educação Infantil depara-se com a insuficiência de financiamento municipal. Quando se administram recursos administrativos escassos, é perfeitamente justificável a focalização das ações na população de baixa renda.

Essas estratégias são importantes para que a educação, juntamente com outros setores, gradativamente, viabilize processos tendo em vista a equidade social. O que se defende é que a Educação Infantil de qualidade possa constituir um importante recurso social de combate às diversas formas de diferenças que compõem a atual sociedade brasileira.

A relação estabelecida com as famílias das crianças

Para que se compreenda a real importância da relação estabelecida com a família das crianças como um critério de qualidade, ao longo deste item, num primeiro momento, será apresentado um conjunto de considerações relacionadas à importância desse aspecto para a qualidade da educação oferecida em creches e pré-escolas.

Uma das primeiras considerações remete às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009a), nas



quais se reafirma a necessidade do atendimento da criança em sua integralidade. Em acordo com esse princípio, exige-se que as instituições de Educação Infantil, ao organizarem a sua proposta pedagógica, assegurem formas de participação, diálogo e escuta cotidiana das famílias. Essa relação deve ser pautada no respeito e na valorização das diferentes formas de organização familiar, como também em seus valores, sentimentos e aspirações.

Tal prerrogativa é tida como fundamental para um atendimento de qualidade, tendo em vista que a família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado das novas gerações. Nesse processo, nas sociedades contemporâneas, a exemplo da brasileira, essa função é, em grande parte, cumprida pela mulher. Junto a ela, o bebê tende a receber os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar e desenvolve suas primeiras representações do contexto físico e social que a cerca. Seu ingresso nos espaços de cuidado e educação em creches e pré-escolas requer o desenvolvimento de ações intencionais e específicas para os diferentes contextos e momentos de seu desenvolvimento. Nesse processo, é necessário que as equipes de profissionais que atuam nas creches e pré-escolas compreendam as famílias como parceiras, reconhecendo-as como criadoras de diferentes ambientes e papéis para seus integrantes.

Ainda em relação a esse quesito, em vários documentos oficiais¹⁵ e relatórios de pesquisas realizadas,¹⁶ recomenda-se que sejam criados canais de participação das famílias na gestão da proposta pedagógica/curricular do estabelecimento e do acompanhamento partilhado das aprendizagens e do desenvolvimento da criança. Nesse processo, há que se dar atenção à maneira como a criança é tratada pela família, valorizando as formas de

¹⁵ Ver Brasil (2006, 2009c, f).

¹⁶ Entre outras, ver Brasil (2009b, c, d), Fundação Carlos Chagas (2010), Wiggers (2000, 2002, 2007), Campos, Füllgraf e Wiggers (2009).



tratamento desejáveis, ao mesmo tempo que se procura identificar encaminhamentos às formas indesejáveis, tais como descuido, violência, discriminação, superproteção e outras.

No relatório de pesquisa realizado pelo Ministério de Educação (MEC) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2009b), enfatiza-se, também, a necessária complementaridade entre Educação Infantil e contexto familiar, por constituírem processos de formação cultural da criança. Essa prática social também é reconhecida como importante, tendo em vista a sua função política – pois contribui com a formação de cidadãos – e sua função pedagógica –, por ser um espaço privilegiado de compartilhamento e ampliação de saberes entre crianças e adultos. Nesse sentido, de acordo com o citado relatório, é desejável que os estabelecimentos de Educação Infantil apoiem a família para que esta exerça com mais plenitude seu papel de primeira e fundamental instituição de cuidado e educação da criança. Portanto, de acordo com o relatório em causa, a convivência familiar e comunitária na instituição de educação para as crianças pequenas é apontada pelos pesquisadores respondentes do questionário, por intermédio dos quais os dados foram coletados, como uma possibilidade de manter relações que respeitem as identidades e as diversidades das crianças, de forma equitativa e igualitária.

Apesar das indicações efetuadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e também do conjunto de pesquisas e documentos oficiais, a exemplo dos *Crêterios de qualidade em creches que respeitem os direitos das crianças* (BRASIL, 2009e), *Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil* (BRASIL, 2006) e *Indicadores de qualidade na Educação Infantil* (BRASIL, 2009f). Outras pesquisas¹⁷ concernentes a esse tema indica fragilidades vinculadas à realidade

¹⁷ Franciscato (1997), Corrêa (2002, entre outras.



brasileira, como também a outros critérios. Na sequência, será apresentado um conjunto de informações resultantes de pesquisas realizadas sobre esse tema.

O espaço da família na creche e na pré-escola: alguns resultados de pesquisa

Conforme já desenvolvido neste texto, são as famílias de baixa renda que têm mais dificuldade para matricular seus filhos na Educação Infantil, sobretudo quando se refere à creche ou às populações que vivem no meio rural. Do mesmo modo, ainda que não haja dados precisos, há evidências que apontam para o fato de muitos pais/mães que exercem atividades laborais fora do domicílio, sobretudo os/as mais pobres, pagarem creches privadas cuja qualidade não é monitorada.

Resultados de pesquisas¹⁸ apontam também para consideráveis bloqueios no relacionamento entre educadores/as e pais das crianças acolhidas em creches e pré-escolas, em especial no que tange às populações identificadas como pobres e marginalizadas, mesmo que os dados da realidade não correspondam precisamente a essa imagem.¹⁹ Tal fato remete à necessária formação profissional de qualidade – prévia e em serviço – dos profissionais que atuam ou atuarão na creche e na pré-escola, para que desenvolvam uma compreensão menos preconceituosa dos diferentes perfis de família e, ao mesmo tempo, percebam as famílias em sua positividade e em seus legítimos direitos. Ou seja, há que se conceber as famílias como um elemento constituinte das relações levadas a efeito nas creches e nas pré-escolas, por representarem aspectos centrais nos processos educativos das novas gerações.

¹⁸ Entre outros, ver Wiggers (2000, 2007), Campos, Füllgraf e Wiggers (2009) e Fundação Carlos Chagas (2010).

¹⁹ Entre outros, ver Wiggers (2002, 2007) e Campos, Füllgraf e Wiggers (2009).



Analisando os dados vinculados ao relatório de pesquisa intitulado *Política de Educação Infantil no Brasil: relatório de avaliação* (BRASIL, 2009d), podemos chegar às seguintes formulações: as creches e pré-escolas operam com base em estereótipos e preconceitos, havendo uma imagem negativa por parte dos profissionais de Educação Infantil sobre a família das crianças atendidas; há elevada expectativa na contribuição dos pais, sobretudo das mães, no trabalho realizado pela instituição; há canais institucionalizados de participação, ainda que estes estejam mais desenvolvidos na forma de discurso do que da prática cotidiana, em que predominam as comunicações institucionais em detrimento das de “mão dupla”, que incluem diferentes formas de comunicação entre a escola e as famílias; também foram identificadas experiências que operam sem preconceitos, nas quais a comunicação se dá de forma aberta, tranquila, e a instituição adota uma postura de escuta das famílias (CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS, 2009).

Dos resultados da pesquisa intitulada *Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa* (FCC, 2010), conforme já indicado, pela pontuação apresentada no item sobre a família na creche e na pré-escola,²⁰ são observados níveis inadequados, revelando que, também na relação com as famílias, faz-se necessário ampliar a qualidade dessa relação.

Na pesquisa realizada por Wiggers (2007), o tema participação das famílias nos estabelecimentos de Educação Infantil é desenvolvido por apenas nove dos 17 documentos-síntese de propostas pedagógicas para a Educação Infantil produzidos por redes de educação municipais do estado de Santa Catarina. Os resultados da pesquisa revelam que são pouco expressivas as

²⁰ Procurou-se avaliar se as interações são positivas e atenciosas, se os pais recebem informações por escrito sobre a instituição, se eles e a equipe trocam informações sobre as crianças; e, ainda, se são envolvidos em atividades da instituição.



verdadeiras parcerias no cuidado e na educação das crianças acolhidas em creches e pré-escolas. Predominam aquelas em que a escola abre espaços específicos a determinadas formas de participação.

Vê-se, portanto, a necessidade de avançar nas concepções e estratégias que constroem a corresponsabilidade do cuidado e da educação das crianças em creches e pré-escolas municipais, não apenas nos municípios investigados, mas, certamente, em muitas outras regiões do País.

A formação regular e continuada dos/as professores/as e demais profissionais

Em relação à formação inicial dos profissionais, conforme dados do Censo Escolar, a grande maioria dos professores de creche e de pré-escola é formada no Ensino Médio ou em curso superior, conforme exige a legislação. Entretanto, mesmo para professores/as formados/as em nível superior, a formação oferecida pode não ter assegurada a experiência ou os conhecimentos sobre as necessidades educacionais vinculadas às aprendizagens e ao desenvolvimento da criança com menos de seis anos, em especial no que tange às crianças de zero a três anos de idade, caracterizando-se como uma das lacunas na formação dos/as professores/as que atuam na Educação Infantil.

Esse fato talvez justifique as razões pelas quais muitas propostas pedagógicas em curso possuem características que se assemelham ao Ensino Fundamental numa perspectiva tradicional, em que as crianças permanecem sentadas em carteiras, fazendo exercícios de alfabetização e aritmética (CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS, 2009). Ademais, para além de aspectos históricos que caracterizam os vieses pedagógicos da Educação Infantil brasileira, a formação profissional necessita assegurar aos/às



professores/as de Educação Infantil uma formação específica, na qual as reais necessidades educativas das crianças em diferentes idades sejam contempladas. Desse modo, a formação inicial e continuada necessita assegurar conhecimentos e experiências que possibilitem ao professor com atuação na educação infantil compreender como as crianças dessa faixa etária aprendem e se desenvolvem.

Um conjunto de pesquisas estudadas por Campos, Füllgraf e Wiggers (2009) evidencia que, quanto à formação prévia, mesmo professores/as com formação inicial conforme exigido pela atual legislação brasileira não recebem a qualificação necessária para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, sobretudo no atendimento em período integral ou então às crianças menores de três anos. Os/as educadores/as sem essa formação apresentam condições ainda mais precárias para o desenvolvimento do trabalho. Assim sendo, importam para o trabalho cotidiano com as crianças conhecimentos e estratégias ligados ao ambiente doméstico, para o qual recebem relevo as atividades de higiene, alimentação e segurança. As ações vinculadas à supervisão e formação são praticamente inexistentes ou, quando presentes, apresentam fragilidades em sua concepção e operacionalização. Destaca-se, ainda, que os profissionais não dispõem de horário remunerado para o planejamento das ações a serem desenvolvidas no estabelecimento e para o trabalho em equipe.

Aspectos relacionados aos arranjos espaciais e à ampliação e diversificação de equipamentos e materiais precisam também fazer parte dos cursos de formação prévia e em serviço de professores e gestores de creches e pré-escolas, para que as melhorias revertam em benefício das próprias crianças, com características e demandas diferenciadas.

No que se refere aos profissionais que participaram da pesquisa desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas (2010), estes demonstram estar conscientes das limitações e insuficiências



relacionadas às condições adequadas para um atendimento de qualidade dos estabelecimentos nos quais trabalham.

Os professores possuem oportunidades extremamente restritas para, em sua formação, apropriarem-se de conhecimentos e de estratégias pedagógicas específicas para o trabalho com a criança pequena, tendo em vista que um reduzido número de estabelecimentos oferece formação continuada e apoio pedagógico para a realização do trabalho com as crianças e poucos contam com documentos orientadores para a sistematização da programação a ser realizada com as crianças.

Constatou-se, também, que as redes municipais de ensino, para a contratação de seus profissionais, adotam diferentes modalidades de contratação. Nesse processo, nem sempre são efetuadas as exigências mínimas previstas em lei – os critérios específicos para seleção e consequente contratação de profissionais para o exercício da função docente, sobretudo nas creches. Outros dados evidenciam que, mesmo nos grupos em que o professor que atua é diplomado, a formação inicial parece não garantir um bom preparo profissional para atuar na Educação Infantil.

Observamos, assim, que o processo de formação necessita ser acompanhado pela revisão e reformulação a partir dos atuais objetivos estabelecidos pela creche e a pré-escola, de acordo com sua função sociopolítica.

Esses estudos apontam para uma situação dinâmica, com importantes medidas legais introduzidas nas últimas décadas, mas ainda contraditórias quando comparadas às reais condições de gestão das creches e pré-escolas. Assim sendo, há ainda consideráveis desafios a serem superados para a consolidação de um conjunto de aspectos a serem incorporados na sistematização de propostas e práticas pedagógicas que considerem as diferentes indicações do reordenamento legal e os avanços da própria área.

Uma formação teórica, específica e aprofundada pode ser considerada como um importante critério para a consolidação de uma prática pedagógica que se pauta nas demandas relacionadas às aprendizagens e ao desenvolvimento das crianças pequenas.



Assim sendo, concordamos com o que se afirma no relatório de pesquisa intitulado *Contribuições dos pesquisadores à discussão sobre as ações cotidianas na educação das crianças de 0 a 3 anos* (BRASIL, 2009b), segundo o qual, para ser professor nesse nível de ensino, com vistas a uma prática pedagógica de qualidade, é exigido desse profissional um vasto domínio de conhecimentos, informações e habilidades e experiências que possibilitem compreender a história da instituição em que atua e ter capacidade para buscar alternativas para os desafios que constituem o cotidiano desse estabelecimento. Há exigência, também, de comprometimento com as crianças, suas famílias e o coletivo do estabelecimento.

Portanto, faz-se necessário implementar não apenas eventuais processos de formação, mas instaurar um processo de formação, tanto inicial quanto continuada, que abordem aspectos teóricos e práticos.

► Algumas considerações

Por intermédio dos citados estudos, podemos visualizar um conjunto de indicações que remetem à qualidade da educação oferecida pela Educação Infantil brasileira. Seus resultados apontam que, no Brasil, velhas concepções e preconceitos convivem em meio a rotinas e práticas herdadas de tradições assistencialistas, convivem e resistem às propostas mais generosas que presidiram as novas diretrizes legais, baseadas em uma visão da criança como sujeito de direitos, orientada pelos conhecimentos produzidos por diferentes áreas e informada pelas noções de respeito à diversidade. Observamos também que certo número de estabelecimentos educacionais para crianças dessa idade caracteriza seu atendimento pela não garantia desses e de outros princípios e critérios de qualidade. Tais evidências podem ser



realçadas, tendo em vista que, nas diferentes regiões brasileiras, há registros que evidenciam a desigualdade de acesso às creches e pré-escolas entre as crianças brancas e negras, moradoras do meio urbano e rural, das regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste e, principalmente, ricas e pobres.

Além das citadas desigualdades, são também registradas condições desiguais de qualidade da educação oferecida às crianças, num flagrante a violações de seus direitos constitucionais e, assim, reforçando as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e regionais, em vez de promover a equidade social.

Outros dados apontam também para a necessidade de incorporação de determinados modos e lógicas de organização familiar, tendo em vista que estas precisam estar em conexão com as políticas de atendimento às crianças pequenas, em especial quando essas modalidades se dão em estabelecimentos educacionais por longo período de tempo.

Assim sendo, para que a creche e a pré-escola brasileira cumpram sua função sociopolítica e pedagógica, faz-se necessário que o Estado assuma sua responsabilidade em relação aos processos coletivos de educação, complementando a ação das famílias. É também necessário que as práticas educativas levadas a efeito no interior das creches e pré-escolas, agregadas a outros segmentos sociais, contribuam para a promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, à medida que permitem às mulheres sua realização pessoal e laboral, para além do contexto doméstico. Faz-se necessário, ainda, que essas práticas educativas constituam espaços privilegiados de convivência, de socialização e ampliação de conhecimentos, valores éticos, estéticos e políticos, ou seja, dos diferentes elementos que formam a cultura das sociedades contemporâneas.

Nesse processo, faz-se também necessário ressaltar que a construção da identidade de gênero e da própria sexualidade



extrapola a mera configuração biológica dos seres humanos, defendendo que meninas e meninos brinquem com as possibilidades relacionadas tanto aos papéis masculinos quanto aos femininos, para além da reprodução de padrões estereotipados de gênero. Nessa direção, há que se valorizar as iniciativas que exploram o jogo simbólico e a sexualidade, tais como o descobrimento e reconhecimento do corpo. Ou seja, há que se combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação, incentivando e valorizando a diversidade de comportamento de homens e mulheres, a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino, o respeito pelo outro sexo e pelas variadas expressões do feminino e do masculino.

A consolidação de ações educativas pertinentes aos aspectos vinculados às temáticas que envolvem gênero, classe, etnia, orientação sexual e demais aspectos relacionados à qualidade da educação ofertada na creche e na pré-escola, em meio às políticas públicas de educação, é uma tarefa do Estado, o que, entre outras medidas, requer uma formação profissional – prévia e em serviço – qualificada.

Assim sendo, é preciso incluir o gênero e todas as dimensões responsáveis pela construção das desigualdades como elementos centrais de qualquer projeto pedagógico/proposta curricular, vinculados não apenas à creche e à pré-escola, mas também às demais modalidades educativas, para que, articulados a outros segmentos sociais, possam ser vislumbradas possibilidades de superação de desigualdades sociais. Ou seja, essas formas humanas deverão estar comprometidas com a produção de subjetividades que contemplem a dignidade e a superação das relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam a sociedade brasileira.



A argumentação até aqui desenvolvida constitui apenas um mote de aspectos que precisam ser considerados quando se pensa no acesso e na qualidade dos processos educativos a serem viabilizados no interior das creches e pré-escolas, para que essas cumpram a função sociopolítica e pedagógica junto à sociedade brasileira.

Por fim, faz-se necessário oferecer adequadas condições de funcionamento, de recursos didático-pedagógicos e de qualidade na formação – prévia e em serviço – dos profissionais que com ela trabalham, para que se viabilize a produção de novas formas de as novas gerações serem e estarem no mundo. Essas formas humanas deverão estar comprometidas com a produção de subjetividades que contemplem a dignidade, o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente, da recisão das relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade.

Conforme Rosemberg (2013), é notável a distância entre o Brasil legal e ideal vivido pelas crianças de zero a seis anos. A autora alerta para o fato de que estudiosos/ativistas da Educação Infantil necessitam olhar o campo, as crianças residindo em área rural; e estudiosos/ativistas da educação do campo necessitam olhar as crianças de até seis anos, particularmente os bebês.

► Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. Organização do texto: Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1990a. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF, 1990b.

_____. *Proposta pedagógica e currículo em Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC/SEF/Coedi, 1996a.



_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília, DF, 1996b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil*. Brasília, DF, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 dez. 2009a. Seção 1, p. 14.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Educação Infantil do Campo. Proposta para a expansão da política Documento produzido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, instituído pela Portaria Interministerial número 6/2013, assinada pelos Ministros de Estado da Educação, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013). <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859>.

_____. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 (*). Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Currículo em Movimento. *Contribuições dos pesquisadores à discussão sobre as ações cotidianas na educação das crianças de 0 a 3 anos*. In: Projeto de Cooperação Técnica MEC e UFRGS para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009b. p. 15-62. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatmieib_anexo1_2.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Currículo em Movimento. *Relatório de pesquisa – Análise das propostas pedagógicas*. In: Projeto de Cooperação Técnica MEC e UFRGS para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009c. p. 63-108. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatmieib_anexo1_2.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2011.



_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação*. Brasília, DF: MEC/SEB: Unesco, 2009d.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Crêches de qualidade em creches que respeitem os direitos das crianças*. Brasília, DF, 2009e.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Indicadores da qualidade na Educação Infantil*. Brasília, DF, 2009f.

_____. *Oferta e demanda de educação infantil no campo*. Organização: Maria Carmen Silveira Barbosa et al. Porto Alegre: Evangraf, 2012. 336 p.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. *Revisão das políticas e serviços da educação infantil no Brasil*. Brasília, DF: MEC/Unesco/OCDE: Estudos dos Municípios, 2005.

_____; _____. *Qualidade na educação infantil: alguns resultados de pesquisa*. In BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação*. Brasília, DF: MEC/SEB: Unesco, 2009. p. 169-209.

CASTRO, Jorge Abrahão; DUARTE, Bruno. Financiamento das políticas e serviços de educação e cuidado da primeira infância no Brasil. In BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação*. Brasília, DF: MEC/SEB: Unesco, 2009. p. 201-239.

CORRÊA, Bianca Cristina. *Gestão democrática e participação familiar no âmbito da educação infantil*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED, 2002. CD-ROM.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cad Pagu*, p. 279-287, n. 26, 2006.



FRANCISCATO, Irene. As famílias das crianças atendidas pela creche na ótica de seus profissionais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 20, 1997, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED, 1997.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). *Educação Infantil no Brasil: avaliação quantitativa e qualitativa. Relatório final.* São Paulo, 2010. p. 69-98. 1 CD-ROM.

GOMES, Cândido Alberto. A educação infantil no fogo cruzado das relações inter e intragovernamentais: In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação.* Brasília, DF: MEC/SEB: Unesco, 2009. p. 99-120.

KISHIMOTO, Tizuko. Froebel e a concepção de jogo infantil. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 1, n. 1, p. 145-168, 1996.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.* Porto Alegre: Mediação, 1998.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Perfil da educação infantil no Brasil: indicadores de acesso e condições de oferta. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação.* Brasília, DF: MEC/SEB: Unesco, 2009. p. 121-168.

ROCHA, Eloisa. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia da educação infantil.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas de educação infantil e avaliação. *Cad. Pesqui.* [online]. 2013, vol.43, n.148 [citado 2014-12-03], pp. 44-75. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000100004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-1574.

SAFFIOTI, Helieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.



WIGGERS, V. *A educação infantil no projeto educacional – pedagógico municipal*. Erechim: São Cristóvão, 2000. 145 p.

WIGGERS, Verena. *Vieses pedagógicos da educação infantil em um dos municípios brasileiros*. S.l., 2002. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002. Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED, 2002. CD-ROM.

WIGGERS, Verena. *As orientações pedagógicas da educação infantil em municípios de Santa Catarina*. 2007. 259f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.



CRIANÇAS FAZENDO GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DA PRIMEIRA INFÂNCIA E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FAMÍLIA E DA CRECHE



Juliane Di Paula Queiroz Odinino

O projeto “Crianças no Fazendo Gênero” surgiu inicialmente de uma vontade de oferecer as condições necessárias para que participantes do IX Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, ocorrido em 2010, pudessem trazer ao evento seus dependentes de até sete anos de idade.¹ Inicialmente, a proposta era a de atender às necessidades daqueles/as com filhos/as pequenos/as, para que pudessem participar do encontro contando com um espaço apropriado para “deixar” seus/suas dependentes, enquanto estivessem envolvidos/as nas atividades do evento. Ainda nessa primeira versão, bastante tímida por ser um projeto piloto e inédito no contexto do encontro, diversas questões a respeito dos

¹ Tal limitação deve-se primeiramente às condições do espaço disponibilizado para a acolhida das crianças durante a semana de realização do evento. Por se tratar, em ambas as versões, de realização do projeto de instituições de Educação Infantil, o Flor do Campus, na primeira vez, e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na segunda edição, a orientação acordada junto à equipe pedagógica foi a de acolher crianças com idades compatíveis ao público infantil já atendido pela creche.



cuidados e da responsabilidade social das crianças pequenas foram levantados, inclusive no tocante aos papéis de gênero.

Consequentemente, essa experiência demandou uma reflexão mais aprofundada acerca do lugar social da infância na contemporaneidade. Além do debate sobre as relações intergeracionais, vieram à tona a importância de uma problematização sobre a situação da criança no contexto global; os vínculos sociais estabelecidos culturalmente entre crianças e seus pares e outros adultos nos mais diversos arranjos familiares, além da problemática da paternidade/maternidade e das dicotomias associadas às diferenças de gênero como público e privado, emocional e racional. O primeiro *Crianças no Fazendo Gênero*,² enquanto projeto piloto, contou com a participação de algumas poucas crianças, devido principalmente às limitações do espaço disponibilizado; no entanto, teve uma grande repercussão entre participantes e demais profissionais e pesquisadores/as interessados/as no tema, endossando o rol das discussões e reivindicações do movimento feminista. Uma importante contribuição foi sua inserção no contexto das reflexões desenvolvidas no evento, tendo a participação das crianças como pauta das discussões feministas.

Na segunda versão do projeto,³ ocorrido em 2013, no NDI, creche universitária da UFSC, houve um amadurecimento da proposta, tendo em vista repensar as práticas e o papel dos agentes envolvidos nessa relação, a saber, a família (que implica questões

² A ideia de desenvolver um projeto que acolhesse crianças pequenas para que seus pais e mães pudessem contar com essa opção veio da organização geral do evento, através da professora Carmen Rial, do Departamento de Antropologia da UFSC. Atuaram junto comigo na organização desse primeiro projeto a estudante de Ciências Sociais Camila Reis e Luciana Klačonovics, que realizava estágio pós-doutoral em História na época. A instituição de Educação Infantil acolhedora foi o Flor do Campus, associação de pais localizada no *campus* universitário.

³ O projeto “Crianças Fazendo Gênero”, em sua segunda versão, contou com a fundamental participação na organização, em sua idealização e concretização, de Regina Ingrid Bragnolo, doutora em Psicologia, professora do NDI e da creche universitária da UFSC, instituição acolhedora e parceira.



acerca da maternidade, da paternidade e de diferentes arranjos sociais), a instituição de Educação Infantil e a criança. Desse modo, a primeira parte deste artigo orienta-se pela discussão sobre as transformações históricas da responsabilidade social na educação das crianças pequenas, na tentativa de acompanhar o viés das conquistas feministas, sobretudo as que motivaram e tiveram uma participação essencial junto ao movimento por creches no País, as quais incidiram diretamente nas concepções concernentes aos cuidados das crianças pequenas. Como desdobramento, na segunda parte, faremos uma reflexão sobre as práticas sociais e as expectativas em torno dessas instâncias, de forma a compreender a tensão implícita na complexa tarefa de educar/cuidar das crianças pequenas, no incessante esforço de compreendê-las pelo seu lugar social de sujeitos dessa relação. Tal leque de indagações motivou a organização de uma mesa-redonda com o mesmo título deste artigo, que contou com a presença das seguintes profissionais: Dra. Verena Wiggers (NDI/UFSC), Dra. Ana Lúcia de Goulart Farias (Universidade Estadual de Campinas) e Dra. Maria Eulina de Carvalho (Universidade Federal da Paraíba). Suas contribuições foram fundamentais para endossar as questões trazidas aqui; entretanto, encontram-se diluídas no corpo dessas indagações, considerando que o debate que cada uma delas trouxe foi sistematizado em forma de artigo nesta mesma coletânea. A experiência reuniu na plateia, além dos/as inscritos/as no Seminário Internacional, familiares e profissionais ligados ao NDI, sede do segundo Crianças no Fazendo Gênero, bem como estudantes de Pedagogia da graduação e da pós atraídos/as pela temática. Cada uma das profissionais e pesquisadoras convidadas contribuiu com um importante aspecto ao pensar a relação entre infância, Educação Infantil e feminismo, envolvendo tanto as políticas públicas e práticas sociais na Educação Infantil no contexto brasileiro e no internacional, passando pela crítica ao peso da responsabilidade dos cuidados



infantis recaída sobre as mães, até as próprias determinações de gênero comumente vivenciadas no cotidiano das crianças nesse nível de ensino. A seguir, serão apresentadas algumas dessas reflexões vivenciadas⁴ nos diversos espaços de convívio e no encontro entre adultos e crianças durante as duas edições do projeto no Fazendo Gênero.

► Sobre mães e creche, ainda...

Quando tento capturar o significado da força arrebatadora dessa reivindicação em mim e em certas feministas, encontro sua razão de ser num projeto radical de transformação das famílias, que pudesse resgatar não só a mãe, mas também o pai e o filho. (ROSEMBERG, 1984, p. 77).

Um ponto apontado como tônica, sobretudo nesta última versão, relaciona-se à responsabilidade dos cuidados da primeira infância, que cultural e socialmente tem onerado a “mãe”. Sendo assim, o debate sobre o papel da figura masculina quanto aos cuidados das crianças pequenas foi acionado, dado seu caráter relacional. Como desdobramento, evidenciou-se, concomitantemente, a questão acerca das diferentes configurações familiares que não somente as nucleares, compostas por marido, mulher e filhos/as. Tal questionamento, por sua vez, tem carecido de uma atenção mais aprofundada na tentativa de invocar uma ressignificação das posições sociais ocupadas pelos sujeitos a partir dos laços familiares que desenvolvem entre si, a qual será desenvolvida ao final desta seção.

⁴ O recorte dessas questões relaciona-se às discussões trazidas à mesa-redonda realizada no dia 18 de setembro de 2013, e por ela provocadas, como forma de dialogar a partir das inquietações que envolvem as políticas educacionais, o movimento feminista e as concepções de criança enquanto sujeito de direito e ator social.



Segundo Toneli (2006, p. 258), pesquisas realizadas no contexto latino-americano acerca da paternidade “indicam que a educação dos filhos ainda é considerada um aspecto de responsabilidade das mulheres e que os homens devem estar voltados para o sustento financeiro da família”. De acordo com Lyra (1999 apud TONELI, 2006), tal situação está associada ao fato de que a concepção e a criação das crianças ainda estão culturalmente associadas a atributos femininos, em que o pai é incluído muito discretamente, sendo a família um dos principais grupos mediadores dessa dicotomização. Parece haver, mesmo entre casais homossexuais, o predomínio do modelo heteronormativo em se tratando da organização das funções familiares, em que cada um dos membros adultos acaba assumindo mais uma ou outra entre as disseminadas atribuições “maternais” ou “paternais”. Neste caso, a disseminada visão dos papéis masculino e feminino, associada às esferas do público e do privado (ARENDT, 1991; SENNETT, 1988), tem sido a maior responsável pela reprodução desse modelo de família. Segundo Tronto (1997), a exclusão do pai da esfera dos cuidados infantis remete ao fato de o “cuidar de” estar naturalizado em muitas culturas como algo estritamente feminino. Já o masculino se relaciona com o “cuidar com” ou “preocupar-se com”, voltado ao cuidado com a vida pública, como carreira profissional e dinheiro, enquanto as mulheres “cuidam de alguém ou de alguma coisa” dentro de suas casas.

O feminismo de primeira onda, bastante influenciado pela obra *Segundo sexo*, de Beauvoir (1949), questionou muito a função da maternidade no período pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes.

Com base nesta evidência, a crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças –



determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina. Ferrand e Langevin analisam como a maternidade foi, neste período do feminismo, o eixo central de explicação das desigualdades entre os sexos. (SCAVONE, 2001, p. 139).

No segundo momento, denominado a segunda onda, há uma inversão chamada “negação do *handicap*”, pela qual a maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual por que só as mulheres possuem e os homens invejam. A reflexão feminista a partir dos anos de 1980 dialoga com as ciências humanas, como a tese lacaniana, por exemplo, que valoriza o lugar das mulheres na gestação, como parte da identidade feminina. Finalmente, a chamada terceira onda é definida por Ferrand e Langevin pela “desconstrução do *handicap* natural”, em que se exaltam as relações de dominação que atribuem significado à maternidade. O que de fato esses movimentos destacam em comum são as contradições inerentes às posições sociais ocupadas pelos sujeitos, que não devem ser tomadas por uma compreensão prioritariamente pelo aspecto biológico.

Sendo assim, os estudos de gênero ajudam a avançar na discussão a partir do momento em que lançam mão da problematização dos papéis ocupados pelos sujeitos, orientando-se na ideia de *parentalidade*, conceito que procura estudar o posicionamento dos atores sociais de diferentes gêneros no processo de constituição do laço parental (COMBES; DEVREUX apud SCAVONE, 2001), bem como os conceitos de feminilidades e masculinidades, em que são analisados os papéis sociais a partir das expectativas sociais de gênero, com destaque para as práticas e dinâmicas sociais que constituem os sujeitos. Desse modo, essas relações tornaram-se um aspecto importante no contexto do Fazendo Gênero, a partir do momento em que as formas como os diferentes sujeitos se relacionam devem ser pensadas também pela ótica intergeracional. Como desdobramento, temos a



responsabilidade dos cuidados das crianças pequenas, considerada não apenas pela esfera doméstica e intrafamiliar, mas também estendida à problematização dos espaços e políticas públicas sociais, na compreensão da infância em seu aspecto mais amplo, que remete à responsabilidade social. Destaca-se aqui a o trabalho de Qvortrup (2011), que traz dados e pesquisas voltados às políticas públicas de atendimento às crianças pequenas, como forma de assegurar o contrato geracional: ênfase na compreensão de que as novas gerações são aquelas que garantirão no futuro a força produtiva de suas gerações antecessoras. Por esse motivo, defende o autor, a responsabilidade dos cuidados das crianças deixa de ser uma questão exclusiva das famílias, para se constituir problemática de ordem social mais ampla.

A discussão sobre a responsabilidade junto às crianças pequenas já está ultrapassando a esfera familiar, na medida em que a própria Constituição Federal de 1988⁵ afirma que o cuidado e a educação de crianças e adolescentes são de responsabilidade do Estado e da família. Como política pública, o serviço educacional tem sido a contrapartida desse primeiro. Mais uma vez, em se tratando da institucionalização da educação, sobretudo a infantil, de interesse aqui pela faixa etária atendida no projeto, nota-se um predomínio de uma visão feminina do cuidar de crianças/educá-las assentada na feminização da profissão do magistério, historicamente em oposição à figura do mestre, no masculino, pois provido de conhecimentos científicos,⁶ após passar por um

⁵ A Constituição de 1988 considera as creches e pré-escolas como um direito social de trabalhadores(as) urbanos(as) e rurais, que consiste na assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os cinco anos de idade (Art. 7º, XXV). As creches foram previstas no Art. 208, IV como dever do Estado e direito de crianças à educação, nos termos da Emenda Constitucional nº 53/2006. A perspectiva das creches como um direito à educação está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

⁶ Quando tomada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, a atividade escolar é atribuída tradicionalmente aos afazeres femininos. Quando lida



processo de ressignificação ao longo da segunda metade do século XIX.

Aos poucos crescem os argumentos a favor da instrução feminina, usualmente vinculando-se à educação dos filhos e filhas. Essa argumentação irá, direta ou indiretamente, afetar o caráter do magistério – inicialmente impondo a necessidade de professoras mulheres e, posteriormente, favorecendo a feminização da docência. [...] Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais, constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, *menos que* possa ser representada de forma a se ajustar a elas. (LOURO, 1997, p. 96).

Merece destaque, no contexto das relações sociais primárias das crianças pequenas, a clamada figura materna, tomada aqui enquanto representação social, em oposição à visão naturalizada de mulher. Nesta última, a maternidade tem sido apresentada como a maior realização feminina, como se as tarefas ligadas a todo tipo de cuidado com os bebês e as crianças pequenas fossem naturalmente desempenhadas pelas mulheres. Batinder (2011) sinaliza uma série de ondas naturalistas de feministas e cientistas desencadeadas nos Estados Unidos e na França a partir de 1980, que provocaram uma reviravolta na abordagem culturalista de Beauvoir. Essas ondas exaltam o papel da maternidade em sua conotação positivada como forma de recuperar valores ligados aos cuidados com o outro. A autora as denomina como filosofia do *care* ou moral feminina, pelas quais se reforçam as marcas estritamente femininas, como as regras, a gravidez e o parto, maiores responsáveis pelo instinto maternal.

fundamentalmente com o conhecimento, ou seja, aqueles aspectos da cultura integrantes do currículo escolar, reconhece-se como um universo marcadamente masculino (LOURO, 1997).



Diferentemente de Beauvoir, que via aí apenas um epifenômeno na vida das mulheres, fonte de sua opressão milenar, uma nova geração de feministas considera a maternidade a experiência crucial da feminilidade a partir da qual se pode construir um mundo mais humano e mais justo. Para isso, é preciso um retorno à mãe natureza, ignorada por tempo demais: insistir nas diferenças psicológicas que geram as dos comportamentos, recuperar o orgulho de nosso papel de nutriz do qual dependem o bem-estar e o destino da humanidade. (BATINDER, 2011, p. 71).

Rosemberg (1984) afirma que estudos históricos realizados em diversos países detectam que as determinantes para a expansão das redes públicas de creches estão de fato ligadas aos movimentos feministas, que almejam o incentivo ou o cerceamento do trabalho materno. Isto é, essas motivações se originam exteriores às necessidades das crianças na faixa de zero a seis anos de idade. Por essa razão, a creche tem encontrado muitas dificuldades em romper com esse ranço. Ainda segundo a autora, tal força muitas vezes repercute negativamente sobre a imagem da creche, vista como usurpadora ou competindo com imagens arcaicas da mãe provedora. Eis o estigma da creche como paliativo: um mal menor na vida de algumas crianças.

A proposta da creche, até época bastante recente, não conseguiu romper com a representação idílica da socialização da criança pequena pela maternagem compulsória, não sendo tida como uma instituição destinada à educação de todas as crianças, mas apenas como um equipamento substituindo certas mães: aquelas que trabalham fora. (ROSEMBERG, 1984, p. 74).

Nas décadas de 1970 e 1980, como pontua a autora, a reivindicação por creches como um direito unificou os movimentos feministas e de mulheres, tornando-se uma palavra de ordem consensual. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (Decreto-Lei nº 5.452/1943) foi um importante marco nesse momento



histórico, de modo a reforçar o vínculo entre o trabalho feminino no mercado de trabalho e a necessidade de atendimento de seus/suas filhos/as em creches.

No entanto, as políticas públicas educacionais para a Educação Infantil no Brasil foram sempre mais marginalizadas em detrimento da atenção conferida às outras etapas da Educação Básica, a exemplo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef),⁷ sendo substituído somente em 2007 pelo Fundeb, fundo de investimento de mesmo nome com a diferença de utilizar a denominação Educação Básica no lugar de Ensino Fundamental, de forma a abarcar, a partir de então, creches e pré-escolas. No tocante ao reconhecimento da influência das determinantes de gênero no seio da organização social familiar para a formulação das políticas públicas voltadas ao atendimento das crianças, somente no ano de 2003 esse aspecto obteve uma atenção mais minuciosa, por meio da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). A associação dos serviços de creches, reconhecidos também como direitos de mulheres, foi mencionada nas duas edições dos Planos Nacionais de Política para Mulheres, em 2004 e 2011 (MARCONDES, 2013). Quanto à promoção da igualdade de gênero, a indivisibilidade e a interdependência remetem à incorporação de uma abordagem transversal à implementação da política de creches, no sentido de que nenhuma política pública deve escapar ao questionamento de qual seja o seu papel em relação às (des)igualdades de gênero (BANDEIRA, 2005).

Em linhas gerais, a política por creches deveria, em hipótese alguma, perder de vista sua historicidade interpenetrada

⁷ Fundo de natureza contábil criado para financiar o Ensino Fundamental, o que deixava a Educação Infantil descoberta de fontes de financiamento na área educacional (BRASIL, 2008).



pelas reivindicações de garantia do direito à educação das crianças, mas também do direito ao trabalho de pais, mães e responsáveis, luta já institucionalizada em forma de leis, entre elas a própria Constituição Federal, como já mencionado. No entanto, conforme defende Marcondes (2013), a crescente incorporação das creches ao sistema educacional levou a deslocar o olhar quase unicamente para as crianças, de forma a reproduzir o discurso tradicional do cuidado, em que a família é a instituição central para a provisão social dos/as pequenos/as. A autora cita como exemplo as diversas referências das diretrizes e metas da Política Nacional à integração da família no convívio escolar, as quais tendem a promover maior abertura no sentido de contar com a participação ativa das famílias, sendo posta a questão muito mais em termos do acompanhamento familiar do processo educativo das crianças do que de conhecimento das necessidades reais dos/as sujeitos/as envolvidos/as na relação de cuidado. Mais do que isso, o argumento da necessidade de garantir um tempo especial às famílias tem sido mal utilizado na medida em que, mais uma vez, o atendimento parcial, ou mesmo integral, das crianças, acrescido dos recessos e das férias escolares, não corresponde em larga medida às necessidades concretas das famílias, considerando o tempo de trabalho somado ao deslocamento, bem como os demais compromissos e afazeres profissionais. Conforme descrito por Moreira, o Conselho Nacional de Educação foi instado a se manifestar sobre o tema (Pareceres CNE/CEB nº 8/2011 e nº 17/2012), no período de consolidação da identidade da política de creches do Programa de Aceleração do Crescimento-2 (PAC-2), especificamente sobre as férias e os recessos dessas instituições. Reiteradamente, como resposta, o Conselho Nacional de Educação (CNE) entendeu necessário assegurar as férias e os demais recessos, vinculando-os à garantia de que as crianças tenham convivência familiar. Assim, nota-se que não há essa necessária sincronia entre a paralisação dos



serviços de creches e o tempo livre de seus/suas cuidadores/as responsáveis. Tais políticas públicas comprovam que as práticas sociais do cuidado permanecem calcadas na suposição de que existam mulheres em casa à disposição de cuidar daqueles/as que compõem a unidade familiar e que a incumbência pelo cuidado infantil seja majoritariamente delas, e não do Estado. Apesar de todas as conquistas e todas as mobilizações feministas, elas não foram suficientes para romper o círculo da creche na esteira do que Rosemberg (1984) já assinalava nos anos de 1980: de ser destinada a apenas algumas mães, (moral e financeiramente) impossibilitadas de cumprir seus deveres domésticos de cuidados com os/as filhos/as. O próprio critério utilizado para resolver a discrepância entre oferta e procura das vagas tem sido resolvido pelas unidades, fazendo uso do nível socioeconômico das famílias, de modo a favorecer a visão de que as vagas devem ser destinadas a quem de fato “precisa”.

Há mais um elemento no contexto dessas políticas a ser superado e bastante levantado durante a realização do projeto “Crianças no Fazendo Gênero”: a referência ao modelo da família nuclear, calcado no “sistema de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada” (SALIH, 2002). Além de a sobrecarga recair sobre as mulheres, mães e avós, as demais formas de organização familiar não são problematizadas suficientemente no contexto das relações estabelecidas entre famílias e creche, muitas vezes sendo vistas de maneira preconceituosa, como uma espécie de desordem que compromete inclusive o “desempenho” e o “desenvolvimento emocional” das crianças. Eis uma evidente alusão à reprodução patriarcal, atuando de maneira regulatória sobre corpos e comportamentos dos sujeitos, adultos e crianças, cujos níveis de repercussão atravessam o cotidiano infantil através de imposições e disciplinamentos heteronormativos no contexto das relações entre adultos e crianças.

As teorias *queer*, surgidas na onda das discussões pós-modernas e pós-estruturalistas visam predominantemente se colocar



contra qualquer tipo de normalização. A partir de fins dos anos de 1990, a agenda teórica dos movimentos feministas e homossexuais moveu-se das análises das desigualdades e das relações de poder entre categorias socioculturais relativamente fixas, como mulheres, homens e homossexuais, para o questionamento da fixidez das próprias categorias, a fim de elucidar o jogo do poder de modo menos binário e unidirecional (EPSTEIN; JOHNSON, 1998 apud LOURO, 2013). Apesar das divergências e desacordos entre os grupos reconhecidos no interior da teoria *queer*, todos teriam em comum o alvo imediato de oposição à heteronormatividade compulsória da sociedade, sendo favoráveis a uma estratégia descentradora e desconstrutiva das hierarquias sociais dominantes (SEIDMAN, 1995 apud LOURO, 2013). Segundo Butler (1997), as normas regulatórias do sexo apresentam caráter performativo, ou seja, continuamente reproduzem aquilo que nomeiam, reiterando constantemente as normas de gênero pela ótica heteronormativa, produzindo corpos e sujeitos. É extremamente oportuno colocar em pauta, no contexto das reivindicações por creches, os debates trazidos pelas teorias *queer*, pois estas permitem (re)pensar continuamente a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades de sexo e de gênero que se reproduzem no cotidiano da Educação Infantil junto às famílias, às crianças e às/aos profissionais da educação.

Uma discussão bastante acalorada que emergiu na ocasião da mesa-redonda reitera a importância desse questionamento no tocante ao próprio objetivo do projeto “Crianças no Fazendo Gênero”. Há um enorme risco de se reforçar a responsabilidade feminina nos cuidados das crianças pequenas, por se tratar de um evento feminista, em vez de evocar o combate a essa visão mais sistematicamente. Para tanto, seria mais fortuita para a ocasião, por exemplo, a reivindicação pela guarda e cuidados das crianças pelos pais ou companheiro/a no momento em que “mulher” participa do evento, para que esta possa sentir-se apoiada



e tranquilizada para debater as questões que a afligem em sua condição social, inclusive de mãe, sem ter que assumir mais uma vez esse ônus. Pois bem, a discussão caminhou no sentido de priorizar justamente esse arrebatador questionamento, encarado como um importante impulsionador dentro do movimento feminista por creches, a fim retomar o caráter da reivindicação da acolhida de seus/suas filhos/as pequenos/as no evento e em outros contextos, e sobre ele refletir. Além disso, entra aqui em jogo, como desdobramento, a necessidade de implementação de medidas públicas e iniciativas sociais que favoreçam uma maior flexibilidade para a participação de mães, pais e responsáveis em eventos e movimentos sociais para além do tradicional trabalho “fora de casa”. Como resposta a essa indagação inicial, outra saída caminharia mais no sentido de estender a possibilidade de acolhimento das crianças também para outros eventos, não apenas o de feminismo, como forma de repensar e incentivar a responsabilidade paterna, bem como outros diferentes arranjos familiares. Enquanto creche universitária, o próprio corpo docente do NDI poderia desenvolver um projeto dessa natureza, abrindo as portas e os serviços de atendimento ao público infantil para outros encontros e eventos dos demais centros universitários, promovendo a transversalidade das discussões sobre igualdade de gênero e sobre o papel da Educação Infantil num sentido mais amplo.

► **Crianças no Fazendo Gênero: na creche ou no movimento feminista?**

Os aspectos relacionados às agências infantis também vieram à tona, tendo em vista os propósitos das instâncias de atendimento à criança pequena terem sido ressignificados ao longo dos anos, de um espaço assistencialista que a crítica apontava



vulgarmente como “depósito de crianças”, para uma busca mais elaborada em corresponder melhor à nova imagem da criança enquanto produtora de cultura, sujeito social e de direitos. Nesse contexto, foi de fundamental importância situar as crianças participantes do projeto na atmosfera de movimento social que o evento suscita, cuja abrangência incorpora os sujeitos do cotidiano da instituição de Educação Infantil acolhedora, convidando-os a refletir e a reorientar suas práticas, atentando-se às discussões de gênero.

O envolvimento das crianças nas lutas e reivindicações sociais tem seu exemplo mais consolidado com os Sem-terrinhas ou a Ciranda das Crianças,⁸ do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma prática educativa que é ao mesmo constituinte de um coletivo infantil. Trata-se de um encontro de crianças que problematizam também sua condição dentro do movimento mais amplo (ROSETTO, 2009). Como o movimento sem-terra é produto de um conflito social, de ação coletiva, adultos, jovens, idosos/as e crianças vivenciam as mesmas situações de aprendizado social e político. Vale ressaltar que, no interior da luta do MST, também foram sendo amadurecidas as reivindicações femininas, a partir da problematização sobre a participação das mulheres no universo do trabalho, nos anos de 1990. Esse movimento culminou com a criação do Setor de Gênero, em 2000, no Encontro Nacional do MST. Desde então, a Ciranda das Crianças, voltada às pequenas, foi cada vez mais contando com a participação masculina e de outros sujeitos que não somente as mães. Dessa experiência vale destaque a participação ativa das crianças no contexto do movimento sem-terra:

⁸ Segundo Rosetto (2009), a Ciranda constitui-se em um espaço de educação não formal mantido por cooperativas, por centros de formação e pelo próprio MST, que procura construir, com as crianças sem-terra, um trabalho educativo que prime por sua luta enquanto movimento contra-hegemônico que se contrapõe ao modelo capitalista neoliberal, cuja perspectiva é a da emancipação humana, centrada no trabalho como atividade que produz a vida, ou seja, trabalho vinculado à cooperação e à vivência dos valores humanistas e socialistas.



As experiências educativas do MST e formulações de Pistrak (2000:32) apontam que *a escola deve estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela*. O desafio é buscar a organização das atividades e do trabalho pedagógico levando em conta as relações universal, singular e particular, para que os coletivos infantis e os coletivos de educadores e educadoras se fortaleçam para o enfrentamento e a superação da realidade atual. Analisando a experiência da Ciranda Infantil podemos afirmar que ela surge lado a lado com o debate de temas importantes como gênero, trabalho e coletividade. E mais, as Cirandas Infantis, no Movimento Sem Terra, já na sua origem, têm no seu horizonte a emancipação humana e a construção de um projeto de sociedade socialista. (ROSETTO, 2009, p. 89, grifo da autora).

Do mesmo modo, no “Crianças no Fazendo Gênero”, as atividades desenvolvidas com as crianças participantes, compartilhando vivências com algumas turmas de crianças da creche acolhedora, foram orientadas e desenvolvidas em torno das discussões sobre igualdade de gênero e infância, como categorias sociais. A problematização do lugar da infância na contemporaneidade foi de suma importância tanto no sentido de oferecer subsídios para pensar as relações estabelecidas com adultos e crianças como para repensar as questões de gênero envolvidas em seus cotidianos. Alguns teóricos da sociologia da infância problematizam a condição da criança como um *entrelugar*, “o espaço intersticial entre dois modos – o que é consignado pelos adultos e o que é reinventado no mundo das crianças – e entre dois tempos – o passado e o futuro” (SARMENTO, 2005, p. 10). Entendendo a infância na perspectiva de que ela consiste numa construção histórico-social e que esta varia de tempos em tempos, de lugares para lugares, não é difícil tentar identificar qual é a visão predominante hoje no mundo. Isso se evidencia mais a partir do momento em que é possível elencar quais são hoje os espaços possíveis para a vivência da infância.



É sabida a importância da institucionalização do ensino para o delineamento da visão de infância vigente hoje em dia, a saber: a criança como um ser carente de cuidados e dependente da proteção do Estado e da família. A visão da criança como um vir a ser também se tem consolidado predominante, de modo que a preocupação com o que ela se tornará quando for adulta tem influenciado ideologicamente os discursos das instituições ligadas à infância. Na Modernidade, esta se consolidou como fonte de preocupação na esteira dos saberes científicos pela Pediatria, pela Psicologia do desenvolvimento e pela Pedagogia (ROCHA, 1997). No entanto, esses saberes serviram mais para reforçar uma visão universalista da criança do que para o desenvolvimento de um olhar atento à criança real, inserida num determinado contexto sociocultural e permeada por uma rede de significados e relações de poder.

Há mais um determinante elemento definidor da condição infantil: assim como há as diferenças relacionais entre adultos e crianças, salta aos olhos o reforço das diferenças de gênero nas práticas sociais cotidianas das crianças. As atividades pedagógicas desenvolvidas em creches e pré-escolas na maior parte das vezes tendem a oferecer uma única forma de feminilidade e masculinidade, reforçando estereótipos:

No dia a dia, elementos tais como filas, ajudante do dia, cartaz de aniversariante, chamada, contagem diária de crianças, banheiros, mesas, atividades e decoração são apresentados às crianças de forma dicotômica em relação ao gênero. A forma como está organizada, ao invés de proporcionar vivências que possibilitem a integração, a cooperação e a amizade, acaba por criar rivalidades entre meninas e meninos. (FINCO; SILVA; DRUMOND, 2011, p. 70).

Na mesma linha, num contexto cultural infantil mais amplo, a mídia tem ganhado um espaço privilegiado para as construções identitárias e contribuído exponencialmente para tal



bipolarização. Além da ênfase no papel do/a consumidor/a, essa influente disseminadora de significados se tem dirigido aos pequenos e às pequenas fazendo uso de mensagens e ideologias que têm cada vez mais segregado meninos e meninas, em vez de problematizar essa dicotomização. O que se observa é que a cultura das mídias voltada para as crianças vem reforçando as diferenças entre esses dois mundos de fantasia, atingindo faixas etárias cada vez menores: um deles pintado de cor-de-rosa, povoado de princesas, bonecas, acessórios e maquiagens e o outro, um universo masculinizado, com super-heróis, bola, chuteiras, carros e armas de brinquedo (ODININO, 2009). Nesse horizonte, a fim de assumir a problemática de gênero, torna-se necessário partir do princípio não essencialista das diferenças sexuais e adotar sua dimensão histórico-cultural, tal como definem os estudos alavancados pelo movimento feminista (SCOTT, 1995). Além das relações históricas, há as situações cotidianas que precisam ser percebidas e refletidas; estas, muitas vezes, surgem camufladas em atitudes e ações que acabam mais por legitimar e naturalizar as diferenças entre meninos e meninas, em vez de aproximá-los. Judith Butler (2003) ilumina aqui também essa discussão pelo reconhecimento dos *gêneros inteligíveis* como postulado das prerrogativas de sexo, gênero, desejo e prática sexual que determinam nossas “escolhas”, instrumentalizadas num sistema social orientado pelo que ela chama de *heteronormatividade*: “[...] as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (p. 37).

Assim, a experiência pessoal de gênero e das relações sociais envolvidas está ligada a questões de poder e relações políticas de diferentes níveis, desde um âmbito mais local relacionado à família, à comunidade e à escola, até um mais global, reforçado pelas mídias. Um aspecto importante diz respeito ao fato de as determinantes de gênero assumidas serem consequência das



inter-relações sociais vivenciadas no meio e nas socializações e acabarem sendo perpassadas por esses diferentes níveis. Na prática, vemos que inclusive as expectativas em relação a eles ou a elas muitas vezes acontecem de maneira distinta, dentro de um modelo ideal cristalizado no imaginário dos adultos e das crianças. Na prática, espera-se que as meninas sejam meigas, bonitas, carinhosas e delicadas, enquanto os meninos sejam arteiros, bagunceiros e engraçados. Há nessas práticas uma ditadura dos corpos femininos e masculinos desde a mais tenra idade.

Apesar do conjunto de referenciais que marcam os dois universos distintos, o dos meninos e o das meninas, a reflexão a ser desenvolvida com adultos e crianças não deve ser reduzida ao elencamento das características exteriores, pela constatação daquilo que é culturalmente “próprio deles” e/ou aquilo que é “próprio delas”, dada a dinamicidade do contexto cultural. É de suma importância escancarar a prática social, ou seja, as negociações conferidas nos cotidianos dos sujeitos que moldam os corpos e dão significados ao gênero, bem como as transgressões de gênero, vistas de forma positivada. As questões que se assentam sobre as determinantes culturais dos corpos femininos e masculinos adquirem uma dimensão fundamental para ser problematizada no contexto do movimento feminista junto aos adultos e crianças participantes, envolvendo profissionais da educação, a luta por creches e o movimento feminista.

Em termos de políticas públicas voltadas ao contexto educacional, iniciativas que visam promover reflexões em torno da problemática de gênero se têm restringido a algumas ações e políticas mais isoladas, como as encabeçadas e/ou apoiadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi),⁹ com o curso à distância Gênero e

⁹ Em articulação com os sistemas de ensino, a secretaria implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo,



Diversidade na Escola, oferecido em parceria com as instituições públicas de Ensino Superior na modalidade de formação continuada. A emergência dos estudos pós-coloniais e pós-estruturalistas, os quais trazem a tônica da diversidade, tem clamado pela necessidade de aprofundamento desses estudos a partir de uma abordagem interdisciplinar. O intuito é o de visar à transversalidade da temática, pelo desenvolvimento de medidas e políticas públicas mais sólidas, eficazes e abrangentes, consolidadas especialmente no âmbito educacional voltado à infância, prioritariamente creches e pré-escolas.

Diante desse quadro, as instâncias que se preocupam com a infância – sobretudo aquelas que se responsabilizam pela educação –, a fim de garantir uma coerência e uma postura crítica com o meio em que se inscrevem, deveriam conectar-se com essas realidades, atentas aos sujeitos, às determinantes e transgressões de gênero e ao combate às normatizações culturais. Se a escola pública se presta a ser um espaço para o exercício da democracia, ela de fato deveria cumprir esse papel, consolidando-se enquanto espaço de reflexão coletiva, dinâmica e permanente. De olho na formação contínua das/dos profissionais ligadas/os à educação, dado seu caráter político e histórico, caberia portanto à escola efetivamente proporcionar momentos de reflexão tanto sobre os jogos de poder quanto sobre a cultura na qual se encontram imersos, tensionando saberes estabelecidos. Para isso, torna-se imprescindível trazer para seu cotidiano questões sobre as diferenças entre os sujeitos, de forma que o educador ou educadora, juntamente com as crianças e famílias, compreendam o espaço

escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da Secadi é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. Ver: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em: 5 nov. 2013.



da escola como um importante *locus* de debate. Simultaneamente, esta se constituiria em espaço de incorporação do caráter de formação permanente de professores/as como “intelectuais críticos capazes de ratificar e praticar o discurso da liberdade e da democracia” (GIROUX; MCLAREN, 2008, p. 126).

Especificamente, o contexto da Educação Infantil¹⁰ tem se mostrado bastante ressignificado e problematizado quanto ao seu papel social. Fruto de importantes reivindicações políticas de movimentos sociais, como das mulheres, dos/as trabalhadores/as entre outros/as, inserido desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/1996) como parte da Educação Básica, tal instituição tem se consolidado como um terreno fértil para repensar inovadoras possibilidades, tomando a infância em sua pluralidade. Entretanto, o processo histórico de conservadorismo atribuído à escola tem como consequência a dificuldade de enxergar a criança desatrelada da aluna. Há uma forte tendência em incorporar o discurso em torno dos processos de escolarização, nos quais se tem destacado o modelo dos países desenvolvidos, para a Educação Infantil, a exemplo dos argumentos utilizados para defender a matrícula obrigatória aos quatro anos de idade, com a Lei nº 12.796/2013. Portanto, a discussão que perpassa as várias formas de pensar a infância historicamente nos leva necessariamente a refletir sobre o papel da escola e da aprendizagem que ela pode possibilitar e, ao mesmo tempo, como, “na escola, a infância pode ser negada em suas especificidades de desenvolvimento” (GRANDO; ALBUQUERQUE; TASSINARI, 2012, p. 7). Ao problematizar a questão da diversidade de gênero, de classe, étnico-racial e da inclusão social, necessariamente a escola aparece numa posição de

¹⁰ Nesses termos, acentua-se uma dicotomização entre a Educação Infantil, mais associada à primeira concepção, e o Ensino Fundamental, devido à ênfase nos conteúdos disseminados, estaria relacionado ao segundo tipo.



destaque, ainda que numa alusão à crítica à visão naturalizada da instituição como o lugar consagrado para a experiência da infância modernizante. Ser criança, entendida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) até os 12 anos de idade, é fase da vida quando já começam a exclusão, a desigualdade e o preconceito.

A sociedade adultocêntrica, classista, machista, racista, hierarquiza as diferenças, constrói a desigualdade e a escola que nasceu para a construção do indivíduo agora é sua cúmplice na construção do individualismo. Cabe ao/à docente comprometido com o conhecimento, portanto, fazer a crítica de sua formação que propaga esse tipo de escola e distribuir a centralidade do/a professor/a com a participação infantil sem antagonizar o lúdico e o acesso às ciências e às artes. Superar as práticas (muitas vezes invisíveis) de exclusão também no inteiro das classes sociais. E como diz Marilena Chauí, revelar a origem das desigualdades para poder extirpá-las. O convívio com as diferenças poderá dar o diferencial ao protagonismo infantil. Estamos falando, portanto, de uma 'Pedagogia do Lugar' como cunhou a arquiteta Bia Goulart: é na escola que a infância acontece. (FARIAS apud QUINTEIRO; CARVALHO, 2007, p. 7-8).

Ao mesmo tempo, a experiência marcada pelo contato permanente com a comunicação midiática tem insurgido de forma bastante negligenciada pelas instituições escolares, seja devido à falta de uma problematização quanto ao seu uso e papel social, seja por uma simples atitude de privação e negação de veiculação,¹¹ sobretudo das mídias de amplo alcance, nos espaços escolares decorrentes do destaque ao caráter mercadológico e da ênfase à cultura letrada. Entretanto, esse aspecto constituinte das

¹¹ Além disso, em decorrência, tal atitude tem revelado que a tendência tem sido ao reforço das culturas de pares, demarcadas pelos momentos livres como oportunidades de poderem vivenciar plenamente seus principais referentes midiáticos, dos quais "os adultos não participam", aumentando mais ainda o fosso entre adultos e crianças (ODININO, 2009).



culturas infantis encontra significativos espaços para ser vivenciado, principalmente relegado ao “tempo livre”, momento em que surge com toda a sua potencialidade. Nesse horizonte, assinala-se a necessidade de os adultos conhecerem e se apropriarem dos conteúdos tão determinantes das subjetividades infantis contemporâneas, conferindo seriedade a partir de problematizações que levem a revelar que tipos de visões de mundo, valores e modelos estão sendo disseminados nos conteúdos dos veículos midiáticos, sobretudo os de amplo alcance, como a televisão. Pesquisas revelam que o desenho animado¹² tem sido há muitos anos o carro-chefe das programações dirigidas às crianças, além de movimentarem toda uma indústria de bens de consumo, como brinquedos das personagens preferidas, artigos escolares, vestimentas, produtos alimentícios, entre outros. Nesse quadro, a televisão aparece como a principal mídia difusora de tais mensagens, em meio a outras multitelas que se somam como colaboradoras, endossando o mercado de consumo de bens e brinquedos relacionados aos temas das personagens. O estudo das narrativas, de sua linguagem peculiar, bem como as condições de consumo de meninos e meninas, de diferentes classes sociais e grupos étnicos na apropriação desses conteúdos, constituem um importante elemento a ser considerado na compreensão das culturas infantis.

Finalmente, a compreensão das culturas infantis micro e macro, no contexto da Educação Infantil, permite consolidar

¹² Tais conteúdos midiáticos têm sido apontados nas pesquisas como propagadores de visões de mundo estereotipadas, pelas quais têm sido primados modelos dominantes, como: predomínio da família burguesa nuclear; incentivo ao consumo, dada a cadeia de produtos movimentada por uma lógica que incita à coleção; polarização cada vez mais crescente entre os universos masculino e feminino, principalmente no tocante aos aspectos relacionados à agência versus passividade, respectivamente; enredos que demarcam o bem e o mal com base em ideais vigentes; trajetória e protagonismo dos personagens-heróis ligados à manutenção da ordem social.



práticas sociais e ações educativas que primem pela criança enquanto sujeito e agente social. Compreender o cenário de luta feminista aliada à ressignificação do papel da creche efetiva-se como um primeiro passo para o lançamento de propostas de intervenção na compreensão do lugar da criança, de meninos, de meninas, entre outras formas de subjetivação infantil. Quanto à escola, esta se constitui enquanto espaço privilegiado para o coletivo infantil e o encontro de adultos e crianças, sendo nesse sentido uma excelente oportunidade para sistematicamente lançar possibilidades de ação mobilizadas pela resistência, pela crítica e pela reflexão.

O “Crianças no Fazendo Gênero”, no contexto do movimento feminista, pode constituir-se como um laboratório para ensaiar e trocar experiências que promovam maior igualdade de gênero e a extinção de práticas sexistas, na convivência entre adultos e crianças. O projeto tem permitido lançar mão de discussões que acabam por envolver diferentes atores sociais entre adultos, crianças, famílias, bem como profissionais da educação, na tentativa de reconectar com mais força ao movimento feminista velhas e novas pautas ligadas à corresponsabilidade dos cuidados das crianças pequenas. No contexto dessas discussões, temos de um lado o papel da esfera pública, no papel do Estado, das políticas públicas e das iniciativas dos movimentos populares e, de outro, as famílias, em seus mais diferentes rearranjos sociais, sendo a criança um importante agente político, também convidado a repensar sua condição social.

► Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.



BANDEIRA, Lourdes Maria. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. Brasília: Cepal: SPM, 2005.

BATINDER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Tradução de Véra Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BRASIL. Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério*; Lei do Fundef. Brasília: Diário Oficial.

BUTLER, Judith. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. Nova York: Routledge, 1997.

_____. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

FINCO, Daniela; SILVA, Peterson; DRUMOND, Viviane. Repensando as relações na educação infantil a partir da ótica de gênero. In: *Culturas infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa*. Campinas, SP: Associados, 2011.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professores/as em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM, 2009.

GIROUX, H.; MCLAREN, P. Formação do professor como uma esfera contra-pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRANDO, B.; ALBUQUERQUE, M.; TASSINARI, A. (Org.). *Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização*. Florianópolis: EdUFSC, 2012.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.



MARCONDES, Mariana Mazzini. *A corresponsabilização do Estado pelo cuidado: uma análise sobre a política de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho*. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

_____; YANNOULAS, Silvia Cristina. Práticas sociais do cuidado e a responsabilidade do Estado. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 1-2, n. 13, p. 91-107, 2012.

ODININO, Juliane. *As super-heroínas em imagem e ação: gênero, animação e imaginação infantil no cenário da globalização das culturas*. 2009. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

QUINTEIRO, J.; CARVALHO, D. (Org.). *Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos das crianças na escola*. Araraquara/SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: Capes, 2007.

QVORTRUP, Jens. A volta do papel das crianças no contrato geracional. *Rev. Bras. Educ.*, v. 16, n. 47, p. 323-332, ago. 2011.

ROCHA, Eloisa. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. 1997. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 51, p. 73-79, 1984.

ROSSETTO, Edna. *Essa ciranda não é minha só minha, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST*. Campinas, Unicamp: Faculdade de Educação: Dissertação de mestrado, 2009

SALIH, Sara. *Judith Butler*. Londres: Routledge, 2002.

SARMENTO, Manuel. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: _____. CERISARA, ANA BEATRIZ. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e da educação*. Porto: Asa Editores, 2005.



SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface (Botucatu)*, v. 5, n. 8, p. 47-59, fev. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TONELI, Maria Juracy. Paternidade em contextos urbanos: entre o dever e o prazer. In: MINELLA, Luzinete, FUNCK, Susana. *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem apreender sobre moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.). *Gênero, corpo: conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 187-203.



SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E GÊNERO NO BRASIL



Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira

► Introdução

O processo complexo de produção de saberes e representações sobre a(s) infância(s) e as crianças deve-se, em grande parte, aos estudos sociológicos sobre a infância desenvolvidos nas duas últimas décadas do século XX em alguns países como Estados Unidos, Portugal, França e Inglaterra. Nesses debates, desenvolveu-se a abordagem da Sociologia da Infância (SI), que entende a infância como uma construção social permeada por um ordenamento social, cultural e jurídico, demarcado por categorias como socialização, gênero, classe, cultura e geração e que vê na criança uma protagonista social e não apenas um mero objeto de análise. O cenário para o desenvolvimento da SI pode ser explicado por diversos fatores associados à questão da infância ao final do século XX, como a crise social da infância (exclusão, pobreza, migração, guerra e violências que afetavam, e ainda afetam, o *status* social da infância e das crianças no mundo



contemporâneo), além de outros fatores, como a exposição midiática das crianças, os perfis de criança consumidora, as políticas demográficas, a institucionalização dos direitos das crianças e sua crescente participação na esfera pública, as mudanças políticas e econômicas no papel do Estado, que resultaram nas transformações dos padrões familiares do final do século XX, etc. Além desse cenário, a infância emergia como um novo campo de estudos, devido, em parte, à insatisfação dos/as sociólogos/as com os usos das teorias sociológicas sobre a socialização/geração, que tratavam as infâncias/crianças como objeto de estudo restrito ao âmbito da família e/ou da escola, ou seja, elas eram reduzidas a uma compreensão meramente etária, adultocêntrica e biológica, em parte pela necessidade de se considerar a nova condição social, política, econômica e cultural das infâncias/crianças num mundo em constante processo de globalização.

De acordo com a revisão de literatura que tenho efetuado sobre a SI nos estudos europeus, dois paradigmas caracterizam a proposta desse campo: 1) o reconhecimento da existência de culturas infantis, da aptidão cultural das crianças e da sua qualificação como atores/agentes sociais e 2) o entendimento da infância como construção sócio-histórica. Esses paradigmas correspondem, nas palavras de Manuel Sarmiento (2005), a uma nova gramática das culturas da infância. Por sua vez, Régine Sirota afirma que a infância emerge como um novo campo de estudo, cujo objetivo maior é romper a cegueira das Ciências Sociais e “acabar com o paradoxo da ausência das crianças na análise científica da dinâmica social com relação a seu ressurgimento nas práticas consumidoras e no imaginário social” (SIROTA, 2001, p. 11). Desses dois paradigmas, desdobram-se duas vertentes, a construtivista e a estruturalista. A primeira – desenvolvida nas décadas de 1980-1990 pelo sociólogo Chris Jenks na obra *The sociology of childhood: essential readings* e por Alisson James e Alan Prout na obra *Constructing and reconstructing childhood: contemporary*



issues inte sociological study of childhood – toca numa problemática central na Sociologia, a respeito da relação entre natureza e cultura, relação que foi, durante muito tempo, privilegiada em relação à natureza, fazendo a Sociologia observar a infância a partir de suas características biopsicológicas. O construtivismo lança o paradigma da criança como ator social e da infância como construção social, abandonando, pois, a infância como categoria natural/biológica e universal. Já a segunda vertente, desenvolvida a partir da pesquisa do sociólogo Jens Qvortrup, intitulada *A infância como fenômeno social: implicações para as futuras políticas sociais*, realizada entre 1987-1992 e em 16 países pelo Centro Europeu para a Investigação e a Política Social de Viena, trata a infância como um componente estrutural da sociedade e questiona qual a posição da infância na estrutura social da sociedade moderna. Para esta vertente, nove teses tentam definir esta posição, assim resumidas por Lourdes Gaitán (2006, p. 65-67):

1. A infância é uma forma particular e distinta da estrutura social de qualquer sociedade;
2. A infância é, sociologicamente falando, não uma fase transitória mas uma categoria social permanente;
3. A ideia da criança como tal é problemática dado que a infância é uma categoria de variável histórica e cultural;
4. A infância é uma parte integral da sociedade e sua divisão do trabalho;
5. As crianças são elas mesmas coconstrutoras da infância e da sociedade;
6. A infância está exposta às mesmas forças (sociais) que os adultos, ainda que de forma particular;
7. A dependência das crianças tem consequências em sua invisibilidade nas descrições históricas e sociais, assim como em seus direitos e recursos ao bem-estar;
8. Não os pais, mas a ideologia da família constitui barreira contra os interesses e o bem-estar das crianças;
9. A infância é uma categoria clássica minoritária, objeto de tendências marginalizadoras e paternalistas.

Esta vertente problematiza as pesquisas sobre as crianças ao mostrar que elas ainda estão direcionadas pela posição do



grupo majoritário, os adultos (sobretudo a posição dos pais), ou seja, apesar da crítica à adultização das pesquisas sociológicas sobre a infância, Qvortrup considera que é este, ainda, o ponto de partida mais comum nas pesquisas. Penso que o mesmo ocorre com as pesquisas de gênero e infância, que indagam primeiramente sobre o papel da mulher na estrutura familiar para depois pensar as relações de gênero que são construídas entre as crianças. Apesar de levar em conta as desigualdades de gênero, essas duas vertentes não tratam o gênero como uma categoria central nos estudos sobre a infância, entendendo-o apenas como uma variável de análise. Essas vertentes podem ser consideradas hegemônicas no debate da SI, mas existem outras abordagens que lançam novos enfoques, os quais permitiriam, em meu entender, ser reconhecidos como outra vertente teórica. É o caso do enfoque relacional discutido pela socióloga Berry Mayall na obra *Towards a sociology for childhood: thinking from children's lives* (2002) e por Leena Alanen em *Childhood matters* (1994). Nesse sentido, considero que a vertente discutida por Mayall e Alanen, aqui intitulada de “enfoque relacional”, pode ser considerada como uma terceira vertente bastante útil nos estudos sociológicos sobre a infância.

Mayall utiliza a expressão “sociologia relacional” aplicada aos estudos da infância para se referir às relações de dependência e subordinação geracionais. Acompanhando a longa trajetória dos estudos feministas, Mayall afirma que o gênero é uma categoria-chave para compreender as relações sociais entre mulheres e homens, assim como a geração é uma categoria-chave para compreender as relações entre adultos e crianças. Meu entendimento é que, apesar da importância do diálogo com a categoria geração, o gênero informa melhor sobre a condição social da infância, tanto nas relações de controle dos adultos sobre as crianças como entre elas, relações que exibem diferentes percepções de gênero e de poder. Assim como as mulheres são definidas



em oposição aos homens, são as crianças definidas em oposição aos adultos e, ainda mais, as meninas em relação aos meninos. Nesse sentido, esse enfoque entende ser necessário pensar a infância como categoria relacional a partir de três princípios apoiados na perspectiva feminista: 1) é importante desenvolver um pensamento sociológico fundamentalmente relacional, à semelhança do que o gênero fez sobre as relações entre os sexos e a geração fez sobre as relações entre crianças e adultos; 2) precisamos levar em conta as experiências das crianças e o modo como entendem suas vidas e suas relações sociais, manifestos em seus pontos de vista; e 3) o conhecimento baseado na experiência das crianças é um ingrediente fundamental em qualquer esforço para o reconhecimento dos direitos das mesmas. No diálogo que Mayall estabelece com Leena Alanen (2001), ganha destaque a epistemologia feminista nos estudos sociológicos da infância, graças à tradição das pesquisas feministas sobre o ponto de vista das mulheres, como fez Dorothy Smith (1988). Valendo-se dessa tradição, duas preocupações centrais são destacadas dos estudos feministas: 1) a necessidade de teorização dos pontos de vista das mulheres sobre a sua participação na sociedade e 2) a necessidade de desconstrução de conceitos e verdades estabelecidos historicamente pelos homens e apropriados pelas mulheres como “naturais” e/ou “normais” (um bom exemplo disso é o conceito de maternidade). De fato, os estudos feministas ensinam que as experiências são fundamentais na compreensão das diferenças de gênero e estas, por sua vez, explicam as assimetrias das experiências masculina e feminina na sociedade. Isso é bastante apropriado para os estudos sociológicos sobre a infância, uma vez que a experiência da criança também explica a sua infância e vice-versa. O ponto de vista das crianças remete ao reconhecimento de que elas produzem suas próprias culturas apoiadas nas e pelas relações de gênero e de poder. Desse modo, a estrutura de gerações permite colocar a criança como “sabedora” de



seu gênero. Isso fica especialmente visível nos estudos da vida cotidiana, pois as duas estruturas, gênero e geração, ajudam a visualizar as posições diferentes que adultos e crianças ocupam nos espaços privados, afinal, “a vida de mulheres e de crianças têm aspectos de gênero e aspectos de geração” (ALANEN, 2001, p. 83). Ela mostra, ainda, que as relações de gênero também são criadas pelas crianças, afinal:

As crianças também têm gêneros, é claro, mas a utilidade da noção de gênero está além disso. Pois gênero é essencialmente um conceito de relação mas infância também o é. Num sentido sociológico, crianças e adultos são nomes dados a duas categorias sociais que estão posicionadas entre si dentro de uma relação de gerações. Assim, aqui o aperfeiçoamento da lógica da relação de gênero, conforme está desenvolvida dentro dos Estudos Feministas, proporciona inspiração também para se repensar as crianças em termos deste relacionamento.

O grande mérito dessa vertente está na utilização do gênero para pensar a heterogeneidade relacional do conceito, ou seja, as crianças não formam um todo homogêneo ou um grupo assexuado. Gaitán lembra que os estudos feministas somente avançaram quando passaram dos estudos sobre a condição da mulher em relação à dominação masculina para os estudos sobre os processos relacionais por meio dos quais essa condição e essa dominação eram estabelecidas e modificadas (GAITÁN, 2006). Assim, a SI deve fazer a mesma denúncia que fizeram os estudos feministas sobre a condição das mulheres na Sociologia, no sentido de que a ordem do gênero não foi reconhecida ou problematizada por ela. Ocorre o mesmo com as crianças e a infância; daí a necessidade do enfoque relacional para evitar esse “esquecimento” através do sistema gênero-geração. Gaitán se refere a esse sistema da seguinte forma:



Existe por lo tanto un sistema de género por debajo de nuestras relaciones sociales cotidianas. La infancia es también un concepto relacional: existe solo en relación con la adultez. [...] Esto lleva a la sugerencia de que, en paralelo al sistema de género, funciona un sistema generacional, un orden particular que organiza las relaciones de los niños con el mundo, les atribuye posiciones desde las cuales actuar, así como una visión y un conocimiento acerca de ellos mismos y de sus relaciones sociales. [...] la relevancia de la sociología de la infancia no es sólo una manera de llenar los vacíos de conocimiento sobre los niños y sus modos de vida sino que se extiende también a los estudios y teorías de la vida adulta. (GAITÁN, 2006, p. 96).

A contribuição de Alanen para esse enfoque circunscreve-se ao paralelo que ela estabelece entre os estudos feministas e os estudos da infância e suas reflexões sobre o gênero-geração. O artigo de Alanen “Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas” (1999) foi publicado no Brasil na obra *Crianças e jovens na construção da cultura*, organizada por Lúcia Rabello Castro, em 2001, de onde parto para esta análise. Ao equiparar os conceitos, Mayall considera que gênero e geração ajudam a entender os processos pelos quais as posições sociais dos grupos (crianças e adultos) são constituídas, reproduzidas e transformadas. A análise do sistema gênero-geração na infância revela muitos pontos em comum com os estudos sobre a condição feminina, por exemplo, a relação de subordinação das crianças ao patriarcalismo, às relações de poder, suas dificuldades no reconhecimento de seus direitos e no respeito aos seus pontos de vista, além de contribuir para temas em comum, como as crianças e a divisão do trabalho em vários âmbitos (escola, casa, sociedade).

Para Alanen, o que o conceito de geração representa para o estudo sociológico da infância, o de gênero representa para o feminismo. Por que não juntar os dois e reescrever a trajetória histórica desses conceitos? Considerar as categorias gênero e



geração é perceber a existência de uma relação dialética entre elas, ou seja, uma geração hegemônica também possui um gênero hegemônico. Não basta reconhecer que o gênero faz parte do mundo infantil: é necessário perceber como o gênero acontece entre as crianças, reconhecer que meninas e meninos são capazes de estabelecer relações estruturais e simbólicas que resultam, por sua vez, em práticas sociais diferenciadas e mediadas pelo gênero. Mais do que aliar o gênero à geração, esse sistema mostra a importância de se analisar sociologicamente a infância em três instâncias: a) como uma estrutura social na qual se materializam as relações de poder; b) como possibilidade de reestruturar as relações entre as gerações, já que as relações intrageracionais não são naturais ou fixas; e c) como auxílio no desvelamento dos significados e símbolos e na semântica entre as gerações.

Após essas reflexões iniciais, proponho-me a apresentar o estado da arte das pesquisas sobre gênero e infância nos estudos sociológicos no Brasil em três recortes pontuais, que vão desde os estudos iniciais da Sociologia na década de 1920 a 1944, os estudos das décadas de 1960 a 1990 e os estudos mais contemporâneos, que compreendem os anos de 1995 a 2009. O objetivo desse recorte é propor duas reflexões: observar se as discussões de gênero estão presentes no campo sociológico da infância nesses recortes temporais e se os estudos contemporâneos dialogam, ou não, com as contribuições mais recentes da SI, especificamente o enfoque relacional aqui explicitado.

A revisão da literatura sociológica sobre a infância no Brasil, que venho empreendendo nos últimos anos, aponta três situações problemáticas que respondem, de certa forma, às perguntas apresentadas: 1) as infâncias/crianças são, via de regra, pouco abordadas pela Sociologia, que parece privilegiar em seus estudos um tipo de infância, a infância pobre, e um tipo de criança, a crianças de rua e/ou em situação de vulnerabilidade social; 2) as meninas também são pouco pesquisadas, pois os estudos



tendem a destacar os meninos; e 3) a ausência de análises sobre as relações de gênero na infância, mesmo nos estudos sobre a socialização e/ou as relações geracionais. Neste artigo, apresento a trajetória histórica e conceitual do gênero e infância nos estudos sociológicos no Brasil num recorte histórico dividido em três fases: de 1920 a 1944, de 1960 a 1990 e de 1995 a 2009, a fim de perceber a presença, ou não, das meninas nos estudos sociológicos e os enfoques de gênero nas discussões sobre as infâncias no Brasil.

► **Trajетória histórica e conceitual do gênero e da infância nos estudos sociológicos no Brasil**

Quero começar a reflexão com uma citação de um texto antigo, diria até clássico, dos estudos feministas no Brasil, o artigo “Epistemologia feminista, gênero e história”, de Margareth Rago, quando esta lembra que o sucesso da categoria gênero nos estudos feministas se deve ao fato de ele ter dado “uma resposta interessante ao impasse teórico quando se questionava a lógica da identidade [...] a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais negando radicalmente o determinismo natural e biológico” (RAGO, 1998, p. 36).

Se o uso do gênero contempla análises que colaboram para desvendar as estruturas de poder que engendram as hierarquias e a organização social da diferença sexual; se esse conceito permite alargar o campo da identidade para além do determinismo natural e biológico a favor de uma lógica relacional, então, há muito o que se pensar e dialogar no campo da infância e das relações de gênero. Por isso, inicio com uma breve trajetória dos estudos sociológicos sobre a infância no Brasil, para pensar sobre os hiatos e as interfaces do gênero e da infância nos estudos sociológicos. Certamente esta trajetória não pretende ser exaustiva,



mas tão somente destacar alguns períodos de grande oscilação e hiatos, que divido em três fases.

A “infância pré-sociológica” (1920-1944)

Corresponde aos estudos sócio-históricos produzidos entre a década de 1920 e 1944. Com a urbanização da sociedade brasileira e a decadência do patriarcado rural, novas relações sociais, políticas e econômicas atingem diretamente a família cidadina e, conseqüentemente, a infância. A preocupação com o destino social das crianças, sejam elas ricas ou pobres, negras ou brancas, meninos ou meninas, passou a fazer parte do projeto político de constituição do Estado brasileiro e de uma ideia de nação, assentada nos valores higienistas que tão bem definiram os comportamentos representativos da classe burguesa em ascensão, como os novos hábitos em relação à moda, ao falar, à estrutura arquitetônica dos sobrados, aos códigos da educação e do casamento, que definiam as condutas ditas civilizadas. Diante disso, a infância passou a ser intensamente regulada pelos saberes científicos em ascensão, tanto o jurídico como o médico, a ponto de ser correto afirmar que o mesmo acontecia com a infância das meninas, alvo de maior regulação e privatização, a cargo das famílias, sobretudo das mulheres. Ora, se a segunda metade do século XIX marcou a higienização da infância pobre, a primeira metade do século XX institucionalizou e deu continuidade a essa prática a partir das ideias de proteção, assistência e educação para o trabalho. Assim, a República herda do Império a visão repressiva e intervencionista presente nos modelos das instituições asilares, como, por exemplo, a Escola Alfredo Pinto, destinada às meninas infratoras,¹ a cargo das Irmãs do Bom Pastor

¹ Rizzini assevera que, a partir da década de 1920, uma das práticas mais comuns em relação às meninas pobres era encaminhá-las para as casas de família.



(RIZZINI; PILOTTI, 2009). De acordo com o levantamento organizado por Irene Rizzini a respeito dos olhares sobre a criança no Brasil nos séculos XIX e XX, os principais temas abordados pela literatura especializada sobre infância e adolescência no final do século XIX e início do XX, nela incluindo a Sociologia, estavam ligados à assistência social à infância, com 124 trabalhos, e à higiene, com 80 trabalhos² (RIZZINI, 1997). Esses temas revelavam alguns indícios das preocupações sociológicas sobre a infância relacionadas com a medicalização e higienização da infância nos anos iniciais da República, fase na qual se elegeram a criança e a infância pobre como alvos preferenciais das análises.

Dois paradigmas, conflitantes e ambíguos, emergiam desse novo modelo institucional: o paradigma da repressão à infância perigosa, por meio dos internatos e entidades de assistência social, e o da proteção, por meio do cuidado e amparo à infância em perigo, alvo de constantes práticas discursivas e reguladoras sustentadas por uma ampla gama de saberes médicos, filantrópicos, jurídicos, etc.³ O resultado dessa regulação foi a institucionalização de um modelo autoritário de assistência social e política à infância a partir da década de 1930, principalmente durante a implantação do Estado Novo, na Era Vargas (1930-1945). Ora, é nessa fase que a Sociologia se consolida como ciência social

Esse sistema era chamado de “soldada”, no qual “a família se responsabilizava em vestir, alimentar e educar a criança em troca de seu trabalho, depositando uma pequena soma em uma caderneta de poupança em seu nome”. Aparentemente valorizadas, a família era responsável pela vigilância e educação moral das crianças, porém nem sempre era isso o que acontecia, pois “se por um lado, as meninas preferiam ir para as casas, porque queriam sair do asilo, as fugas eram muito comuns, devido aos maus-tratos, à exploração do seu trabalho e ao abuso sexual” (RIZZINI, 1994, p. 384).

² Nas décadas posteriores, esses temas mantêm-se dominantes, sendo acrescentados de outros, como o estudo das instituições para menores, educação, família, trabalho infantil e os/as meninos/as de rua.

³ Diversas pesquisas já enfatizaram o impacto desses discursos no campo da infância, como Del Priore (1999), Martins (1991) e Costa (1999).



no País, graças à introdução da disciplina nas escolas normais e nos cursos de Magistério, com as Reformas Rocha Vaz (1925), Fernando de Azevedo (1927, 1933) e Francisco Campos (1931).⁴ Os estudos sociológicos e jurídicos voltavam-se para a chamada “questão do menor”, com temas como trabalho infantil, mortalidade infantil e delinquência infantojuvenil, e a inserção do tema da criança pobre no quadro de vitimização social e política, na agenda social e política do Estado e como objeto científico por parte de algumas ciências, como o Direito, a Medicina, a Higiene, a Puericultura e a Pediatria. O tema do menor representava, pois, uma grande preocupação por parte de vários setores da sociedade e do Estado desde o final do Império e início da República, como podemos perceber pela realização da Exposição Pedagógica⁵ no Rio de Janeiro, em 1883 e pela criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipai-RJ) por Arthur Moncorvo Filho. A racionalização moral da infância fazia parte do projeto civilizador e higienista da jovem República brasileira e por ele se pautaram as entidades de atendimento à infância e as diversas legislações criadas na primeira metade do século XX, que representavam, de certa forma, um avanço em relação às práticas consideradas atrasadas e conservadoras dos recolhimentos, rodas e asilos do século XIX, tanto é que surgiram, nas duas primeiras décadas da República, os reformatórios e as escolas premonitórias e

⁴ Em 1933 e 1934, foram criados os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal; em 1935, foi criada a Sociedade de Sociologia de São Paulo (SSP), futura Sociedade Brasileira de Sociologia, a atual SBS.

⁵ De acordo com Kuhlmann, o tema principal dessa exposição foi a Educação da Infância Desamparada, evento que contou com a presença e o apoio financeiro do Imperador D. Pedro II. Os principais temas discutidos foram a criação de instituições para a infância desamparada, o repasse de verbas para a instrução da infância e a criação de asilos industriais, as escolas correcionais e as associações agrícolas, para a “regeneração e educação de meninos criminosos e vagabundos no Brasil” (KUHLMANN, 2001, p. 102).



correcionais no lugar dos asilos, indicando um nova “concepção de assistência destinada, agora, a prevenir as desordens e recuperar os desviantes” e não apenas recolhê-los das ruas (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p. 227). Agora, era preciso tratá-los.⁶

É nesse contexto que surgem as primeiras discussões sociológicas por ocasião do III Congresso Americano da Criança, juntamente com o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro em 1922. Participaram deste congresso mais de 2.600 membros dos então 21 estados brasileiros e vários delegados oficiais de 17 países da América do Sul, Estados Unidos e Itália, nas áreas da Higiene e Pediatria, saberes que foram responsáveis pela criação de vários discursos normatizadores sobre a infância. Os comitês organizaram-se em torno de sete seções de trabalho: Direito, Legislação Industrial, Higiene, Educação, Psicologia e Antropometria, Assistência à Mãe e à Criança e, por fim, a seção de Sociologia, que se subdividiu em cinco seções específicas: Sociologia e Legislação, Assistência, Pedagogia, Medicina Infantil e Pediatria, e Higiene. Todos os trabalhos nessa seção de Sociologia foram elaborados por pesquisadores homens, com exceção do trabalho “O atual regime social soluciona o problema da proteção à infância?”, de autoria da feminista e simpatizante da causa comunista e anarquista Maria Lacerda de Moura. Nesse trabalho, Maria Lacerda tecia críticas ao sistema social capitalista como incapaz de proteger a infância, levantando 12 pontos que discutiam temas ligados à educação das mulheres, à abolição do álcool e do jogo, à educação racional das crianças, à proibição do trabalho de menores nas fábricas, à proibição de prisão, chibata, trabalho forçado e tribunal para

⁶ A década de 1940 foi marcada pelo forte intervencionismo estatal como a principal política pública para a infância. Criou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), órgão do Ministério da Justiça do governo Getúlio Vargas (1937-1945), de cunho assistencialista e correcional, e o Departamento Nacional da Criança (DNCr), criado pelo Decreto-Lei nº 2.024/1940.



as crianças, entre outros (KUHLMANN, 2001). Os temas da seção de Sociologia e Legislação estavam intimamente ligados aos saberes jurídicos, culturais e institucionais, que tinham em comum a ênfase de “salvar a criança” dos males sociais do início da República. Um exemplo disso é a obra de Franco Vaz, *A infância abandonada* (1905), na qual enfatizava a educação para o trabalho como tábua de salvação para a recuperação e moralização das crianças. Nesse aspecto, podemos observar uma dupla desqualificação em relação às meninas, conforme Wasdorth (1999, p. 119):

[...] as escolas reformatórias para o sexo masculino tenham como um de seus objetivos o ensino de atividades profissionais ‘de fácil colocação’, pressupondo uma desqualificação dos internados. Quanto às escolas para o sexo feminino, um de seus objetivos seria o ensino de ‘ofícios em que a mulher possa encontrar meios fáceis para a sua subsistência’, tais como serviços domésticos ou datilografia. Temos, aqui, uma dupla desqualificação.

Da mesma forma, Luzinete Simões Minella (2006, p. 324) mostra as atribuições para meninos e meninas na literatura histórico-social de fins do século XIX e início do século XX:

[...] às meninas pobres, os afazeres domésticos, ou em menor escala, o trabalho nas fábricas, e/ou, ainda, a segregação; às meninas da elite, a educação doméstica refinada e o incentivo à música e à leitura; aos meninos pobres, o desempenho dos ofícios e/ou a segregação; aos meninos da elite, a educação formal e as ‘habilidades superiores’.

Ou seja, essa campanha de moralização da infância foi a tônica desse congresso, mas tudo leva a crer que o ponto de partida dos estudos sociológicos sobre a infância, as crianças e as meninas dá-se a partir das décadas de 1930 e 1940, com as obras de Gilberto Freyre, em especial *Casa-Grande e*



senzala (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936), obras responsáveis pelo início de um pensamento sociológico mais aprofundado sobre as infâncias e as crianças na Colônia e no Império, sem necessariamente “abraçar” a causa da moralização e da racionalização da infância e do sexo feminino. As análises de Freyre sobre as infâncias e as crianças, como, por exemplo, seus discursos sobre a criança-santa, a criança-sádica, a menina “saliente” (ou respondona) e a menina-moça “educada e medicalizada” da elite emergente, permitem perceber constantes polarizações, hierarquias e desigualdades de gênero em seu repertório sociológico sobre as meninas, como ele próprio afirma: “mais cedo nos libertamos do preconceito de raça do que de sexo, uma vez que as diferenças sociais de sexo andaram às vezes em conflito com as diferenças sociais de raça, eliminadas pela ascensão do bacharel e do mulato” (FREYRE, 2002, p. 836-837). Outro texto que marca a história sociológica da infância no Brasil é o artigo de Florestan Fernandes, “As trocinhas do Bom Retiro” (1944), no âmbito de seus estudos sobre o folclore paulistano. Apesar de não ser seu tema central, Fernandes analisa as diferenças sexuais nas culturas infantis e descreve, minuciosamente, como elas funcionam a partir daquilo que meninos e meninas entendiam e representavam como papéis masculinos e femininos.

Todavia, foram análises muito pontuais e, apesar de incorporarem, a seu modo, as reflexões sobre as meninas e as “relações sociais de sexo” (como dizia Freyre), não chegaram a consolidar um campo sociológico específico de estudos da infância e das meninas, razão pela qual considero essa trajetória inicial como de uma “infância pré-sociológica”.⁷

⁷ Para saber mais sobre as reflexões de gênero nas obras de Freyre e Fernandes, ver Oliveira (2011).



A infância sociológica sem o gênero: dos menores aos meninos e meninas de rua (1960-1990)⁸

A infância “entra” definitivamente na Sociologia a partir dos estudos das décadas de 1960 e 1970, no contexto das análises políticas e da crítica ao Estado, ao trabalho infantil, ao menor institucionalizado e às necessidades de ajuste e controle das classes populares, como o caso da infância operária. Exemplos dessa “sociologização” da infância pobre foram as pesquisas sobre os meninos e meninas de rua ao final da década de 1970 e durante a década de 1980,⁹ quando houve um significativo avanço “em direção à elaboração de diagnósticos referentes à condição social da criança, reunindo, deste modo, os interesses do Estado aos dos assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, antropólogos e sociólogos” (QUINTEIRO, 2003, p. 5). Houve um crescimento significativo de pesquisas sociológicas sobre a infância pobre, principalmente pelas crescentes denúncias dos maus-tratos sofridos pelos internos das Federações para o Bem-Estar do Menor (Febems) e pela instalação, em 1975, da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹⁰ do Menor. Foi na década de 1970 que se definiu a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, com seu caráter autoritário e tecnicista, a partir da criação de diversas fundações estaduais destinadas a manter a “unidade do sistema”, isto

⁸ Não foram encontrados trabalhos sociológicos na década de 1950.

⁹ Nesta década, a leitura estava clivada pelo viés crítico do marxismo, que concentrava suas análises em um tipo de criança – pobre, marginalizada e desprovida de direitos elementares.

¹⁰ Uma das principais críticas feitas a esta CPI foi a influência dos prefeitos na obtenção de verbas para seus municípios. De qualquer forma, os dados mostram que os menores abandonados ou carentes eram uma realidade para 87,17% dos municípios, o que representava 1.909.570 abandonados e 13.542.508 carentes, sendo a pobreza a causa direta de 90,28% dos abandonados (ALVIM; VALLADARES, 1988). Segundo dados do censo de 1970, numa população de 90.139.000 habitantes, 52,9% eram menores de 19 anos (RIZZINI; PILOTTI, 2009).



é, a unidade de um conjunto de medidas repressivas de cunho político, jurídico e policial, mantida através de convênios firmados entre os setores estatal e privado. A condição principal para essa unidade foi a reformulação do Código de Menores de 1927 em 1979, Ano Internacional da Criança, definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A reformulação do código inaugurou a Doutrina da Situação Irregular do Menor, que serviu de base para as políticas sociais e jurídicas das décadas seguintes, até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (RIZZINI; PILOTTI, 2009). A revisão de literatura sobre o tema, feita por Maria Rosilene B. Alvim e Lúcia do P. Valladares nos artigos “A infância pobre no Brasil: uma análise da literatura, ação e das estatísticas” (1988) e “A infância violada: um recorte atual” (1989), mostra que razões não faltavam para se estudar a dramática situação dos menores empobrecidos, que chegava perto de 36 milhões em 1987. Destes, 7 milhões estavam na condição de “abandonados, delinquentes ou infratores” (MARTINS, 1991, p. 156). Alvim e Valladares tratam do estado da arte das pesquisas sobre infância em diversas áreas do conhecimento durante as décadas de 1960 a 1980 nas regiões de maior concentração brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, obtendo 71 títulos pesquisados num universo de 212, o que corresponderia, na época, a 61,4% da produção nacional. A Sociologia e a Antropologia lideravam as pesquisas sobre a infância do menor, conforme podemos observar na tabela 1.

**Tabela 1** – Pesquisas sobre a infância nas décadas de 1960 a 1980 no Brasil

Temas	Total geral (1960-1980)	Total Soc. e Antrop.
A infância do menor (trabalho, legislação, institucionalização, política social)	99	40
Situação social da infância (problemas sociais, educação, família)	72	21
Criança/infância pobre	32	7
Meninos de rua	9	3
Total	212	71

Fonte: elaborada a partir de Alvim e Valladares (1988, p. 14-15).

Ethel V. Kosminsky (2005, p. 3, grifo nosso) também traz os principais interesses temáticos das Ciências Sociais na década de 1970, da seguinte forma:

As primeiras pesquisas sociológicas no campo da infância e da juventude surgiram na década de 1970 e tratavam de temas tais como o trabalho infantojuvenil, crianças institucionalizadas, crianças e jovens vivendo na rua, o papel da criança na família e o seu relacionamento com a escola, violência contra crianças e jovens, pornografia infantil, e delinquência juvenil. [...] Essas pesquisas contribuíram, sem dúvida, para o esclarecimento das condições de vida e dos problemas sociais enfrentados pelas crianças do país. *No entanto, delas não constam reflexões teóricas específicas sobre a categoria infância e juventude, e nem sobre a metodologia adequada à pesquisa com esses grupos.*

Além das ausências apontadas, acrescento a ausência das discussões de gênero e das meninas e isso me leva a pensar em duas hipóteses: ou as meninas estariam completamente ausentes da rua, o que é bastante questionável, isto é, a situação de vulnerabilidade social poderia vitimar mais os meninos do que



as meninas, ou elas estariam presentes em menor número e, portanto, não foram problematizadas ou sequer visibilizadas pelos/as sociólogos/as.¹¹ O mesmo continua a ocorrer na década de 1980, embora nesta década a Sociologia tenha avançado no leque dos temas relacionados à infância pobre de meninos e meninas de rua, até porque a situação social do menor abandonado tomava proporções gigantescas, com cerca de meio milhão de crianças e adolescentes abandonados entre dez e 19 anos, segundo os dados da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) de 1984. Essa estimativa é aproximada, devido à dificuldade no registro da Pnad nesse mesmo ano, a qual não incluiu as meninas pelo argumento, bastante contraditório, de que elas apresentavam menor probabilidade de se tornarem crianças de rua pelo fato de muitas já estarem casadas e com filhos (MARTINS, 1991). Isso demonstra a precocidade da gravidez de meninas como um dos problemas sociais mais antigos que atingem as meninas e que não foram problematizados por essa literatura.

Apesar dessa situação, a década de 1980 possui marcos importantes na consolidação da democracia no Brasil, quando o debate sobre a cidadania e os movimentos sociais se fortalece na sociedade, com expressiva contribuição da Sociologia.¹² Em

¹¹ No período de 1924 a 1936, foram encontrados 3.094 delinquentes, sendo 277 do sexo feminino. Da mesma forma, os dados trazidos por Gnaccarini para a década de 1980 mostram o trabalho das meninas no campo como boias-frias: “entre 50 pessoas, 20 são crianças e, entre elas, 10 são de sexo feminino, com idade variável entre 10 e 15 anos” (MARTINS, 1991, p. 109). Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1985, particularmente interessados na questão do menor abandonado, também revelaram uma população feminina maior do que a masculina vivendo longe de suas mães (51,1% feminino para 48,5% masculino numa população de 671.256 crianças e adolescentes) (MARTINS, 1991).

¹² Existiam nessa época cerca de 1.010 organizações não governamentais (ONGs) que lutavam pelos direitos da cidadania no País, promovendo o início da articulação da sociedade civil com o Estado e a iniciativa privada, dando origem ao chamado Terceiro Setor. Um dos grandes nomes dessa década, o sociólogo Betinho, foi uma importante referência na mobilização da sociedade civil



relação às conquistas democráticas na área da infância, assiste-se à consolidação dos direitos das crianças, com a criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) em São Bernardo do Campo, em 1985;¹³ a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, que substituiu a Doutrina Jurídica do Menor em Situação Irregular (1927, 1979) pela Doutrina da Proteção Integral, que embasou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, paralela à realização de diversas discussões internacionais sobre os direitos da criança, como nas Regras de Beijing (1985), nas Diretrizes de Riad (1988) e, por fim, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989, ratificada pelo Brasil em 1990.

Embora tenha havido avanços jurídicos e políticos, não houve avanço em direção ao gênero, apesar de toda a força do movimento feminista e dos debates teóricos produzidos a partir das décadas de 1970-1980 com o movimento de segunda onda no Brasil.¹⁴ A exceção foi a pesquisa da socióloga Zahidé Machado Neto sobre “As meninas: o trabalho da criança e do adolescen-

e na organização dos movimentos sociais pelo fortalecimento da democracia, principalmente pela sua campanha contra a miséria e a fome e pela organização do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Isabe).

¹³ O MNMMR organizou três grandes encontros nacionais, em 1986, 1989 e 1993, em Brasília, e fortaleceu-se como movimento social em prol dos direitos de meninos e meninas de rua. A atuação do MNMMR foi fundamental para a organização de políticas sociais no atendimento ao menor nessa década (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

¹⁴ O movimento de segunda onda é tributário das “lutas do feminismo e do movimento de mulheres” nas décadas de 1960 e 1970. Sua característica principal foi ampliar a “questão das mulheres” para os domínios do privado, como “as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres” (PEDRO, 2005, p. 3). Nessa época, as obras *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, *Mística feminina* (1963), de Betty Friedan, e *Sexual politics* (1969), de Kate Millett, fundamentavam a construção da categoria “mulheres” sob a perspectiva da dominação cultural dos homens.



te na família proletária”.¹⁵ Assim, a infância, enquanto construto sociológico, foi se constituindo sem o gênero e sem as meninas. A emergência da fala das crianças, das meninas e do gênero inicia-se apenas na década de 1990. Em relação às meninas, o Colóquio sobre Meninas e Adolescentes em Circunstâncias Especialmente Díficeis/Unicef, realizado em Brasília, em 1991, apontou para a especificidade da condição social da menina pobre ao criticar a indiferenciação sexual na infância e ao apontar a necessidade de uma “reflexão apropriada para a criança e a adolescente do sexo feminino”. Também não poupou críticas ao movimento feminista, que não dava a devida atenção “às questões da menina e da adolescente, senão talvez relativamente às questões reprodutivas e de saúde de uma forma geral, assim como os sindicatos não se preocupam com o trabalho infantil...” O resultado desse colóquio foi priorizar as pesquisas sobre as meninas e as adolescentes por meio de duas justificativas: 1) elas sofrem uma tripla discriminação – de gênero (sexo), geração (idade) e classe (pobreza) e 2) em comparação com os meninos, não se sabe quase nada sobre as meninas (RIZZINI, 1994, p. 21).

Em seu balanço sobre *A menina e a adolescente no Brasil: uma análise da bibliografia* (1994), Irma Rizzini efetua um trabalho pioneiro ao realizar o primeiro levantamento sobre as meninas e ao incorporar as discussões de gênero na infância. Em pesquisas anteriores, a autora identificou cerca de seiscentos trabalhos sobre a infância pobre na década de 1970 a 1988, sem que neles se problematizasse a situação social das meninas ou sequer as

¹⁵ As pesquisas de Zahidé colaboraram não apenas na visibilidade da situação da menina de rua, mas sobretudo na problematização do trabalho doméstico como categoria informal e naturalizada no universo feminino. Ela mostrou, no contexto de sua pesquisa com 55 meninas entre quatro e 14 anos de idade num bairro pobre de Salvador, em 1980, como os adultos e irmãos mais velhos exerciam um rigoroso controle sobre o dinheiro arrecadado pelas crianças menores e as meninas na renda familiar, numa típica relação de geração e de gênero que marcava o trabalho infantil.



relações de gênero. Essa ausência apenas reforça alguns estereótipos sexistas que mantêm as meninas em duas situações que eu classificaria como contraditórias: 1) sua invisibilidade social, já que ficam restritas ao âmbito doméstico, “longe” dos olhos dos/as pesquisadores/as, e 2) sua visibilidade socialmente estigmatizada pelos problemas sociais, como a gravidez precoce, o abuso sexual e a prostituição. Ou seja, as pesquisas sobre as meninas eram justificadas pelo fato de tratarem de problemas sociais tidos como graves porque afetavam a ordem social em nome da moralidade pública, o que implica dizer que as meninas eram estudadas mais como alvos de um discurso moralizador e sexista do que efetivamente como sujeitos sociais generificados. As primeiras pesquisas sobre as meninas referiam-se a dois grupos de crianças, as que moravam nas ruas e as que passavam o dia nas ruas, incluindo as meninas de e na rua (RIZZINI, 1997). Nesse balanço efetuado por Rizzini,¹⁶ observo que as pesquisas limitavam-se ao tema da pobreza e do trabalho executado pelas mulheres e pelas meninas, “aquelas que suportam a maior carga da pobreza”. Em outra obra, a autora selecionou a menina e a adolescente em situação de pobreza em um universo de oitenta trabalhos pesquisados entre 1979 e 1993 (incluindo as meninas em situação de risco/exploração, nas ruas, lares ou instituições e aquelas abandonadas e/ou delinquentes) e percebeu que as meninas foram classificadas pelos autores de uma forma muito variada, como menor-mulher, menina em circunstância especialmente difícil, menina em situação de risco e menina vitimizada;

¹⁶ Em outro levantamento relativo à bibliografia sobre a história da criança no Brasil, Irma Rizzini e Maria Teresa da Fonseca apontam o crescimento do tema da infância na área da História, com pesquisas que somavam cerca de 160 trabalhos (contra 32 da década de 1980), entre teses, dissertações e artigos sobre “discursos, saberes, legislação e práticas assistenciais/educacionais dirigidos à criança no passado” (RIZZINI; FONSECA, 2001, p. 7).



meninas de e na rua, prostituição infantil, situação da menina, gravidez/maternidade, abuso sexual, meninas internadas, trabalho infantil. A concepção de gênero que Rizzini destaca é a de Vicioso, que considera como gênero “as variáveis socialmente construídas a partir da diferença sexual com as quais se estruturou um sistema de pensamento (em seus aspectos biológico, histórico e cultural)” (RIZZINI, 1994, p. 15).

Assim, é possível inferir que a Sociologia permaneceu interessada apenas na infância de crianças pobres e avançou pouco na consolidação de referenciais teóricos sobre as demais infâncias e crianças, e menos ainda sobre as meninas. A partir da década de 1990,¹⁷ a “década da criança”, essa situação foi alterada, com o surgimento de novas pesquisas sobre o tráfico e a gravidez de meninas, abuso sexual, prostituição infantil e meninas internadas, embora ainda não houvesse uma preocupação teórica com as relações de gênero no tratamento desses temas. Ao contrário, muitas vezes a discussão encaminhava-se mais para o fortalecimento dos estereótipos, hierarquias e desigualdades de gênero do que para a sua problematização. Assim, a lenta inserção do gênero ocorre a partir de meados da década de 1990, com a emergência de pesquisas sobre a fala das crianças e das meninas, com alguns estudos sobre as relações de gênero nos quais este aparece com mais frequência na discussão sobre o trabalho doméstico, violência sexual, gravidez, maternidade e prostituição.

¹⁷ A década de 1990 foi particularmente trágica na história da não cidadania das crianças e adolescentes brasileiros com o triste episódio da Chacina da Candelária, ocorrida no dia 23 de julho de 1993, no centro da cidade do Rio de Janeiro, que vitimou oito meninos de rua por policiais militares, causando uma grande comoção nacional, mas também foi a década que iniciou o movimento pela cidadania infantojuvenil, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no dia 13 de julho de 1990, pela Lei nº 8.069.



A infância sociológica das meninas (1995 a 2009)

Para conhecer o estado da arte das pesquisas sociológicas sobre gênero e infância, tomo como ponto de partida o período compreendido entre 1995 e 2009 e analiso a produção de teses, dissertações e as pesquisas apresentadas em dois dos principais congressos na área das Ciências Sociais no Brasil, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Em relação à produção das teses e dissertações, o levantamento no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi feito em dois momentos: em primeiro lugar, usei o descritor “sociologia da infância” e encontrei 19 trabalhos, porém não foram incorporados em meu universo analítico por não serem pesquisas sociológicas, mas de outras áreas (Antropologia, Educação e Psicologia), o que responde à segunda reflexão deste artigo, sobre a consolidação desse campo no Brasil, a partir das discussões da Educação e Antropologia, e não propriamente da Sociologia.¹⁸

Em segundo lugar, usei os descritores “infância” e “meninas” para encontrar as pesquisas sociológicas, o que resultou num total de 58 pesquisas, sendo 45 dissertações e 13 teses. Desse universo, apenas dez dissertações e duas teses apresentam uma discussão sobre as meninas e/ou as relações de gênero na infância, o que representa cerca de 21% dessa produção. Nas dissertações,

¹⁸ Os 19 trabalhos encontrados situam-se nos referenciais construtivistas e estruturalistas da SI no que diz respeito à utilização dos paradigmas da criança como ator social, da infância como construção social e como grupo minoritário. O ano de 2002 registra uma produção importante na área da Educação, com a publicação do Caderno Cedes (Centro de Estudos Educação e Sociedade) especial sobre as meninas. A obra traz artigos que traçam o universo do trabalho infantil das meninas tanto na zona rural como urbana, as crianças guarani, as brincadeiras das meninas camponesas na escola e na rua e as memórias da infância de três educadoras (Caderno Cedes, v. 22, n. 56, 2002).



prevalecem temas sobre trabalho infantil, educação, raça, sexualidade/violência e brincadeiras infantis, enquanto nas teses o tema principal é raça e trabalho infantil. Em relação aos congressos, a produção não chega a 2%. A SBS lidera o debate na área do gênero e infância, com seis pesquisas, enquanto na Anpocs foram apenas duas. As interfaces entre gênero e geração na infância aparecem apenas nos trabalhos discutidos na SBS, predominando as discussões entre raça e violência sexual, conforme aponto nos gráficos 1 a 4.

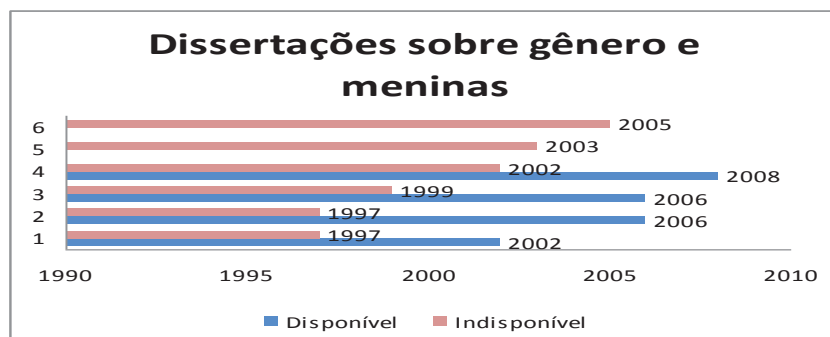


Gráfico 1 – Dissertações sobre gênero e meninas entre 1990 e 2010

Fonte: elaborado pela autora.

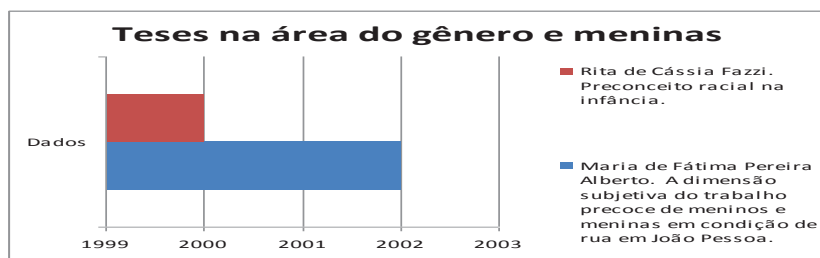


Gráfico 2 – Teses sobre gênero e meninas entre 1999 e 2003

Fonte: elaborado pela autora.

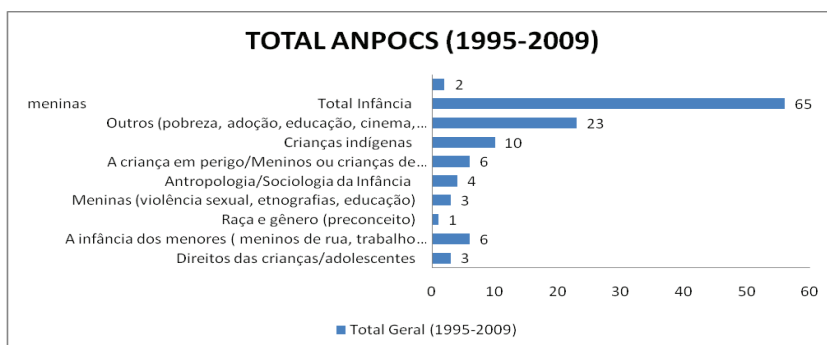


Gráfico 3 – Temas apresentados na Anpocs entre 1995 e 2009

Fonte: elaborado pela autora.

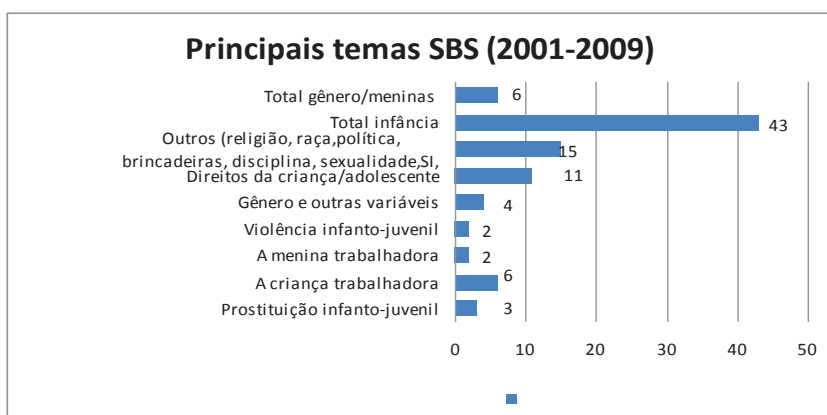


Gráfico 4 – Temas apresentados na SBS entre 2001 e 2009

Fonte: elaborado pela autora.

Os discursos analisados nesses trabalhos permitem algumas reflexões acerca das relações de gênero e infância, em particular, quanto às meninas. Embora essa fase se diferencie das anteriores pelo crescimento significativo de teses, dissertações e pesquisas apresentadas em congressos, que estão incorporando as relações de gênero no universo sociológico das infâncias e crianças, ainda prevalece a perspectiva polarizadora e naturalizadora dos papéis



e comportamentos de gênero quando se aborda o tema das meninas e meninos no cotidiano das ruas. No caso das meninas, os discursos oscilam entre a sensibilidade, maturidade, responsabilidade moral, malícia e lascívia sexual. Já em outras pesquisas, as meninas ainda ocupam um papel secundário, estigmatizado e pouco problematizado, se considerarmos que os meninos de rua ainda são os mais investigados e inqueridos nas pesquisas, ou seja, a voz dos meninos de rua é a mais ouvida pelos/as pesquisadores/as. No entanto, é significativo observar que, quando as meninas são ouvidas, as análises partem de temas ligados à educação e violência sexual, enquanto as ruas e o trabalho infantil são temas que os/as pesquisadores/as entendem como particularmente presentes apenas no universo masculino.

Em relação à utilização do gênero nessas pesquisas, os discursos são consensuais no entendimento de sua construção social, cultural e histórica, o que permite observar um significativo avanço em relação às fases anteriores e a uma rede discursiva que trata o gênero como um enfoque relacional em três aspectos: a) ênfase nas desigualdades e hierarquias de gênero nas pesquisas sobre trabalho infantil/classe/geração e socialização; b) ênfase do gênero como construção social na infância nas pesquisas sobre violência e papéis sexuais; e c) ênfase na relação entre infância e juventude com especial destaque ao conceito de geração. De um modo geral, as meninas mais pesquisadas na produção aqui analisada foram as “trabalhadoras”, as meninas de rua e as meninas em contexto escolar. No campo teórico e metodológico, as pesquisas foram mais inovadoras do que nas décadas anteriores, não apenas por incorporar as discussões do gênero no campo da infância, mas também por considerar os pontos de vista das crianças, tratadas agora como sujeitos ativos no processo da pesquisa e não apenas como informantes, como já criticava Martins (1991). É possível que os estudos contemporâneos da SI, de matriz europeia, sejam uma das influências para essa mudança



na concepção da criança como ator social, como sujeito coparticipante da relação pesquisador/objeto, cujo ponto de vista importa sociologicamente. Mas também é possível inferir que os estudos feministas colaboraram para a ampliação do olhar sociológico e generificado sobre os pontos de vista das crianças e das meninas, afinal essa nova produção de pesquisadores/as brasileiros/as está mostrando que é possível aliar os estudos mais recentes da SI e os Estudos de Gênero, para que se compreenda o lugar das meninas nessas reflexões.

► Considerações finais

Essas trajetórias, brevemente descritas, retratam um inquietante silêncio “sociológico” do gênero no campo da infância. Ora, por que os/os sociólogos/as, quando discutem as infâncias/crianças, parecem “cegos” em relação ao gênero? Por que o silêncio nesse campo, se é justamente nele que se (re)produzem as hierarquias e as desigualdades de gênero ou, ainda, se é nele tão perceptível a formação de identidades marcadas pelo sexismo?

As discussões da SI buscam responder a essas questões, trazendo a preocupação de pensar as crianças como interlocutores centrais e as infâncias como construção social do tipo geracional, cujos contextos e problemas levam à compreensão de diferentes infâncias vividas por diferentes crianças. Em relação à categoria gênero, o enfoque relacional foi aqui destacado como um dos referenciais teórico-metodológicos mais importantes para mobilizar o debate sociológico das relações de gênero na infância, pois ele pressupõe um movimento de ressignificação dos estudos sociológicos da infância, no qual tantas categorias são reconceituadas ou reposicionadas, como geração e socialização, movimento que também pressupõe olhar para o gênero como um dos elementos que compõem e definem as infâncias.



Ao abrir este artigo com a indagação sobre se as meninas e os meninos têm algo a dizer à Sociologia, permito-me responder afirmativamente, apoiada na produção clássica e contemporânea aqui analisada, apesar de sua baixa representatividade. De fato, a Sociologia tem conferido às crianças um estatuto científico que lhes permite maior visibilidade e reconhecimento de sua condição de atores sociais nas pesquisas sobre a infância, embora este último aspecto ainda não esteja muito evidente nos trabalhos aqui pesquisados. Eleger a criança como objeto sociológico, dar visibilidade à sua condição social e, ainda, reconhecer a sua capacidade de agência são passos importantes para o avanço dos estudos sociológicos sobre a infância no mundo contemporâneo; afinal, não basta dizer que a infância e as crianças “mudaram”, é necessário compreender e problematizar sociologicamente essa mudança, se é que de fato ela ocorreu.

Porém, esses passos não são suficientes para o entendimento sociológico da infância enquanto se mantiver um tipo de criança ou de infância como objeto preferencial de estudos, que me parece ser o que ocorreu com a Sociologia no Brasil, quando elegeu a criança pobre como principal objeto de seus estudos sobre a infância, pelas razões já anteriormente discutidas. Certamente, não defendo a ideia de que a Sociologia não deva prosseguir no campo da infância pobre; contudo, entendo ser necessário problematizar a centralidade desse olhar sociológico que, muitas vezes, embaça a visão para as outras infâncias, as outras crianças e, sobretudo, as meninas.

Nesse sentido, a contribuição do enfoque relacional da SI, discutido na primeira parte deste artigo, é de fundamental importância para o avanço desse campo. Por exemplo, as transformações nos papéis femininos e masculinos dentro da esfera doméstica (como as famílias chefiadas por mulheres e as famílias homoafetivas) são úteis na compreensão das transformações da própria noção da infância na sociedade contemporânea sob os



aspectos relacionados ao gênero e à geração. Da mesma forma, as transformações da divisão do trabalho acarretam considerações do enfoque relacional e do sistema gênero-geração. Nessa acepção, o trabalho das mulheres está, dentro de uma ordem social do gênero, abaixo do trabalho masculino, assim como o trabalho das crianças está abaixo do trabalho dos adultos. Do modo mesmo modo que as mulheres são definidas em oposição aos homens, as crianças são definidas em oposição aos adultos e, ainda mais, as meninas em relação aos meninos, tema que poderia ser mais bem explorado nas pesquisas sociológicas.

A infância, enquanto grupo minoritário, pode ser analisada na intersecção entre gênero e geração naquilo que essas categorias revelam sobre as relações de poder presentes no universo infantil. O gênero, tratado como enfoque relacional, informa melhor sobre a condição social da infância, tanto nas relações de controle dos adultos sobre as crianças como nas relações entre elas próprias que exibem diferentes percepções do gênero. As características de dependência, subordinação e relações de poder do mundo adulto sobre o infantil elucidam aspectos do discurso jurídico da proteção sobre a criança, que mereceria ser mais problematizado nas pesquisas sociológicas, especialmente quando se pensa genericamente esse discurso, no qual poderiam ser ressaltadas as práticas que diferenciam as meninas e os meninos sob o signo da proteção. Ou seja, colocar a criança como “sabe-dora” de seu gênero, situando-a na qualidade de ator social que se distingue das visões homogêneas, assexuadas e naturalizadas da infância, tal como ocorreu com as mulheres. Assim, o mesmo processo de desconstrução do feminino pela categoria gênero está para ser feito na infância. Aí, sim, poderíamos vislumbrar uma teoria social na qual alguns são adultos e outros, crianças, e estas, meninas e meninos.

Na segunda parte, os objetivos foram observar se as discussões de gênero estão presentes no campo sociológico da infância



nesses recortes temporais e se os estudos contemporâneos dialogam, ou não, com as contribuições mais recentes da SI, especificamente o enfoque relacional aqui explicitado. O primeiro objetivo revelou a ausência das relações de gênero nos estudos sociológicos sobre a infância e as crianças, principalmente as meninas; no recorte temporal aqui escolhido, impede o avanço da compreensão sociológica das infâncias.

A incorporação das relações de gênero na produção acadêmica sobre as infâncias e as meninas no Brasil tem demonstrado que há um entendimento do enfoque relacional do gênero na infância, ainda que embrionário e lento. As teses e dissertações revelaram novas compreensões que avançam para algumas intersecções entre os estudos de gênero e os estudos sociológicos das infâncias/crianças, intersecções que nem sempre superam o viés adultocêntrico e masculinizado, mas que são verificadas pelo uso da perspectiva relacional do gênero nos estudos sobre a educação/socialização infantil, família/geração, exploração/violência sexual e, principalmente, nos estudos sobre o trabalho doméstico, situação de rua, raça e classe social.

Em relação ao segundo objetivo, não é possível falar nem em receptividade nem em diálogo dos estudos sociológicos aqui analisados com as vertentes da SI, embora seja verdadeiro afirmar que outras áreas do saber (Educação, Antropologia e Psicologia) estejam dialogando com as vertentes da SI.¹⁹ Não podemos afirmar que a construção social da infância pela Sociologia emerge

¹⁹ Algumas exceções podem ser citadas, como o GT 16 da Anpocs: Do ponto de vista das crianças: pesquisas recentes em ciências sociais. Em relação aos GTs de gênero, a produção entre 2007 e 2009 somou 71 trabalhos; destes, quatro relacionados à infância, num total de 6% da produção concentrada no GT sobre sexualidade. Em 2007, foram 26 trabalhos e um sobre a homossexualidade infantojuvenil. Em 2008, foram 19 trabalhos, sendo dois sobre infância (violência sexual/pedofilia, famílias e o bem-estar da criança) e, em 2009, 26 trabalhos e um destes tratou dos meninos (políticas sexuais). Apesar de estarem vinculados a esse GT, os resumos não especificaram o gênero como categoria de análise.



de uma construção social do gênero, porque a breve trajetória aqui descrita permitiu concluir que o discurso sociológico sobre a infância, as crianças e as meninas é ainda incipiente. A ausência de uma preocupação mais sistemática da Sociologia com as meninas é notória até meados das décadas de 1970 e 1980. Também verifiquei que a infância pobre continuava como tema mais recorrente nessas décadas e que a emergência e a problematização das categorias “menor”, “criança de/na rua” e “menino e menina de rua” foram fundamentais para o debate sociológico da infância nesse período. Por fim, constatei a baixa representatividade dos estudos sobre infância e gênero na Sociologia.

Mas e as meninas? O que se sabia delas? Para as irmãs Rizzini, quase nada. A partir do final da década de 1970 e principalmente durante as décadas de 1980-1990, as meninas aparecem com mais frequência na literatura, sendo estudadas a partir de temas ligados à infância pobre, preferencialmente relacionados às categorias do trabalho infantil, como, por exemplo, o trabalho doméstico, a condição de pobreza e a situação das meninas de rua. Apesar da tentativa de consolidar o debate sobre as meninas no colóquio realizado em 1991, que buscou discutir a tripla discriminação das meninas em relação ao gênero (sexo), geração (idade) e classe (pobreza), esse debate não fincou suas raízes no campo sociológico, as meninas foram pouco exploradas como objeto de análise, o que reforça uma quarta discriminação – a do silêncio científico. Contrariando esse silêncio, há o livro de José de Souza Martins, *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil* (1991), que poderia ser classificado como o representante da SI no Brasil, não apenas por ser um retrato sociológico do mal-estar da infância ao final do século XX, mas também pelo tratamento teórico-metodológico dado à problematização das questões sociais, políticas e científicas do complexo mundo infantil, sobretudo das crianças trabalhadoras, nelas incluídas a fala das meninas e o enfoque das relações de gênero, ainda que de modo sucinto.



De um modo geral, o gênero é utilizado como variável estruturante da diferença sexual; porém, a construção discursiva sobre gênero não é muito sistemática ou recorrente nas dissertações e teses, ao contrário das abordagens referentes à classe social e raça/etnia. Em relação às meninas, elas não estão mais incluídas na categoria “crianças”, sendo analisadas em sua especificidade, como, por exemplo: as meninas na/de rua, as trabalhadoras, aquelas em situação de pobreza e/ou violência sexual, as internadas, etc.

Sendo assim, a ausência do gênero dificulta a compreensão das transversalidades entre a infância e o gênero e suas relações com outras categorias, como geração, classe e raça, na medida em que permanecem pouco esclarecidos os nexos entre esses diferentes eixos de subordinação. Observo a urgente e necessária construção de uma leitura generificada da infância nas Ciências Sociais com mais vigor, apesar de todos os avanços. Afinal, as atrizes, outrora tão esquecidas, começam a despontar no olhar dos/das sociólogos/as brasileiros/as.

► Referências

ALANEN, Leena. *Childhood Matters* (1994). In: GAITÁN, Lourdes. *Sociologia de la infancia*. Madrid: Síntesis, 2006.

_____. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lucia. *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU-Faperj, 2001.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-37, 2º sem. 1988.

COSTA, Jurandir Freire da. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.



DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. *História das crianças no Brasil*, 1999, 4: 84-106.

DE SOUZA MARTINS, José; KOSMINSKY, Ethel Volfzon. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. Editora Hucitec, 1991.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 2.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

GAITÁN, Lourdes. *Sociologia de la infancia*. Madrid: Síntesis, 2006.

KOMINSKY, Ethel. Pesquisas com crianças e jovens: algumas reflexões metodológicas. Trabalho apresentado na *Sociedade Brasileira de Sociologia- XII Congresso Brasileiro de Sociologia/GT26*, Recife: UFPb, 2005

KUHLMANN JUNIOR, Moisés. *As grandes festas didáticas: A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Ed. da Universidade de São Francisco, 2001

MAYALL, Berry. *Towards a sociology of childhood: thinking from children's lives*. Londres: Open University Press, 2002.

MARTINS, José de Souza *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. SP: Hucitec, 1991.

MINELLA, Luzinete Simões. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasil. *Cadernos pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp. 289-327.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Delfini Capistrano de. *Estudos sociológicos sobre infância no Brasil: crianças sem gênero?* 2011. 340 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *Revista História*. São Paulo: Ed Unesp, 2005, v.24 (1), p. 77-98.



QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação na sociologia. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (Org.). *Sociologia para educadores*. São Paulo: Quartet, 2003.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás/Ministério da Cultura: USU: Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, Irene. *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás – BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária, 1997.

PILOTTI, Francisco J., Irene Rizzini, eds. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995.

_____; PILOTTI, Faleiros (Org.). *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño: USU, 2009.

_____; RIZZINI, Irma (Org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás/Ministério da Cultura: USU; Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, Irma (Org.). *A menina e a adolescente no Brasil: uma análise da bibliografia*. Rio de Janeiro: Cespi/USU, 1994.

RIZZINI, Irma e FONSECA, Maria Tereza da. *Bibliografia sobre a História da criança no Brasil*. Marília. UNESP. Bibliografia. IEB, FFLCH. 2001.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SARMENTO, Manoel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



SARMENTO, Manoel Jacinto. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. Educação e Sociedade. Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

SIROTA, Régine. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. Cadernos de Pesquisa, n. 112, março, 2001, p. 7-31

SMITH, Dorothy E. *The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology*. University of Toronto Press, 1988, 244 p.

WADSWORTH, James. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, p. 103-124, set. 1999.

EDUCACIÓN SEXUAL PARA DECIDIR...? LÍMITES Y POSIBILIDADES DE UNA POLÍTICA DE DERECHOS PARA LA INFANCIA CON PERSPECTIVA DE GÉNERO EN ARGENTINA



Cecilia Rustoyburu

► Introducción

*Educación sexual para decidir.
Anticonceptivos para no abortar.
Aborto legal para no morir.*

(Campaña Nacional por el Aborto
Legal, Seguro y Gratuito)

La demanda de una política estatal que priorice la educación sexual en las escuelas es una de las consignas del movimiento feminista en Argentina. Los reclamos por la despenalización del aborto han facilitado que los movimientos de mujeres se nucleen en torno de un objetivo común. Con la adhesión de 305 organizaciones y de miles de mujeres, la Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito organizada en 2003, luego del XVIII Encuentro Nacional de Mujeres, condensa los reclamos por las deudas aún pendientes del proceso de recuperación



de derechos iniciado con la restauración de la democracia. Si bien las agrupaciones vinculadas a los partidos de izquierda mantienen posiciones que niegan su incidencia, el Estado Argentino ha tomado medidas tendientes a garantizar parte de los pedidos del lema de la Campaña Nacional. La sanción e implementación de las leyes 25673 Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable y 26150 Programa Nacional de Educación Sexual Integral pueden interpretarse como decisiones políticas en este sentido.

La sanción de estas leyes se arraiga en una serie de cambios jurídicos que pueden retrotraerse a la década de 1980. La ratificación de la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW), en 1985, supuso un compromiso en la modificación de todas las normas que la contradijeran. Esto implicaba revisar las leyes referidas a la patria potestad, el adulterio y los delitos sexuales. En consecuencia, pocos años después se reconoció la patria potestad a ambos padres y se eliminaron las normas que discriminaban los hijos nacidos fuera del matrimonio y dentro de él. La ley de matrimonio y divorcio vincular, de 1987, permitió incorporar nuevos causales de separación, que el domicilio conyugal pudiera ser elegido conjuntamente, que las mujeres no se vieran obligadas a adoptar el apellido de sus esposos y que las divorciadas pudieran volver a casarse. En 1994, a partir de una reforma constitucional, los tratados internacionales refrendados por Argentina adquirieron jerarquía superior a las leyes. De esta forma, las Declaraciones y Pactos Internacionales de Derechos Humanos, la CEDAW y la Convención sobre los Derechos del Niño, entre otros, se reconocieron como complementarios de los derechos y las garantías ya reconocidos.

Durante los primeros años de democracia, las presiones de las corporaciones desalentaron las iniciativas tendientes a redistribuir los ingresos o generar mecanismos de inclusión



social. En la década del noventa, el predominio de las políticas neoliberales condicionó que no se diseñaran programas que tendieran a una mejora en la situación de los sectores menos favorecidos. Esta situación a partir de 2003, con la llegada del kirchnerismo al poder y el cambio de paradigma en el modelo económico y político. En esta última década, se ha implementado una serie de medidas legislativas tendientes a generar condiciones de mayor igualdad de género. Sin embargo, desde el gobierno nacional no se las ha identificado como feministas. La presidenta de la Nación, Cristina Fernández, en repetidas oportunidades ha anunciado iniciativas que implicaron claros beneficios para las mujeres y las minorías sexuales, pero se ha ocupado de aclarar que no son “medidas de género”, ni feministas. Los avatares propios de las disputas entre y al interior de los partidos políticos y la relativa legitimidad que logran construir las consignas feministas podrían explicar este esfuerzo por deslindar la perspectiva de género de estas decisiones políticas.¹

Este escenario nos permite pensar en la relevancia que adquiere la implementación de la Ley 26150 Programa Nacional de Educación Sexual Integral para la agenda de los movimientos de mujeres y de minorías sexuales en Argentina. Por esto, nos parece un recorte interesante para pensar en la problemática que convoca esta mesa: los límites y las posibilidades de concreción de las demandas feministas en relación con la infancia.

► La ley de educación sexual integral como una política de derechos

En Argentina, la educación sexual integral ha sido promulgada como un derecho reconocido a los niños, las niñas

¹ Sobre el debate específico respecto de la (im)posibilidad de crear las condiciones políticas para la sanción de la despenalización del aborto, ver Pecheny (2011).



y los/as adolescentes. Esta conceptualización está vinculada al escenario legislativo en el que se sancionó. En 2002, se aprobó la Ley Nacional 25673 de Salud Sexual y Procreación Responsable. Con este instrumento se pretendió promover mejores niveles de salud sexual para toda la población y bajar la mortinatalidad materno-infantil, además de garantizar el acceso a la información y la ampliación de posibilidades de elección referidas a la salud sexual y reproductiva para las mujeres. Con este propósito, en uno de sus artículos se estableció que toda la población tenía derecho a la información, y luego se delegó esta función en la escuela. Esto se profundizó, en 2005, luego de la sanción de la Ley 26061 de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, los Niños y Adolescentes que dispuso que la comunidad educativa debía tener un rol activo en la promoción y protección de esos derechos. Sin embargo, las presiones de los sectores vinculados a la Iglesia Católica retardaron su materialización en normas específicas.

Cuatro años después, como una iniciativa que aunaba a los Ministerios de Salud y de Educación, se dictó la Ley 26150 Programa Nacional de Educación Sexual Integral que se complementa y articula con la Ley 25673, el Decreto 1282/2003 (Reglamenta la Ley 25673), la Ley 26061, la Ley 23849 (Ratificación de la Convención de los Derechos del niño, niña y adolescentes), la Ley 23179 (Ratificación de la CEDAW) y la Ley de Educación Nacional 26206. Este marco jurídico fortalecía las posiciones que entendían que la educación sexual era un derecho y que la escuela debía ser la garante de su cumplimiento.

La nueva ley de educación reinsertó la centralidad de la enseñanza en la escuela y reivindicó el rol del Estado Nacional en el diseño de los núcleos de aprendizaje prioritarios para todo el país. En la implementación de la educación sexual esto supuso la conformación de un programa específico bajo la órbita del Ministerio de Educación de la Nación que diseñó los lineamientos



curriculares comunes, publicó cuadernos con actividades áulicas para todos los niveles y dictó cursos de capacitación para los docentes. La ley Programa Nacional de Educación Sexual Integral estableció la obligatoriedad de su implementación y estipuló que debía dictarse en todos los establecimientos educativos de gestión pública o privada, y en todos los niveles. Si bien se incorporó un artículo que habilitaba a cada comunidad educativa a adecuar los contenidos a su proyecto institucional y varias provincias han resistido su implementación, el Ministerio restringió esta posibilidad al distribuir masivamente cuadernos para el aula y revistas para los padres. Además, en algunas provincias la educación sexual integral se ha incorporado a los Diseños Curriculares que adquieren carácter prescriptivo.

Las disputas en torno de la definición de las problemáticas a atender, de los contenidos a enseñar y de las perspectivas teórico/políticas a adoptar estuvieron entramadas con los debates sobre la ampliación de derechos sexuales y con la visibilización de algunas problemáticas de género que se materializaron en la sanción de nuevas leyes. En este sentido, debemos atender a la promulgación de la Ley Nacional 26842 de Prevención y Sanción de la Trata de Personas y Asistencia a sus Víctimas (2008), la Ley 26485 de Protección Integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollan sus relaciones interpersonales (2009), la Ley 26618 de Matrimonio Igualitario (2010) y la Ley 26743 de Identidad de Género (2012).

El Programa Nacional de Educación Sexual Integral puede pensarse como una política de derechos para los niños, niñas y adolescentes porque pretende garantizar el acceso a información científica confiable, a la libertad de expresión y a ser escuchados. También intenta que las comunidades educativas se comprometan en la protección y la denuncia de situaciones de abuso sexual, violencia familiar y maltrato infantil. Al mismo tiempo, tiende a ser una vía para prevenir el VIH y el embarazo



adolescente, y para eliminar prejuicios y discriminaciones por género. Las propuestas de actividades y de abordaje de las temáticas promovidas desde los Cuadernos para el aula hacen hincapié en la transmisión de herramientas de empoderamiento para los niños, las niñas y los adolescentes. El cuidado del propio cuerpo, la problematización de los secretos y las posibilidades de “decir no” son temas que atraviesan la currícula desde el nivel inicial.²

La relevancia de estas propuestas podría interpretarse a la luz del escenario social en el cual se implementan. En Argentina la fecundidad presenta una tendencia decreciente, sin embargo hay importantes diferencias regionales. Según las estimaciones del Ministerio de Salud, de 2007, en Buenos Aires el promedio de hijos por mujer es de 1.4 y en Misiones es de 3.2. Las regiones más postergadas y las mujeres con menores niveles educativos presentan índices de natalidad muy altos. La maternidad temprana también está vinculada con la interrupción de la trayectoria escolar. En 2006, el 17.7% de las menores de 20 años que fueron madres no había completado la primaria, y más de la mitad no ingresó al secundario. La tasa de fecundidad adolescente a nivel nacional indica que 32 adolescentes de cada mil son madres, y en algunas regiones esta cifra asciende a 44.

La maternidad adolescente suele no ser el único factor que afecta la escolaridad de las jóvenes. La ejecución de tareas domésticas y de cuidado restringe sus posibilidades de acceso a la escuela. En 2009, la Encuesta de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social permitía visualizar que la madre suele ser la principal responsable del cuidado, que en los hogares más pobres se

² En Argentina, la educación obligatoria está dividida en nivel inicial (hasta los 5 años), nivel primario (hasta los 11 años), nivel secundario (hasta los 17 años). La Ley 26150 también contempla la implementación de la educación sexual en nivel superior.



evidenciaba la participación de los hermanos mayores de quince años en esta tarea y que en los más ricos esto se aminoraba por la presencia de servicio doméstico y otros familiares y vecinos. Esto no es ajeno a que la oferta de servicios gratuitos de instituciones de cuidado destinados a los niños de nivel inicial, menores de cinco años, es escasa. Lo mismo sucede con las escuelas de doble jornada.

Los embarazos de las alumnas, el abuso sexual intrafamiliar, la temprana iniciación sexual y la prevención de enfermedades de transmisión sexual parecen estar en el centro de las preocupaciones de los y las docentes de nivel primario y secundario. Esto no sólo ha facilitado que se privilegie la enseñanza de contenidos vinculados a estas temáticas. La prevalencia de perspectivas que parten de la premisa de que la maternidad adolescente implica *un riesgo* ha actuado como una barrera para la construcción de experiencias pedagógicas donde los deseos de las jóvenes de ser madres sean escuchados y aceptados (FAINSOD, 2008). Esta situación podría explicarse por el escenario social que describíamos, pero también por el predominio de un paradigma biomédico que trasciende a las instituciones hospitalarias y educativas. En este sentido, resulta notorio que la vinculación directa entre la educación sexual y la transformación en la natalidad está en la base de los reclamos de la Campaña Nacional por la despenalización del aborto. Es el mismo movimiento feminista el que le otorga este sentido a la educación, y relaciona la emancipación sólo con la maternidad elegida.

Esta situación está estrechamente vinculada con que estamos pensando en el diseño de una política social destinada a la infancia. Las instituciones estatales, y también los movimientos políticos, suelen actuar como intérpretes de los intereses y las necesidades de los ciudadanos y las ciudadanas. Las desigualdades sociales condicionan claramente



las posibilidades de algunos sectores de obtener éxito en las disputas de sentido que definen las agendas y prioridades de los organismos. En el caso de los niños y las niñas esto se torna aún más problemático porque su voz suele llegar mediada por la de los adultos. Aunque el paradigma tutelar haya sido cuestionado, el reconocimiento de los niños y las niñas como ciudadanos no ha implicado su participación efectiva en el diseño de propuestas gubernamentales, ni en la toma de decisiones en las instituciones escolares.

El predominio del paradigma biomédico en la educación sexual no sólo tiene consecuencias sobre la restricción de las necesidades de los alumnos a cuestiones vinculadas a la salud reproductiva. En un escenario social marcado tanto por la desigualdad social como por la diversidad cultural, resulta necesario problematizar el diálogo entre la educación sexual integral y el paradigma intercultural que promueve el Ministerio de Educación. En este sentido, si bien desde posiciones enmarcadas en interpretaciones estructuralistas puede suponerse la posibilidad de atribuir ciertos intereses a los niños (QVORTROP, 2005), es preciso tener en cuenta que la cuestión etaria está atravesada por otras variables. La multiculturalidad no debería limitarse a la incorporación de temáticas que presenten a las culturas no hegemónicas como expresiones folklóricas en las que perviven costumbres ancestrales anacrónicas. Las perspectivas feministas vinculadas a los estudios subalternos; (SPIVACK, 1977 HOOKS, 1995) y post estructuralistas (BUTLER, 2006; FAUSTO STERLING, 2006) podrían aportar herramientas valiosas para diseñar estrategias pedagógicas y didácticas que aseguren el acceso al conocimiento de métodos anticonceptivos efectivos y a información confiable, pero que esta no sea entendida siempre como sinónimo de *científica, neutral y verdadera*.



► La educación sexual como una política de sexualidad

El predominio del paradigma biomédico y de perspectivas biologicistas de la sexualidad ha actuado como una limitación para las posibilidades de empoderamiento y de ampliación de derechos habilitadas por los lineamientos curriculares de la Ley Nacional de Educación Sexual Integral. Esas posibilidades se tornan visibles en la forma en que define a la sexualidad – como articulada por aspectos biológicos, psicológicos, sociales, afectivos y éticos – y en la propuesta de que sea abordada en todas las áreas curriculares. Los contenidos prescriptos para Prácticas del Lenguaje, Ciencias Sociales, Educación Artística y Educación Física abrieron un abanico temático que facilitó la incorporación de la perspectiva de género y de problemas en las que el eje no fuera la genitalidad, o la reproducción sexual.

La implementación de la educación sexual adquirió carácter obligatorio para todo el país, aunque existan provincias en las que no han adecuado sus políticas curriculares. Desde el Ministerio de Educación se propuso que se incorporara en forma transversal en los niveles inicial y primario, y en asignaturas específicas en secundario. Para que tuviera un nivel mayor de concreción y para paliar las deficiencias en la capacitación de los docentes, se distribuyeron cuadernos con actividades para el aula y materiales gráficos y audiovisuales para las escuelas. Al mismo tiempo, se editó una revista destinada a las familias que se repartió desde las instituciones educativas, las salas de atención a la salud, las asociaciones de fomento barriales, las sedes de partidos políticos y de organizaciones sociales. A través de la televisión digital abierta, el Ministerio emite dos canales, Encuentro y Paka-Paka, en el que también se han emitido programas, films y cortos animados que abordan las temáticas contempladas en la Ley 26150. En estos materiales, la sexualidad



suele ser abordada en forma compleja, hay una problematización de las desigualdades de género y una tendencia a combatir actitudes homofóbicas.

Esta presencia del Estado, aunado a la mayor visibilización que han tenido los movimientos de mujeres y de minorías sexuales, ha permitido que las propuestas feministas adquieran mejores posibilidades en las luchas de sentido de la definición de los enfoques que debía adoptar la educación en las escuelas. En ese sentido, el Ministerio ha tendido a cuestionar una costumbre fuertemente arraigada que restringía la enseñanza de la educación sexual a la visita de un médico o una enfermera que explicaba los métodos de prevención de embarazos y de enfermedades de transmisión sexual. Desde los Cuadernos para el aula se ha prescripto que la invitación a *expertos* debe estar enmarcada en un proyecto pedagógico que debe ser ejecutado y supervisado por la maestra o el maestro. Aunque el impacto aún es menor por la cantidad de docentes que se han capacitado, los cursos dictados desde el mismo Programa y desde el Instituto Nacional de Formación Docente han tendido a actualizar a los y las docentes en los debates en el campo de estudios de género.

Los contenidos básicos propuestos para la educación de los niños y las niñas dan cuenta de una perspectiva en la que la sexualidad trasciende la genitalidad. En el nivel inicial, pensado para los y las menores de cinco años, se prescribe que se aborde el reconocimiento y expresión de los sentimientos y las emociones, el respeto por las distintas formas de organización familiar, la identificación de las partes del cuerpo y de las palabras adecuadas para nombrarlas, los saberes sobre la gestación y el nacimiento, y algunas herramientas de empoderamiento para prevenir el abuso sexual. En el nivel primario, pensado para menores de 11 años, estipula que aprendan sobre los roles sociales de las mujeres y los varones en distintas sociedades, las diferencias biológicas entre los sexos, una mirada integral sobre



la reproducción humana, cuáles son los derechos vulnerados en situaciones de abuso y violencia sexual, a combatir prejuicios y actitudes discriminatorias, y a cuestionar los modelos corporales de los medios de comunicación.

Este amplio abanico temático se reproduce en las propuestas de los cuadernos, aunque con algunas limitaciones. La preeminencia del paradigma médico influye claramente en la planificación de las instituciones y de los maestros y las maestras. A pesar de lo prescripto, los contenidos del área de ciencias naturales suelen ser los más trabajados y así se definen aproximaciones predominantemente biologicistas. Esto implica que se mantengan ciertos enfoques de la procreación y la gestación como procesos de salud y enfermedad. En este sentido, se suele hacer más hincapié en la prevención que en el disfrute y el placer. Las enfermedades de transmisión sexual, los métodos anticonceptivos y los aspectos médicos del embarazo son el eje en torno del cual se desarrollan estas temáticas.

En el nivel primario y en inicial, tanto la sexualidad como el género continúan siendo pensados desde aproximaciones binarias. Aunque se explicita la importancia de no pensar al cuerpo como un "objeto natural", la diferencia sexual es presentada como un destino ineludible. Lo diverso encuentra su espacio en los ejes transversales referidos a la formación en valores o la convivencia escolar. En esos ejes, se la menciona sólo cuando se plantea la necesidad de construir sociedades tolerantes e inclusivas y se obvian tratamientos que incorporen saberes científicos. Esta ausencia de estrategias pedagógicas que permitan que los niños y las niñas adquieran herramientas para deconstruir los saberes científicos se restringe a esta temática. Resulta interesante tener en cuenta que para otras problemáticas de las áreas de ciencias naturales y de ciencias sociales se recomienda incorporar aproximaciones críticas, favorecer la curiosidad y la experimentación.



La posibilidad de expresar libremente los sentimientos está prescripta como un contenido a abordar sólo en las áreas de prácticas del lenguaje. En el área de ciencias sociales se recomienda estudiar las diversas formas de vivir en familia y la historia de las mujeres, pero no se explicita un tratamiento sistemático de la homosexualidad o de las identidades trans. En este sentido, pareciera adscribir a un “multiculturalismo liberal” desde el cual las apelaciones a la “tolerancia” y el “respeto” se fundamentan en la existencia de una humanidad común, una esencia o elemento trascendente y universal sin poner en cuestión cómo se construye o define que es “humano” y que no (TADEU DA SILVA, 2011). Este tipo de multiculturalismo tiene sus limitaciones porque parte de la premisa de que existen unos/as sujetos/as normales/tolerantes y otros/as anormales/tolerables con identidades fijas (BRITZMAN, 1996). Una propuesta curricular crítica debería dar cuenta del proceso de construcción de esa diferencia, de las relaciones de poder implicadas en él (TADEU DA SILVA, 2011).

La teoría *queer* resultaría útil para crear herramientas didácticas transformadoras. Incorporar esta teoría en el currículum no se limitaría sólo a ampliar los contenidos o a reivindicar la creación de asignaturas donde se combata la homofobia. En este sentido, Tadeu da Silva (2011) afirma que una pedagogía *queer* deberá propender a que la sexualidad sea tratada como una cuestión legítima de conocimiento y de identidad. Pensar *queer* implica cuestionar y problematizar todas las formas aceptadas de conocimiento e identidad. Tal como propone Deborah Britzman (1996) habría que deconstruir saberes, problematizar las epistemes dominantes, más que enfatizar en cómo pensar habría que desentrañar cómo es que algo se torna pensable.

La deconstrucción de saberes, el cuestionamiento de ciertas verdades y la historización del saber científico en la escuela primaria han sido claramente aceptados para el abordaje



de temáticas tan diversas como la revolución independentista o el funcionamiento del aparato respiratorio. En este sentido, la realización de experimentos y observaciones del propio cuerpo para entender los sistemas circulatorios y respiratorios, o el crecimiento, son actividades frecuentemente aceptadas. Los límites para la incorporación de estas estrategias en los contenidos de educación sexual son estrictamente morales. Esto no tiene que ver sólo con la influencia de valores religiosos sino con las representaciones predominantes sobre la infancia. El carácter asexuado de los niños y la inocencia infantil son presupuestos ideológicos claramente arraigados en nuestras sociedades. Esas cualidades determinan que la curiosidad sexual en la infancia sea un tema tabú. Aunque estas cuestiones estén presentes en las propuestas referidas a la prevención del abuso sexual, donde se apuesta a estrategias en las que se delimita claramente la importancia del respeto a la intimidad del otro y se identifican situaciones de violencia, se obvian como herramientas potentes para el abordaje significativo de otras temáticas.

► Consideraciones finales

[...] podemos (o devemos) duvidar dessas verdades e certezas sobre os corpos e a sexualidade, [...] vale a pena pôr em questão as formas como eles costumam ser pensados e as formas como identidades e práticas têm sido consagradas ou marginalizadas. A fazer a história ou as histórias dessa pedagogia talvez nos tornemos mais capazes de desarranjá-la, reinventá-la e torná-la plural. (LOURO, 2013, p. 32).

Pensar en los puntos de partida de una política de educación sexual resulta un problema interesante para problematizar las posibilidades de entramar las cuestiones de la infancia con



la agenda del feminismo. Las advertencias de los estudios de género sobre la necesidad de deconstruir los saberes sobre la diferencia sexual, de dar cuenta de la imbricación de la variable de género con la edad y con la diversidad cultural, de entender a las identidades como provisorias y contingentes y de no atribuir intereses únicos a determinadas posiciones sociales resultan herramientas teóricas interesantes para analizar los límites de la Ley 26150.

El escenario político de Argentina ha favorecido la visibilización de distintas problemáticas de género que se ha visto materializada en la sanción de leyes y en el diseño de políticas específicas. La educación sexual integral ha sido pensada como un derecho de todos los niños, las niñas y los/as adolescentes, pero se ha partido del supuesto de que las necesidades y los intereses comunes a todos/as ellos/as pueden reducirse a la prevención de embarazos, ETS y abuso sexual. Esto es inseparable del proceso de medicalización iniciado a fines del siglo XIX y de las disputas con la Iglesia Católica que se tornó muy visible durante el proceso de debate e implementación de la Ley. Estos conflictos también facilitaron que, frente a las impugnaciones de los intelectuales católicos, desde el movimiento feminista se tornaran estratégicamente más legítimos los argumentos que defendían los beneficios de las tecnologías médicas. En el contexto del debate sobre el articulado no era posible alentar posiciones interculturales porque facilitarían las iniciativas de esos sectores más conservadores.

Pensada como una política de sexualidad, la Ley Nacional de Educación Sexual encuentra ciertos límites porque hay un fuerte hincapié en los contenidos referidos al control de la natalidad y la gestación asociados a la noción de prevención y tratados como procesos de salud y enfermedad. También es necesario advertir la no deconstrucción del carácter binario de la diferencia sexual en el área de ciencias naturales porque



inhibe a los niños y las niñas de la adopción de conocimientos imprescindibles para pensar la diversidad. En los términos de Graciela Morgade, se incentiva la sexualidad “normal” y al mismo tiempo se la contiene (MORGADE, 2011).

Sin embargo, en un escenario en el que las/os docentes y los equipos de orientación escolar se manifiestan perplejos ante la emergencia de familias homoparentales y de identidades trans, en el que el bullying y la violencia escolar se torna más visible, y en el que las legislaciones obligan a los maestros y profesores a denunciar situaciones de abuso y maltrato infantil, el Programa Nacional de Educación Sexual Integral genera expectativas. Aunque aún no llega a cubrir las esperanzas de muchos sectores del feminismo, proporciona herramientas de intervención y de inteligibilidad para los/as educadores/as. Las posibilidades de poner en palabras el abuso, de celebrar la diversidad, de legitimar las elecciones homosexuales, de historizar los roles que han asumido los hombres y las mujeres, de expresar sentimientos e inquietudes, de transmitir saberes que permitan vivir más libremente la sexualidad... amplían horizontes para pensar sociedades más igualitarias e inclusivas.

► Referencias

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor? *Educação e Realidade*, v. 21, n. 1, 1996.

BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

FAINSOD, Paula. Embarazos y maternidades adolescentes: desafíos de las escuelas. In: MORGADE, Graciela; ALONSO, Gabriela (Comp.). *Cuerpos y sexualidades en la escuela: de la “normalidad” a la disidencia*. Buenos Aires: Paidós, 2008.



FAUSTO STERLING, Anne. *Cuerpos sexuados*. Barcelona: Melusina, 2006.

HOOKE, Bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2013.

MORGAGE, Graciela (Coord.). *Toda educación es sexual*. Buenos Aires: La Crujía, 2011.

PECHENY, Mario. "Yo no soy progre, soy peronista" ¿Porqué es tan difícil discutir políticamente el aborto? In: BERGALLO, Paola (Comp.). *Aborto y justicia reproductiva*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2011.

QVORTROP, Jans. Varieties of childhood. *Studies in modern childhood: society, agency, culture*. Londres: MacMillan Palgrave, 2005.

TADEU DA SILVA, Tomaz. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SPIVAK, Gayatri (1988). Can the subaltern speak. En NELSON, C. y GROSSBERG, L. *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University Illinois Press.

JUVENTUDES, FEMINISMOS E APRENDIZAGENS CULTURAIS DE GÊNERO



Nilda Stecanela

► Introdução

A reflexão que se pretende incitar, a partir do título, constrói-se nos percursos investigativos de sua autora, desde os estudos sobre: processos educativos escolares e não escolares; juventudes urbanas; juventudes em conflito com a lei; mulheres em situação de violência; e, recentemente, aprendizagens culturais de gênero envolvendo mulheres do campo descendentes das etnias italiana, portuguesa e germânica.

Atendendo à chamada da mesa-redonda *Feminismos e infâncias: perspectivas e desafios*, procura uma articulação entre os percursos e as identidades juvenis, de jovens mulheres, envolvendo o acompanhamento de seus trânsitos pelo movimento estudantil e pelo movimento feminista.

Com mais precisão, procura descrever e analisar as *aprendizagens culturais de gênero* que acompanham jovens mulheres envolvidas no movimento estudantil e no movimento feminista, observando narrativas reflexivas produzidas em



entrevistas narrativas, tentando rastrear os indícios e os eventos que exercem papel determinante na assunção da identidade juvenil feminista e nas (des)construções tradicionais a respeito das questões de gênero.

Justifica-se a opção metodológica para a apresentação das primeiras categorizações do referido estudo na forma de ensaio por acolher o caráter da provisoriedade, o qual, nas palavras de Paviani (2010, p. 26), “não possui a pretensão de acabamento”. Além disso, pela possibilidade de contemplar a dimensão da subjetividade nos escritos, realizados no diálogo entre as narrativas empíricas, os objetivos e o problema de pesquisa, de modo a ecoar interlocutores teóricos sem, contudo, explicitá-los ou referi-los. Assim, a liberdade de expressão oportuniza um espaço alargado de relações que negociam entre a formalidade e a informalidade do texto.

É, portanto, com os fragmentos de vida de Camila, uma jovem professora, formada em Letras, militante no movimento estudantil e no movimento de mulheres, que serão tecidas algumas problematizações, não com o intuito de trazer respostas, mas, pelo contrário, de suscitar o debate sobre o que denominamos de (a) *momentos de efervescência*, (b) *momentos de militância* e (c) *momentos de latência*, categorias analíticas emergentes do estudo em fase de desenvolvimento, juntamente com outros dois colegas de pesquisa – Pedro Ferreira, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e Letícia Borges Poletto, bolsista de Extensão no País (EXP), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) –, no contexto do projeto “Aprendizagens culturais de gênero: histórias de vida de mulheres do campo”, financiado pelo Edital MCTI/CNPq/SPM/MDA nº 32/2012.



► Momentos de efervescência

Em entrevista de quase duas horas realizada com Camila, feminista e militante estudantil, foi possível rastrear seus percursos, até então não sistematizados. Na conversa que estabelecemos, as palavras de Camila indicaram que sua trajetória se iniciou juntamente com um grupo de outras jovens mulheres, as quais se conheciam desde o período do Ensino Médio, mais especificamente quando foram iniciadas no movimento estudantil secundarista da União Caxiense dos Estudantes Secundaristas de Caxias do Sul (Uces). Conta-nos Camila que elas se reuniam para dialogar e as questões de gênero, especialmente aquelas vinculadas às desigualdades de gênero, começaram a emergir. Segundo depoimento de Camila, *“nós estávamos sempre dentro desses movimentos e esses movimentos, querendo ou não, eles começam a te fazer refletir um pouco além da tua realidade, né!”*

Ainda na adolescência, menor de 18 anos, a inserção de Camila no movimento estudantil secundarista a colocou em rotas de formação política, ao mesmo tempo que a incitava a perceber algumas contradições do movimento no tocante às questões de gênero. Segundo ela, *“Naquela época já se questionava, e ainda hoje se fala nessas questões de gênero. Lá, desde o início, havia as painelinhas (masculinas), então tu começa a questionar algumas coisas”*. A indagação a respeito dos distanciamentos entre os discursos e as práticas cotidianas no interior do movimento, no qual, em algumas situações, as mulheres eram segregadas, levou Camila e seu grupo a buscar sustentação para suas apostas em outras instâncias, através de uma participação ampliada.

Eu me lembro que depois, a partir dali, nós começamos a fazer alguns grupos, né! Claro que a minha militância partidária também ajudou (nesta época eu tinha me aproximado um pouco mais do PT¹). Eu me lembro que naquela época existiam

¹ Referindo-se ao Partido dos Trabalhadores.



mulheres atuantes, e elas faziam grupos de estudo, né! Todos os domingos se reuniam e nós éramos mais novas e a gente ia assim... para participar, mas isso era mais relacionado àquelas mulheres que militavam em partidos políticos, por que a marcha ela era... nós fazíamos essa separação, a marcha de mulheres era outra coisa, era um movimento social que deveria ser muito mais amplo que aquilo, né!

Inicia-se aí, nesse período, a militância da jovem Camila.

► Momentos de militância

A identificação com o movimento estudantil secundarista e universitário sublinhou um momento de intensa formação; porém, nas interfaces com as questões de gênero, deslocava-se para o movimento feminista, vincando mais fortemente a pertença a um grupo que se constituía paralelamente. A jovem relata:

[...] a minha identidade é mais no movimento feminista, na marcha, nos coletivos de mulheres, nessa luta. Até porque a marcha se constrói em um movimento diferente, o movimento de mulheres não tem aquela burocracia do movimento estudantil, aquelas disputas, né! Claro que nos feminismos tem um pouco, mas é uma outra forma de fazer, é uma outra forma de dialogar com as pessoas, é com irreverência que a gente atua, é com outras formas de intervenção que eu acho que dão muito mais certo. A minha identificação hoje é muito mais com esses movimentos.

Sem abandonar o movimento estudantil, ao ingressar na Universidade de Caxias do Sul (UCS), no curso de Letras, Camila deu sequência ao envolvimento que construía até então, passou a participar das ações do Diretório Central de Estudantes (DCE), compôs chapas que concorreram a cargos nos diretórios acadêmicos (DAs), veio a se constituir presidente do DA de Letras e foi fundadora do Coletivo de Mulheres da UCS, sem deixar de militar na marcha.



[...] Então tinha todo um estudo muito rico em relação a isso [as ações da marcha] [...]. Aí, depois... eu entrei na universidade, como eu já fazia movimento estudantil, eu já entrei querendo saber quem era e quem não era, né!. E, no segundo ano, eu passei a fazer parte do DA, do Diretório Acadêmico de Letras e com um grupo muito legal que nós tínhamos ali, a gente ficou três gestões no DA de Letras. A conjuntura do movimento estudantil na UCS era bem diferente naquela época [...], era uma outra conjuntura, era muito mais disputado e o movimento estudantil abria para vários campos de pensamento [...].

Camila considera o lançamento do Coletivo de Mulheres da UCS, no ano de 2006, um marco na história do movimento estudantil e de mulheres da cidade:

Começa, então um período de muita riqueza, muita efervescência, de fortalecimento para dentro da universidade, nos demais locais da universidade, porque não é fácil. Não é porque tu está dentro de um grupo, que tu consegue tudo. Todos os espaços eles são permeados pelo machismo, então, nós tínhamos que ter um grupo mais organizado ali, para fortalecer inclusive as gurias [participantes dos DAs] nas reuniões, né! Porque, até falar em uma reunião e ser legitimada tu tem que falar, às vezes, ou tu faz um processo que é ruim, que é encarnar aquele processo mais masculinizado de bater na mesa, de gritar grosso, ou tu fortalece, deixando que ela cause intervenção, que não seja... é porque é assim, acaba sendo assim. Acabamos fazendo isso, fortalecendo o coletivo, fortalecendo as meninas nos DAs. Nós fazíamos formação, só que é cíclico, né! A gente ficou no DCE em 2006, depois em 2007, 2008. Fazíamos sempre muitas campanhas, tentávamos construir as parcerias entre a marcha e o coletivo, né. Então, sempre nos oitos de março, tentávamos fazer intervenções, tentávamos fazer debates, envolver outras pautas como o da banalização do corpo da mulher, da violência, da questão das mulheres e da biodiversidade, da sustentabilidade...

O Coletivo de Mulheres da UCS se enfraqueceu e, em alguns momentos, confundia-se com o movimento estudantil pelas demandas, algumas vezes sobrepostas e outras em disputa.



Então acho que foi dali, aí foi que aconteceram os processos, o coletivo com períodos de mais intensidade... outros de menos... Porque como as meninas que são do coletivo acabam sendo do DCE, e o DCE já tem muita demanda e acaba que elas têm dupla jornada de militância! Aí, elas têm que fazer uma coisa ou outra, e isso acaba muitas vezes... deixando um vácuo às vezes... elas não dão conta das duas coisas. Hoje eu acho que estamos num período de refluxo. Hoje a gente não tem mais um coletivo... até porque o movimento estudantil ele tem essa dinâmica, quando a pessoa tá boa, ela se forma [conclui o curso]... quando ela já conseguiu tá formada, também pronto: ela vai e aí vem outra e aí vem a insegurança de como é que eu faço, como é que eu começo, então é sempre um processo difícil, cíclico. Depois, teve também minha ida para a União Nacional do Estudantes...

As efervescências presentes nos percursos de Camila pelo movimento estudantil a colocaram diante da militância partidária e na marcha de mulheres, indicando *movimentos cíclicos* sem, contudo, serem repetitivos, pois acolhiam a forma da *espiral*, que, embora tenda à repetição do percurso, ocorre sempre num nível acima, pois agrega a experiência. Momentos de relaxação e até de recuo se verificaram, especialmente na conclusão da formação em direção aos espaços de atuação profissional. A negociação com os tempos e com os perfis diferenciados das instituições de atuação colocou Camila noutras rotas, numa espécie de recolhimento das armas de sua luta e daquelas lutas de que participava.

► Momentos de latência

A conclusão da formação em nível superior foi alargada em função da militância de Camila com a participação na diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Então é essa mais ou menos a trajetória. Assim hoje, depois que eu saí da UNE eu voltei para UCS e aí eu me formei. Mas, daí, já focada na minha formação, né... já tinha deixado de lado bastante da



minha formação, com essa história toda [militância], e para me formar. Depois que eu me formei, eu continuei militando, mas só na Marcha Mundial das Mulheres. Ai, eu saí dessa relação com o movimento estudantil, e fui militar na marcha, e militei na marcha em 2010. A gente teve uma experiência muito boa que era a ação internacional da marcha, que eram ações em todos os países, um desafio da marcha Brasil, caminhar durante dez dias... com mulheres, de Campinas a São Paulo.

O olhar distanciado sobre o vivido desafia Camila a expressar o percebido:

[...] Isso é o refluxo! Claro que às vezes a gente fica angustiada no movimento, mas acho que não sei, acho que não tem que se cobrar tanto! Todo mundo trabalha ali muito, chega em casa cansada e no final de semana tem essas coisas para fazer, para estudar. Mas teria que fazer uma reunião, teria que se encontrar, teria que planejar, teria que... que... ir fazer um debate, enfim, teria que fazer isso, mas o nível hoje de atividades da vida das pessoas é muito alto, e é muito difícil de achar alguma que deixe de ir no cinema, que deixe de ir namorar, que deixe de ficar vendo TV em casa para sair de sua casa para discutir questões coletivas, para trabalhar, para fazer, né. Oh! Tem que tá convencida disso, né! E, mesmo às vezes convencida! Às vezes tu respira fundo, né [risos]... Sim, tu tem que fazer uma negociação e tu não pode... E, sem contar tanta cobrança assim, senão tu larga, senão a gente acaba tendo o movimento de mulheres ou os movimentos no geral acabam perdendo [força]... Às vezes, as mulheres, para essa lógica também... ela engravida, ela não tem mais como vir para a reunião, porque ou ela traz o filho, ou ela não tem quem fique com eles, né? Começam acontecer essas coisas assim, que vão afastando as pessoas também, dos espaços, não tem como vir, não tem como isso. Mas é muito legal, ao contrário também, é muito legal tu ver mulheres que já têm filhos e quando encontram os movimentos, elas vão lá e falam: 'mudou minha vida, porque eu não pensava isso'; 'Eu abri os meus olhos porque eu estava em um buraco até agora'. Então essas coisas são bem boas assim.

O movimento não pode enfraquecer, diz-nos Camila, mas como mantê-lo forte sem quebrar com as estruturas clássicas das instituições de socialização?



A gente não quer mais educação, eu não quero uma educação que reproduza os papéis sociais, eu não quero mais dessa educação. Eu penso muito mais em um feminismo que pensa em uma transformação mais profunda da sociedade, porque este sempre foi o feminismo que eu me identifiquei. Não é aquele feminismo que é para botar ali algumas pessoas e dizer que contempla, né? Não! Eu quero aquele que vai querer desnaturalizar, o que é natural, o que vai desestruturar as coisas que estão estruturadas, que é aquilo que nós falávamos desde as coisas que quando tu nasce, essa naturalidade que parece que tem que ter a tua vida em 'Lili': namorar, casar, ter filhos, ser uma ótima esposa, né? Trabalhar, fazer tudo aquilo justificado pelo amor, né? Então tu te doa para aquela família e faz tudo por amor, como se fosse tudo natural, e tudo belo, e acho que não é, não é isso, né? Isso são mecanismos, mecanismos para esta sociedade funcionar. Então, eu me identifico com este feminismo, que discute essa representaçãozinha da mulher. Claro que as pessoas... tanto que na época [do movimento estudantil], nós lutávamos por trinta por cento, no mínimo de mulheres na direção das entidades, do DCE, na UNE. Hoje a gente avançou, é paridade, né? Mas é uma política que é para forçar alguma coisa, né? Não é uma transformação de consciência, só...

A luta não é apenas externa, mas interna também, com as próprias raízes:

Era bem, na verdade a minha família toda é muito, na verdade eu sempre fui taxada como a que saiu do... porque eles são todos, e não fogem do padrão de família italiana, ou essas coisas, né? Então estão todos dentro desse padrão de fazer a festa de quinze anos, aquela coisa da menininha, da bonequinha, que tem que dançar ballet tudo isso [risos]. Eu fiz tudo isso, então era tudo assim, né? Porque, até alguém, ou até alguém vir te falar alguma coisa, até tu ler alguma coisa, até tu ver alguma coisa, que tu não questiona aquilo ali, tu nunca vai... um dia acordar e começar a se questionar porque aquilo é tão natural, é tão fortalecido, aquilo é cobrado inclusive de ti. O teu comportamento, as tuas opiniões, a tua forma de agir, a tua forma de te vestir. Eu lembro que eu nunca gostei de colocar salto e saia e as minha tias ficavam me enchendo o saco. Eram coisas pequenas, mas tudo isso vai reforçando, então a partir do momento que eu tomei contato com pessoas, ou com discursos, ou com materiais, ou vendo



mesmo como as coisas estão na vida real. Porque ali eu tava dentro de um padrão de uma família, não só minha, mas no geral. [...] Acho que aí tu tem uma opção: ou tu continua a tua vida dentro da tua comodidade com os teus prazeres e enfim, eu acho que isso não é um problema, como diz um amigo meu: a gente não quer dividir a pobreza, a gente quer dividir a riqueza, que as pessoas possam ter conforto, né? Tu tem uma opção também de não ver isso, ou de não ir atrás para saber o porquê que isso acontece, então eu acho que é esse o caminho assim.

A jovem militante iniciou o exercício da docência em escolas de educação profissional. As negociações entre as ações do movimento e a atuação docente começam a ser processadas:

Se eu pudesse ir para a escola para dar só isso [referindo a temática do movimento] seria ótimo [risos], mas eu tenho que dar textos, eu tenho que dar gramática, tenho que dar produção tenho que... é muita coisa também, né? Em um tempo às vezes reduzido.

As aprendizagens culturais de gênero fazem parte, muito mais dos percursos pessoais do que dos percursos profissionais. A militância foi ficando de lado, entrando em estado de latência, com raras exceções, consegue brechas para propagação do apreendido.

Eu até assim, no ensino técnico eu tenho experiências boas na relação, algumas é claro. Assim, principalmente com esses cursos mais assim... da enfermagem, a própria segurança do trabalho é interessante, porque na verdade eles estão ali direto com os trabalhadores, com o que eles têm contato, então tu vê uma abertura das pessoas para se questionar, sobre as coisas, mais né!

A escola, lugar de atuação para a multiplicação das concepções, apresenta limitações. Depoimentos em certo modo dolorosos mostram os recuos, os refluxos na militância de Camila.



Na escola... só com uma construção coletiva para fazer esses debates irem para frente. Eu penso que seria para fazer com que as coisas realmente acontecessem... porque são debates muito profundos, tu não consegue fazer isso em uma aula, em duas aulas, em três aulas, tu tem que criar um ambiente, tu tem que saber... Então se tu não tem isso, fica difícil! Eu vejo é que a escola, ela vai refletir o movimento na escola nos estudantes, por exemplo vai refletir o movimento da cidade, então a gente não tem uma união hoje de estudantes secundaristas. A gente não tem... A gente tem algumas coisas isoladas, mas não tem como na minha época, por exemplo, colocar todos os grêmios em uma sala para pensar, isso não existe mais! Então, nem se fortalece a ideia do grêmio. Ou as pessoas fazem, mas é muito com aquela ideia da direção e ainda nós temos direções que proíbem grêmios. Então, o aluno é podado, lá na sua base, a ser cidadão. Não! Não pode! Na minha escola não pode. Se tu não tem uma entidade que este estudante tenha referência, então ele não vai fazer mesmo, né?"

Em outra via, na troca com os pares, o olhar de Camila também não é muito animador:

Eu não percebo, eu acho que tem muitas coisas assim, agora mais assim, do ensino técnico ali mais pesado é uma outra dinâmica, né? A gente vai lá dá as nossas aulas, a gente não tem muito contato com os professores, cada um vai dar... é mais técnico mesmo. Eu sempre procuro abordar essas questões com os meus textos, com os debates em sala, mas é uma forma isolada. No ensino público eu acho que isso tá muito longe, muito distante da realidade, muito distante dos discursos. Os discursos dos professores reafirmam os papéis e as funções sociais, reafirmam a opressão, reafirmam o preconceito. As falas tanto entre aluno e professores são só reprodução, e teve algumas iniciativas, teve uma iniciativa da SMED, em parceria com a... não sei se foi estadual ou federal, que era um curso de formação de gênero e cidadania que foi oferecido. Só que eu, ao mesmo tempo que eu acho que os professores não tão fazendo, eu acho que eles não podem ser cobrados também por tudo isso, porque o professor hoje dá conta de muita coisa dentro de uma sala de aula, não é? Nem... tudo bem, toda aquela parte de conteúdos, mas ele... como é que tu quer pedir de um professor que fica o dia inteiro em uma sala, duas a três noites... fazer uma formação para ele, talvez, ele nem veja muito sentido daquilo...



Então tu deveria fazer um processo de convencimento, ou de sensibilização, ou levar o curso para a escola. Deixar de ter uma manhã de aula para a formação disso e não pedir para eles virem em outro turno, porque eles não tão só na tua escola, eles estão em outras porque eles precisam sobreviver, porque eles precisam fechar lá, um mil e quinhentos reais, com produção de quarenta horas semanais, né? Então, acho que é também ao mesmo tempo que se exige muito dos professores se dá pouco espaço para ele refletir... o pique da escola é muito, é muito, muito intenso! Toda hora, tu tem trinta e cinco em uma sala, um monte de coisa acontecendo, tem aquele que tem dificuldade, tu tem que dar as avaliações, tu tem que preencher os quadros... Enfim, eu acho bem difícil, eu não vejo esse debate acontecendo, eu vejo uma reprodução, acho que as pessoas, em alguns momentos, muitas pessoas são superpreconceituosas e isso é bem complicado, não digo tanto assim, na questão das mulheres parece tão natural alguns discursos que... né?... de racismo, homofobia, tu tem isso no meio daqueles educadores. Não tô falando de um lugar só, mas de pessoas que eu convivo e vão para uma sala de aula, então tá muito longe assim... Deveria se pensar em estratégias de formação, mas que não fosse uma coisa a mais, porque o professor ele tá carregando muita coisa já, né? Com essas mudanças do ensino politécnico (que é positivo) ele, cada vez é o que eu sinto com as minhas colegas, ele passa a carregar mais uma coisa porque ele se angustia também, ele não sabe como fazer direito aquilo, então ele já se debate naquilo, ele já se debate nas siglas do que ele faz, do que ele não faz, e não muda, nada dá estrutura. Mudam as demandas, mas tu não tem Datashow, tu não tem uma caixinha de música para botar no Datashow para botar um vídeo para as pessoas... Parece pequeno, mas tu nunca tem nada assim... tu não tem isso, tu não tem aquilo, tu não tem como, é muito difícil, é bem difícil. Assim, então, eu acho que tá longe, mas eu nem cobraria deles isso, nem cobraria porque eu acho que a formação deles nem passou por isso, ninguém falou para eles sobre isso na formação deles.

Os espaços-tempos de militância exigem negociação com aqueles da formação e da atuação profissional. Os dilemas emergem a todo instante: participar ou não participar? A militância fala mais alto, mas algo precisa ficar na latência.



Vai ou não? Tudo bem, vamos lá! [suspiro] Eu deveria estar lendo aquele livro, mas agora para fazer o projeto [da especialização]. Foi isso, assim... eu deveria estar lá, mas estou aqui, né... a semana passada era a última semana de postar o projeto [da especialização] e eu tava nas manifestações [de junho], e vamos lá: tinha que fazer a reunião para organizar a manifestação, então aquilo vai te sugando, né!

Sobre os recuos na militância, nos espaços de atuação profissional: escuta, não houve; pensa em reagir, silencia:

Eu penso e sempre pensei assim que, por mais que ao meu redor eu escute tudo o que eu escuto, enfim eu não vou, não entro... porque assim... a gente não pode ficar batendo de frente sempre com as pessoas, senão as pessoas chegam e tu não consegue mais dialogar com ninguém, então várias vezes eu fico ali, eu tento analisar, dizer: – Olha, não é bem assim, tu já pensou isso, tu já pensou aquilo... Mas dentro da minha sala de aula eu deixo bem claro as coisas que eu penso, eu tento trabalhar em algumas aulas... mas não em todas... [...].

Alguns indícios da luta nos microespaços:

Bom, é uma luta isolada de repente, mas eu tenho experiências muito boas! Assim, eu tenho retornos muito bons, eu tenho. Claro que às vezes não, né? Às vezes tu acha que conseguiu atingir alguma coisa, mas não. Vem uma fala carregada de preconceito, mas é o último dia de aula [risos] Ok! Ok! Tu tentou, né? São sementes, assim, eu sempre acho que a gente está semeando... É isso... como aquilo vai bater naquela pessoa, como que aquilo vai fazer ela pensar? Então, porque sempre mexe... sempre mexe... eu vejo que as pessoas, as questões de gênero... assim... eu tenho experiência que mexem com as pessoas. Só que às vezes, antes de tu introduzir um debate, tu tem que fazer toda a desconstrução e esse é um processo difícil porque tu não pode te colocar como uma dona da verdade, não é o que eu tô falando que é certo. Eu olho, tem que pensar o outro lado, né? Então tu tem que fazer todo o processo de desconstruir para começar a construir e isso, às vezes, a dinâmica não deixa muito, né.



Embora ainda incipientes, esses são cenários concretos dos percursos de Camila e de suas aprendizagens culturais de gênero, com momentos de efervescência, de militância e de latência.

► Considerações finais

Observando as narrativas reflexivas produzidas por Camila, nos extratos de textos aqui trazidos, procuramos rastrear os indícios e os eventos que exercem papel determinante na assunção da identidade juvenil feminista e nas (des)construções tradicionais a respeito das questões de gênero.

Percebemos que os espaços-tempos da atuação profissional marcados pelo exercício da docência, no caso da entrevistada, concorrem e, de certo modo, abafam a militância, numa espécie de recuo, deixando em estado de latência muitos dos tensionamentos que contribuíram na própria formação e nas aprendizagens culturais de gênero. O contraditório se mostra, portanto, num dos espaços que deveriam ser, por excelência, lugar de intensas aprendizagens, de (des)construção de velhas práticas e (pre)conceitos e (re)construção de novas posturas, ou seja, na escola.

Os *momentos de efervescência, de militância e de latência* marcam os percursos de Camila, numa espécie de negociação da identidade juvenil e feminista, tanto nos espaços-tempos da formação como naqueles da atuação profissional.

Sublinhamos o alerta para a necessidade de ampliação do diálogo entre o Estado e a sociedade civil com o campo da educação, pois, tangenciando as potencialidades da escola como instituição clássica de socialização, presenciamos culturas escolares que, muitas vezes, acabam por reproduzir concepções ultrapassadas sobre as relações de gênero e que pouco ou quase nada têm refletido sua ação no sentido de minimizar



as desigualdades de gênero e os padrões historicamente construídos nas relações sociais.

Os fragmentos de vida de Camila que aqui foram apresentados não têm a pretensão da generalização, mas, contudo, ajudam a perceber os emaranhamentos que, possivelmente, acompanham outras jovens mulheres com trajetórias semelhantes à aqui narrada.

► Referência

PAVIANI, Jayme. O ensaio como gênero textual. In: AZEVEDO, Tânia Maris; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. *Universo em gêneros discursivos*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

INFÂNCIA, FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: EM DEBATE A ADOÇÃO INTERNACIONAL (BRASIL, 1980-2000)



Silvia Maria Fávero Arend

► Introdução

Desde a instituição do Estado Moderno, no mundo ocidental, no século XIX, os processos relativos à imigração e emigração adquiriram contornos de problema social. Neste capítulo, iremos focar o olhar em um processo singular de circulação de pessoas entre os diferentes Estados-Nações, que tomou vulto na segunda metade do século XX: a chamada adoção internacional. A adoção internacional pode ser caracterizada como o deslocamento de pessoas de ambos os sexos de uma determinada faixa etária, as crianças e os adolescentes, sobretudo dos países pobres para os considerados ricos.

Neste capítulo, apresentaremos reflexões sobre as políticas sociais relativas à infância a partir de dois fenômenos que estão interligados:

- 1) A mudança operada na legislação brasileira para a infância e adolescência, a partir dos anos 90, em função do discurso presente nas normativas internacionais;



2) a fundamental importância dos procedimentos judiciais e extrajudiciais que envolveram a adoção internacional e as representações sociais de gênero e de família.

Esta análise será construída a partir de dados coletados em dois estudos. O primeiro é uma pesquisa realizada, em 2007, por Fabio Macedo, sob minha orientação, sobre a adoção internacional de crianças e adolescentes do Estado de Santa Catarina por cidadãos franceses. Essa pesquisa foi realizada em uma parceria entre o Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina e o Laboratório de Relações de Gênero e Família (Labgef), da Universidade do Estado de Santa Catarina. Foram analisados 35 Autos de Habilitação para Adoção Internacional de famílias francesas, responsáveis pela adoção de 68 crianças e adolescentes, entre 1990 e 2006 (MACEDO, 2007). A outra pesquisa realizada tratou da História da legislação internacional e brasileira sobre a infância, adolescência e juventude, realizada em estágio pós-doutoral na *Foundation Nationale des Sciences Politiques* (Paris/França).¹ As reflexões relativas a esses processos dar-se-ão a partir dos referenciais teóricos da História Transnacional e das discussões acerca das Relações de Gênero. A metodologia utilizada na análise das fontes documentais foi a análise do discurso, pautada nos referenciais pensados por Michel Foucault.

A História Transnacional tem por objetivo analisar os movimentos de pessoas, ideias e objetos de forma diferenciada do referencial teórico marxista, que enquadra grande parte dos fenômenos na perspectiva binária da dominação e da resistência e no conceito de Império, bem como a teoria da modernização calcada nos processos evolutivos. Essa perspectiva teórica procura também não reificar as noções de cultura local e etnia, como acontece, muitas vezes, nos Estudos Culturais.

¹ A pesquisa “Infância, Lei e Cidadania (Brasil – 1980-1990)” foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Ministério da Educação, Brasil.



A narrativa histórica volta-se, então, para relações socioculturais, econômicas e políticas construídas nos processos de conexão existentes para além das unidades políticas particulares. Tal perspectiva acaba por produzir, por um lado, outras cronologias não centradas somente nos processos históricos da Europa ocidental e América do Norte e, por outro, noções de espaços/tempo que abarcam planos muito mais amplos que os instituídos a partir do vigente nos estados nacionais (BAYLY, 2006).

Os referenciais teóricos dos estudos das Relações de Gênero introduziram mudanças significativas na escrita da História das migrações internacionais. A historiadora Nancy Green, a partir do estudo dos casos norte-americano e francês no século XX, elenca os principais temas que tiveram uma mudança significativa no olhar: 1) A generificação dos números dos fluxos globais, ou seja, os paradigmas da mão de obra masculina e da mão de obra familiar ou baseada no parentesco foram questionados. Mulheres solteiras e casadas e outras redes sociais saíram da invisibilidade e passaram a ser objeto de investigação. 2) As representações sociais de gênero presentes na sociedade de origem dos migrantes, nas motivações para os deslocamentos populacionais e nas políticas estatais e relações cotidianas adotadas pelas sociedades que acolhem os considerados de “fora” tornaram-se tema de estudo. 3) A influência das representações de gênero nos processos denominados de assimilação, reconstrução identitária e reconstrução da família na nova sociedade também se transformou em questão a ser analisada. Nesta análise, centraremos o foco na segunda questão (GREEN, 2011).

► Os documentos das agências internacionais e a adoção

Desde 1959 até os dias atuais, os organismos internacionais – Organização das Nações Unidas/Fundo das Nações Unidas



para a Infância (Unicef), Organização Internacional do Trabalho (OIT), etc. – têm produzido um conjunto de documentos que visa regulamentar diferentes processos relativos à família e à infância. Em relação à adoção internacional, temos três documentos produzidos no período: a Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos relativos ao Bem-Estar das Crianças, com particular referência à colocação em lares de guarda, nos planos nacional e internacional, de 1986; a Convenção Universal dos Direitos da Criança, de 1989; e a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, de 1993, também conhecida como Convenção de Haia. Não realizaremos uma exegese dessa legislação, mas sim apontaremos os “caminhos” sugeridos por ela para os diferentes países, a partir, sobretudo, da década de 1980.

Todavia, antes de adentrarmos nesse tema, entendemos ser necessário conhecer quais foram os procedimentos adotados pelos organismos internacionais no processo de promoção das normas internacionais de direitos humanos após a Segunda Guerra Mundial. Camille Bethoux (2011), em um estudo sobre a atuação da *Fédération Internationale des Droits de l’Homme*, informa sobre a estratégia conhecida como “modelo espiral”, que foi largamente utilizada pelos organismos internacionais. Esta é composta por cinco fases: 1) A primeira consiste na produção de informações sobre a violação dos direitos humanos. No caso brasileiro, em relação à infância e adolescência, nos anos 80, técnicos da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIHD) produziram grandes relatórios sobre o que estava acontecendo no País. 2) A segunda, caracteriza-se pela denúncia, em nível nacional e internacional, das consideradas violações dos direitos humanos, através da mídia e nos tribunais internacionais. 3) A terceira fase consiste em fazer com que determinado Estado nacional se comprometa a alterar aquela realidade. Nesta fase, as pressões podem ser de ordem econômica, política, etc. Joel E.



Oestreich (1998) afirma que o Unicef e a OIT possuem estratégias muito diferentes na difusão de seus preceitos. Enquanto a primeira organização procura “negociar” com os representantes do Estado nacional e sociedade civil, a segunda instituição procura impor suas diretrizes às nações. 4) A próxima fase, talvez a mais delicada, porque envolve a noção de soberania nacional, consiste na transposição das noções de direitos humanos para a legislação nacional. Voltando ao caso brasileiro, a legislação aprovada no País para a infância e adolescência foi pautada nas noções de direitos humanos discutidas desde os anos 70 na Organização das Nações Unidas (ONU). 5) Por fim, a última etapa, considerada a mais difícil de todas, porque envolve mudanças socioculturais, objetiva transformar as novas práticas e valores em fenômenos considerados “normais”. Vale ressaltar que não há um período de tempo determinado para a implementação dessas fases em uma determinada sociedade. O processo poder durar alguns anos ou décadas, dependendo do conjunto de forças presentes nos momentos históricos.

Entre os documentos internacionais produzidos pela ONU na década de 1980 em relação à população infantojuvenil, a Convenção Universal dos Direitos da Criança certamente é a lei mais importante, seja pelo grande número de países que a ratificou, seja pelo ideário considerado por muitos demasiado inovador, ou, então, ainda pela imposição da noção de infância burguesa de forma global. O compêndio produzido pela organização não governamental (ONG) Save Children contém um conjunto de documentos sobre a história da produção dessa normativa internacional entre 1978 e 1989.² A normativa começou a ser gestada a partir de um rascunho apresentado pelo governo da Polônia em

² SAVE THE CHILDREN SWEDEN. *Legislative history of the Convention on the Rights of the Child*. New York: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 937 p.



1978. Essa normativa foi posteriormente debatida na Comissão de Direitos Humanos, no Conselho Econômico e Social e na Assembleia Geral, até chegar à sua versão final, em 1989. Nos debates realizados pelos representantes das nações e das ONGs sobre a formulação discursiva acerca do Art. 20, ou seja, sobre o que dispõe a respeito dos infantes privados temporária ou permanentemente do ambiente familiar, observamos os princípios que iriam nortear as políticas sociais. Ao longo da década de 1980, em que o documento foi debatido nas Nações Unidas, em nenhum momento foi defendido que os infantes considerados “sem família” poderiam ser enviados para instituições de acolhimento. Esse “silêncio” em relação ao abrigo, isto é, sobre a política social hegemônica implementada durante mais de cem anos no mundo ocidental para os “sem família”, demonstra que esta estava sendo sepultada (AREND, 2011). Todo o debate ocorreu em relação à introdução dessas crianças e adolescentes em uma família através do instituto jurídico da adoção. Nesses debates, um conceito começava a ser forjado: o da “família internacional”, produto da adoção ou dos fenômenos migratórios contemporâneos.

Sabemos que família é um conceito polissêmico, sobretudo quando o que estava em jogo era a formulação de uma normativa de âmbito global. Voltamos então às discussões do Art. 20 da Convenção dos Direitos da Criança. Foi sugerido que na normativa constasse a expressão “crianças privadas de ambiente familiar”, pois os representantes do Brasil e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas haviam questionado o uso da expressão “família normal” ou, ainda, “família biológica”. Em relação às famílias adotantes, os representantes dos países da América Latina sugeriram a utilização da expressão “família substituta”. Foi consenso entre os representantes dos países e ONGs que as crianças e os adolescentes deveriam ser adotados, de preferência, por famílias do mesmo grupo étnico, religioso ou linguístico.



O caminho preconizado pela Convenção dos Direitos da Criança para os considerados “sem família” era a adoção, seja em âmbito nacional, seja em âmbito internacional. Consideramos que a identificação desse “único caminho” é de fundamental importância, pois as políticas sociais do Brasil e de muitos outros países nesse campo passaram a ser norteadas por uma perspectiva que denominamos “familista”. No caso do Brasil, tivemos, na década de 1990 o chamado desmonte dos grandes abrigos, assim como a implementação de um conjunto de ações, que abordaremos a seguir, no sentido de que a adoção de crianças e adolescentes fosse gerida pelo Estado. Por outro lado, o conceito de família presente nessa normativa internacional ampliou-se. Apesar de seu preâmbulo apresentar uma visão totalmente idealizada de família – “ambiente de felicidade, amor e compreensão” –, em outros artigos do documento observamos que configurações diferentes da norma familiar burguesa se encontram expressas, como, por exemplo, o Art. 5º, em que se conceitua a denominada “família ampliada”. Entre as configurações evocadas na normativa, destacam-se a família construída a partir da adoção e o *Kafalah*.

► As representações de gênero e família no contexto da adoção internacional

O Brasil entrou no chamado circuito da adoção internacional no final dos anos 70. Mas foi nos anos 80 que esse processo tomou uma maior dimensão. Era comum ver nos principais aeroportos do País pessoas de diferentes nacionalidades partindo com crianças e adolescentes brasileiros rumo a outros países. Nesse período, os trâmites em relação à filiação adotiva no Brasil não estavam totalmente sob a tutela do Poder Judiciário. A chamada adoção simples era feita nos Cartórios de Registro Civil,



através de contrato entre os parentes consanguíneos da criança e os futuros pais e mães adotivos. Porém, tínhamos outro processo, a chamada “adoção à brasileira”, que consistia em registrar como seu o filho ou filha de outra pessoa, o que acontecia com muita frequência. Segundo o historiador Fabio Macedo (2007), como esses processos ocorriam na informalidade, não permitem a apresentação de cifras confiáveis sobre o fenômeno até a metade dos anos 90. A seguir, verificamos o número de crianças brasileiras adotadas entre os anos de 1986 e 2000, a partir dos dados fornecidos pela Polícia Federal brasileira (Gráfico 1).

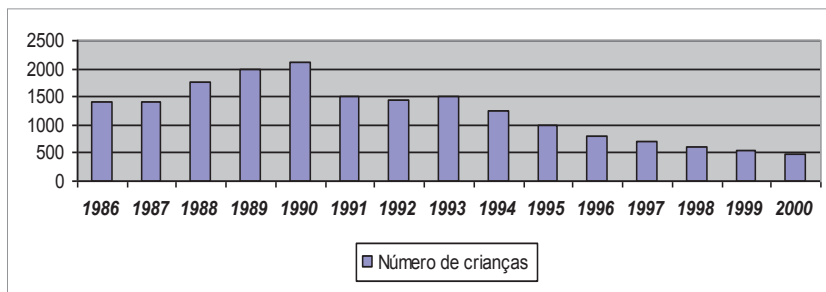


Gráfico 1 – Números da adoção internacional de crianças brasileiras – anos 1986/2000

Fonte: Nici, DPMAF, Sistema Nacional de Passaporte, Estatística de Menores Adotados, Polícia Federal.

A partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em 1990, o Estado brasileiro passou a ter maior controle sobre essa diáspora infantojuvenil. Paulatinamente, foram sendo criadas nos tribunais de Justiça dos estados da Federação as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção (Cejas), que passaram a controlar os trâmites da adoção internacional.

Em comparação a outros estados brasileiros, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Santa Catarina (Ceja-SC) recebia um grande número de candidatos à adoção internacional. Entre outros fatores, esses números se justificam em função de a população do estado de Santa Catarina ser majoritariamente



branca. Segundo o historiador Fabio Macedo, a partir dos relatórios produzidos pela Ceja-SC, entre 1990 e 2006, 351 crianças e adolescentes oriundas do estado foram enviadas para os seguintes países: Itália (41%), França (20%), Holanda (19%), Espanha (10%), Estados Unidos (5%), Alemanha (2%), Dinamarca (1%), Outros (2%) (MACEDO, 2007).

Os processos judiciais relativos à adoção internacional são volumosos e contêm uma grande quantidade de informações. As representações sociais de gênero sobre as mães e pais consanguíneos estavam presentes, sobretudo, nos relatórios sociais produzidos pelas assistentes sociais. Após 1990, no Brasil, as mães e os pais de crianças e adolescentes não podem mais perder ou ter suspenso o instituto jurídico do poder familiar em função de sua condição de pobreza. Neste caso, as representações sociais de gênero eram fundamentais, pois contribuíam sobremaneira para que pudesse ocorrer a destituição do instituto jurídico do poder familiar. As imagens evocadas nos relatórios sociais eram de mulheres que "havam abandonado" sua prole. Essas mulheres eram associadas a duas atividades consideradas ilegais no Brasil, que colocavam em perigo a vida dos infantes: o tráfico de drogas e a prostituição. Outra questão importante é que as habitações dessas pessoas eram descritas nos relatórios sociais como "imundas" e, em função de seu tamanho, considerado pequeno, o ambiente era descrito como "promíscuo".

Os estudos das Ciências Humanas, desde os anos 80, no Brasil, demonstram que uma parte significativa dos homens das camadas populares se desresponsabiliza pela criação de seus filhos e filhas. Sendo assim, a ausência do considerado "provedor do lar" era sempre ressaltada nos relatórios sociais.

As representações de gênero relativas aos candidatos à adoção internacional, por sua vez, foram evocadas por psicólogos, médicos ou ainda outros profissionais das instituições que preparavam os relatórios, tais como a *Terre des Hommes* e a



Médecins du Monde em seus relatórios. Esses documentos possuíam o objetivo de demonstrar às autoridades brasileiras que aquelas pessoas iriam desempenhar de forma satisfatória a função materna e/ou paterna. A imagem da mulher tranquila e afetiva, ou seja, potencialmente “boa mãe”, era recorrente nesses documentos. Já a dos homens estava associada ao mundo do trabalho na perspectiva de que, para ser um “bom pai”, deveria ser um bom provedor.

Conforme afirmamos, a noção de família presente na Convenção Universal dos Direitos da Criança e, por extensão, no Estatuto da Criança e do Adolescente ampliou-se. Todavia, o limite para essa ampliação da configuração de família foi dado pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Neste caso, as experiências dessas mulheres e homens pobres brasileiros, forjadas a partir de processos históricos, acabaram não sendo levadas em conta. São os dilemas das políticas sociais implementadas no Brasil na área da infância, após os anos 1990, construídas nesse “diálogo” tão estreito entre o nacional e o internacional. Para finalizar, entendemos que a adoção internacional deve ser mais investigada. Esses estudos podem trazer outras “luzes” para esse movimento populacional, bem como ampliar o cabedal das investigações de gênero associadas à infância.

► Referências

AREND, Silvia Maria Fávero. *Histórias de abandono: infância e justiça no Brasil* (década de 1930). Florianópolis: Mulheres, 2011.

BETHOUX, Camille. *La promotion des normes internationales des droits humains: le rôle de la Fédération Internationale des Droits de l’Homme* (FIDH). Paris: Ed. des Archives Contemporaines, 2011.

BAYLY C. A. et al. AHR Conversation: on transnational history. *The American Historical Review*, v. 111, n. 5, p. 1441-1464, 1º Dec. 2006.



BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

GREEN, Nancy L. Mudando de paradigmas em estudos de imigração. De homens para mulheres para gênero. In: AREND, Silvia M. F.; RIAL, Carmen Silvia de Moraes; PEDRO, Joana (Org.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Mulheres, 2011. p. 35-45.

MACEDO, Fábio. *Filhos no mundo: história sobre adoção internacional em Santa Catarina (Brasil, 1990-2006)*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

NAÇÕES UNIDAS. *Child adoption: trends and policies*. United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York, 2009.

OESTREICH, Joel E. UNICEF and the implementation of the Convention on the Rights of the Child. *Global Governance*, n. 4, p. 183-198, 1998.



AUTORAS/AUTORES



► Rekha Pande

É professora no departamento de História da Universidade de Hyderabad; participou do Comitê de Jurisprudência Feminista, da Comissão Nacional das Mulheres, *Member Core Advisory Group, Sensitization and capacity building Towards Eliminating Child Labor, Government of Andhra Pradesh*. Atualmente, integra o *National Resource Group* do programa *Mahila Samakhya, Ministry of Human Resource Development, Government of India*. Participa do Conselho Executivo do programa *Mahila Samakhya Ministry of Human Resource Development, Government of India* e Estado do Uttar Pradesh, *Jharkhand and Bihar*. Tem participado de muitos projetos, entre os mais importantes destacam-se: Avaliação de Creches, A menina e a família, Mulheres e violência, Trabalho infantil na indústria *beedi*, O movimento *Anti-Arrack* (Álcool), Trabalho infantil na velha cidade Hyderabad, Estudo *Cross Cultural* de questões de gênero e mulheres na Tecnologia de Informação e Comunicação. É também membro de comitês de estudos em várias universidades na Índia. Apresentou comunicações e conferências na China, Japão, Hong Kong, Malásia, Filipinas, Singapura, Austrália, Reino Unido, França,



Holanda, Nigéria, Zâmbia, Zimbábue, Quênia, Uganda, Canadá e Estados Unidos. E-mail: panderekha@gmail.com.

► Marisa Ruiz

Licenciada em Ciências Históricas pela Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidad de la República (Udelar). Mestre pesquisadora em História Contemporânea (Centro Latino-Americano de Economia Humana [CLAEH]), com uma tese sobre mulheres durante a ditadura e a democratização. É pesquisadora da Agencia Nacional de Innovación e Investigación, sendo categorizada como nível 1 no Programa de Incentivos desde 2009. É professora assistente na cátedra de História das Ideias, Faculdade de Direito da Udelar e professora adjunta de História do Pensamento Político e Social, no curso de Relações Trabalhistas da mesma faculdade. Integrante do Grupo Multidisciplinar de Estudos de Gênero e no Centro de Estudos Interdisciplinares Latino-Americanos (CEIL), da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Udelar. Ministrou aulas no College Park da Universidade de Maryland e pesquisou sob a orientação do Dr. Edy Kaufman. Trabalhou durante seus anos de formação em Estudos Latino-Americanos, especializando-se em História do Chile, sempre com interesses nos Estudos de Gênero. Publicou vários artigos e capítulos de livros nesses temas. Seus três trabalhos mais importantes nos últimos anos foram: *Ciudadana en tiempo de incertidumbre: la mujer uruguaya frente a la dictadura y en la democratización*, que ganhou um prêmio do Ministério da Educação e Cultura, na categoria Investigación y Ensayos. Doble Clic, 2010. Seu último livro, em coautoria, é *Las rehenas: historia oculta de once presas políticas de la ditadura*, 2012.

E-mail: rosamarisarui@gmail.com.



► **Adriana Piscitelli**

É pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); coordenadora associada do Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, do qual é cofundadora; professora na área de gênero do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp; bolsista de produtividade do CNPq. É graduada em Antropologia pela Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA), mestre em Antropologia Social pela Unicamp e doutora em Ciências Sociais pela mesma instituição. Nos últimos quinze anos, tem trabalhado com questões vinculadas à transnacionalização dos mercados do sexo e do casamento, tráfico internacional de pessoas e migrações, sobre as quais publicou diversos artigos e capítulos de livros. É autora de *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo* (Rio de Janeiro: EdUERJ/Clam, 2013); *Jóias de família: gênero e parentesco em relatos sobre grupos empresariais ligados a famílias* (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006). É organizadora, em colaboração com Gláucia Maria de Assis e José Miguel Olivar, do livro *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil* (Campinas: Unicamp/Pagu, 2011, Coleção Encontros) e, em colaboração com Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara, do livro *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras* (Rio de Janeiro: Garamond, 2004).

E-mail: piscitelliadriana@gmail.com.

► **Assumpta Sabuco Cantó**

É professora associada de Antropologia Social da Universidad de Sevilla; ganhou prêmio pelo melhor curso em Ciências Sociais na Andaluzia, em 1991. Foi bolsista do Plan Nacional de Formación del Personal Investigador de 1991 a 1994, ano em que ingressou como docente no mencionado departamento. Sua



tese de doutorado sobre os processos de colonização e cultivo de arroz em Isla Mayor (Sevilla) resultou em duas publicações, que foram ganhadoras de dois prêmios, um de melhor trabalho de pesquisa em Ciências Sociais e outro em Etnografia: o Prêmio Nacional Marqués de Lozoya e o Prêmio Memorial Blas Infante. Em 2003, recebeu o Prêmio Extraordinário de Doutorado. Suas linhas de pesquisa se centraram na análise da sexualização dos processos de trabalho, sendo uma especialista reconhecida nos âmbitos de gênero, trabalho e sexualidade.

E-mail: assumpta@us.es.

► Beatriz Padilla

É professora associada no Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e pesquisadora no Centro de Investigação de Ciências Sociais da mesma universidade. É doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, com uma concentração em Perspetivas Globais de Gênero. Tem também mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Texas, em Austin, nos Estados Unidos, e licenciatura em Administração Pública e Ciências Políticas pela Universidade Nacional de Cuyo, na Argentina. As suas linhas de investigação são as migrações internacionais, as desigualdades de gênero, étnico-raciais e sociais, as políticas públicas, a diversidade cultural e os movimentos sociais. Tem experiência na coordenação de projetos nacionais e internacionais e é membro editorial de várias publicações. As mais recentes incluem: MALHEIROS, Jorge; PADILLA, Beatriz. "Can stigma become a resource? The mobilization of aesthetic-corporal capital by female immigrant entrepreneurs from Brazil", *Identities, Global Studies in Culture and Power* (2015, no prelo); PADILLA, Beatriz;



ORTIZ, Alejandra. "Ciudadanía transnacional: latinoamericanos en Portugal", *Revista CIDOB d' Afers Internacionals* (2014); PADILLA, Beatriz; ORTIZ, Alejandra. "Construção das identidades de jovens de origem imigrante em Europa: resultados dum projeto europeu", *Revista REMHU XXI* (2014); PADILLA, Beatriz. "Migraciones y cambio: trayectorias, identidades y transformaciones de inmigrantes brasileños en Portugal", *Revista PerCursos* (2014); entre outros artigos e livros.
E-mail: padilla.beatriz@gmail.com.

► Ana Alcázar Campos

É membro do Instituto de Estudos da Mulher e de Gênero e professora do Departamento de Trabalho Social e Serviços Sociais, ambos da Universidad de Granada. É doutora em Antropologia Social e Cultural. Suas áreas de pesquisa se orientam para a análise das desigualdades de gênero e questões metodológicas e éticas sobre a etnografia a partir do feminismo. Fez trabalho de campo em Cuba, na área do turismo, conectando-o com os movimentos contemporâneos. Sua produção mais recente se concretizou em uma publicação e dois artigos: "Relaciones en disputa: nación, género, raza y turismo en Cuba", *Maguaré. Dossier: Género, Nación y Ciencia*, v. 27, n. 1, jan./jun. 2014; "Turismo y migraciones. Relaciones en los bordes del sistema mundo", *Revista Rosa dos Ventos*, v. 5, n. 1, p. 127-139, 2013; e "Identidad nacional y turismo en Cuba. Claroscuros de una relación ambigua". In: PRATS, Llorençs; SANTANA, Agustín (Ed.). *Turismo y patrimonio: entramados narrativos* (Tenerife: ACA y PASOS, 2011, p. 217-230. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita5.pdf>>).

E-mail: alcazarcampos@ugr.es.



► **Ana Inés Mallimaci Barral**

Doutora em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, França, em cotutela com a Universidad Nacional de Buenos Aires, Argentina, e licenciada em Sociologia por esta última. É pesquisadora assistente do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet), com posto no Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero. É professora da Universidad Nacional de Florencio Varela, no Instituto de Ciências Sociais, no qual participa de linhas de pesquisa vinculadas a trabalho, gênero e migração. Desde 2011, integra a Rede de Investigadores/as Argentinos/as sobre Migrações Internacionais Contemporâneas (Iamic). Após dedicar suas primeiras pesquisas ao estudo da população boliviana na Argentina, em suas pesquisas atuais aborda temáticas vinculadas às problemáticas de gênero e trabalho entre mulheres migrantes na Argentina, as formas de cuidado, sua relação com relações de desigualdade e a análise da interseccionalidade.

E-mail: anamallimaci@yahoo.com.ar.

► **Bela Feldman-Bianco**

É mestre e Ph.D em Antropologia pela Columbia University, com pós-doutorado em História pela Universidade de Yale. É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e diretora-associada do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (Cemi), na Universidade Estadual de Campinas. Ocupou, entre 1987 e 1991, a Cátedra de Professor Titular (visitante) em Estudos Portugueses na University of Massachusetts Dartmouth e, em 2008, a cátedra Hélio e Amélia Pedrosa junto ao Center for Portuguese Studies and Culture e ao Departamento de Sociologia dessa mesma universidade. Suas



pesquisas e inúmeras publicações focalizam questões relacionadas à cultura e poder, com ênfase em identidades, migrações transnacionais, colonialismo/pós-colonialismo e globalização em perspectiva comparativa. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2011-2012), membro titular do Comitê de Assessoramento de Ciências Sociais no CNPq (set. 2008-ago. 2011) e representante da área de Antropologia e Arqueologia na Capes (2005-2007). Foi, ainda, coordenadora do GT Migración, Cultura y Política (nov. 2010-jun. 2013) e diretora do Cemi (1996 a jun. 2013). Atualmente, coordena o Comitê Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e coordena o Comitê de Antropologias Mundiais da Associação Americana de Antropologia, entre outras atividades. Faz parte de conselhos editoriais de revistas nacionais e internacionais. E-mail: bfb@uol.com.br.

► Elisabete Schwade

Possui graduação em Ciências Sociais (1987) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993), doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2001) e pós-doutorado na University of British Columbia (2008-2009). É professora associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente, é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN. Suas áreas de interesse em pesquisa incluem os seguintes campos temáticos e etnográficos: gênero e subjetividade; sociabilidades, religiosidades e estilos de vida; assentamentos rurais. Recentemente, vem desenvolvendo também pesquisas sobre deslocamentos transnacionais, especificamente na articulação entre gênero e militância. E-mail: elisetteschwade@gmail.com.



► Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da UFC, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFC, pesquisadora nas áreas de Movimentos Feministas e Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Produção mais recente: Revue Éditions Quae “Féminin – Masculin. Gente et Agricultures Familiales” com o artigo “Des femmes en mouvement, la naissance d'une existence sociale, politique et professionnelle” (França, 2014). E-mail: gemaesmeraldo@gmail.com.

► Hélène Guetat-Bernard

É socioeconomista, geógrafa e professora de sociologia rural na Escola Nacional de Formação Agrícola (ENFA), Toulouse e membro do Laboratório de Dinâmicas Rurais. Sua pesquisa se concentra no desenvolvimento rural, agricultura familiar, mobilidade espacial e questões de gênero e cuidados ambientais. Recentemente, coorganizou a conferência internacional sobre “Gênero e agricultura familiar e camponesa, norte/sul perspectiva” (2012), os diálogos entre o mundo acadêmico, o desenvolvimento e a formação em Toulouse. Coorganizará, em setembro de 2015, uma conferência internacional sobre gênero, cuidado e meio ambiente em Lyon. Principais produções: GUÉTAT-BERNARD, H.; SAUSSEY, M. (Ed.). *Genre et savoirs: pratiques et innovations rurales au Sud* (IRD, 2014, Coll. Travers Champs); GUÉTAT-BERNARD, H. (Ed.). *Féminin/masculin, genre et agricultores familiales* (Montpellier: Quae, 2014, Coll. Nature et Société); GUÉTAT-BERNARD, H.; JACQUEMIN, M. “Rapports de genre, systèmes de mobilité spatiale et développement rural des suds”, coordination du numéro spécial, *Revue Géocarrefour*, 2013; GUÉTAT-BERNARD,



H. *Développement rural et rapport de genre: mobilité et argent au Cameroun* (Rennes: PUR, 2011, Coll. Géographie Sociale); BABY-COLIN, V.; CORTES, G.; FARET, L.; GUÉTAT, H. (Dir.). *Migrants des Suds* (Marseille: IRD, 2009, Coll. Objectifs Suds et PULM (Presses Universitaires de la Méditerranée); GRANIÉ, A. M.; GUÉTAT, H. (Dir.). *Empreintes et inventivités des femmes dans le développement rural* (Toulouse-Paris: PUM-IRD, 2006, Coll. Ruralités Nord-Sud).

E-mail: helene.guetat-bernard@educagri.fr.

► Angela Figueiredo

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Centro de Artes, Humanidades e Letras, em Cachoeira, e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, na mesma instituição. É também professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordena o grupo de pesquisa “Gênero, Raça e Subalternidade”. Tem experiência nas áreas de Antropologia e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade negra, racismo embranquecimento, mobilidade social, classe média negra, relações de gênero, política do corpo, beleza negra, sexualidade e prevenção do HIV-Aids. Desenvolveu em 2013 o filme *Diálogo com o Sagrado: memória das rezadeiras, práticas curativas e cultura popular* e o projeto “Empreendedorismo Étnico no Recôncavo da Bahia”. Coordena, atualmente, também o projeto “Cartografia Cultural das Manifestações Culturais Negras do Recôncavo Baiano - Censo das Manifestações Culturais Negras nos Estados da Bahia, Maranhão e Pernambuco”.

E-mail: angelaf39@gmail.com.



► Jurema Werneck

Coordenadora de Criola, organização não governamental fundada em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil. Médica pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (1986), mestre em Engenharia de Produção pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia/Coppe/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2000) e doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ (2007). Pesquisadora visitante do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ. Bolsista Faperj (2012-2013). Primeira vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros (ABPN). Integrante do Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres Brasil, do Conselho Diretor do Global Fund for Women e do Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Livros recentes publicados/organizados: *Mulheres negras na primeira pessoa* (2012), *Saúde da população negra* (2012), *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas* (2009). E-mail: juremawerneck@criola.org.br.

► Sonia Maria Giacomini

É graduada em História (Licence d'Histoire) (1979) e em Administration Economique et Sociale, option Sciences de la Société (1976), pela Université de Paris-VII; mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutora em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução (2004). É professora associada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde leciona desde 1980. Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras e Antropologia Urbana, aí atuando principalmente nos seguintes temas: relações



de gênero, relações raciais, cultura, corporalidades, sexualidade, pensamento social brasileiro e identidade social. Publicou diversos livros e artigos sobre gênero, raça/cor e população afro-brasileira na cultura brasileira, entre os quais se destacam: *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil* (1ª edição em 1988 pela Editora Vozes e 2ª edição em 2013 pela Editora Appris), *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro* (Editora da UFMG, 2006) e *A presença do Axé*, (Editora da PUC/Editora Pallas, 2014). E-mail: sgiacom@uol.com.br.

► Alda Britto da Motta

Bacharel e mestre em Ciências Sociais. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora e pesquisadora dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e em Mulher, e Gênero e Feminismo, da UFBA. Pesquisadora do CNPq. Seus trabalhos tratam das relações de gênero e intergeracionais, com ênfase no processo de envelhecimento. Os artigos “Mulheres velhas. Elas começam a aparecer”, publicado no livro *História das mulheres no Brasil*; “Vivendo a longevidade: centenários em Salvador, Bahia”, no livro *Envelhecendo com apetite pela vida*; “Mulheres entre o cuidado dos velhos e a reprodução dos jovens”, publicado na revista *ex aequo*; e “Violências específicas aos idosos”, na revista *Sinais Sociais*, são suas publicações mais recentes.

E-mail: aldamotta01@hotmail.com.

► Júlio Simões

É professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), pesquisador do CNPq, pesquisador colaborador do Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp e coordenador



do Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença (Numas) da USP. Foi editor da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (2009-2012) e coordenou o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP (2009-2013). Fez pesquisas e escreveu artigos e capítulos sobre movimentos sociais, participação política, aposentadoria, envelhecimento, gênero e sexualidade. Publicou, entre outros, *O dilema da participação popular* (Marco Zero/ Anpocs, 1992) e *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2009), em coautoria com Regina Facchini.

E-mail: juliosimoes@usp.br.

► Carlos Emanuel Sautchuk

É doutor em Antropologia Social e professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, onde coordena o Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica (Lact) e o Laboratório de Imagem e Registro de Interações Sociais (Iris). Realiza estudos na área de antropologia da técnica e do corpo, com ênfase em populações tradicionais, pescadores e caboclos amazônicos.

Email: cemanuel@unb.br.

► Maria do Rosário Fátima Andrade Leitão

Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutora em Estudios Iberoamericanos pela Universidad Complutense de Madrid (1998), pós-doutora pelo Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (Navi), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2012) e investigadora visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2014). Autora do livro *Trabalho e pesca artesanal: troca de saberes entre academia e comunidades tradicionais*. Organizadora dos livros: *Gênero e*



trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais; Pesca, turismo e meio ambiente; Gênero e extensão rural & extensão pesqueira: experiências cruzadas. Coautora, com Graça Ataíde, na obra: História (nem sempre) Bem Humorada de Pernambuco: pesquisa a partir dos conceitos de feminismos, trabalho, pesca artesanal, relações de gênero. Publicou os resultados das pesquisas em anais de congressos na Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Equador, Portugal e Polônia. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência e do grupo de pesquisa “Desenvolvimento e Sociedade” (CNPq/UFRPE, www.gpdeso.com), é pesquisadora do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (Navi/UFSC). Coordenou e coordena projetos aprovados por CNPq, Capes, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Políticas para Mulheres e Ministério da Educação.

E-mail: rosarioufrpe@yahoo.com.br

► Temis Gomes Parente

Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Porto Nacional. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFT. Área de pesquisa: História, História e Cultura, História e Gênero, Gênero e Meio Ambiente. É autora e organizadora de vários livros, entre eles organizou: *Linguagens plurais: cultura e meio ambiente* (Bauru, SP: Edusc, 2008); e *História e sensibilidade* (Brasília: Paralelo 15, 2006). Publicou vários artigos, entre os quais se destacam: “Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero”, *Projeto História*, São Paulo, n. 45, p. 269-284, dez. 2012; PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO, Olaya Fernández. “O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil)”, *História Oral*, v. 2, n. 14, p. 173-197, jul./dez. 2011.

E-mail: temis.parente@uol.com.br



► Maria Eulina Pessoa de Carvalho

É professora associada do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde leciona no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Integra o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (Nipam/UFPB). É graduada em Pedagogia pela UFPB (1978), mestre em Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas (1989), Ph.D em Currículo, Ensino e Política Educacional pela Michigan State University, Estados Unidos (1997) e pós-doutora pela Universidade de Valência, Espanha (2011). Pesquisa e orienta em relações de gênero na educação e relações escola-família. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e integra o conselho editorial de várias revistas, entre as quais *Gender and Education*. Atualmente, coordena o projeto “Gênero e Educação Superior: Políticas, Narrativas e Currículo”, pelo Programa Capes/DGU Edital nº 040/2012, de intercâmbio entre o Nipam/PPGE/UFPB e a Universidade de Barcelona.

E-mail: maria.eulina@pq.cnpq.br.

► Verena Wiggers

Possui graduação em Serviço Social (1983) e em Pedagogia (1985) pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), especialização em Orientação Educacional pela Unisul (1987) e em Metodologia do Ensino: Séries Iniciais (pré a 4ª série) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (1996), mestrado em Educação pela UFSC (1999), doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e pós-doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2013). É professora de Educação Infantil no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tópicos Específicos de Educação, atuando



principalmente nos seguintes temas: Currículo, Educação de Crianças, Educação Infantil. Produções mais recentes/relevantes como autora/organizadora: CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. *Revisão das políticas e serviços da educação infantil no Brasil* (2005); CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. *Qualidade na educação infantil: alguns resultados de pesquisa* (2009); WIGGERS, Verena. *A educação infantil no projeto educacional – pedagógico municipal* (2000); WIGGERS, Verena. *Vieses pedagógicos da educação infantil em um dos municípios brasileiros* (2002); WIGGERS, Verena. *Currículo na Educação Infantil* (2012).

E-mail: verenawi@yahoo.com.br.

► Regina Ingrid Bragagnolo

Graduada em Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2004) e em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2004), mestre em Educação e doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é professora titular da UFSC, no Núcleo de Desenvolvimento Infantil. Tem experiência na área de Educação e Psicologia, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, sexualidade, políticas públicas, violências e infância. Produções mais recentes/relevantes: PRANGE, Bruna; BRAGAGNOLO, Regina Ingrid. “As singularidades das crianças pequenas expressas nas suas brincadeiras”, *Educação e Realidade*, 2012; PRANGE, Bruna; BRAGAGNOLO, Regina Ingrid. “Isso é o meu jipe-caminhonete-carro: a expressão das singularidades das crianças pequenas em suas produções de brinquedos”, *Revista Zero-a-Seis*, 2012; BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; BLIND, Alice Hann. “São muitos os joanos, pedras, nitos, princesas sabichonas e príncipes cindeirelos na Educação Infantil: reflexões sobre gênero associado a



literatura infantil". In: ZARBATO, Jaqueline (Org.). *Educação, história e cultura: reflexões, experiências e diálogos* (Nova Letra, 2012). E-mail: reginaingrid@gmail.com.

► **Juliane Di Paula Queiroz Odinino**

É licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2001), mestre em Sociologia pela Unicamp (2004) e doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). É professora de Antropologia e Sociologia da Educação no curso de Pedagogia da Faculdade Municipal de Palhoça e da Universidade Estadual de Santa Catarina. Áreas de pesquisa: sociologia da infância, sociologia da educação, estudos de gênero, políticas educacionais, antropologia da criança. Produção mais recente/relevante: coordenação do projeto "Crianças no Fazendo Gênero". E-mail: juodinino@gmail.com.

► **Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira**

Graduada em História (1995), mestre e doutora em Sociologia pela UFSC (2011). Atualmente, é professora titular da Universidade do Vale de Itajaí, em Itajaí e Balneário Camboriú, nos cursos de Direito e Relações Internacionais e no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Coordenadora dos projetos de extensão "Programa de Formação em Cidadania Infantojuvenil" e "Observatório de políticas públicas". Sua produção mais recente: OLIVEIRA, Ana Claudia D. C.; MINELLA, Luzinete Simões. "A sociologia da infância e o sistema gênero-geração: uma análise preliminar", *Composição: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, 2012; OLIVEIRA, A. C. D. C.; CAVEDON, Fernanda de Salles; FONTANA, Maiti;



GIRARDI, Maria Fernanda A. P. G.; ZANATA, Maria de Lourdes Alves; DAVEL, Simone C. *Diretrizes Teóricas do Caderno de Cidadania* (Florianópolis: Alesc, 2008); OLIVEIRA, A. C. D. C. *Além da razão ou a razão do além? Reflexões sociológicas sobre o sagrado* (Univali, 2007); OLIVEIRA, A. C. D. C.; CAVEDON, Fernanda de Salles; GIRARDI, Maria Fernanda A. P. G.; ZANATA, Maria de Lourdes Alves. *Caderno de cidadania* (Univali, 2006).

Email: anaclaudia@univali.br.

► Cecilia Rustoyburu

É professora licenciada em História pela Universidade Nacional de Mar del Plata (UNMdP), Argentina. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Leciona atualmente no Departamento de História da Faculdade de Letras da UNMdPa e pós-doutorado no Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet). Integra o grupo de pesquisa sobre a Família, Gênero e Subjetividades do Centro de Estudos Históricos da UNMdP. Realiza pesquisas relacionadas à construção social das transformações da infância e da família em relação ao conhecimento biomédico e psi da nova pediatria. Tem publicado trabalhos sobre esses temas em conferências, livros e revistas científicas nacionais e internacionais. Desde 2000, ministra cursos para professores em questões relacionadas com as relações entre famílias e escolas, e educação sexual. Participou e coordenou projetos de pesquisa educacionais.

Email: ceciliarustoyburu@yahoo.com.ar.

► Nilda Stecanela

É doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui Especialização em Gestão do Ensino na Educação Básica e Licenciatura em Ciências Exatas e em



Biologia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atualmente, realiza estudos de pós-doutorado no Instituto of Education/ University of London. É docente do Centro de Filosofia e Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UCS. Tem vinculação como professora na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul. Coordena o Observatório de Educação da UCS e o programa “Nossa Escola Pesquisa sua Opinião” (Nepso) no polo Rio Grande do Sul. É autora, coautora e/ou organizadora dos seguintes livros: *Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida*; *Ler e escrever a vida: trajetórias de jovens em privação da liberdade*; *Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, (re)construindo imagens*; *Mulheres e narrativas identitárias: mapas de trânsito pela violência conjugal*; *Diálogos com a educação: intimidades entre a escrita e a pesquisa*; *Diálogos com a educação: a escolha do método e a identidade do pesquisador*, entre outros.

E-mail: nildastecanela@terra.com.br.

► **Silvia Maria Favero Arend**

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), mestrado (1994) e doutorado (2005) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). É líder do grupo de pesquisa/CNPq “Relações de Gênero e Família” e integrante do Laboratório de Relações de Gênero e Família (Labgef) da Udesc. É membro do conselho editorial das revistas *Estudos Feministas* e *Tempo e Argumento*, bem como do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou estágio pós-doutoral na Fundação Nacional de Ciências Políticas (*Sciences Po – Paris*), no Centro de Estudos Europeus, em 2012.

E-mail: smfarend@gmail.com.